

3 1761 07046100 9



OBRAS COMPLETAS

HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUEZA

GARRETT E O ROMANTISMO

Historia da Litteratura portugueza (edição integral)

| | | |
|-----------------------------|---|--------|
| 1 | Introdução e Theoria da Historia da Litteratura portugueza | 1 vol. |
| I. Epoca medieval | | |
| 2 | Trovadores portuguezes | 1 vol. |
| 3 | Amadis de Gaula. | 1 " |
| 4 | Poetas palacianos | 1 " |
| 5 | * Os Historiadores portuguezes | 1 " |
| II. Epoca classica | | |
| A.) — <i>Quinhentistas</i> | | |
| 6 | Bernardim Ribeiro e os Bucolicos | 1 vol. |
| 7 | * Novellas de Cavalleria e Pastoraes | 1 " |
| 8 | Gil Vicente e as origens do Theatro nacional | 1 " |
| 8-A | Eschola de Gil Vicente e o desenvolvimento do Theatro nacional. | 1 " |
| 9 | Sá de Miranda e a Eschola italiana | 1 " |
| 10 | Ferreira e a Pleiada portugueza. | 1 " |
| 11 | A Comedia e a Tragedia classicas | 1 " |
| 12 | Vida de Camões | 1 " |
| 13 | Lyricos camonianos. | 1 " |
| 14 | Epopêas historicas | 1 " |
| 15 | Bibliographia camoniana | 1 " |
| B.) — <i>Seiscentistas</i> | | |
| 16 | * Os Culteranistas | 1 vol. |
| 17 | * Epicos seiscentistas. | 1 " |
| 18 | As Tragicomedias dos Jesuitas e a Comedia de Capa e Espada. | 1 " |
| C.) — <i>Arcades</i> | | |
| 19 | A Arcadia de Lisboa | 1 vol. |
| 20 | Filinto Elysio e os Dissidentes da Arcadia. | 1 " |
| 21 | A baixa Comedia e a Opera | 1 " |
| 22 | Bocage, sua vida e epoca litteraria. | 1 " |
| 23 | * José Agostinho de Macedo | 1 " |
| III. Epoca romantica | | |
| 24 | Garrett e o Romantismo | 1 vol. |
| 25 | Os Dramas romanticos | 1 " |
| 26 | Alexandre Herculano e o Romantismo liberal | 1 " |
| 27 | Castilho e os Ultra-Romanticos | 1 " |
| 28 | João de Deus e o moderno Lyrismo | 1 " |
| 29 | A Eschola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo. | 1 " |
| 30-31 | Recapitulação da Historia da Litt. portugueza | 2 " |
| 32 | Indice geral analytico. | 1 " |

N. B. — Os volumes notados com asterisco * estão ainda *ineditos*; *prefere-se a sua publicação, quando não seja urgente refundir os que se acham esgotados.*

Historia da Litteratura Portugueza



524

GARRETT E O ROMANTISMO

POR

THEOPHILO BRAGA

Antonio Ferraz



PORTO

LIVRARIA CHARDRON

Casa editora

SUCCESSORES LELLO & IRMÃO

1903

Todos os direitos reservados

PO
304
E. 665
V 24



GARRETT E O ROMANTISMO

Escrevendo sobre Garrett, formulou Lopes de Mendonça uma phrase de intuição genial: *é uma nacionalidade que resuscita*. Todas as manifestações complexas da sua existencia individual, todas as iniciativas e intenções da obra em que fundou uma nova Litteratura, derivam do sentimento que o impellia a acordar nas almas a emoção da patria, e dar a um povo a consciencia do seu organismo historico de nação. Abalos profundos se deram na sociedade portugueza, reflexos do movimento politico que agitava a Europa nos começos do seculo XIX; o velho absolutismo do direito divino transigia com o reconhecimento da soberania nacional, e o arbitrio da acção governativa systematisava-se em codigos politicos, e em representação parlamentar como expressão do suffragio. Garrett saíu da adolescencia, quando estes impulsos, em

que o liberalismo se generalisava como uma *transição ingleza*, vieram suscitar em Portugal a generosa Revolução de 1820. Esse movimento revolucionario, na sua sinceridade e audacia reorganizadora, foi verdadeiramente uma vibração da energia da nacionalidade; Garrett recebeu em cheio essa luz, achou a sua missão como homem e como artista: servir essa patria até ao sacrificio, dar-lhe voz, expressão de protesto e de hymno de gloria, inspirando-se da sua Tradição, e restituindo-lh'a idealizada pela poesia. Explicar a genese de um espirito que se liberta de todas as compressões mentaes e sociaes de uma epoca de decadencia profunda, é um trabalho digno de interesse pela lição que aproveita a todos; mas, será maior o encanto e assombro seguir esta revivificação maravilhosa de uma nacionalidade quasi apagada, erguendo-se sentida e imponente na sua obra esthetica. Pelas datas decisivas que fixam as epocas da liberdade moderna portugueza, definem-se tambem as ascensões d'aquelle espirito nas fórmias intensas da idealisação da nacionalidade; assim, á transfiguração psychica que n'elle determinou a Revolução de 1820, seguiu-se essa phase de exuberancia creadora em que o seu genio triumphava servindo com entusiasmo a Revolução de Setembro, de 1836, em que se affirmava a *soberania nacional*; por ultimo o seu desfalecimento moral e morte, quando apenas entrava na velhice, resultam d'essa terrivel data de 1847, em que uma *intervenção armada* estrangeira pedida por D. Maria II, veiu abafar de vez a vontade nacional. Não basta analysar litterariamente a obra de

Garrett, para reconhecer que n'ella começa uma epoca nova da Litteratura portugueza. Essa epoca é conhecida pela designação de *Romantismo*; e esse character predominante da expressão esthetica é o sentimento individual libertando-se dos modelos classicos e inspirando-se da tradição nacional. Importa definir bem a crise do Romantismo, que se realisou em todas as Litteraturas da Europa no primeiro quartel do seculo XIX, simultaneamente com a crise politica que se effectuava em todos os estados. Pela revivescencia das tradições, á medida que se inspira d'ellas, é que Garrett, se vae elevando á individualidade suprema, em que nos Poemas historicos acorda um passado de gloria, no Theatro ensina o modo de formar uma opinião publica, e no Lyrismo imprime o cunho da sentimentalidade amorosa do povo portuguez. O homem, a sociedade e a arte são inseparaveis n'este estudo sobre a renovação da Litteratura portugueza moderna; a phrase por onde começámos é a synthese a que chegaremos como resultado final. Garrett apparecerá mais do que um poeta, um orador, um politico, um prosador, um dramaturgo, um pedagogista, um jornalista, um erudito, é mais — é uma nacionalidade que resuscita. E emquanto a sua obra fôr lida, esse sentimento da nacionalidade não se apagará facilmente, apesar dos atropêllos que contra ella exercem os poderes empiricos.

Quando se analysa a evolução organica das Litteraturas modernas, determinam-se as relações de todas as suas fórmulas artisticas com os germens tradicionaes e populares

desde a Edade média até hoje. Das fórmulas syncreticas da Canção lyrica, narrativa e dançada ou dialogada, derivam as creações estheticas do Lyrismo subjectivo, da Epopêa heroica e do Drama, que attingiram a perfeição através dos esbôços ensaiados entre as nacionalidades romanicas. Reconhecidas estas bases pela critica, é altamente interessante observar como os genios estheticos vencendo a corrente do gosto dominante, como o humanismo classico da Renascença, ou o arcadismo do seculo XVIII, se libertaram das convenções de um cultismo irreflectido, para se approximarem das fontes tradicionaes em que revivificaram a sua inspiração. Observa-se em Garrett este phenomeno psychico. Nascido sob o influxo do mais auctoritario arcadismo, como bom philintista, imitador dos Poemas didacticos do pseudo-classicismo francez, e adoptando os moldes da Tragedia philosophica do seculo XVIII, que poder lhe insuflaria a libertação do sentimento, e lhe revelaria um ideal, para se tornar o renovador indiscutivel da Litteratura portugueza?

Foi a Tradição nacional, que a emigração acordou na sua alma. E desde logo a sua obra tornou-se mais vibrante e suggestiva, á medida que se ia approximando das fontes tradicionaes: a Canção narrativa manifesta-se em toda a sua belleza no *Romanceiro*, e elabora a *Adosinda*, a *Dona Branca*, e d'ahi á identificação de Camões com a tradição nacional, e Symbolo d'ella. Para renovar o Theatro, descobre o germen da Canção dramatica no Auto vicentino, e tomando Gil

Vicente como o symbolo d'essa criação, em volta d'elle entretece a acção com que exemplifica as fórmulas modernas do Drama. Por fim, quando a paixão amorosa o empolga, e quer exprimir a intensidade da sua emoção no lyrismo, approxima-se da Canção ingenua da alma popular, e reproduzindo-lhe a tonalidade simples e profunda, cria o typo inexcedivel do Lyrismo moderno nas *Folhas caídas*.

Realizou assim a evolução ascencional do seu genio esthetico em quanto á Litteratura portugueza; tendo chegado a esta altura, as fronteiras nacionaes abateram-se diante da concepção universalista, e inspirando-se no ideal humano accentuou a plenitude do seu poder de expressão, unificando a synthese poetica com a synthese philosophica no drama *Frei Luiz de Souza*. E' a esta luz que o genio de Garrett deve ser estudado e póde ser comprehendido.

Depois de todas as desgraçadas luctas politicas, que da *violencia* de 1847 passaram á *corrupção*, em 1851, appareceu n'esse anno um panegyrico a Garrett definindo a sua acção na sociedade portugueza:

«Espirito de rasão e justiça, alma sublime, que *te elevaste acima de todas as nossas misérias*.

«Espirito redivivo do antigo Portugal, em que encarnou o genio de Camões, o genio, a alma, o coração, o amor da patria e da virtude.

«Como os nossos avós fôram grandes e illustres pelo AUCTOR dos *Lusiadas*, nós o somos pelo auctor de *Camões*, de *Dona Branca*, de *Frei Luiz de Sousa*.

«Tirae-nos um ou outro, que ficaremos nós? Quem dará alma ás nossas almas?— A vil prosa das vossas leis? a vilissima algaravia dos vossos discursos?

«*Se nos venderem e deshonorarem os traidores...* vós ambos ficareis dizendo á posteridade — que havia n'este canto da terra um Povo pequeno, mas tão grande de coração, que não coube n'ella;

«que atravessou por mares nunca d'antes navegados;

«que descobriu novos mundos;

«que deixou uma grande Nação por herdeira e testamenteira de sua grandeza e poder.» ¹

¹ *Rev. univ. lisbonense*, t. III, 2.^a série, p. 522 .

Ideia geral do Romantismo

Não se poderá comprehender o phenomeno esthetico manifestado em todas as Litteraturas no começo do seculo XIX, inspirando-se de um novo ideal, se não fôr determinada a sua relação de simultaneidade com a aspiração politica, que por movimentos revolucionarios chegou ao liberalismo das instituições parlamentares. O *genio* e a *vontade nacional* buscavam esta dupla expressão artistica e politica, tão intimamente ligadas, que os escriptores academicos que reagiam contra a emancipação dos modelos classicos apoiavam-se no conservantismo dos partidarios do governo absoluto; e no triumpho do liberalismo a pompa estylistica dos adeptos do romantismo veiu servir as simulações liberaes da transição ingleza em todas as variedades das suas peças officiaes escriptas. Mão grado estas deturpações mais ou menos inconscien-

tes, é certo que as aspirações politicas provi-
nham d'esse prolongado abalo que chegára
â crise violenta ou explosão temporal da Re-
volução franceza; e a inspiração do genio na-
cional era uma vaga intuição da Edade me-
dia, ou propriamente do fóco d'onde irradi-
aram todas as tradições poeticas, transmittidas
com as novas linguas e nacionalidades mo-
dernas, que se elaboraram n'essa epoca fe-
cunda. A falta de conhecimento da solidarie-
dade com o passado europeu levou ao absur-
do de se imaginar que a liberdade politica
reclamada depois da Revolução era uma sim-
ples imitação da Constituição ingleza; e con-
junctamente, que o novo ideal litterario era
uma suggestão proveniente da Allemanha,
que bem cedo se inspirára das suas tradições
libertando-se do pseudo-clacissismo francez.
Relacionados estes phenomenos com os seus
antecedentes, a questão complexa resume-se
em dois problemas historicos:

Como é que as instituições democraticas
decahiram diante do desenvolvimento do po-
der absoluto das monarchias? — Como é que
o genio nacional se obliterou na Arte e Litte-
raturas modernas, pela imitação e auctorida-
de dos modelos classicos greco-romanos?

D'estes dois problemas o que immediata-
mente nos interessa é o da renovação das
Litteraturas; e procurando responder-lhe, te-
mos de seguir pelas manifestações do Roman-
tismo a linha de continuidade pela qual se re-
conhece que esse phenomeno é muito anterior
ao seculo XIX, embora sem a actual denomina-
ção caracteristica. E uma idea geral e nitida
do Romantismo resulta de uma exposição clara

d'estes factos: Como se esqueceu a Edade média?—Como se descobriu a Edade média e começou o seu estudo scientifico?

A) Como se esqueceu a Edade média

1.º A RENASCENÇA GRECO-ROMANA E A NEGAÇÃO DO NACIONALISMO

Quando a Europa, na Edade média, acabava de sair da elaboração syncretica e perturbada de uma civilisação, quando terminava o cyclo das invasões, e estavam creadas as linguas vulgares e a sua metrica original, individualisadas as nacionalidades, definidas as fórmias sociaes, e inventada uma poesia surprehendente sobre elementos das tradições das raças que se conflagraram, quando competia dar largas a uma plena e consciente actividade, tudo isto foi desviado do seu curso natural, pelos dois grandes Poderes, que disputavam entre si a direcção e governo social — a Egreja e a Monarchia. A lucta de seculos entre o Sacerdocio e o Imperio, é essa longa crise de decomposição do regimen catholico-feudal, que vem do seculo XII até ao nosso tempo para substituir esses poderes empiricos, que desviaram tantas e tão fecundas energias sociaes do seu destino normal. A Egreja, moldando a sua organização hierarchica na administração romana, e a Realeza fortalecendo o seu supremo imperio sobre os Codigos romanos, violaram a marcha historica que se ia esboçando em instituições livres. Como das luctas communaes e burguezas do seculo XIII, depois de annullado o feudalismo se decahiu no cesarismo do seculo XVI,

no absolutismo do seculo XVII, no despotismo realengo do seculo XVIII, até que a Revolução veio sacudir este pezadello de morte, afirmando a independencia da sociedade civil, e generalizando as immunidades locaes das Communas na *Declaração dos Direitos do Homem*, eis a tenebrosa solução de continuidade que por si constitue o trama da historia moderna, e reflexamente influira no modo de desenvolvimento das Litteraturas modernas. Desde que os dialectos vulgares romanizados receberam fórmula escripta, até que o Romanismo se servisse d'elles para exprimirem conscientemente as caracteriscas nacionaes e o espirito da nova civilisação que os produziu, prevaleceu um profundo esquecimento da Edade média, que durou seculos, e em que as Litteraturas europêas ou propriamente meridionaes, se exerceram em falso, imitando servilmente as obras da cultura greco-latina, por que não se inspiraram das suas origens organicas tradicionaes, onde encontrariam o plasma natural e fecundo para a elaboração artistica, bem como o seu destino social.

O modo como se obliterou o conhecimento das relações da Civilisação moderna com a Edade média, considerada como um estadio tenebroso pelo qual se passára como provação providencial, é um problema historico de alta importancia. As linguas vulgares fôram banidas da participação liturgica, e o latim a pretexto da sua universalidade arvorado em lingua official da Egreja e das suas relações com os estados; na Curia, os tribunaes, tambem o latim exprimia as relações juridicas, e pelo emprego assim mantido, tornou-se o la-

tim preferido para a linguagem philosophica e scientifica, em que se impoz exclusivo até ao fim do seculo XVIII. D'aqui uma impossivel vulgarisação dos progressos intellectuaes, e uma consequente separação entre os escriptores e o povo, entre as Litteraturas e a collectividade social, que lhes era extranha. As linguas romanisadas, impropriamente chamadas novo-latinas, por esta dependencia constante da auctoridade do latim ecclesiastico e juridico, soffreram uma approximação artificial das construcções ciceronianas e uma appropriação de vocabulos latinos de proveniencia erudita. Nos factos juridicos dá-se a mesma violação: o direito communal passado á fórma escripta, quando os costumes se redigiram em leis de *Estatuto territorial*, no meio das luctas das classes servas que se elevaram á dignidade de povo, tambem por seu turno foi substituido pelo arbitrio da Ordenação dos reis, que iam definindo a sua soberania. O renascimento do Direito romano, que começou pela descoberta das *Pandectas*, interessava especialmente á realeza, que pela sua codificação reproduzia os direitos imperiaes.

Na evolução da Poesia moderna operou-se a mesma deturpação; as Canções de Gesta, espontaneas e repassadas das tradições da sociedade feudal na sua lucta contra a absorção da Realeza, fôram decahindo em prosa narrativa até serem substituidas pelos feitos dos Gregos e Romanos, que degeneraram nos interminaveis romances de *Brutus* e *Clelia*, na imitação moral do *Telemaco*, e nos quadros recortados dos resumos de Tressan, ou nas apagadas allegorias do *Pays de Tendre*.

A Epopêa da Edade média nascida das Cantilenas germanicas ou as Canções populares narrativas, é desenvolvida no conflicto da consolidação das novas nacionalidades, perde o seu espirito organico para calcar-se sobre os moldes virgilanos; Ariosto ridicularisa o fundo épico das principaes Gestas frankas; Camões imita a *Eneida* ao idealisar a nacionalidade portugueza, assim como o Tasso para celebrar a acção commum das Cruzadas, que asseguraram indirectamente á sociedade moderna a sua estabilidade.

Na Arte repete-se a mesma violação: a Architectura gotica é desprezada diante da reproducção das Ordens gregas, e o estylo ogival, creado quando o povo assegurava a sua independencia de terceiro estado, foi bandido das construcções para reproduzir-se a estulta parodia de uma arte que nada tinha de commum com a sociedade moderna. A Historia, cheia de vida nas narrativas quasi testemunhaes dos velhos chronicons, escripta pela pauta rhetorica de Tito Livio, fica reduzida na sua pompa declamatoria a uma biographia pessoal dos reis e ephemerides palacianas. Imitou-se o theatro romano nas comedias plautinas e terencianas, e a tragedia nas fórmias das de Seneca, já imitadas das tragedias gregas, com interesses separados e extranhos á vida do povo. Em vez de crear, de idealisar estheticamente, traduziu-se, commentou-se, imitou-se tudo quanto tinha o valor da antiguidade classica, e a corrente do Humanismo, essencialmente rhetorica, impoz-se com uma inquebrantavel auctoridade á admiração e ao gosto. A critica reduziu-se a

uma simples comparação material das bellezas ou defeitos na imitação mais ou menos habil dos typos bellos da Grecia e de Roma.

E' no seculo XVI, que se observam as consequencias resultantes d'esta longa desnaturação: A Egreja proclama-se aristocratica n'esse longo esforço de resistencia que veiu a affirmar-se no Concilio de Trento; a Realeza firmada nos exercitos permanentes, apodera-se de todas as liberdades populares e desbarata as energias sociaes na irresponsabilidade do absolutismo soberano. A estas duas manifestações da *Auctoridade* espiritual e temporal, que por vezes se colligaram (como se viu na revogação do Edito de Nantes,) correspondeu nas Litteraturas a Renascença, em que predominou nas intelligencias a *auctoridade* do passado greco-romano, que pelo prestigio das obras classicas repelliu tudo quanto era tradição ou esbôço esthetico medieval.

A França, a nação que suscitou a criação da poesia moderna em todos os povos occidentaes, pelo entusiasmo que produziram as Canções lyricas dos seus Trovadores, e as grandes Épopêas das Gestas feudaes vulgarisadas em uma longa expansão jogralesca, esqueceu-se d'esse passado esplendido em que fizera a verdadeira *synthese affectiva*, datando a sua iniciativa litteraria a contar desde Malherbe. A Italia, que se tornára a séde da erudição humanista, pelo espirito universalista dos seus grandes genios, venceu por vezes esta corrente deleteria servindo os seus meios estheticos para darem expressão ao presentimento de uma remota unidade nacional; mas o seculo XVI tambem na Italia se

esterilizou sob a auctoridade classica, assim como na sua existencia politica se extinguiu a acção impulsora e fecunda da Pentarchia. A Hespanha, sob a dupla compressão catholica e monarchica, é desviada da reelaboração do seu Romanceiro tradicional para a admiração das obras greco-romanas, chegando o Marquez de Santillana a formular no seculo xv, que são *infimos e despreziveis* os que se interessam pelos cantares do povo; o erudito Nebrixa explica a lingua castelhana pela grammatica latina, e a versificação *accentuada* por syllabas contadas e *rimas*, como reductivel ao dimetro jambico latino. No meio d'esta compressão auctoritaria salvou-se o theatro, por que a *Comedia famosa* sendo o desenvolvimento scenico do Romance narrado, foi como o unico orgão da opinião publica, servindo-se dos themas tradicionaes e das situações da vida feudal, da epoca da constituição da nacionalidade. N'esta epoca, em que Portugal, depois de ter iniciado a corrente do Humanismo, por que Montaigne, Rabelais, Calvino e outros vultos da Renascença fôram discipulos dos nossos Gouvêas, nos Collegios de Santa Barbara e de Bordéos, Portugal, incorporado na unidade politica castelhana, enriqueceu essa efflorescencia assombrosa do Theatro hespanhol com a contribuição dos seus escriptores, que tinham abandonado a lingua nacional. ¹

¹ No Elogio historico de Sebastião Xavier Botelho, descreveu Alexandre Herculano esta crise do esquecimento da Edade média no seculo xvi: «As sociedades feudaes e municipaes, estas no seu crescer, aquel-

A esta prolongada corrente depressiva escaparam a Allemanha e a Inglaterra, aonde a *auctoridade* classica tendo penetrado não conseguiu apagar as tradições nacionaes, nem obstar á idealisação dos costumes persistentes da sociedade feudal. Attribuiu-se ao Protestantismo esse character de originalidade e nacionalismo, que da Litteratura ingleza passou para a elevação artistica da Litteratura alemã. A incessante compressão da Igreja e da Realeza desde o seculo XVI determinou essas duas fortes reacções, contra a Auctoridade *espiritual* o Protestantismo, quebrando a unidade catholica ou papal, e contra a Auctoridade *temporal* ou o absolutismo monarchico, a Revolução, revindicando a liberdade politica. Na Inglaterra o veio normando reve-

las na sua declinação, deram o ultimo arranco aos pés da sociedade monarchica. Toda a vida anterior das nações do Occidente desabou apoz ellas. Entre nós mudou tudo: socialismo, sciencia, arte, character religioso.— Compozera-se então todos os aspectos da sociedade a exemplo da unidade monarchica: o senhorio feudal tornou-se dependencia completa; o municipio delegação; os parlamentos letra morta. A chronica, essa fôrma tão viva, tão dramatica, tão nacional da historia, cedeu o campo aos Thucydides e Livios modernos; o plantonismo christão e espiritual, fugiu combatendo, como os Parthas, ante o aristotelismo argumentador e materialista; as artes plasticas seguiram de longe os destinos de suas irmãs de Italia, onde as illuminuras aéreas e incorrectas dos missaes e horas, desappareciam diante do pincel terreno e correcto de Raphael, e as cathedraes mysteriosas e symbolicas se desmoronavam ao altear do templo de San Pedro...; todas as artes se confessavam vencidas, na sua imperfeição e rudeza sublimes, pelos monumentos da Arte antiga. O proprio

la-se nos imitadores classicos, os Pope, Dryden, Coleridge, mas não consegue abafar a genuina impetuosidade saxonia, que reflete os seus caracteres nos conflictos da vida actual idealisada na nova fórmula esthetica do Romance. A Allemanha, constituida por uma raça vigorosa ainda rica dos seus mythos primitivos, possuindo uma bella lingua synthetica para a expressão do subjectivismo lyrico e da abstracção metaphysica, com um individualismo espontaneo e grandiosas tradições epicas, tambem se desnaturára ante o catholicismo, adoptando a Biblia em latim, dispendendo as suas forças em uma phantastica reconstrucção do Santo Imperio romano.

Antes do conhecimento da relação da sociedade moderna com a Edade média, o seu

christianismo se fez intolerante e sanguinario como o polytheismo romano, o perseguidor dos martyres, — e a Inquisição restaurou o Pretorio. Finalmente a poesia nacional, balbuciante ainda, retrahiu-se ante o fulgor da Litteratura latina. As instituições de Roma, a Roma dos imperadores, annullaram as nossas instituições primitivas, e a poesia romana mudou o character da poesia moderna. A sociedade reconstruindo-se em todas as suas partes, vasava-se no molde antigo, e a arte reproduzia o pensamento que guiava o seculo. Deixou de ser christã e nacional, para ser pagã e peregrina. — Netos dos celtas, dos godos, e dos arabes, esquecêmo-nos de todas as tradições de avós para pedirmos ás cinzas de um imperio, morto e extranho, até o genio da propria lingua!

«Mas essa civilisação violenta, enxertada em arvore de diverso genero, devia tarde ou cedo ceder o lugar a outra mais hemogenea com as tradições e costumes, com as crenças e habitos dos povos modernos.» (*Memorias do Conservatorio*, p. 28.)

espírito inspirou muitas obras litterarias que não eram imitadas dos modelos classicos; eram originaes, porque idealisavam os costumes e vida domestica, a característica nítida que separa as Litteraturas modernas das antigas. A Hespanha é quem appresenta mais documentos d'esta espontaneidade esthetica: basta apontar obras como a *Celestina* de Rojas, o *Lazarillo* de D. Diego de Mendoza, o *Don Quijote* de Cervantes, *Gusman d'Alfarache*, *Picara Justina*, e essa vasta serie de Comedias famosas, que forneceram a todas as Litteraturas da Europa os mais bellos temas dramaticos. A linguagem tambem reflectia este espirito de revolta contra a auctoridade classica, no *Culteranismo*, insistente esforço de expressão figurada, de uma elocução pittoresca arrojada supprindo a falta de relêvo das ideias. Herculano appreciou com justiça o seiscentismo, ou a reacção culteranesca: «Ha acaso quem duvide de que elle era uma revolta, senão contra a essencia da arte romana, de certo contra as fórmas exteriores d'essa arte?—Qual foi a origem do Seiscentismo?—A historia litteraria diz-nos que fôram Marino, Gongora, e não sei quem mais. E' uma d'aquellas falsidades historicas, que nascem de curto pensar. Nunca um ou alguns homens poderam assim mudar nem a minima das formulas sociaes, em cujo esmero a arte de certo não é a ultima. São as gerações arrastadas e agitadas por ideias que nasceram e se derramaram insensivelmente, que fazem semelhante transformação. Esses cabeças de eschola são o verbo da ideia, são os interpretes do genero humano, e mais nada.

«O Seiscentismo foi uma revolução que fahou, uma tentativa de restauração da nacionalidade em litteratura, que não sendo acompanhada pela restauração social completa do modo de existir portuguez, anterior ás influencias romanas, ficou aleijado e rachytico, e substituiu a uma arte anti-nacional, mas judiciosa e brilhante, outra falsa é além d'isso ridicula.»

O phenomeno do Culteranismo é commum a toda a Europa do seculo XVII, e a França na mesma reacção contra a auctoridade classica recebe de Hespanha o novo impulso esthetico; o genero *picaresco* é imitado por Scarron no *Roman comique*, e Le Sage, transforma os esboços românticos de Vellez de Guevasa no *Gil Blas* e no *Diable boiteux*; no theatro essa influencia é mais decisiva, como se observa nas obras primas de Corneille, o *Cid*, *Menteur* e *Don Sancho d'Aragon*; em Molière no *Festin de Pierre*, imitado do *Burlador de Sevilla* de Gabriel Tellez, na *Princesse d'Elide* e no *D. Sancho de Navarra*; em Quinault, Hardy, Rotrou e tantos outros.

O movimento tornava-se mais profundo em França, porque uma grande actividade philosophica suscitada pelo Cartesianismo, fez surgir o problema da comparação entre os Antigos e os Modernos, emquanto ás suas capacidades estheticas. Dividiram-se os campos, proclamando a superioridade dos Antigos os que se entregavam á imitação dos modelos classicos; e reconhecendo as novas condições da vida moderna e os elementos vivos da idealisação artistica os que melhor comprehendiam a nova civilisação mais vasta do

que a polytheica. A *Querella dos Antigos e Modernos*, não foi esteril; poz em frente um do outro os dois espiritos. Não podia avançar mais, por que esses luminosos criticos desconheciam a Edade média como fonte historica da civilisação moderna, e faltava-lhes a synthese philosophica que lhes relacionasse a Antiguidade classica com a medieval em uma solidariedade progressiva. A' concentração da auctoridade politica exercida por Luiz XIV, competia tambem uma arte pomposa e uma litteratura rhetorica, oficialmente approvada, como um modelo de ordem em quanto aos sentimentos; o classicismo renovou-se auctoritariamente e sob este aspecto francez influiu largamente na Allemanha, e nos povos meridionaes até ao primeiro quartel do seculo XIX.

Esse pseudo-classicismo francez, ou propriamente o Arcadismo, provocou a sua primeira reacção entre os Encyclopedistas, que pelo exotismo litterario e impressionismo procuravam renovar a litteratura na imitação da natureza; a reacção decisiva operou-se na Allemanha, fundando a sua litteratura nas bases tradicionaes da Nacionalidade germanica, e suggerindo a renovação das Litteraturas meridionaes ou o Romantismo. Mas esta crise fecunda fôra suscitada no genio allemão pelo conhecimento da Litteratura ingleza, em que o sentimento da Edade media, a idealisação da vida social, e a emoção da natureza prevaleceram sempre sobre as fórmulas academicas e convencionaes do gosto classico; o veio normando, que segundo Taine, caracteriza a correcção artificial, nunca

suplantou a espontaneidade e livre inspiração do genio saxonio; e socialmente, o feudalismo inglez não se extinguiu, e as liberdades communaes equilibraram-se com elle no poder dos parlamentos. Pelas condições de independencia civil e politica, provenientes das suas instituições, a Inglaterra já desde o seculo XVII patenteava bellos documentos de originalidade litteraria. Pela justa coexistencia entre uma aristocracia territorial e as classes industriaes, a monarchia não pôde dispôr das forças sociaes a seu arbitrio; a crise religiosa provocada por Henrique VIII, e a revolução politica de Cromwel, fôrão dois dos maiores impulsos para a dissolução do regimen catholico-feudal. Uma sociedade trahada pela emoção de tão importantes movimentos, não podia deixar de se inspirar da sua actividade organica; os escriptos de um Shakespeare, de Ben-Johnson, de Marlow, de De Foë, de Fielding, de Swift, de Richardson, appresentam todos os caracteres da modernidade na litteratura: a vida subjectiva da consciencia individual approximada da generalidade humana, os interesses e situações de uma vida social que se funda na estabilidade dos costumes idealisaveis, tornando a vida domestica um thema esthetico mais intenso do que os actos da vida publica. A Litteratura ingleza inicia a fórmula definitiva do Romance moderno, tão bello como a da Epopêa antiga; é uma criação que extrema as litteraturas modernas das antigas, que idealisaram exclusivamente a vida publica. Por esta concepção, tão bem achada por Comte, é que a palavra Romantismo exprime cabalmente o

phenomeno da renovação das Litteraturas meridionaes nos principios do seculo XIX. A verdade é irrecusavel quando a theoria condiz com os factos; effectivamente a Allemanha recebeu da Inglaterra o primeiro impulso para a sua renovação litteraria e influxo na dos povos do Meio-dia.

A originalidade das Litteraturas manifesta-se pelo fundo e elaboração artistica das *tradições* populares, em que se basêa o seu nacionalismo, e a sua vitalidade resulta da aspiração moral ou politica de que estas são a expressão. Se a Edade média interessa profundamente por contêr os germens das Litteraturas modernas, a Revolução, ou a explosão temporal franceza não é menos absorvente pelas aspirações sociaes e individuaes, que se manifestam na grande commoção que se reflectiu em todas as nações. A Litteratura franceza teve uma phase *proto-romantica*, que tentava exprimir essa aspiração nova á liberdade; n'este criticismo negativo, em que os Encyclopedistas repelliam a Edade média e prescreviam a imitação da Antiguidade classica, procurava-se a verdade da arte no typo e espontaneidade da natureza.

Escreve Pierre Laffitte, no seu *Curso de Philosophia primeira*, caracterisando um aspecto novo do Romantismo:

«E' para notar, que a partir do dia em que começou a decomposição theologica, um movimento de regressão para o fetichismo se desenhou com uma crescente energia, e com um character particular que dimana principalmente da classe theorica, a unica que, em certo limite, se tinha outr'ora desligado do

fetichismo. E' um movimento deliberado, se não systematico. Dir-se-hia que a Humanidade á medida que se liberta da prisão theologica, volta-se com um inexprimivel encanto para as concepções que embalaram a sua infancia.—Inicia-se no seculo XVIII, quando o edificio catholico sob o golpe dos philosophos começou a desmoronar-se. O homem desligando-se de todo da preocupação celeste, volta-se para a terra, e encontra-se face a face com a natureza. Tudo se fetichisa então, e uma linguagem nova surge da renovação dos pensamentos e dos sentimentos. Diderot é o iniciador d'este estylo deslumbrante de imagens, que nos parece hoje a cousa mais natural, mas que muitos dos seus contemporaneos consideraram ridiculas: as suas *paginas ardentes*, os seus *sorrisos ensopados de lagrimas*, suscitaram os motejos de um Palissot. Depois d'elle, Rousseau, doido máo, mas observador habil, descobre e nos conta uma paixão que não brilha em parte alguma tanto como nos seus devaneios de um passeante solitario, a poesia dos bosques, dos prados, dos lagos. Elle não revela ainda a das montanhas, que só será descoberta no começo do seculo XIX, como observou recentemente com grande perspicacia M. John Morley. Desde então, o amor dos campos, o amor das cousas rudes apodera-se tanto de todas as classes, que as proprias rainhas fazem-se lavradeiras installando-se no Trianon. Causa espantosa, a terrivel Revolução, longe de sustar este movimento inspira-lhe uma nova energia: pensamentos e imagens que Theocrito não desdenharia, infiltram-se nos discursos os

mais violentos; a ecloga está como que ao lado do cadafalso. Com Chateaubriand o impulso dado accentua-se ainda. O purismo literario do velho abbade Morellet debalde se insurge quando topa no *Atala* expressões como esta: *Chorar a patria ausente, deserto que se desenrola, a grande voz do rio*; os contemporaneos, cujos sentimentos o auctor traduz maravilhosamente, enthusiasmam-se com elle, e mostram aos seus successores em que via devem seguir. O que se chama o *Romantismo* em França, o *lakismo* em Inglaterra não teve outra origem. E' a penetração na poesia de uma ordem de sentimentos e de ideias que ainda se não tinham affirmado a não ser na prosa. O successo do Romantismo não está nos seus dramas, em que pretendia exceder Corneille e Racine emancipando-se de toda a regra, affrontando muitas vezes o senso commum, reside nas suas tendencias feticlicas inteiramente: fez reviver a natureza e animar o estylo. E' isto e só isto o que lhe merecerá a approvação da posteridade. Isto é tão verdade, que uma outra parte da arte, em pintura, a unica eschola verdadeiramente grande que fez surgir esta renascença é uma eschola de paisagistas, em que os mais potentes e mais admirados fôram aquelles que mais apaixonadamente amaram a natureza, e na natureza, não os aspectos soberbos e os lados grandiosos, mas as cousas as mais simples, minucias que teriam outr'ora passado por vulgar: a arvore, a pedra, o regato.» ¹

¹ *Rev. occidentale philosophique*, t. III, p. 40.

A marcha da Revolução franceza foi desviada por Napoleão de seu destino reorganizador, para um retrocesso ao passado politico e religioso; a Arte e litteratura manifestaram-se banalmente classicas, como que em accordo com a sua auctoridade. Mas a corrente da liberdade que a Revolução suscitára na intelligencia moderna não pôde ser extinta; o interesse que a critica impassivel de Kant mostrava pelo assombroso phenomeno social, era para os artistas uma paixão vehemente que os inspirava. N'esta corrente se tempera o genio de Schiller; a Revolução o reconheceu enviando ao poeta o diploma de cidadão francez.

N'este tempo os poemas gaélicos do pretendido bardo do seculo VI Ossian, repassados do aneio pela liberdade e de uma vaga melancholia do genio celtico, vêm seduzir as imaginações com um indefinido ideal poetico; Goëthe apaixonou-se por esse lyrismo narrativo, e Napoleão chega a preferir os quadros guerreiros ossianescos ás epopêas homericas. A discussão da authenticidade dos poemas publicados por Mac-Pherson leva á comprehensão do que é uma poesia nacional, e influe no lyrismo inglez da eschola dos *Lakistas*. Na Allemanha, Jacob Grimm descobria o fragmento da Cantilena de *Hildebrand e Hadebrand*, que o approximava das raizes da poesia nacional germanica, e do germen das Gestas frankas. No emtanto Napoleão tempestuava na Europa com a irracionalidade das suas invasões, pretendendo renovar o sonho de Carlos Magno, quando constituia a unidade europêa sob a incoherencia do mun-

do barbaro. A Allemanha, para resistir ás monstruosidades do prepotente, organisou-se em sociedades secretas como o *Tugendbund*, da qual Fichte foi um dos fundadores, e a *Burchenschaft*, ás quaes pertenciam os estudantes, os homens de sciencia e os poetas. Competia á Allemanha, que iniciára com a Reforma a liberdade de consciencia, completar a sua obra emancipadora, pelo *Romantismo*, ou a liberdade do sentimento na arte. O movimento romantico foi suscitado pela Allemanha, por que pelo seu genio philosophico mais depressa chegou á verdade de uma concepção esthetica racional, e porque os thesouros das suas tradições, apesar dos seculos em que esteve immolada ao catholicismo e ao pseudo classicismo francez, eram por tal fórma ricos, que ao primeiro trabalho de Graff, reconstitue-se a velha lingua allemã, Jacob Grimm reconhece a mythologia teutonica e o symbolismo germanico, Guilherme Grimm e Lachmann restauram as Epopêas germanicas, e o politico Stein chega a apoiar n'esse espirito tradicional da nação toda a resistencia com que derruba o colosso napoleonico.

O exotismo em litteratura, veiu tambem no começo do seculo XIX mostrar que existem obras bellas entre povos e civilisações que nunca tinham conhecido os moldes greco-romanos; a revelação do drama indiano de Kalidora, *Sacuntála*, traduzido por Schlegel, veiu dar a conhecer que em todos os corações humanos existe uma unidade superior, uma harmonia da mesma origem, da solidariedade da vida e da continuidade da civilisação. Este impulso do exotismo manifestára-se já no se-

culo XVIII, quando Diderot, Mercier, Sedaine e Beaumarchais conheceram o theatro chinez; e foi por esta mesma tendencia que M.^{mc} de Staël, pelo seu livro *De l'Allemagne*, foi uma das propagadoras do espirito do Romantismo em França. O exotismo na sua verdadeira comprehensão hade ser sempre o meio de alargar as litteraturas nacionaes dando-lhes a aspiração humana do universalismo.

Desde o seu começo, o seculo XIX assignalou-se por um novo criterio historico, a comprehensão de cada raça, civilização ou epoca; a erudição profunda não deixou de ser uma reconstrucção poetica, e libertando-se da mesquinhez dos commentarios e das obras da antiguidade, exerceu-se sobre as instituições da Edade média, completando o quadro da Historia moderna. O christianismo, que fôra considerado como o factor exclusivo da civilização moderna, teve de ceder a maior parte dos seus titulos ao elemento germanico ou barbaro modificado pela cultura greco-romana. Tambem pela renovação philosophica iniciada por Kant, o problema da Esthetica veiu provocar os pensadores, como Schelling e Hegel, a constituirem a philosophia da Arte estudando as creações sentimentaes sob o aspecto scientifico. A estas duas causas mentaes, accresce a do abalo social effectuado em todos os povos da Europa em consequencia da Revolução franceza, em que a aspiração a liberdade politica forçou a realeza despotica a transigir pelo regimen das Cartas constitucionaes *outorgadas*; e essas aspirações nacionaes acordaram-se na lucta contra as insensatas invasões napoleonicas, quando os povos

resistindo pela defensiva se ligam pela mesma tradição patria. As Litteraturas acharam um bello ensejo para se manifestarem como uma expressão viva do tempo.

Mas, n'estes dois povos, inglez e allemão, além de uma activa vida social e mental, existia um vigoroso fundo de tradições resultantes da vitalidade da raça; desde que esta força organica as influisse á idealisação d'esses themes, alcançavam a originalidade e o character de nacionalidade nas suas Litteraturas. Libertando-se da subserviencia franceza, e imitando transitoriamente a litteratura ingleza, a Allemanha chegou logo no principio do seculo XVIII a fundar uma esplendida litteratura nacional, e a impulsionar em egual sentido as Litteraturas meridionaes; da Allemanha veiu tambem a designação de *Romantismo* para esta crise de renovação.

A transformação das Litteraturas modernas, ou o Romantismo, encetou no dominio affectivo o que na ordem politica ou social iniciára a Revolução franceza; estes dois factos resumem-se na dupla expressão do *genio* e da *vontade nacional*, pelo individualismo da inspiração e pela universalidade do suffragio. Existe uma relação entre estes dois factos. O phenomeno social da Revolução franceza foi precedido por um extraordinario sentimentalismo e paixão pela natureza, que se manifestou primeiramente na litteratura até penetrar nos costumes; um tal exagero proveniente de uma mais intensa vida moral, levou a reconhecer o falso idyllio e á approximação do sentimento humano. Gervinus conheceu a importancia d'esta phase espontanea

do Romantismo; na parte politica presentiu-a Montesquieu com o seu enthusiasmo pela Constituição ingleza, e na parte affectiva por Rousseau trazendo ao criterio da natureza a noção do estado, da arte e da educação, por Diderot recompondo philosophicamente as paixões, renovando assim as doutrinas dramaticas, fazendo prevalecer a ideia sobre a fórma, a simplicidade á belleza affectada, a espontaneidade á imitação artificiosa e convencional. Chama-se a este periodo o *Proto-Romantismo*; surgiu como uma reacção ao gosto pseudo-classico, que se generalisára emquanto predominou o absolutismo monarchico francez. Escreve Gervinus: «Esta primeira phase de um Romantismo inconsciente e ainda não denominado, foi interrompida e atrasada pela Revolução franceza. A França só se occupou da independencia politica, ao passo que a Allemanha insistiu mais em querer realisar a sua emancipação intellectual.» (*Hist. do Seculo XIX.*) Mas a emancipação intellectual conduzia logicamente á livre discussão politica, e assim o philosopho inglez Mackintosh o reconheceu: «A Litteratura allemã foi apontada como cúmplice da politica revolucionaria e da philosophia materialista». A final Gervinus chega á mesma comprehensão, reconhecendo que a Allemanha consegue o desenvolvimento nacional completando a sua educação intellectual, antes de realisar a transformação politica, e assim o impulso do Romantismo veiu dos povos anglo-germanicos para os novo-latinos, repercutindo-se da França para a Italia, Hespanha e Portugal.

O Romantismo manifestou-se alheio a dou-

trinas philosophicas e historicas, sem uma noção clara do que se pretendia; rompia com a auctoridade classica, do mesmo modo que as novas instituições politicas se tinham fundado pela revolução contra a auctoridade temporal e espirital do regimen catholico monarchico. Na sua vacillação doutrinaria, o Romantismo reflectiu todos os movimentos reaccionarios e liberaes da oscillação politica.

Na orgia militar do Imperio, á auctoridade cesarista do côrso competia uma renovação da *auctoridade* classica; então macaquearam-se as fórmãs da arte greco-romana. Depois da queda do Imperio napoleonico, os reis do direito divino colligaram-se para extirparem os fermentos da liberdade deixados pela Revolução; vendo que essa aspiração á independencia politica se manifestava simultaneamente em todos os estados da Europa, suspeitaram na sua obcecação egoista, que a forte aspiração era produzida por uma immensa liga secreta, e colligaram-se entre si na chamada *Santa Alliança dos Reis contra os Povos*, para restabelecerem na sua integridade o regimen catholico-feudal. A Europa soffreu as perturbações d'esse estupendo e vergonhoso atrazo ou retrocesso systematico tentado pela realeza moribunda. N'este periodo historico mais conhecido pelo nome de *Restauração*, o Romantismo serviu a causa reaccionaria, fortalecendo a conspiração clerical com a exaltação mystica de um Christianismo sem crença mas poetico, e reproduzindo o ritual cavalheiresco da Edade média para lisongear a aristocracia, que imaginava recuperar os seus privilegios de casta. A este

periodo romantico deram em França o nome de *emanuelico*, achando-se representado em Chateaubriand, Lamartine, e Soumet. A idealisação cavalheiresca esgotada no drama e no romance historico, em breve se transformou em critica scientifica no estudo das Canções de Gesta, do Lyrismo dos Trovadores e das instituições sociaes da Edade média.

As torpezas e intrigas politicas da Restauração, as agitações da Inglaterra provocando a implantação do regimen parlamentar, as revoluções do liberalismo nos diversos estados, fizeram reviver nos espiritos os principios de 1789; as naturezas ingenuas e fortes protestaram contra o obscurantismo da Santa Alliança, como Byron, ou pugnaram pela independencia nacional, como Miçkievicz e Petöfi, ou perderam a esperança na causa da justiça, e formaram o grupo dos incompreendidos, como Shelley, Espronceda, Leopardi, Heine e ainda Musset. Este periodo do Romantismo liberal é tambem conhecido por duas manifestações distinctas, os *satanicos*, que dão expressão ás emoções pessimistas, e pela exaltação sentimental exaggerada caracterizou o *ultra-romantismo*, e outra sua eschola, que tenta introduzir na idealisação litteraria os interesses actuaes da vida moderna, sendo denominada o *Realismo*. Esta ultima phase do Romantismo, identificando os seus processos de observação com a disciplina da sciencia, tem raizes no seculo XVI, nas novellas *picarescas* hespanholas, e no seculo XVII no romance inglez de costumes. O fim do Romantismo na Allemanha foi a sua dissolução em trabalhos de sciencia, que Gervinus define:

«transição da poesia para a sciencia, e do romantismo para a critica.» (Op. cit., p. 107.) E acrescenta: «Os proprios mestres da poesia, cuja vida se prolonga até aos novos tempos, os Goëthe, os Rückert e os Uhland, seguiram a grande direcção d'esta epoca, e reconcentraram-se cada vez mais no seio da sciencia.» (ib., 109.) Igual dissolução se operou em França com a renovação dos estudos historicos, com o conhecimento critico da poesia da Edade média, e com a concepção realista da Arte. Em Portugal os iniciadores do Romantismo fôram os partidarios do liberalismo: Garrett auxilia o renascimento politico nacional pela idealisação das tradições patrias; Herculano, confina-se no romantismo emanuelico, e exerce-se na renovação critica da Historia de Portugal. Castilho mantem-se no pseudo-classicismo post-revolucionario, no meio da debandada dos ultra-romanticos na exploração do regimen liberal.

2.º AS CRISES NACIONAES E O ROMANTISMO

Aos desvarios audaciosos da orgia militar de Napoleão, que desviára a Revolução franceza de entrar em uma phase organica, succedeu a reacção tenebrosa e não menos funesta dos diplomatas, que estabeleceram a chamada *Santa Alliança dos Reis contra os Povos*, com o fim de assegurar a Europa a estabilidade perturbada, não tanto pelas invasões e guerras do aventureiro côrso, como pelas ideias politicas revolucionarias. O antigo regimen, abstrahia das transformações sociaes, para impôr estupidamente um passa-

do morto com o titulo de *Restauração*; vedava-se a participação dos cargos publicos á mocidade revolucionaria, preferiam-se os velhos ineptos pelos seus privilegios pessoases, entregava-se a instrucção publica á exploração clerical, e considerava-se qualquer obra litteraria não imitada dos modelos classicos convencionaes como instrumento da vasta e imaginaria conspiração das sociedades secretas. E emquanto a Santa Alliança avergava a sociedade europêa ao Absolutismo que resurgia, a Grecia abandonada por todas as potencias politicas, luctava contra a Turquia para sacudir esse deprimente jugo de seculos. Alli se viu a poesia popular alevantar o espirito nacional e dar alento para a resistencia tantas vezes frustrada. Fauriel colligiu os *Cantos populares da Grecia moderna*, que vieram revelar á consciencia do nosso tempo, como a unidade politica e a liberdade de um povo se fundam e renovam ao impulso de uma commum *tradição*. O poeta Righas, como na Allemanha fizera Fichte, fundou a associação secreta *Hetaireia*, d'onde prorompeu a insurreição hellenica. Mas no Congresso da Santa Alliança, os diplomatas oppunham-se á heroica regeneração da Grecia, porque viam com o boçal instincto reaccionario n'este facto assombroso *uma das cabeças da hydra revolucionaria*. Bem haja esse genio extraordinario, que synthetisa a nova feição das Litteraturas e do espirito moderno, Byron, que deixou a voluptuosidade da vida italiana para ir offerecer o seu sangue pela independencia da Grecia. O exemplo de Byron impressionou todos os novos talentos, e a sua morte

deu um extraordinario relêvo aos cantos com que protestára contra os desvarios reaccionarios e attentados contra os povos commettidos pela Santa Alliança. Na evolução do Romantismo, deve-se a Byron a substituição do sentimentalismo idyllico, que se immobilisára como expressão da beatitude christã, pela linguagem do alto protesto da consciencia contra as violencias praticadas pelo systema de restauração do antigo regimen em toda a Europa. Byron rompeu com esse ideal de convenção (*emanuelico*), de que tanto se aproveitava o clericalismo, e deu á poesia um destino social; fel-a o grito da aspiração da liberdade, no conflicto do individuo contra a sociedade atrazada, na revolta das nações opprimidas contra a colligação obcecada da diplomacia da Santa Alliança. O estylo e idealisação de Byron, chamados pelos escriptores academicos *satanismo*, impressionou profundamente, e em toda a Europa foi imitado, provocando a manifestação de novos talentos. Teria Byron a consciencia ou o intuito de uma transformação do ideal poetico moderno? Pela revolta de espirito estava muito longe de uma missão constructiva; elle proprio era auctoritario nas suas admirações por Pope. Offendido no secreto orgulho á primeira manifestação intellectual, affrontado nas relações com a alta sociedade ingleza, ferido nos seus sentimentos pela dissolução forçada da familia, achou-se como um *out-law* no mundo moral, e procurou equilibrar-se, fortalecer-se concentrando em si uma noção de justiça. Qualquer outro individuo succumbiria; mas este estado excepcional da sua persona-

lidade collocou-o livre de todos os convencionalismos na situação em que se alcança a espontaneidade creadora. Byron pintou as cousas, as paixões, os homens, a sociedade como os viu, por um prisma desdenhoso, que asombrou; imitaram-o no traço pittoresco, na phrase de imprecação, no sarcasmo do desalento, até na dissolução da vida dissipada, influencia que se tornou doentia para os imitadores medianos, e que ainda subsiste em Portugal e no Brasil, onde vocações incipientes adoecem e morrem pela monomania do byronismo extemporaneo.

O Romantismo liberal tornou-se lyrismo entre os talentos *declassés* da Restauração, imitando um scepticismo affectado, como em Alfred de Musset; tambem o esforço da Grecia para recuperar a sua independencia nacional influiu no desenvolvimento do Romantismo liberal, em que os poetas entendiam vivificar os seus cantos exprimindo as aspirações da epoca. Beranger, em canções cheias de malicia, moteja a Restauração do Absolutismo faminto e imbecil, e Victor Hugo fixa-se na phase byroniana pela emphase rhetorica. Na lucta do Romantismo em França, dá-se o mesmo facto que na Italia: Baour-Lormiant chega a pedir a banição dos românticos como garantia da segurança publica.

No órgão jornalístico *O Globo*, sob a direcção severa do radical Dubois, a mocidade que se affirma herdeira dos principios da Revolução franceza, estabelece os novos principios de critica, e com interesse Goëthe acompanha de longe esse movimento disciplinado. De 1824 a 1830 *O Globo* exerce uma activida-

de intellectual, que influe sobre o espirito publico. Antes da coroação de Carlos x, e quando o partido liberal se desorientava com a invasão da Hespanha, apparece o primeiro numero do jornal, como que em substituição das *Tablettes universelles*, supprimidas pelo ministerio Villèle. Por effeito d'esta suppressão, a joven França congrega-se n'esse centro de elaboração mental, cuja fundação se deveu em parte a Thiers, e o titulo a Pierre Leroux; *O Globo* inicia o publico no conhecimento das sessões da Academia das Sciencias, na critica theatral, na Archeologia da Edade média, na Philologia e critica scientifica das Religiões; afirmando a superioridade politica da França liberta do Antigo Regimen, intentava alliar-lhe a liberdade da imprensa ingleza e o espirito scientifico allemão. Guizot, Villemain e Cousin não pertenciam á redacção do *Globo*, mas contribuiam com communicacões. Trez grupos se empenhavam n'essa empreza de renovação mental, e no estabelecimento do criterio politico: o primeiro era o dos universitarios, á frente dos quaes estava Dubois, pela sua poderosa iniciativa, e Theodoro Jouffroy pela critica philosophica, collaborando com elles Darimon, Trognon, Patin, Farcy, Agustin Thierry e Lerminier; o segundo grupo era formado por mancebos, filhos dos homens da Republica e do Imperio, taes como Charles de Rémusat, Duvergier de Hauranne, e Duchatel; o terceiro grupo era o da mocidade mais lucida das escholas, os normalistas Sainte-Beuve, Vitet, Merimée, Stapfer, J. J. Ampère e ainda Armand Carrel. Esta geração forte, pela bocca de Jouffroy, ousava di-

zer aos politicos reaccionarios da Restauração, que a Revolução por elles atacada, de-ra-se menos nas ruas do que nas *ideias*; ¹ aos catholicos, que pretendiam restabelecer o obscurantismo medieval, explicava-lhes com grande altura moral as leis psychologicas e historicas pelas quaes os dogmas se extinguem. A transformação do Romantismo da phase *emanuelica* no *satanismo* byroniano, em Victor Hugo, desviou por algum tempo a elaboração litteraria da direcção scientifica que lhe imprimiu o *Globo*.

A verdadeira disciplina do Romantismo, que se dissolvia no exaggero, só poderia alcançar-se conhecendo scientificamente as nossas origens da Edade média; M.^{me} de Staël chegou á fórmula, realisada ulteriormente pela philologia e pela historia: «Nem a arte, nem a natureza se repetem: o que importa no silencio actual do bom senso, é desviar o des-

¹ Escreve Ch. Remusat, no *Passé et Présent* (t. II, p. 292): «O estado geral dos espiritos n'esta epoca era o assumpto inesgotavel dos nossos artigos. Tal era o facto que nós consideravamos sob todos os aspectos, facto poderoso que continha todos os outros, centro das nossas investigações, e que os nossos constantes esforços tinham por fim caracterisar e esclarecer como o mais forte obstaculo aos planos da Restauração e a mais forte objecção ás suas doutrinas; porque, apesar da sagacidade dos seus illustres defensores, ella constantemente desconhecia e punha todo o seu orgulho em desconhecer *a realidade e profundidade da Revolução nas ideias*. Ella queria tudo attribuir ás paixões individuaes, ás illusões de um momento, e representar como um mal passageiro uma renovação social. D'aqui a esperança insensata de tudo repôr a seu modo, e d'aqui tambem a vaidade dos seus esforços.»

prezo que se pretende lançar sobre as concepções da Edade média.» Pela systematisação da Sociologia por Augusto Comte, a Edade média foi considerada a phase embryonaria d'onde provieram as instituições modernas, linguas, litteraturas, arte e classes sociaes; representa um progresso sobre a civilisação greco-romana pela separação do poder espiritual do poder temporal, iniciando a dissolução do regimen catholico-feudal, que na parte religiosa determinou o Protestantismo, e na politica a Revolução franceza. Os philologos allemães e francezes determinaram as origens do lyrismo moderno nas Canções dos Trovadores da Provença, irradiando a sua imitação por todas as côrtes europêas, nas Canções de Gesta frankas acharam uma elaboração épica maior do que a do cyclo homerico. As questões vagas de escholas foram decahindo ante a renovação scientifica, actuando a reabilitação historica da Edade média determinada pelo Romantismo, n'uma mais clara comprehensão da nacionalidade nas Litteraturas. O philosopho Mackintosh, que pertenceu a esta epoca de lucta liberal na politica e na litteratura, caracteriza assim o movimento novo: «A Litteratura d'esta epoca, recentemente, inspira por toda a parte um interesse particular e uma curiosidade geral. Muitas nações regressaram com *uma nova affeição aos monumentos do genio de seus antepassados.* E no meio das circumstancias, que os erros phantasticos de alguns escriptores embaraçam, não temos a receiar os inconvenientes que parecem resultar d'esta tendencia. E', sobretudo, um modo util pelo qual se familiarisam os seculos esclarecidos com as

Edade
Litt.

bellezas e graças proprias a cada lingua, e com as qualidades originaes que dstiguem os primeiros esforços litterarios de cada uma, na epoca em que ellas tomaram um novo impulso; porque é isto o que faz comprehender os caracteres nacionaes.»¹

Em todos os paizes da Europa appareceram simultaneos e solidarios os dois movimentos, o do Romantismo visando á expressão do *genio nacional* nas Litteraturas, e o Liberalismo ou o principio da *soberania nacional* na Politica. A Revolução franceza foi a crise violenta na longa dissolução do regimen catholico-feudal, e por isso os esforços estolidos da Santa Alliança ficam impotentes contra a corrente das aspirações modernas; comprimiram os povos, perseguiram as intelligencias, quizeram restaurar o Antigo Regimen decahido, mas a Revolução fulgurava nas *ideias* e impellia as consciencias. As Litteraturas procurando libertar-se da auctoridade das fórmulas classicas, naturalmente serviram de expressão a um novo ideal. Accentuemos rapidamente este duplo movimento antes de o definir em Portugal.

Na Russia manifestou-se o Romantismo pela exaltação byroniana; os jovens talentos aspirando ao advento da liberdade politica no seu paiz, reuniam-se em sociedades secretas, e por causa das suas composições lyricas soffriam os carcerees e o desterro, como Puchkine. Os paizes escravizados, como a Polonia e a Finlandia, abraçavam a nova poesia, que,

¹ *Essais philosophiques*, p. 43. (Trad. L. Simon.)

como as canções dos Trovadores nas luctas da França municipal occitânica, vinha agora proclamar o grito das nacionalidades, acordando-as para a independência política. Em volta de Miçkiewicz reúnem-se os estudantes da Lituânia e da Ucrânia, e a litteratura torna-se uma linguagem de protesto e de revivescência nacional; Miçkiewicz é internado pelo governo russo. Zaleski inspira-se nos cantos populares, e o byronismo impelle os espiritos ingenuos para a revolta pela independência da pátria, affrontando o patíbulo. Os poetas do desterro, como Miçkiewicz e Krasinski (o Poeta anonymo da Polónia) influem longe da pátria com os seus cantos, conservando nas novas gerações o espirito de resistência na reivindicação do nacionalismo. Na Finlândia também o sentimento de nacionalidade se fortalece pela *tradição*. Em 1806 a Finlândia deixa de pertencer á Suecia para ser pela conquista submettida ao imperio russo; um movimento nacional fez com que apparecesse essa extraordinaria epopêa do *Kalevala*, que Jacob Grimm considerava comparavel ás epopêas indianas pela riqueza dos seus mythos, e que Lenormant examina como a revelação do genio epico de uma raça proto-árica. Em 1819 Von Schröters publica as *Finische Runen*, desenvolvendo-se a paixão pelas origens nacionaes, que levou em 1828 o Dr. Lönnrot a organizar a estrutura do *Kalevala*.

O mesmo phenomeno psychologico se repete na Hungria, quando tentou sacudir o jugo austriaco; o genio magyar revela-se esplendidamente no hallucinado Petöfi, poeta que arrasta apoz si o povo, que se faz guerrilhei-

ro junto do general Bem, vivendo nas lendas da aspiração nacional depois de ter desaparecido em uma batalha. Mesmo na Inglaterra, o Romantismo acordava o espirito separatista da Irlanda e da Escossia, nos poemas de Thomas Moore e nos quadros novellescos de Walter Scott.

A Italia tyrannisada pela Austria, encontra na litteratura romantica o seu protesto eloquente; os novos escriptores Silvio Pellico e Maroncelli são encarcerados, Berchet refugia-se na Grecia, e Rosseti é banido por ter tomado parte na revolta de Napoles. Mackintosh resume em uma caracteristica fundamental o espirito da Litteratura italiana: «Desde Petrarca até Alfieri, o sentimento nacional da Italia parece ter-se refugiado nos seus escriptores.» (Op. cit., p. 81.) D'Ancona desenvolveu largamente esta these em um documentado estudo critico. Na lucta do romantismo, os Classicos para triumpharem dos seus adversarios serviram-se do despotismo austriaco. A pleiada dos romanticos proclamava os novos principios litterarios no *Conciliatore*, jornal que era, como diz Salfi: «Accusado de excitar os seus leitores á independencia politica por meio da independencia litteraria.» (*Resumé de l'Hist. litt.*, II, 199.) O Romantismo italiano appresenta as duas phases distinctas, a *emanuelica*, do christianismo poetisado, em Manzoni, e o *satanismo* em Leopardi, ambos porém com um profundo sentimento nacional. A Italia, depois de ter realisado uma aspiração de seculos, ou a unificação nacional, completa a sua actividade com a forte elaboração scientifica e philosophica; o Roman-

tismo transformou-se em um regimen mental que põe esse povo ao lado da Allemanha e da Inglaterra em invenções e em trabalho.

A Hespanha não podia obliterar a feição nacional da sua litteratura sem soffrer primeiro uma decadencia infligida pela monarchia da Casa de Austria, colligada com o obscurantismo catholico mais intolerante. Para que a Hespanha tornasse a amar os velhos Romanceiros, as suas Comedias famosas de capa e espada, as suas Novellas picarescas, as vivas redondilhas espontaneas, foi preciso que as perseguições politicas do absolutismo lançassem nos carceres e na emigração esses escriptores que até então imitavam os modelos latinos e o pseudo-classicismo francez. Deu-se tal pressão nas duas terriveis epocas de 1814 a 1820, sob o governo da camarilha em demencia, como o caracteriza Gervinus na *Historia do Seculo XIX*, e de 1820 a 1823, durante o dominio do partido Apostolico, que atacava os homens superiores para matar com elles o fermento do liberalismo. O Romantismo em Hespanha, vista a originalidade dos seus antecedentes litterarios, devia de ser uma disciplina de gosto, mais do que uma renovação de fórmãs; mas a ausencia da patria, em que os escriptores se viam separados da communição com o povo, os desalentos pessoases nos prolongados desterros, levaram-os para a imitação exterior das fórmãs, estacando no Romantismo religioso, que veiu comprometter a causa da liberdade com a falsa miragem de que a Hespanha fôra grande na epoca do poder absoluto da monarchia e do catholicismo. Os que sobreviviam cahiam no desalento, co-

mo Espronceda, o mais elevado representante do Romantismo liberal da phase byroniana. Depois da invasão da Hespanha pelo exercito francez enviado por Chateaubriand, os emigrados preferiram quasi todos a Inglaterra; havia perto de outo mil proscriptos, e em um solo extranho é que desabrochou a nova litteratura. A mocidade que adoptava os novos principios estheticos, foi consequentemente arastada para a independencia politica, convertendo a *Academia del Mirto* na sociedade secreta dos Numantinos, que o despotismo descobriu, encarcerando os jovens poetas Escossura e Espronceda. A censura dramatica estava a cargo do boçal padre Carrillo, não menos faccioso que o P.^e José Agostinho de Macedo, tambem censor em Portugal de 1824 a 1829. O Romantismo religioso ampliou-se na fôrma philosophica do humanitarismo krausista, e é n'este mysticismo mental que o genio hespanhol ou iberico se conserva, sem que os seus costumes e leis se modifiquem pelo influxo das ideias scientificas.

Em Portugal, apesar de revindicada a autonomia nacional em 1640, sob todos os reis da dynastia dos Branganças operou-se uma constante *desnacionalisação*, causa da profunda decadencia em que se debate este povo. A realleza achava-se desprestigiada entre as potencias europêas; a proposito do casamento de Luiz xv, quando se discutiam os diferentes projectos, escrevia Mathieu du Marais: «On ne veut pas l'infant de Portugal, par ce que le père est un peu feu.» (III, 173.) E' emanada da chancellaria official a carta regia de 2 de junho de 1800, em que D. João vi

manda impedir a expedição scientifica do barão de Humboldt na America, attribuindo ás suas investigações botanicas, ethnologicas e geographicas o intuito de encobrirem ideias novas que iam perturbar a tranquillidade dos seus vassallos. O rei paternal achava-se tão ligado a seus fieis subditos, que no momento em que Junot apenas com um milhar de homens avançava sobre Lisboa, abandonou o seu povo ás arbitrariedades dos maltrapilhos soldados napoleonicos, recommendando que os tratassemos como amigos, e depois de refugiado no Brasil entregando o mesmo povo ás prepotencias sangrentas de Beresford. O povo estava profundamente degradado nos costumes, e os homens cultos idiotados pela censura regia e clerical. Só depois que pela Revolução de 24 de Agosto de 1820, Portugal proclamou a soberania nacional, repellindo o protectorado inglez, é que um sentimento novo acordou o genio de um joven poeta — Garrett, que procurou dar-lhe expressão na litteratura. Estava ainda sob o influxo do classicismo das Arcadias, mas tinha-se-lhe revelado o espirito da nacionalidade portugueza. Toda a sua obra esthetica acompanha esta revivescencia politica, e assim se achou soffrendo e batalhando pelo liberalismo e sendo o iniciador do Romantismo em Portugal.

Temendo as consequencias das aspirações democraticas dos Vintistas, D. João VI apressa-se a regressar a Portugal, sendo recebido com effusão de lagrimas em 1822, e logo em 1823 impellido pela Santa Alliança, prejura a Constituição feita pelas Côrtes constituintes. Começaram as perseguições politicas; Garrett

emigra de Portugal em 1823, e regressando trez mezes depois é em 1824 expulso pela policia. Era n'estes annos que a forte geração do *Globo* iniciava a transformação do Romantismo, e em França achou Garrett a orientação do seu genio. Depois de rasgada a Constituição de 1822, D. João VI foi trazido em triumpho a Lisboa; fidalgos e militares desatrelaram do carro os cavallos e envergaram em si os tirantes e atafaes, disputando com servil furor quaes se agarrariam á lança para pucharem el Rey *nosso senhor*. Comprehendiam o valor d'esta traição contra o reconhecimento da soberania da nação, por que alguns vieram reclamar na imprensa periodica tamanha honra pessoal, que queriam authenticar. Longe d'este meio infecto é que o genio de Garrett pôde sentir esse ideal que estava apagado na alma portugueza. Depois que o partido *Apostolico*, servindo-se da megera Carlota Joaquina, fez com que o infante D. Miguel rasgasse a *Carta outorgada* de 1826, e restabelecesse o absolutismo na sua pessoa, perseguindo os liberaes com as forcas, as enxovias, os confiscos, o cacete, em 1828, Garrett emigrou pela terceira vez, indo tambem n'este exodo Alexandre Herculano, que na *Harpa do Crente* soube dar expressão lyrica ás luctas pela liberdade nacional, e reconheceu quanto era necessario fundar a Historia de Portugal sobre o estudo das instituições sociaes da nossa Edade média. Não é uma coincidencia fortuita o facto de serem os epigones do Romantismo em Portugal estes dois homens, que pela aspiração politica do Liberalismo tiveram de procurar asylo nos paizes estrangeiros.

Em todos os povos onde se deu a renovação litteraria do Romantismo, vêmos o espirito nacional despertado pela nova concepção esthetica influindo na commoção politica, suscitando os esforços para a liberdade. Herculano, que esteve fóra de Portugal na segunda emigração, reconheceu esta verdade: «A revolução litteraria que a geração actual intentou e concluiu, não foi um instincto; foi o resultado de largas cogitações: *veiu com as grandes revoluções sociaes, e explica-se pelo mesmo pensamento d'estas.*»¹ Portugal tambem teve o seu abalo politico, demolindo o direito divino symbolisado no throno e altar, e redigindo uma Constituição conforme a transição ingleza. Esta phase politica favoreceu o movimento litterario, que se accentuou depois de implantado o liberalismo; Herculano descreve em poucas linhas as consequencias d'essa lucta: «A epoca de 1833 foi a unica epoca revolucionaria por que tem passado Portugal n'este seculo. Nem antes, nem depois quadra tal epitheto aos successos politicos do nosso paiz; por que só então foi substituida a vida interna da sociedade por uma nova existencia. As forças sociaes antigas desappareceram para dar logar a novas forças; destruíram-se classes; crearam-se novos interesses que substituíram os que se aniquilaram; os elementos politicos mudaram de situação.» (*Ib.*, p. 33.) Em todo este laborioso processo de transformação tomou uma parte

¹ *Elogio historico de Sebastião Xavier Botelho.* (Mem. do Conservatorio, p. 31.)

directa Garrett, como espirito dirigente, quer na implantação de um systema administrativo, ou de nova fôrma judiciaria, ou em um plano geral de instrucção publica. Elle conservou no espirito a vibração do sentimento nacional, acordado pela Revolução de 1820, porque a Revolução que triumphou em 1833 era considerada entre os seus chefes e individualidades da situação como simples restauração da *Carta outorgada* de 1826! Combatia-se a pretexto da Carta pelos direitos soberanos de D. Maria da Gloria, não pela autonomia nacional, que era indifferente na lucta dos dois bandos, que faziam o jogo sangui-nario dos dois Irmãos, aos quaes interessava o logradouro d'este povo. As reformas decretadas por Mousinho da Silveira, com quem collaborára Garrett, fôram extraordinariamente organisadoras; mas o espirito nacional estava obliterado e o povo mudo; o entusiasmo pela liberdade foi substituído pela avidez da rapina no momento das indemnisações. Os que regressavam do estrangeiro, traziam elementos bastantes para reconhecerem o lamentavel atrazo de Portugal; a *Sociedade propagadora dos Conhecimentos uteis*, ao fundar a valiosissima revista litteraria *O Panorama*, confessava: «A nação portugueza — é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade. O nosso povo ignora immensas cousas, que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrucção sente-se até nas classes que pela sua posição social, deviam ser illustradas. Entre os homens dados ás letras se acha falharem repetidas vezes as noções elementares de tudo que

não é objecto do seu especial estudo, e a sciencia em Portugal está ainda longe de ter aquelle character de unidade, que ganha diariamente no meio das outras nações.» (*Panorama*, I, 2.)

O primeiro esforço para saír-se d'esta atonia mental, foi a inauguração em 19 de Dezembro de 1833 da *Sociedade das Sciencias medicas e de Litteratura*; no seu jornal publicado em 15 de outubro de 1834, entre os assumptos escolhidos para serem tratados na parte litteraria, incluia-se: «Um Poema escripto em lingua portugueza com o titulo *O Sítio do Porto*, devendo ser o snr. D. Pedro IV o heroe. O poeta poderá escolher o metro que mais lhe agradar, e a divisão do poema em um ou mais cantos.» D. Pedro IV, que chegou a planear a união iberica, retomando assim novamente o titulo de Imperador! Não era por esta via que se conseguiria o resurgimento do espirito nacional. A Revolução de Setembro de 1836 foi essa manifestação assombrosa, contra os que nos libertavam pela Carta de alforria, como se chamava rhetoricamente á Carta *outorgada*, que affrontosamente ainda nos rege. A Revolução de Setembro foi a affirmação consciente da *soberania da nação*, legislando para si em uma Constituinte, substituindo a degradante Carta por uma Constituição politica; e Garrett achou-se servindo com o seu talento e fé a causa nacional em 1836, como um poder espiritual junto do grande tribuno Passos Manoel. Infelizmente Alexandre Herculano estava do lado da Carta *outorgada*, e deblaterava propheticamente contra a Revolução de Setembro parodian-

do as fórmãs biblicas dos libellos de Lamennais; e comtudo, condemnando o desconhecimento dos nossos velhos escriptores, observava com boa critica: «Symptoma terrivel da decadencia de uma nação é este; porque o é da *decadencia da nacionalidade*, a peor de todas; por que tal symptoma só apparece no corpo social quando está a ponto de dissolver-se, ou *quando um despotismo ferrenho poz os homens ao nivel dos brutos*... Desenterra a Allemanha do pó dos cartorios e bibliothecas seus velhos chronicões, seus poemas dos *Nibelungens* e *Minnesingers*; os escriptores encarnam na poesia, no drama e na novella actual as *tradições populares*, as antigas glorias germanicas, e os costumes e opiniões que fôram; o mesmo fazem a Inglaterra de hoje á velha Inglaterra, e a França de hoje á velha França; os povos do norte saudam o *Edda* e as *Sagas* da Islandia, e interrogam com religioso respeito as pedras runicas cobertas de musgos e sumidas no âmago das selvas; todas as nações, emfim, querem alimentar-se e viver da propria substancia. E nós? Reimprimimos os nossos chronistas? Publicamos os nossos numerosos ineditos? Estudamos os monumentos, as leis, os usos, as crenças, os livros herdados de avoengos? Não!...» (*Pan.*, III, 196.) Herculano, que servia este bello pensamento com a revista *O Panorama*, era o mesmo que votava no parlamento a suspensão das garantias nacionaes, na reacção Cartista em 1842, reacção que depois do levantamento nacional chamou em 1847 a *intervenção armada* estrangeira. Garrett, o vintista, o setembrista, era tambem *patulêa*,

clamando a favor dos vencidos, e indo visitar Passos Manoel no seu ostracismo.

Edgar Quinet, em um eloquente protesto contra a *intervenção armada* estrangeira chamada por D. Maria II em 1847 contra Portugal, explica a mutua solidariedade entre as transformações políticas e a renovação literária: «Portugal não se contentava com uma imitação esteril, como se julga; o *renascimento politico fundava se sobre o renascimento do proprio espirito portuguez*. N'este paiz, que deixára de pensar havia dous seculos, uma vida imprevista brilhava em obras inspiradas pelo amor e pela tradição nacional. Numerosos escriptores surgiam, que, todos á uma, fortaleciam o seu genio no mesmo sentimento da patria restaurada. Uma côr de independência bastára para dar ás almas energia; a civilização morta levanta-se. Quem o acreditaria, se não fôsse bem notorio? Os ultimos quinze annos produziram mais obras originaes do que os dois seculos passados; e, segundo a expressão de um homem cuja auctoridade ninguem negará, (Almeida Garrett) nunca se vira no espirito publico um movimento tão profundo, um esforço tão sincero, uma esperança tão viva, uma emoção tão verdadeira, uma inspiração tão indigena desde a epoca dos *Lusiadas*.» Quinet explica em seguida a razão do movimento: «Se alguma vez houve movimento nacional, era o que se operava em plena claridade. O escriptor conspirava nos seus livros, o deputado na sua cadeia, o povo no fundo das provincias. Quando está assim feito o accordo entre a intelligencia do pequeno numero e a consciencia de

todos, não é difficil prevêr as consequencias.» E condemnando a *intervenção armada* da triplice-alliança da Hespanha, Inglaterra e França para abafar o levantamento nacional que repellia o absolutismo de D. Maria II, exclama: «A nação queria reviver; a rainha acha mais legitimo o governar um cadaver.»¹ De facto a vida da nação portugueza como organismo politico acabou depois que um Bragança chamou para mantêr-se no arbitrio a intervenção armada estrangeira.

As obras de Garrett, concebidas n'este periodo de transformações politicas em que revivesceu a nacionalidade portugueza, inspiram-se dos sentimentos e agitações do momento, recebendo por isso um grande relêvo de realidade. As mais bellas inspirações de Garrett são aquellas que se ligam á participação directa da politica de principios: a tragedia *Catão* foi escripta com as emoções democraticas da Revolução de 1820; o poema *Camões* e a *D. Branca*, nos desalentos da emigração forçada de 1824, depois de rasgada pelo prejuizo de D. João VI a Constituição de 1822; o desterro e os carcereos despertaram-lhe em 1827 a comprehensão da poesia popular e tradicional; o *Arco de Sant'Anna* é concebido dentro do cêrculo do Porto, em 1832; a sua renovação do Theatro portuguez resultou das fundações iniciadas pela Revolução de 1836; o *Alfageme de Santarem* foi escripto entre as luctas do elemento constitucional e o facciosismo cartista, quando D. Ma-

¹ *Oeuvres completes*, t. x, p. 58 a 61.

ria II exercia a dictadura cabralina em 1842. Esta relação entre o espirito superior e o seu tempo, accendeu por vezes em Garrett a faísca do genio, como no Frei Luiz de Souza. Elle tinha um ideal. Desde 1834, em que se restaurou a Carta outorgada, até ao presente, em que ella cobre todos os sophismas liberaes, a politica tem sido apenas a agitação dos partidos medios: *intimidar* ou *corromper*, eis o objectivo da auctoridade, synthetisada em um Costa Cabral ou em um Rodrigo da Fonseca, manifestando-se em metempsychoses inferiores. Não havendo um ideal de liberdade, a politica esterilizou os talentos, já pelo excesso das ambições pessoaes ou pelo despeito de vaidades não satisfeitas.

Pela simples indicação das varias manifestações do Romantismo, e das numerosas definições que d'elle appresentavam os criticos, justificam-se as abjurações que d'este titulo fizeram os principaes escriptores e poetas que mais influiram n'essa transformação litteraria. Victor Hugo considerava os nomes de *Classico* e *Romantico* como «signaes sem significação, palavras vagas, que cada qual define ao grado dos seus odios e preconceitos, e que só servem de rasões áquelles que a não tem.» E com o aprumo de original, confessa que «ignora profundamente o que é o *genero classico* e o *genero romantico*.» O lucidissimo critico J. J. Ampère chega a affirmar «que o Romantismo é uma invenção pedantesca de Ronsard.» ¹ Referia-se especial-

¹ Alf. Michielis, *Hist. des Idées litteraires*, II, 466.

mente á expressão figurada e neologica das violentas emoções; mas contra os proprios themas poeticos medievaes, que eram renovados pelo Romantismo, protestava Edgar Quinet: «Epopêas dos passados tempos, troveiros, cavalleria, legendas, encantamentos começados, poesia que poderia ter sido, e que só o foi até meio, fluctuae errante nas linhas das vazias recordações, é muito tarde, um mundo nos separa de vós.» E a Edgar Quinet coube a gloria de ter chamado a attenção da França para as suas Epopêas medievaes, as Gestas frankas. Bastam estes factos para comprehender como os epigones do Romantismo em Portugal condemnaram tambem de um modo peremptorio essa doutrina; comprehenderam a necessidade de romper com a auctoridade *arcadica*, ou *classica*, mas vociferaram contra a *anarchia romantica*. Garrett, nas *Lições de Poesia e de Litteratura a uma joven senhora*, em que imitava ainda as *Cartas a Emilia sobre a Mythologia* de Demoustier, escreve: «São estes tres os generos de poesia mais distinctos e conhecidos, *oriental*, *romantico* e *classico*. O primeiro é o dos Psalmos, de todos os livros da Biblia, e ainda hoje seguido na Asia. O segundo é o de Milton, de Shakespeare, de Klopstock, e de quasi todos os inglezes e allemães. O terceiro finalmente, é o de Homero e Sophocles, de Virgilio e Horacio, de Camões, de Tasso e de Racine. — Os poetas hespanhoes antigos escreveram quasi todos no genero *romantico*, ou n'aquelle que outras regras não tem mais que a imaginação e phantasia; mas os inodernos já se amoldaram ao *classico*, e muitos d'elles têm

progredido admiravelmente. Dos nossos portuguezes tambem alguns afinaram a lyra ao modo romantico, porém poucos.

Hoje é moda o *romantico*, é finura
E' tom achar Ossian melhor que Homero,
Gabar Shakespear, desdenhar Corneille,
De Paris os modernos elegantes
Deixam Racine para lêrem Schiller;
Chamam vil servilismo ás regras d'arte,
Antiquario a Boileau, pedante a Horacio.
Só gostam de Irminsulf e de Teutates,
Obscuros sonhos do Escocez sombrio,
E as risonhas ficções da culta Grecia,
Aureos numes de Ascreu sedições dizem.
Venus e Amores, Graças e Cupidos,
Já muito vistos são, já muito lidos.»¹

E' certo, que pouco tempo depois d'esta investida, Garrett depoz as regras estabelecidas, e escreveu o *Camões*, dizendo no prologo do poema, que não era *classico* nem *romantico*: «A indole d'este poema é absolutamente nova; ... Conheço que elle está fóra das regras, e que se pelos principios *classicos* o quizerem julgar, não encontrarão ahi senão irregularidades e defeitos.— Não sou *classico* nem *romantico*; de mim digo que não tenho seita nem partido em poesia; ... isso é para litteratos de outra polpa, amigos de disputas e questões que eu aborreço.» Mofando assim do Romantismo, Garrett sacudia de si o pó dos canones rhetoricos que recebera da educação de seu tio bispo, e conhecedor dos modernos monumentos litterarios,

¹ *O Chronista*, p. 180.

imaginava uma época nova na litteratura portugueza verdadeiramente *romantica*.

Egual antinomia se dava com Herculano, que via nas tentativas de expressão do sentimento moderno uma reproducção das querellas palavrosas dos *Nominalistas*; elle escreve no *Repositorio litterario*: «Os que conhecem o estado actual das letras fóra de Portugal, na França, na Inglaterra e ainda na Italia, sabem ao que alludimos. Trememos ao pronunciar as denominações de *Classicos* e *Romanticos*, palavras indefinidas ou definidas erradamente, que sómente têm gerado sarcasmos, insultos, miserias, e nenhuma instrucção verdadeira, e que tambem teriam produzido estragos e mortes, como as dos *Nominaes* e *Reaes*, se estivessemos no seculo XVI. Infelizmente em nossa patria a Litteratura ha já annos que adormeceu ao som dos gemidos da desgraça publica; mas agora ella deve despertar, e despertar no meio de uma transição de ideias. Esta situação é violenta e muito mais para nós, que temos de passar de salto sobre um longo praso de progressão intellectual para emparcellarmos o nosso andamento com o do seculo. Se as opiniões estivessem determinadas, o mal ainda não seria tão grande; mas é n'esse cahos que nos vamos mergulhar, do qual nos tiraremos talvez muito depois das outras nações.» (p. 54.) Condemnando a exaggerada auctoridade classica greco-romana da Renascença, Herculano combate o Romantismo como consequencia das crises sociaes contemporaneas: «A ancia da liberdade descomedida, a misanthropia, os crimes, a incredulidade dos monstros de Byron

são o transumpto medonho e sublime d'este seculo de exaggerações e de renovação social.» ¹ Herculano entendia que a palavra Romantismo era usada «com o fito de encobrir a falta de genio e de fazer amar a irreligião, a immoralidade e quanto ha de negro e abjecto no coração humano,» e accrescenta logo: «nós não o sômos, (sc. romantico) nem esperamos sel-o nunca.» ² E na vehemencia do seu protesto deblatera «diante da barbaria d'essa seita miseravel, que apenas entre os seus conta um genio — e foi o que a criou—genio sem duvida immenso e insondavel, mas semelhante aos abysmos dos mares tempestuosos, que saudou em seus hymnos de desesperação: — genio que passou pela terra como um relampago infernal, e cujo fogo minou os campos da poesia e os deixou áridos como o areal do deserto; — genio, emfim, que não tem com quem comparar-se, que nunca o terá talvez, e que seus exagerados admiradores apenas têm pretendido macaquear. Fallamos de Byron.— Qual é, com effeito, a ideia dominante nos seus poemas? Nenhuma, ou, o que é o mesmo, um scepticismo absoluto, a negação de todas as ideias positivas. Com um sorriso espantoso elle escarneceu de tudo.— De sua eschola apenas restará elle; mas como um monumento espantoso dos precipicios do genio quando desacompanhado da virtude. Dos seus imitadores diremos só, que elles farão com seus dramas, poemas e canções em honra dos seus

¹ *Panorama*, t II. p 123 (1837)

² *Repositorio litterario*, p. 88.

crimes, que a Europa volvendo a si, amaldiçoê um dia esta litteratura, que hoje tanto applaude.— No meio das revoluções, na epoca em que os tyrannos, enfurecidos pela perspectiva de uma queda eminente, se appressam a esgotar sobre os povos os thesouros da sua barbaridade,— emquanto dura o grande combate, o combate de seculos,— os hymnos de desespero sôam accordes com as dôres mo-raes; mas, quando algum dia a Europa jazer livre e tranquilla, ninguem olhará sem compaixão ou horror os desvarios litterarios do nosso seculo.» ¹ A emphase dá um relêvo á condemnação do trabalho de regeneração das litteraturas modernas, que elle não comprehende; mas o sarcasmo contra as dôtrinas estheticas chega a fazer piedade: «Rimos hoje com uma paixão insultuosa d'aquelles pobres philosophos realistas e nominalistas, que se travavam em combates e derramavam seu sangue por causa das questões entre as escholas a que pertenciam; mas temos nós por bem demonstrado que, dentro talvez em pouco tempo os nossos descendentes não rirão de nós, porque seguimos differentes seitas e credos em Philosophia, em Lettras e em Artes.» ²

Apesar d'estes anathemas contra o espirito moderno na litteratura, Herculano foi um iniciador do Romantismo em Portugal, collocando-se gloriosamente ao lado de Garrett, e completando a sua obra pela reconstrucção da Historia: «Ao passo porém, que a Arte se

¹ *Repositorio litterario*, p. 88

² *Panorama*, t. III, n. 115.

reconstruía, reconstruía-se a Historia. Ao lado de Goëthe e Schiller, apparecia Herder e Muller; ao lado de Hugo, Guizot e Thierry.»¹

Pelo seu lado Castilho, sustentando o convencionalismo arcádico, sente-se encommo-
do com a iniciativa de Garrett, que na *Dona Branca* renegára os «aureos numes de Ascreu» ou as ficções hesiodicas; e na *Primavera*, (1837) declára não se alistar «debaixo das bandeiras triumphaes dos *modernos espanca-numes*.» No prologo dos *Quadros historicos*, (1838) Castilho declama estrondosamente contra a litteratura do romantismo como propagadora do scepticismo e glorificadora de crimes, atacando os dramas de Schiller, *Salteadores* e *Donzella de Orleans*; o *Jocelyn* e *Notre Dame*. Attribuía esta dissolução da serenidade idyllica da litteratura á invasão do espirito nivelador da liberdade e egualdade. Depois de reagir longos annos por meio de versões paraphrasticas dos classicos latinos, Castilho lançou-se na corrente do romantismo extemporaneo, quando viu que assim lisongeava o gosto dominante, entregando-se a verter Molière, Shakespeare e Goëthe, *nacionalisando-os!* Não lhe bastando a desnaturaçãõ da paraphrase, substituiu o genio nacional de cada poeta pela feição portugueza sua pessoal; contribuiu fortemente para corromper as ideias litterarias do seu tempo.

Garrett, menos intransigente do que Herculano contra o Romantismo, accetava como meio de renovação da Litteratura portugueza

¹ *Memorias do Conservatorio*, p. 135 (1842.)

o estudo das obras primas das litteraturas europêas, ou o exotismo: «D'ahi me parece que se devem empenhar todos os que amam a litteratura portugueza e desejam seu augmento, em estudar tambem as das outras nações, combinal-as umas com as outras, sem fazer eschola de nenhuma, aproveitando de todas, mas sem delir ou confundir o character da nossa propria e nacional.»¹ Foi pelo influxo das litteraturas estrangeiras, que Garrett e Herculano, contrarios ás doutrinas do Romantismo, se desviaram do trilho batido implantando-as em Portugal, e ambos representaram a dupla influencia originaria: Garrett, na sua emigração em *Inglaterra*, e Herculano, que pela marquiza de Alorna fôra iniciado na litteratura da *Allemanha*, acceitaram a renovação esthetica, sem comprehenderem o seu principio philosophico.² E ambos estes escriptores insurgem-se contra a influencia da litteratura franceza, d'onde normalmente irradiava para as litteraturas meridionaes o influxo romantico. Garrett attribue a falta de originalidade da litteratura portugueza á imitação franceza: «Vulgari-

¹ *O Chronista*, vol. I, p. 16 e 17.

² Depois de M.^{me} de Staël, pelo seu livro *De l'Allemagne* ter iniciado o primeiro impulso do Romantismo, Villemain comprehendeu o que esta renovação devia tambem á *litteratura ingleza*. Nas origens primordias do Romantismo em Portugal, vamos encontrar no ultimo quartel do seculo XVIII José Anastacio da Cunha estudando as tragedias de Shakespeare, e no seculo XIX a Marquiza de Alorna e Filinto Elyσιο traduzindo o *Oberon* de Wieland.

sou-se esta lingua entre nós, tomou-se por molde e exemplar para tudo; a nossa perdeu-se, e o modo, o espirito, o genio, tudo o que era nacional desapareceu, e tão rapidamente como por encanto. — Este nimio respeito e consideração em que tomámos pois os Portuguezes a litteratura franceza, damnou e empeceu a nossa.» Herculano tambem condemna essa influencia, tão saudavel como na epoca dos trovadores e do pseudo-classicismo: «A leitura frequente dos livros francezes tem corrompido a nossa linguagem por tal maneira, que já hoje (1837) é impossivel destrinçal-a dos gallicismos... essa lição dos auctores francezes poz em esquecimento os portuguezes... pela falta de conversar os escriptores nacionaes encurtamos e empobrecemos as fórmãs e os elementos do discurso. Sabemos que muita gente escarnece dos que amam a pureza da lingua...» Considerava-se como *classica* a linguagem da epoca Quinhentista, e impondo esse purismo classico os iniciadores do Romantismo imitando-o tornavam accetivel a sua innovação. Garrett exalta como modelo «aquella fluida linguagem de Frei Luiz de Sousa, aquelle idioma tão dôce, natural e porém riquissimo de Frei Thomé de Jesus;... aquellas orações tão redondas, tão gentilmente voltadas do nosso Lucena.» Herculano recommenda esses classicos embora «versem muitas vezes sobre materias áridas e pouco importantes para este seculo. Contam milagres de santos por vezes incriveis, descrevem usanças monasticas, prégam sermões sem unção, e quando muito pintam pelejas dos nossos maiores...» (*Pan.*, I, 52.) Mas, ao

espírito moderno pertence a phrase moderna, no esforço da expressão de novos pensamentos; esta representação do *archaismo* quinhentista tornou-se o objectivo da geração romantica, que sem ir ás fontes vivas da tradição nacional, contentava-se com fingir quadros da sociedade medieval com o emprego de palavras obsoletas. E' esta a caracteristica do Ultra-romantismo em Portugal, que Garrett e Herculano julgaram com ironia e severidade.

Ao indicar as causas fundamentaes que provocaram a revivescencia das litteraturas modernas pelo Romantismo, reconhece-se que esta crise dos espiritos resultou da comprehensão da Edade média pela *Eschola historica* do seculo XIX, que filiou a civilização moderna na fusão dos tres elementos *romano*, *christão* e *barbaro* ou *germanico*; e ao mesmo tempo dando á disciplina do gosto e da critica litteraria uma base philosophica pela criação da *Esthetica*; coincidindo tudo isto com os abalos nacionaes em cada povo, já pelo reflexo do espirito da Revolução franceza, já pelos esforços contra o calculado obscurantismo da Santa Alliança e das Restaurações absolutistas. ¹

¹ «A fórmula *historica* applicada é critica litteraria é mais fecunda e mais variada; é duradoura, e rejuvenesce-se pelo movimento do espirito humano.» Villemain.

Recapitulamos a exposição das complexas correntes litterarias, no seguinte quadro schematico :

O ROMANTISMO NA SUA EVOLUÇÃO MORPHOLOGICA

| | | |
|--|--|---|
| I—Proto-Romantismo, influenciando na Alemanha, da qual reflecte o influxo doutrinario nos Povos meridionaes. | EXOTISMO | { Rousseau Diderot Montesquieu Mercier Beaumarchais. |
| II—Romantismo religioso, obedecendo á reacção catholico-feudal, tentada depois da Revolução. | | { 1.—EMMANUELICO ou christão 2.—FEUDAL ou cavalheiresco |
| III—Romantismo liberal, coadjuvando os movimentos politicos contra a Santa Alliança. | NACIONAL, germanico ou inglez | { Beranger C. de Lavigne M. ^{me} de Staël Benjamin Constant Garrett Duque de Rivas |
| IV—Ultra-Romantismo, manifestação do individualismo anarchico, e depressão sentimental. | { 1.—SATANICOS ou pessimistas 2.—MELANCHOLICOS, Lakistas, Obermanistas | { Byron Shelley Leopardi Espronceda Nerval Alfred de Mussel Millevoye Senancourt |
| V—Dissolução do Romantismo, pela erudição critica e disciplina philosophica. | { 1.—Realistas e Naturalistas 2.—Positivistas | { Balzac Flaubert Daudet Zola M. ^{me} Ackermann. |

B) Como se achou a Edade média

1.º RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS HISTORICOS

No meio da activa elaboração economica e scientifica do seculo XIX, que representa uma dispersão de energias em quanto á reorganização social, como base da disciplina mental distingue-o o genio da Historia; a erudição especial impoz á systematisação dos factos um criterio de relatividade, de que proveiu uma nova luz para restabelecer e comprehender melhor a continuidade humana. Comte ao tratar da Dynamica social, começa pelas memoraveis palavras: «O seculo actual será principalmente caracterisado pela preponderancia da Historia na philosophia, na politica e mesmo na poesia. Esta universal supremacia do ponto de vista historico constitue conjunctamente o principio essencial do positivismo e o seu resultado geral.— As concepções historicas são necessariamente subordinadas a todas as noções essenciaes da philosophia natural conforme a influencia capital da marcha das sciencias sobre o conjuncto da evolução humana. Mas ao mesmo tempo, nenhuma sciencia poderá ser verdadeiramente comprehendida sem a sua propria historia, sempre inseparavel da historia geral da Humanidade. O verdadeiro espirito historico é portanto naturalmente universal; recebe, de todos os lados, materiaes provisorios, que só elle pôde converter em concepções definitivas. O seu dominio proprio não se limita a determinadas producções da nossa intelligencia. Forçado a

representar o conjuncto indivisivel do movimento humano, elle não deve desprezar nenhum elemento necessario da nossa existencia. Por este meio a rasão moderna, apesar da sua tendencia muito abstracta, foi levada a combinar com a especulação, não sómente a actividade, mas tambem a imaginação e mesmo o sentimento, para assim tornar as suas concepções sufficientemente reaes.

«Não se póde bem apreciar este proximo ascendente do ponto de vista historico senão considerando-o ainda sob o aspecto social, que o faz sobresahir como indispensavel tanto para o coração como para o espirito. Efectivamente a anarchia occidental consiste principalmente na alteração da continuidade humana, successivamente violada pelo Catholicismo maldizendo a Antiquidade, o Protestantismo reprovando a Edade média, e o Deismo negando toda a filiação.»¹ Comte indicando estes germens anarchicos, da grande crise occidental, prevê a missão coordenadora do criterio historico no problema do restabelecimento da continuidade humana, ou como cada presente proviera de cada passado: «A politica systematisada ligará de ora em diante a esse criterio os seus empreendimentos naturalmente subordinados ao estado correspondente da grande evolução. E mesmo a poesia regenerada tirará da historia os quadros destinados a preparar o futuro idealizando o passado.»² O

¹ *Système de Politique positive*, t. III, p. 2.

² *Ibid.*— Servindo este pensamento applicámos o criterio historico nas *Soluções positivas da Politica*

interesse pelos estudos historicos não nasceu pela simples pertinacia dos eruditos; a grande crise da Revolução e os seus effeitos sociaes impelliam os espiritos para investigar-lhes as causas fundamentaes, e restabelecer a nova ordem. Os que sustentavam no principio do seculo XIX a reacção catholica viam na Edade média, como Chateaubriand e José de Maistre, a acção systematisadora do Catholicismo dirigindo a cruzada defensiva, e incorporando as populações polytheicas; os que remontavam ás origens revolucionarias, como Thierry e Luiz Blanc, viam n'ellas a continuidade das luctas communaes da Edade média, em que se constituia o Terceiro estado ou o Povo. A Edade média, que aos pensadores do seculo XVIII parecia uma epoca de barbarie esteril e de trevas sem nome, começou a ser estudada, restituindo-se o seu logar no quadro progressivo da evolução humana. Escrevia Magnin: «Importa á grande these da perfectibilidade humana, mostrar como na Edade média, apesar da dissidencia da linguagem, a imaginação e a poesia, não cessaram de progredir; importa mostrar como o genio poetico, para supprir aos meios de expressão que lhe faltavam, se applicou a crear outros; como na falta de lingua, recorreu á Pintura, á Musica, á Esculptura; como sobretudo elle magnificamente traduzia o seu pen-

portugueza, destacando a phase de transição do definitivo regimen federalista; e tentámos a renovação da poesia, idealizando o passado na epopêa da humanidade a *Visão dos Tempos*.

samento n'esta lingua (a Poesia) que precede todas as outras, e que lhes sobrevive na lingua monumental.— Procurar estes equivalentes, restituir este harmonioso conjuncto de uma Poesia que acabou, é realisar uma obra philosophica; por que é restabelecer os élos quebrados da perfectibilidade humana, e demonstrar a sua existencia, quando polemicamente os combatem, no dominio da imaginação e das bellas-artes.» Esta perspectiva abria um campo novo ás descobertas litterarias, taes como as Canções lyricas dos Trovadores, e as Canções epicas das Gestas frankas. E alargando-se a visão ás instituições sociaes, a Edade média apparecia como um «periodo de convulsão e de regeneração,» como formulou Philarète Chasles: «Foi a fornalha ardante onde tudo se achou em fusão. Alli se preparou a sociedade moderna. Todas as descobertas ás quaes devemos a nossa superioridade incontestavel, datam d'estes dez seculos.» Comte, na *Politica positiva*, fixa a característica philosophica que define essa convulsão e essa regeneração, deduzindo d'ahi a marcha da historia moderna: «Sob qualquer aspecto que se examine o regimen proprio da Edade média, vê-se sempre emanar ou da *separação dos dois Poderes*, ou da *transformação da actividade militar.*» (III, 459.) A separação dos dois Poderes é essa lucta secular entre a Igreja, que contrapõe o seu poder espiritual ás Monarchias germanicas que hade submeter á sua acção temporal. Por esta lucta é que a Europa se libertou do obscurantismo da theocracia catholica, tornando o poder espiritual a fórmula do exercicio do pensamento; e

ao mesmo tempo quebrou a dictadura monarchica, substituindo á agitação militar a actividade pacifica das industrias, e sobre essa paz estavel a affirmação do direito civil e da liberdade individual. A marcha gradativa para o conseguimento d'esta separação dos Poderes e sua reorganisação, substituindo ao dogma a rasão, e á vontade soberana a lei juridica, define-se com clareza desde o seculo XII, accentua-se no seculo XVI com o protestantismo, e chega á explosão temporal no seculo XVIII. E' o fio coordenador da historia moderna.

N'esta convulsão fecunda da Edade média a cultura romana nunca foi esquecida; a Igreja appropriar-se d'ella para organizar a sua hierarchia e administração, substituindo-a na impotencia do seu Sacerdocio. As Monarchias militares, ou barbaras, imitam o Imperio; e tentam represental-o na sua tradição, nas novas nacionalidades da Allemanha, da França, da Inglaterra e da Hespanha.

A parte vital para a creação das Litteraturas e da Arte moderna, determina-se entre as classes populares, em que persistiram os residuos poeticos dos seus polytheismos, bre-tão, celtico, gaulez, germanico e normando-scandinavo, e se manifestaram em rudimentos estheticos logo que se crearam costumes estaveis. E' por este criterio historico que se analysa a Edade média nos seus elementos fundamentaes, deduzindo a disciplina das Litteraturas das suas origens *tradicionaes* e do seu destino nacional, em conflicto com o espirito *latinista*, auctoritario ou classico, mantido pela Igreja e pela Realeza.

A) *Esgotamento da Dictadura romana*

A' acção temporal de Roma incorporando no seu imperio todo o Occidente, á custa da compressão de raças que tinham elementos proprios para formarem civilisações, competia a unificação moral de uma doutrina que formulasse o seu espirito sociocratico. Esgotada a acção temporal, que poderia synthetisar-se na divisa — *pacis imponere morem*, tornou-se mais clamorosa a vacuidade do Sacerdocio, que se limitára ao syncretismo dos diversos mythos e crenças dos povos submettidos. E' no IV seculo que resalta este esgotamento, que do seculo V ao VII seculo é preenchido pelo Catholicismo, que se elaborára entre as classes servas pela interpretação moral de mythos mithriacistas, védicos e israélicos. Esse esgotamento reflectia-se em todas as manifestações da cultura latina. Antes das invasões germanicas na Italia, e da queda do Imperio do Occidente, já a litteratura estava apagada em Roma; não foram estes dois cataclysmos que vieram pôr em evidencia o grande collapso intellectual, estava immanente na litteratura, que representava a defecção moral em que se cahira. O cesarismo affrontoso dos Imperadores que se enthronisaram depois de Marco Aurelio, á custa da corrupção do povo satisfeito com o *panem et circenses*, e lisonjeando a protervia da soldadesca pretoriana, que n'um grito de embriaguez lhes conferiam a soberania acclamando-os; o cesarismo, este agente de sustentação do poder sobre a degradação moral, creou por necessidade uma

litteratura servida por poetas, panegyristas, rhetoricos declamadores, e chronistas officiaes, laureados nas recitações publicas, admittidos nos banquetes imperiaes, elevados acima de Cicero, como aconteceu com o ignorado Cornelio Frontonio. Incapazes de comprehenderem que a litteratura é uma synthese do genio nacional, a expressão das aspirações intimas de um povo, do seu protesto nas violações da justiça, o ideal da sua revolução, que lhe assignala o logar que compete á nacionalidade na vida historica da humanidade, esses declamadores degradados, vendidos ao louvor das arbitrariedades dos Imperadores, e até victimas d'elles, como succedeu com Serenus Sammonicus assassinado por Caracalla, recuperavam a perda do pudor compondo poemas didacticos sobre a caça, a pesca e a astronomia ou geographia. Era a negação do sentimento, tal como se repetiu no pseudo-classicismo francez. Sob Galliano cem versejadores celebraram em outros tantos epithalamios o nascimento de um neto do Imperador. A Historia, da fôrma a que a elevaram Polybio e Tacito, reduziu-se a ephemerides palacianas, á narrativa das intrigas de camarilha nas estereis minucias. Para a Historia manifestar ainda seriedade foi preciso que os rhetoricos gregos que estavam em Roma ensinassem a verdadeira comprehensão dos factos. A Philosophia decahia na inanidade especulativa, fazendo o syncretismo das ideias começado pelos eclecticicos gregos. A Eloquencia máscula do Forum, estava reduzida a regras pautadas nas escholas dos declamadores, applicando-se aos immodestos panegyricos,

ultrajantes da justiça com que se captava um patricio influente ou um imperador sanguinario. Aulo Gellio declara que no seu tempo só o grammatico Sulpicio Appollinarius entendia em Roma o texto de Suetonio. Emquanto novas aspirações moraes entravam no mundo occidental, e povos desconhecidos, como n'uma terrivel enchente, se arrojavam para Roma, sem se atreverem a discutir o seu imperio, mas promptos a submergil-o ao mais leve signal de temor, — ahi n'essa Capital das gentes, os grammaticos occupavam a attenção publica discutindo minucias de syntaxe, propriedade de trópos, bellezas de elocução, na inconsciencia das sociedades que se afundam, como se repetiu em Byzancio nas vesperas da ruina ventilando-se questões theologicas, ou pouco antes da Revolução franceza nos salões femininos.

A civilisação romana começára a decahir antes de Constantino, por causas emergentes da sua propria indole; em Roma o desenvolvimento do direito civil, foi com tal nitidez formulado, que os codigos que o continham eram denominados ao cabo de seculos — *a ratio escripta*; mas o direito politico, ou de garantia, não passou de um esboço rudimentario. O individuo nada era por si diante da concepção sociocratica da auctoridade; o proprio direito de testar tornou-se uma graça concedida pelos imperadores. A decadencia romana, como a explica Guizot, synthetisa-se no aphorismo de Bacon — *Jus privatum latet sub tutela Juris publici*. Uma vez desconhecido o principio da independencia politica, elemento social que os povos germanicos e scandi-

navos trouxeram com o seu Jury, com as Assembléas ao ár livre, com a liberdade de escolher patrono, facil foi levar ao ultimo extremo a dissolução do cesarismo. O poder torna-se um apanagio divino, um dom pessoal, substituindo a arbitrariedade á lei, e a graça antepondo-se á justiça. Uma vez esquecido o principio fundamental que o romano introduziu na civilisação e que foi o vigor da nacionalidade — a comprehensão da justiça — a litteratura tornou-se esteril, sem emoção e uma artificiosa imitação das fórmãs gregas. O theatro, a creação da litteratura que melhor reflecte a sociedade, não chegou a ter uma feição nacional em Roma; os poetas amorosos metreificaram pelos modelos alexandrinos; as epopêas eram puras narrativas historicas, ou descripções didacticas, scientificas como as dos eruditos hellenistas. Sem um forte caracter nacional na sua mythologia, facilmente incorporou no seu pantheon todos os deuses itali-cos e as divindades dos povos vencidos. O mesmo syncretismo com as doutrinas philosophicas. A religião era uma instituição official, separada do sentimento, e portanto incapaz de servir de vinculo de unificação nacional. Havia uma grande incapacidade para os estudos philosophicos, e as especulações da razão não encontravam respeito; as leis imperiaes lançavam de vez em quanto interdictos sobre os philosophos, e os opulentos, como Lucullo ou Scylla, formavam bibliothecas para alardearem as suas riquezas. Perdida a existencia politica da Grecia, os philosophos trazidos para Roma, eram tidos como sêres estranhos e desconsiderados. No egoismo da

grande capital, e no syncretismo indifferente de todas as religiões, perdido o sentimento da dignidade com a perda da constituição republicana, a sciencia converteu-se na curiosidade absurda da theurgia e dos milagres. No meio d'esta dissolução mental, appareceu em Roma uma philosophia, que se generalisou pela necessidade do protesto, — foi o Stoicismo. Baseava-se sobre trez factos — espirito, observação e acção, ou a logica, a physiologia e a moral. Os que abraçaram estas doutrinas facilmente achavam analogias com qualquer outra que tratasse estes problemas no sentido pratico da moral. E' significativa a tradição das relações entre o stoico Seneca e Paulo, o que systematisou doutrinarmente o christianismo na incoherencia das suas lendas populares védicas ou avésticas. Sobre a decadencia romana ia crear-se a Egreja ou propriamente o Sacerdocio occidental, que reconstituindo a unidade social n'ella teria de incorporar as raças barbaras da terrivel epoca das invasões.

B) *Regimen Catholico-feudal: o Christianismo*

Antes de attingir uma fórmula dogmatica no christianismo hellenista, antes de receber uma coordenação theologica na controversia e nos concilios, a doutrina christologica teve por fundamento a moral; bastava esta base commum com o Stoicismo para a nova religião encontrar ecco em Roma, aproveitando-se dos elementos já formulados. O Stoicismo condemnava a escravidão como contraria á natureza, o Christianismo proclamava a igual-

dade perante Deus. Na logica, os stoicos tomavam a razão como o meio para chegar á verdade; e os padres da Igreja compreendendo a força d'este processo, usaram-o na polemica, foram controversistas, trataram de propagar a doutrina com argutos argumentos. Os Padres dos primeiros seculos da Igreja foram violentos dialecticos; Justino, Athanasio, Tertuliano, Minucio Felix, Lactancio, Arnobio, Eusebio, Basilio, Hilario, os dois Gregorios de Nicea e Nazianzeno, Ambrosio, Agostinho e Chrysostomo, consideraram a razão e seu exercicio logico como meio de defesa das doutrinas christologicas, refutando as heresias, e como coordenação formulistica dos dogmas da fé. Foram racionalistas do sobrenatural. Só n'uma epoca improgressiva da Igreja é que a philosophia se tornou a *ancilla theologiae*. Por este trabalho de racionalismo sobrenatural é que San Justino ia encontrar o mysterio da encarnação no paganismo, e que S. Clemente de Alexandria considerava a philosophia pagã como um esboço primario das doutrinas dos Evangelhos.

Na parte moral o Christianismo suplantou o Stoicismo, porque trocou a divagação philosophica pela pratica. A *apathia* do Stoicismo, a isempção das paixões, a renuncia do homem justo, reapparecem praticamente na abnegação da individualidade, no nihilismo ascetico propagado pelo christianismo. Este imperio sobre as paixões levou á brutal severidade de Tertuliano, á amputação de Origenes, e á condemnação dos monumentos litterarios e artisticos greco-romanos. Salisbury accusa o papa Gregorio de ter queimado uma

bibliotheca de auctores pagãos; nas controversias deblaterava-se contra a leitura de livros profanos, e Santo Agostinho, nas Confissões lamenta ter-se deixado impressionar pelo episodio do quatro livro da Eneida e chorado sobre os amores de Dido. Esta negação da Antiguidade classica por espiritos eminentes, como San Jeronymo e outros padres da Egreja, tornou mais completa a decadencia romana, e difficil a reorganisação social na Edade média. Capazes de crearem uma nova litteratura, por isso que estavam possuidos de sentimentos profundos e sinceros, que bellos Symbolos e fórmãs de Arte concebiam, se a necessidade da polemica, a controversia aggressiva, o panegyrico rhetorico lhes não tivesse annullado o poder de idealisação. Coube isso ás camadas populares dos *Chrestis*, que elaboraram as tradições poeticas dos Evangelhos apocryphos, e ao enternecido anonymo que expoz a theoria do amor mystico da allegoria do *Pastor Hermas*. Era essa vibração de amor que havia tornar a Edade média a *transição affectiva* do mundo antigo para o moderno. Tambem o elemento barbaro das invasões e isolamento dos Pagi havia de syncretisar os velhos mythos nos themas sobre que se viriam a revelar as novas litteraturas. Uma raça nova na historia, forte, fecunda e original abraçára o Christianismo, e imprimindo a essa doutrina a feição objectiva, apaixonara-se pela humanidade de Jesus; a Egreja repelliu esse sentimento natural, e contrapoz-lhe o dogma abstracto e a unidade de um canonismo formal. Viciada pelo centralismo romano, a Egreja centralisou o dogma,

tornando o bispo de Roma superior hierarchico, d'entre a egualdade dos bispos. Christo tornava-se romano, conforme o verso immorttal de Dante: *Quella Roma onde Cristo é romano*. No tempo do imperador Theodosio começa a introduzir-se nas leis o nome de *catholicismo* em vez de christianismo, assignando o facto o momento em que a Egreja começa a moldar-se pela unidade romana. O estado adopta uma religião que se torna uma fórma politica, um partido que excluia dos empregos todos aquelles que a não professassem. A série dos imperadores do Oriente foi em grande parte acclamada pelo catholicismo. Anastacio antes de ser imperador, foi patriarcha de Antiochia, e para se fortalecer contra a derrota de Vitaliano, prometeu aos catholicos o exclusivo dos empregos publicos. Justino interrompeu a successão de Anastacio attrahindo os catholicos com mais garantias; Justiniano, pelo facto de uma religião de estado, convocou um synodo em Byzancio para destituir um patriarcha não *catholico*; a influencia de João de Capadocia, do jurisconsulto Triboniano junto do imperador provinha de um calculado catholicismo. O principio da tolerancia foi violado por Justiniano pela logica da *religião de estado*, prohibindo aos christãos não catholicos o direito de testemnhar, de doar, de succeder, de herdar, condemnando-os mesmo á morte. Como chefe de estado Justiniano intervinha na eleição e inamovibilidade da hierarchia ecclesiastica, nomeando patriarchas, metropolitanos, bispos e abbades, e depondo outros a bel prazer. A preocupação *unitaria* levava-o a ser injusto

até contra `os catholicos; especie de pontifice da religião de estado, Justiniano disputava com o papa Agapito, e os negocios politicos eram para elle accidentaes diante das polemicas dogmaticas, a ponto de refugiar-se entre os sacerdotes antigos quando por algumas revoltas tentavam desthronal-o. Foi elle o inventor da *inquisição*, esta devassa affrontosa da consciencia, quando creou o funcionario encarregado da perseguição dos hereticos, que tinha o nome de *koiaistor*. Sob esta pressão official a favor do ramo catholico, desapareceu o genio fecundo dos primeiros doutores da Egreja, que estabeleceram a sua disciplina. Justiniano fazia pelas suas numerosas leis e extorsões a favor da Egreja, o que a prédica fervorosa não conseguia logo, tornando por consequencia, no seculo VI, o clero estúpido, ignorando a simples leitura das preces religiosas, e comprando as dignidades da hierarchia ecclesiastica. Como na decadencia romana, o estado consultava o agouro das aves quando a invasão germanica chegava a Roma, em Byzancio discutia-se qual a natureza da luz que envolvia Jesus no Thabor, no momento em que Mahomet II destruia o poder de Constantinopla. Uma vez tornado religião de estado, o catholicismo parodiou a legislação romana criando o seu *Direito canonico*, invasão permanente do fôro civil e modelo da incerteza das jurisdicções feudaes.

Todos estes vicios da *unidade* romana que fizeram do christianismo o catholicismo, actuaram no apparecimento do Mahometismo; o christianismo deixára de ser semita ao entrar

na Europa, fazendo-se de monotheista tri-theista, reproduzindo os velhos mythos orientaes contra os quaes o judeu reagira com a noção abstracta do Jehovismo. Os Arabes, um dos ramos mais vastos da raça semitica, reagiram contra esta desnaturação do principio divino; o genio semita temia que se fosse cahir na idolatria, e proscreeu as imagens, contra o apparente polytheismo lançou a fórmula: *Só Deus é Deus*. Mahomet seria incapaz de fundar uma religião, se não tivesse encontrado as tendencias de uma raça que elle comprehendeu; Justiniano com mais poder, e influindo nos concilios, só conseguiu dissolução. Procopio, historiador do Baixo Imperio, considera nas suas *Anedoctas*, o apparecimento de Mahomet como uma consequencia das aberrações da theologia byzantina, com que Justiniano tanto se comprazia. D'este capricho cesarista, escreve Isambert, na *Histoire de Justinien* (p. XXVIII): «não o temos por extranho aos fundadores do islamismo, que ditaram a Mahomet a fórmula simples e verdadeira *Deus é Deus*, para assim pôr côbro ás estereis controversias theologicas do Baixo Imperio. E' este o pensamento de Procopio e dos espiritos esclarecidos do seu tempo.» Do protesto monotheista passou á acção; o arabe errante entra na corrente historica, avassalou o mundo, como que enchendo o vacuo deixado pela extincção do imperio romano. Em menos de um seculo constitue um grande povo pelo vinculo de uma mesma ideia. Os Arabes dominam no Occidente e no Oriente; a sua lingua espalha-se tanto como o latim, torna-se litteraria, vehiculo do que havia de pra-

tico e util na civilisação grega, e das mais bellas tradições poeticas orientaes.

No esforço de incorporação dos povos germanicos e da cruzada contra os Arabes, a Igreja fortificava-se no espirito da unidade romana; adoptou a lingua latina para o uso universal da liturgia. Ia n'isto de encontro á corrente natural, em que os dialectos populares se vivificavam com os esbôços de nacionalidades em formação, e pela degenerescencia do latim fallado nas colonias e *sermo rusticus, vulgaris, pedestris*, das classes infimas sociaes. As invasões germanicas coincidem com este momento critico da rusticidade, que favorece as velhas linguas analyticas a appropriarem-se do vocabulario latino. Os padres da Igreja sustentavam nos seus livros de controversia o latim ciceroniano, mas forçava-os a prédica a servirem-se dos dialectos vulgares, e dos Exemplos ou Contos populares. A força da corrente dialectal era tão intensa que Justiniano, segundo o historiador Procopio, ao ditar as suas leis introduzia, sem querer, o latim barbaro; e Ludewig, diz que o Imperador escrevia as cartas no latim dialectal da Illyria, d'onde elle era natural. ¹ Contra esta corrente que determina o phenomeno da formação das linguas novo-latinas, a Igreja manteve na liturgia o latim, segundo Santo Agostinho destinado por Deus para servir de meio geral de communicação a uma doutrina de humanidade. Foram negativas as consequencias d'esta unidade: o povo deixou de tomar

¹ Isambert, *Histoire de Justinien*, p. XLVI.

parte na liturgia, a Canção lyrica foi substituida pela Sequencia latina; os textos biblicos traduzidos por San Jeronymo ficaram incomunicaveis para o povo, e a Egreja foi recebendo uma organização aristocratica para contrapôr-se ao Feudalismo. Assim o *vicarius*, o clerigo das povoações ruraes, tornou-se servo, pertencendo ao dono ou patrono da egreja, como uma alfaia d'ella. Os grandes abbades senhoriaes, os bispos, que formavam o alto clero, tinham Constituições proprias, o seu fôro independente, com fórmãs de propriedade especiaes, como a adopção da emphyteuse romana, com uma prescripção de cem annos, com o direito de mão-morta. San Prospero, poeta christão e imitador da poesia latina, exalta a unidade do catholicismo recebida do influxo de Roma; e exclama: «Roma! séde de Pedro, tornada a cabeça do mundo pela dignidade apostolica, tens pela religião o que já não possues pelas armas.»

A litteratura da decadencia romana foi aquella que o Catholicismo propagou na Edade média, quando se separava do contacto popular. Um dos escriptores mais compulsados foi Boecio, de uma familia consular, no seu *Tratado de Consolação*, escripto durante a prisão como victima de Theodorico. Este livro escripto em prosa e verso, exprime sentimentos analogos á doutrina dos stoicos de Roma: «Evitae o vicio e cultivae a virtude; que uma justa esperança sustente o vosso coração, e que vossas humildes supplicas se elevem até ao Eterno.» Com isto se fez de Boecio um santo; os Bollandistas lhe compilaram a lenda, e as egrejas de Italia o tive-

ram nos altares. O *Tratado de Consolação* foi um dos primeiros monumentos das linguas romanicas em que está traduzido, e d'elle sahiram lendas poeticas do christianismo, taes como o mytho grego de *Orpheu e Eurydice*, com que a Igreja symbolizou o dogma da redempção, e a lenda da descida aos infernos, depois idealizada por Dante. A fecunda influencia sentimental, foi na parte intellectual deprimente; porque o Commentario de Boecio á *Isagoge* de Porphyrio traduzida pelo rhetorico Victorino, é que deu origem ás questões dos *Nominalistas* e *Realistas* sobre o problema: «Se os generos e as especies existem por si, ou sómente na intelligencia;...» Surgiu no seculo XI este problema trazido da decadencia, em que se esgotaram Roscelin e Guilherme de Champeaux, Abailard e Santo Anselmo, La Poré, João de Salisbury, San Thomaz e Duns Scott, intervindo concilios turbulentos contra erros de fé, e esterilidade dialectica.

Um outro livro guardado pela Igreja dos despojos da decadencia romana foi o *Satyricon* de Marciano Capella, precedido do pequeno romance em prosa e verso *Das nupcias de Mercurio e da Philologia*. A absurda classificação das Sciencias nas Escolas da Edade média, o *Trivium* e *Quadrivium*, proveiu d'este poemeto. Estas ideias de Marciano Capella, sem originalidade, eram o reflexo das observações de Varro, Plinio e Solino. As *Sete Artes liberaes* comprehendiam a Grammatica, a Logica, a Rhetorica, (*Trivium*) e formando um grupo superior, a Arithmetica, a Musica, a Geometria e a Astrono-

mia (*Quadrivium*). No seculo VI o rhetorico Felix aggravou mais o livro de Marciano Capella com um commentario, ensinado por elle em Auvergne; adoptou-o Isidoro de Sevilha; era seguido nas escholas de Paris no seculo IX, e encontrando mais tres commentadores no seculo X, ainda no seculo XI traduziram-o em allemão. N'esta situação mental é que a Egreja estabeleceu o ensino das Collegiadas e das Escholas geraes, que se acharam em competencia com as Universidades privativas do Poder real. O conflicto entre os dois poderes, accentua-se na parte mental, e a antinomia entre o *clericus* e o *laicus*, entre o saber tradicional e a livre critica produz essa dissidencia nos espiritos em revolta contra os dogmas, que submettem aos *Quodlibetos* da Dialectica. A sciencia profana é heretica, e a Egreja reserva-se a *facultas ubique docendi*.

N'esta lethargia intellectual mantida pela Egreja, apparece a primeira renascença grega manifestada pelos Arabes, trazendo noções positivas contrapostas ás aberrações autoritarias das tradições da decadencia. Escreve Jourdan sobre este ponto: «A influencia de Capella dura até á epoca em que as obras de Aristoteles e dos Arabes se vulgarisaram no Occidente, deixando o logar aos modelos de um genio superior ao seu, e mais dignos de serem estudados.» Depois que os Abassidas e principalmente Al-Manon, procuraram introduzir entre os Arabes as sciencias da Grecia, o espirito semita, pratico e sem gosto pela abstracção nem logar para a casuistica dos dogmas, lançou-se ao estudo das sciencias experimentaes, como a algebra, a

astronómia, a physica e a medicina; em Aristoteles acharam a satisfação d'esta tendencia; coincide este estudo com a epoca de Justiniano, quando se fizeram as primeiras traducções do texto grego para syriaco. Os Arabes communicaram á Europa as obras de Aristoteles, conhecidas até então pelos laconicos resumos e referencias vagas dos declamadores da decadencia. A cada magro capitulo de duas laudas em que Marciano Capella resumia uma sciencia, os Arabes vulgarisaram Euclides, as *Cathegorias*, a *Politica* e a *Poetica* de Aristoteles, que os judeus traduziam para latim. A Sciencia desligava-se da orthodoxia catholica; e esta influencia de Aristoteles por via dos Arabes é symbolisada por Dante em *Averróes*, no canto VI do *Inferno*. Quando a Egreja acceitou a doutrina do aristotelismo através dos commentadores alexandristas, já não pôde sustar a indisciplina mental, deante da qual ficaram impotentes as novas ordens monasticas dos prégadores e dos mendicantes. A idade moderna contituiu-se na aspiração de um novo Poder espiritual.

c) *As invasões germanicas, ou o elemento barbaro*

No esgotamento da Ditadura romana, o poder temporal é reconstituído pelas Realezas germanicas; começou pela catastrophe das invasões; o espaço que vae do seculo V até á Renascença no seculo XVI, em que se desenvolveu a civilização das raças germanicas, era denominado a noite da Edade média, como um periodo de lethargo da intelligencia e da consciencia humana, attribuindo-se á Egreja a

missão salvadora da sua theologia. Os factos estão em manifesta contradicção com as afirmações declamatorias; n'este periodo fecundo da Edade média crearam-se as linguas e nacionalidades modernas, as industrias e o trabalho livre, novas fórmãs de arte e de poesia dando symbolos á religião popular, a moral domestica e a independencia individual, uma energia organica, em contraposição com a *apathia* mystica, que a Igreja considerava conduzir á perfeição pelo nihilismo da intelligencia, pela suppressão da vontade, pelo apagamento da personalidade, como se viu pela pandemia das ordens monasticas. A comprehensão d'estas energias progressivas proveiu do criterio da historia; por elle systematisou Hegel no *logos* os factos sociaes como consciencia da lei implicita no Direito, na Moral, na Arte, nas instituições politicas. Para Hegel a historia era a narração dos esforços pelos quaes a humanidade chegára a alcançar a consciencia de si e do seu destino, para realisar a liberdade do espirito sobre a fatalidade da Natureza. A Edade média appareceu-lhe repleta de documentos fulgurantes; depois de estudar a civilização *oriental*, baseada nos dogmas religiosos, em que a consciencia está oppressa pelo prestigio divino, e a liberdade sob a auctoridade tradicional, encontra na civilização *greco-romana* a consciencia elevando-se pela philosophia, a liberdade affirmando-se pela justiça; e finalmente caracterisando o mundo moderno pelo individualismo, que attribuiu á intervenção do elemento *germanico*. Embora Hegel exaggerasse a sua influencia na Civilisa-

ção moderna, tornou-se imprescindível esse factor para comprehender a historia moderna. Pela primeira vez se viu o alcance do problema das raças na evolução da historia; por elle se determinam a unidade das raças indo-europêas, verificada nas linguas, (Bopp) nos mythos religiosos (Creuzer, Burnouf), nas tradições poeticas, (Benfey) nas fórmulas litterarias (Goëthe). Podia-se dizer, que a historia, a esta luz foi mais de que um criterio, um novo estado de consciencia, e um grandioso ideal. A humanidade, conhecendo-se melhor, apreciou com lucidez os representantes das suas luctas e da civilisação que se funda não nas ficções divinas mas nas verificações scientificas.

O estado das raças germanicas antes das invasões explica a sua função historica. No tempo em que Tacito escrevia, eram os Suevos os principaes dominadores da Germania; os Cimbro e Teutonios extinguiram-se; os Anglos eram apenas conhecidos, e os Frankos estavam sem força pela desunião. De todas estas raças, o ramo gothico, que comprehende os Jutes, os Gepidas, os Lombardos e os Burgundios, era o mais forte; estava de posse de um dogma novo, a religião odinica, em que o sentimento da immortalidade se representava pelo symbolo sensual do Walhala. O impulso d'este dogma, que vigorisou o naturalismo dos Saxões, fortaleceu o ramo suevico, antes de ser supplantado pelos Godos. As ideias da religião odinica foram um dos moveis que determinaram as migrações das raças germanicas, e tambem as tornaram aptas para receberem a doutrina mystica do Chritianismo. O Walhala equipara-se nas de-

scripções á bemaventurança christã; Argad é como o Eden, d'onde essas raças foram expulsas. A migração e invasões dos barbaros, além do seu instincto errante e antipathico ás cidades, eram motivadas, já para fugir aos assaltos do Oceano, como os Cimbro, ou para procurarem terras mais ferteis, como os Friosios; outras vezes para se defenderem nos ataques mutuos, vinham offerecer-se ao *colonato* romano, como os Godos para se precaverem dos Hunos; ou tambem para combaterem contra os inimigos do Imperio, como aconteceu nas Gallias, em que os Frankos são chamados para expulsarem os Godos, e para sustarem a invasão dos Suevos, Vandalos e Burginhões. Taes eram as relações que os povos germanicos tinham com o Imperio antes do seculo v; todos elles communicaram com a civilisação romana, e os que se modificaram por ella foram desprezados pelas camadas da grande invasão, com o nome infamante de *A-goth Ca-Goths*.

Ao primeiro arremesso de uma tribu germanica na Italia com a erupção dos Hunos, desfez-se o phantasma do Poder imperial romano; apoz os Lombardos, a Gallia romana é invadida pelos Frankos, a Hespanha romana pelos Godos, e a Africa romana pelos Vandalos. Depois que Theodorico se tornou senhor da Italia, em 493, e Ravena ficou a capital dos imperadores godos, é que as raças germanicas se vêm em frente da cultura romana e da Egreja catholica, duas forças que minaram o seu vigor originario. Os Godos, que formavam o principal ramo germanico distinguam-se pela preponderancia dos che-

fes militares, uma aristocracia senhorial, d'on-de proveiu o Feudalismo; as classes trabalhadoras que obedeciam pela dedicação da fidelidade, crearam como meio de se fortalecerem o *Comitatus*, que no decurso da Edade média veiu a ser órgão da resistencia na *Compagnonage*. Em frente da civilização romana, os godos quizeram imitar o patriciado decahido, apparentar-se com elle, e considerarem-se continuadores do Imperio. Theodorico fôra educado no Baixo Imperio; assim a mythologia odinica obliterava-se na memoria dos nobres que acceitavam os mythos gregos antes de os trocarem pelas lendas christãs, sendo seduzidos pelas exterioridades do culto catholico, como confessava Gregorio de Tours. Adoptaram tambem a velha litteratura latina; Casiodoro, grammatico e copista, era o principal ministro de Theodorico, e Boecio um dos seus validos. Conservam os imperadores germanicos a legislação dos Codigos romanos, deixando aos vencidos as leis romanas; adoptam a emphyteuse romana sob a fôrma de infeudação, e conservam o nome de *romano* para aquelles a quem concedem um fôro privilegiado. Os costumes dos invasores germanicos eram louvados pelos Padres da Egreja, em contraste com a sociedade romana decadente; Salviano, no livro quarto *De Gubernatione Dei* exclama: «Vós pensaes ser melhor do que os Barbaros... Respondo: somos melhores emquanto á fé, mas peiores, com lagrimas o digo, em nosso viver. Vós conheceis a lei e a violaes; elles, ao menos, peccam por igncrancia. Os Godos são perfidos, mas pudicos; os Alanos voluptuosos, mas fieis; os

Frankos mentirosos, mas hospitaleiros; a crueldade dos Saxões horrorisa, mas louva-se a sua castidade... E nós espantamo-nos por Deus ter entregado as nossas provincias aos Barbaros, quando o seu pudor purifica a terra ainda conspurcada das devassidões romanas.» Paulo Orosio tambem descreve as invasões com designios providenciaes: «Os Germanos agora lançam tudo por terra; mas se elles, (oxalá que não) acabassem por ser dominadores e por governar segundo os seus costumes, talvez que um dia a posteridade saudasse com o titulo de grandes reis aquelles que agora só vêmos como inimigos.» As palavras de Salviano revelam o instincto catholico exaltando acima da decadencia romana os Barbaros como instrumento de um castigo providencial. Mas os elementos da sociedade moderna só deveram a essas tribus vencedoras a actividade guerreira, systematisada no Feudalismo, em que continuaram os primitivos caracteres, a par do instincto da hospitalidade o da vingança hereditaria, da paixão ardente pelas bebidas fermentadas, pelos torneios, pelo exclusivismo das armas, deixando aos servos o trabalho da agricultura. Assim como o Poder espiritual da Egreja, se transformou no interesse scientifico, tambem a actividade guerreira transmuda-se no trabalho pacifico. O elemento social que operou esta transformação, é que verdadeiramente conservou e elaborou todos os germens da civilização moderna.

D) *Incorporação das populações polytheicas: o Povo*

Ao periodo de convulsão da Edade média seguiu-se um trabalho espontaneo, em que a guerra de conquista se tornou defensiva, e por fim espectacular na Cavalleria, que insinuava a generosidade e a galanteria nas relações sociaes e familiares. Esta transição affectiva, tornando estavel a vida de familia, e dignificando o trabalho, como observa Comte, *suscitando costumes idealisaveis*, prestava á aptidão esthetica elementos para um largo desenvolvimento. A criação das linguas e da Poesia moderna, da architectura, da musica, das dansas, de fórmãs dramaticas para alcançarem a perfeição artistica, careciam do desenvolvimento geral da existencia domestica, favoravel ás manifestações da Arte, e seu caracteristico principal; e, além d'isso, de uma grande persistencia nos costumes. ¹ Pelos modernos estudos da Ethnologia é que se observam os costumes que se conservaram na sociedade medieval, como a viva persistencia das Tradições, transformando-se em canções lyricas, epicas e dramaticas, em melodias que se elaboram em cantos de côrte e de igreja, em rythmos metricos, com a nova belleza da *accentuação* e da *rima*. E' do seculo VII ao seculo X, que as populações polytheicas, bretãs, celticas, gaulezas, germanicas e scandinavas são incorporadas na religião monotheica do Catholicismo, ficando os seus Mythos

¹ *Système de Politique positive*. III, p. 442.

materia poetica ou temas para a elaboração artistica. E' tambem entre essas populações, que constituem o numero nas recentes nacionalidades, que se cria o direito e a liberdade moderna nas suas luctas communaes, nos seus concelhos e irmandades. Venceram, pela estabilidade dos seus costumes o Feudalismo e a Egreja, e chegaram a affirmar-se como um Terceiro estado, e a representar-se nos parlamentos. Esta classe, que se tornou povo, tem origens medievaes, que constituem a força organica d'essa idade; podemos segui-la diante d'esses tres elementos, o decendencia romana, o catholicismo e feudalismo.

Dois seculos antes da nossa éra, o *Colonato* invadia a sociedade romana alargando-a, e como que dissolvendo-a; tribus errantes vinham offerecer-se á administração romana para receberem a sua lei colonial, para se fixarem nas suas conquistas, e se defenderem sob a sua égide; as novas povoações levaram á frente os *Triumviri ducendae coloniae*. Em Jornandes vêem-se repetidos factos d'esta ordem. Ao romano, adiantadissimo na agricultura, que bem cedo a estudou scientificamente, interessavam as colonias estrangeiras tanto conquistadas como voluntarias; crescendo espantosamente, o edito de Caracalla foi uma consequencia forçada d'esse desenvolvimento. Pelo seu lado os povos germanicos detestando a accumulção das grandes cidades, preferiam os logares isolados dos *Pagi* e *Vici*, esses dois elementos de força defensiva pela associação local, criando a liga dos *Vicindades*, fundando o direito no estatuto territorial, e mantendo as suas tradições primitivas, que

o catholicismo condemnava sob o nome de *paganismo*. O direito territorial consuetudinario exercia-se na organização local dos Concelhos, ou Communas, typo commum ás raças indo-europêas e em tudo semelhante ao *Municipio* romano ou ao *Mir* slavo. Como consequencia da nova ordem social que se seguiu ás invasões germanicas, as povoações ruraes pela sua estabilidade tornaram-se importantes. A colonia tem vida propria e independente; facil foi confundir a garantia local da *Fara* germanica com o *Municipio* romano, ambos da mesma origem do *Concelho* communal da raça ligurica. Na Edade média, o Municipio romano administrativo torna-se politico, estatuindo-se na assembleia dos homens livres o *Mallum* (o *Malhom*), o Foral ou regimen das garantias locaes. O character electivo do municipio reapparece sob o influxo dos costumes germanicos, e a *Communa* foi o esboço social em que se organisa a classe proletaria que constituiria o Terceiro estado. No nordeste da França o Municipio é de origem gallo-romana, e a *Communa* é uma reproducção da *Ghild* scandinava; n'essa região, em que ficaram mais intactas as franquias germanicas, acha-se mais vulgarizado o regimen communal. Segundo Bouthers, nas *Origens do Direito rural*, o *Defensor civitatis* é imitado do Vogt das tribus germanicas; e a *Communa* rural da antiga Alsacia, a *Calonge*, com lei commum formada em tribunal ou ajuntamento, é o municipio das garantias politicas entre quem desconheceu a organização municipal romana.

As povoações ruraes, que não tinham o es-

pirito militar (ou aristocratico, como os Amali e Balti, godos) conservaram porém a antiga instituição da alliança individual o *Comitatus*. Pelas ligas e irmandades, é que as povoações ruraes resistiram contra a prepotencia dos nobres; essas povoações autonomas chamavam-se pelo nome romano de *Vici*; á troca de generos, em que consistia o seu commercio, chamava-se *vicariare*; *vicinale* o tributo pago como preço da sua independencia; o ajuntamento das pequenas localidades ao appellido da mutua defeza, *vicinantia*; o juiz pedaneo era o *vicarius*, que administrava a *vicana justitia*. Nas Cartas communaes o direito de *visinhança* vem formulado como um direito territorial, que se defende com anathemas; e acceitam a realeza logo que ella jure a defeza do seu costume ou *fôro*. Resultára isto da absorpção dos *Vici* pelo poder senhorial ou feudal, que se prevalecia da jurisdicção do *Comitatus*. Diz Guerard: «A maior parte dos *Pagi*, tendo constituido *Condados*, do mesmo nome, e quasi sempre, sobretudo no começo, da mesma extensão, a divisão por condados (os *comitatus*) sem abolir a divisão por *paizes*, a substituiu muitas vezes, ou foi usada concorrentemente com ella.»¹ Foi contra estes Condes, ou chefes militares que se deram as revoltas communaes, chegando até prohibirem aos nobres o pernoitarem nos seus burgos. A importancia dos *Vici*, embora pertencendo aos problemas das origens sociaes, pelas suas luctas de liberdade, fundando a

¹ *Cartulaire de Chrartes*, t. x, p. VIII.

propriedade livre ou o *alodium*, a liga do trabalho nas *Jurandas* e *Compagnonage*, é também capital para os phenomenos da criação das Linguas vulgares (o *sermo rusticus*) e conservação das Tradições poeticas, que serviram de germen para a formação artistica das Litteraturas modernas. Estas povoações ruraes ou *vicanas*, constituídas por *colonos* romanos e por *lites* germanicos, sobre persistentes populações autochtones, também encontraram da parte do Catholicismo a violencia para submettel-as á sua unificação doutrinaria. Gervinus, na *Introduccção á Historia do Seculo XIX*, define esta lucha: «A aristocracia da christandade dividia-se em dois campos separados. N'esta nova fórma de religião — a cultura intellectual e os progressos realisados na sciencia militar, levariam a duas vias differentes. Não sómente os esforços tentados pelo povo eram reprimidos, porque elle tinha de disputar a posse do poder a estes dois ramos da aristocracia, e também experimentou a força das armas contra as armas de uma nobreza secular, mas tinha ainda de lutar pela conquista intellectual com a cultura de uma nobreza intelligente. Era uma dupla revolução contra o *poder ecclesiastico* e contra o *poder secular*.» (p. 17.) O facto formulado por Gervinus é o que Augusto Comte resume nas palavras dissolução do Regimen catholico-feudal, d'onde se coordena, a parte negativa da civilisação hodierna. As luctas contra a auctoridade eccleciastica foram tão importantes como as sustentadas contra a aristocracia. Predominaram as grandes e opulentas Abbadias sobre o baixo clero ou

secular; mas o povo venceu, contrapondo ao latim os seus dialectos rusticos, aos cantos liturgicos as suas Canções vulgares e orações farsis, aos pontifices ou architectos religiosos as suas jurandas leigas, erguendo as esplendidas Cathedraes; contra o unitarismo romano, creou as Igrejas nacionaes, como os *Culdées* em Inglaterra, o Pelagianismo em França, o Mosarabismo em Hespanha; ao ensino das Collegiadas provocaram da parte da realza o estabelecimento das Universidades.

Assim como as povoações dos *Vici* resistiram pela sua alliança local á auctoridade absorvente dos barões feudaes, nos *Pagi*, que eram essa mesma fôrma de aggregação, predominando a persistencia tradicional se resistiu contra a pressão unitaria da Igreja. Do nome de *Pagus* deriva o *paiz*, designação de toda a terra natal, expressão affectiva de patria, unificando os elementos sociaes primitivos, romanos e germanicos, e syncretisando todas as velhas tradições polytheicas, que o monotheismo catholico condemnava. Quando o romano exerceu o seu poder politico sobre os povos conquistados, deixaram persistir as divindades locaes, admittindo-as no seu pantheon, e por qualquer analogia de attributos identificando-as com os seus deuses; Tacito diz que Hercules era adorado pelos germanos; e na peninsula hispanica, o deus iberico Neton era equiparado a Hercules. O Catholicismo exerceu-se no seu dominio em repellir os deuses locaes, e por fim em interpretal-os attribuindo-lhes outros caracteres. Nos documentos da Edade média consultados por Du Cange, *paganus* é o nome de todo aquelle

que não foi baptisado; é o que não tem direitos; *paganum* é o predio rustico; *pagani-sare* significa praticar os costumes e superstições de pagão ou *paisano*, que ainda hoje se contrapõe ao recrutado para a classe militar; *Paganismus* a terra de pagãos; a Igreja veio a comprehender sob este titulo com sentido degradante todas as epochas e civilizações que antecederam o christianismo. A persistencia do Paganismo no Occidente foi largamente estudada por Beugnot, e por todos os ethnologos, quando comparam os ritos catholicos com os antigos costumes dos *Pagi*. O uso das imagens nas egrejas foi uma imposição dos costumes do paganismo, apesar do concilio de Elvira, de 205, que se declára contra este uso, prohibindo de se adorarem pinturas nas paredes. Quando Clovis se converteu, foi preciso empregar as ricas alfaias no culto e tornal-o espectacular, para impressionar-lhe os sentidos. As tradições vigorosas dos *Pagi* foram appropriadas pela igreja pelas vagas analogias; na chronica dos slavos, de Helmodus, lê-se, que na ilha de Rugen, fóco de paganismo, era ahi adorado o deus chamado *Zwanthe With*, de que os padres catholicos fizeram *Santo Vito*, por simples homophonia. Alfred Maury, no *Ensaio sobre as Lendas piedosas na Edade média*, exemplica com superabundancia este processo de transformação.

O instincto conservador da Igreja, na sua parte administrativa manteve de pé a divisão ecclesiastica dos *Pagi* até á Revolução franceza; escreve Guérard, na introdução ao *Cartulario da Abbadia de Chartres*: «A antiga

divisão territorial da Gallia em *Pagi* só se encontra nas mais antigas cartas. A igreja sómente a conservou, modificando-a com prudencia até á Revolução, de tal fórma que a maior parte das divisões diocesanas representavam ainda fidelissimamente, sob Luiz XVI, as divisões civis da antiga Gallia sob os romanos.» (*Ib.*, p. VI.) Accrescenta Guérard: «o *Pagus* correspondia algumas vezes ao territorio de uma cidade, ou de uma diocese, e as mais das vezes a uma parte d'esse territorio; n'este ultimo caso formava de ordinario uma divisão diocesana tal como o arcediaconato, arceprestado ou deado, e lhe dava o seu nome. Os *pagi*, muito mais numerosos que as cidades, multiplicaram-se cada vez mais pela elevação de paizes secundarios, *pagelli*, a paizes de primeira ordem, *pagi*.» Era n'esta elevação de povoações inferiores, e da lucta das igrejas parochiaes contra a absorpção das grandes abbadias, que revivesciam as tradições populares nas suas festas patronaes, cantos e dansas que vieram determinar a creação da Poesia moderna. N'este periodo de liberdade é que se creou o espirito leigo, e essa tendencia satirica, que tanto predomina na elaboração das Litteraturas na Edade média. O povo torna a igreja, que elle construiu, como o centro dos seus interesses; era alli que se reunia em assembléa, que erigia o seu tribunal, que consultava as *sortes dos santos*, que cumpria os seus *ordalios*; alli se prégava na linguagem vulgar ou *sermo rusticus*, e se contavam como Exemplos os divertidos Contos facetos, que ainda hoje são objecto do Folk-Lore europeu; alli se fa-

ziam as sanctificações locaes, e se formava a *Legenda*, que com o tempo se tornaria historia e novella; alli tomava parte nos ritos cultuaes, dramatisando-os com os velhes costumes, iniciando os elementos generativos do Theatro moderno, nas suas festas do *Asno*, ou dos *Fatuos*, nas vigalias do natal, nos banquetes sobre as sepulturas. A Egreja separando-se gradativamente do povo, aristocratisando-se, condemnou esses actos como *paganismo*. As Constituições episcopaes estão cheias d'essas prohibições contra os costumes populares, que eram uma fonte de creação esthetica, offerecendo elementos pittorescos e vivos á idealisação. Assim como a força da *Visinhança* (dos *Vici*) chegou a vencer o despotismo senhorial, tambem nos *Pagi*, pela persistencia da tradição o genio popular invadiu a Egreja e a Côrte, introduzindo ahi os germens que produziram as linguas, poesia, musica, arte e finalmente as Litteraturas. E' esse perstigio da *Tradição* medieval, que brilha através de esboços grosseiros, o elemento de renovação que se contrapõe ás fórmulas greco-romanas ou *classicas*, como a cellula viva que prolifera em presença de um formoso fossil. Reconstruido pela historia esse periodo da Edade media, tinha de encontrar-se no elemento *popular* o material das *Tradições*, n'ellas os germens morphologicos das Litteraturas modernas e a lei do antagonismo dos dois espiritos que as suscitam. O Romantismo tinha de completar-se scientificamente na Historia litteraria.

2 ° CREAÇÃO DA HISTORIA LITTERARIA E DA ESTHETICA
OU PHILOSOPHIA DA ARTE

Na incoherencia doutrinaria das luctas do Romantismo, e antes de uma concepção clara dos phenomenos estheticos no seu aspecto relativo, era urgente um methodo critico, para systematisar os estudos, e actuar nas novas fórmulas de idealisação. J. Jacques Ampère indicou genialmente uma base methodologica, partindo do facto simples de que a Litteratura, sendo nas suas manifestações objecto de Sciencia, estava para a justa comprehensão subordinada á *historia* pela sua continuidade, e á *philosophia* pela emotividade a que visa. Por esta nitida proposição, Ampère fixava logo a precedencia do processo historico sobre a especulação abstracta da philosophia: «aqui, como em tudo, a theoria deve nascer do conhecimento profundo dos factos. É da Historia comparativa das Artes e da Litteratura em todos os povos, que deve resultar a Philosophia da Litteratura e das Artes; é portanto d'essa historia que urge tratar immediatamente.» E assim formulava com clareza: «Philosophia da Litteratura, e Historia da Litteratura, taes são as duas partes da sciencia litteraria.» Naturalmente, pelo esgotamento das divagações criticas, o Romantismo achou a sua disciplina nos trabalhos de erudição sobre a Edade media, que determinaram a criação moderna da Historia das Litteraturas. A Philosophia da Arte ou a Esthetica, teve a sua origem nas especulações dos metaphysicos desde Kant, sobre a noção absoluta do

Bello ; mas tem-se levado muito tempo nas divagações estereis. No seu tempo notava Ampère : «A philosophia da Litteratura, inseparavel da que respeita ás Artes, estuda a natureza do bello, descreve os seus caracteres essenciaes, classifica as fórmulas fundamentaes pelas quaes se revela ; e seguindo-as através das suas diversas modificações, relaciona-as com os principios de que derivam. Esta sciencia está inteiramente por constituir ; apenas as primeiras bases foram assentadas por alguns homens de genio ;...» Estas duas ordens de estudos influem-se mutuamente ; a Historia das Litteraturas prestando á Esthetica factos positivos nas fórmulas particulares de cada epoca e de cada nacionalidade, facilita a deducção dos typos universaes em que se revela o ideal humano. E por seu turno as doutrinas estheticas actuam no historiador libertando-o das minucias banaes, revelando-lhe o que é caracteristico, genial e expressivo como nacional e humano. Um relance geral sobre a marcha do Romantismo, termina pela consideração d'estas duas ordens de estudos, que tendem a unificar-se nos mais saudaveis espiritos.

A) *Historia das Litteraturas*

No seu livro *De augmentis Scientiarum*, Bacon considerava a Historia litteraria como a luz da Historia universal, por isso que levava á genealogia das ideias que determinaram os factos ; e no seu plano, a verdadeira historia resultava da investigação da origem de cada sciencia, da direcção que seguiu, as controversias que suscitou, as escholas que desen-

volveu, as suas relações com a sociedade civil, e influencia reflexa d'esta na evolução mental.

No seculo XVIII entrou-se n'este campo novo de investigação circumscripta á Edade media, e pôde-se considerar a fundação da *Historia litteraria de França*, pelos Benedictinos, de 1728 a 1763, como uma corajosa tentativa; mesmo os trabalhos de Barbazan e Legrand d'Aussy sobre os Fabliaux e Contos dos seculos XII a XV; de Sainte Palaye Lacurne sobre a instituição da Cavalleria, e collecções medievaes, que facilitára a Millot a *Historia litteraria dos Trovadores*, tudo isto se pôde considerar como inventarios materiaes, em que faltava a vida da historia. Alfred Michielis, considerando estes esforços, que vinham já dos eruditos claustraes do seculo XVII, diz: «A ausencia de vistas geraes é a feição que distingue as publicações relativas á Edade media feitas durante os seculos XVI a XVIII, das publicações analogas do nosso tempo.» (Op. cit., I, 203.) Pelo seu lado Hallam na *Europa na Edade media*, reconhecia: «A historia da Litteratura é de origem moderna; pertence mesmo em grande parte a uma epoca quasi recente.» Operou-se a transformação do humanismo formalistico da Renascença na Philologia, sciencia em que todos os conhecimentos historicos convergem para a comprehensão das creações do espirito. Todas as manifestações do genio do homem foram consideradas como documentos reveladores para a historia: as instituições sociaes, as linguas, os dogmas, o direito, a moral, os costumes, as tradições, as industrias, os conflictos das raças

nas suas invasões e cruzamentos tornaram-se objecto de sciencias especiaes, como uma necessidade de concentração diante da complexidade dos factos. Mas o fim resume-se em uma sciencia ou consciencia do homem, a que se poderá chamar *Anthropognosia*.

Em todas estas creações da actividade humana, o fatalismo supplanta a liberdade nos periodos de inconsciencia, o sentimento na sua emotividade e subjectividade suppre a insufficiencia da rasão, o automatismo dos costumes e a pressão da auctoridade fundam a noção moral imperativa. Só nas manifestações da arte e poesia, é que o homem elabora as suas emoções, libertando-se da fatalidade organica, reproduzindo-as voluntariamente e transmittindo-as ou fazendo-as vibrar conscientemente.

A historia religiosa, a politica, a das invenções, como a linguagem, mostram-nos o homem levado por uma força a que obedece inconscientemente, sem que se entrevêja o seu supremo relêvo da individualidade. É nas creações artisticas, que esta alta expressão da liberdade se revela na elaboração esthetica de elementos tradicionaes do passado, sem a pressão do interesse ou da imposição do dogma, ou influxo da auctoridade. É por isso que no seculo em que se entreviu a philosophia da Historia, que soube deduzir da discordancia das religiões e das linguas, dos climas e das raças, uma harmonia immanente, a tendencia para uma perfectibilidade implicita na transformação ininterrupta, sómente a esse seculo competia lançar as bases da Historia das Litteraturas. Vico, um dos fundado-

res da philosophia da historia, fez com um raro criterio no livro da *Scienza nuova*, reconhecer a importancia das creações collectivas ou anonyms do homem, repellindo a revelação inicial theologica e accentuando os esforços em que a humanidade nos seus progressos se patentêa como obra de si mesmo; a Vico pertence a gloria de fundar a verdadeira critica dos poemas homericos, e da evolução do Theatro grego. Mas se o exame rhetorico das litteraturas levava a pôr em evidencia o individualismo dos grandes genios, tomando como regra ou canon do gosto a *imitação* das suas obras, a consideração philosophica levou a apreciar essas obras primas relacionadas com o meio social, com as ideias e *tradições* da sua época, reflectindo mesmo no genio do artista a feição da sua raça, e a capacidade da expressão do *pathos* humano. Os dois processos historico e philosophico aproximam-se, ampliando os seus recursos de comprehensão: em todos os phenomenos sociaes predominam factores complexissimos, que se classificam como de ordem *statica* e *dynamica*; são como nos phenomenos organicos o apparelho e a funcção physiologica.

Nas Litteraturas é base da critica scientifica a consideração d'estes factores; assim os caracteres da *raça*, a persistencia da *tradição*, a filiação da *lingua*, e a energia e aspiração da *nacionalidade* como órgão da humanidade, actuam nas manifestações artisticas através de todos os movimentos ou transformações das epochas historicas. Toda a obra prima, produzida pela mais alta e consciente individualidade, tem uma parte que está fóra da acção imme-

diata da vontade, e pela qual pertence a todos ; é n'ella que se reflectem os factores staticos, que se mantêm através das crises sociaes e historicas ou propriamente acção dynamica da Civilisação. Estudando as Litteraturas modernas na sua evolução historica, destacam-se logo tres épocas fundamentaes, a EDADE MEDIA, a RENASCENÇA, e os tempos modernos ou o ROMANTISMO ; na primeira prevalecem os elementos staticos, fixando-se territorialmente as *raças*, transmittindo-se oralmente as *tradições* em um syncretismo espontaneo que se vivifica, criam-se as novas *linguas*, com a versificação e a rima, que lhes dão fôrma rudimentar, e essas idealisações intensas de lyrismo, de epopêas e de representações dramaticas, vão reflectir as luctas das recentes *nacionalidades*. Na segunda epoca ha um desvio d'estes elementos organicos, mas o que se perde em originalidade actual compensa-se pelo esmero da fôrma, ao influxo da imitação das litteraturas classicas ; o excesso da imposição dos modelos antigos levou ao esgotamento da invenção, á falta de liberdade mental, e á esterilidade inexpressiva. Começou a reacção contra este canonismo rethorico, tentando-se o regresso á natureza, pelo exotismo alargando o campo da imitação a outras litteraturas, e só quando se relacionaram as luctas sociaes com as mentaes, é que esse movimento de renovação se tornou decisivo no Romantismo. D'este simples aspecto tirou Schlegel uma lei de evolução das Litteraturas modernas ou romanicas : a lucta entre os dois espiritos, o *tradicional* ou organico e o *classico* ou formal. E por este antagonismo se pôde caracterisar

as Litteraturas no seu maior ou menor vigor, como tambem as epochas historicas, e ainda as manifestações dos genios individuaes.

Para chegar a estes resultados foi preciso o trabalho de uma geração de eruditos, compilando factos, apurando materiaes bibliographicos e biographicos. Entre esses investigadores, destaca-se Bouterweck, que de 1801 a 1819 publicou a sua obra monumental *Historia da Poesia e da Eloquencia dos Povos modernos*, em doze volumes; n'essa obra, ao tratar da Historia da Litteratura hespanhola, tencionava o valente philologo considerar a Litteratura portugueza como simples appendice da castelhana. O caracter nacional fel-o reflectir na inconfundibilidade dos dois povos, e tendo a fortuna de travar relações com um portuguez que possuia uma riquissima collecção de escriptores portuguezes,¹ dos quaes lhe forneceu apontamentos, alargou então o seu plano. Póde-se dizer, que a *Historia da Litteratura portugueza* foi fundada por Bouterweck em bases definitivas, emquanto aos contornos geraes. Da obra de Bouterweck derivaram outras historias litterarias, como a *Das Litteraturas do Meio dia da Europa*, de Simende de Sismondi, (1813-1929) em que apparece tratada n'esse quadro a Litteratura portugueza; e o *Resumo da Historia littera-*

¹ Suppômos ser o nosso embaixador Antonio de Araujo, (Conde da Barca) que no começo do seculo e nas suas viagens ajuntára uma valiosissima bibliotheca portugueza; sobre este ponto, vid. *Filinto Elysio e os Dissidentes da Arcadia*.

varia de Portugal, por Ferdinand Denis, de 1826. Em 1816 a 1821 publicára Raynouard a *Collecção das Poesias dos Trovadores*, e tendo-se publicado em Paris em 1823 o *Cancioneiro da Ajuda* (Fragmentos de um Cancioneiro que se acha na Livraria do Collegio dos Nobres) Raynouard fez um rapido estudo sobre esse monumento inicial da Litteratura portugueza no *Journal des Sçavants* de 1825, (Agosto, p. 488-495.) assignalando-se em 1830 os estudos de Frederico Diez. Este espirito historico dirigiu Garrett na compilação do *Parnaso lusitano*, publicado em Paris, (1826) precedido de um *Bosquejo da Historia da Lingua e da Poesia portugueza*.

É significativo este facto de ser o iniciador das fórmulas românticas da Litteratura portugueza o primerio que esboça um quadro geral da sua Historia; ha alli um seguro tino critico sobre o genio de cada escriptor, embora desconheça ainda a importancia do criterio comparativo. Um outro iniciador do Romantismo, Alexandre Herculano, tambem no *Repositorio litterario* escrevia em 1834 sobre a necessidade do «exame das differentes *theorias sobre o bello e o sublime*,» apoiando-o com o processo historico: «Indagando a historia da poesia depois da queda da bella Litteratura greco-latina — originalidade nascente da Litteratura da Meia Edade destruida quasi no Renascimento das Lettras e substituida por *theorias antigas*... e finalmente o espirito da liberdade e nacionalidade da actual litteratura...»

Tanto Garrett como Herculano não puderam concentrar a sua actividade iniciadora na

creação da *Historia da Litteratura portugueza*, para conduzirem a renovação do Romantismo á sua phase critica e scientifica. Competia isso á geração sua continuadora.

Infelizmente a pedantocracia liberal absorveu e esgotou os jovens talentos. E em 1859 reconhecendo Rebello da Silva essa falta clamorosa, escrevia sobre a necessidade de completarmos a nossa evolução do Romantismo: «Atraz das nações cultas entrámos no novo trilho, guiados pelo grande e destemido engenho de um homem, que reuniu em si por um prodigio de dotes inimitaveis de poeta, orador e estadista, e que em cada provincia do saber, ou da invenção, que percorreu, não deixou rival. Mas, o que antes estava, as razões da sua existencia, e o pensamento dos seculos, no sentido litterario e philosophico, esperam debalde pelo seu Villemain, que os hade classificar e descrever.»¹

Dando o maximo relêvo á individualidade de Garrett na iniciativa da renovação da Litteratura portugueza, Rebello da Silva chega quasi a descrêr que appareça quem emprenda a sua Historia, liberta de particularidades sem nexos (Costa e Silva) e com um espirito philosophico. Foi esse um dos escópos da nossa actividade quando em 1869 publicámos a *Introducção á Historia da Litteratura portugueza*, seguindo os methodos que em eguaes e mais vastos estudos applicaram Victor Leclerc, Fauriel, Ampère, Schlegel e outros. Terminava o Romantismo, desvairado pelos de-

¹ Annaes das Sciencias e das Lettras, p. 59.

lirios ultra-romanticos, entrando-se estheticamente em uma phase universalista, e criticamente na systematisação da Historia litteraria.

B) *Da Esthetica ou Philosophia da Arte*

As concepções philosophicas são a integração dos conhecimentos concretos, que constituem o saber de uma epoca ; assim, no fim do seculo XVIII duas doutrinas fundamentaes dirigiam os espiritos, o *Materialismo*, deduzido dos factos inductivos das Sciencias cosmologicas, e o *Sensualismo*, correspondendo ao experimentalismo dos dados das Sciencias biologicas. Mas estas duas concepções reduziam-se a um mesmo principio, deixando em evidencia a necessidade de considerar um elemento moral, subjectivo, que recebia as sensações do mundo exterior e que deduzia as leis universaes da Materia. Foi n'este esforço, que se destacaram Locke, Hume e Diderot, procedendo a magnificas analyses d'este elemento subjectivo do Conhecimento. Era n'este ponto que começava a renovação da Philosophia moderna ; Kant avançou por esse sulco aberto fazendo a critica dos dois elementos, o objectivo e o subjectivo, a que elle chamou Critica da *rasão pura*, e Critica da *rasão practica*, deduzindo a equação para a verdade. Kant não foi além do processo logico, do exame analytic das condições do Conhecimento ; dando um golpe na Metaphysica medieval, renovou a Metaphysica, porque não construiu a nova concepção do mundo sobre os dados objectivos e positivos das Sciencias cosmologicas e biologicas, que já no seu tempo tanto

tinham avançado. De Kant derivou o *Idealismo* transcendente, elaborando os elementos accumulados das Sciencias sociaes e moraes mal systematisados desde Bacon, e dando origem a systemas philosophicos, como os de Fichte, Schelling, Hegel e Schopenhauer, que se esgotaram na abstracção, suscitando a creação do Neo-kantismo ou a regressão á critica.

Mas toda a critica é dispersiva, e na crise actual da consciencia humana urge construir; era já enorme o saber accumulado das Sciencias cosmologicas e biologicas, e foi pela systematisação d'este elemento objectivo, que Augusto Comte retomou o problema do Conhecimento como o examinaram Locke, Hume e Diderot, constituindo com todos os dados verificaveis a *Philosophia positiva*. Essa grande renovação consistiu propriamente na ratificação consciente e preponderancia final do criterio subjectivo, ou a *philosophia primeira*; na organização da hierarchia theorica das Sciencias, completando o quadro pela systematisação da Sociologia, ou *philosophia segunda*; e determinação do destino humano, tomando a Moral como a *philosophia terceira* ou disciplina da rasão concreta da existencia. N'esta fecunda elaboração mental, em que se discutiram as sensações e as reacções motrizes que suscitam, foram considerados os phenomenos da Arte como idealisações representadas e como impressões produzidas.

A Esthetica ou philosophia da Arte teve origem n'este esforço especulativo, e coincidiu com a crise da renovação das Litteraturas modernas. Convém esboçar rapidamente as theo-

rias estheticas das differentes escholas metaphysicas até chegar ao facto positivo da *Tradição* como thema de toda a morphologia esthetica.

Independente das complicadas theorias dos metaphysicos, e pela desprevenida observação chega-se ao resultado definitivo, — que existe uma categoria de phenomenos sensoriaes de passividade agradável, que se conhecem pelo abalo da — *emoção*. Pela comunicação directa com a natureza, que nos impressiona, pôde receber-se essa *emoção*; mas sómente quando se procura o meio de represental-a em um Symbolo, e de transmitir igual impressão reflectindo-a na sensibilidade dos outros, é que essa *emoção* tornada consciente constitue verdadeiramente Arte. Como a capacidade de sentir se afina pela cultura na marcha progressiva da Civilisação, a emoção tornar-se-ha na evolução da humanidade cada vez mais delicada, e por tanto a sua expressão artistica mais profunda, elevando-se gradativamente do modo de sentir de cada epoca, e da sympathia dos Symbolos de cada raça, até ao universalismo em que a Arte se torna uma perfeita Syntese affectiva. É a esta altura que trouxe a Philosophia positiva a *Esthetica*. Sciencia muito moderna, está implicita n'ella a historia do pensamento humano, elaborando todas as apparencias da sua subjectividade, as representações da impressionabilidade, e o fim racional das creações do sentimento; a *Esthetica* foi *sensualista* em Baumgarten, *idealista* em Schelling e Hegel; a feição *positiva* dada pela renovação historica do comêço do seculo XIX, chega pelas

doutrinas da Sociologia, a determinar-lhe o seu elemento statico na *Tradição* de um passado que aspira á harmonia humana.

A philosophia sensualista, analysando os problemas da sensação e sua complexidade, ao agrupar os factos mais característicos em um dominio á parte, creou a *Esthetica* (de *esthesis* sensação.) Baumgarten, que definia a philosophia — a sciencia das causas e das *relações*, que pôdem ser concebidas sem a dependencia da fé, — achou esse fio conductor para o conhecimento de uma phenomenalidade especial necessaria á concepção geral do universo: Baumgarten entreviu vagamente a *relatividade*, ou o criterio positivo. Constituindo a *Esthetica*, era o *Bello* para Baumgarten «a perfeição concebida de um modo confuso.» Esta confusão resulta do incompleto conhecimento das *relações* particulares independente da *emoção*, que as unifica; é esta unidade ao que elle chamava a perfeição entrevista, presentida, que se torna uma noção vaga da ideia do *Bello*, ou, depois do exame critico e analyse das *relações* d'essa unidade, uma synthese categorica — o *Bello*.

A este modo de vêr, em que Baumgarten allia outros principios, conclue que o *Bello* não está na natureza, mas no nosso espirito. A intelligencia é que descobre e aproxima as *relações*, que isoladamente nada exprimem; da sua aproximação resulta um principio fundamental — a noção da unidade, revelada sentimentalmente pela perfeição.

O defeito da eschola sensualista foi o concretisar a ideia da perfeição na fórmula transitoria e consuetudinaria da moral, conforman-

do-a com o Bem ; tornou-a assim improgressiva como a própria Moral.

Os problemas da Esthetica esterilizar-se-iam ante a renovação metaphysica da primeira metade do seculo XIX, se os trabalhos da Archeologia classica e Historia da Arte lhes não dessem uma base positiva.

A Esthetica pouco deve a Kant ; essencialmente analysta ou critico, o *Bello* era para elle um problema commum á psychologia e á logica, um accordo entre o producto da imaginação e uma norma do senso commum ou o gosto. Era pois um producto subjectivo, derivando-o d'esta correlação passada no espirito, e uma fórmula de veracidade. As doutrinas de Kant tiveram a importancia de suscitar em Schiller a concepção da Arte fundada no accordo da sensibilidade e da razão, aspecto mais definitivo do que a conciliação entre a imaginação e o gosto, tornando o Bello uma consequencia d'esse accordo necessario, e a sua realidade harmonica.

No exagero da abstracção metaphysica, a elaboração logica, substituindo os elementos da objectividade, levou a extraordinarios pontos de vista ; Fichte succedendo a Kant, n'esse rigor logico chegou á comprehensão do universo pela affirmacção do *Eu*, como conhecimento unico provado no acto da consciencia, e servindo de norma para conhecer a realidade. Na philosophia de Fichte ha um eterno antagonismo entre a Natureza e o Eu, da liberdade investigando o fim racional contra a impressão bruta ou fatal da natureza. Para Fichte a Arte é o instrumento d'esta lucta ; o fim da Arte é o modo da livre actividade

do Eu, manifestando nos seus productos o poder creador. Que importa que Fichte tratasse accidentalmente este problema, sem bem o definir; pelo destino que assignára á Arte, acabou a falsa ideia da eschola *sensualista*, que a restringia ao fim material da *imitação*. Dentro do criterio historico, as creações da Arte de todos os povos, de todas as civilisações, só se comprehendem, quando através d'ellas se descobre o esforço que fez o homem para com os objectos desconnexos da natureza formar os Symbolos com que exprime as suas paixões, dá fôrma ás suas ideias indefinidas, transmite e renova os seus sentimentos, e fixa as aspirações humanas na lucta contra a fatalidade da natureza cosmica, e contra a auctoridade e automatismo tradicionista da natureza moral. Fichte foi levado a este verdadeiro fim da Arte, porque em volta d'elle se estudava com interesse as obras artisticas da Antiguidade, com a paixão do antiquario, com a vontade e amor de comprehender as civilisações antigas, como faziam Lessing e Winkelmann; a par de uma corrente de *positividade* (na Archeologia e na critica) recebeu a influencia directa dos factos, que o conduziram, independentemente do systema, á conclusão geral.

D'esta philosophia do individualismo proveiu uma das fôrmas mais originaes da Arte, a *ironia*; original, por que é uma *relação* que não existe na natureza, sendo creada pela intelligencia formando o contraste directo entre ideia e ideia. João Paulo Richter formulou este principio ou problema isolado, procurando nas suas obras artisticas aproximar as mais imprevistas *relações*.

A organização do artista caracteriza-se pelo poder de achar o maior numero de *relações* entre as diversas fórmulas da phenomenologia da natureza; é o processo do associonismo das ideias applicado ás impressões sensoriaes. Uma sensibilidade excessiva faz descobrir feições ou aspectos por que o mundo se nos revela, ou por equivalencia de impressões ou suggerindo estados de consciencia: um som póde corresponder a uma côr, (Fechner) e exprimirem-se um pelo outro; uma paizagem ou um perfume equivalerem a uma situação moral. Como na evolução do universo não existe um momento que não seja fatalmente *correlativo* ao antecedente e consequente, antes das Sciencias experimentaes, a Arte dirigiu-se á expressão d'esta unidade, d'este desdobramento seriario, omnipresente, em permanente actualidade. Os nossos fracos órgãos dos sentidos, os meios imperfeitos do conhecimento dividindo-se para comprehender, levam-nos a uma falsa concepção da natureza; foram as organizações artisticas que, antes dos philosophos, presentiram essa unidade *sympathica* que precedeu a *synthetica*.

E' por isso que a Arte é na sua essencia constructiva, chegando pela idealisação ou representação do Bello a attingir as altas verdades da intelligencia. Os artistas mais completos, dotados de uma maior receptividade, tiveram por isso o poder de achar e de abranger o maior numero de *relações* na natureza: Miguel Angelo estatuario, pintor, architecto e poeta, Leonardo de Vinci, e Raphael, foram vastos, porque necessitavam de todas as fórmulas para exprimirem a comprehensão d'essas

relações estranhas que entreviam; eram genuinamente creadores. Em algumas palavras sobre João Paulo Richter, deu-nos Goëthe uma completa definição do que é o artista: «Espírito tão bem dotado, lança sobre este mundo, de uma maneira verdadeiramente oriental, olhares cheios de audacia e de verdade: elle cria as relações as mais estranhas, concilia as cousas as mais incompativeis; mas de tal sorte, que ahi se incluye secretamente um fio moral, que conduz o todo a uma certa unidade.» (Notas ao *Divan*.) Pelo seu lado o estatuário Préault tambem definia: «O artista é o que vê maior, mais alto e mais claro do que os outros homens.» E essa visão artistica são as *relações* do mundo exterior, achadas para a representação ideal da implicita unidade; Carlyle esclarece o phenomeno: «Em cada objecto ha uma inesgotavel significação; os olhos vêem conforme os meios que se empregam para vêr.» (*Hist. da Revol.*, I, 7.) E' a Arte que acha este sentido inesgotavel das cousas: assim o comprehendeu Schelling, quando deu mais largueza ao pensamento de Fichte. Schelling não fundou uma Esthetica, mas nunca uma Sciencia foi melhor definida, caracterisada e sublimemente evangelisada. Tomando a Arte como meio demonstrativo do seu systema philosophico da *identidade*, a actividade esthetica adquiriu a altura e serenidade de uma função constructiva, descobrindo ao sentimento e á intelligencia as multiplas *relações* do universo, as suas secretas analogias, dando-nos a consciencia da harmonia ou identificação do universo physico e a existencia moral. A concepção abstracta da *identidade*

era uma fôrma consciente do syncretismo espontaneo do estado da rudeza primitiva dos povos que se caracteriza pela invenção poetica com que exprimem relações das cousas nas suas mais reconditas analogias. No seu *Systema de Philosophia transcendental*, chegou Schelling a identificar o syncretismo metaphysico com o popular das epocas emocionaes primitivas; procurando identificar a Natureza, ou a objectividade, com o Eu ou a subjectividade, chegava a essa harmonia pela comprehensão da lei; para elle a obra de arte, ainda a mais particular tendia para essa identificação entre o infinito e o finito, entre a realidade e o pensamento, entre o mundo physico e o mundo moral. E' verdadeiramente um novo criterio esthetico; porém, em vez de dar-lhe uma fôrma scientifica, deixou-se arrebatado pela exaggerada deducção, reduzindo toda a *Philosophia* a uma Arte final, a natureza a uma eterna poesia, e a actividade da intelligencia a um sublime poema: «Trata-se de mostrar no subjectivo, na consciencia, esta actividade tendo e não tendo consciencia. Não ha actividade como a actividade esthetica, e toda a obra de arte para ser comprehendida carece considerar-se manifestação d'essa actividade. O mundo ideal da arte e o mundo real dos objectos são productos de uma unica e mesma actividade: encontram-se estas duas actividades, inconscientemente no mundo physico, com consciencia no mundo esthetico. O mundo objectivo vem então a ser a poesia primitiva do espirito, que não tem outra consciencia. O orgão geral da *Philosophia*, e o fecho da abobada de todo o edificio é a Phi-

losophia da Arte.» (*Op. cit.*, p. 349 a 368, trad.) «Se a intuição esthetica não é senão a intuição transcendental tornada objectiva, é evidente que a Arte é o unico e verdadeiro orgão d'esta philosophia, sendo ao mesmo tempo o documento que confirma sempre e sem cessar o que a philosophia não pôde expôr exteriormente, isto é, o que ha de inconsciente na actividade e na productividade, e essa identidade primitiva com o que n'ella ha de consciente.» (*Ib.*, 366.)

Esta apotheose da Arte feita por Schelling teve consequencias praticas e profundas na actividade scientifica do seculo XIX; produziu em volta de si uma commoção sentimental, mystica, religiosa, em que a noção da Sciencia se tornou para todas as intelligencias um fim sagrado da existencia; as obras de arte da Antiguidade appareceram com um sentido recondito; os mythos dos diversos povos foram aproximados nas suas apparentes analogias, que mais tarde guiaram ao seguro processo da filiação historica; as linguas foram estudadas sob o ponto de vista comparativo; as litteraturas sob o criterio das nacionalidades; creou-se a pedagogia como sciencia, por que a perfectibilidade tornou-se o objectivo da educação individual. Schelling deu este enorme impulso; o que havia de verdade na sua vaga abstracção não se perdeu.

Hegel veiu apoz Schelling; tambem os problemas da Esthetica esclareceram o seu systema metaphysico, em que a *Ideia* sendo a immanencia do sêr (*These*) sem dependencia de fórma, sempre finita, transitoria, ou a *Antithese*, era pela deducção logica d'estes dados contra-

dictorios da realidade que a razão formava a *Synthese* com que comprehendia a infinitividade da *Ideia*. Nas manifestações artisticas via Hegel este processo logico: a fôrma particular da Arte, limitada, restricta, representa a ideia do *Bello* infinita, universal; como antithese, em quanto á realidade, conduz á *synthese* ideal. Hegel acha na evolução da Arte nas varias Civilisações os differentes aspectos d'essa relação da fôrma representando a ideia absoluta: na Arte *symbolica*, ou propriamente oriental, a complexidade das fôrmas confunde a noção do bello sob impressões grandiosas, que perturbam o espirito; na Arte *classica*, ou grega, dá-se a harmonia entre a fôrma e a ideia, em uma ponderação, que domina pela serenidade, pela alegria moral; na Arte *romantica*, ou christã, a fôrma não póde exprimir toda a anciedade do infinito da aspiração, traduzindo esse sentimento por imagens que suggerem pelo sentido indefinido uma vaga mas suave melancholia. A *Esthetica* de Hegel foi considerada como o melhor reducto do seu *systema philosophico*; os maiores criticos, como Standenmaier, ou Tiersch, julgam-na uma obra prima, quasi inexcedivel. Hegel corrigindo Schelling, justificou a especulação *metaphysica* com a exemplificação *historica*; a este processo positivo, observando a realidade das creações artisticas dos diversos povos, é que deveu o que ha de verdade na sua *Esthetica*, embora caminhe da *theoria* e das fórmulas abstractas para a interpretação dos factos historicos.

O lado positivo da sua *Esthetica* explica-se tambem pela *biographia* do philosopho, como

o consignou Rosenkrantz : «Os thezouros artisticos de Berlin, as Exposições de todo o genero, excitavam o seu amor pela arte até ao mais alto grão... Procurava com um encanto insaciavel e sem se cansar, os concertos, os theatros, as galerias, as exposições. Fazia extractos e notas para a historia das Bellas Artes. Amava apaixonadamente a musica ; tinha para a pintura esse saber vên innato. Na poesia era em toda ella familiar. Tinha para a esculptura a capacidade mais evidente, que elle procurava constantemente aperfeiçoar.» A sua organização levava-o para o campo da observação positiva ; a direcção do transcendentalismo das escholas allemãs attraía-o para o ápriorismo.

O apparecimento da Philosophia positiva foi tambem uma consequencia da renovação da *historia*, que revelou a sua urgencia e oportunidade, como uma synthese formada das opiniões criticas e de todo o saber scientifico adquirido até Comte. Elle fez esta integração, cuja importancia não está na originalidade individual, mas na justeza e lucidez da systematização. Não é uma concepção dogmatica individual ; é a deducção do percurso da intelligencia e da sociedade humana entrando em uma phase constructiva e por isso *positiva*.

N'essa construcção, Comte reconhece a preponderancia decisiva do sentimento como dirigindo o pensamento e motivando a acção ; e como meio de conduzir a sociedade a uma *synthese affectiva*, a Esthetica funda a disciplina do sentimento, e dá á Arte um Ideal real, a Humanidade, representada através das luctas da historia na grande aspiração da paz

e da verdade. E' o começo de um mundo de criação nova para o genio moderno, em que os aspectos nacionaes da Arte se tornam mais intensos reflectindo o universalismo humano. Todas as escholas, todas as doutrinas filiadas nos seus antecedentes se conciliam n'este sentimento da solidariedade humana. «Compreende-se assim, como a Arte constitue a representação a mais completa, quanto como a mais natural, da unidade humana, pois que ella se liga directamente ás trez ordens dos nossos phenomenos caracteristicos, *sentimentos, pensamentos e actos*. A sua origem está no primeiro, ainda mais evidentemente do que as outras duas criações geraes. Tem por base o segundo, e por fim o terceiro. D'aqui resulta a sua feliz aptidão e reagir indifferentemente sobre todas as partes da nossa existencia, pessoal ou social, e para de logo o seu privilegio exclusivo de encantar egualmente todas as classes e todas as edades.» (*Polit. positive*, I, 287.)

Na evolução do Romantismo em Portugal, ficaram definidas as iniciativas de Garrett e de Herculano, deduzindo-se d'este quadro o que faltou para que ella fosse completa. Depois da renovação das fórmulas litterarias e dos themas tradicionaes e historicos da nacionalidade, faltou a criação da Historia da Litteratura portugueza, e de uma base critica e theorica resultante de uma concepção positiva da Esthetica; bem como a idealisação artistica universalista. Sómente depois da incongruencia do Ultra-romantismo, e no isolamento do meio pedantocratico, é que foi tentado este complemento de um cyclo intellectual e socialmente tão importante.

I

Garrett sob o influxo do Arcadismo

(1799 a 1823)

Primeira epoca

O homem superior, que representa uma epoca, appresenta a antinomia de reunir ás aspirações novas de que é orgão esses velhos preconceitos contra os quaes reagiu, as influencias depressivas que procurou annullar, e mesmo os erros que atacou de frente na sua missão genial. Ha na vida do grande homem duas biographias contradictorias, a que resulta do meio deleterio em que surgiu, e a do meio transformado ou iniciado pela sua individualidade. Dá-se com Garrett esta duplicidade; o auctor inimitavel do poema *Camões*, do drama *Frei Luiz de Souza*, e do ardente lyrismo das *Folhas caídas*, que imprimiu á litteratura portugueza novas fórmãs de idealisação, começou por ser um reverente imitador dos Arcades quando se assignava *Jonio Duriense*, um frivolo almiscarado do seculo XVIII quando imi-

tava as *Cartas a Emilia* de Demoustier, quando metrificava no gosto *elmanista* no Outeiro poetico da Sala dos Capellos, ou como meticoloso *philintista* contornava o verso solto e estudava com superstição a linguagem dos Quinhentistas, dando largas á pomposa rhetorica nas Tragedias philosophicas do fim do seculo dos encyclopedistas. O estudo d'esta phase primeira das manifestações da sua vocação seria negativo e esteril, se no acervo de banalidades arcadicas moldadas ao gosto dominante, se não descobrissem os esforços de um claro espirito contrafeito pelos respeitos das normas auctoritarias, de que se emancipou de repente, ao achar-se em um mais vasto meio mental. Foi essa crise do seu genio determinada pelas trez emigrações de 1823, 1824, e 1828, a que o forçaram as violentas reacções politicas do restaurado regimen absolutista.

Maudsley, na *Pathologia do Espirito*, define a situação das individualidades iniciadoras diante das velhas concepções, como na missão de Garrett: «O individuo póde estar em minoria, não por que elle veja mal, ou menos justo do que toda a gente, mas por que elle vê mais profundamente e tem uma intuição de alguma nova verdade. Póde differir de toda a gente, não por que esteja em erro, e que todos os demais estejam na razão, por que elle tem razão diante da gente toda que está em erro. Necessariamente, toda a verdade nova não é logo reconhecida a não ser por uma minoria; é um desvio do systema de crenças actualmente existentes, é mesmo uma rebellião contra este systema, que considerando-se a si mesmo como uma finalidade, lucha com todo

o pezo da sua organização estabelecida para o derrubar.» (p. 318.) A obra em que Garrett affirmou a sua alta individualidade não será bem comprehendida emquanto se não conhecer o periodo em que predominaram as normas arcadicas, o gosto das academias e um sentimentalismo chato da imitação franceza.

N'esta primeira epoca, decorre a vida de Garrett em trez meios, que exerceram uma orientação fundamental. Primeiramente o Porto, em que viveu até aos onze annos, que lhe insuflou a energia da existencia popular, a independencia de uma burguezia activa, e ao mesmo tempo o sentimento das tradições poeticas suscitado no lar domestico, e que tanto actuou na sua criação artistica. Depois, a juventude passada na ilha Terceira, sob a auctoridade do venerando bispo de Angra, seu tio, que era um conspicuo cultor da litteratura classica, e lhe incute todas as imitações italianas e francezas do pseudo-classicismo; ahi sob o influxo de dois tios conegos, e chegando a envergar a chamarra clerical, liberta-se aos quatorze annos pela emoção de um primeiro amor. D'ahi lhe resulta o plano de vida, que em 1816 o leva para Coimbra, onde a mocidade academica, quando o obscurantismo moral estupidecia o paiz, representava nos seus passatempos escolares as Tragedias philosophicas de Voltaire, lia as obras dos Encyclopedistas, máo grado as pesquisas da Intendencia da Policia, e saudava com enthusiasmo a obra do Synedrio que foi — a Revolução de 1820. N'este meio em que Garrett se achou de repente, não podia deixar de manifestar-se *jacobino*, filiado em sociedades se-

cretas, com um espirito revolucionario, em antithese com a sua familia, que puchava para uma affectada fidalguia e conservantismo monarchico-clerical.

1.º NASCIMENTO, E SEUS PRIMEIROS AMORES
(PORTO E AÇORES)

Nasceu Garrett na cidade do Porto em 4 de Fevereiro de 1799, sendo baptisado na freguezia de Santo Ildefonso, pelo conego da sé Thomaz d'Aquino de Lima e Almeida, parente de sua mãe. No *Arco de Sant'Anna* escreveu o poeta: «Ora eu nasci no Porto e criei-me em Gaia.» (I, p. XVIII.) Mas, alludindo em um discurso á sua eleição por Angra do Heroismo, (ilha Terceira) diz: «provincia de que não sou natural, mas onde tenho a minha familia, os ossos de meus paes, e *tudo quanto fórma uma patria verdadeira do homem...* Não tive a fortuna de nascer n'aquelle torrão em que nasceram todos os meus parentes, e *casualmente nasci na cidade do Porto*, de que me não considero natural verdadeiramente, por que isto foi um mero acaso, — nasci casualmente em outro districto, mas a *minha patria*, a dos meus paes, mas o meu patrimonio, mas tudo quanto constitue a verdadeira patria de um homem é aquelle circulo.»¹ Na casa da rua do Calvario em que occorreu o seu nascimento, mandou collocar o Municipio do Porto em 1864 a laconica inscripção:

¹ Ap. Amorim, *Memorias de Garrett*, t. II, p. 580.

CASA ONDE NASCEU
AOS 4 DE FEVEREIRO DO ANNO DE 1799
JÓÃO BAPTISTA DA SILVA LEITÃO DE ALMEIDA GARRETT

*Mandou gravar em recordação do grande Poeta
a Camara municipal d'esta Cidade em 1864.*

Foram os paes do poeta Antonio Bernardo da Silva, natural da Horta, (Fayal) proprietario na ilha Terceira, com o officio de sellador-mór da alfandega do Porto, onde casou com D. Anna Augusta Leitão, sendo o seu primogenito Alexandre José, (1797; serviu o officio do pae), João Baptista, (1779) e D. Maria Amalia, (1800.)

Torna-se necessario ennumerar os avós do poeta, para se vêr d'onde lhe proveiu o appellido de *Almeida Garrett*, que só começou a usar em 1819; e pelos ascendentes paternos, é que se conhece a familia açoriana em que viveu, sob o influxo de seu tio o venerando bispo de Angra D. Fr. Alexandre José da Silva; pelos ascendentes maternos, que viviam na abastança, explica-se como passou os seus primeiros annos nas Quinta do Castello e do Sardão, proximo do Porto. Na autobiographia de Garrett, lê-se que seu pae «descendia de uma nobre familia irlandeza, que emigrára por motivos de religião para Hespanha, e d'alli viera a Portugal no séquito da rainha D. Marianna, mulher de el-rei D. José.» Nos documentos de Brancanes, relativos á entrada e profissão de Fr. Alexandre José da Silva, lê-se que foram seus paes: José Ferreira da

Silva, natural da freguezia de S.^{ta} Catharina do Monte Sinai, da cidade de Lisboa, ¹ e D. Antonia Margarida, que se dizia natural da freguezia de S. Martinho, da cidade de Madrid, a qual era filha de Bernardo Garrett, oriundo do Roussillon e de D. Angela Viznaro. (*Processo de habilitação do Bispo D. Alexandre*). D'este casamento em 10 de Fevereiro de 1736, nasceram :

— Alexandre José, em 23 de Maio de 1737, (o Bispo.)

— Antonio Bernardo da Silva (pae do poeta.)

— Manoel Ignacio, 1 de Janeiro de 1742; arcediago da sé de Angra.

— Ignacio da Silva, conego da sé de Angra.

— Bernardo Antonio.

— Thomaz Isidoro. ²

Pelos ascendentes maternos, foram seus avós José Bento Leitão, (filho de Domingos Gomes e Josefa do Rosario), e sua segunda mulher D. Maria do Nascimento de Almeida (filha de José Fernandes de Almeida e Maria Thereza de S. Boaventura.) No processo para Familiar do Santo Officio, sabe-se que José Bento Leitão, natural de Villa do Conde, (n. em 2 de dezembro de 1727) estivera em Pernam-

¹ Filho de José Fernandes Juste, homem do povo, e Luiza Ferreira da Silva.

² Nenhum usa o appellido de Garrett, do avô Bernardo Garrett. Nas *Contas para as Secretarias*, vol. v, fl. 300 (12 de Abril de 1799), acha-se indiciado como pedreiro-livre um *David Garrett*.

buco, onde enriqueceu, e que seus paes eram de condição humilissima; e que José Fernandes de Almeida, que enriquecera tambem nos Brasis, era, assim como sua mulher, filho de gente pobre e obscura.¹

Na sinceridade das suas investigações, Gomes de Amorim, mostrando que os appellidos *Almeida Garrett* foram tomados de ascendentes femininos e tardiamente, diz: «Nos documentos que cito, não ha nada que possa ferir nem de leve a honra da familia. . . Achei *provas evidentes da sua origem plebêa*; não as achei de acto algum que possa infamal-a. Descender de gente humilde não é vergonha. Parece-me antes caso para desvanecimentos e demonstrações de que Silvas, Leitões e Almeidas adquiriram pelo trabalho os meios de se illustrarem e de poderem aspirar ás distincções mundanas.» (*Mem.*, I, 38.)

A seiva d'esta bella cêpa burguezia é que deu a Garrett essa profundidade de sentimento, de energia e character, toda a sua paixão por esta nossa terra; era um portuguez, que teve a emoção do povo e a intuição da nacionalidade. Esta foi, como elle diz no *Arco de Sant'Anna*, a sua «fidalguia natural, que é a mais rica, a mais preciosa e a mais verdadeira,

¹ Gomes de Amorim, que extractou estas noticias das *Habilitações de Familiares do Santo Officio*, e da *Chancellaria da Ordem de Christo*, diz: «Não as faço (estas revelações) pelo simples prazer de marear o brilho de uma familia, que se diz fidalga, aparentada com santos, e que se crê possuidora de uma quinta ha duzentos annos » (*Mem. de Garrett*, I, 37.)

postoque não tenha assentamento na casa, nem ande nos livros da mordomia-mór.» O pae e irmão do poeta, no seu despacho de Sella-dores da Alfandega do Porto não têm o nome de Almeida Garrett, adoptado na familia sómente depois de 1818, indo «buscar á linha feminina os appellidos que lhes pareciam menos plebeus, e que inspiraram aos descendentes a ideia de os fazer passar por nobres.» (*Ib.*, p. 33.) Em um folheto manuscripto de 1813, assignou Garrett com as iniciaes *J. B. S. L.* algumas Odes anacreonticas; e no sobrescripto de uma carta de 1814, em que começára a escrever o principio do canto IV da *Affonseida*, assigna-se *João Baptista da Silva Leitão*, (ap. *Mem.*, I, 104) usando esta mesma assignatura em 1814 no exemplar da *Arte poetica* de Horacio, traduzida por Candido Lusitano, e em 1816 no livro *Institutions du Droit de Nature et des Gens*, do C.^{te} Gerard de Rayneval, Paris, 1803. (*Mem.*, I, 580.) O nome definitivo com que o poeta entrou na vida publica, apparece officialmente inscripto no *Livro das Matriculas da Universidade* no anno lectivo de 1819 a 1820; (*Mem.*, I, 156) e no seu poema *Roubo das Sabinas*, de 1820, por *João Baptista da Silva Leitão de ALMEIDA GARRETT*. Com o appellido de *Leitão* é que o poeta fôra sempre conhecido entre os seus condiscipulos, substituindo-o pelo synonymo affectuoso de *bacorinho*; com esta alcunha de intimidade foi denunciado pela reacção absolutista de 1823, na *Gazeta de Lisboa* de 26 de junho, como membro da sociedade secreta dos Jardineiros: «figurou n'ella muito *J. B. da S. L. G.* vulgo o baco-

rinho, etc.» Pelo apuramento d'estes nomes se define claramente a sua ascendencia paterna e materna, dando-nos o relêvo dos primeiros annos passados nas cercanias do Porto e na Ilha Terceira. Interessam-nos sempre as suas notas autobiographicas, que elle espalhava no que escrevia; assim em uma nota do *Fr. Luiz de Sousa* faz-nos o quadro delicioso dos seus primeiros annos: «Eu passei os primeiros annos da minha vida entre duas quintas, a pequena quinta do Castello, que era de meu pae, e a grande quinta do Sardão, que era e ainda é da familia de meu avô materno José Bento Leitão; ambas ao sul do Douro, ambas perto do Porto, mas tão isoladas e fóra do contacto da cidade que era perfeitamente campo a vida que alli viviamos, e que ficou sendo sempre para mim o typo da vida feliz, da unica vida natural n'este mundo.» O nome de Castello, dado á quinta, onde a familia do poeta fixára residencia em 1804, provinha de umas ruinas de um monticulo proximo a que se ligava a tradição de ter sido do rei mouro Alboazar. Não foi isso indifferente á imaginação da delicada criança; o romance de *Miragaia*, terrivel lenda de amores contada no *Nobiliario* do Conde D. Pedro, encantou Garrett n'esses primeiros annos que lhe decorreram em um sonho de poesia na quinta do Castello: «é a mais antiga reminiscencia da poesia popular que me ficou da infancia, porque abri os olhos á primeira luz da rasão nos proprios sitios em que se passam as principaes scenas d'este romance. Dos cinco aos dez annos de edade vivi com meus paes n'uma pequena quinta, chamada do Cas-

tello, que tinhamos áquem Douro, e que se diz tirar este nome das ruinas que alli jazem do castello mourisco. Na ermida da quinta se venerava uma imagem antiquissima de Nossa Senhora, com a mesma invocação do Castello, e com sua legenda popular tambem, segundo o costume... Muita vez brinquei na fonte do rei Ramiro, cuja agua é deliciosa com effeito; e tenho ideia de me ter custado caro, outra vez, o imitar, com uma gaita da feira de San Miguel, os toques de bozina de s. m. leoneza, empoleirando-me, como elle, n'um resto de muralha velha do castello d'el-rei Alboazar: o que meu pae desapprovou com tão significante energia, que ainda hoje me lembra tambem.» (*Rom.*, I, 202.) Além da paizagem, em que se avistava a cidade do Porto, destacando-se a sé, o paço do bispo, o Seminario velho, e a curva do rio Douro que desaparece, alastrando-se no fundo as serras de Vallongo e da Gralheira, havia ahi n'esse retiro da quinta uma outra paizagem moral — a tradição poetica, — de uma velha criada, que adormentava a criança cantando-lhe em saudosas melopêas os antigos romances. Conta Garrett, no *Romanceiro*: «Lembro-me em pequeno, a immensa alegria que eu tinha quando a minha Brigida, velha criada que nos contava e cantava historias, chegando ao passo em que a Condessa ia morrer ás mãos do seu ambicioso e indigno marido, (*Conde Alarcos*) mudava de repente de tom na sentida melopêa, e exclamava:

Tocam-n'os sinos da sé, ...
Ai Jesus! quem morreria? ...

«Morria a má Infanta, que descasava os bem casados, e a pobre condessa escapava. Que fortuna! Tirava-se um pezo do coração á gente, e a historia acabava como devia ser.» (*Rom.*, II, 42.) Esta criada Brigida, a quem estava confiada a guarda da quinta do Castello, iniciava o genio de Garrett na sympathia dos cantos populares portuguezes, merecendo ao poeta o ser memorada no poema *Dona Branca*. Pela communicacão com a gente do povo é que Luthero adquiriu o conhecimento da linguagem allemã, com que lhe fixou as fórmulas litterarias na versão da Biblia, e achou a tonalidade dos cantos, que reuniu nos seus sublimes Choraes. Garrett descreve essa psychose poetica da sua infancia :

Oh, magas illusões! oh, contos lindos,
 Que ás longas noites de comprido inverno
 Nossos avós felizes entertinheis
 Ao pé do amigo lar, ao crebro estalo
 Da assaltante castanha, e appetitoso
 Cheiro de grosso lombo, que volvendo
 Pinga e rechia sobre a braza viva!...

.....

E vós, formosas Moiras encantadas,
 Na noite de San João ao pé da fonte,
 Aureas tranças com pentes d'oiro fino
 Descuidadas penteando — emquanto o orvalho
 Nas esparsas madeixas arrocía
 E os lucidos anneis de perlas touca...
 Oh, magas illusões, por que não posso
 Crêr-vos eu co'a fé viva d'outra idade,
 Em que de bocca aberta e sem respiro,
 Sem pestanejo um só, de olhos e orelhas
 No *Castello* escutava a boa Brigida
 Suas longas historias recontando
 D'almas brancas trepadas por figueiras,
 D'espertas bruxas de unto besuntadas

Já pela chaminé fazendo vísperes,
 Já indo, ás duzias, em casquinha d'ovo
 A' India de passeio n'uma noite . . .
 E, ai! se o gallo cantou, que á fatal hora
 Encantos quebram, e o poder lhe acaba.

(*D. Branca*, Cant. III, st. 3.)

Na quinta do Sardão, por traz da serra do Pilar, na estrada que vae para Villar de Andorinha, a pouco mais de meia legua do Porto, ¹ahi n'essa opulenta residencia de sua avô D. Maria do Nascimento e Almeida, e de suas tias, achou Garrett um outro fôco poetico não menos intenso. Ahi vivia a velha mulata Rosa de Lima, que seu avô já falecido José Bento Leitão trouxera do Brasil. O poeta confessa a iniciação que lhe deveu: «Uma parda velha, a boa Rosa de Lima, de quem eu era o menino bonito entre todos os rapazes, e por quem ainda choro de saudades, apesar do muito que me ralhava ás vezes, era a chronista-mór da familia; e em particular, da capella da quinta do Sardão, que ella julgava uma das maravilhas da terra, e venerava como um bom castelhano o seu Escurial.» A bondosa mulata embalava-o ao som dos romances velhos: «Contava-me ella, entre mil bruxarias e cousas do outro mundo, que piamente acreditava; que tambem n'aquellas cousas se mentia muito;

¹ Miguel Leitão de Andrade, na *Miscellanea*, p. 614, escreve: «Christovam Leitão (filho natural de outro) o qual por falecer sem filhos na cidade do Porto, deixou a extranhos a sua quinta e logar de Gaya, meia legua d'esta cidade, — não sem alguma nota de tirar isso aos seus . . .» (Vid. Camillo, *Narcoticos*, p. 301.)

que meu avô, por exemplo, diziam que tinha apparecido embrulhado n'um lençol passeando á meia noite em cima dos arcos que trazem a agua para a quinta: o que era inteiramente falso, porque ella estava certa que, se o senhor José Bento podesse vir a este mundo, não se iria embora sem apparecer a sua Rosa de Lima.» (*Fr. Luiz de Sousa*, not. 1.) Amorim, que visitou estes sitios em 1879, descreve a casa apalaçada da quinta do Sardão, de um rez do chão e um andar com dez janelas de frente, voltadas para o Porto e para o mar, com a capella unida ao predio, e pateos murados, que dão tambem entrada para a quinta; o aqueducto a que se refere o poeta assenta em vinte e tres arcos, na extremidade sul da quinta.

As antigas tradições do burgo livre do Porto eram-lhe tambem avivadas por um velho beneficiado da sé, que na meninice lhe referia casos e costumes, que appareceram annos depois illuminando com uma poesia animada o romance do *Arco de Sant'Anna*: «Entre muitas festas proceccionaes da nossa boa Sé, — me dizia um beneficiado velho, que andou commigo ao collo, e era a mais santa alma de beneficiado que ainda houve, — foi talvez a primeira de San Marcos Evangelista, que os de Gaia ou Cale pretendiam ser o fundador da santa egreja portucalense, em opposição aos de Miragaia, que a pretendiam fundada por San Basileo na freguezia de San Pedro extra-muros. Já na minha infancia porém, e quando o meu velho Beneficiado me enriquecia o espirito e a memoria com estas tão interessantes e romanescas archeologias,

já a procissão das ladainhas de San Marcos não passava de San João Novo, e d'alli ao pé da ermida da Esperança é que os conegos, incensando para Gaia, cantavam o

Boa gente, boa gente!

antiphona em vulgar, de que nunca pude saber a explicação, nem pelo meu beneficiado, nem por nenhum outro chronista oral, ou escripto dos muitos que tenho consultado. O caso é que a cerimonia ainda assim se praticava em nossos dias, e em éras mais remotas a procissão, como a descrevi, d'além do Douro, ia á propria capellinha do Santo, cujas ruinas ainda hoje estão a meia encosta das ribanceiras de Gaia.»¹

No *Agiologio lusitano*, descreveu Jorge Cardoso esta procissão, que elle observou em 1661, já sem se comprehender o seu intuito de conciliação entre as populações do Porto e de Villa Nova de Gaia, que sob a protecção real, nada pagava ao poder senhorial do bispo. Segundo Cardoso, a procissão fôra instituida por 1291, cantando-se a antiphona em vulgar depois de completas: «Primeiramente, acabada esta ultima hora canonica, sae da sacristia um sacerdote com sobrepeliz e estola, e nas mãos uma cruz de prata, que deixou o legatario para isso, acompanhado de duas tochas accezas; e chegando á capella-mór, se mete de traz do cabido, que já vem pela igreja abaixo em procissão, no meio da qual dizem entoando dois moços de côro:

¹ *Arco de Sant'Anna*, t. I, p. 180. (Ed. de 1848.)

Boa gente, boa gente,
Fazeie penitencia,
Se vos quereis salvar
Confessade e commungade,
Que este mundo é vaidade

«Logo os conegos repetem o mesmo. E os moços prostrados de joelhos, entôam de novo:

Senhor Jesu Christo,
Misericordia, com piedade.

«E os conegos secundam; a que respondem os moços — Amen. Apoz isto mostra o sacerdote a Cruz ao povo, e recolhe-se á sacristia do mesmo modo que veiu, ficando o cabido emtanto no meio da egreja cantando a antiphona de Nossa Senhora, *Sub tuum praesidium confugimus*, etc.

«Confesso que quando estive n'esta cidade o anno de 61, todos os domingos á tarde ia á Sé ouvir esta piedosa antiguidade, causando-me sua engraçada e devota toada grande dôr e compunção; etc.»¹

A Garrett não escapou o sentido social d'este antigo costume, visando a asserenar os conflictos entre as duas populações de jurisdição real e feudal: «E devia ser rasão bem poderosa a que obrigava o bispo e conegos, os senhores da terra do Porto, a passar o rio, a visitar essa gente de Gaia e Villa Nova, *que lhes não obedeciam nem pagavam tributo*, e que, *fortes da protecção real*, lhes faziam mil acintes com sua pesca livre, o seu

¹ *Agiologio lusitano*, t. III, p. 114.

commercio franco, e até com o monopolio do sal que tantas vezes lhes dava el-rei só para apoquentar os vassallos e homens do bispo, que eram todos os da cidade.»¹ Além d'este culto do passado, em que se afinava a sua alma para a comprehensão do espirito nacional, a agitação com que se revelava a primeira decada do seculo XIX tambem lhe acordou a imaginação para aspirações que mais tarde se definiriam orientando a sua vida; diz elle nas *Viagens na minha terra*: «Desde pequeno que fui jacobino, já se vê; e de pequeno me custou caro. Levei bons puchões de orelhas de meu pae por comprar na feira de San Lazaro, no Porto, em vez de gaitinhas ou dos registos de santos, ou das outras bugigangas que os outros rapazes compravam... não imaginam o que, um retrato de Bonaparte.» (*Viagens*, I, 86.) O poeta tirou o horoscopo d'este facto: «Quem me diria, quando, por esse primeiro peccado politico da minha infancia, por esse tratamento duro, e — perdô-me a respeitada memoria de meu santo pae! — injustissimo, que me trouxe o mero *instincto das ideias liberaes*, quem me diria, que eu havia de ser perseguido por ellas toda a vida! que apenas sahido da puberdade havia de ir a essa mesma França, á patria de esses homens e d'essas ideias com que a minha natureza sympathisava sem saber porquê, buscar asylo e guarida.» (*Ib.*) A admiração por Bonaparte era proclamada na celebre pastoral do Patriarcha de Lisboa, na do Inquisidor

¹ *Arco de Sant' Anna*, t. I, p. 181.

geral, na do Arcebispo d'Evora, e ainda na dos Governadores do Patriarchado, por que elle restabelecera o Catholicismo. D. João VI, depois da Paz geral de 1801, tendo-se tornado um instrumento passivo da politica ingleza, abandonou Portugal ao seu mandado, diante da invasão de Junot, que entrou em Lisboa com alguns centenaes de soldados maltrapilhos e cansados. Foi a primeira invasão franceza de 1807. Mas o Porto foi occupado por tropas hespanholas, começando com tropas inglezas a repellir os invasores, expulsos pela vergonhosa convenção de Cintra de 30 de agosto de 1808. Depois do desastre da expulsão dos francezes, Bonaparte ordenou nova invasão, entrando dois mezes depois, o general Soult que atravessa com o seu exercito o rio Minho, e tomou Braga, entrando em seguida no Porto, e avançando com audacia, até se defrontar com o exercito anglo-luso organizado por Wellesley.

N'esta incerteza de vida, e desconfianças mutuas de *jacobinismo*, ou adhesão ás ideias revolucionarias, capciosamente confundidas com as monstruosidades da orgia militar napoleonica,¹ o pae de Garrett não se achou seguro com sua familia no retiro da quinta do

¹ Foram grandes as perseguições contra a Maçonaria e Jacobinismo, em 1809 e 1810, em que se viram envolvidos os homens mais instruidos e superiores de Portugal, uns arrojados aos carcerees da Inquisição e outros deportados para diversas povoações de Portugal. Em 10 de Setembro de 1810 fizeram-se numerosas prisões, a celebre *Setembrisada*, sendo quarenta e oito presos degradados para a ilha Terceira. Citare-

Castello, e resolveu transferir-se para Lisboa. Já na capital, espalha-se a noticia que o marechal Victor se aproximava da fronteira para entrar em Portugal por Castello Branco; e sem prevêr o exito d'esta segunda invasão, que foi vencida em 1811, resolveu Antonio Bernardo da Silva retirar-se com sua familia para a ilha Terceira, aonde tinha seus irmãos

mos apenas os nomes dos mais conhecidos e importantes:

Antonio d'Almeida, cirurgião da real camara.

Ignacio Quintino de Avellar, cirurgião.

Vicente José Ferreira Cardoso, desembargador da Casa da Supplicação.

Joaquim José Ferreira Gordo, advogado da Casa da Supplicação, e desembargador da Legacia

João Vicente Pimentel Maldonado, ex-provedor dos residuos.

João Ferrão de Mendonça, Prior dos Anjos, (freguezia de Lisboa).

José Diogo Mascarenhas Netto, conselheiro vereador do senado de Lisboa.

José Maria de Oliveira, pagador geral dos Correios.

Domingos Pelegrini, pintor italiano.

Jacome Raton, deputado da Junta de Commercio.

Domingos Vandelli, lente jubilado da Universidade de Coimbra.

Francisco Cloutz Vanzeller, presbytero secular e official de linguas na secretaria dos negocios do reino.

Não citamos todos os nomes para não alargar a nota; mas pela sua cultura, vê-se que conservando-se arbitrariamente e sem processo na ilha Terceira desde 1810 até 1814, ahi deixaram um fôco de ideias avançadas, que tornaram aquella terra depois de 1828 o apoio do movimento do liberalismo. No anno em que regressaram ao continente, veio tambem Garrett frequentar os estudos de Coimbra. Não é indifferente esta coincidência.

e bens proprios, achando-se ao tempo seu cunhado o bacharel João Carlos Leitão provedor dos residuos em uma das ilhas dos Açores. ¹ Garrett, que foi creado em uma atmosphera que o penetrava de todos os sentimentos da vida portugueza, que lhe desenvolveram as faculdades creadoras, dando a todas as suas obras um caracter de nacionalidade e de originalidade, passou repentinamente para um meio mental erudito e auctoritario de admiração convencional dos classicos gregos e latinos, ao contacto de seu tio bispo e dos dois conegos tambem seus tios, que procuram atrahil-o para o seu mundo clerical. D. Frei Alexandre, que em 24 de Outubro de 1781 fôra eleito Bispo de Malaca, e sagrado em 24 de Fevereiro de 1783, antes da posse do seu bispado foi transferido para o de San Paulo de Loanda, residindo por tres annos na diocese de Angola. Desgostos intimos o fizeram regressar ao seu convento de Brancanes, ao tempo da invasão de Junot; ahi foi intimado para vir a Lisboa e fazer parte da commissão portugueza que ia pedir a Napoleão que lhes nomeasse um rei portuguez. O velho bispo sem lêr o officio, respondeu aos emissarios, devolvendo-lh'o: «Levae-o outra vez a vosso amo; só reconheço o Principe Regente; mais dous ou tres annos que poderei viver, sacri-

¹ Na sua Autobiographia escreveu Garrett: «a tomada do Porto pelos Francezes em 1809, obrigou meu pae a retirar-se para Lisboa, e d'alli para a ilha Terceira, onde tinha a melhor parte da sua casa » (No *Universo pittoresco*, vol. III, p. 299. — 1843.)

fico-os com gosto pela patria. ¹ Em 1811 já estava o corajoso Bispo em Angra, despreocupado da sua dignidade ecclesiastica, junto de sua familia. Na citada autobiographia, escreve Garrett: «Não tardou a ajuntar-se áquella familia exemplar..... o respeitavel Bispo *resignatario* de Malaca, D. Frei Alexandre da Sagrada Familia, irmão mais velho de meu pae....» E do seu primeiro influxo diz: «levou tanto em gosto que o sobrinho abraçasse o estado ecclesiastico, que lhe alcançou um dos beneficios da Ordem de Christo, em que devia de professar, e para que *tomou ordens menores.*» Passou Garrett a puericia junto do veneravel ancião seu tio, que tambem escrevia Odes e traduzia Metastasio em segredo, guardando tudo cautelosamente. (*Fab.*, p. 89.) D. Frei Alexandre tinha de exercer uma influencia directa sobre a organização artistica do sobrinho, que logo em 1811 começou a appresentar seus pruridos litterarios. O prestigio da erudição afastou-o completamente das tradições populares, do veio rico da poesia nacional; entregou-se a tirar significados do lexicon grego, e a querer arremedar tragedias arcadicas. Faz dó esta viciação de uma natureza primacial que desabrochava espontanea. Em 1811 começou a elaborar na mente o plano d'uma *Merope*; eis como elle conta pittorescamente esta phase: «Mas tinha eu doze annos, quando comecei a pensar n'ella (sc. a Tragedia.) Estava na ilha Terceira, e cheio de presumpções de

¹ Augusto Ribeiro, *Commercio de Portugal*; n. 247.

hellenista, por que um santo velho que alli havia, o snr. Joaquim Alves, — excellente homem, que usava do mais exquisito barrete, e da melhor marmelada que ainda se fez, — me tinha feito entender quatro versos de Homero. Tive a confiança de querer lêr Euripedes no original, e com o auxilio do padre Brumoy, comecei a conhecer soffrivelmente algumas das suas tragedias. Não cabia em mim de contentamento e de enthusiasmo. Euripedes era o maior tragico do mundo: já se vê porque. — E mais, falta o seu melhor drama, que se perdeu, — me dizia o bom do velho, — a *Merope*, isso é que era tragedia. — Que pena, perder-se a *Merope*! scismava eu noite e dia.» (*Obr.*, III, 5.) Por esta preocupação classica, dos seus doze annos, revela-nos a influencia profunda que sobre elle exerceu o bispo D. Frei Alexandre da Sagrada Familia: «Havia tambem n'aquella minha saudosa ilha Terceira outro velho, que me ajudou a criar, e a quem devo quasi tudo que sei: era o meu tio D. Alexandre, que não gostava de Euripedes, — barbaro! — nem acreditava na minha sciencia hellenica, — incredulo! — e que, de mais a mais, um dia me fez perder as minhas tão caras e doces illusões, dizendo-me que no theatro inglez e no castelhano havia melhores cousas que nos classicos de Athenas. — Mas não ha uma *Merope* como aquella de Euripedes, que se perdeu. — Não; mas ha em italiano a de Maffei, que tem toda a simplicidade, elegancia e regularidade antiga, sem aquellas declamações tão seccantes do teu Euripedes. — Em italiano! tomára eu lê-la. — Pois tambem tu sabes italiano? — Sei, sim senhor; li

um volume inteiro de Goldoni e alguns tres de Matastasio.

«Era verdade: não me lembra como achei, mas recorde-me que devorei logo uns tomos truncados d'aquelles theatros, e fiquei-me tendo por bom toscano, como um academico de Crusca. Andava já dos outenta por diante o honrado velho de meu tio (1814); outras vaidades do mundo não lh'as conheci, era religioso, verdadeiro, e digno successor dos Apostolos; mas em se fallando em litteratura, valha-mø Deus.

«— Pois em italiano não o tenho, me disse elle, nem t'ò dava, se o tivesse, que o não entendias. Mas em portuguez aqui tens; está traduzido fielmente.

«E tirou de uma estantesinha baixa, que tinha ao pé de si, um pequeno volume manuscripto, que eu fui logo lêr com toda a ancia. A traducção era d'elle; não gostei, mas não lh'ò disse. Não gostei muito da tragedia; despida d'aquelle interesse que a difficuldade de as entender e o prestigio da antiguidade me fazia achar nas peças gregas, a admiravel e primorosa composição de Maffei não era para a avaliar e entender um fedelho como eu; não me fez impressão alguma; jurei que era um assumpto estragado. Mas o assumpto achei-o bello, e tive o atrevimento de imaginar que havia de aproveitá-lo eu.» (*Ib.*) Por esta curta noticia se sabe que o bispo D. Alexandre tambem ver-sejava.¹ N'estas primeiras impressões vêmos

¹ Na Bibl. nacional (Ms. D. 4. 7) vem uma *Ode na morte de Almeno*, o P.^o Fr. José do Coração de Je-

esboçarem-se as tendencias que levaram o seu genio para a cultura das fórmãs dramaticas. Quando a familia de Garrett chegou á ilha Terceira, fixou a residencia em Angra, na rua de San João, d'onde ia o poeta frequentar a aula regia de latim de que era professor o P.^e João Antonio, typo verdadeiramente tolentiniiano; depois que o bispo D. Frei Alexandre veio para Angra em 1811, é que Garrett foi viver para a sua companhia: «n'uma quinta do tio, extra-muros da cidade de Angra, para oéste, logo a fóra dos chamados portões de S. Pedro, n'um alegre sitio chamado *Caminho do meio*, por ficar entre o caminho da Terra-chã e o caminho da beira-mar no litoral oéste. Esta quinta é ainda conhecida pelo nome de *Quinta dos Garretts*.» ¹ O moço deixára de frequentar a aula de latim do P.^e João Antonio, que contra elle applicára o *orbilianismo*, não para o fazer estudar, mas para abafar-lhe os impetos com que pretendia entrar em sabbatina com o P.^e Jeronymo, que de vez em quando vinha substituir o mestre regio. Este substituto era o P.^e Jeronymo Emiliano de Andrade, que deixou um nome sympathico no ensino publico das ilhas dos Açores, tendo dedicado a sua vida inteira aos

sus, do Seminario de Brancanes, por Frei Alexandre da Sagrada Familia

E no Ms. D. 2. 52 a 54, um *Sermão de Santa Anna*, na entrada d'uma religiosa no Convento de Jesus de Setubal.

¹ *Comm. de Portugal*, n.º 247. (1880.)

trabalhos pedagogicos, de que restam numerosos compendios elementares de notavel clareza. Em um manuscripto de Garrett, intitulado *Memorandum — Estudos — Leituras — Cartões*, vem o seguinte apontamento :

«1812 — Saio do latim. Rhetorica — Joaquim Alves...» No estudo da rhetorica continuava-se ainda a latinidade, sob o ponto de vista da elocução e estylo; n'este intuito encetou o estudo do grego com o ferrenho hellenista Joaquim Alves, que adoçava as escabrosidades dos versos da grammatica do Port Royal com «a melhor marmelada, que ainda se fez,» de que lhe deixou agradável reminiscencia. Esta disciplina do grecismo á Joaquim Alves não decidiu o talento da criança unicamente para a imitação inconsciente da Tragedia grega, levou-o tambem para a admiração dos lyricos, das odes eroticas de Alceo e de Sapho, que traduzia. Nas *Flores sem fructo* incluiu bastantes d'essas versões, taes como: *Belleza e bondade*, e o *Sacrificio*, de Sapho; *A Lyra*, *Goso da vida*, a *Força da mulher*, *A Rosa*, *A Pombinha*, de Anacreonte; e *O Inverno*, e *A espada do Poeta*, de Alceo. As ponderações admirativas de Joaquim Alves com certeza nunca lhe poderam explicar que a maior parte d'essas Odes lascivas são falsificações dos rhetoricos da Eschola alexandrina; e interpretando-as através do maneirismo das versões francezas da epoca da Regencia para deleite das damas da alta sociedade, Garrett afastava-se da verdadeira comprehensão do lyrismo. Ainda aqui lhe acudiu um impulso natural — a psychose do

seu primeiro amor. No citado *Memorandum* — *Estudos*, vem o seguinte elenco:

«1813 — Volta o tio Bispo. — Alexandre doido. Eu padre. — Parte Alexandre para o Porto. — Eu não quero ser padre. — Hewson para San Miguel, etc.»

Se o poeta tivesse redigido as suas memórias, desdobraria em bellos e interessantes quadros estas phrases laconicas; poderemos hoje preencher-as pelos estudos accumulados. O pae do poeta achava-se ausente do seu logar de selador-mór da Alfandega do Porto, para onde não tinha vontade de voltar, por causa das grandes perturbações politicas em que estava convulsionado o paiz, e além de estar esse logar desempenhado por um ser-ventuario a quem pagava, receiava que se não continuasse na familia. N'estas suas tristes apprehensões, seu irmão D. Frei Alexandre, já com setenta e cinco annos, offereceu-se-lhe para ir á Côrte do Rio de Janeiro pedir ao Principe Regente D. João VI a graça de poder ser o logar de Selador-mór da Alfandega do Porto, passado em sobrevivencia a seu sobrinho mais velho Alexandre. Era o expediente mais rapido e seguro, em um regimen de graças arbitrarías. Parte o velho Bispo para a Côrte do Rio de Janeiro e por lá se demora todo o anno de 1812, regressando a Angra em 1813. Não foi baldado o pezado sacrificio; conseguiu, que seu sobrinho Alexandre podesse servir em logar do pae Antonio Bernardo da Silva, verificando-se a propriedade n'elle por sobrevivencia, com o encargo de uma pensão annual de 100\$000 réis a sua mãe D. Anna Augusta de Almei-

da Leitão, por alvará de 9 de Dezembro de 1812. ¹

A sorte favoreceu tambem o velho Bispo resignatario; em 19 de junho de 1812 faleceu na ilha de San Miguel o Bispo de Angra D. José Pegado de Azevedo, ficando a sé vaga. Foi então offerecido a D. Fr. Alexandre a transferencia para Angra, que elle recusou primeiramente, acquiescendo á insistencia do Regente, sendo apresentado em 7 de janeiro de 1813. Tambem consta que o velho Bispo obtivera uma Commenda da Ordem de Christo para seu sobrinho João Baptista, em cuja posse entraria logo que se ordenasse, como parecia que era a sua vontade andando já de trajos ecclesiasticos. *Volta o tio bispo, eis o facto do Memorandum de 1813: Alexandre doido. Eu padre;* refere-se ao enthusiasmo com que seu irmão recebeu a noticia de ir para o Porto servir o logar de seu pae, regressar á terra aonde nascera, onde tinha as mais suaves recordações e a familia de sua mãe. Mas, *ser padre*, ficar para sempre confinado na ilha Terceira entre seus tios conegos e o bispo! E' n'este mesmo anno que se opera a revolução moral no seu espirito, que uma luz não conhecida lhe esclarece a existencia: «*Eu não quero ser padre.*» Como se passou esta crise, que o fez vencer a pressão do meio domestico, a austeridade do pae, o

¹ *Chancellaria de D. João VI.* Livro 18, fl. 202. — O alvará de sobrevivencia foi passado em 17 de janeiro de 1814.

respeito quasi cultural do tio bispo? Só um impulso da natureza organica é que poderia vencer o influxo permanente de uma educação domestica. Se os tios paternos puchavam para a classe ecclesiastica, o tio materno Dr. João Carlos Leitão, juiz de fóra na ilha Graciosa, por carta de 6 de Agosto de 1810, bem gostava de vêr continuar-se na sua familia as honras da magistratura. A visita que n'este anno de 1813 fez o nosso poeta a seu tio, na ilha Graciosa, seria motivada por essas primeiras manifestações de revolta contra a vida ecclesiastica? E' certo que o Dr. João Carlos Leitão ajudou á mudança de plano da sua vida, preferindo a carreira da magistratura. A visita á ilha Graciosa liga-se a um episodio da vida do poeta, que nos revela o genio impulsivo que fez d'elle o futuro e grande orador politico. Lê-se em um estudo corographico sobre a *Ilha Graciosa* (Açores):

«Com relação á sua estada na Graciosa, na idade de 15 annos (aliás 14) refere-se ainda hoje um episodio muito curioso e extravagante, que passo a registrar, e sobre o qual fui informado por pessoas que presenciaram o facto, e que ainda hoje existem.

«A egreja matriz da villa de Santa Cruz achava-se repleta de gente, porque n'aquelle dia havia grande festividade religiosa, celebrando o padre Manoel Correia da Silva a sua *missa nova*, facto que de per si bastava para attraír grande concurso de fieis ao templo. Em meio da festa vê-se de repente, com geral admiração, um mancebo trajando capa preta, subir a escada do pulpito e alli fazer um discurso, que agradou, fallando brilhante-

mente sobre o acto que celebravam e sobre os deveres de um novo sacerdote. O prègador era o estudante Almeida Garrett (*Silva Leitão*).— Acabado o eloquente e celebrado discurso, desceu do pulpito, passando pelo dissabor de ser severamente reprehendido pelo Juiz de fóra, seu tio, que tambem se achava na egreja, e que sendo homem de genio impetuoso e forte, mostrado em algumas occasiões de enfado, ficára assás encolerizado com este caso, a ponto de dirigir-se logo ao vigario da matriz, pedindo-lhe com instancia que participasse a occorrença ás auctoridades para seu sobrinho ser castigado. Felizmente não houve procedimento judicial, e o caso passou em graça, devido á benevolencia do rev.^{do} vigario.»¹ N'este mesmo livro se encontram duas Odes ana-creonticas, extrahidas de uma collecção offerida pelo joven poeta a Francisco Homem Ribeiro, intimo amigo do Juiz de fóra: «Julgamos que foi a ilha Graciosa que teve a gloria de vêr desabrochar em seu seio as primicias d'aquelle talento brilhante, e que foi aqui o logar onde Almeida Garrett compoz os primeiros versos e onde começaram a brilhar os primeiros fulgores d'aquelle genio transcendente. Corrobora sobejamente esta conjectura e imprime-lhe um cunho de verdade inquestionavel o facto d'elle proprio offerecer nove

¹ Canto Moniz, *Ilha Graciosa* (Açores). *Descripção historica e topographica*, pag. 139. Amorim, *Mem.* I, pag. 98 a 101, trata por uma fórmula vaga e romanesca este episodio.

Anacreonticas, compostas n'aquella ilha, ao snr. Francisco Homem Ribeiro, graciosense instruido e amigo das letras, já falecido, que com o Juiz de fóra mantinha estreitas relações de amisade, e em cuja casa Garrett fôra appresentado.

«O proprio original manuscrito, que vimos, intitula-se *Odes anacreonticas compostas e offerecidas ao Senhor Francisco Homem Ribeiro por J. B. S. L. = Graciosa.*»¹

O valor artistico d'essas nove anacreonticas é diminuto; ellas são um valioso documento para nos esclarecer esta nota do Memorandum: *Eu não quero ser padre.* — *Hewson para San Miguel.*

Na dedicatoria a Francisco Homem Ribeiro, escreve:

*Amei, senhor, é verdade,
Fui amado, pôdes crê-lo;
Mas Venus, ferina deusa,
Me tirou todo o meu bem.
Ausencia, cruel ausencia,
Minha Lilia me roubaste;*

.....

¹ Pelo casamento de uma das filhas de Francisco Homem Ribeiro com o Dr. Diogo de Barcellos Machado, ilha da Terceira, veiu a collecção das nove Odes ao poder d'este cavalheiro, tirando-se em 1896 uma copia para o illustre José do Canto, (da ilha de S. Miguel).

Antonio Francisco Barata fez uma edição em 1903, em Evora, d'essas *Odes Anacreonticas*, de 35 pag. in-8.º, e no mesmo anno outra edição no Porto por Moniz Bettencourt (Mendo Bem). No livro de Canto Moniz vêem as Odes 7.^a e 9.^a

Estes versos desgraçados,
Partos da minha paixão
Em tempos de mais ventura, ...
Senhor, lê-os com piedade ...
Ah, senhor, que importa grite
No peito rasão forçosa?
Ao vêr-se um rosto galante,
Que importa gema a rasão?

A ausencia explica-nos a nota do Memorandum: *Hewson para San Miguel*. Nos versos esta mulher amada tem o nome poetico de Lilia; sabemos por outra nota de Garrett, que ella se chamava *Isabel Hewson*:

«Os 7 peccados mortaes.

«Podia ser o titulo de um volume curioso em que se contassem os meus 7 principaes namoros.

«1 — Soberba — *Isabel H.*»

Na Dedicatoria a Francisco Homem Ribeiro confessa que foi amado; essa psychose dos quatorze annos decidiu-lhe da vida toda, acordou-lhe a paixão pela mulher, pela feminilidade, por esse ideal da fórmula humana que irisa em uma luz unica a visão do mundo. *Eu não quero ser padre!* Foi o grito de emancipação do preconceito social e domestico, que venceu a carranca do pae e a secura do tio bispo. Uma das anacreonticas, apesar de todo o maneirismo do genero faz sentir a mulher, a vaporosa *Isabel Hewson*, da visão redemptora:

Lilia, teus olhos
Gentis, tentadores,
Unico repouso
São dos meus amores.

São esses teus lábios,
Lábios formosos,
Onde se saciam
Desejos sequiosos.

A mil vistas cegam
Teus subtis cabellos;
E rendidos ficam
Todos só de vêl-os.

Melindrosos dedos,
Alvos, se não rendem
Aos de Minerva;
Mil vontades prendem. Etc.

(Ode 8.ª)

Com o nome de *Lilia*, celebra na cantata
A Sésta, datada da — Ilha Terceira — Maio,
5, 1815 — uma paixão dos dezesseis annos:

Ah!... Lilia reconheço, Lilia a ingrata
Que ha muito me fugia: corro a ella,
Começo a lhe beijar as róseas faces,
Beijo-lhe as niveas mãos e os garços olhos;
Nas veias me pulula ardor celeste...

Osculo ardente
Do brando seio
Já sem receio
Lhe ouso roubar:

Prazer celeste
Lhe entr'abre os lumes,
E mil queixumes
Ia a formar:

Vou a applacal-a,
Balbuciamos...
E ambos ficamos
Sem respirar.

(*Lyrice de João Minimo*, pag. 65.)

Nas *Flores sem fructo*, descrevendo varios amores da sua vida, falla d'estes com um enternecimento de realidade sentida:

O que depois, na timida candura
De minha tão ingenua *puberdade*,
Quando os olhos sequiosos de ventura
Se ergueram a pedir felicidade
A' *primeira mulher* que viram bella,
M'os guiou com piedade
Para os olhos d'aquella
Que amei quasi co'a simples innocencia
Com que amei minha mãe?... Pobres amores!
Sem fogo, sem vehemencia,
Mas suaves e brandos como as flores...
Como elles desbotaram á luz viva...

(*Flores sem fructo*, pag. 199.)

Pelo nome de familia suppômos que *Hewson* seria algum consul inglez transferido em 1815 da ilha Terceira para a de San Miguel; a caracteristica de — Soberba — que assigna a *Isabel II.*, condiz com a appresentação britanica. E' crível, mesmo que a visita á ilha Graciosa fosse motivada pela emoção subita, que revela a nota: «*Hewson para San Miguel.*» No livro de Canto Moniz, lê-se: «Garrett saíu depois da ilha (sc. Graciosa) para Coimbra, onde se formou em direito...» O poeta demorou-se algum tempo na Graciosa, ¹

¹ No livro de D. Alice Moderno, *Açores — Pessoas e cousas*, pag. 35, lê-se que a Camara municipal da Villa de Santa Cruz, mandou pôr a seguinte lapíde:

MOROU N'ESTA CASA EM 1810 (?)

O IMMORTAL

VISCONDE DE ALMEIDA GARRETT

UMA DAS GLORIAS PORTUGUEZAS

e embora seu tio terminasse o triennio de Juiz de fóra em 1813, a sua partida para Coimbra em 1815 foi da ilha Terceira, depois das combinações de seu pae e tios, talvez para o subtrahirem á seducção d'esses primeiros amores. Amorim assim o confirma: «Affirmaram-me, em vida do poeta ainda, que *uns amores juvenis* foram a causa principal que arrancou á familia o consentimento para elle ir para Coimbra.» E corrobora esta affirmativa com as phrases de Garrett em um artigo do *Chaveco liberal* (Londres, 1829, pag. 25 e 26): «fui estudante no meu tempo, e maldita seja *a moça que me andou com a cabeça á roda* e foi causadora de eu não ter hoje as ordens como o nosso capellão.»¹ O velho bispo ficou inconsolavel com a resolução do talentoso sobrinho não querer ser padre; elle conformou-se, mas fez-lh'o sentir mais tarde no seu testamento não o gratificando. Na Ode *A sepultura de um bemfeitor*, pôz Garrett em 1821 uma nota: «O sabio e virtuoso prelado cuja memoria celebram estes versos, era proximo parente do auctor. Sabemos que *foi o unico de seus parentes que de s. ex.^a não recebeu dons de fortuna*; elle julga porém dever-lhe mais do que nenhum, pelo amor da virtude e das lettras que na infancia lhe inspirou com exemplo e conselho nos primeiros rudimentos de educação que d'aquelle insigne e illustre varão recebeu.»² D'esta direcção intellectual quizeram tirar argumento contra

¹ Apud *Mem.*, I, pag. 109.

² *Lyrica de João Minimo*, pag. 194, Ed. 1829.

o talento precoce de Garrett, dando-o como plagiario do tio; ¹ é sempre a malévola e perfida lenda contra o genio creador. Garrett nunca negou o influxo mental, que deveu a D. Fr. Alexandre, como, além da elegia alludida o manifestou em uma carta respondendo a umas perguntas de José Maria da Costa e Silva. Archivamos aqui esse documento autobiographico.

Na Ode epodica *A sepultura de um Bemfeitor* — á memoria de D. Fr. Alexandre da Sa-

¹ No *Almanach do Archipelago dos Açores para 1866*, publicado por F. M. Supico, lê-se a pag. 24: «Consta que escreveu (sc. Fr. Alexandre) algumas obras asceticas e muitas homilias, que não chegaram a publicar-se, e nem se acharam por sua morte. Tambem se não encontraram as poesias que escrevera, quando moço, e nas quaes, na velhice, ainda fallava com o gosto e paixão de auctor. Erradamente se lhe attribuiu o *Retrato de Venus*, cujo auctor é bem conhecido. O visconde de Almeida Garrett, sobrinho d'este bispo, herdou de D. Alexandre muitas poesias, ás quaes se diz que déra publicidade depois de convenientemente correctas.» No artigo de Augusto Ribeiro sobre *O Bispo Frei Alexandre, tio de Almeida Garrett*, lê-se: «Tinha manuscriptos preciosos em prosa e verso, de que fallava com certo desvanecimento, mas, ao que se disse, nada se achou d'elles por sua morte. No emtanto na tradição oral, que d'elle vive na ilha Terceira, entre pessoas velhas, affirma-se que fôra d'elle herdeiro o sobrinho, sendo muitos discursos e excellentes versos, chegando a attribuir-se ao prelado o *Retrato de Venus*, como se atreve a referir um chronista da epoca, Drumond, referencia que tem como dissémos, assentimento na tradição.» (*Comm. de Portugal.*) Gomes de Amorim, nas *Mem.*, I, 95, dá-nos uma das fontes d'esta lenda malévola, Francisco Freire de Carvalho, escriptor mediocre, inimigo declarado do movimento romantico.

grada Familia, Bispo de Angra, — traz Garrett estas estrophes autobiographicas :

Ah! que os olhos ainda se me arrasam,
 Ainda agradecidas
 Em fio e fio as lagrimas deslisam !
 Oh, varão estremado,
 Não, não morreste ainda no meu peito :
 Tu em minha alma tenra
 As sementes primeiras desparziste
 Das lettras, da virtude,
 Que á sombra augusta de teu nobre exemplo
 Tenras desabrochando,
 Cresceram quanto são : infante ainda,
 O meu singelo peito
 Me avigoraste da constancia tua,
 Da nobre fortaleza
 Com que, dignos de Roma, a Lysia deste
 D'alto valor prodigios...
 Eu não te verei mais, rugosa face
 Do venerando velho
 Que da existencia na vereda ingreme
 As primeiras pisadas
 Me endireitou no trilho da justiça! ¹

A carta dirigida a Costa e Silva, em 1853, é inedita, e pertencera á valiosissima Collecção Merello; aqui a encorporamos no nosso texto :

«Abril, 3, 53.

«Ill.^{mo} e meu bom amigo

«Por uma infinidade de motivos agradeço a sua carta de hontem e me apresso a responder-lhe.

«O Bispo de Angra, que primeiro o fôra

¹ *Lyrica de João Minimo*, pag. 95.

de Malaca, D. Fr. Alexandre da Sagrada Familia, tio meu, irmão de meu Pae, nasceu na ilha do Faial. Era oriundo de uma familia meio castelhana meio irlandeza — d'aquellas familias catholicas, que pela intolerancia protestante dos inglezes, se estabeleceram em Hespanha; e d'ahi veiu para Portugal com a Rainha D. Marianna, mulher d'el-rei D. José.

«Meu tio, andando em Coimbra, foi attrahido á vida religiosa pela prègação de uns missionarios de Brancannes, que alli foram. Professou n'aquelle instituto, foi missionario. Os seus sermões (que alguns possuo) são modelos de eloquencia do pulpito catholico — simples, de sã doutrina, ardentes de fé, austeros de moral e castissimos da phrase portugueza. Era o intimo amigo de *Almeno* e do P.^e Theodoro — a essa pleiada de talentos pertencia. Era poeta: os seus versos são horacianos. A Academia, cujo socio era, devia publicar as reliquias dos seus trabalhos, em prosa e verso, que eu com muito trabalho e diligencia poude salvar de mãos ineptas que destruíram seu valioso espolio.

«Foi quem me educou, e ensinou humanidades. Character austero e ainda violento. Verdadeiro Bispo e religioso. Tambem lhe devo quasi todo o meu pequeno patrimonio. Morreu Bispo de Angra nos Açores com quasi 90 annos, e em Angra faleceu no seu palacio em 1818-19. (?) Tenho seu retrato. Colligir tudo o que possa para lhe dar gosto, servir a litteratura portugueza que V. S. tanto illustra com o seu *Ensaio* é honra á memoria de um parente, protector meu, que me serviu em muitas cousas de pae.

«N'isto e em tudo me achará sempre prompto a servil-o com que possa e valha quem é deveras

De V. S.^a

Colle.^a e am.^o obg.^o

Almeida Garrett.» ¹

A maior parte do anno de 1814 foi passada na ilha Terceira, em estudos philologicos; um caderno intitulado *Phrases portuguezas e palavras peculiares da lingua*, é datado de — Angra, 25 de Novembro de 1814. Do mesmo anno os *Apontamentos sobre lingua e Phrases portuguezas*. A esta epoca pertence o manuscripto de uma esmerada caligraphia intitulado *Odes* (1814-1813) sobre cincoenta assumptos, que não chegaram a ser tratados todos, sendo tambem muitos d'elles riscados ou rasgados pelo auctor. ² O poema

¹ Tem o seguinte sobrescripto :

«*Ex.^{mo} Snr. José M. da Costa e Silva. — Dig.^{mo} Secretario da Camara Municipal de Lisboa. etc.*

Almeida Garrett.»

Consignamos aqui algumas linhas que rematam a biographia de D. Fr. Alexandre. Conservou-se sem tomar posse da diocese até 16 de junho de 1816, em que chegaram as bullas, não querendo ainda assim fazel-o por lhe faltar o exequatur ou beneplacito regio. D'aqui uma questão com o cabido de Angra, que lhe nomeou dois adjuntos, que elle não reconheceu, publicando em 28 de dezembro uma pastoral contra os actos do cabido. Vieram as bullas de confirmação em 12 de julho de 1817. Pouco tempo exerceu a sua auctoridade, falecendo em 23 de abril de 1818.

² *Helena*. Catalogo, pag. xxvi.

A Affonsaida ou Fundação do Imperio lusitano, Poema heroico — Angra, 1814 e 1815, consta dos tres primeiros cantos e parte do quarto, ao todo com mil seiscentos e quarenta e sete versos soltos. ¹ No caderno em que trasladou o segundo canto inscreveu a assignatura — «Por *Josino Duriense*.» Por este motivo Gomes de Amorim, sabendo que este nome arcadico fôra usado por José Ferreira Borges, e que os versos do fragmento eram menos correctos do que os do *Retrato de Venus*, chegou a duvidar que lhe pertencesse: «E isso augmenta as duvidas em que estou de que elle seja auctor da *Affonsaida*. Além da variedade do estylo, acho n'ella mais versos errados do que realmente deveria ter, comparada com trabalhos feitos dois e tres annos depois, nos quaes reina sempre a harmonia, que falta áquelles. Quem poder que resolva o problema: eu declaro-me incompetente.» (*Mem.*, I, 105, not.) O nome de *Josino* é com que o poeta se designa no grupo de *Odes anacreonticas* de 1813; é admissivel que por uma graphia menos cuidada se lêsse por *Jonino*, porque elle veio a adoptar pouco depois o de *Jonio Duriense*. Durante a permanencia em Angra habilitou-se com os estudos preparatorios para matricular-se na Universidade de Coimbra em fins de 1816, epoca favoravel depois da quéda de Napoleão e na perspectiva da paz das potencias alliadas. No *Tratado de Educação*, escreveu referindo-se

¹ Catalogo dos Autographos, pag. xxv.

a esta idade: «Eu tive a boa fortuna de receber uma educação *portuguesa velha*, sólida de bons principios de religião e de moral, de sãos elementos de instrucção, e com quanto fosse mal aproveitada, das melhores que se dão, não direi em Portugal, mas pela Europa.» (*Op. cit.*, 4.) E reconhecendo o valor da cultura humanista para todos aquelles que exercem uma acção publica, diz: «O grego e o latim são os necessarios elementos d'esta educação nobre. Deixar fallar modernós e modernices, petimetres e neologistas de toda a especie: o homem que se destina ou destinou o seu merecimento a uma vocação publica, não póde sem vergonha ignorar as bellas letras e os classicos.» (*Ib.*, 34.) Com essa cultura humanista em que teve conhecimento das pugnas politicas do A'gora e do Forum, é que o seu delicado espirito foi preparado para vir a entrar muito cedo nas luctas da implantação do liberalismo, tanto nos clubs como nos jornaes, e a vibrar ao sentimento de patria.

2.º NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Com o numero 165 matriculou-se o poeta no primeiro anno da Faculdade de Leis, em 23 de Novembro de 1816; morava então em uma casa da rua do Borrvalho n.º 24, em uma d'essas republicas de estudantes ainda hoje continuadas em Coimbra. Desde logo reconheceu a boçalidade do corpo cathedratico, e em uma Ode *O anno velho*, accentuou o seu espirito sarcastico contra esse pesado meio mental:

Foram teus dias *dias de rotina*,
 Como as lições sabidas
 Da encebada, suja caderneta
 De um lente de Coimbra. ¹

Nas *Fabulas* tambem chasquêa dos lentes de Direito e seu estúpido romanismo:

Pois segundo mui douto me ensinava
 Meu Mestre José Vaz, homem discreto,
 E de saber profundo,
 Em toda a sociedade d'este mundo
 Por força hade reger
 O famoso *direito de accrescer*.

(*Fab.*, pag. 59.)

Em nota accrescenta: «No meu primeiro anno da Universidade era a explicação d'este romanismo um dos pontos mais graves das causas de Direito.» (*Ib.*, pag. 273.) Em outros versos deixou traços característicos da vida academica, que ainda encontrámos:

Verdade é, no *Quebra-Costas*
 Minha vez escorreguei,
 Fui preso por *verdeaes*,
 E á *Porta Ferrea* mijei.
 Mas que doutor fiquei eu,
 Se nunca *Martini* li,
 Se o que soube da *Instituta*
 E do *Digesto* esqueci?

(*Ib.*, pag. 77.)

A catadura tyrannica dos lentes, e soporíferas lições de direito romano, produziram-lhe um estado marasmatico do sentimento poeti-

¹ *Lyrica de João Minimo*, pag. 168. Ed. 1829.

co; diz elle no prologo da *Dona Branca*: «Imberbe ainda (com 17 annos) nã Universidade, macerei os desejos rebeldes... estudando muito Direito romano, teimando no Euclides e no Bezout, fazendo impossiveis, e conseguindo, *durante cinco annos quasi*, affastar de mim a tentação. A maldita mania de Comedias particulares que alli appareceu de repente entre os estudantes, e... rodeado de Encyclopedistas, de Rousseau, de Voltaire, deitaram a perder tudo... atirei com o gôrro por cima da ponte e fiz versos.» No prologo da tragedia *Merope*, descreve o seu silencio poetico forçado, e revela mais uma outra causa, a injustiça do Doutor Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato, da Faculdade de Canones e Collegial de San Pedro, e do lente da Cadeira de Direito romano Dr. José Vaz Corrêa Seabra Pereira, que não lhe dêram o premio no primeiro anno: «Vim para a Universidade; *os primeiros dois annos não fiz versos* nem li poetas; tive a coragem de pôr o meu espirito em diêta de Direito romano, cousa utilissima; depois tomei uma indigestão de Filanghieri, e todos os publicistas que então eram moda em Coimbra.... E o que mais é, a ninguem disse, ninguem soube que eu tinha a desgraçada manha de poeta.

«Deus perdôe aos meus respeitaveis mestres, o Dr. José Vaz, que no primeiro anno, e o snr. Trigoso, que no segundo, me não deram o premio que eu decerto mereci.—Tinham feito um veneravel palheirão jurista de mais, e um jan-ninguem de um poeta de menos.» Matriculara-se por despeito na Faculdade de Mathematica, em que não proseguiu por

ordem de seu pae; e tambem isto influiu na vocação latente: «Tambem teve sua culpa o snr. Honorato (o Doutor Antonio Honorato de Caria e Moura, do Collegio de S. Pedro, e lente da faculdade de Mathematica) quando em meu despeito com as faculdades juridicas, me fui fazer mathematico. A algebra é bom contraveneno para os empeçonhados de poesia; mas hade ser dado com geito e tento. Quiz-me fazer engulir dósés muito grandes, não me pôde o estomago com ellas. Zanguei-me, fiz-lhe um Soneto, mostrei-o, acharam-lhe graça, fiquei perdido.» Na sua Autobiographia, diz que até então fazia versos em segredo; seriam o *Anniversario de Filinto*, e o Soneto á morte de Gomes Freire de 1817, e as remodelações do *Retrato de Venus*. Estes dois themas revelavam um estado de revolta nos espiritos: Filinto, o exilado da patria pelo intolerantismo fanatico da Inquisição, que ainda estava de pé, e Gomes Freire, a victima da occupação ingleza que opprimia Portugal. Havia denuncias de maçonismo, ou liberdade de pensamento, e de jacobinismo ou de aspiração á independencia nacional. As peças dramaticas eram um recurso de desafogo para os estudantes para exprimirem os seus sentimentos liberaes máo grado a exacerbada autocracia do Bispo-Conde-Reitor-Reformador D. Francisco de Lemos, (1817 a 1818) que era implacavel contra os theatros escolasticos. Garrett abandonou em parte o seu lyrismo philintista, para dedicar-se á elaboração das Tragedias philosophicas: «Fui declarado poeta pelos Geraes, e destampeei a fazer versos como um desalmado de *dezeseis*

annos, que eu era. (Aliás 18 annos.) Mas, pensam lá que o fedêlho ia ao modesto Sone-to, ou se ficava na Ode pindarica? Agora; calçou o cothurno sem mais cerimonia, e pôz-se a fazer Tragedias, que era uma lastima. *Os Persas*, de Eschylo, já os tinha, havia mais de quatro annos (1814) embrulhado e desconjunctado em uma cousa de cinco actos, que alcunhara de Tragedia com o nome de *Xerxes*. Fui-me a ella, inchei-lhe mais os versos, assoprei-lhe á *bocagiana*, e fiz um portento que alguns rapazes meus amigos representaram entre applausos de toda a Academia. Perdeu-se-me esta obra prima em uma das muitas mãos por onde andou a copiar. Todos queriam copia d'aquelle prodigio! Fiz uma *Lucrecia*, e representou-se! Oh que *Lucrecia*! Fiz um *Affonso de Albuquerque*, um quarto de *Sophonisba*, uma *Atala* quasi toda, e não sei quantas cousas mais, mas foram muitas as que comecei pelo menos. N'isto li o Alfieri e o Ducis.» (*Merope*, pag. 8 a 10.) Como elle proprio confessa, tinha dezoito annos de idade quando escreveu a *Merope*, descrevendo as influencias a que obedecia: «O classico e severo italiano tinha sido mordido do romantismo de Inglaterra, que sem elle o confessar nem admittir, lhe transsuda nas proprias austeras feições da sua Melpomene toda romana. O bom velho Ducis aspirava a ser romantico; poeta republicano, queria abjurar o servilismo de Racine e philosophar mais que Voltaire; levantou-se com Shakespeare para revolucionar o theatro da França e tomar a Bastilha de Aristoteles. Mas o throno de Luiz XIV era mais forte em littera-

tura que em politica... Mas aquelles dois tragicos transtornaram as minhas ideias dramaticas. Perdi toda a fé nas crenças velhas e não entendi as novas nem acertava com ellas. N'este estado compuz a *Merope*. Reminiscencias de Maffei e dos classicos antigos, aspirações a um outro modo de vêr e de fallar, que eu presentia mas não distinguia ainda bem, saudades da eschola de que fugia, esperança n'aquella para que me chamavam, duvidas e receios, verdadeiras incertezas de uma transição, tudo isto trabalhou na *Merope*. As fórmas são classicas; eu não concebiam outras;... não chegou a representar-se nunca; estavam ensaiados os primeiros tres actos quando veiu a *Revolução de Vinte*; poeta e actores e espectadores, e o nosso theatrinho, tudo absorveu a excommungada politica.» (*Op. cit.*, pag. 11.) N'esta pagina preciosa em que relata a sua evolução esthetica, Garrett reconhece a préga indelevel da imitação classica; uma das correntes mais fortes que atrazaram a manifestação do seu genio foi a monomania das Tragedias philosophico-politicas que predominou em Coimbra na epoca da sua formatura. O admirador de Racine, de Voltaire e de Crebillon, o auctor da *Lucrecia* e da *Merope*, e de *Catão*, só tarde se elevou á idealisação do *Frei Luiz de Sousa*. A Tragedia philosophica era o unico modo de manifestação do pensamento que os homens cultos tinham em Portugal para communicarem as suas aspirações liberaes. Uma vaga noção da *democracia* alliada á ideia da *soberania nacional* consistindo o systema parlamentar da transição ingleza, preponderava em 1817 e 1818,

agitando os estudantes. A marcha da politica europêa produzia estas marés politicas de avanço e retrocesso.

Os theatros academicos surgiram para darem expansão aos generosos sentimentos. No anno lectivo de 1813 a 1814, fundaram quarenta estudantes que se quotisaram cada um em 6\$400 reis, um pequeno Theatro nos baixos do Collegio dás Artes. Entre os socios figuraram João Alexandrino de Sousa Queiroga, que traduzira a tragedia *Merival*, de Arnaud, e Manoel Ferreira de Seabra, que traduzira a *Zaira*, de Voltaire. Quando estava para representar-se a tragedia *Bruto*, de Voltaire, traduzida por Queiroga, o terrivel Reitor-Reformador D. Francisco de Lemos ordenou que não entrasse em scena, e assim se dissolveu essa tentativa. Em outros theatros particulares, de futricas, representavam-se as tragedias *Fayel*, a *Sophonisba*, *Nova Castro*, *Priamo*, *Herminia*, e *Arria e Petus*, desde o anno de 1815 a 1817. O mesmo grupo que organisara o Theatro do Collegio das Artes em 1814, fundou no anno de 1817 para 1818 um novo Theatro academico na rua dos Coutinhos; entre os seus iniciadores fulgura João Baptista da Silva Leitão, cujo talento já reconhecido começava a ser mordido pela inveja em satiras pessoases, dirigidas a *Tibasta* (anagramma de Baptista.) ¹ Representaram

¹ N'este anno de 1817 a 1818 morava o poeta na Couraça dos Apostolos, n.º 4, tendo na Faculdade de Direito o n.º 14. — Tendo-se matriculado em Mathematica e Philosophia, com o n.º 2, abandonou estes cursos por ordem expressa do pae.

n'esse anno lectivo de 1817 para 1818, Garrett, Joaquim Larcher e José Maria Grande, fazendo este ultimo os papeis de dama. Para este theatro escreveu Garrett as tragedias *Xerxes*, do antigo esboço que elaborara em Angra, em 1816, e a *Lucrecia*, a que achamos pittorescas referencias em uma carta do seu condiscipulo e laborioso reaccionario Antonio Ribeiro Saraiva. Tránscrevemos alguns trechos, que nos revelam a rivalidade de José Pinto Rebello de Carvalho (*Alcipo Duriense*) que não se conformava com a superioridade de Garrett: «Uma cousa curiosa, todavia, era a rivalidade nutrida por Pinto Rebello a respeito do seu condiscipulo Almeida Garrett. — A idade, porém, de Pinto Rebello, e o talento que lhe não faltava, para a satira sobretudo, levou-nos tambem o *Seabra* (Antonio Luiz, primo de Manoel Ferreira) a uma rivalidade e censura a Garrett, leviana então em nós, que na verdade julgavamos *sem saber o quê*. Isto em relação á tragedia *Lucrecia*, de Garrett, que nenhum de nós tinha visto, e que Pinto Rebello satirisava violentamente, segundo o seu costume.

«Qualquer dos dois Sonetos satiricos de Pinto Rebello a respeito da tragedia *Lucrecia*, de que só tínhamos ouvido fallar, era injustificavel: o primeiro, apostrophando o nosso amigo *Seabra* (*Seabrinha* então, para distinguil-o de seu primo, o traductor da *Zaira*, de Voltaire,) começava:

Dize-me Alsino meu, se é verdadeiro
Esse rumor que vae pela cidade,
Que temos para gloria d'esta idade
Novo Racine, Crebillon *Tripeiro!*

«O resto do Soneto não é digno de copiar-se, ainda que não deixava de ter merecimento, simplesmente como méra satira, sem referencia á justiça ou decencia da mesma. O segundo Soneto era inferior em merecimento poetico, e o final irreproduzível pelo indecoroso.»¹ N'esta tragedia fazia Garrett o papel de Bruto, e despertava o delirio dos ouvintes ao accentuar o verso: «Vivamos livres, ou morramos homens.» Sobre este ponto diz Amorim: «Aquelle verso parecia ser manifestação de um pacto secreto — havia quem visse em *Lucrecia* o disfarce de Lysia; em Tarquinio o dominio inglez; e em Bruto o da ideia que se agitava nas reuniões das sociedades maçonicas.» (*Mem.*, I, 145.)

Outras hostilidades verêmos adiante surgirem contra Garrett, como a de José Agostinho de Macedo, Antonio Feliciano de Castilho e Francisco Freire de Carvalho, que nunca deixou de ser atacado por odiosas invejas. N'esse theatro da rua dos Coutinhos representou-se a tragedia de Crébillon, *Rhadamisto*, traduzida por João Eloy Nunes Cardoso, estudante do segundo anno medico, natural de Aldeia Gallega, de quem Garrett se lembra nas suas *Fabulas* e *Romanceiro*. Os medicos eram então os principaes cultores da Tragedia philosophica, por que no estudo das sciencias naturaes adquiriam uma certa independencia intellectual, que faltava aos theologos e júristas da Universidade; o lente da

¹ Publicada no *Conimbricense*, n.º 5:706 (2 — VIII — 1892) dirigida a Martins de Carvalho.

cadeira de Anatomia, Francisco Soares Franco compunha Tragedias em verso, como a *Hermínia*, e o lente da cadeira de Instituições medicas, José Feliciano de Castilho, fazia representar em sua casa muitas Tragedias, entre ellas as de Monti, que seus filhos traduziam e ao mesmo tempo desempenhavam. Um condiscipulo de Garrett o doutor José Manoel da Veiga, o auctor da *Memoria sobre o Celibato clerical*, accusado de ter representado no theatro da rua dos Coutinhos sendo ordinando de subdiacono, defendendo-se em uma *Resposta analytico-apologetica*, dá algumas noticias d'esse theatro: «Nos meus primeiros annos de Coimbra, uma collecção de moços, dos mais bem comportados, nos lembrámos de desenfastiar o nojo com que passávamos os feriados, em representar algumas peças boas; realisou-se o intento; e a casa dos mais illustres de Coimbra, a saber, dos illustrissimos snrs. *Coutinhos*, foi-nos offerecida pelos ditos snrs., que muito nos quizeram mostrar sua amisade.

«Representou-se aos seguintes espectadores, os illustrissimos lentes e alguns academicos, por nós convidados para uma casa que, por favor dos donos, era nossa casa aquelles dias.

«Eu concorria ao dito divertimento, porém só duas vezes fallei como actor. O *anexim* é do entremez em que entrei, porém com a differença de o repetir trajado de medico velho. (Referia-se ás phrases repetidas comicamente *Verbi gratia*; e *Dato casu*.)

«Eis o que se passou perante tantas testemunhas de character. Eis o passo da minha

vida que o *Freguez* (referia-se ao anonymo assignado *Freguez de S. Pedro*, em carta no jornal *Patriota*,) lombrigou para responder á questão. — Eu sou um sub-diacono, e na flôr da mocidade; ainda que representasse n'um theatro publico, e v. m. ouça dizer que os Canones impõem irregularidades a esta profissão não repete a cousa tão feia, porque a origem d'ella vem dos horrores dos Amphitheatros, de que não ha senão uma leve sombra nas *corridas dos touros*.»¹ O meio coimbrão era detestavel pela espionagem; é crível que o bispo D. Frei Alexandre fôsse informado em 1817 que seu sobrinho, que recebera ordens menores, representava em um theatro, e isso motivasse o não memoral-o no seu testamento.²

Em 23 de Dezembro de 1817 celebrava Garrett em uma Ode o *Anniversario de Filinto*; achava-se em férias no Porto; em 13 de Outubro, tinha sido a execução de Gomes Freire e de outros officiaes, por uma inventada conspiração, com que os Governadores do Reino e o marechal inglez Beresford cuidavam sustentar-se pelo terror. Garrett escreveu um

¹ Na *Resposta analytico-apologetica*, Porto, 1821. — Ap. *Conimbricense*, n.º 3:409.

² Amorim, *Mem.*, I, 158, consigna: «Alguem disse que as ideias liberaes do João tinham sido denunciadas ao tio bispo pelo proprio Alexandre com tal exagero, que levou o velho absolutista a desherdar o até alli mais amado dos sobrinhos.... E' todavia certo que o poeta se queixou sempre de ter sido lesado nos seus interesses de familia por parentes muito chegados.»

Soneto a essas execuções, intitulado *O Campo de Santa Anna*, e prognostica, que hade vir — a Liberdade, a punir despotas, bonzos e tyrannos. Na sua estada no Porto elle se possuira do sentimento de revolta contra a situação lamentavel em que a nação se achava decahida. Os Senhores da Regencia, na sua obcecada estupidez, trabalhavam para que a princeza, primogenita de D. João VI, casada em Hespanha, incorporasse Portugal unindo as duas corôas; pelo seu lado o marechal Beresford, exercendo uma compressão militar, só tinha em vista tornar effectivo o protectorado da Inglaterra sobre Portugal, substituindo no exercito que commandava a officialidade portugueza pela ingleza. Foi n'este duplo e infamissimo jogo que se inventou a Conjuração, para se vêrem livres da perstigiosa figura de Gomes Freire; o grande general era querido da nação, e interessava ao marechal que se extinguisse esse germen de movimento patriotico; aos imbecis da Regencia convinha abafar com a morte d'elle o conhecimento do projecto da traição iberica. D'ahi a horrorosa tragedia, que foi a faisca incendiaria do movimento nacional de 24 de Agosto de 1820. Antes d'esse movimento começou uma emigração para França dos elementos superiores da sociedade portugueza, sem esperança de que Portugal se libertasse do duplo jugo da estupidez e da brutalidade. Sobre o mal estar da nação corriam Pasquins, accusando o ávido marechal Beresford, e os Governadores do Reino, taes como este:

- Quem perde Portugal?
« O Marechal.
— Quem sanciona a Lei?
« O Rey.
— Quem são os executores?
« Os Governadores.

*

Para o Marechal
Um punhal;
Para o Rey
A Lei;
Para os Governadores
Os executores. ¹

Como porém acordar nas almas um sentimento de independencia, no meio de tanta abjecção da parte dos poderes publicos? A publicação dos *Lusiadas*, na edição monumental e ainda não excedida de 1817, feita pelo Morgado de Matheus em Paris, revela que o nome de Camões despertou esse sentimento, de que eramos uma nacionalidade que não podia apagar-se na Historia. E o ideal que inspirou Camões em uma época de decadencia, era o que agora em igual circumstancia nos levava a resistir contra a incorporação *iberica* ou contra a absorpção *ingleza*. Em Portugal fulgurou a ideia de levantar-se um monumento a Camões, suggerida pela queixa do Morgado de Matheus sobre o desconhecimento da sepultura do Poeta. A Mesa administrativa do Cofre do Monte Pio litterario, em Lisboa, fez uma proposta, encarregando o Marquez de Marialva e D. José Ma-

¹ *Arch. da Intendencia da Policia*, Liv. xvi, fl. 271. (15 de Janeiro, de 1817.)

ria de Sousa Botelho, para se abrir uma Subscrição em nome de uma *Sociedade de Literatos* para se erigir um tumulo em algum dos templos sumptuosos de Lisboa ao Principe dos Poetas portuguezes. O Marquez de Marialva convocou para o palacio da embaixada os Condes de Palmella e do Funchal, e o velho amigo de Filinto Elysio, Francisco José Maria de Brito, abrindo-se logo a subscrição que chegou a 10:000 francos.¹ A inepta Regencia achou este interesse pela gloria de Camões algo inopportuna; Ricardo Raymundo Nogueira, a quem José Agostinho de Macedo chama *chôcho Mecenas*, no seu poema dos *Burros*, entendia que um monumento a Camões em uma praça publica era demais, e tal homenagem era privativa da realleza. A Commissão do monumento restringiu-se a um tumulo em um templo; a sub-commissão de Paris queria que o tumulo fosse obra de Canova e no templo dos Jeronymos. Na correspondencia trocada entre a supposta Sociedade de Homens de lettras e os patriotas de Paris, reconhece-se a opposição que fazia a estúpida Regencia, por que a propria com-

¹ Em carta de 10 de Dezembro de 1818, escrevia o Conde de Palmella a sua esposa D. Eugenia Telles da Gama: «Saberás que hoje subscrevi em teu nome para um monumento que se pretende erigir á memoria de Camões. Creio que é pagar uma divida de familia. Subscrevi por ti mil francos, e espero que tu os aches mais bem empregados do que em enfeites. Por minha conta subscrevi dois mil.» Na *Vida do Duque de Palmella*, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, t. I, pag. 339.

missão do Monte Pio litterario chega a achar *intempestivo, attendendo ao melindre dos tempos*, uma rapidez nos trabalhos, e mesmo recuando por «certas contemplações nascidas das circumstancias politicas, que exigem por ora muita moderação...» Mas em carta de 30 de Junho de 1819, o Marquez de Marialva diz que os membros de Paris repellem *as contemplações pelo melindre dos tempos*, e lembram que se peça aos Governadores do Reino que sejam os primeiros a inscreverem-se na Subscrição nacional, abrindo-a solemnemente com os seus nomes. Os broncos Governadores foram convidados pessoalmente, declinando todos para o acto colectivo da Regencia, julgando ahi que a subscrição para o Monumento a Camões era «*acto contradictorio á sua auctoridade e representação.*» Desde esse momento Camões tornou-se a expressão do ideal nacional; é em volta de Camões que se agrupam os espiritos mais elevados e sinceros para a revivescencia do genio nacional. Era preciso áquelles que nos desnacionalisavam, que o poder suggestivo de Camões se annullasse; n'este sentido trabalhou o P.^e José Agostinho de Macedo. Da influencia das criticas ineptas do auctor do *Oriente*, falla o presidente do Monte Pio litterario Seixas Castello Branco, em carta de 12 de Novembro de 1819: «As cousas vão porém n'uma excellente via, e eu espero vêr em breve emmudecidos *os do partido do zoilo do Poeta...*» O Morgado de Matheus, já anteriormente em carta de 28 de Junho de 1819, escrevia: «é necessario desprezar contemplações e melindres e calcar aos pés *miseraveis*

manejos da mediocridade, marchando com fortaleza para o fim proposto.»

Garrett, na Ode inicial das *Fabulas e Contos*, escripta pouco depois da morte de Filinto Elysio, estende o látego sobre Macedo:

um tal poeta lá da tua terra
 Que faz *Orientes* e baptisa *Gamas*,
 E a quem nós todos temos mortal osga,
 Fôra frade tambem.

 Cuidou que me pilhava aqui ha tempos
 Um tal cantor de *burros*,
 Macaco encyclopedico
 Que em tudo quer metter-se.

Foi ao acordar do sentimento nacional na sua alma, que Garrett se insurgiu contra Macedo, que pouco depois na reacção absolutista, exerceu contra o joven poeta acintosa perseguição. Annotando essa Ode, escreveu mais tarde Garrett: «Nem o furioso e sanguinario que foi em seu partido, nem a *perseguição politica de que a mim proprio me fez victima*, poderam mover-me a desacatar n'elle o homem de letras, que todavia honro.» Quando por effeito d'essa perseguição Garrett se viu expulso de Portugal, foi pela idealisação de Camões que elle iniciou a renovação da Litteratura portugueza como expressão do sentimento nacional.

A escolha d'essa suprema individualidade para o seu poema romantico obedeceu a um impulso que acharemos reflectido tambem em outros extraordinarios artistas portuguezes expatriados, o pintor Sequeira e o compositor Bomtempo. O culto que Filinto professava a Camões fôra por certo uma das causas

que deram convergencia aos espiritos para esse fôco de nacionalismo; e poucas semanas antes do seu falecimento em 25 de Fevereiro de 1819, Filinto traduzia para a lingua portugueza a celebre *Ode a Camões*, do illustre medievista Raynouard, que foi lida em sessão das quatro Academias em 24 de Abril d'esse mesmo anno.

Garrett celebrou em uma longa Ode saphica a morte de Filinto Elysio:

Portuguezes! morreu!... D'aquelles labios,
D'onde manavam de Hyppocrene os melles,
D'onde angelicos sons coavam n'alma,
Sahiu o ultimo alento.

.....
Filinto é morto. As derradeiras vozes
Do vate, já co'a morte á lucta extrema,
Foram, entre ais de amor, de saudade,
O adeus á patria ingrata.

Descrevendo a obra de Filinto no seu espirito horaciano, nas traduções do *Oberon* e das *Fabulas* de Lafontaine, dos *Martyres*, e da empreza de restituir a lingua portugueza ao seu purismo, Garrett termina esta Ode aspirando a ser o continuador de Filinto:

Creae, creae na minha patria, oh deusas,
Novo engenho que hombreie co'a alta empreza,
.....

Dae-lhe atiloquo e doce o puro stylo,
As côres, os pinceis da natureza?

Seja um deus... ou (se tanto inda podesseis!)
Seja um novo Filinto. ¹

¹ *Lyrica de João Minimo*, pag. 19 a 37. Ed. Londres, 1829.

Garrett tinha o presentimento da sua missão renovadora; não era porém pela imitação *filintista*, que elle sentiria em si vibrar a emoção da Alma portugueza. Esse abalo intimo, essa visão de Damasco só lhe abriria novos horisontes pelo desterro; a delicada sentimentalidade do genio portuguez que se revela na palavra *saudade*, só a poderia conhecer bem soffrendo. Para elle todos os soffrimentos que advierem são uma iniciação.

Por alvará com força de Lei de 30 de Março de 1818, foram prohibidos com severas penas as Lojas, Clubs, Comités ou qualquer outro ajuntamento de Sociedade secreta; este alvará referendado por Thomaz Antonio Villa Nova Portugal significa a reacção contra um movimento latente que se passava na sociedade portugueza para recuperar a liberdade. Em Coimbra, entre a geração academica em contraste contra os lentes, um espirito de revolta levára á formação de differentes sociedades secretas; foi n'essa corrente arrebatado Garrett na vaga aspiração de um movimento nacional.

Em Março de 1819 succedera a morte repentina do lente liberal José Fernandes Alves Fortuna, no momento em que estava prelecionando. Garrett consagrou-lhe um Epicedio em verso solto, do qual diz em uma nota: «foi a primeira denuncia que de mim dei ao publico, a primeira e desgraçada confissão de poeta que fiz. Era no meu *terceiro anno* de Coimbra. O Dr. Fortuna, por extremo popular entre os estudantes, porque professava as idéas liberaes, era por isso mesmo detestado dos lentes seus collegas. O seu funeral foi

para a mocidade academica um acto de solemne protestaçõo por seus principios queridos; e eu com toda a doudice dos meus dezeseis annos (aliás 19) fui com a rapaziada, como era de rasão, fiz estes mãos versos... Mas fizeram um *furor* incrivel. E d'ahi nunca mais me pude libertar da maldita poesia, que jámais me deu senão desgostos em seu culto publico. No particular, oh sim! muito lhe devo.»¹

O Epicedio ao Dr. Fortuna foi um alvo para as satiras de Pinto Rebello, o *Alcipo Duriense*, que embirrou com o verso inicial: «Esmeros de ambição pomposa, inchada...» Na carta de Antonio Ribeiro Saraiva, já referida, allude-se a uma parodia ao Epicedio de Garrett: «Não se póde negar ao Pinto Rebello o genio da Satira; e é pena que elle o não exercitasse mais. Muito sinto eu ter perdido, por exemplo, o fragmento — era quasi metade — da parodia satirica que elle fez aos versos de Garrett á morte do lente Fortuna, que os condiscipulos me diziam gracejando que eu o tinha *matado*; porque chamando-me a dár lição, quando eu tinha começado perguntou-me: — E a rasão... ra... zão... ra...? — E cahiu para traz na cadeira, sem sentidos; levando-o os estudantes a casa sobre os hombros, e sendo Garrett o primeiro, ou um dos primeiros a accudir-lhe e a leval-o a casa, na esquina da rua da Mathematica com a Couraça dos Apóstolos.

¹ *Lyrica de João Minimo*, pag. 274. Ed. 1882. — Na edição de Londres, de 1829 falta este Epicedio.

«O Epicedio que Garrett compoz sobre este falecimento do nosso lente, creio foi uma das primeiras poesias que d'elle se publicaram, e não sei por que zanga ou motivo, Pinto Rebello quiz parodiar, e parodiou satiricamente o mesmo Epicedio (quasi metade d'elle, pois não concluiu a parodia). Eu tinha a dita metade, mas não sei como se perdeu. O primeiro verso, porém, da parodia (em que não deixava de haver justiça criticante, pois na verdade está um tanto *inchado* e *pomposo* de mais) ficou proverbial, sendo hoje repetido por muita gente, que não sabe quem d'elle foi o auctor, nem a que proposito se compôz e escreveu.

«Começava Garrett no Epicedio :

Esmeros da ambição pomposa, inchada,
Palavras, palavras, o resto é nada,

«parodiava Pinto Rebello;...» Em uma nota explicativa de Martins de Carvalho, lê-se, que o Dr. *Fortuna* tinha um criado chamado *Ventura* e uma criada *Felicidade*. A má vontade de Pinto Rebello contra Garrett manifestou-se suggerindo um epigramma ao desastre de uma queda mortal, de que o poeta ia sendo victima, e que então andava bastante doente; conta Ribeiro Saraiva na alludida carta :

«Garrett havia tido não sei que accidente, que lhe ferira a cabeça; de sorte que andava e andou algum tempo com um lenço preto atado á cabeça; e correu que tinha soffrido a operação do trépano. Foi sobre isto... que eu a instancia de Pinto Rebello epigrammei — anagrammando o nome:

Dizem, *Tibasta*, as más linguas,
Que o trépano te applicaram,
E dos cascos por engano
O miolo te limpavam.

«Isto, já se entende, Pinto Rebello applaudiu, por que estava no seu genio. E comtudo, perguntarei hoje:— Quantos Pintos Rebello seria preciso fundir para fazer um Garrett?» O epigramma sangrento de Ribeiro Saraiva allude ao desastre de 1819, quando Garrett, tendo montado em um cavallo fogoso comprado por seu irmão Alexandre ao general inglez Wilson, se dirigia para a Foz do Douro no dia dos annos de uma sua namorada: «O poeta lembrou-se de ir dar-lhe os parabens; e sorriu-lhe a ideia de fazer a sua entrada em formoso corcel de manejo. — Mas apenas tinha andado poucos passos, o animal deu dois ou tres saltos, e arremeçou-o sobre a calçada da Boa Vista, onde o deixou sem sentidos por ter batido com a cabeça n'uma pedra. Levaram-no em braços para casa, deitando sangue pela bocca e pela larga brécha, que a pancada lhe abrira na cabeça. Esteve muitos dias em lucta com a morte, e ameaçado por vezes de se lhe fazer a operação do *trépano*! Tratado pelos mais habéis medicos da cidade, conseguiu escapar sem ser operado. Mas ficou-lhe para toda a vida a grande cicatriz, que o seu cabello aspero não conseguia occultar, e que o desfigurava. Por este motivo e não por calvicie, como julgava a maioria das pessoas que o conhecia, começou desde então a usar chinó, que tantos e tão chôchos epigrammas inspi-

rou aos chatins que lhe mordiam a sombra.» (*Mem.*, I, 159.) Este accidente influiu em toda a sua vida, armando-o de uma ironia em que era invencivel.

N'estas férias do Porto celebrava com o nome poetico de *Annalia* um novo amor, que lhe vinha delir as saudades de *Lilia* (Isabel Hewson); Gomes de Amorim no seu minucioso inquerito da vida de Garrett pouco adianta, mas dá-nos elementos para descobrir-se a realidade: «Conta-se que inspirara, no Porto, uma paixão ardente dos dezenove para os vinte annos (1818 a 1819). A sua volubildade provocou represalias que o magoaram; e o despeito levou-o a render preito em Coimbra a certa Francisquinha, filha da patrôa que então lhe alugava o quarto. (Em dois ou tres versos ineditos do *Magriço*, allude de um modo cruel a essa pobre rapariga). A *Annalia* das margens do Douro, sabedora do caso, moeu-o com epigrammas, que o envergonharam da nova conquista.» (*Mem.*, I, 154). No apontamento de *Os sete peccados mortaes* com que characterisa os seus *sete principaes namoros*, vem:

«2 — Avareza — *Thomasia*.

3 — Luxuria — *Bauhia*.»

Aqui temos o fio para personificar esses dois amores, que entre si contrastavam, o do Porto esquivo e reservado, e o de Coimbra exclusivamente sensual. Os tios maternos de Garrett, Thomaz de Aquino e Almeida e D. Anna de Lima Barreto, além de tres filhas D. Joanna, D. Antonia e D. Maria, tiveram um filho Thomaz de Aquino de Lima e Almeida, que houve uma filha por nome *D. Tho-*

masia Maria de Almeida do Amaral. Não erraremos considerando esta prima segunda do poeta o namoro caracterisado pela Avareza, e personificado em *Annalia*, cujo anniversario celebra na Ode XIII da *Lyrica*, com a data — «Porto — 1819.» A tia d'esta menina, D. Joanna, é a prima da Carreira; tinha-lhe grande amisade, e segundo as investigações que fez Alberto Pimentel ácerca da realidade da Menina dos Rouxinoes, das *Viagens na minha terra*, escreveu: «Joanna deixou todos os seus bens a uma senhora D. *Thomasia* Maria *Amalia* do Amaral, creio que sua sobrinha. — O registo fez-se na administração de Santo Thyrso em 27 de Abril de 1838. A testadora deve ter falecido n'essa occasião em S. Miguel de Aves, solteira.» ¹

O sobrenome de *Amalia* suscitaria o cryptonimo de *Annalia* dado a essa prima D. *Thomasia*; e a carta de D. Joanna, dirigida e encontrada entre os papeis do poeta, «fazendo recriminações a Garrett por a ter esquecido na vida tumultuosa de Lisboa» ² é tanto mais delicada, quando inferimos que se referiria á sobrinha *Thomasia*, que ella fez sua herdeira. ³

¹ *Santo Thyrso de Riba d'Ave*, pag. 155.

² *Ibidem*.

³ Contra a identificação da *Joanninha* das *Viagens na minha terra*, a *menina dos rouxinoes*, com D. Joanna, a prima da Carreira, escreve Alberto Pimentel: «Um retrato da signataria da carta — abria conflicto com a esthetica de qualquer poeta vulgar, quanto mais de um poeta de tão fino gosto como Gar-

D'esse ciume que determinou o rompimento de *Annalia* (ou a Avareza de *Thomasia*) falla o poeta na Ode *A recalhida*:

Tenho inda coração. Não m'ó arrancaram.
Feito pedaços pelas mãos dos zelos
Não acabou de todo.

Inda ousa o desgraçado
Inda se atreve a suspirar de amores?
E ella! a perjura! Não a vi sem pejo
A promettida fé quebrar tranquilla?

E os tão ditos laços
Que a mão perfida atara,
Impia, co'a mesma mão despedaçal-os?
Não vi aquelles labios, d'onde outr'ora
Tantas vezes pendeu minha ventura,
Que amor, por tantas vezes,
Constancia me juraram,
Não os vi pronunciar minha desgraça?

.....

Dos negros olhos lindos,
Em que só me espelhava,
Que a mim só viam, só de amor fallavam,
Não vi, fugindo, a lealdade candida...
A nivea mão formosa,
Do acre beijo de amor já devorada
Não a vi...? Não; que os olhos desvairados
Tinham a luz perdida. —

Por estes versos vê-se que o poeta convivia muito de perto com *Annalia*, em casa de

rett. Não ha duvida, que as *Viagens* dizem a respeito da *menina dos rouxinoes*: — Joanninha não era bella, talvez nem galante no sentido popular e expressivo que a palavra tem em portuguez, mas era typo de gentileza, e ideal espiritualidade. —

«Eu não vi o retrato, mas encontrou-o e viu-o o Dr. Carlos Guimarães... que me affiançou, que a *prima da Carreira* não revelava nenhum traço de identificação com a *menina dos rouxinoes*.»

suas tias, como chega a dizel-o Amorim; e que esse rompimento fôra suscitado pelo despeito de um amor inferior ao d'ella, o da rapariga de Coimbra, a *tricana* filha da patrôa da casa da rua dos Militares, n.º 15, onde Garrett viveu no seu terceiro anno juridico (1818 a 1819).

Nas *Flores sem fructo*, descrevendo os seus primeiros amores, falla de um outro amor, que

Quer torrentes onde a agua se não mede,
E que a afogar, saciam quando alagam...

.....
Com um longo suspiro derradeiro,
Um longo, ultimo olhar de piedade,
Elle me abandonou
Quando ao festim grosseiro
Me viu sentar nas salas da impiedade...

.....
Eu corri-me, chorei, *quebrei a fronte*
Na lage dura que soava a ouco,
Quando acordei de meu sonhar tão louco,
E vi enlodaçada e sêcca a fonte
D'esse impio templo — o do Prazer...

(*Op. cit.*, pag. 200.)

O nome de *Bauhia*, que o poeta caracteriza de Luxuria, é reductivel como mnemonico ao local em que em 1818 representava, nas recitas escolasticas no theatro da rua dos Coutinhos, em casa do Visconde da *Bahia*, em Coimbra. Mas estas paixonecas de uma mocidade ardente iam ceder campo ás paixões arrebatadas da politica, a que o arrojaram os acontecimentos. No prologo das *Fabulas* confessa-o: «Ha n'essa lyra uma corda que já

sôa de amor, de amor apaixonado, ardente, cioso, que um dia abafará talvez os outros todos. Mas os gemidos soltos que agora lança, os vagos suspiros que balbucia, mostram bem claro que no coração do poeta dormem ainda as tempestades que por ventura lhe hão de agitar depois a vida. Para tudo o que não é *Patria e Liberdade*, é tibio e froixo o seu canto, desgarrado e mal sentido.» (p. XIII.) As forcas e fogueiras do Campo de Santa Anna, com que se abafou a imaginaria conjuração de Gomes Freire contra a occupação ingleza, allumiaram-lhe o espirito para uma esperança de revivescencia. Em um Soneto datado de — Coimbra, 1817, marca os estupidos membros da Regencia que ordenou essa execução:

De atrozes leis cruentos guardadores,
Vos curvaes ante o *Despota orgulhoso*,
E o sangue da patria precioso
Torpemente vendeis por seus favores.

Geme sem protector a humanidade,
E vós, juizes, vós, tigres humanos,
A immolaeis sem remorso e sem piedade.

Ah! tremei, sanguinarios deshumanos;
Que ella hade vir, tremei, a Liberdade,
Punir despotas, bonzos e tyrannos.

Na Ode philintista *As Férias*, datada do Porto — Junho, 15, de 1819, — ao descrever a um amigo a vida que passa «N'este grande aldeão que chamam Porto,» lança essa extraordinaria prophesia, que em breve se tornaria em realidade:

Aqui o germen,
 Aqui os elementos
 Escondidos estão, que a vida nova
 Hão de chamar a abastardada especie
 Da corrompida Gente lusitana.
 D'aqui, donde houve nome
 O velho Portugal, seu nome ainda
 Honrado surgirá. Presagio vejo
 Na geração crescente ir despontando
 As feições renovadas
 Com que a antiga familia portugueza
 Se distinguia outr'ora; o brio, a honra,
 Os são costumes, puro amor da Patria,
 A singela franqueza,
 A nobre independencia de outras éras,
 Resurgirão d'aqui. — E então o aspecto
 D'esta formosa terra, hoje encuberto
 De *nevoeiros britannos*,
 Resplenderá co'a natural belleza.

.....
 Oh quando te heide eu vêr, patria querida,
Limpa de inglezes, safa de conventos...

.....
 E oh! mais que tudo, *do estrangeiro odioso*
 Que no insoffrido jugo
 Nos rebitou os cravos que abalavam,
 E, mercador chatim, do nosso sangue,
 De nossa honra fez trafico e ganancia
 Co's bachás do tyranno.
 Sim, amigo; esta córja odiosa e barbara,
 Oppressora da lusa liberdade,
 Esta canalha de Albion soberbo
 Aqui fixou seu throno.
 Pousou seu genio bruto em nossos muros...

(*Lyrical*, 1, 126.)

O poeta demorou-se em tratamento no Porto, da sua terrível queda, tendo de transportar-se para Coimbra ainda combalido. Estava matriculado no quarto anno juridico, com o numero 73, e pela primeira vez apparece adiante do seu nome *João Baptista da*

Silva Leitão o appellido de ALMEIDA GARRETT; foi morar ainda para a rua dos Militares, mas para o n.º 45. Os condiscipulos chamaram-o para os ensaios da sua tragedia *Merope*; era uma violencia com que não podia. A viagem para Coimbra em estafetas e diligencias era terrivel, e levava dias; Garrett ahi chegou na noite de 19 de Junho. Na Ode intitulada *Madrugada, no Jardim Botânico*, allude ao seu estado de convalescente:

Aqui, onde o perfume saudavel
 Respiro de mil flores,
 Como sinto embeber-se-me a existencia
 Em cada trago d'estes,
 Que os sequiosos pulmões té'qui só fartos
 De ár pestilento e mão,
 D'este suave e puro ávidos sorvem,
 E com elle o remedio,
 Ao trabalhado enfraquecido peito,
 Ao mui pausado sangue.

No jornal *O Chronista* (vol. II, 69) publicou Garrett em 1827 esta Ode *Passeio de madrugada no Jardim botânico* com a seguinte nota: «Em 20 de Junho de 1820, e na convalescença de perigosa molestia, fui de madrugada respirar o purissimo ár do sitio chamado em Coimbra — Fóra de Portas. Achei o Jardim Botânico: entrei. Eu, e dois ou tres trabalhadores, eramos os unicos viventes despertos. Alli, debaixo da palmeira que está no ultimo plano do Jardim, escrevi estas linhas.»¹ Ainda em Dezembro era delicado o

¹ Quando Garrett reimprimiu esta Ode na *Lyrical de João Mínimo*, poz-lhe a data: Coimbra — Março, 1821, sem se lembrar da lição do *Chronista*, n.º XVI.

seu estado de saúde, depois de uma recaída por excesso de trabalho e exaltação com que não podia; allude ao seu estado nos versos do Outeiro da Sala dos Capellos. Um condiscipulo de Garrett, o reaccionario Antonio Ribeiro Saraiva, na carta já citada escreveu: «Garrett havia tido não sei que accidente, que lhe ferira a cabeça, de sorte que andava e andou algum tempo com um lenço preto atado á cabeça; e correu que tinha soffrido a operação do trépano.» De facto Garrett tivera uma recaída em 28 de Agosto de 1820, em consequencia de uma jornada a toda a pressa para o Porto, ao saber da noticia da Revolução de 24 de Agosto; e esteve mez e meio de cama com febre desde 28 d'esse mez; e como escreve Amorim: «Novamente esteve para soffrer a operação do trépano, por se julgar que havia derramamento no cerebro.» (*Mem.*, I, 167.) Foi no regresso a Coimbra, e em 8 de Dezembro de 1820 que Saraiva lhe fez o epigramma a *Tibasta* sobre a trépanação, zangado pelo procedimento: «d'elle sahir de noite, como eu vi, á testa de uma multidão de estudantes com archotes protestando contra a exclusão dos estudantes de votar nas eleições dos que deviam ir a Viseu eleger deputados, — tendo-o eu ouvido vociferar á porta do Hospital, em frente da rua da Mathematica.»

N'este anno do desastre e da grave doença, em 1819, é que se encontrou Garrett em uma assombrosa actividade; no Theatro, transferido para os Grillos, representára-se a sua tragedia *Lucrecia*, em que desempenhava o papel de Bruto, e estavam já ensaiados tres

actos da *Merope*, quando chegou a Coimbra a noticia de que rebentára no Porto a Revolução de 24 de Agosto de 1820. No seu prologo da *Merope* escreveu sobre a nova situação: «poeta e actores e espectadores e o nosso theatrinho, tudo absorveu a excommungada politica.» (pag. 11.) Era uma luz redemptora que entrára no seu espirito e o transformára; elle sente-se outro homem e com um destino sério na vida: «Alceu imberbe — levanta-se com a Revolução, destitue todos os idolos velhos e não canta senão hymnos á liberdade.» E' desde este momento que começa a sua missão transformadora na litteratura, e que havia de accentuar-se na renovação do theatro moderno, principalmente. Para avaliar a poderosa iniciativa, em que elle teve de abandonar os velhos modelos quando então mais os admirava e imitava, ¹ é indispensavel co-

¹ Entre os numerosos trabalhos dramaticos de 1819, que foram abandonados por Garrett, encontraram-se entre os seus papeis: o 1.º acto de uma *Sophonisba* imitada de Voltaire com a data: Porto — Agosto, 1819; metade de um 2.º acto de um *Affonso de Albuquerque*, datado do Porto — Julho, 1819; um Elogio dramatico *O Amor da Patria* — Novembro de 1819, representado em Coimbra ao nascimento da Princeza da Beira; em verso comico de varios metros, *La lezione agli amante, Opera buffa, da rappresentarsi nel R. Teatro di...*; duas scenas do 1.º acto, em prosa, de uma Tragedia *Inez de Castro*; e do drama em verso *Atala*, apenas o primeiro acto, e duas scenas do 2.º. A este grupo de trabalhos abandonados tambem pertencia a tragedia *Xerxes*, representada em 1818. Gomes de Amorim projectava reunir em um volume todos estes ensaios dramaticos (*Mem.*, 1, 138, nota 2); infelizmente ficou sem effeito o intento.

nhecer o quadro historico do Theatro portuguez, que sob a influencia arcadica, e durante a invasão franceza e o não menos terrivel protectorado inglez, secundou com as tragedias philosophicas a aspiração da liberdade, que se proclamou na Revolução de Vinte.

A) Influencia da Nova Arcadia : Os Elogios dramaticos.

Desde a Paz geral, e no periodo em que decorreram as invasões francezas, fuga de D. João VI com a côrte para o Rio de Janeiro, dictadura militar de Beresford até á Revolução de 1820, o theatro portuguez reflectiu todos estes factos extraordinarios nas ruidosas manifestações partidarias da bajulação aos triumphadores. Faltavam os creadores do drama nacional, porque o sentimento e a consciencia da Nacionalidade portugueza estavam obliterados, em uma lethargia deplorable. Não se passava de méras traduções ou imitações d'Arnaud, de Crèbillon, de Voltaire; porém as allusões politicas enlouqueciam as plateias, que estavam attentas a escutar os *Elogios dramaticos*, apontado de scenas allegoricas insipidas, parte obrigada nos festejos officiaes pelos anniversarios da familia reinante ou successo publico. No fim a Tragedia tornando-se tambem allegorica dissolvia-se na banalidade do Elogio dramatico. Bocage gastou boa parte do seu talento em compôr n'este genero, que a *Nova Arcadia* sustentava no seu programma litterario. Em uma sessão publica da Academia de

Bellas Letras (*Nova Arcadia*) de 8 de dezembro de 1800, recitou Bingre um drama allegorico em louvor da Immaculada Conceição, em que os interlocutores são: a Graça, a Culpa, a Natureza humana e o Mundo. Abre a scena com um monologo da Culpa que folhêa um livro negro dos Peccados e não acha ahi e nome de Maria; a Graça degladia com a Culpa, e depois do seu triumpho «apparece um arco iris resplandecente entre rosadas nuvens salpicadas de Anjos com os attributos de Nossa Senhora nas mãos, e no meio em elevação a Graça e a Natureza humana com mantos azues matisados de estrellas.» A Natureza humana recita uma Ode epodica, e termina o drama com um côro.

No Theatro do Salitre representou-se o drama allegorico *A Paz geral de 1801*, tambem do neo-arcade Bingre (*Francelio Vouguense*); são interlocutores a Paz, Mercurio, a Europa, a Guerra. Na primeira scena, «O theatro representa um campo de batalha, e montes carregados de petrechos militares, e na mais activa peleja e desordem; e por entre tiros e rufos de tambores e instrumentos bellicos e expêso fumo de artilheria sâe a Guerra com os braços arregaçados, com um facho acceso na mão esquerda, e a espada na direita, escorrendo sangue.» A Guerra declama alguns versos elmanistas carregados de epithetos, e, ameaçando a Europa, parte furiosa. A segunda scena é um monologo da Europa espavorida, implorando Jove, que lhe mande a Paz: «baixa pelos áres da parte esquerda do Theatro, Mercurio voando, com azas nos pés e no galero, e com o caduceo na mão.

Europa fica assombrada e se inclina.» Torna a apparecer a Guerra, que se alegra de raiva ao vêr a Europa; Mercurio intercede, e «o theatro se transforma rapidamente em um delicioso jardim; e ao som de um agradável côro, vem baixando uma rosea nuvem salpicada de Genios, a Paz vestida de branco, salpicada de estrellas, côroada de flores, com um ramo de oliveira na mão, servindo-lhe de doce o arco iris.» A Paz canta em estylo de *modinha*, entregando á Europa o ramo de oliveira, que é recebido de joelhos. Este Elogio dramatico foi encommendado a Bingre para festejar a paz do 7 vindimario do anno x, (29 de Septembro de 1801) em que Luciano Bonaparte assignou em Paris o tratado que reconciliava os gabinetes de Paris e de Lisboa. No 1.º de Outubro de 1801, assignaram-se em Londres os preliminares da paz entre a França e a Inglaterra, e a 8 concluia-se em Paris o tratado de paz entre a França e a Russia. Tudo parecia inaugurar no seculo novo uma éra de tranquillidade para a Europa; os versejadores portuguezes metrificaram á farta dramas allegoricos, e o despotismo monarchico regosijava-se com a morte da Republica pela traição de Napoleão. Mas em breve se desencadearam as tempestades da orgia militar, e no meio das grandes calamidades, o theatro tornava-se uma parodia do *Forum*; um typo novo creado pelo Talma ou uma nova Tragedia occupavam tanto a attenção publica como a batalha de Austrelitz. No meio das miserias de Portugal, em que á occupação de Junot se seguia a absorvente e aniquiladora occupação ingleza, era paro-

diando a fôrma dramatica, sob o titulo a *Desgraça de Bonaparte*, que se apreciava a capitulação de Cintra, assignada por Junot a 30 de Agosto de 1808: «THEATRO. — No grande Theatro do mundo se representa a famosa Comedia de Magica, intitulada *O segundo Lusbel, Napoleão Bonaparte*, com muitas mudanças de Theatro, vistossimos ornatos e tramoias nunca vistas: Faz o papel de Lusbel, ou primeiro galan, o suave *Napoleão; Godoi*, de traidor e terceiro galan; *Dupont*, de gracioso; *Murat*, de arlequim e tramoista; *Talleyrand*, pinta os ornatos; e junto com *Champagni* e comparsas dos Senadores, move as machinas do theatro. Haverá além de isto duas Operasinhas traduzidas do italiano, cujas a primeira tem por titulo: *A filha de Scipião*, e a segunda a *Sombra de Bruto*. Seguir-se-ha o entremez *Foste buscar lã e vieste tosquiado ou Os ratos na ratoeira*. Concluindo a funcção que se espera ser de acceitação de tão respeitavel publico, com um fim de festa, em que a Andalucita e a Aragoneza bailarão o Sapateado com summa soltura sobre as tripas do Gracioso; tudo novo e subido » Durante a occupação de Portugal, Junot fôra festejado pela Academia e pela Universidade, e com exhibição de Operas em San Carlos; elle, querendo festejar o anniversario de Napoleão em 15 de Agosto de 1808, mandou cantar a Opera *Demosoonte* de Marcos Portugal. Depois de expulsos os francezes, quinze dias passados, Portugal ficou em pleno dominio da Inglaterra, que aqui firmára o seu poder no continente, em quanto D. João VI, refugiado com a real familia no Rio de Janei-

ro, se entretinha a ouvir a musica do seu Conservatorio de negros. No emtanto o marechal Beresford entregava quasi completamente o exercito portuguez á officialidade ingleza, fuzilando os naturaes a pretexto de disciplina e reduzindo esta facha peninsular a uma feitoria britanica. O theatro portuguez é então adaptado ao divertimento da officialidade, que o reduziu a uma vil espelunca. Para prova basta passar os olhos por alguns periodos de uma carta de lord Wellington, ao coronel Peacocke: «Lisboa, 26 de Outubro de 1809. — Lamento de vos ter de informar, que me deram conhecimento de que os Officiaes inglezes, que estão em Lisboa, têm o habito de ir aos Theatros, aonde alguns d'elles se conduzem de uma maneira inconveniente, com grande escandalo do publico, e em prejuizo dos proprietarios e dos actores. Não sei porque os Officiaes do Exercito inglez se conduzem em Lisboa de uma maneira que não seria tolerada na sua patria: que é contraria ás regras e aos habitos d'este paiz, e que não é permittida em parte alguma aonde se observam as leis da decencia.

«Os Commandantes dos regimentos e os Officiaes superiores devem tomar medidas para impedir um tal comportamento de se renovar, e para que eu não receba mais semelhantes queixas, eu empregarei os meios necessarios para que a reputação do exercito e da nação ingleza não tenha a soffrer pelo máo comportamento de alguns.

«Os Officiaes inglezes não têm nada a fazer nos bastidores; e é muito inconveniente que elles se mostrem sobre a scena durante a

representação. Devem bem saber, que um publico inglez não o supportaria. Estou desgostoso de saber, que Officiaes em uniforme e barretina na cabeça, têm apparecido sobre o theatro durante a representação e que alguns d'elles têm commettido desordens e violencias nos bastidores. Repito-o pois: se este comportamento continúa, vêr-me-hei na necessidade de empregar os meios de o impedir, por honra do exercito e da nação.

«Rogo-vos de communicar esta carta aos commandantes dos regimentos da guarnição de Lisboa, e aos officiaes que commandam os destacamentos dos convalescentes, e de lhes dizer que dêem d'ella conhecimento aos officiaes sob as suas ordens respectivas. De certo os officiaes que não estão a serviço, sob pretexto de que não se acham doentes, não devem ir ao theatro, ao menos sobre a scena e bastidores. Rogo-vos tambem de tomar as medidas que vos parecerem necessarias, para prevenir repetição de um tal procedimento.»¹

Os officiaes inglezes sentiam-se em paiz conquistado, e como não percebiam as comedias em lingua portugueza, exigiram que em todos os theatros fossem as representações sómente de Operas e Bailes. Em 1811 representou-se no Theatro da rua dos Condes o Baile tragico-pantomimicc *Orizia e Boreas*, inventado e posto em praxe por Pedro Pieroni; a scena do baile foi pintada por José Carlos, Theodoro Bianchi era o machinista das mutações e Domingos de Almeida o inventor

¹ *Conimbricense*, n.º 2:455 (anno xxiv.)

dos vestuários. O empresario do Theatro da rua dos Condes, Manoel Baptista de Paula, primava n'este genero hybrido de espectaculos, em que se dispendiam milhões de cruzados para festejar os annos de D. João VI, e de todos os principes e alliados de Inglaterra. Para satisfazer as exigencias da officialidade ingleza foi transferida a empresa do Theatro da rua dos Condes para San Carlos, e confiada a sua inspecção ao neo-árcade Sebastião Xavier Botelho, em 1812, como se vê pelo decreto da Regencia de 3 de Fevereiro d'esse anno. Transcrevemos o preambulo, pelos seus elementos historicos:

«Havendo S. A. R. tomado em consideração, que a *Sociedade do Theatro da rua dos Condes*, de que é director Manoel Baptista de Paula, recebendo um moderado auxilio do Governo tem sustentado este publico Espectaculo desde o seu estabelecimento em Dezembro de 1809, dando constantes provas do seu patriotismo, já na escolha de Peças proprias para o promover, já na applicação do producto das representações do primeiro domingo de cada mez para a Caixa militar, e de outra a beneficio do Cofre do Resgate dos Cativos, cuja total importancia montou no anno proximo passado a perto de 20:000 cruzados; e já finalmente, esmerando-se em mostrar o seu amor, respeito e lealdade ao mesmo augusto Senhor e sua real familia, por meio de Espectaculos de grande apparatus e despezas, com que tanto tem festejado os faustosos dias de seus annos, e assim como se tem empenhado em *celebrar com equaes demonstrações os dias natalicios dos seberanos da*

Gram Bretanha, nossos alliados: Sendo de notoria evidencia que a dita Sociedade não pôde assim mesmo servir bem o publico sem que se transfira para um local mais accomodado para os Espectaculos theatraes por sua extensão e proporções, e sem que ajunte á representação das peças portuguezas a de algumas italianas em musica, de maneira *que os muitos Empregados Britanicos, que presentemente se acham n'esta capital, não fiquem privados do recreio que lhes pôde offercer o Theatro por ignorarem a lingua do paiz.* E tendo outrosim a mesma Sociedade representado que esta passagem para outro Edificio, e novas obrigações a que se ligava, faziam indispensavel um maior soccorrô, que correspondesse ao augmento de despeza que d'ahi lhe devia resultar; o Principe Regente N. S., attendendo aos referidos motivos, e conformando-se com o systema estabelecido no Alvará e Instrucções de 17 de Junho de 1771, quanto o permitem as presentes circumstancias: He Servido approvar o estabelecimento de uma Sociedade composta de Actores e Artifices, que entram com o seu trabalho, e de Accionistas particulares, que constituam um fundo em Acções debaixo da direcção de Manoel Baptista de Paula, e da immediata inspecção do Desembargador Sebastian Xavier Botelho, auxiliando a mesma Sociedade com a mercê de outo casas de sortes, de que gosará até o carnaval do anno futuro de 1813, continuando-se-lhe depois este, ou qualquer outro soccorro, que mais convier, se acaso o continuar a merecer: com a obrigação de representar Dramas em lingoagem,

e Farças italianas em musica. E sendo a casa denominada de S. Carlos, além de sumptuosa, e propria de uma nação culta, a unica em que se podem dar Espectaculos, que correspondam aos fins d'este estabelecimento, e por isso digno de conservar-se: He outrosim o mesmo augusto Senhor servido, que se façam as Representações na mencionada Casa, observando-se as Instrucções juntas, assignadas pelo Desembargador do Paço, Alexandre José Ferreira Castello, Secretario do Governo na Repartição dos Negocios do Reino e Fazenda, as quaes constituem o Regulamento provisório do Theatro nacional, cuja boa organização e melhoramento tanto podem concorrer para corrigir os vicios, adiantar a civilização e inspirar as virtudes politicas e sociaes, que fazem a felicidade dos imperios. O Desembargador Sebastião Xavier Botelho o tenha assim entendido, e faça executar na parte que lhe pertence. Palacio do Governo em 3 de Fevereiro de 1812.—Com as rubricas dos Senhores Governadores do Reino.»¹

A Sociedade era constituída por um capital de 6:000\$000 dividido por cada interessado em acções de um conto, podendo reunir-se diversas pessoas para adquirirem uma acção. O inspector Sebastião Xavier Botelho cultivava a litteratura dramatica traduzindo libretos de Metastasio, as tragedias de Racine, *Berenice*, *Mithridates*, *Phedra* e *Bejazet*, e de Voltaire, *Mahomet*, *Zaira*, *Bruto*, *Marian-*

¹ Publicámol-o na *Historia do Theatro portuguez*, vol. IV, pag. 15 a 23.

na, *Oedipo* e *Semiramis*; escreveu uma *Zulmira*, original, e tambem uma *Inez de Castro*. O Theatro de San Carlos tornou-se o fóco das manifestações politicas; e ainda em 1842 se escrevia na *Revista do Conservatorio*: «fundado vae em meio seculo para monumento da successão ao throno, S. Carlos é ainda hoje o unico theatro, como quer que seja *politico*; e as obras primas dos Maestros não lhe têm creado tantas enchentes como as scenas e ovações alternativas das parcialidades.» (pag. 5.) Com a frequencia da officialidade ingleza, o Theatro de S. Carlos teve de 1812 até 1820 um esplendor artificial; a Opera entremeiava-se com o Elogio dramatico, fórmula a que se sacrificou Garrett em 1819 para celebrar o nascimento de D. Maria da Gloria, Princeza da Beira. ¹

Quando em 1820 a nação portugueza sacudiu de si a affrontosa tutella militar de Beresford, foi no theatro que se manifestou o regosijo publico, entre applausos á memoria de Gomes Freire. Em uma carta de Lisboa, de 2 de Outubro, narrando a entrada do Governo Supremo na capital, lê-se: «E' impossivel expressar o grande entusiasmo que geralmente reinou e continúa ainda n'esta cidade. A' noite appareceu o Governo no Theatro dos Condes, e depois no de S. Carlos, mas apenas eram vistos, de toda a parte fluctuavam os lenços brancos e multiplicavam-se

¹ E' de 10 de Abril de 1819 o Plano de reforma da Sociedade do Theatro nacional da Rua dos Condes, por Manoel Baptista de Paula.

vivas ao Supremo Governo com enthusiasmo inexplicavel; foi uma scena de gloria; foi preciso que passasse a representação da Opera italiana para resoarem os excessivos *Elogios poeticos*, obras improvisadas do estro e do genio, que expressava os gratos sentimentos de toda a nação portugueza enlevada no espectáculo da sua gloria. O publico pediu que se cantasse o *Hymno constitucional* em honra do Governo Supremo, o qual a companhia perfeitamente executou.»¹ No dia 5 de Outubro de 1820 chegou o general Cabreira: «A' noite se illuminou toda a cidade, e nos Theatros se cantou com o maior enthusiasmo o Hymno constitucional.» (n.º 8.) No Porto fez-se a proclamação constitucional com eguaes festejos dramaticos: «A' noite concorreram ao Theatro portuguez todas as pessoas de distincção vestidas de gala, aonde se repetiam os vivas, estando patente a Tribuna real, e se entôou com jubilo o Hymno patriotico.» Bingle tambem compoz um drama allegorico intitulado *A' Revolução de 24 de Agosto de 1820 feita no Porto*. São interlocutores Lisia, Affonso Henriques, Patriotismo, Despotismo, Douro, Povo e Tropa: «O Theatro representa um bosque funebre de cyprestes e por entre elles, mausoléos de Heroes portuguezes. No meio do theatro um tumulo mais elevado de Affonso Henriques. Lisia, desgrenhada, com cadeias, de joelhos, orando aos Manes.» Lisia invoca os seus heroes para a libertarem dos ferros de Inglaterra; Affonso Henriques

¹ *Genio Constitucional*, n.º 4, (1820.)

levanta-se da campá e diz-lhe que os Lusos são livres. Depois de varias declamações, el-manistas e chôchas do Despotismo e do Patriotismo: «Descobre-se todo o sol, e dentro do seu disco o retrato de El-rei.» N'este cumulo da indignidade imbecil: «O povo fica da parte esquerda do Theatro e a Tropa da direita e appresenta armas para o retrato, abate as bandeiras. E o Povo e Actores representam reverentes:— Viva o Sexto João! vivam as Côrtes.» Nada eguala a chateza d'êsta composição typica do genero. Como o ultimo representante da Nova Arcadia, Bingre foi tambem o derradeiro cultor do Elogio dramatico; compoz um *Ao anniversario da victoria alcançada na Villa da Praia na ilha Terceira pelas tropas constitucionaes em 11 de Agosto de 1829*. Bingre morreu nonagenario; viu o triumpho do Romantismo e condemnou-o.

B) As Tragedias philosophicas

A renascença da Tragedia grega no seculo XVI obedeceu a uma notavel intuição de que a sociedade moderna carecia de festas publicas de grande espectaculo. De facto a Tragedia antiga representada ao ár livre, perante uma multidão de mais de dez mil pessoas, exhibindo os pittorescos mythos da tradição poetica da raça, com todos os recursos da poesia, da declamação, do canto e da dança, constituia uma solemnidade impressionante, que unificava o genio hellenico em uma consciencia nacional. Na sociedade mo-

derna todos estes elementos estheticos estavam divorciados; prevalecia a vida domestica sobre a vida publica, e assim os pequenos interesses dramaticos do *Madrigal* começaram a suscitar a alliança da expressão poetica com a musical, e tambem o rythmo da dança com a mimica do *Ballet*. Mal se suspeitava que estes germens por uma evolução lenta e gradativa convergiam para a criação nova e grandiosa da *Opera*, desde Peri e Caccina até Wagner, e que bem comprehendida a sua relação social a *Opera* está para a civilização moderna, como esteve a Tragedia antiga para o mundo hellenico.

Mas como do seculo xvi em deante a vida faustosa das Côrtes prevalecia sobre a das praças, tornando-se policialmente antipathicos os ajuntamentos do povo, a Tragedia classica reviveu no intuito cesarista, de uma apparatusa sumptuosidade, que ao cultivar-se litterariamente cada vez manifestava o seu character hybridado, de um morto artificio. Converteu-se em uma moda, primeiramente palaciana, depois um meio revolucionario apresentando os altos caracteres e os vehementes protestos da liberdade no proprio meio cesarista, e por fim em um divertimento domestico e monomania individual. Foi n'esta terrivel degradação litteraria que appareceu Garrett, escrevendo Tragedias para os theatros particulares da rua dos Coutinhos e dos Grillos, tragedias que eram moldadas pelas regras mantidas pela auctoridade arcadica. Importa esboçar esta phase historica do Theatro portuguez, para se apreciar melhor o esforço da libertação e da renovação conseguido por Garrett.

Durante o dominio da *Arcadia lusitana*, as tragedias francezas foram o modelo através do qual se procurava arremedar a arte grega; Corneille, Racine e Crebillon foram estudados e imitados como Sophocles ou Euripedes, e os seus prologos ou dissertações prévias convertidos em irrefragaveis canones. Com a *Nova Arcadia*, e no primeiro quartel do seculo XIX, continuou a dominar o respeito pela tragedia franceza, incidindo em Voltaire todas as admirações por causa do seu intuito social e philosophico. Um grande facto moral se associa ao reconhecimento d'esta auctoridade litteraria; Voltaire ventilava nas suas Tragedias as questões de liberdade de consciencia, atacava o obscurantismo religioso e o despotismo cesarista, proclamava a independencia da natureza. O que elle não podia atacar pela dialectica sarcastica, fazia-o pelo dialogo dramatico, nos rasgos historicos dos grandes lances das suas Tragedias; menos perfeito que Racine ou Corneille, agradou á multidão, aonde germinavam confusamente e em segredo as primeiras tendencias da rasão e do senso commum para a destruição dos preconceitos seculares.

Portugal achou-se em condições especialissimas para preferir a tudo a tradução e as imitações das tragedias de Voltaire; como poderiam as sociedades secretas do fim do seculo XVIII apostolar a liberdade, senão illudindo a vigilancia do Intendente Manique, para o qual esse genero litterario era votado aos divertimentos regios? Todas as tragedias de Voltaire acham-se mais ou menos mal traduzidas no nosso repertorio do seculo XVIII;

e a sua maior vulgarisação data depois da invasão franceza e relacionando-se com o espirito *jacobino*.

Depois da invasão franceza seguiu-se o duro e absorvente protectorado inglez; o sentimento da liberdade tornou-se um crime, e pelas Tragedias republicanas é que se procurava suscitar o impeto da independencia nacional. A officialidade ingleza invadia as platéas, perturbava os espectaculos, e exigia sómente Operas italianas. No emtanto as imitações de Voltaire proseguiam insurreccionando as almas, que a par do trabalho das sociedades secretas acharam no *Synedrio* a convergencia para a Revolução de 24 de Agosto de 1820. Rara é a tragedia composta ou representada n'este periodo que não seja um grito de liberdade; na tragedia *Ambição*, de Francisco Alpoim de Menezes, lê-se esta curiosa nota: «Esta tragedia foi aquella que se me aprehendeu estando a imprimir-se, na para mim memoravel noite de 1.º de junho do anno passado (1821); foi appensa ao processo, e reputada por um despota ignorante como *um escripto conspirador*.» Vicente Pedro Nolasco da Cunha, um dos chefes das sociedades secretas em Portugal, quando emigrado em Inglaterra publicou uma imitação da *Alzira* de Voltaire na sua tragedia *Triumpho da natureza*; o fecundo Manoel Caetano Pimenta de Aguiar, um dos deputados das primeiras Côrtes constituintes, publicou um vasto Theatro tragico, que merece ser examinado. Todos os nossos poetas escreviam a sua profissão de fé liberal em uma tragedia arcadica; e Garrett, seguindo n'este esteiro, só no *Catão*,

quando o tornou a publicar em Londres em 1830, é que se aproximou dos modelos gregos e romanos, proclamando abertamente a sua intenção politica: «Associado a grandes epochas nacionaes, nacional pela adopção publica, o *Catão* portuguez sae agora... mais digno d'esse antigo fôro... e reflecte muita luz sobre a grande questão que ora agita e revolve o mundo (talvez mais claro que nenhuns tratados) a superioridade das modernas fórmulas representativas, e a excellencia da liberdade constitucional ou monarchica.» Tal é o espirito de todos os poetas tragicos d'este periodo; estudando-os como os antecessores de Garrett, consigna-se a fórmula de que elle pôde libertar-se.

A influencia da Nova Arcadia, e sobre tudo a imitação dos metros de Bocage, a cuja versificação se chamou *elmanismo*, appareceu no theatro caracterizada em João Baptista Gomes. E' muito conhecido ainda o nome da mais popular das tragedias de Ignez de Castro; para os seus contemporaneos era a elle que competia levantar a Tragedia portugueza abafada sob as traduções dos tragicos do tempo de Luiz XIV. Infelizmente a morte prematura truncou estas esperanças. Bocage, antes de falecer em 1805, ainda o consagrou n'estas palavras: «o chorado João Baptista Junior (Author da *Nova Castro*) cuja memoria deve saudosamente viver, enquanto o engenho e a moral forem dotes de preço.» ¹ Todos os theatros, publicos e parti-

¹ *Improvisos* de Bocage, p. 7.

culares no primeiro quartel do seculo XIX, se fortificaram á custa da *Nova Castro*, mas por indesculpavel incuria não se colligiram dados biographicos do seu auctor. Sabe-se que João Baptista Gomes era natural do Porto, empregado de commercio, que morrera muito joven em 20 de dezembro de 1803, deixando esposa, tambem nova, e uma filha Ismenia, que casou com o Dr. José Machado de Abreu, que foi reitor da Universidade. Quando appareceu a *Nova Castro* occupava os theatros a comedia famosa de Vellez de Guevara *Regnar despues de morir*, traduzida pelo famigerado Nicoláo Luiz; fôram os actores, segundo confessa Costa e Silva no *Ensaio biographico-critico*, que lhes deram o titulo de *nova*, para a distinguir da antiga. Esta circumstancia explica o motivo que levou os actores, condescendendo com as exigencias do publico, a juntarem á *Nova Castro* a scena final da coroação, tirada do folheto de Nicoláo Luiz. Esta scena differe na versificação, porque é rimada, e destôa completamente da unidade de acção, mas demonstra-nos o costume em que estava o publico, que já não dispensava o apparatus espectacular. Alguns litteratos contemporaneos reagiram contra a tyrannia do costume, como se vê por este Soneto de Bingre, que accusa a disparidade da sua com a fórmula hespanhola:

Do tragico cantor Baptista luso
Sombrios manes, ululae sentidos,
Pois querem crêr seus Deuses confundidos
C'o romantico gosto do alto abuso.

Renasceu entre nós o feio uso
 Dos preceitos dramaticos perdidos;
 Os dramas que hoje reinam são urdidos
 Sem unidades, com furor intruso.

Tornou a reviver o antigo erro
 Seiscentista, da Edade média,
 Que a *lusa Arcadia* poz em vil desterro.

Oh tragico immortal! tua tragedia
 Quizeram enterrar c'o mesmo enterro
 Que Castro tem na hispanica comedia. ¹

E' curioso o facto de cair em total esquecimento a tragedia de Quita *Segunda Castro*, e de prevalecer a sua imitação servil; a *Nova Castro* pertence ao periodo em que se propagou em Portugal o sentimentalismo da escola de Rousseau; orvalharam-a lagrimas ingenuas de corações sensiveis, e por muitas vezes declamavam-se bastantes versos seus que se converteram em proverbios, com intenção comica. Entre gracejos, ainda se empregam os dois primeiros versos da scena violenta entre o principe D. Pedro e seu pae D. Affonso IV:

Basta, principe, basta! prescindamos
 De justas arguições . . .

Pessoas edosas ainda applicavam em jogosos aphorismos a alguma anecdota do seu tempo versos como este com que abre a tragedia:

Sombra implacavel, pavoroso espectro,
 Não me persigas mais! . . . Constança, eu morro.

¹ *Regnar despues de morir.* (Nota do Ms. inedito de Bingré, vol. I, p. 263.)

E tambem a tirada rethorica :

Oh do crime funestas consequencias ! . . .
Desgraçados mortaes . . . E pode um sonho ? . . .

Não é um sonho, Elvira, são remorsos.

Ou o final bocagiano :

Muito se amaram, desgraçados foram,
Chore-os o mundo, e de imital-os trema.

A facilidade d'estes versos para cahirem em parodia, explica-se pelos parallelismos e antitheses *elmanistas*, pela pompa rethorica em contraste com as emoções, pelo convencionalismo substituindo a verdade da natureza ; assim o simples bom senso veiu a contrapôr ao terror o effeito ridiculo. João Baptista Gomes teve partidarios que o admiraram, prolongando-se pela sua morte a complacencia com que foi julgado ; porque só a inferioridade das tragedias dos seus contemporaneos é que lhe déra os fóros de primeiro tragico, quando sem faculdades creadoras, não conhecia a natureza humana, e fracamente versificava.

João Baptista Gomes fôra impressionado pela traducção da *Ignez de Castro* de La Motte, publicada em 1792 por José Pedro de Azevedo Sousa da Camara ; serviu-se da acção da mesma fórma como fôra tratada na *Segunda Castro* de Quita. Sem descobrir por si a paixão, nem dispôr as situações em que ella se manifesta, dá-lhe a expressão banal em versos bombasticos, carregados de epithe-

tos, em hemistichyos que se contrabalançam uniformemente entre a antithese e o pleonasma, no mais exagerado *elmanismo*. Apesar da secura e frieza do dialogo da tragedia de La Motte, e da sua versificação, que provocava os chascos dos poetas do Café Procope, ella exhibira-se até então em setenta recitas. Tal era a belleza do thema, que Voltaire desejava tê-lo versificado de novo para tornal-o superior á sua *Zaira*; e ainda em 21 de Outubro de 1823 representava-se no theatro francez a tragedia de Lucien Arnault *Pierre de Portugal*, sobre a sempre interessante catastrophe. João Baptista Gomes adoptou da tragedia de La Motte o personagem inutil do Embaixador de Castella, e a rhetorica do Conselho de ministros em que se resolve a morte de Ignez, cujo typo se apresenta logo na primeira scena menos sympathico. Analysemos em rapido esboço a tragedia *Nova Castro*.

Abre com a scena, em que Ignez entra delirante e horrorisada, como se a sombra de Constança, que fôra esposa do principe D. Pedro, a perseguisse; Elvira, a ama, vae para consolal-a, e Ignez declara-lhe que foi causa da morte da princeza, por que em vida d'ella já tinha amores com D. Pedro. Ha aqui falta de senso esthetico, porque esses amores perdem o character innocente e fatal, que lhes daria uma magestade antiga. A scena é longa e cheia de vulgaridades, interrompendo-se pela chegada de D. Sancho, mestre do Principe, que vem fazer uma extensa pratica, mostrar-lhe os precipicios do amor e pedir para que consiga de D. Pedro que appareça na côrte, porque seu pae já por tres vezes o

chamára debalde. Chega o principe e Ignez vae pôr em execução o pedido; as primeiras palavras apaixonadas que trocam estão abaixo do mais insulso idyllio; o apagado sentimento esbate-se em descorados adjectivos; D. Pedro recusa-se a apparecer na côrte, porque el-rei seu pae intenta casal-o com D. Beatriz, filha do rei de Castella. O velho aio D. Sancho torna a intervir a dar parte que chega El-rei acompanhado dos conselheiros Coelho e Pacheco; D. Pedro sáe, para descobrir a seu pae que está casado com Ignez de Castro.

O acto segundo começa com um prosaico dialogo entre o rei D. Affonso IV e o filho, em que, *prescindindo de injustas arguições*, apparecem imitações pallidas do espirito philosophico das tragedias francezas. D. Pedro recusa-se formalmente a casar com a infanta de Castella; depois d'isto o rei conferencia com o seu camarista D. Nuno e com o aulico Pacheco, combinando que Ignez deve ser desterrada, e entregue ao arbitrio do rei de Castella; manda vir Ignez á sua presença para forçal-a a dissuadir o filho d'aquelle amor, trata-a com insolencia brutal, o que nunca se encontra nas tragedias cavalheirescas hespanholas, até que a despede por motivo da entrada de um Embaixador de Castella. Levantada pelo Embaixador a collisão de que o seu monarcha saberá sustentar pela força a dignidade de sua filha, D. Affonso torna irrevogavel o desingnio de desterrar Ignez.

O terceiro acto começa por um monologo de Ignez com phrases entercortadas e sem ideias; outra vez Elvira vem a consolal-a, até que ao fim de enfadonhos versos, inter-

vem D. Pedro, que deblatera ao saber da nova do desterro, quer ir accommetter o pae, mas D. Sancho acode a tempo para soffrear-lhe os impetos. A scena entre D. Pedro e o pae é violenta, grosseira e sem profundidade; o rei é insultado pelo principe, seguem-se arrependimentos, lagrimas e a prisão do enamorado. D. Pedro quer fugir de Portugal com Ignez, a amante procura dissuadil-o, elle dá-se por convencido e parte para a prisão.

No quarto acto, Coelho e Pacheco fallam dos seus odios contra a familia de Ignez de Castro, e feridos no seu orgulho por virem a ter por sua rainha a irmã de fidalgos inimigos, tratam de fazer com que o rei a mande matar; Coelho faz insinuações ao monarcha, desculpando D. Pedro e fazendo recahir o odioso sobre a amante; mas de repente apparece Ignez com os seus dois filhos, do mesmo modo que na tragedia de La Motte, imitada nos tribunaes em uma causa pelo advogado Fourcroy. A situação esmorece em interminaveis e ôcos endecasyllabos, e a monotonia do quadro é perturbada pela chegada de Coelho, que vem para o conselho do Rei. Ignez fica declamando para as duas creanças e depois para a creada Elvira, sem uma expressão com naturalidade.

No acto quinto, apparece o rei perturbado pela sentença de morte que deu contra a amante de seu filho; D. Sancho vem descrever-lhe o estado de D. Pedro na prisão; o rei impressionado chama o camarista D. Nuno para ir avisar os conselheiros de que revoga a sentença de morte. O Embaixador, tambem contra toda a logica, vem felicitar o rei pelo ge-

neroso perdão. Infelizmente era já tarde! D. Nuno volta a dizer que Ignez já estava apunhalada, e que ao annunciar o perdão, os conselheiros Pacheco e Coelho fugiram aterrados. Já ferida, Ignez vem com os filhos mais uma vez á presença do rei, que fica sensibilizado, expirando ella em scena. Pouco depois apparece D. Pedro, chama por Ignez, e D. Nuno inteira-o da catastrophe; seguem-se furias, imprecações, horrores, ameaças em prosaicos versos, e mais nada, terminando a tragedia com a noticia que D. Sancho vem dar da morte do rei D. Affonso. Eis o plano da *Nova Castro*, que tanto enthusiasinou as plateias, que a viram sob o terror politico e religioso.

As representações da *Nova Castro* tornaram-se parte obrigada de todos os theatros particulares; na noticia *Os theatros em Coimbra desde o seculo XVI*, por Martins de Carvalho, achamos apontada a representação da *Nova Castro* em 1816 no theatrinho do Pateo do Castilho; em 1817, em casa do conego Coutinho no largo da Sé Velha; em 1818, em casa de um Almeida; em 1819 representada por uns excursionistas de Coimbra em Villa Nova de Monsarros; em 1824 em casa do referido Almeida, e em 1825 em casa do curioso Parente; em 1829 na quinta da Boa Vista, em 1834 no theatro de Santa Cruz. Em Lisboa tambem a *Nova Castro* encontrava o mesmo furor; Bingre, condemnando os espectaculos de S. Carlos, em 1827, contrapõe-lhes a virtude da tragedia portugueza:

Levou-me á rua dos Condes,
Onde alli na scena estava
A *Nova Castro* de Gomes,
Tragedia que o mundo gaba.

Mas qual foi o meu assombro
Quando a scena vi vasia!
Tres duzias de espectadores
Só pela plateia havia.

Apenas dez camarotes
Eu vi de senhoras cheios
Com seus paes, com seus maridos,
Todas de honestos asseios.

— Porque tam pouca gente,
(Pergunto ao Deus magano)
N'este theatro? e tão cheio
O Theatro italiano? —

Dando um risinho o tal Côxo
De prompto me respondeu:
«N'este governa a virtude;
N'aquelle governo eu,

.....
«Aqui falla aos corações
Minha inimiga a verdade;
No outro, ouvidos e olhos
Attendem só á vaidade.

— Pois n'este (lhe disse) eu quero
Levar a Tragedia ao cabo. . .

.....
Porém apenas eu vi
O fim da *Castro* mesquinha,
Um grito dando, acordei
E vi-me na gruta minha.

Garrett, diante da obsessão da *Nova Castro* formulou o seu juízo sobre João Baptista Gomes: «Desvaira-o o *elmanismo*; derramasse por madrigaes quando a auctoridade de Melpomene pedia concisão; força a naturalidade em declamações, extravagava em logares communs, inverte a dicção em antitheses, destroe toda a illusão com versos a miudo sequipedaes e entumecidos; mas por meio de todas estas nevoas brilha muita luz de engenho, muita *sensibilidade*, muita energia de coração: predicados que com o estudo da lingua que não tinha, com a experiencia que lhe falecia, triumphariam ao cabo do máo gosto do tempo, e viriam provavelmente a fazer de João Baptista Gomes o nosso melhor tragico. Atalhou-o a morte em tão illustre carreira, e deixou orphão o theatro portuguez que de tamanho talento esperava reforma e abastança.» ¹ Da imitação servil de Quita e La Motte, lançou-se Gomes ás versões; primeiramente traduziu os *Machabeus* de La Motte, e depois o *Fayel* de Arnaud, dedicada ao juriconsulto Dr. Vicente José Ferreira Cardoso, que o animava n'esta actividade. Em vez de seguir o espirito philosophico das tragedias francezas, abraçou as ideias absolutistas, dedicando em 1798 a traducção dos *Machabeus* ao severo Corregedor do Porto, Francisco de Almada e Mendonça, fundador do Theatro de San João. Na Epistola dedicatoria, apresenta a sua comprehensão esthetica:

¹ No *Bosquejo da historia da Poesia*, etc.

E pois, que assim ás Musas daes abrigo,
 Aos seus alumnos cumpre consagrar-vos
 Produçções pelas Musas inspiradas.
 Honrae os Vates, que vereis mil vates
 Fazer que o Douro não inveje o Sena.
 Novo Richelieu, *Corneilles* novos
 Vós fareis renascer, doces *Racines*,
 Terriveis *Crebillons*, *Voltaires* lusos,
 Que enchotem do Theatro para sempre
 Nocivas produçções, *cantados* nadas.
 Monstros mais feios que os que pinta Horacio,
 Sejam por vós, Senhor, exterminados.
 Em magestoso estylo, em phrase pura
 Sobre a scena se ensine a lingua nossa;
 Com gloria, com proveito e dignidade
 As Musas portuguezas n'ella imperem,
 Da virtude os cami hos nos apontem.
 Cumpram-se as sabias leis do Venusino;
 E o Corpo Senatorio não approve
 Assumptos que não sejam proveitosos.

Vê-se que elle vivia na doce illusão de
 que os despotas têm o poder de exigir da na-
 tureza a produçção de genios. Juntando o
 nome de Richelieu e de Corneille, bem mos-
 tra a estreiteza de suas ideias; leu provavel-
 mente na *Vida de Corneille*, por Fontenelle,
 este periodo que poz em verso: «Eis-nos no
 tempo em que o Theatro se torna florescente
 pelo favor do Cardeal de Richelieu. Os prin-
 cipes e ministros não têm mais do que man-
 dar que se fórmem poetas, e elles apparecem.
 Ha uma infinidade de genios de differentes
 especies, que para se manifestarem só espe-
 ram as suas ordens ou antes as suas graças.
 A natureza está prestes a servir seus gostos.»
 Parece uma ironia. Os trabalhos da critica
 moderna de Taschereau, Louandre e Lemer,
 provam á evidencia, que o genio de Corneille

revelado com o *Cid*, em 1636, só se mostrou grande depois de se tornar independente da pressão do Cardeal de Richelieu, especie de Néro com pretensões litterarias, tendo ao seu serviço os verzejadores Colletet, Bois Robert, L'Etoile e Rotrou, que rimavam os esboços que o despota concebia. Emquanto Corneille exerceu tambem este triste mister, attribuiu-se o assombro do seu genio ao favor do Cardeal; mas quando o ministro fez com que a Academia franceza reprovasse o *Cid*, o mundo, levado pela admiração, deu-lhe a immortalidade. Com certeza João Baptista Gomes, pretendendo dar a Almada e Mendonça o influxo litterario de Richelieu, não tinha consciencia do que dizia. A experiencia devera-lhe revelar o que o despotismo inspira, quando a Mesa do Desembargo do Paço amputava os versos da *Nova Castro*, principalmente as imprecações da scena final do quinto acto. Os seus protestos contra a Opera, provam, como em Bingre e Manoel de Figueiredo, a sua inintelligencia. Em 1822 estava de pé esta animadversão contra a Opera, como vêmos no prologo da tragedia *Ambição* de Alpoim e Menezes: «Que vos direi dos nossos Theatros? d'estas casas de instructivo recreio, onde se reúnem todas as classes de cidadãos, de um e outro sexos, para vêrem recuar os tempos, e ouvirem os mais famosos heroes da antiguidade fallar das suas façanhas e de suas desgraças. Não temos mais que dois, o de San Carlos em Lisboa, e de San João no Porto, que infelizmente, desde que existem, se acham occupados por *actores estrangeiros, que vivem e morrem cantando*, e d'onde sae

o espectador unicamente divertido pelo som da musica. Aos outros não posso chamar Theatros: a sua pequenez, a sua defeituosissima construcção, pobreza, falta de aceio e velhice, os tornam indignos de entrar n'elles. Taes casas servem apenas de dar pequenas farças á plebe por um diminuto preço.» (p. x.)

A Tragedia tornava-se uma reacção litteraria contra a Opera, e raro foi o metrificador dos começos do seculo XIX, que não continuasse n'este intuito o gosto arcadico. Bingre, em uma elegia a um *insigne poeta tragico* de nome Manoel Borges de Paiva, natural de Esqueira, falecido em 1824, enumera as suas principaes tragedias:

O tom e o genio grego em ti se via
A lusa scena honrar; já se apontava
Por chefe d'obra a lusitana *Osmia*.
O mesmo velho Sophocles pasmava
Nos elysios jardins, ouvindo o choro
Com que a *Lucinda* as almas abalava;
Todos os vates de beocio cõo
Folgaram lá ao vêr, que a grega scena
Fazia reviver teu *Polidoro*.
Com que fogacho, oh funebre Camena,
No grande *Jonas* lhe accendeste a mente!

.....

Quem te pôde negar, Borges, a norma
Que Corneille seguiu, Voltaire, Racine,
Young, Sackespear, filhos da fama?
Se inda no Sena e Tamisa retine
O pregão que no mundo os faz eternos,
Talvez, que egual a fama te destine
Tu entre os lusos tragicos modernos
Subiste muito além: beber soubeste
Da Gallia scena os sentimentós ternos.

.....

As personagens tuas não fallavam
Senão com precisão; o estylo, o enredo,
Muito aos dramas do Sena assemelhavam.
Ensinou-lhe Alfieri o grão segredo
De mover corações; Borges o excedera,
Se a morte o não levaria inda tão cedo.
Elle pelo imitar todo se esméra,
Todas as fibras das paixões violentas
Elle tocava penetrando a esphera.

(*Ms. ined.*, t. III, fl. 44.)

Por estes versos de Bingre conhece-se quaes eram as ideias dramaticas de Borges de Paiva, falecido prematuramente como João Baptista Gomes: a prisão ás normas de Racine e de Alfieri, a preocupação do modelo auctoritario em vez da comprehensão da verdade natural, constituíam o esforço de quantos tentavam restaurar o Theatro antes da iniciação do Romantismo; Thomaz Antonio dos Santos Silva, José Manoel de Abreu e Lima, Manoel Rodrigues Maia, Nolasco da Cunha, Corrêa Henriques, Pimenta de Aguiar, seguiram esta senda proclamada pelas duas Arcadias. Como poderia Garrett libertar-se na sua mocidade? A influencia dos modelos prendia os poetas ao mesmo assumpto: abandonavam as *Osmias*, e depois da *Nova Castro* de Gomes apparecia mais outra de Joaquim José Sabino. O neo-árcade Sebastião Xavier Botelho tambem escreveu e fez representar uma tragedia *Ignez de Castro*, como se vê pelo seu Elogio historico, por Alexandre Herculano: «Por esses archivos dos Theatros jazem sepultados os dramas do sr. Botelho, dos quaes apenas é imperfeitamente conhecida a tragedia *Ignez de Castro*...» (*Mem. Conser.*, 26.)

Garrett tambem fôra tentado em 1819. A *Arcadia lusitana* condemnára o theatro inglez por admittir paixões violentas e ensanguentar a scena; a *Nova Arcadia* reconheceu o valor dos tragicos inglezes, mas em vez do estudo vieram as traduções.

Thomaz Antonio dos Santos e Silva traduz o *Catão* de Addisson, a *Vingança*, *Busiris* e os *Irmãos* de Young, e o *Eduardo e Leonor* de Thompson. Ao anno de 1817 pertence a tragedia original *D. Sebastião em Africa*, de Santos e Silva, que exaggerou todos os defeitos da metrificacão arcadica com as mais extravagantes metaphoras, desconhecendo a linguagem simples, sempre expressiva da verdade e da paixão. Não sabia architectar uma acção, reduzindo as situações e collisões á exclusiva declamação rhetorica. O Padre José Manoel de Abreu e Lima, que andou muitos annos associado ás emprezas dos theatros de San Carloŝ, Salitre e Rua dos Condes, imitava e traduzia do hespanhol e francez o necessario para a exploração d'essas casas, saíndo das fórmulas classicas para o drama-lhão, como o *Pedro Grande ou os falsos mendigos*, e outras numerosas peças. José Anselmo Correia Henriques, publicou em 1808 a *Revolução de Portugal* de 1640, inspirando-se nos acontecimentos actuaes, como revela na seguinte chave: «Para que o leitor venha mais facilmente na intelligencia da applicação d'esta Tragedia, deve-se entender debaixo das palavras seguintes:

Tyranno ou Usurpador — *Bonaparte*.

Hespanha — *França*.

Vasconcellos — *Junot ou Murat*.

Ramirez — *Hermann*, instrumento secreto de *Junot*.

Olivares — *Talleyrand*.»

A restauração da autonomia de Portugal fôra já tratada no drama *Pinto* de Lemerrier, vindo mais tarde a inspirar a Garrett o drama *Dona Philippa de Vilhena*. A tragedia de Corrêa Henriques está mal metrificada e pobremente conduzida; divide-se em cinco actos e segue o velho systema dos confidentes. O personagem odioso Miguel de Vasconcellos tem um confidente chamado Pizarro; D. Luiza de Gusmão, a confidente D. Ignez de Moura. A primeira scena passa-se no Terreiro do Paço, quando uma escolta levava presos dois honrados cidadãos suspeitos ao jugo castelhano; João Pinto Ribeiro indigna-se ao vêr este quadro de desolação; eis que apparecem dois fidalgos portuguezes Sousa e Corrêa, commentam as desgraças da patria; vem depois Almada, falla da unica esperança de Portugal resumida no Duque de Bragança. Em breve são dispersados pela comitiva soberba de Miguel de Vasconcellos que passa. O sêgundo acto decorre no palacio do Duque de Bragança, aonde se conspira. O Duque faz longos discursos de uma moralidade sem sabor e soporifera; D. Luiza de Gusmão declama endecasyllabos, terminando tudo sem movimento e com phrases convencionaes. O terceiro acto passa-se no Palacio de Miguel de Vasconcellos; este pretende mandar assassinar o Duque de Bragança, e encarrega do plano um certo Ramirez, que se não atreve a perpetrar o crime. Rebenta a conjuração; Vasconcellos foge, refugia-se no palacio do

Duque, ahi quer apunhalar D. Luiza de Gusmão, e os fidalgos portuguezes lançam-o da janella abaixo sobre as lanças dos revoltosos. A tragedia de Corrêa Henriques dissolve-se em maximas sentenciosas de um retumbante *elmanismo*.

De todos os poetas tragicos da eschola republicana, foi o mais fecundo Manoel Caetano Pimenta de Aguiar; os factos notaveis da historia de todos os povos serviram-lhe de thema para apostolar a liberdade. Em 1816 publicou a sua primeira tragedia *Virginia*; o decemviro Appio Claudio era para nós n'esse tempo o terrivel Beresford, que n'esse mesmo anno fôra investido do governo absoluto de Lisboa e do commando supremo das tropas portuguezas. Assim como em Roma a liberdade renascera do assassinato de uma donzella, em volta de D. Maria II debatar-se-ia mais tarde a liberdade de Portugal. Pimenta de Aguiar segue a tradição como a contam Denys de Halicarnasso e Tito Livio, modificando a acção pelas normas francezas:

Appio Claudio tem um confidente chamado Marco, e a encantadora Virginia uma confidente chamada Camilla; e o pae d'ella um confidente de nome Graccho. Abre a scena com o costumado monologo, exposição forçada do estado da acção, como usaram os tragicos francezes do seculo xvii. A morte de *Virginia*, de que resultou a revolução republicana que extinguiu os Decemviros, foi assumpto predilecto das tragedias pseudo-classicas, como se vê nas de Mairet, (1628) Leclerc, (1645) Capistran, (1683) La Bonnelle, e Chabanon, (1769) La Harpe, (1786) Leblanc

de Guillet, (1786) e ainda de Lessing e de Alfieri. O tragico portuguez tornou a sua obra exageradamente subjectiva, com uma versificação carregada de epithetos, que tornam a linguagem convencional.

Ainda em 1816 publicou Aguiar a tragedia *Os dois Irmãos inimigos*, sobre a lenda grega de Eteocles e Polynice. Basta conhecer a diversidade de character dos dois filhos de Dom João VI, D. Pedro e D. Miguel, para presentir a intenção politica. Aguiar não conhecia as tragedias de Alfieri, nem de Corneille, e muito menos as tragedias gregas; tomou o titulo da *Thebaida* de Racine, substituída *Les Frères ennemis*. O amor grego, o *pathos* considerado como uma fatalidade, era-lhe tambem desconhecido. Em uma nota que serve de prologo, traz o poeta uma curiosa revelação:

«Esta Tragedia, por fatalidade, caíu nas mãos d'aquelles homens de quem Voltaire tanto se resentia como prejudiciaes á litteratura, quero dizer um semi-douto. Sem ser para isso auctorizado, metteu-se a analysar um drama, do qual nada entende, como se collige da sua analyse — proferiu em tom magistral, que ella devia de ser desprezada, reprovada e regeitada, por ser escripta em mãos-versos e baixa linguagem.» Pela referencia «áquelle ár carregado de que a natureza tão liberalmente o enriqueceu,» parece que Pimenta de Aguiar visava José Agostinho de Macedo; porque termina a sua defeza com esta ameaça: «Estou de posse de algumas producções originaes do meu critico, as quaes passarei a analysar, se a isso me compellir a

sua obstinada censura.» José Agostinho escrevera por esse tempo a tragedia *Branca de Rossis*, que pela sua insipidez provocou a Garrett o soneto *A certa Tragedia*, em que se reúnem todos os coripheos do genero :

Mil parabens á Musa portugueza,
Que do Padre José fulgiu da penna!
Cae a velha Melpomene da scena,
Foi-se a Tragedia grega e franceza.

Sophocles poz-se a dar voltas d'Andreza,
Euripides está de quarentena,
Corneille endoudeceu de inveja e pena,
Crebillon foi queimar o Atreu e a mesa;

Racine professou nos Mariannos,
Voltaire está a leites de jumenta,
Alfieri vae fazer sonetos de annos.

Victorioso o Padre a *Branca* ostenta;
Só por vencer lhe restam dois maganos, . . .
Mas temiveis rivaes — *Paiva e Pimenta*.¹

Pimenta de Aguiar era invencivel pela sua fecundidade. Em 1817 publicou a sua terceira Tragedia republicana, sobre o heroismo da *Arria*, que, ao reconhecer como inevitavel a morte de seu marido Pœtus, condemnado como conspirador pelo imperador Claudio, se matou entregando-lhe o punhal, dizendo: *Pœte! non dolet*. Era a these da liberdade individual garantindo-se pelo suicidio da prepotencia dos despotas. Pimenta de Aguiar reincide no abuso dos confidentes e exposições, e extravasa-se em uma exhuberancia de versos calcados de

¹ *Fabulas e Folhas cahidas*, Soneto x. (1819.)

adjectivos, logicos, sentenciosos, passando os lances violentos com o vagar de toda a commodidade. Os seus versos raras vezes se quebram, enchendo com trivialidades o endecasyllabo.

N'este mesmo anno publicou ainda outra tragedia; em vez de ir á antiguidade classica, explora pela primeira vez a Escriptura, escrevendo a *Destruição de Jerusalem*, originada pelas iniquidades de Sedecias. Este thema já tinha sido tratado no seculo XVI pelo jesuita P.^c Luiz da Cruz, em uma tragi-comedia representada em 1574 diante de D. Sebastião; nas festas pela trasladação de Fr. Bartholomeu dos Martyres, em 1607, outra vez *Sedecias* foi representado em um espectaculo apparatuso. Pimenta de Aguiar não teve a comprehensão do monotheismo judaico, do terror dos threnos politicos, nem o conhecimento da corrupção monarchica da Palestina do sul, que lhe prestariam interessantes quadros.

Em 1819 escreve mais duas tragedias, *Dom João I* e *Dom Sebastião em Africa*, mas sem o sentimento nacional; basta vêr como falla da alliança ingleza n'esta declamação do Mestre de Avis:

Que alliado
Temos em quem contar? Deixae-me, amigos,
Antes d'esta explosão, buscar á Patria
Um firme apoio na nação briosa
Que o mar circumda de *Albion guerreira*.

A tragedia *D. João I* termina com a morte do Conde de Ourem, e por uma despedida do Mestre de Avis a D. Leonor Telles, sem um desenlace, porque annuncia ainda a futura

guerra. As paixões politicas acham-se allí substituidas por palavrosos discursos, que não revelam nem typos, nem caracteres, mas o apagado reflexo das tragedias francezas. A mesma exuberancia declamatoria no *Dom Sebastião em Africa*, sempre em exposições ou narrativas. As tragedias *Conquista do Perú* e *Eudoxia Licinia*, de 1819, são trechos de historia em verso, e as grandes paixões dos Incas, ou as scenas da dissolução do Baixo Imperio não o arrancam á convencional rhetorica. A *Morte de Socrates*, que mereceu os elogios em um Soneto do advogado da Casa da Supplicação João Braz Vidal Jordão, consta de estafados logares communs sentenciosos. Por fim Pimenta de Aguiar regressa ao sentimento patriotico em assumpto da historia de Portugal; em 1820 publica a tragedia *Character dos Lusitanos*, tendo por heroe Viriatho, que sacudira o jugo dos romanos. N'este mesmo anno, que Garrett apontava nas suas publicações como o primeiro da liberdade, a Revolução de 24 de Agosto, preparada pelo Synedrion, lançou fóra o jugo britanico de um odioso proconsul Beresford. Em uma Advertencia que precede a tragedia, descreve o seu processo artistico: «A esta tragedia, cujo assumpto tirei da historia da Lusitania, julgo superfluo fazer argumentos, por que cingindo-me o mais que pude aos factos historicos, os meus leitores que não estiverem bem presentes n'elles, poderão tirar as precisas bases das duas fallas de Viriatho, na 1.^a scena do 1.^o acto, onde puz na bocca do meu protagonista quanto deu motivo á sua brilhante carreira militar... A mesma peripecia

é tão natural e historica, que nem os arrebatados e lugubres transportes de Melpomene poderam desfigurar.» Pimenta de Aguiar não idealizou os factos historicos. Tomou assento como deputado nas Côrtes Constituintes de 1821; nas odiosas reacções bragantinas de 1823 e 1824, é natural que emigrasse ou morresse em terra estrangeira, por que não se fallou mais n'este poeta madeirense. Em uma scena melodramatica dos *Homens de marmore*, Mendes Leal introduz uma leitura de versos do poeta Aguiar. Máo grado os seus defeitos ou excessivas regularidades, o sentimento da liberdade que o inspira torna-o estimavel. E quem no tempo d'elle se libertou mais dos canones dramaticos? Surgiu Garrett, mas soffrendo tambem a pressão da auctoridade classica, na tragedia *Catão*, em que proclamava a nova éra da liberdade.

O neo-arcade Bingre, que sustentava as suas velhas admirações, atacou em uma *Epistola ao Cura de Campanhã* a nova corrente litteraria, que veio exautorar as tragedias pseudo-classicas:

Reverendo senhor, bom Padre cura
Da rural Campanhã, que tão discreto
O *Theatro romantico* censura:

Se *Maria Tudor* condemnou recto,
No baixo proceder na scena exposto
Ao espectador portuense circumspecto,
Tem immensa rasão no seu desgosto,
Por vêr mudada a eschola da virtude
No vicio desregrado a ella opposto.

Da palestra dramatica segura,
Da representação bem regulada
Moral civil, christã se aprende pura.

Hoje os doutos *romanticos* auctores
 Só dão força á dramatica poesia
 Co's enredos de illicitos amores.
 Disfarçado co'a doce melodia
 Desacreditam toda a continencia,
 Piedade, modestia e valentia.
 Contra as regras da solida decencia,
 Ensinam a gerar os appetites
 E as damnosas paixões na efferescencia.

Esses defeitos, que Boileau condemna,
 No *romantico gosto* resuscita,
 Que a Gallia depravou a itala scena.
 Onde a farça se vê, que o riso incita
 Em pintar o ridiculo? Com chôro,
 Por ensinar o erro, a moral grita.
 Onde a decencia está? arte e decoro
 N'estes *dramas modernos*, que deleitem,
 Que instruem rindo com seu tom sonoro?
 Para que os circumstantes se aproveitem
 D'essas lições moraes, não é preciso
 Que as leis da gravidade se respeitem?
 Representar defeitos de prejuizo,
 Lascivias, seducções, vis adulterios,
 Assassínios, traições, não move o riso,

Bem sei que o *modernismo* achará rude
 O meu velho pensar. . .

(*Ms. ined.*, t. iv, fl. 18.)

Estes protestos do neo-arcade dão-nos a
 atmosphaera de resistencia que o genio de
 Garrett teve de dominar.

c) As Farças e Comedias.

Na grotesca farça *Manoel Mendes* por An-
 tonio Xavier Ferreira de Azevedo, publi-
 cada em 1814, vem uma scena ridiculizando
 a monomania das Tragedias, que se genera-

lisára na burguezia. Passa-se a scena entre o letrado beirão e o creado, que finge de ajudante de escriptorio disfructando-o; é uma pagina realista:

«MANOEL MENDES:—Homem! Vossê a modo que está abstracto.

REBOLO:—Não repare v. m., que isto é porque *ando compondo uma Tragedia*.

MEN.:—Sim! Bem mostra que foi escrevente de meu sobrinho; elle tambem tinha essa mania para o theatro.

REB.:—Tinha, sim senhor; mas era muito infeliz nas suas producções.

MEN.:—Elle não dizia isso.

REB.:—Mas confessa-o o publico, que quasi sempre lh'as elogiava com applauso de Infanteria; isto é, aquellas que chegavam ao fim; porque de algumas sei eu que ficavam alli pelo segundo acto.

MEN.:—Essa é boa! E os outros actos que restavam?

REB.:—Ficavam em actos nullos.

MEN.:—Ora diga... — Eu agora tambem heide frequentar as Operas... — Que titulo tem a sua Tragedia?

REB.:—Eu tinha disposto... Esta não está feia... Tinha disposto... Sim, Tragedia em cinco actos, intitulada *Os Cyprestes ou o Cemiterio dos Inglezes*; porém, heide-lhe pôr outro e hade fazer fracasso, porque a marcha é totalmente nova. Ella é em cinco actos como já disse: fallam n'ella seis pessoas, entre machos e fêmeas; quatro morrem logo no primeiro acto, e as duas muito provavel que no segundo vão para a eternidade; a rasão é esta: Se ella, á maneira das do meu amigo

advogado, levar pateada no fim do primeiro acto, não tem o poeta o desgosto de lhe vêrem a catastrophe, e se a grammar no segundo, como já tem morrido tudo, parece que fica acabada a Tragedia.

MEN.:— Mas se fôr por diante, com quem hade v. m. acabar os tres actos que faltam?

REB.:— Peior. Com quem? Ahi é que vae a delicadeza do poeta: para cautella digo eu logo no primeiro acto, que uma das Damas está com dôres; no intervallo do segundo tem o seu bom successo: no terceiro metto a novidade da Ama com o Menino; no quarto acaba-se a criação, a criança com o episodio dos dentes!... tudo isto é sentimental; porém como a Ama no fim do quarto morre, por causa da humidade do tempo, o pequeno é que hade acabar o quinto. Parece-me que isto não é muito visto.»

N'este periodo, além dos estafados Elogios dramaticos e Tragedias, tornaram-se proverbias no repertorio do theatro pela frequencia com que eram levadas á scena as Farças e Comedias, que continuavam o espirito do seculo XVIII sustentado por Antonio José e Nicoláo Luiz. Esses popularissimos continuadores foram Antonio Xavier Ferreira de Azevedo, Manoél Rodrigues Maia, Ricardo José Fortuna, e o Padre José Manoel de Abreu e Lima. Assim o theatro appresenta uma feição critica e liberal, e uma predilecção reaccionaria pela comedia de cordel. Nasceu Antonio Xavier em Lisboa, em 6 de Março de 1784; seu pae Vicente Ferreira de Azevedo, fôra meirinho geral dos contrabandos, logar em que o filho começou a substituil-o nos seus impe-

dimentos, succedendo-lhe por fim no cargo. Quando se creou o Commissariado do Exer-cito, serviu de escripturario do Deposito dos Viveres em Alcantara pelos annos de 1810 ou 1811. Uma vida aventureosa dispendida em amorosos prazeres, em breve se lhe esgotou aos trinta annos de idade, morrendo em Lisboa, a 18 de Janeiro de 1814. A sua popularidade começou a encommodar o ranco-roso Padre José Agostinho, que tambem tentára a farça na *Impostura castigada*, *O Sebastianista*, *Clotilde ou o triumpho do amor materno*; e em consequencia das suas derrotas expandiu a atrabilis no folheto *Pateadas do Theatro*, em que chasquêa do gosto do publico por applaudir a *Preta de talento*, *Palafox*, e *Zanguizarra*, e principalmente *Manoel Mendes Enxundia*, que ainda hoje faz rir. Antonio Xavier Ferreira de Azevedo não tinha cultura litteraria; seguia o systema de Nicoláo Luiz tomando o que era bom aonde o encontrava. A empolada linguagem dos seus dramas realçava com a declamação lamentosa e com a gesticulação ameaçadora dos velhos actores; mas as Farças é que são a sua gloria artistica, por accentuar n'ellas a feição verdadeiramente portugueza.

O typo do letrado beirão, na farça de *Manoel Mendes*, as astucias do criado Rebolo e de Michaela, os equivocos, as cócegas no nariz e a pancadaria, são característicos do velho theatro portuguez explorados por Antonio Xavier. O tino do gosto popular levou-o a emprehender a comedia de *Santo Antonio livrando o pae da fôrca*, que no seculo XVI fôra o thema de um Auto de Affonso Alvares;

José Agostinho ficava possesso, quando ouvia fallar na farça de *Manoel Mendes*: «Irei vêr o *Mendes*, e com effeito fui ao *Mendes*, e para o vêr foi preciso vêr primeiro na scena (porque era dia de *Elogio*) os Quatro Elementos; os Mineraes: vi o *Ouro*, que era um guedellas de estôpa; vi o *Ferro*, que era o Pagem de San Jorge; vi o Carvão de pedra, que era o Diabo em pessoa; vi depois as Graças, que eram as tres furias; vi Neptuno, que era o Arraes de um saveiro; vi o Fado, que não era nada; vi a Innocencia, que era um phantasma; vi o Tejo, que era um homem que corria muito; vi as Ilhas; vi o Negro Ponto; vi Scylla e Carybdes, que eram duas cadellas paridas; vi o genio da Gratidão, que era um milhafre; vi Pomona, que era uma marafona de giga; vi Marte, que era um tambor; vi Vulcano, que era um lacaio com archote; vi Tritão, que era um homem de mexilhões; vi Proteo, que era um botas do Seixal meu conhecido; vi a Inveja, que era uma mulâta calhandreira. Tudo isto vi em cima da scena, porque fazia annos não sei quem. Todos disseram versos, todos se metteram na gruta do Tempo; deitou elle a cabeça de fóra com a foice quebrada, pedindo licença aos espectadores para ir a casa de um serralheiro seu conhecido a vêr se lh'á concertava. Até á primeira, disseram todos, e acabou-se o *Elogio*. Seguiu-se a Comedia... sim, meu amigo, e quem tal diria?... A Comedia era uma Oratoria, chamada *Santo Antonio livrando o pae da fôrça* (e representou-se!) Eu, tanto que ouvi a campainha da Misericordia, cuja pancada funebre arripia o cabello, para não vêr

o que nunca vi nem quero vêr; tantô que ouvi de mais perto o funesto badalo, que já soava nos bastidores, ao apparecer o primeiro irmão, com a triste capinha preta, e de alcôfa na mão a pedir para a ajuda d'aquella obra, dei commigo no botequim da sala nobre, bebi uma garrafa de cerveja á saude do auctor, e deixei-me estar duas horas, até que ouvi um borborinho confuso de todos: — Ahi vae *Mendes*... Fui a *Mendes*, e dando a costumada senha ao porteiro, sentei-me a vêr *Mendes*...»¹ Que de paginas gastou José Agostinho a provar que o advogado beirão não é tão broma, como o pinta Xavier. Como braveja contra a insolencia de dar cevadilha em vez de rapé! Por fim conclue: «Isto é moer a paciencia dos ouvintes, impingir a inverosimilhança, quebrantar todas as regras da arte. Isto não é dar um espectáculo theatral, é conduzir os homens de bem a uma pocilga de facinorosos, e obrigar os espectadores a escutar-lhes as baforadas.»

A farça de *Manoel Mendes* é das mais engraçadas do velho reportorio, e das poucas que sobreviveram á transformação do nosso theatro. O enrêdo que a entretece é engenhoso: Isabel, viuva nova e rica de um advogado, acha-se de repente invadida por um tio, da provincia, velho e tambem advogado, que por ser da mesma profissão, quer mudar a banca para Lisboa, e casar com a sobrinha, para ficar tudo em casa. Para se defender d'esta brutal proposta, Isabel só tem o recur-

¹ *Carta a Manoel Mendes Fogaça.*

so das artimanhas do seu criado Rebolo. O criado accêta a responsabilidade do exito da empreza, e compromette-se a fazer com que o tio Manoel Mendes se aborreça de Lisboa, e queira retirar-se para sua casa. Rebolo dá-se por ajudante de escriptorio, e mette na conspiração um praticante de botica chamado Felicio, que anda apaixonado pela viuvinha. E' em volta d'esta peripecia que se agrupam todas os logros em que o advogado provinciano cæe a cada instante. Os anexins, a giria, os bordões, os equivocos, e as allusões aos costumes do tempo apimentam esta farça, eminentemente portugueza como as graçolas de Antonio José e mesmo as diatribes pittorescas de José Agostinho.

No seu odio contra Xavier, que conseguira ter graça e causar hilaridade, o pezado Macedo condemnou o velho theatro só para sepultar sob as suas ruinas o espontaneo dramaturgo; e fallando da Palafozada (*Palafox em Saragoça*) escreve: «Tudo se me antolhava uma consumada sandice, e na comedia não se fazia mais que acarretar incidentes, sem mostrar á gente um fio por onde aguardasse alguma cousa que devesse acontecer, com que se me assentou no coração, que aquella comedia era a mais destemperada das Comedias, e peior que os Mômicos de Gil Vicente, e que as estafadas jornadas de Solis, Calderon, Lope e Comp.^a» D'esta vez o implacavel padre fallava verdade; o *Palafox* é a apologia de Fernando VII e de D. João VI, feita por um homem em tempo empregado no Santo Officio; faltava-lhe porém o senso critico quando amesquinha as Comedias famo-

sas, que tanto fecundaram o Theatro europeu. O atrabiliario Censor, no seu despeito, deixa traços descriptivos do estado do Theatro portuguez: «Perdi uma longa parte da minha melhor idade no estudo das regras da arte dramatica para as vêr descompostamente atropeladas nas *peças de nova invenção*, com que têm reduzido a humana paciencia a pó impalpavel e imperceptivel. Comtudo, nem sempre os abrilhantadores de profissão pejam a scena, ás vezes apparecem cousas que não parecem filhas legitimas da loucura e da ignorancia, algum bestunto se lobriga em seus actores, quem quer que elles sejam, que quasi nunca apparecem, temendo levar nas ventas algumas d'aquellas trovoadas, que conforme o espirito do meu texto, tanto agitam, commovem e assarapantam os humanos sentimentos.» E destrambelhando contra a incapacidade, insufficiencia e preguiça dos actores, prosegue: «Uma tragedia de Alfieri ou de Graneli nas mãos d'esta gente é o perfectissimo ranho em parede. Quando a cousa é do genero a que se chama baixissimo e rasteirissimo comico, então vae a perlenga menos mal: tenho visto representar ladrões, como v. g. na comedia chamada *Roberto*, com tanta propriedade, que o não veriamos melhor se os encontrassemos em Espinhaço de Cão, ou na charneca de Monteargil.»¹

Esta comedia a que José Agostinho allude é de Antonio Xavier, e intitula-se *Roberto ou o Chefe dos ladrões*; o terrivel folliculario da

¹ A *Pateadas*, p. 6 a 8.

Besta esfolada e da *Tripa virada*, não lhe podia perdoar o dom de agradar ás plateias. Para classificar a pateada simples, José Agostinho exemplifica referindo uma representação de outra comedia de Antonio Xavier intitulada *O marido mandrião*: «Está em scena *O marido mandrião*, peça traduzida do francez *Le mari insouciant*, e dada por original por um genio abrilhantador. Feridos que sejam os tympanos dos assistentes por uma, segundo o costume, desafinadissima gaitada de rabeça, engrossada a atmospherá theatral com o denso e fedorento vapor de cebo e azeite de peixe, ao som de agudo apito, como se aquillo fôsse alcateia de Ermitões de charrneca, vae o pingado, esfarrapado panno acima, em que eternas tês de aranha fórmam barambazes ou bambolinas; apparece engasgada actriz com um olho na frisura tal, outro no banco tal, outro botado á platêa tal, depois de abrir o alambazado ponto, que grita mais do que ella, olha para ella, que já faz acções com os escarnados braços sem ter proferido palavra, diz:— A flôr que abre o calix ao orvalho do meio dia, quando a noite com paineis divinos pesponta o quadro da madrugada...»= E sob a obsessão de Antonio Xavier, o padre diz: «Em contemplação da primeira actriz beneficiada, deixou-se (por esta vez sómente) ir em paz até ao fim a *Paz de Pruth*... Eu desejava vêr romper o tratado da *Paz de Pruth* na platêa, dei lá commigo bem alheio de cuidar que adquiriria um plenissimo conhecimento da pateada real.» N'este opusculo das *Pateadas*, Macedo revela-nos indirectamente quaes eram as comedias e far-

ças que mais attrahiam a attenção do publico.

Para descrever as condições precisas para uma pateada real, aponta um espectáculo em que «O Entremez era a caduca *Zanguizarra*» do antigo ponto Ricardo José Fortuna: «E a *Zanguizarra*, meu amigo, não se representou. O ponto tinha morrido; e quando as tigellas de cebo tornaram acima, viu-se aquella almanjarra retirada na scena.» O atrazo da sociedade portugueza antes do triumpho da causa constitucional, torna-se evidente pela corrupção do gosto publico, que se deliciava com as farças de cordel, como esta de Ricardo José Fortuna, que acompanhára Bocage na vida airada, glosador impenitente de motes requebrados, que morreu com mais de oitenta annos, sendo no ultimo quartel da vida ponto nos theatros da Rua dos Condes e de D. Maria II. Eis o entrecho da *Zanguizarra*, com que embicára Macedo: é assim que se chama a criada ladina, typo obrigado do velho reportorio. Cosme é um capitão reformado, que se gabava de ter saído do serviço militar, porque tendo feito innumeradas mortes, queria ter tempo de resar por alma das suas victimas; tem elle uma filha chamada D. Julia, e pretende casal-a com o cadete Calisto, porém a menina anda namorada de um galante rapaz chamado Laurentim, que logra o pae com uma innocencia de dezenove annos. D. Julia vê-se de repente ameaçada com a chegada do noivo proposto pelo pae; para salvar-se d'esta situação vale-se da sua criada *Zanguizarra*, que a aconselha a que fujam ambos para casa de Laurentim. Este,

que logra o pae que vê no rapaz um seraphim de candura, pretexta uma dôr de barriga, parà que o bom do velho vá chamar um cirurgião, e assim dar tempo a que D. Julia se esconda em seu quarto. A scena do cirurgião pertence á eschola de Antonio José, sendo muito inferior á da consulta, que vem nas *Guerras do Alecrim e Mangerona*. O capitão dá pelo desaparecimento da filha, procura-a pela visinhança, e sabe que está escondida em casa de Paspalhão, pae de Laurentim; enfurecido appresenta-se em casa do velho, faz com que surja D. Julia do seu esconderijo, ameaça, braveja, quer obrigar o velho a reparar a honra da menina, e a dotal-a, transigindo por fim com uma proposta conciliadora de Paspalhão, que se obriga a dar o dote a D. Julia, mas lançando o encargo do matrimonio a seu filho Laurentim. Ricardo José Fortuna tomou a farça na altura em que a deixára Antonio José, o *Judeu*, e nada mais avançou.

Uma outra farça, não menos popular, e que ainda provoca saudosos sorrisos aos sexagenarios, é a do *Doutor Sovina*, de Manoel Rodrigues Maia, que a escrevera para representar-se em San Carlos; a acção é bastante simples, sustentando-se apenas pela chulice da linguagem e pelas anedoctas que Rodrigues Maia dramatiza incidentemente. O *Doutor Sovina* é uma especie de Manoel Mendes menos bem entretecido: tem em casa uma filha chamada D. Lépida, que se apaixona pelo praticante de escriptorio Silverio; o Doutor Sovina vive com a mais restricta parcimonia, sáe pela manhã para ajuntar folhas

de couve na praça da Figueira, tempéra a agua da fonte com a de um poço que tem em casa para não dispende com o aguadeiro, faz com que o pão dure quatro dias, mas é bastante rico. Silverio quer casar com D. Lé-pida, e sabendo que o Doutor é eminente nos conselhos da rabolice, consulta-o ácerca do seu projecto, mas sem personificar a noiva; Sovina aconselha-o a que dê fiança aos banhos, que a menina pretexto uma sahida á missa, ou a casa de uma tia, e que a despose. Assim fez o praticante de escriptorio. O dia correrá mal para o Doutor, já aturando um saloio, já um traficante, já um tatebitate, e por fim vê que também cahiu no lôgro que armou a Silverio, que pára a porta de casa trazendo-lhe a filha da egreja. O velho Doutor a muito custo faz as pazes, mas não os quer em casa. Manoel Rodrigues Maia, menos fecundo que Xavier, segue-lhe o esteiro, fazendo rir á custa do decoro, servindo a acção de pretexto para exhibir pilhérias.

Manoel Rodrigues Maia era professor de grammatica latina e director de um Collegio particular em sua casa, na rua dos Calafates; foi um dos *poetas da manada*, como chamava o Lobo aos que celebraram a elevação da Estatua equestre. Era intimo amigo do Padre Thomaz José de Aquino, que publicára a edição das obras de Camões, reproduzida depois com retoques por Barreto Feio; moravam juntos os dois camonianos, e faleceram quasi pelo mesmo tempo, talvez por 1803 e 1805, por não figurar já o seu nome no *Almanach de Lisboa* d'este ultimo anno. Ficaram ineditas as suas farças *A madrinha russiana*, e

o *Periquito no ár*; pertence-lhe a dos *Tres rivaes enganados*. Filia-se n'esta eschola que desapareceu com os dramas românticos, o bacharel formado em direito Fernando Antonio Vermuele, nascido em Lisboa em 25 de julho de 1777; cursára a Universidade de 1794 a 1799, e faleceu em Lisboa em 21 de janeiro de 1843, tendo exercido o cargo de tabellião. Attribute-se-lhe a comedia anonyma do *Enredador*, que os theatros de San Carlos, Salitre e Rua dos Condes representaram innumeradas vezes desde 1812.

No seu opusculo das *Pateadas* José Agostinho de Macedo mostra-se encommodado com a popularidade de outro dramaturgo o Padre José Manoel de Abreu e Lima: «Aqui chegava com o soliloquio, quando se lhe annunciou que era proximo o momento de se levantar o panno, que a orchestra recebera ordem de guinchar. A peça era a dos *Pobres, ou Pedro Grande a espreitar os mendigos*, onde ha o grande *role* de Gertrudes cega, e o roubo das Sabinas intentado pelo cavalleiro polaco Labovischi. Esta peça foi sempre o idolo das classes baixas, e guarda-se com submissão theatral para os beneficios das grandes dignidades da banda histrionica.» Na advertencia da sua comedia *O Chale*, de D. Gastão Fausto da Camara Coutinho, descreve-se o estado da scena portugueza por este tempo: «Os espectadores que frequentam escassamente o theatro, enfadam-se até com as bem lidadas composições de outros escriptores muito mais habéis do que eu; e *este desprezo ou fria indiferença* constrangeu-me a escrever dois dramas de pouca monta, que pela pequenez da

intriga e de interesse, merecem o verdadeiro titulo de bagatella, offerecidas em sacrificio ás curtas noites de verão.» Depois da criação do Conservatorio da Arte dramatica, foi D. Gastão nomeado conservador do archivo.

N'este deploravel meio social e artistico, em que as tragedias politico-philosophicas iam ser substituidas pelas comedias de costumes, apparecia Garrett subjugado pelos degradados modelos mas achando já o contraste do typo do *corcunda*, dos afferrados ao absolutismo, os féotas convulsionarios do throno e do altar, que tanto sangue fizeram correr no seu reaccionarismo. Em 29 de Septembro de 1829, representou-se no theatro do Bairro Alto a farça do *Corcunda por amor*, que Garrett mais tarde rejeitou como abaixo do seu nome. ¹ Mas sem se conhecer historicamente o ponto de partida, não se poderia apreciar o esforço da renovação esthetica, realisada por Garrett em si e no meio social.

3.º A REVOLUÇÃO DE 1820

Desde as Côrtes de 1641 todos os actos da realza consistiram em apagar as manifestações do sentimento de nacionalidade; e de degradação em degradação chegou Portugal a ser considerado como o povo mais atrazado da Europa, abandonado á invasão napoleo-

¹ *Catão*, 3.ª ed., p. xxvi: «A farça é tão inepta e semsabôr, que a expungi da collecção.» Acha-se na primeira edição, de pag. 92 a 132. A este periodo de actividade pertencem os esboços comicos *El-rei Serapião*, principio de um acto, e *Cifrão*, tambem começado.

nica pelo seu soberano, que n'isto obedecia ás intrigas da politica de Inglaterra, desmembrando o nosso territorio, e reduzindo a parte continental a uma feitoria ingleza, occupada militarmente. A nacionalidade não estava morta, como os Braganças imaginavam no seu paternal governo; creára-se uma burguezia activa e instruida, conhecedora da marcha social da Europa moderna, que procurava realisar a liberdade politica como complemento da independencia civil. A Revolução de 24 de Agosto de 1820 foi esse acordar da consciencia de um povo, comprehendendo que o seu poder consistia na unidade moral; e na Proclamação que a justificou, affirmou-se esse principio: «Uma só vontade nos una. Caminhemos á salvação da Patria. Não ha males que Portugal não soffra. Não ha soffrimento que nos Portuguezes não esteja apurado.» A importancia d'este facto capital resalta da simultaneidade com a Revolução hespanhola, que irrompeu em Cadiz, com a de Napoles, e com a da Grecia moderna. O Occidente latino procurava assim quebrar os liâmes da reacção da Santa Alliança, formada pelas potencias do norte, para afogarem as aspirações democraticas e manterem-se no regimen absolutista. A Revolução portugueza de 24 de Agosto de 1820, suscitada pelas mais affrontosas e depressivas causas internas, obedecia a este alto ideal europeu, que a orientava em um sentido fecundo. Para um espirito juvenil, como o de Garrett, foi uma luz, que lhe revelou a nacionalidade portugueza; até esse dia, a sua alma sentia convencionalmente a poesia como um passatempo das Arcadias, como uma ha-

bil imitação de modelos mortos, tomados da Grecia, de Roma, ou da França cesarista. D'essa hora em diante possuiu-se de um ideal, para o sentimento, para o pensamento e acção; Garrett o confessa: «o enthusiasmo da *Revolução de Vinte*, que me apanhou em flagrante, rodeado de Encyclopedistas, de Rousseaus, de Voltaires...»¹ Essa libertação intellectual, que lhe davam os philosophos negativistas do seculo XVIII, e que se expandia em tragedias rhetoricas, agora tinha por objectivo uma *nacionalidade que renascia*. Garrett achou um destino para todas as suas capacidades, o digno mobil da existencia individual; na sua auto-biographia, fallando da Revolução de 1820, exprime-se com nitidez: «Desde esse momento o poeta entrou na questão politica. Fiel á causa da liberdade, tem-na seguido em todas as suas fortunas, escrevendo para ella no gabinete, orando na tribuna, padecendo nos carceres, gemendo em voluntario exilio, pelejando, mas cantando-a sempre em verso.»² Na Ode *A Liberdade*, consagrando o dia 24 de Agosto, através das fórmulas phillintistas, lança o verso immortal:

A patria é patria já, nós sômos homens!

O poeta considerava-se o Alceo da Revolução, e a sua primeira obra impressa, foi o *Hymno patriótico*, na typographia da Viuva Alvares Ribeiro, em 1820. Quando elle publicava em 1821 o opusculo politico sobre

¹ Prologo da 2.^a ed. da *Dona Branca*.

² No *Universo pittoresco*, t. III, p. 300.

O Dia 24 de Agosto justificando a Revolução, tomava essa data como o inicio de uma éra nova: ANNO I. N'essa prosa ainda contrafeita, elle tem rasgos que denunciam o gigante: «Já temos uma patria, que nos havia roubado o Despotismo; a timidez, a covardia, a ignorancia que o tinha creado, que se prostrava com vil idolatria ante a obra de suas mãos, acabou.— Qual era d'entre nós, que se não podesse chamar opprimido? Qual ha d'entre nós, que se não possa chamar libertado?» Rapidamente esboça o quadro das causas que suscitaram esse movimento: «Pintar os males que soffriamos, o cativeiro em que jaziamos, o desprezo, a insolencia com que a *perfida* Côrte do Rio de Janeiro — nos calcava, nos opprimia, nos sangrava, nos roubava, e nos preparava para a nossa morte politica? Dizer o atrevimento, a barbaridade com que os mais vís, os mais ambiciosos homens forçavam o nosso soberano a faltar á fé jurada... Expressar ao vivo, fazer patente aos olhos de todos, os meios indirectos com que arruinavam o nosso commercio, destruiam as nossas fabricas e avexavam a nossa agricultura? Enumerar as barbaridades, as ignorancias, a inutilidade, insufficiencia de um governo de bachás, que sem fazer um só bem, tantos males causou á desgraçada patria? Revolver a lousa do opprobrio e da infamia, que encerra as respeitaveis e venerandas cinzas de Gomes Freire, dos outros martyres da Patria e da liberdade? Fazer vêr que a mudança do governo (ou antes a restauração do antigo) estava em taes circumstancias a arbitrio da nação? Revolver argumentos, apontar auctoridades de Rous-

seau, de Mably, de Volney, de Condorcet? De tudo me valerei...»

Suscitado pelo quadro historico da decadencia a que fôra arrastado Portugal, as doutrinas politicas dão-lhe como orientação definitiva da sua intelligencia a noção da *Soberania nacional*: «as leis são obra da nação: o governo e os magistrados, os executores d'ellas em nome da nação. E em consequencia, a magestade, isto é, o poder e direito de fazer as leis, de regular os direitos dos cidadãos, de executar aquellas, de obrigar estes a conformar-lhes as suas acções; e todos quantos direitos d'elles dimanam e pôdem provir, quaesquer que sejam os nomes que se lhes dê, qualquer que seja a maneira, as circumstancias porque se façam — tudo aquillo que nas escholas se chama direitos magestáticos,— pertencem á nação, fórmam o seu patrimonio inalienavel, impreterivel, irrenunciavel. Pretender despojal-a de tam rasgados fóros é commetter um crime de lesa-nação, é inverter a ordem social, é ser despota, é ser tyranno.» Este principio da *Soberania nacional* norteou-lhe a existencia, sobretudo n'essa outra Revolução de Setembro de 1836, em que o Cartismo o falseára criminosamente. E' esta segunda data que fixa a época da sua verdadeira acção social e artistica.

Não era só na organização superior do poeta que vibrava essa emoção de uma nacionalidade que revivia; na alma popular havia uma intuição d'essa força moral que se affirmava. Em uma carta da condessa de Palmella ao marido, em janeiro de 1821, aponta-se um facto anecdotico, que é um Symbolo d'esse

estado de consciencia: «Ouvi uma cousa que não deixa de ter graça; lá andava um rapasito de pé descalso pelos corredôres da casa das Côrtes, e um homem disse-lhe que se retirasse, e perguntou-lhe o que elle ia lá fazer. Respondeu-lhe o rapaz:— O mesmo que vossemê, porque eu *tambem sou nação...*»¹

Foi a consciencia plena d'este sentimento que acordou o genio de Garrett, fazendo-o entrevêr a sua missão.

Mandadas abrir as aulas da Universidade em meados de Outubro de 1820, Garrett saíu do Porto, ainda mal convalescente, para Coimbra, indo morar para a rua das Covas, n.º 24, tendo no curso do quinto anno juridico o n.º 112. Varias Sociedades secretas se organisaram entre os estudantes, no temor da reacção politica que se tramava contra o regimen constitucional; Garrett pertencia então á *Sociedade dos Jardineiros*, e tomou parte em todos os movimentos academicos, e no celebrado Outeiro da Sala dos Capellos.

A) O Outeiro poetico da Sala dos Capellos

A Revolução de 24 de Agosto de 1820 encontrou logo a corrente reaccionaria representada pelo elemento aristocratico e clerical; o conde de Amarante publica em 26 de Agosto um Manifesto contra a Revolução, e em 29 d'esse mesmo mez os Governadores do Reino condemnam o movimento dirigido pela Junta

¹ Ap. *Vida do Duque de Palmella*, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, t. 1, p. 390.

provisional do Governo supremo do Reino, e em 1 de Setembro, planêam uma convocação dos tres estados, para illudirem a manifestação da Soberania nacional. Mas todo este perigo de uma imminente anarchia desapareceu desde que o movimento revolucionario repercutiu em Lisboa em 15 de Setembro. Durou apenas seis dias o obice terrivel, a Junta revolucionaria de Lisboa não reconheceu o titulo de *suprema* á do Porto; o perigo commum fez que se fusionassem, fixando-se o governo na capital.

Passado este lance temeroso, surgia um outro, no plano de traição de Antonio da Silveira Pinto da Fonseca e Gaspar Teixeira de Magalhães, que pela força militar queriam empolgar a situação, restabelecendo o absolutismo. Em 13 de Novembro alguns membros da Junta do Governo deram a sua demissão diante do acto militar de 11; era a dissolução, o escalavro, e podia considerar-se tudo perdido. N'esta crise tenebrosa que durou até ao dia 17 de Novembro, a opinião publica fluctuava na incerteza, e no jornal o *Astro da Lusitania*, n.º 8, de 15 de Setembro, appareceu dignamente condemnado o militarismo, definindo a norma da opinião publica. Isso determinou a demonstração popular que pediu a reintegração de Fernandes Thomaz e dos outros tres membros demissionarios do governo. Os dois militares foram demittidos, vindo pouco depois a figurar sangrentamente na restauração do absolutismo. A crise do regimen constitucional aterrou os espiritos em Coimbra; a sua solução liberal deu causa a estrondosas festas, em que se destacaram os

Outeiros poeticos da Sala dos Capellos em 21 e 22 de Novembro de 1820. Ahí se apresentaram a recitar Sonetos, a glosar Motes, a declamar Cantatas, Odes e invocações á liberdade e á patria todos os estudantes que então cultivavam a poesia nas fórmulas da extincta Nova Arcadia, e do *elmanismo* dominante, e do *philintismo*, preferido como modelo por alguns puristas. Figuraram n'este certame poetico Augusto Frederico de Castilho, estudante do quarto anno de Canones, seu irmão e condiscipulo Antonio Feliciano, José Frederico Pereira Marrecos, do segundo anno juridico, Pedro Joaquim de Menezes, quartannista de Canones, José Maria Grande, do terreiro anno medico, José Maria de Andrade, do segundo anno medico, o bacharel Fernando José Lopes de Andrade, o Padre Emygdio, do quinto anno de Canones, e em ultimo logar em uma allocução *Ao Corpo academico*, João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett.

N'estes versos, o poeta falla da sua doença, motivo porque foi o ultimo a comparecer no Outeiro :

Ergo tardia voz, mas ergo-a livre
 Ante vós, ante os céos, ante o universo,
 Se os céos, se o mundo minha voz ouvirem.

Inda a braços co'a esqualida doença,
 Mal posso o braço alçar debil e frouxo,
 Subir aos cumes da extremada gloria...

O Vice-Reitor José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira, ferrenho absolutista, não podendo contrariar essa manifestação dos estudantes na Sala dos Actos grandes, insinuou-lhes que

introduzissem nos seus versos elogios a D. João VI, que estava no remanso do Rio de Janeiro; Garrett, na sua Ode, repelliu a odiosa insinuação:

João! . . . Quanto este nome é grato aos Lusos,
 João! . . . Deslembra alguém tão sacro nome?
 E cumpre á prepotencia a nós lembral-o?
 E cumpre ao orgulho suscital-o aos peitos?
 A offensa é crúa,
 Barbara a affronta, perfido o conselho,
 Indigna. . . Ah! perdoemos, socios caros;
 Generoso perdão se entregue á infamia.

(Collec., p. 58.)

Garrett, ao reunir em 1829 na *Lyrica de João Minimo* os versos do seu periodo arcádico, não incluiu esta ode por tel-a achado «turgida, bombastica, e sem nenhum merito poetico.» Era um documento valioso, e como tal a encorporou na segunda edição da *Lyrica* em 1853, com variantes fundamentaes, que são uma completa reelaboração. O texto em que cita o nome de D. João foi cortado na edição definitiva, e conservando o bello verso com que finalisa:

«Vivamos livres, ou morramos homens.»¹

Era uma reminiscencia das Tragedias philosophicas. Não faltou quem attribuisse ao enthusiasmo dos estudantes intuitos revolu-

¹ *Collecção de Poesias recitadas na Salla dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra* nas noites do dia 21 e 22 de Novembro em publica demonstração de regosijo pelo feliz resultado do dia 17—1820—Coimbra. Na real Imprensa da Universidade, 1821. In 8.º grande de 59 pp.

cionarios. Garrett distinguia-se pelo seu republicanismo; exercia um alto ascendente entre o corpo academico, dirigindo-o nas suas manifestações collectivas. Levantou-se uma questão sobre os direitos politicos do corpo academico, pretendendo excluil-o de votar nas Juntas parochiaes. Quatro bachareis se apresentaram na sessão da Camara de Coimbra a reclamar contra esse attentado. Como alli se certificassem da exclusão, vieram participal-a ao corpo academico, que fez uma prompta manifestação, indo logo quatorze estudantes ao Senado em deputação lavrar um solemne protesto. Em casa de Garrett, na rua das Covas, n.º 24, é que se ajuntavam, jurando defender até á morte as suas garantias, e alli redigiram uma representação que foi dirigida á Junta Provisional do Supremo Governo em 4 de Dezembro de 1820, e assignada unicamente por Garrett. ¹

Foram abertas as Côrtes geraes da nação, que desde o ascenso do Duque de Bragança ao throno não mais se convocaram. A nação revivescia, mas os diplomatas bragantinos conspiraram todos pelas côrtes europêas contra esta manifestação da soberania de um povo, e em Portugal a corrente de reacção fez-se sentir logo, desde as traições militaristas até aos pasquins insultuosos. Em uma carta da condessa de Palmella, de 26 de Janeiro de 1821, dirigida a seu marido, aponta o facto:

¹ *Genio Constitucional*, n.ºs 60 e 68. Esses documentos foram transcriptos por Amorim, *Mem.* I, 188 etc.

«Hoje abriram-se as Côrtes, vae tudo azul por Lisboa; muita tropa por toda a parte. Nas salas do Governo, quando as Côrtes estavam para ser convocadas no dia de Reis, appareceu este pasquim dizendo :

Constituição dia de Reis,
Constituição de cem mil reis,
E Constituição sem Leis,
Não vale cem reis » ¹

A catoniana figura do renascimento nacional vintista, Manoel Fernandes Thomaz, que era uma garantia da justiça e da ordem das instituições livres, apparecia motejada em trocadilhos metricos, como este:

Thomaz Manoel Fernandes,
Manoel Fernandes Thomaz,
Tanto anda para diante,
Como anda para traz.

Em Coimbra vibrava o enthusiasmo na alma dos estudantes, e em 2 e 3 de fevereiro houve uma estrondosa festa, em que a academia em pezo, percorrendo as ruas da cidade ao som de uma fanfarra, fez um peditorio destinado a soccorrer os prezos, pagando-lhes a carceragem e despezas dos processos por que ainda estavam retidos, e dando-lhes um bôdo. Garrett improvisou algumas Odes durante os festejos, que por elle fôram descriptos no jornal o *Patriota*. ²

¹ Ap. *Vida do Duque de Palmella*, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, t. I, pag. 389.

² N.º 109 (10 de Fevereiro de 1801.) Ap. Amorim, *Mem.*, I, 207.

Garrett, ainda doente da terrivel queda, e abalado pelas emoções intensas da revolução nacional devia sentir-se cansado; foi por certo esse o motivo porque, provado o curso de 1821 em fins de Abril, elle requereu addiamento do acto de formatura para outubro, fundamentando na necessidade de aproveitar a partida de um navio para a ilha Terceira, aonde residia a sua familia, da qual estava ausente desde 1816. Obtido o despacho favoravel seguiu para Lisboa, assistindo então ás sessões do parlamento soberano, em que a dignidade civil se alliava á consciencia moral. Como a partida do navio para a Terceira se demorasse, Garrett imprime em Lisboa o seu opusculo politico *O Dia 24 de Agosto*, na typographia Rollandiana, datando-o de ANNO I, e dedicando-o *Ao Congresso nacional*. N'essa offerta esboça a synthese da vida nova, em que se sente viver «um coração portuguez. Este offereço, e d'este disponham — assim como da penna, do braço, da lingua, do sangue e da vida de um cidadão, que se julgará feliz, se a dér á Patria, que o educou, que o sustenta.» E cumpriu-o integralmente.

O opusculo de Garrett poz de sobreaviso os partidarios do absolutismo, para o envolverem nas projectadas perseguições; os liberaes attrahiram-no para os seus clubs, encarregando-o da propaganda dos principios politicos da soberania nacional em Angra, aonde o ferrenho governador Francisco de Borja Garção Stockler mantinha o decahido regimen absolutista. O navio que partia para a Terceira levantou ferro e largou; mas embora fôsse a viagem em Abril, só chegou ao seu

destino ao fim de trinta dias, já sem mantimentos. Garrett escreveu uma Ode *Longa viagem de mar*, á qual poz a data: *No mar, em Abril, 1821*, e em que relata esses soffrimentos:

No insondavel abysmo d'essas aguas
Não viera eu mesquinho

Soffrer balanços, amargar enjôos,
Sêdes curtir ardentes,
Rapar caninas fômes;

Vêr só intermeiar consigo e a morte
Fragil taboinha, que o bater das ondas
Póde n'um só instante
Fazer em mil pedaços!

Ai de mim! *Trinta vezes* no horisonte
O pae das luzes despontou radiôso...
Nada mais amostrou que o quadro immenso
De soledade infinda — os céos e os mares.

(*Lyrical*, p. 188.)

A uma outra poesia *O Mar*, allude á sua penosa viagem:

Oh! dos amigos, do meu bem não quero
Que me apagues suavissima lembrança;
Dize-me só que tornarei a vel-os,
Que dos *p'rigos que em torno me circumdam*
Heide inda a salvo descansar com elles,
E já sem medo recontar fadigas
De procellas, de calmas acintosas,
Duras rajadas, furacões tremendos,
E quantos ora me rodeam males
Que, olhos fitos em ti, vou supportando.

(*Flôres sem fructo*, p. 22.)

O poeta levava um fundo despeito na alma: o seu segundo amor, que tivera no Porto, casára-se. N'esta poesia, enviando saudades aos amigos que deixára, accentúa:

Mas, oh! do patrio meu Douro sombrio
 Ai, não, não vades demandar as praias. . .
 Amargosa e cruel me venha a sorte
 Recordal-o sem dôr. . . Férreas angustias
 Lá misero soffri. . . lá, n'este peito
 Verteu perversa mão.
 A ingrata. . . Ah! nunca mais me lembre o Douro.

 Esqueçâmos memorias que afadigam. . .

(Ib., p. 24.)

Era o ultimo lampejo de amor ingenuo;
 na sua Ode *Consolações a um namorado*,
 com a data: Coimbra, Fevereiro, 1821,— descreve um estado de espirito, em que pela desillusão foi levado a, em vez de uma, amar todas as mulheres. Foi esse o seu destino; toda a sua vida, e toda a sua obra de artista são illuminadas por essa luz de feminilidade, que dá o tom vivo do seu colorido:

Tambem de uns olhos já pendeu meu fado,
 Tambem já n'um sorriso
 Se estreitou de meus soffregos desejos
 O circulo acanhado.
 N'um desdem, n'um suspiro ou morte ou vida
 Me deram seus delirios;
 Alvejou-me a esperança entre dois labios;
 Tambem entre dois labios
 Me negrejou terrivel desespêro
 C'roado de ciumes.

 Não me envergonho; derramaram lagrimas
 Meus olhos enturvados; . . .
 Sim, fui; mas já não sou. Correu, desfez-se
 Mago véo da illusão:
 Ai, encantos d'amor, e os philtros d'elle,
 Vi seu imperio, e ri-me.
 Vi de mil bellas adornar-se o mundo,
 Qual vêjo pelo prado
 Matizar-se o verdor com lindas flôres
 Para enlêvo dos olhos.

Votei-lhe desde então

Quantos me deu sentidos
A mão do creador, ás bellas todas.

(*Lyrical de João Minimo*, p. 174.)

Depois que o poeta chegou a Angra, já em princípios de Maio, foi visitar a sepultura do Bispo seu tio D. Frei Alexandre, no convento de Santo Antonio dos Capuchos, a cuja regra pertencera. Tem a data de — Angra, — Junho, 1821 — a Elegia, que começa :

Lousa de morte! as lagrimas não pôdem
Amolgar-te a dureza.

.....
Ah! que os meus olhos ainda se me arrasam,
Ainda agradecidas

Em fio e fio as lagrimas deslizam!

Tu, varão estremado,

Tu não morreste ainda no meu peito: ...

Apesar de viver entre seus tios conegos, e do espirito conservador da familia, Garrett começou os seus trabalhos para se proclamar a Constituição em Angra; o governador militar Stockler tinha sido avisado secretamente da missão de Garrett, e apenas reprehendera o joven bacharel. Logo que em 13 de Maio chegou a Angra a fragata «Perola» com ordem para ser proclamada a Constituição, Stockler demorou o cumprimento, realisando-se na cidade esse facto em 15 de Maio, e nomeando-se logo um governo provisorio. Garrett tomou a figura de Garção Stockler para heroe de um poema heroe-comico intitulado *O X, ou a Incognita*, na qual figura com o anagramma de Garcklesto. A' parte as suas ideias reaccionarias, Garção Stockler era um

distincto mathematico, e auctor do *Ensaio historico sobre a origem e progressos das Mathematicas em Portugal*, impresso em Paris em 1819. O poemeto de Garrett chegou até ao segundo canto incompleto, e era planejado para quatro; talvez a perseguição¹ ou reintegração de Stockler em 1823 fez com que o poemeto não fosse continuado para engrassar a fileira da *Benteida*, da *Santarenaida* e do *Reino da Estupidez*, que elle por sua letra transcrevera e anotára. Nos ocios da ilha Terceira, occupou-se na traducção das Odes de Catullo, a cujo manuscripto poz a nota autobiographica: « Emprehendi esta versão no meu ultimo anno de Coimbra, 1820 a

¹ Amorim, *Mem.* I, 215, cita um officio do ministerio da justiça para o da guerra exigindo a prisão de Stockler. A este proposito transcrevemos aqui o Soneto que lhe fez sua filha D. Maria Margarida de Moura Stockler:

De pungente saudade combatida,
Do bom Pae na desgraça contemplando,
Suas raras virtudes admirando,
Julgo o meu maior bem dever-lhe a vida.

Santa Verdade! vae compadecida
As trévas da calunnia dissipando!
Dos homens a rasão allumiando,
Faze vêr a innocencia conhecida.

Ah, faze ao mundo inteiro ser patente
Do varão sabio e justo a larga historia,
Que honrosa lhe será eternamente.

Sim, oh vindouros, se o amor da gloria
Arder em vossas almas vivamente,
Procurae imitar sua memoria.

1821, e de Dezembro a Janeiro d'esse anno, ahi traduzi alguns d'esses poemetos; o que tambem fiz pelo mar, na minha viagem á ilha Terceira na primavera do mesmo anno, e na curta residencia que lá fiz.» (*Catalogo*, p. XXVI.) O poeta, no prologo das *Fabulas* descreve o estado de espirito que o fôrça a regressar ao continente, «repousando no lar paterno das primeiras lidas publicas, ahi canta em suaves endechas os mais puros affectos da familia, a saudade dos que já não vivem, o carinho dos que ainda o abraçam. Mas, a patria, essa patria que hade renegal-o e proscreevel-o d'ahi a pouco, a liberdade, que hade fugir bem depressa, vêm tiral-o de seu momentaneo descanso. Os cinco annos da vida de Coimbra passaram, o socego da casa materna a que regressou cansa-o. Elle sâe outra vez da sua ilha tranquillã para as tempestades da capital.» (p. XVI.) A partida de Angra fixa-se pela data da poesia *Anniversario da Revolução de 24 d'Agosto*, a que poz no fecho: «*No mar — Agosto, 24, 1821.*» Em uma estrophe apon-ta esse anno decisivo na sua existencia:

Oh paginas da Historia,
De par em par abri-vos,
Que a mão lá vae gravar da eternidade
Em caracteres rútilos de fogo
O dia augusto e grande
Que a Lysia trouxe liberdade e gloria.
.....

Oh Patria, oh Patria minha,
Que dia de ventura!
Que sincero, que puro regosijo
Em praças, em theatros não rebenta,
Em sinceros prazeres,
Festas condignas de um liberto povo!

E eu, misero e mesquinho,
De magoas retalhado,
Só vejo a vasta solidão dos mares,
Só a nudez dos céos no azul monotono . . .

(Lyrica, p. 208.)

Ainda com a data : « *No mar*, — Agosto, 26, 1821 » é a Ode *Ao Rei, jurando a Constituição*. Dom João VI tinha jurado as bases da Constituição em 4 de julho, e a noticia fôra recebida em Angra, estimulando mais o poeta para vir tratar do acto da formatura. Nas traições e emboscadas contra a liberdade politica que se preparavam, Garrett é um dos primeiros visados; elle formulára o principio da *Soberania nacional*, e era forçoso amordaçal-o; assim se fez pouco tempo depois da sua chegada a Lisboa em fins de Agosto.

O espirito democratico de Garrett suscitou-lhe uma hostilidade entre os auctoritarios de Coimbra, que não perderam a primeira occasião para o perseguirem politicamente. O seu poema didactico *O Retrato de Venus*, que elaborara no Porto em férias de 1818, e que publicou em Coimbra em 1821, serviu de pretexto para a vergonhosa querella que lhe foi promovida por abuso de liberdade de imprensa. Garrett fizera acto de formatura em direito em 19 de Novembro de 1821; na sua autobiographia alludindo ao facto da perseguição por causa do *Retrato de Venus*, escreve: «já então concluíra a sua formatura, e se achava em Lisboa, para aqui avocou a causa que defendeu pessoalmente perante o tribunal.» Bastava esta circumstancia, para que o poemeto didactico não ficasse mais esquecido. O poeta ao imprimil-o em Coimbra, na Imprensa da

Universidade, tinha-lhe posto a data democratica ANNO I, ou de 1821, o primeiro da liberdade nacional. Desde que começou a reacção politica contra ordem nova, Garrett foi o primeiro visado; em Coimbra fôra elle um revolucionario do Club dos *Jardineiros*, ahi publicára o *Retrato de Venus*, de lá devia partir o golpe, do olympto cathedratico que elle tanto ridicularisára. ¹

José Agostinho de Macedo, despeitado por não ter sido eleito ás côrtes constituintes, tra-

¹ Transcrevemos aqui a primeira peça que serviu de base ao processo:

EDITAL

O Doutor Antonio José da Silva Peixoto, Cavalleiro professo da Ordem de Christo, do Desembargo de S. M. Fidelissima, Corregedor n'esta cidade de Coimbra, e na mesma Juiz de Direito do Conselho dos Jurados etc.

Faço saber aos que o presente meu edital virem, ouvirem ou d'elle noticia tiverem, em como perante mim foi dada Denuncia de abuso de Liberdade de Imprensa, feito pelo Livro intitulado: *Retrato de Venus*, que tem por Auctor *J. B. da Silva Leitão d'Almeida Garrett*, e que foi impresso na Imprensa da Universidade desta Cidade em o anno de 1821, em cuja Denuncia, depois do voto affirmativo do Conselho dos Juizes de Facto, proferi a Sentença do teor seguinte:

Procede a Denuncia; deve ter logar a accusação; o Escrivão proceda a sequestro em todos os exemplares do Livro denunciado, que forem achados em poder do seu Auctor, Impressor, Editor, Vendedor e Distribuidor; e notifique tres testemunhas, que tenham razão de saber, para se averiguar e ratificar a pessoa do Réo. Coimbra, 22 de Fevereiro de 1822. O mesmo Escrivão faça publicar esta por Editaes impressos.

Antonio José da Silva Peixoto.

balhava pela reacção politica, e não faltou quem lhe enviasse o Soneto de Garrett contra a sua tragedia *Branca de Rossis*. O padre

E para vir á noticia de todos, fiz passar o presente, com outros mais do seu teor, para serem publicados e affixados nos logares publicos, e de costume, d'esta Cidade, de que se passará Certidão. O que se cumprirá, etc. Dado em Coimbra aos 22 de Fevereiro de 1822. E eu Antonio de Padua e Oliveira o subscrevi.

Antonio José da Silva Peixoto.

Na Imprensa da Universidade. *

Os quesitos appresentados ao jury, foram :

«1.º O impresso denunciado contém o abuso de liberdade de imprensa, declarado no artigo 10.º, da lei de 12 de Julho de 1821 ?

«O accusado é criminoso d'esse delicto ?

«O juiz de Direito *Luiz Manoel de Moura Cabral.*»

Declarações do Conselho :

«O conselho dos juizes de facto consultando a intima convicção de suas consciencias, julga que o impresso denunciado não contém o abuso de imprensa, de que é arguido, nem o accusado é criminoso.

«Casa do conselho, 4 de Outubro de 1822. Antonio Joaquim de Lemos Monteiro, presidente.— Manoel Antonio Vellez Caldeira Castello Branco — Marçal José Ribeiro — Antonio José Maria Campello — Antonio José Rodrigues de Almeida — Bernardo Ribeiro de Carvalho Braga — José Ignacio de Andrade — Joaquim Gregorio de Alpoim — José Antonio da Fonseca — Matheus Valente do Couto — Christovam Avellino Dias — Manoel Gonçalves Ferreira.»

Sentença :

«Em virtude da declaração do conselho dos juizes de facto, absolvo o réo da accusação, e mando que se

* Da *Collecção de Legislação* de Trigoso. Na Academia das Sciencias, vol. 38, fl. 210.

jurou vingança e atacou enfim Garrett, contrapondo-lhe Castilho, como se vê pela censura ás *Cartas de Ecco e Narciso*, e em uma das redações do poema *Os Burros*.¹ Um in-

passé mandado de levantamento de sequestro feito nos exemplares.

Lisboa, 4 de Outubro de 1892. *Luiz Manoel de Moura Cabral*.

Está conforme os originaes. Lisboa, 15 de Outubro de 1822. O escrivão do processo, *Caetano Machado de Mattos*.»

¹ «O *Retrato de Venus*, é o mais impudico e impio poema, que tem sahido da imprensa; foi dado á luz em 1821 em Coimbra, e é composição de um malvado chamado João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, sempre revolucionario, e hoje socio com os mais na Terceira.» (Nota 1461 ao poema dos *Burros*, por F. de Paula Ferreira da Costa.) Refere-se a nota á seguinte passagem da ultima reforma do poema de José Agostinho em 1827 :

Estas lições são dadas no Mondego,
E o primeiro curriculo de um anno
Forma egrejos Doutores em *Gazeta*,
E na aldeia natal passando as férias
Com seus discursos regeneram tudo.
De taes lições na fonte exuberante
Se bebe a excelsa prosa, excelsos versos,
Que trazem calça conhecida ao mundo
Com um leteiro que diz: — Isto é Mondego.
De mãos dadas blasfemia e parvoice
Em taes obras se vê; basta o *Retrato*
Tirado ao natural da casta *Venus*.
Grande colonia, oh Mãe, do nosso Imperio
E' por certo o Mondego! Inda assim mesmo
Ha contrarios aqui, e ha dissidentes.
O *Castilho* alli jaz, *mancebo e cego*,
Que pôde só com canto harmonioso
E com luz filosofica espancar-nos
Esta sombra infernal que nos envolve.

(Canto III, p. 179 a 199.)

separavel de Macedo, o Lopes, tambem atacava o poeta na *Gazeta de Lisboa*, na tenebrosa reacção de 1823, que triumphára; ¹ Garrett, deu-se ao trabalho de defender-se, em um escripto de oito columnas no *Portuguez constitucional regenerado*, em 13 de feverei-

¹ Na *Gazeta de Lisboa*, de 26 de junho de 1823, no auge da reacção absolutista escrevia-se a respeito dos maçons como liberaes:

«A proposito: a irmandade a que pertencia a loja de Coimbra acima mencionada, denominava-se dos *Jardineiros*: figurou n'ella muito J. B. da S. A. G., vulgo o *bacorinho*, (o auctor do *Retrato de Venus*), que no ministerio passado, de Silva Carvalho e Companhia, foi feito official da secretaria de estado dos negocios do reino, e que me dizem d'ahi desapareceu; assim como figurou tambem outro sujeito empregado no ensino publico da capital.»

Ap. Martins de Carvalho, *Apontamentos para a Historia contemporanea*, p. 58. — A alcunha affectuosa de *bacorinho*, synonymo de Leitão, dada a Garrett pelos seus companheiros de Coimbra, ainda a ouvimos na familia do seu amigo Dr. Antonio Fortunato Martins da Cruz.

Com a assignatura de *Um Catholico Romano* foram enviadas de Coimbra duas cartas para a *Gazeta universal*, n.º 18 e n.º 24, contra o *Retrato de Venus*, reclamando a condemnação aos jurados, e dizendo que o poeta é deista, confundindo a Roma dos papas com a do paganismo, e invoca a fêrula do *Forno do Tijolo*, (morada do P.º José Agostinho). No n.º 29 da *Gazeta* appareceu terceira carta, increpando os estudantes por admirarem o poema; nos n.ºs 34 e 36 entram no ataque outros contendores reaccionarios, que lamentam a diffusão do livro. No n.º 40 um quarto censor ataca aquelles que imaginaram ser de José Agostinho a diatribre em que se alludia ao *Forno do Tijolo* «que por si mesmo põe a assar estes sabios de meia tigella. . .» No n.º 50, reconheceu-lhe «que tem mais que ordinario talento. . .»

ro de 1822, em que relata o motivo da publicação do poemeto: (*Supplemento* ao n.º 35:)

«Chegou o grande dia 24 de Agosto, tão amargurado para tanta gente, tão festejado por mim, e por todos os homens de bem. Todos os corações bem formados sentiram uma revolução de ventura, e *todos os espiritos são um desenvolvimento de faculdades*. Entre as muitas esperanças que todos os bons portuguezes tivemos, entra a de vêmos restabelecida nossa litteratura, enxotados do templo das artes e sciencias os zangãos do seu mel, affugentadas as trévas de nossa ignorancia, e accesa a luz da verdadeira sabedoria e gosto. Bem conhecia eu a pequenez e acanhamento do meu opusculo; mas o desejo de dar um impulso, por pequeno que fosse, á litteratura patria, me resolveu tiral-o d'entre o pó, em que jazia passado mais de tres annos. Quando não tivesse outras provas, com que abonar a verdade d'esta confissão, e de nenhum desejo de gloria, ou cubiça que me excitou, sobeja-me dizer um facto constante, e que pode ser verificado. Este foi a absoluta e *pura* doação, que do manuscripto fiz ao senhor J. Orcel, com a simples obrigação de me dar alguns exemplares para os meus amigos.

«Começou a imprimir-se a obra no prélo da Universidade pelos fins de Novembro passado, (1821) quando negocios mais importantes me levaram a Coimbra. ¹ Deixei a impres-

¹ Refere-se ao acto de formatura em 19 de Novembro de 1821. *Livro dos Exames, actos e grãos da Faculdade de Leis do Curso de 1821 a 1822*, fl. 194.

são incompleta, e voltei a Lisboa, onde mais interessantes objectos me chamavam, sem me lembrar mais tal cousa, nem imaginar suas consequencias.

«Saiu finalmente á luz, e começou o meu estado de auctor (tão desejado de tantos, que o não sabem ser, e tão pouco conhecido de todos) a acarretar-me o que necessariamente acontece em taes circumstancias. Calumnias, odios, criticas (não digo invejas, por que bem pouco fôra quem de tão pouca cousa as tivera) tudo caiu sobre mim. Porque? — Não sei. Para que? — Mais bem o conheço, e claramente o digo... Para destruir todo o germen de letras, aniquilar toda a ideia de instrucção, extinguir todo o lume de estudo. Conheceram-me moço, viram-me algum talento, descobriram-me vislumbres de applicação, e assentaram de obstar a que me eu desenvolvesse, e fizesse um dia alguma cousa util.» Tambem na sua auto-biographia, classifica nitidamente a natureza do seu delicto: «Alguns versos mais livres, e algumas phrases tocadas de *philosophismo*, que n'esse tempo era tão moda...»

Depois do edital do Corregedor de Coimbra, mandando sequestrar os exemplares do poema, o Promotor Fiscal Philippe Arnaud de Medeiros formulou o libello de accusação de abuso de liberdade de imprensa. Transcrevemos alguns Provarás, para se vêr o estado mental da epoca e a réplica fulminante de Garrett na sua defeza:

«P. e é o primeiro abuso escrever-se a fl. 15:

Tu do Universo Creador principio,
Venus! Oh Mãe d'Amor, oh Mãe de tudo,
Que Amor é tudo, que só tu com elle
Ambos creastes e regeis o Mundo,
Que a Natureza sois, ou ella é vossa.

«P. — que por este modo de escrever se nega a existencia do Ente Supremo, constituindo-se em lugar d'Elle, e como Creador do Mundo, e como director da sua formação e marcha regular; um principio a que chama Natureza; a esta natureza constituída na tendencia á propagação e reproducção: fabulando assim este principio debaixo do nome de Venus e do Cupido.

«P. — que supposto nas obras poeticas se adoptem os nomes dos Deuses da Gentilidade, ou da Fabula, com que os poetas substituiram as ideias verdadeiras, é necessario que quando o Reu tratasse do Ente que creou e rege o mundo lhe apropriasse poeticamente o nome d'Aquelle Deus, que segundo a Fabula se caracteriza como Creador e como Superior a todos os outros, como Senhor dos Raios e dos Castigos; e não chamasse a Venus e a Cupido para Creadores do Mundo; sendo estes já creados e sujeitos áquelle primeiro Superior a todos; o que dá toda a ideia de materialismo; onde um principio Creador buscado em a materia mesma; pois que essa mesma inclinação á propagação, e reproducção que assim mesmo não tem lugar em tudo, que forma o Universo, já foi creada, e já procedeu de outro poder Superior. E' por tanto contra a Religião attribuir a Creação do Mundo, e o regime da sua harmonia a um Ente, que não seja superior a tudo que é creado.

«P. — que o segundo abuso apparece em a Nota a fl. 26 v., onde se diz = que o Philosopho se deve contentar em reconhecer a existencia de um Ente Supremo; e parar onde se lhe acabam forças nem prosegue em investigações, onde se lhe apaga a Luz da fraca razão... e por isso os theologos desbocadamente nos pintam, o que nos querem fazer crêr em um Deus vingativo, e irado, e capaz emfim de todos os crimes e vicios que elles em sua Alma alimentam, e nos querem vender por virtudes.=

«P. — e eis aqui em primeiro logar negada a Crença de tudo; que é de Fé e excede a razão. E em segundo logar confundida a Justiça com a Vingança; chamando desbocados os theologos, que fallam da Justiça divina. Por uma tal doutrina são impias e vingativas todas as Leis criminaes, podendo tambem perdoar.»

O promotor fiscal não articulando outros factos transcriptos no processo pede a applicação do art.º 10, da lei da liberdade de Imprensa.

Avocado o processo a Lisboa, onde Garrett se achava domiciliado, compareceu diante do jury em 4 de Outubro de 1822, sendo essa a primeira vez em que sobre tal ordem de delictos se exercia essa magistratura. Garrett, comparecendo diante dos juizes de facto, felicita-se por essa nova garantia: «deixae que aproveite esta occasião de saudar *pela primeira vez*, sim, pela primeira vez a justiça té aqui fugidia, que vem pela primeira vez sentar seu throno no meio de juizes portuguezes.» E entrando no assumpto, responde ao primeiro articulado: «Eu não conheço na

natureza se não duas forças, a da attracção e a da repulsão. Por ellas se equilibram os corpos, por ellas gravitam. — Esta attracção, este principio de vida que anima o Universo, esta força de reproducção constante, que une e vivifica a grande cadêa dos sêres e leva de ente a ente o impulso da existencia por uma série sem interrupção, este principio eterno e invariavel, eis aqui o que eu quiz explicar nos meus versos. Personifiquei-o em Venus, — amor, poeticamente, chamou Darwin á attracção das plantas; assim o pediu a poesia, assim o disse; não me parece dever arrependêr-me. E que pretenderia o meu accusador? que expendesse friamente em um poema todo o systema das attracções de Newton? — Eu expuz a natureza, e o principio agente de seus phenomenos, dei-lhe um nome poetico, eis aqui todo o meu crime. Sou atheo porque chamei Venus á natureza, sou atheo porque fui poeta... Eu sou, senhores, eu sou na bocca de tão estúpido accusador, materialista e deista ao mesmo tempo: o que vem a dizer que nego e reconheço a Deus; desminto e affirmo a criação; creio e não creio na força activa da materia; alfim, sou e não sou o mesmo homem a um mesmo tempo. Quem se hade dizer que tal se disse em Portugal? Quem hade acreditar que tal se escrevesse entre nós? E mais que tudo, que tal se appresentasse em um tribunal de jurados e de jurados especialmente eleitos para causas litterarias, e de jurados eleitos e convocados em Coimbra?...»¹

¹ *Autographos* de Garrett. Ap. *Mem.*, 1, 265 a 270.

Na sua auto-biographia, declarou Garrett que se defendera *pessoalmente perante o tribunal*; e entre os seus papeis guardava-se um fragmento da Oração de defeza perante o conselho de Jurados, em 4 de Outubro de 1822. Refere uma circumstancia, que não deve esquecer-se, a calorosa felicitação que recebeu em pleno tribunal do insigne homem de sciencia José Correia da Serra: «apenas havia acabado de fallar, rompe o veneravel ancião toda a solemnidade do acto, desce da bancada, e vem aos abraços ao que ainda era réo, e a quem alli em pleno tribunal beijou e abençoou como esperanças da honra e gloria da tribuna portugueza.»¹ Tem-se entendido mal esta passagem, considerando Correia da Serra como membro do jury; mas o facto de não se vêr o seu nome na resposta aos quesitos, não inibe a sua presença no tribunal para observar um acto de tanto alcance. O abraço de Correia da Serra foi uma apotheose, que suscitou a replica da Pastoral do Patriarcha de Lisboa comminando a excommunhão maior ás pessoas que lêrem o *Retrato de Venus*, enfeichado com o *Cidadão lusitano* do abbade de Medrões.² Os politicos tambem não perdoavam a Garrett a nota ao verso: — «Já de acurvados reis não brilha o fausto...» José Agostinho de Macedo, que assentára o seu arraial litterario na composição de Poemas didacticos, mais se enfureceu contra o poeta por esta competencia arcadista.

¹ *Universo pittoresco*, vol. III, p. 300.

² Pastoral de 28 de Janeiro de 1824.

Um dos caracteristicos mais pronunciados das épocas de decadencia litteraria é o genero didactico, em que a falta de sentimento procura acobertar-se com o fim scientifico; na litteratura latina multiplicaram-se os poemas didacticos ao passo que o sentimento do bello se obliterava sob a degradação cesarista; no seculo XVIII, na phase da corrupção politica e do convencionalismo sentimentalista, repete-se o mesmo phenomeno, empregando a poesia nas regras banaes da moral e da technologia das artes. Era a unica poesia que não encommodava os *otia tuta* da auctoridade, que os funcionarios podiam lêr e até escrever sem perigo de decaírem da graça real; como Delille, Esménard, ou Erasmo Darwin, e José Agostinho de Macedo, tambem *Jonio Duriense*, seguindo essa tendencia, compoz uma glorificação da Pintura, em 1818, o seu primeiro esboço de poemeto didactico *O Retrato de Venus*. Escreve Garrett, recuando a data da sua composição dois annos: «tanto o poema, como as notas e Ensaio são da minha infancia poetica; são compostos na idade de *dezesete annos*. Isto não é impostura; sobejas pessoas ha ahi, que m'o viram começar e acabar então. E' certo que desde esse tempo até agora, em que conto *vinte e dois annos*, (1821) por tres vezes o tenho corrigido, e até submettido á censura de pessoas doutas e de conhecida philologia, como foi o ex.^{mo} sr. San Luiz, que me honrou a mim e a este opusculo com suas correções.» ¹

¹ *Retrato de Venus*, p. 164. (Ed. 1867.)

A esta referencia, acode a *Gazeta* pondo em duvida que Frei Francisco de S. Luiz revisse o poemeto; ao que Garrett replicou no *Portuguez*: «No anno lectivo de 1819 para 1820, disse um amigo meu ao sr. San Luiz, que eu havia composto aquella obrinha, e como elle mostrasse algum desejo de a vêr, fiado eu na bondade com que me tratava, e amisade que se dignava fazer-me, levei-lh'a. Viu-a elle, e corrigiu-me muitas cousas, reprovou bastantes, e enganou-se muito louvando algumas. Eu aproveitei-me de uns seus reparos, emendei o que pude e soube; e com muito respeito conservo as suas annotações, que se se comparam com o poema e Ensaio impressos, bem se verá quanto as preseí e me cingi a ellas.» Desde que Garrett confessava a sua culpa de *philosophismo*, e os censores anonymos de Coimbra lhe chamavam deísta, Frei Francisco de San Luiz, para se não comprometter, repelliu com desdem o poemeto, e fez com que na *Gazeta* accusassem o poeta de lhe não ter offerecido um exemplar do *Retrato de Venus*; na *Lista dos Artistas portuguezes* não inclue o Ensaio de Garrett, e mais adiante, condemna a *D. Branca*, escrevendo em cartas particulares de 1839 contra o máo gosto do *Romantismo*. Esta hostilidade do bondoso frade e futuro Patriarcha de Lisboa, era-lhe imposta por necessidades de garantir a sua orthodoxia. Em um manuscripto de Garrett, justifica-se o poeta de não ter offerecido um exemplar do *Retrato de Venus* a Frei Francisco de S. Luiz, porque se achava então na Junta suprema do Governo, e termina: «Além d'isso, por natural meu, e por estudo tambem,

afasto-me sempre dos grandes, não os encomodo, se não forçado, e não os procuro sem violencia.» (*Mem.*, I, 245.)

A *Gazeta universal* não cessou os seus ataques contra o *Retrato de Venus* mesmo depois da absolvição do poeta, e quando no *Diário do Governo* se escreveu que a accusação do poema fôra injusta; assim irrompeu a maledvolencia politica no n.º 59, e no n.º 61 era verberado Garrett por ter glorificado a revolução de 1820 no Outeiro da Sala dos Capellos.

A primeira redacção constava apenas de tres cantos, tendo uma dedicatoria em versos elmanistas *Aos Pintores portuguezes*. A segunda redacção, era já mais augmentada, mas para a edição do ANNO I serviu um texto emendado pelo poeta, que se guardava na Imprensa da Universidade. ¹ Lido o innocente poemeto, custa a crêr como a intolerancia politica se servia de escrupulos religiosos da mais refalsada hypocrisia para descobrir intuitos revolucionarios em uma citação de Voltaire, ou da *Nova Heloisa* e nas apaixonadas imitações do poema de Lucrecio, que os Encyclopedistas rehabilitaram. O *Retrato de Venus* procura repassar-se do espirito poetico do poe-

¹ Escreve Martins de Carvalho: «Ainda ha poucos annos, havia na referida imprensa da Universidade uma verdadeira preciosidade, que d'alli foi extraviada. Era o manuscripto do *Retrato de Venus*, da propria letra de Garrett, com as correccões por elle feitas, pelo qual foi esse poema composto na mencionada imprensa.» *Conimbricense*, n.º 5:168. (27 de Abril de 1897.)

ma *De natura rerum*, mas não é aos dezoito annos que se chega á comprehensão moral do estado de scepticismo a que as revoluções de Roma e as luctas entre Mario e Scylla arrastaram Lucrecio. Elle, sem a idealisação philosophica, imita o poema na exterioridade pittoresca da fabula:

Ficções!... e aureas ficções desdenha o sabio?
 A douta, a mestra Antiguidade o diga.
 Não, Fabula gentil, volve a meus versos,
 Orna-me a lyra c'os festões de rosas,
 Que ás margens colhes da Castalia pura.
 Flores que outr'ora de Epicuro ao vate
 C'o austero assumpto lhe entranchaste amenas,
 Essas no canto me desparze agora.

(Cant. I.)

O poemeto descreve vagamente, com as desconnexas ideias do ensino official, a decadencia de Roma, o renascimento das Artes, a tomada de Constantinopla, e a enumeração dos pintores italianos caracterisados com o seu conveniente epitheto. A intenção erudita do poeta define-se melhor no *Ensaio sobre a Historia da Pintura*, glosado de Lanzi e outros; e tratando da pintura portugueza, foi assim julgado pelo Conde de Raczynski: «L'auteur consacre ensuite quinze pages à l'examen de cette matière, et cite bon nombre de peintres des plus connus...» (*Dicc.*, p. 108.) A esta cultura dos poemas didacticos pertencem os seus esboços do *Roubo das Sabinas*, e da *Alfonsiada*, que lhe desnorteavam o talento tanto ou mais do que as tragedias rhetoricas.

B) A Tragedia Catão

Quando Garrett chegou a Lisboa em fins de Agosto, era já esperado pelos companheiros que em Coimbra com elle collaboraram na representação das Tragedias revolucionarias.¹ Tratava-se agora de aproveitar essa corrente de liberdade, diante da prepotencia da nobreza e do poder fanatisador das ordens monasticas, e de captar o exercito que não distinguia a nação da realeza. N'esta situação, os altos caracteres e as mais heroicas vontades de homens como Manoel Fernandes Thomaz, como José Ferreira Borges, coronel Sepulveda e Manoel Borges Carneiro, deviam ser annullados pelo ludibrio da facção retrograda, pela decepção e pela morte. E' certo que Garrett ao chegar a Lisboa, foi logo procurado a

¹ No seu *Diario da viagem a Inglaterra*, recorda-se Garrett do regresso da Terceira em 1821: «Oh, quam differente ha dois annos desembarquei eu nas areias do Tejo, e cruzei sua dourada corrente n'um d'aquelles bateis que vogam em continuo giro por suas aguas, e lhe dão visos de uma cidade phantastica... Com que prazer avistei aquella columna imperfeita que se ergue do meio da agua ao pé d'esse caes a que deu o nome! Lá me esperavam saudosos amigos, e mil abraços me apertavam de alegria, e um contentamento e uma satisfação...» N'este mesmo *Diario*, ao sair de Lisboa enumera esses amigos: «Oh, meu *Larcher*! Oh meu *Jervis*. Oh *Campos*! José Maria! Vós todos entre quem se repartia a minha sincera amisade, companheiros da minha mocidade, socios de meus primeiros annos... Juntos entrámos no mundo, unidos gosámos dos primeiros gostos da vida; e agora quando começavamos a firmar os passos no caminho da existencia... agora é forçoso separar-nos, etc.»

bordo pelos amigos que haviam terminado a vida academica; Paulo Midosi, o primeiro a propôr-lhe uma recita de curiosos no Theatro do Bairro Alto, offereceu a casa em que morava, no largo do Pelourinho, para os ensaios, servindo tambem de ensaiador e de ponto. Garrett prestou-se a fornecer a composição dramatica, e entre dez e vinte dias deu por completa a tragedia *Catão*. Este facto foi um dos mais fundamentaes da sua vida, porque determinou o casamento, que veiu a tornar-se-lhe uma calamidade. Ao publicar esta tragedia, (ed. 1822) escreveu Garrett no prologo: «Outras tinha eu de mais antiga data; mas sobre carecerem de grande emenda, e lh'a não poder eu fazer agora, accresce mais a analogia d'esta com as presentes ideias, e o meu conceito (talvez errado) da sua melhoria. Tanto a tragedia, como a farça são obra, *uma de dez dias*, outra de dois dias. Não são desculpas de prevenção, nem estúdamos meios de captar benevolencia. A sociedade de curiosos que a levaram á scena, e que tantos applausos lhe grangearam do mais escolhido publico de Portugal, receberam pouco e pouco as porções da peça que se ia fazendo para os ensaios; e todos os mancebos d'esta sociedade sabem quantas vezes se cumpna na vespera o que no outro dia se tinha de ensaiar.» (p. VI.) Como o poeta o confessa, *Catão* era um assumpto em harmonia com o estado do espirito publico,¹ que estava es-

¹ Raynouard, o revelador da Litteratura provençal, sendo accusado de *moderantismo*, foi arrancado

boçado dos ultimos tempos de Coimbra, e facil lhe era completal-o e aperfeiçoal-o. Foi posta em scena em 29 de Setembro de 1821, sendo o papel de Catão representado por Joaquim Larcher, o de Marco Bruto por Garrett, a parte de Manlio coube a Carlos Morato Roma, a de Porcio foi feita por Netto, a de Sempronio por Mathias Carneiro Leão, e a de Decio por José Frederico Pereira Marecos. ¹ O Theatro do Bairro Alto fôra construido no largo de San Roque, no lugar occupado hoje pela companhia de carruagens lisbonenses; convém não confundil-o com o antigo Theatro do Bairro Alto, aonde se representaram as celebres comedias do *Judeu*, o desgraçado Antonio José da Silva. A sala continha duas ordens de camarotes, com uma varanda corrida sobre a segunda; construido sob a direcção do pintor Joaquim da Costa, que segundo Volckmar Machado, em 1803 fôra scenographo do Theatro de Salitre, sendo-o por 1812 do Theatro da rua dos Condes. (*Mem.*, p. 227.) Era proprietario d'este Theatro do Bairro Alto Dyonisio José Monteiro de Men-

á sua familia e arrojado aos carceres de l'Abbaye, em Paris; ahí escreveu como protesto contra a demagogia uma Tragedia *Catão*, de que se imprimiram poucos exemplares. (1794.) Garrett não conheceria por certo esta peça; mas o heroe era sempre lembrado n'estas luctas da liberdade opprimida.

¹ Amorim, (*Mem.* I, 224) diz que Garrett lhe indicára os nomes de José Maria Grande, Jervis de Athouguia e Luiz Francisco Midosi, no desempenho dos papeis de Manlio, Porcio e Sempronio; comtudo inclina-se para a noticia dada nos folhetins *Os ensaios do Catão*, do Dr. Paulo Midosi.

donça, escrivão do crime do referido bairro; inaugurado pelos fins de 1815, teve de permanecer um anno fechado pelo lucto official por D. Maria I. O inesperado revés perturbou para sempre a empresa; quando se tornou a abrir, inaugurou-se com a comedia o *Principe perfeito*, sendo uma das glorias da companhia o sapateiro João dos Santos Matta, primeiro galan, e o carpinteiro Vicente Romano, que construiu o theatrinho, era ahi tambem actor. Quando esta companhia retirou para o Theatro de Salitre, a actividade do Theatro do Bairro Alto foi diminuta, revivendo por 1820 com o regresso dos seus actores, sendo empresario Evaristo José Pereira. Durou esta vida ephemera da paschoa até aos acontecimentos de 15 de Setembro de 1820, em que o empresario resolveu tornar para o Salitre. Alli funcionou apenas uma companhia hespanhola, ficando depois d'isto indefinidamente fechado.

A representação da tragedia *Catão* em 29 de Setembro de 1821 trouxe ao abandonado theatro as principaes familias de Lisboa; escreve o Dr. Paulo Midosi, nos folhetins citados: «Convencionou-se entre as senhoras que a *toilette* seria modesta, e que todas se apresentariam de chapéos. As poucas pessoas da minha familia, que vivem, (1878) conservam grata memoria d'esta récita, e que foi tão bem aceita que a 2 de Outubro de 1821, representou-se mas acompanhado o *Catão* de uma farça *O corcunda por amor*, em que collaborou meu pae (Paulo Midosi) porém onde a parte principal coube a Garrett.» Aqui escapou ao Dr. Midosi um leve equivoco; a farça

O corcunda por amor, impressa com a tragedia em 1822, traz no frontispicio: «Farça representada pela primeira vez em Lisboa, no Theatro do Bairro Alto em 29 de Setembro, ANNO I.» O Dr. Paulo Midosi descreve a instantanea psychose do amor de Garrett na recita de 2 de Outubro por D. Luiza Candida Midosi, que em breve foi a esposa do poeta: «Vivia n'esta epoca um negociante por nome José Midosi, que tinha uma formosissima filha de treze annos por nome Luiza Midosi.

«Os cabellos eram fios de ouro, os olhos de um azul limpido como céu sem nuvens; nas faces casava-se a açucena maravilhosamente com a dhalia vermelha desmaiada. Era uma belleza; devia-o ser, porque quando a conheci em Londres — deslumbrava a todos que a viam, e eclipsava as formosuras inanimadas da soberba Albion. — Não havia rosa de primavera mais mimosa; e da rosa tinha tão bem recortada na face uma pétala, que mais engraçado lhe tornava aquelle rosto de uma regularidade irreprehensivel. E' ainda hoje tradição, que este *naevus maternus* proveiu de sua mãe, virtuosissima senhora, por que trazia no seio folhas de rosa, quando estava proximo o nascimento de tão linda creança.» O Dr. Paulo Midosi obteve de D. Luiza o relato do que se passou n'essa noite de encanto:

«Falle pois ella aqui por mim ácerca do que se passou na *segunda* representação do *Catão*, e que veiu mudar o seu destino... Traduzo um periodo da sua ultima carta, por que a minha correspondencia com Luiza tem sido sempre em francez por esta lingua agora lhe ser mais familiar: = O tempo quasi apa-

gou da memoria esta recordação que vae quasi a sumir-se, porque eu contava apenas treze annos e meio. Fui á *segunda representação* com meus queridos paes convidados por teu tio Luiz Midosi, que nos offereceu um camarote de segunda ordem, visto que elle tinha intimas relações com os noveis actores. Parece-me ainda ouvil-o: — Verás o joven auctor do *Catão*; sobretudo nota o fogo com que elle recita o Prologo na parte em que se dirige ao bello sexo. Olha decerto para o teu camarote, porque lhe indiquei onde estará a minha galante priminha Luizinha Midosi. E no fim da tragedia heide appresentar-t'o. = Assim foi, quando Garrett cheio de fogo soltou estes versos:

E tu, sexo gentil, delicias, mimo,
 Afago da existencia e encanto d'ella,
 Oh, perdõa, se a Patria te não deixa
 O primeiro logar em nossas scenas.

«Garrett fitou os olhos no camarote de Luiza, todas as cabeças se voltaram para alli; as faces da pobre criança tomaram o colorido de uma roman em plena florescencia. Estava dado o primeiro passo para um enlace, que tão breve e talvez intempestivamente se seguiu.» Treze mezes depois d'esta ovação, casava Garrett em 11 de Novembro de 1822, tendo Luiza pouco mais de quinze annos. Ao gosto do tempo, esses quatro versos do prologo do *Catão* foram mandados gravar em uma caixa de rapé de ouro, com o retrato de Luiza como se achava vestida n'essa noite decisiva. Antes do seu casamento D. Luiza projectou um pic-nic monstro em Cintra formado

de vinte pessoas, á maneira da Funcção de burrinhos do Tolentino, partindo da casa das sr.^{as} Fricks de Campolide; para essa festa passada na quinta da Cabeça em 8 de abril de 1822, escreveu Garrett o *In-promptu de Cintra*, alli representado por Luiz Francisco Midosi, que fazia de ingenua, e pelo sogro José Midosi, que fazia de gracioso. Ao manuscrito do *In-promptu* poz a nota: «Conservo isto, não pelo que vale, mas pela memoria d'estes saudosos dias que, na companhia de amigos, passei no delicioso sitio de Cintra.» Logo a 26 de Maio representou-se tambem em Cintra o seu drama em dois actos *Os namorados extravagantes*, obedecendo á fatalidade do temperamento em que se reconhecia — um rapaz amador do bello sexo — entusiasta e calido. (*Lyrica*, p. 39.) Em 12 de Agosto d'este anno de 1822 foi Garrett despachado official da secretaria do ministerio do reino, alcançando os recursos para realisar o casamento. Na auto-biographia escreveu: «formado em Leis, em 1822, e não podendo seguir, como desejava, a carreira da magistratura judicaria, por não ter a idade (25 annos) que a lei das Côrtes exigia, entrou para a Secretaria de estado, emquanto não era empregado na diplomacia... official da Secretaria de estado dos negocios do reino, e chefe da repartição de Instrucção publica, que pela primeira vez teve em Portugal um centro de direcção e inspecção especial.» ¹ Garrett achava-se com animo para a vida, e em 27 de No-

¹ *Universo pittoresco*, III, 301.

vembro dirigiu a seguinte proposta ao ministro do reino, encarregando-se da parte referente a Portugal, que se pedira para a nova edição da *Art de verifier les dates*:

«Os editores e additores d'aquella obra rogaram a S. Mag.^{de} lhês fornecesse por via de pessoa de letras esclarecimentos exactos sobre a historia dos factos portuguezes e genealogia da Casa de Bragança desde 1750. El-Rei commetteu isto aos Governadores do Reino então, e estes á Academia de Lisboa. Tudo isto ha cinco para seis annos, sem effeito ou solução alguma. Ainda que tenho bastante consciencia do meu pouco, julgo-me commtudo sufficiente (talvez me enganem os meus desejos ardentes) para desempenhar esta commissão litteraria. Posso pelo menos comprometter-me na brevidade, e se V. Ex.^a se dignasse commetter-m'a, nenhuma honra maior poderei eu nunca receber de S. Mag.^{de} Desculpe-me V. Ex.^a d'este atrevimento, bem sei quanto é desmesurado, e peço d'elle a desculpa, que julgo merecer meu talvez excessivo zelo. Repartição 4.^a em 27 de Novembro de 1822. — *Garrett.*» ¹

¹ Nas *Flores garrettianas*, p. 31; transcripta do *Diario de Noticias*, n.º 11.909, comunicação do Dr. Sousa Viterbo. Aqui ajuntamos o documento a que alludia Garrett:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. — Tendo chegado á augusta presença d'El-Rey N. Sr. mediante o Marquez Estribeiro-mór, seu Embaixador na Côte de Pariz, huma Carta dirigida ao mesmo sr. e escripta pelo Cavalheiro de Saint-Allais, como Director dos trabalhos apprehendidos por uma Sociedade de Litteratura franceza para a

O fallecimento inesperado do grande cidadão Manoel Fernandes Thomaz, e o desencaqueamento da reacção absolutista embarçaram o desempenho d'este serviço a que o poeta intentava votar-se. O effeito da tragedia *Catão* ia tambem repercutir-se na sua vida. Em uma nota se lê: «*Não foi publica esta representação, a que sómente assistiram amigos e familias conhecidas.*» O estado da scena portugueza era o da mais triste indigencia; o *Catão* foi recebido com o enthusiasmo em que se exprimiam os sentimentos de liberdade que levantaram a generosa pleiada de 1820. Em muitas cidades representou-se a

continuação da interessante Obra — *Arte de verificar as Datas*, — dada á luz pelo celebre Benedictino D. Clemente, da Congregação de S. Mauro, e suspendida desde o anno de 1760, significando o dito Cavalheiro Director os desejos de que lhe seja remettido d'este Reino uma fiel analyse historica dos factos e acontecimentos mais notaveis da Monarchia portugueza e da Genealogia da augusta Real Familia reinante, desde aquella epoca até o anno de 1818: Annuindo S. Magestade a uma tão util requisição, é servido mandar remetter á Academia real das Sciencias a inclusa copia da referida Carta, para que á vista de seu conteudo, a mesma Academia incumba a execução da interessante Obra, que respeita ao Reino Unido, a um ou mais de seus sócios, que pelos seus conhecimentos e applicações mais proprios forem para o seu desempenho; devendo logo que esteja ultimada a mesma Obra suba á real Presença, para ser enviada ao seu destino. O que participo a V. Ex.^a para fazer presente na Academia, á qual S. Magestade ha este objecto por muito recommendado. D.^s g.^{de} a V. Ex.^a Palacio do Governo em 26 de Janeiro de 1819. — D. Miguel Pereira Forjaz.

— Sr. Marquez de Borba. *

* (Da Collecção de Trigos, vol. 37. Academia.)

nova tragedia republicana, por curiosos; conta Garrett no prefacio:

«Outra sociedade de egual natureza lhe fez a mesma honra no anno seguinte (1822) com permissão do auctor. Entregue por certo modo, pela impressão, ao publico, foi primeiro representada em publico theatro em Santarem no anno de 1826. Tambem exilada na geral prescripção de 1828, veiu a apparecer em Plymouth, onde, se houvermos de crêr os jornaes inglezes d'aquelle tempo, tambem desempenhada foi por varios officiaes e outros distinctos emigrados portuguezes...»¹ Os companheiros que deixára em Coimbra interessaram-se com os seus novos triumphos da scena; um d'elles escreveu a Garrett perguntando: que tal era o seu *Catão*? se o tinha imitado de Addisson? e que juizo formára da celebre tragedia ingleza? Na resposta, o poeta revela o despeito que tinha dos doutores de Coimbra,² que pendiam mais para o absolutismo: «Posso responder ás tuas perguntas remettendo-te sobre Addisson a R. Cumberland e aos outros mais que sobre este

¹ Prefacio da 2.^a ed. No *Ramalhete*, vol. III, p. 56, noticia-se a representação do *Catão* em um theatro particular da rua da Arrabida, sendo protagonista Bernardo Justino Soares.

² Nas informações votadas pelo Conselho da Faculdade de Leis, em *procedimento e costumes* foi reprovado por cinco votos; em *merecimento litterario*, julgado sufficiente por tres votos; e em *prudencia, probidade e desinteresse*, reprovado por quatro votos. (*Registo das Inform.*, Liv. 3.^o fl. 170, v. *Mem.*, I, 232.) Foi talvez por estas informações que não seguiu a carreira judiciaria, como o pae tanto desejava.

assumpto escreveram; e sobre a minha peça a esses *senhores sabichões do Mondego, que tudo entendem, tudo sabem, de tudo mofam e nada fazem.*» (Catão., 1.^a ed., p. 90.) Temos para nós que o amigo a quem Garrett dirigia esta carta era o hostilizado José Manoel da Veiga, que em 1822 frequentava o quarto anno de Canones; porque no anno anterior publicára este estudante a sua tragedia *Medêa*, attribuindo-a ao enthusiasmo, de que tambem falla Garrett; no prefacio da *Medêa*, escreve assim o canonista Veiga: «Por um enthusiasmo resultante da representação de algumas peças escolhidas, que em Coimbra levaram á scena alguns collegas meus, abalancei-me a fazer entre os tumultos da vida academica (que para mim nunca foram pequenos) e com precipitação esta peça, que foi representada e mais applaudida do que merecia.» Garrett publicando o *Catão* em 1822 condemnava ao olvido todos os tragicos seus contemporaneos da Universidade: «Em Portugal, se passarmos os antigos, não sei contar senão João Baptista Gomes; pois dos outros todos creio que affoitamente se poderá dizer que não valem o trabalho de contal-os.» Já a este tempo conhecia Garrett o *Theatro dos Gregos* do jesuita Brumoy com as correções de Rochefort, La Porte du Theil, Prevost e Brotier; conhecia Schlegel e o seu *Curso de Litteratura dramatica* na traducção franceza de 1814; lia as obras de Ma.^{mc} de Staël e de Chateaubriand. Isto lhe infundia uma nova seiva, revelando-lhe que a poesia tragica era outra emoção, desconhecida em Portugal. A ideia do *Catão* foi-lhe suscitada

pelas fundadas censuras de Schlegel ao *Catão* de Addison; e o estado moral dos espiritos e o movimento da revolução de 1820 impelliam-no para um novo gosto. Attenuava as criticas de Schlegel, por que estava acostumado a respeitar aquella tragedia ingleza como uma obra prima. A sua versificação, carregada de adjectivos e de epithetos em vez de ideias, é ainda a marca do arcadismo, do qual só poderá libertar-se, quando ao saír d'este acanhado meio portuguez, revivesça no seu espirito a naturalidade das primeiras impressões infantis e a comprehensão do genio nacional. No *Catão* os personagens entram e saem, recitam longas tiradas de endecasyllabos, declamando sobre a patria e liberdade; não appresenta situações que mereçam o nome de dramaticas. Conhecia a tradução portugueza do *Catão* de Addison feita em 1776 pelo arcade Manoel de Figueiredo, e trabalha sobre uma versão franceza obtida a muito custo «pela summa raridade dos bons livros entre nós, e infinita escassez principalmente de todos os que não são francezes.» Só muito tarde é que logrou lêr o texto inglez, que pouco lucrou no máo conceito que lhe deixaram as duas traduções. Garrett chegou por si á ideia de Goëthe, da possibilidade da alliança do classico com o romantico; viu a questão pelo aspecto dos generos e divisões de escola; chama-lhe genero *mixto*, e pelos escriptores com que o caracteriza bem mostra que o pensamento superior de Goëthe, que prégava o universalismo na Arte, não fôra por elle ainda comprehendido. Filía n'esse genero *mixto* Corneille, Ducis e Schiller, dando-lhe

por fundador Voltaire. Que heterogeneas alianças: «Mas, o que me não lembro de lêr é que este genero *romantico*, combinando-se com o *classico*, dando-se e recebendo mutuos soccorros, formassem um genero novo, cujos caracteres são bem salientes, e cuja belleza incontestavel. Segundo a minha opinião, são classificaveis n'elle Corneille, e Ducis em quasi todas as suas obras, Schiller em muitas, e os modernos auctores hespanhoes creio que em todas.» (*Catão.*, 1822, p. v.) Na carta ao amigo de Coimbra denomina-o genero mixto: «O *mixto*, que principalmente se deve a Voltaire e a Ducis, participa das bellezas de um e de outro, e sem cahir nos defeitos do *romantico*, aformoseia visivelmente o *classico*. *Zaira*, *Tancredo*, *Alzira*, *Othelo* e o *Rei Lear* de Ducis, provarão melhor que todas as theorias esta verdade.» (Ib., p. 80.) Garrett não sabia que Ducis fizera ás tragedias de Shakespeare, o que certas administrações fizeram ás Cathedraes da Edade media pintando-as de óca e vermelhão. A' excepção da *Merope* e do *Catão*, abandonou todas as outras tragedias d'este periodo arcadista, que máo grado as palavras portuguezas, eram calcadas nos moldes francezes.

Quando passados annos Garrett publicou a sua auto-biographia, explicou melhor este pensamento intuitivo da mocidade: «desde os seus primeiros annos e ensaios o joven poeta mostrava a tendencia para reunir o profundo *espiritualismo do pensamento com a expressão das fórmulas plasticas*; união que o famoso Goëthe (a quem o author seguramente não conhecia então) proclamava como a per-

feição da poesia, e que hoje é o cunho mais especial e brilhante das composições do author...» A consciencia d'esta intuição é que o elevará á idealisação genial.

No primeiro volume do seu *Theatro*, publicado em 1822, vem a farça *O corcunda por amor*; expungiu-a nas edições subseqüentes, por que estava a par das farças de cordel de Ricardo José Fortuna ou Manoel Rodrigues Maia. No primeiro prologo do *Catão*, lê-se: «Na publicação da farça só me embaraçava uma cousa; e era o consentimento do meu amigo Paulo Midosi, que tanto ou mais que eu, havia trabalhado n'ella. Tendo porém convido em correremos aventuras de auctor, ambos saímos a publico, tanto mais animados, quanto em caso de desfortuna nos podemos mutuamente imputar o máo exito da empresa.» (p. VII.) A acção é simples e esteril: o advogado Lapafuncio é um grande absolutista, ao que na expressão da giria partidista se chamou *corcunda*, inimigo do regimen da Constituição. Por causa da filha do advogado, Carlota, o estudante Eleutherio, que professa ideias liberaes, finge-se tambem sectario do absolutismo para ser admittido no escriptorio de Lapafuncio; é ajudado n'este plano pelo seu amigo Augusto, que faz de creado para facilitar as aproximações da menina. Em um bello dia os namorados fogem, casam, e Lapafuncio conhece que foi logrado. Os equívocos, as palavras estropiadas, principalmente a satira politica contra as reacções absolutistas que vieram a irromper em 1829, sustentaram esta composição, feita em dois dias, serodio enxerto da farça do *Doutor Sovina*.

N'este anno de 1822 publicou um pequeno jornal *O Toucador*, em que apparece um espirito amaneirado e feminil, que pretende passar por ingenuidade. E' ainda a influencia franceza, que se reflectiu no seu primeiro lyrismo. Ah perfumado e empoado Demoustier! até aqui a este recanto beato e triste se estendeu o teu mundo de *sensiblerie* equivocada, dos finos requebros e intercortados suspiros; vieste-nos substituir os Amorinhos lubricos do pincel de Watteau e de Boucher com as tuas allegorias mythologicas. A boa sociedade portugueza, em que a mulher cumpriu á risca o nosso velho anexim: *Chorar, parir e fiar*, respirou satisfeita lendo as *Cartas a Emilia sobre a Mythologia*. Garrett nas *Lições de Poesia a uma joven senhora*, que era sem duvida sua joven esposa D. Luiza Candida Midosi, «procura fazer amavel o estudo das letras e introduzir entre nós o tão engraçado quanto proveitoso methodo de *Demoustier*, para ensinar divertindo.» E encarece a tradução portugueza de José Ferreira Borges: «A proposito do amante de Emilia, tu já lêste a elegante traducção de suas lindas *Cartas*, com que brindou a nossa lingua o sr. F. B.? Não te parece que lhe ficam tão bem os trajos portuguezes áquella sucia de deuses e deusas, que estavam arlequinados á parisienese? Eu por mim gosto mais d'elles assim: acho mais pilheria no padre Apollo dando ás gambias atraz de Daphne e gritando com derretida lamuria: — Cruel, eu t'ó peço. — Mas, ella parou, e foi correndo, inda mal! para se fazer n'uma arvore. E' tão bonita esta fabula em portuguez; causou-me dobrado prazer do que

no original, que, apesar de bello, tem todavia certa affectação em que forçosamente cae a lingua franceza apenas a desviam do seu trilho natural e chão. Sempre é lingua de trapos; viva a nossa portugueza, que é outra casta de idioma!» ¹ D'este Demoustier escrevia Léo Joubert: «Para um homem de senso e de gosto, o haver folheado as *Cartas a Emilia* é um desagradavel accidente, que se não deve repetir. Não se arrosta duas vezes com o tedio d'estas tolices pretenciosas.» ² Ainda em 1839, ao appresentar o plano das suas Obras completas, incluiu Garrett o «*Lyceu das Damas* (inedito) no estylo e pela fórma das *Cartas a Emilia*, de Demoustier, com o fim de aperfeiçoar a educação litteraria do bello sexo.» (*Prospecto.*) Por uma reacção do seu fino gosto, Garrett expunhiu do plano estas *Lições de Poesia a uma joven senhora*, que faziam parte do *Lyceu das Damas*, das quaes publicou apenas quatro no jornal *O Chronista*, em 1827. ³ Transcrevemos aqui um trecho da quarta lição sobre *A poesia antiga até Homero*:

«Os gregos foram provavelmente os povos europeus que primeiro cultivaram as bellas artes. Se a risonha e engenhosa Mythologia dos antigos a houveram elles do Egypto ou da India, ou de ambas as partes; se Homero

¹ *O Chronista*, vol. I, p. 155.

² *Essais de critique et d'histoire*, p. 101.

³ No vol. I, p. 109; 152; 177; e no vol. II, p. 175. No *Catalogo dos Autographos*, no romance *Helena*, vem o elenco de 27 lições, com ausencia de uma noção synthetica, e sobretudo do espirito da historia litteraria.

foi tão sómente um traductor, um collecter de trovas, n'isso não me metto eu; o que sei, e o que me importa, é que as obras que nos chegaram com o seu nome, as que nos vieram com esse outro Hesiodo, são as mais completas e antigas que na Europa se conhecem:

«E que me importa a mim que o grego Homero
 Não seja o auctor da *Illiada* divina,
 Se eu gosto, quando a leio, e lê-la quero
 Apocrypha ou genuina?
 Podem essas questões dos Antiquarios
 Fazer menos famosa
 Andrómacha saudosa,
 Quando, ás portas de Troya assediada
 C'o filhinho nos braços,
 Vem dar — talvez os ultimos abraços
 Ao seu querido Heitor?
 Poesia tão sensível, delicada,
 Toda meiguice e amor,
 Toda arrobada, languida ternura,
 Perde acaso de sua formosura,
 Se os criticos em duvidas entrarem,
 E altas questões travarem
 Sobre o nome do auctor?»

«Simples, natural é essa poesia grega; grave e sublime a tempo, e a tempo engraçada e mimosa, sempre elegante. Modelo é e será de toda a poesia classica. Toda ella é sentida; tudo n'ella lisongêa suavemente; não tem as nossas metaphysicas; tudo o que pinta vêem-no os olhos, palpa-o o tacto; mas quanto mais delicada e difficil é essa maneira de pintar.»
 No mesmo estylo passa a fallar de Hesiodo, de Amphion, Lino e Orptheo, sob o influxo da frivolidade de Demoustier. Luctando contra a subserviencia da mythologia, em uma nota á Ode saphica sobre o *Amor maternal*, descreve Garrett o seu esforço de emancipação: «Di-

zia-me um certo conhecido dos meus tempos de estudante: — Homem, os teus versos não sei que lhes falta: não te digo que são máos; mas, tão pouca riqueza de fabula! Nem Jupiter, nem Venus, nem Apollo: não sei como podes fazer versos sem mythologia. Se tu és poeta, que fazes duzias de Odes sem invocar uma só vez as Musas! — Eu não sou poeta (respondi ao meu amigavel Aristarco) no sentido commum. A confessar a verdade, nem me lembra assim de cór de quatro nomes feitos de deuses da fabula. Pinto *d'après nature* o que posso nas minhas regrinhas curtas e compridas, mas nunca entendi ser poeta no rigor e certa valia da palavra. Quando comecei a babujar a tal fonte de Aganipe, (d'este nome ainda me recorde eu) tinha a mesma mania que tu tens; mas depois certos Allemaes e Inglezes que li, fizeram-me perder a devoção aos santos de Hesiodo. Não reprovoo o uso da fabula; mas, a tempo e horas. O muito recheio da mythologia dá ás composições modernas um ár de affectação e *desnacionalidade* pedantescamente ridiculo. Quero fazer versos portuguezes, em portuguez e portuguezmente. Além de que (como cem vezes te tenho dito) para mim só e para os meus amigos os faço. Elles e eu temos pouco que haver com Martes e Saturnos, e muito com a natureza e o coração, unicas e verdadeiras fontes da poesia e de todas as bellas-artes. Da poesia (perdôa-me) cá da minha poesia: não fallo da outra que é moda ahi, de que não entendo nem quero entender, porque me cheira sufficientemente a *Phenix Renascida* e ao Conde da Ericeira. O meu critico sorriu-se

e eu fiz o mesmo.» ¹ A acção do meio social obrigava-o a este lyrismo esgotado das Arcadias; no seu regresso a Lisboa em Agosto de 1821, veiu Garrett encontrar ainda a moda dos *Outeiros poeticos*, como o do convento de Odivellas, que descreve no prologo da *Lyrical de João Minimo*: «No verão de 182? succedeu uma tarde de junho, que me encontrei no conhecido café do M. com uma sucia de rapazes, leaes filhos de Apollo; e, como é natural, a nossa animada conversação entrou logo pelos dstrictos poeticos. Veiu-se a fallar em *Outeiros*, alegre e engenhoso passamento de nossos paes quasi perdido hoje na barafunda das malditas politicas, desprezado e mal avaliado por uma mocidade estragada e libertina que tem o descôco de preferir as cartas da *Nova Heloisa* e do excommungado St. Preux ás Eclogas do Pastor *Albano* e da pastora *Damiana*, — que ousam antepôr os descompostos versos de Francisco Manoel e suas Odes hyeroglyphicas aos retumbantes, altisonantes e nunca assás louvados sonetos da escola *el-manista*... Vamos a Odivellas, ao *Outeiro* de San João... ha mais de dez annos que se não fez... Vae N. e N. N., que hão de aterrar tudo com sonetos e colchêas; e já levam provisão de quartetos e consoantes, d'isto que chamam *nariz de cêra*, que servem para todo o mote;... Começaram logo a illuminar-se as janellas das freiras, e a luzir pelas rótulas, pelas grades as airosas toucas e os feiticeiros véos, certamente pouco avaros, que de vez

¹ *O Chronista*, vol. 1, p. 65.

em quando o lampejo de um lindo rosto, de matadores olhos inflammavam a imaginação dos nossos poetas e lhes faziam dizer milhares de cousas bonitas. Era electricidade que se estava desperdiçando: — Vamos a isto; a isto, rapazes! foi a voz unanime. E brados de *Mote! Mote!* — aos quaes, depois de breve silencio, respondeu uma voz flautada e sonora, que parecia mesmo de um cherubim — de que não está costumado a cousas d'este mundo:

Amor seu facho n'esta noite apaga.

«Debandou toda a phalange; passeou-se, esfregou-se a testa, roêram-se unhas até ao sabugo, e afinal — palmas: *Lá vae*; e saíu o soneto... Seguiram-se colchêas e mais sonetos e muitas versalhadas outeiras de toda a especie e calibre, com muito e mui goloso doce, que as madres nos deitavam, e que, ao menos para mim, não foi a menos agradavel circumstancia da noite.» E' uma pittoresca descripção do que era um *Outeiro poetico*, mantido dos costumes do seculo XVIII até á epoca do Romantismo. Os poetas que então viviam na intimidade de Garrett eram José Frederico Pereira Marecos, Larcher, Carlos Morato Roma, Paulo Midosi, e outros companheiros de Coimbra. Na *Lyrical de João Mímimo* colligiu Garrett em 1829 uma grande parte dos versos que escrevera de 1815 a 1823, em que começou a retemperar-se no exilio, e a tomar conhecimento dos destinos do Romantismo.

Fundára-se em Lisboa por 1821 a *Socie-*

dade litteraria patriotica, em que se agruparam alguns homens do partido constitucional, para doutrinarem e discutirem entre si os acontecimentos; tinha a sociedade um jornal, que se tornava um órgão de propaganda. Garrett fez parte d'essa sympathica associação, revelando ahi o seu fervor politico, como orador e como escriptor. Em um discurso, proferido na sessão de 19 de Julho de 1822, quando se discutia a fórma das eleições para a nova legislatura, Garrett fallou com um desdém supremo dos lentes e da Universidade de Coimbra: «homens da *Monita secreta* acostumados a enunciar cathegoricamente o seu juizo, de que ninguem ousa appellar, são em geral pedantes e hypocritas por um habito quasi necessario onde tudo é *padresco*... Depois d'isto, o nenhum uso dos bons livros, o afêrro aos velhos e rançosos...» E accentuando a rotina velha da Universidade, aonde «a mocidade inexperta ainda alli bebe o leite da escravidão e o sustento do despotismo» accusa: «Ha duzias de annos que o livro por que se ensina Direito natural e publico, sustenta como base, — que o poder dos reis vem immediatamente de Deus — quem poderá acreditar que a *nação* portugueza, ou os seus procuradores, declarando á face da terra *a sua soberania*, jurando defendel-a e protestando mantel-a até ao ultimo correr do sangue, quem acreditará que esta nação e os seus representantes soffrem o insulto atrevido, o desacato inaudito, e o attentado criminoso de que a sua mocidade seja imbuida em taes principios e infezada com tal veneno; que os órgãos da publica instrucção preguem em publico taes

doutrinas, e, se não ousam defendel-as, cavi-lem ao menos para insinual-as?» Estas ideias revelavam-lhe a necessidade de uma reforma fundamental da instrucção publica, que occu-pou d'essa hora em diante o seu espirito.

Em sessão de 24 de Julho de 1822, celebrou a *Sociedade litteraria patriotica* uma sessão para consagrar a memoria dos martyres da liberdade que pereceram nas ruas de Madrid em 7 de Julho, sustando a restauração do absolutismo intentada por Fernando VII. Depois do discurso de José Liberato Freire de Carvalho, recitou Garrett uma poesia *A guerra civil*, que começa:

Voz de morte sôou, — e o ecco funebre
Do Manzanares retiniu no Tejo.
Brado que ouvimos, que nos fere n'alma
.....
Como ousa pois, como se atreve a morte
A hastear a foice nos torreões da Iberia?
.....
O grito da victoria entre ais se perde
Que a dor arranca dos sentidos peitos.
Choramos sobre irmãos: foi caro o preço,
E é bem duro morrer por mãos d'escravos. ¹

Depois da recitação de Garrett todos os socios juraram «viver livres, não sobrestando á perda da liberdade.» Mas a doença de Fernandes Thomaz era já um prognostico perigoso para as novas instituições.

Concluida em Setembro de 1822 a Constituição, foi em 30 de Setembro jurada pelos deputados, e por D. João VI em 1 de Novem-

¹ *Lyrice de João Minimo*, p. 240 a 245. Ed. 1882.

bro, acompanhado pelo filho o infante D. Miguel e por toda a sua côrte. A Constituinte terminára o seu mandato, e Portugal de ora em diante tinha a regel-o uma lei organica, expressão consciante da propria soberania. Fernandes Thomaz que fôra a alma, o pensamento da Revolução, via coroadada a sua obra; faltava junto d'ella uma consciencia intemerata, um poder com alto ascendente moral para dirigil-a no seu funcionamento, e essa seria a missão do grande tribuno se a fatalidade lhe não truncasse a existencia. Os profundos abalos e esforços que elle dispendera desde 1817, em que fundou o *Synedrio*, até ao momento em que D. João VI jurou a Constituição, esgotaram-o por fórma que uma febre adynamica lhe quebrou a forte organização, prostrando-o para mais se não levantar, succumbindo em 19 de Novembro de 1822. Todos os vintistas reconheceram que lhes faltava um ponto de apoio no funcionamento das instituições livres, e trataram de juntar-se para estarem álferta contra as conspirações da côrte e dos cléricaes para restabelecerem o absolutismo. Na *Sociedade litteraria patriotica*, celebrou-se uma sessão extraordinaria em 27 de Novembro de 1822 para commemoração funebre de Manoel Fernandes Thomaz; entre as varias manifestações leu Garrett uma Oração ou elogio historico, que immediatamente influiu nas perseguições pessoaes que sobre elle cahiram. Garrett faz n'esse discurso um esboço biographico de Fernandes Thomaz, deixando ahí traços de impressões pessoaes: «Portugal tornou a vêr as suas côrtes, e a nação teve quem a representasse: toda a Europa admi-

rou com respeito um Congresso illustrado, e no meio d'elle o campeão da liberdade, o patriarca da regeneração portugueza: vêde-o como alça denodado o trovão da sua voz energica para fulminar antigos abusos, e destruir arraigados vicios; a sua eloquencia despida de pompas não respira senão verdade; severa e descarnada, só põe mira na utilidade common, e no bem da patria; vem-lhe do coração franco aos labios sinceros, por natural impulso de indefesso zelo; no estirado curso de cumprida legislatura sempre o mesmo, sempre incansavel, debalde a molestia lhe abate as forças; o animo é sempre egual; nem ha poder que o mingúe, nem doença que o desfalque. Já com passos arrastados na derradeira das sessões legislativas, ainda vae animal-a com a sua presença... ainda perora pelos interesses da sua patria, esta patria que lhe tem custado tanto... Ah! pouco restava aos Portuguezes da carreira de uma existencia tão preciosa e tam necessaria! A maxima columna do seu edificio social vacillava em sua base, mas valente ainda em sua ruina, ella o sustentava com forças d'Atlante.»¹ Quando Garrett tracejou passados muitos annos a sua auto-biographia, não se esqueceu de apontar este facto decisivo da sua existencia, referindo-se apenas á impressão que produzira: «Um immenso e escolhido auditorio applaudiu com lagrimas: foi um triumpho verdadeiramente popular.»² O sentimento da

¹ *Escriptos diversos*, p. 54. (Vol. xxiv.)

² *Ap. Universo pittoresco*, III, 302.

independencia politica que ia constituir em nação o Brasil, manifestára-se primeiramente na Bahia, seguindo-se o Pará, depois Pernambuco, vindo a quasi repercutir-se no Rio de Janeiro, que já reclamava de D. João VI liberdades politicas, sob o influxo do principe D. Pedro. Quando D. João VI embarcou para Portugal bem conheceu que o Brasil se tornaria independente, e escreveu immediatamente ao filho em carta particular, que não podendo conservar-se o dominio do Brasil, que se apossasse d'elle para si, proclamando-se imperador, e que assim sempre ficaria na familia Bragança. Era esse pensamento intimo do Regente, proclamando-se em 12 de Outubro de 1822 a independencia do Brasil. Fez-se logo o jogo vil de attribuir esse facto ás consequencias dos actos das Côrtes portuguezas, que pretendiam reduzir o Brasil á subserviencia em que estivera antes de 1807. Era um meio de dar ás reacções dos absolutistas um aspecto patriotico destruindo essas Côrtes como causa do enfraquecimento de Portugal.

No meio d'esse côro de falsidades tôrpes, Garrett como o Tirteo da Revolução de Vinte celebrou o facto capital da constituicção autonoma de um povo que ia continuar na historia e em um novo hemispherio a civilisação portugueza; esse ideal por que vibrava revela a superioridade do seu espirito no meio da inepecia geral.

Na Ode *O Brasil liberto* termina com estas bellas estrophes :

Oh virgens plagas de Cabral famoso,
 Se, barbaros outr'ora,
 Vos levámos grilhões, levámos ferros,
 (Que tambem arrastavamos)
 Hoje comvosco alegres repartimos,
 Irmanmente vos damos
 Parte egual d'esse dom que os céos nos deram,
 Que a tanto custo houvemos.
 Lá vae, lá surge em terra, avulta e cresce
 A Lusa liberdade.
 Folgae, folguemos: Portuguezes todos,
 Em laço egual unidos,
 Sobre o seio da patria reclinados,
 Como irmãos viveremos.
 Oh! seja eterna tam feliz concordia;
 Mas, se em má hora, um dia
 (Longe vá negro agouro!) d'essa escura
 Caverna onde o prendêmos,
 Resurgir ferreo o Despotismo ao throno,
 Então hasteae ousados
 Os pendões da sincera independencia.
 Sim; *da paterna casa*
Salvae vós as reliquias, os thezouros,
 Antes que os roube o monstro. ¹

O poeta, á altura em que se ia revelando,
 seria com certeza o primeiro visado para as
 perseguições politicas. Elle via nascer no Bra-
 sil a liberdade ameaçada na terra portugue-
 za, d'onde ia ser repellido.

c) Restauração do absolutismo em 1823

A historia politica do seculo XIX em Por-
 tugal é um flagrante documento da imbecili-
 dade de um povo, principalmente no primeiro
 quinquennio. D. João VI reconhecendo que o
 imperio do Brasil lhe escapava, para não per-

¹ *Lyrica de João Minimo*, p. 66.

der tudo apressou o seu regresso a Portugal, antes que as Côrtes constituintes ousassem destituil-o. Ignorando a situação politica, mandou a Lisboa, a pretexto de um emprestimo, o negociante Pereira de Almeida para informal-o secretamente se poderia ainda pôr o pé em Portugal. No dia 3 de Julho de 1821 entrou a fróta no Tejo com a familia Bragança, da qual o rei sómente desembarcou depois de receber auctorisação das Côrtes; foi jurar a Constituição, passando por todas as humilhações para conseguir apoderar-se do poder executivo. Sua mulher D. Carlota Joaquina, digna irmã do infame Fernando VII, vendo que não podia apoderar-se do partido liberal para contrapôr ao marido, que se conformára com as novas instituições, tornou-se o centro da reacção absolutista contra todas as reformas inauguradas pela Revolução de Vinte. A lucta rompeu por negar-se a jurar a Constituição. D. João VI não era extranho a estes manejos domesticos, posto que simulava attender mais os liberaes. A nomeação de seu filho o infante D. Miguel para commandante em chefe do exercito foi uma prova evidente de sua má fé. Quando o regimento 23 de Infantaria saíu de Lisboa para as provincias do norte em observação com receio dos movimentos do conde de Amarante, que em Villa Real, em 23 de Fevereiro de 1823 se sublevára contra a Constituição, Dom Miguel, proclama que intenta restabelecer o governo absoluto, e á frente d'esse mesmo regimento retira-se para Villa Franca de Xira, rompendo as hostilidades contra os pedreiros-livres, que usurpavam os *inauferiveis* direitos de seu pae. O rei te-

me-se do filho, como instrumento desvairado do odio da esposa, e n'esse mesmo dia 30 de Maio parte para Villa Franca, acompanhado do regimento 18 de infantaria. Em 5 de Junho D. João VI é trazido para Lisboa em carro descoberto cercado da multidão, dando morras á Constituição e vivoriando o rei absoluto; é então puchado pelos fidalgos e militares que substituem as cavalgaduras, no seu trajecto da sé para o palacio da Bemposta. Ahi, assomando á janella e vendo as tropas calcarem aos pés o laço constitucional, disse da varanda do palacio: «Já que assim o querem, viva o Rei absoluto.» Como premio da revolta o conde de Amarante foi feito marquez de Chaves, o politico conde de Palmella elevado a marquez, e o Infante D. Miguel commandante em chefe do exercito.

Os liberaes tinham rasão para prevêrem as perseguições; o retrocesso em Portugal era simultaneo com o que se passava em Hespanha sob Fernando VII. Depois de innumeradas insurreições dos absolutistas, dos reaccionarios e Apostolicos, fizera-se um novo simulacro de Santa Alliança, em que a legitimidade reunida no nefando Congresso de Verona, decidiu a extincção da Constituição hespanhola, que ousara abolir as ordens monasticas, expulsar os jesuitas, e estabelecer a plena liberdade de imprensa. Chateaubriand, o catholico de apparatus, quiz a guerra contra a Hespanha livre, e sob as ordens do Duque de Angoulème, mandou invadir a Peninsula em 7 de Abril de 1823; as circumstancias que levaram á tomada do forte do Trocadéro determinaram o triumpho do absolutismo. Fernan-

do VII prometeu a amnistia aos liberaes, e sem dignidade nem humanidade mandou garrotar Riego, Bessieres, Empecinado e todos os que haviam trabalhado pela constituição. Estes factos tiveram a sua repercussão em Portugal, conspirando Carlota Joaquina de accordo com seu irmão Fernando VII.

Os liberaes portuguezes, que estavam mais em evidencia emigraram de Portugal, sem nada esperarem para o restabelecimento da Constituição. E' n'este momento supremo que Garrett se affirma; no prologo das *Fabulas*, diz com verdade: «A causa do povo é trahida, abandonada... elle não a abandona; prefere o exilio, e em terra estrangeira o ouvimos cantar as suas imprecações, as suas saudades, e a constancia indomita do auctor do *Catão*.» (p. xvii.) Na sua auto-biographia, consigna: «no proprio dia em que el-rei D. João VI sahiu para Villa Franca, *abandonou o seu emprego*, e pouco depois a patria, partindo para Inglaterra.» Esta partida effectuouse no dia 9 de Junho de 1823, regressando logo em 22 de Agosto; pôde-se dizer que não foi uma emigração, porque então teria embarcado com os seus amigos José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e Duarte Lessa, que seguiram para Inglaterra no *Malborough*; Garrett, pretextando o arranjo de algum dinheiro, partiu no *Duque de Kent II*, no cumprimento de uma missão secreta dos clubs liberaes, para junto dos refugiados vintistas organizar o partido da resistencia. Isto infere-se do segredo que sempre manteve ácerca d'esta saída de Portugal, evitando respostas claras a Gomes de Amorim quando o interrogava

sobre esta ausencia, que estava consignada no manuscrito *Diario da minha viagem a Inglaterra*. Transcrevemos d'esse documento algumas passagens que illuminam este inicio das suas emigrações:

«Junho, 9. — A bordo do paquete *inglez Duque de Kent 2.º* — no Tejo.

«São dez horas da noite. Bateram agora nas grimpas do palacio das Necessidades. No palacio das Côrtes, diria eu *ha outo dias*. Hoje profanam os frades o recinto das leis e da soberania nacional. — Nação! — Pois somos nós por ventura nação? — Miseraveis! Com que olhos nos verá a Europa, nós que perdemos tão vilmente no espaço de tres dias toda a gloria portugueza...» Ao embarcar deixára sua esposa em casa do sogro; essa recordação o punge: — «Tudo ahi fica n'esse paiz de escravos e de miseria! Amigos, companheiros... esposa... Em má hora te uniram a meus destinos essa vida innocente e gerada para melhor sorte. Aziago foi esse dia em que a minha mão crestada de triste agouro apertou sobre o altar a tua mão suspirada. — Um coração cheio de amor foi a dadiwa nupcial que te dei, a unica joia que recebeste de um esposo amante e adorado. Que é d'elle agora? Retalhado ahi fica em pedaços, que m'o arrancaram esses carniceiros...»

Ao chegar a Falmouth, em 9 de Junho, escreve, que encontrara o deputado Xavier Monteiro: «Tinha chegado dois dias antes no paquete *Malborough* com o conselheiro Ferreira Borges, o ministro Silva Carvalho, o meu amigo Duarte Lessa, e varios outros illustres voluntarios proscriptos. A'manhã verei todos

estes amigos, lhes darei as novas que sei, e *fallaremos da nossa demanda...*» Descreve a sua partida de Falmouth para Londres em 29 de Junho, em companhia de Ferreira Borges, Menezes e Lopes Carneiro, e um Ornelas «ridicula satellite d'esses infames que governam em Lisboa.» Em 30 chega a Exeter, e em 4 de Julho a Londres; era ali que se tratava a *demanda*, ou o plano de resistencia. A reacção triumphante era festejada em Portugal; em 11 de Julho de 1823 o Claustro pleno da Universidade resolveu celebrar a restauração do absolutismo; e em 13 instituiu um Prestito gratuito annual em cada 5 de Junho solemnisando o regresso de Villa Franca; em 25 de Julho celebra a Universidade a festa official, recitando o Dr. José Feliciano de Castilho uma oração latina na sala dos Actos grandes, seguindo-se depois o prestito. Tambem se effectuou um Outeiro poetico na Sala dos Capellos, a que concorreu Antonio Feliciano de Castillo; Garrett nunca lhe perdôou esta palinodia, repetindo-lhe causticamente o verso que elle recitára: «Morreu a liberdade! a Patria é salva.» D'ahi os latentes odios contra Garrett, que por vezes Castilho deixou transparecer.

Em 26 de Julho de 1823, apeava-se Garrett em Gravesend, na estrada de Londres, deliciando-se com a encantadora paizagem; d'alli seguiu para a estalagem «donde embarquei para bordo da escuna *Fame*, onde tinha tomado passagem para Lisboa...» Crê Amorim, que este regresso fosse determinado por missão secreta dos refugiados portuguezes; mas, tendo D. João VI concedido uma amni-

stia politica, não havia, em presença das suas promessas de *outorgar* uma Constituição, motivo para organizar em Inglaterra um nucleo revolucionario. Em 27 de Julho, sobre a madrugada, parte, arribando a 31 de Julho a Wermouth; em 2 de Agosto toca em Portland, em 5 arriba a Brisham, em 10 estava na bahia de Biscaya, em 20 defronte do patrio Porto, e então escreve no seu *Diario*: «Este é o céu da minha patria. Este ár que respiro é o mesmo que respirei no momento que appareci no mundo.» O *Diario da viagem* aponta o dia 22 de Agosto *ás 4 da manhã*, com uma série de reticencias, e sob a linha «*24 de Agosto. Lisboa*: Eis-me aqui pois nos calabouços do Limoeiro.»

Vê-se por isto que o poeta fôra preso logo ao desembarcar em Lisboa. Nos Papeis da Intendencia encontramos o documento, por onde se reconhece quanto era espiado: «Tendo chegado hontem á capital o official da secretaria de estado dos negocios do reino, João Baptista Leitão Garrett, *vindo de Inglaterra, e de estar ali com individuos portuguezes summamente suspeitosos*, taes como os que se evadiram por occasião da restauração d'este reino, *havendo até trazido cartas*, das quaes appresentou duas: e sendo o sobredito por si mesmo assás-suspeitoso, julgo dever ponderar a V. Ex.^a, que não obstante *elle estar debaixo das vistas da policia, seria conveniente fazel-o sahir do reino*, por isso que estou convencido, que a sua presença, especialmente n'esta capital, póde ser nociva á segurança publica. V. Ex.^a porém, tomando na consideração devida esta minha ponderação se ser-

virá communicar-me o que el-rei nosso senhor determina a este respeito. Deus guarde, etc. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Manoel Marinho Falcão de Castro. — O Intendente geral da Policia da Côrte e Reino, Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro. Lisboa, 24 de Agosto de 1824.» ¹

Por um officio do Corregedor do crime do bairro do Rocio ao Intendente da Policia, vê-se que o poeta fôra preso como se lhe ordenára: «Em resposta ao Aviso, que acabo de receber, tenho a dizer, que se não tem feito procedimento algum contra João Baptista Leitão Garrett, esperando que hoje se appresentasse, como hontem V. Ex.^a vocalmente me ordenou; porém immediatamente o *vou mandar recolher na cadêa* como me ordena, e de cuja diligencia darei parte logo que esteja verificada. Deus guarde etc. Lisboa, 25 de Agosto de 1823. — O Corregedor do crime do bairro do Rocio, — José Antonio de Novaes e Silva.»

Na sua Ode *O Carcere*, datada de «Lisboa, no Limoeiro — Agosto, 1823» ² escreve o poeta, illuminando este glorioso momento da sua vida:

Eis-me aqui pois do crime na morada,
Eis-me entre bandos vis de malfeteiros,
Que me olham com sorrisos satisfeitos

.....

¹ *Papeis da Intendencia*, Liv. XXII, fl. 69 v. — Publicámol-o em 1880, na *Historia do Romantismo em Portugal*, p. 164. Apareceu em 1881 nas *Memorias de Garrett*, t. I, p. 304, sem citar o volume.

² Na 1.^a edição de 1820 não tem data; vem na 2.^a edição da *Lyrice de João Minimo*.

A vergonha, que ha tanto
 Sentia de *ser homem*, redobrada
 Me cresce c'o espectaculo aborrido
 D'esses que ahi vejo.
 Oh! criminoso
 Não sou eu. Insolente me confunda
 A proscipção injusta,
 N'esta mansão do crime e da vergonha
 C'os malfeitores vis: dentro do peito
 A Consciencia me diz que sou virtuoso . . .

(*Lyrical*, p. 249.)

Amorim (*Mem.*, I, 306) põe em duvida que o poeta estivesse preso, porque no seu *Diario*, diz que está «nos calaboiços do Limoeiro» em 24 de Agosto, quando em 25 é que o Corregedor do Rocio vae cumprir o mandado de captura: «Comtudo, parece provado que não teve tempo para fazer versos *no carcere, dado que lá entrasse.*» E' peremptorio o seguinte documento, que Amorim não descobriu:

«O Escrivão do vosso cargo, ou no impedimento d'elle um Escrivão de Armas do Bairro, intime sem perda de tempo João Baptista Leitão Garrett, *preso na cadêa da cidade* á ordem da Intendencia, que, em consequencia de ordem da mesma Intendencia que acabo de receber, *deve sair immediatamente para fóra do Reino*; e que se quer partir no Paquete, que se lhe conferirá passaporte, quando não, que vá por terra; advertindo que o paquete sáe ámanhã pela manhã; do que lavrará certidão com a resposta do intimado, que me será já entregue para informar na Intendencia geral de Policia. Lisboa, 25 de Agosto de 1823. — *Ottolini.*»

Eis a intimação achada entre os papeis de Garrett:

«O senhor João Baptista Leitão Garrett se apprompte para sahir no paquete *Duque de Kent* para Inglaterra na fórma da sua escolha: o que lhe faço constar em observancia das ordens que acabo de receber da Intendencia geral da Policia. Lisboa, 25 de Agosto de 1823. — *Ottolini.*»

No verso do aviso foi lavrada a certidão da intimação ao prêso, e a declaração exigida:

«Em consequencia da intimação que me é feita pelo Escrivão das Armas Antonio Ferreira Themudo, acceito ir no paquete. Lisboa, 25 de Agosto de 1823. *João Baptista da Silva Leitão Garrett.*»

«Intimei ao Supplicante João Baptista da Silva Leitão Garrett, que me disse ser o proprio, por todo o contheúdo na dita ordem retro, e logo a esse mesmo acto me deu a resposta supra que certifico. Lisboa, 25 de Agosto de 1823. — O Escrivão das Armas do Bairro do Limoeiro: *Antonio Ferreira Themudo.*»

A sahida do Limoeiro para bordo do *Duque de Kent* fez-se por intimação do Juiz do crime do bairro do Limoeiro, sendo Garrett entregue em 26 de Agosto ao commandante do paquete *Edward Lawrence*, que passou recibo. ¹ Garrett partiu para o exilio com des-

¹ «Cadêa da Cidade, fl. 107: João Baptista Leitão Garrett — Bacharel formado em Leis.

Passe, 25 de Agosto de 1823.

E com indicação a lapis:

«O Juiz do Crime do Limoeiro que o faça intimar para sahir immediatamente para fóra do Reino, e que

tino a Inglaterra, acompanhado da esposa, com quem se enlaçára havia pouco mais de dez mezes, privado de recursos, por que toda a familia detestava o seu liberalismo. Como Dante elle ia conhecer a amargura do *pane altrui*.

se quer partir em paquete, que se lhe conferirá passaporte, quando não por terra.»

«Em consequencia do Aviso de V. S.^a tenho a honra de informar que fica a bordo do paquete *Duque de Kent*, João Baptista Leitão Garrett, como consta do recibo incluso. Deus guarde a V. S.^a

Lisboa, 27 d'Agosto de 1823.

Ill.^{mo} Sr. Simão Ferraz da Silva Castro.

O Juiz do Crime do Bairro do Limoeiro

Francisco de Paula de Aguiar Ottolini.»

«Eduardo Lawrence, Commandante do paquete britannico *Duque de Kent*:

«Declaro ter recebido a bordo do paquete *Duque de Kent*, debaixo do meu commando, o sr. João Baptista da Silva Leitão Garrett, remettido por ordem da Intendencia geral da Policia, entregue pelos officiaes do Bairro do Limoeiro.

Bordo do dito paquete.

Agosto, 26 de 1823.

Edw.^d Lawrence Comm.^t Duke of Kent. 2.^d Packet.
Tagus, 26 August. 1823.»

(Torre do Tombo, Pasta n.º 84 das *Correspondencias dos Ministros dos Bairros*. Ap. Pinto de Carvalho, Lisboa, I, 214.)

II

Garrett e os aspectos do Romantismo

(1823 a 1831)

Segunda epoca

A reacção politica em Portugal não era simples reflexo do retrocesso da Hespanha; obedecia ao impulso da Santa Alliança, que achava na familia real e na fidalguia portugueza uma boçalidade para entregar-se passivamente aos seus planos de resistencia contra a liberdade moderna. No poemeto *A Edade de bronze*, concentrou Byron em estrophes repassadas de sarcasmos eternos a indignação que os espiritos liberaes da Europa sentiram ao vêrem decidir-se no Congresso de Verona a ruina das novas instituições constitucionaes:

«Tres vezes feliz Verona! desde que a monarchica trindade fez luzir sobre ti a sua santa presença; . . . Sim, dae vivas! insculpi inscripções! alevantae ultrajantes monumentos para dizer á tyrannia, que o mundo acceita o jugo com aprazimento.» E acrescenta: «Que

estranho espectáculo é este Congresso! parece destinado a aggregar todas as incoherencias, todos os contrastes! Já não fallo dos soberanos, . . . parecem todos como peças batidas no mesmo cunho; mas, os belfurinheiros que fazem dansar os bonifrates e pucham pelos cordeis, appresentam mais variedade do que estes rombos monarchas. Judeus, auctores, generaes, charlatães, intrigam ante a face da Europa assombrada de tão vastos designios. Alli, Metternich, o primeiro parasita do poder, capêa a todos; alli Wellington esquece a guerra; alli Chateaubriand accrescenta novos cantos aos seus *Martyres* . . .» (Est. IX e XVI.) E' profundissima a ironia d'esta allusão a Chateaubriand; o apparatuso catholico sustentou no Congresso de Verona, que era urgente invadir a Hespanha, e restabelecer o throno de Fernando VII. Assim aconteceu. A trindade satanica da Santa Alliança vira na Constituição hespanhola de 1820 um abysmo para o antigo regimen; os interesses dynasticos periclitantes congregaram-se no seu egoismo no Congresso de Verona, e ahi Chateaubriand, esse tartufo genial, fez vêr á cabilda diplomatica que para segurança sua convinha destruir na Peninsula a obra da liberdade politica. O duque de Angoulême veiu a Hespanha, e depois da tomada do Trocadero o general francez ajoelhou em terra entregando a sua espada a Fernando VII como signal de consummada a hecatombe da liberdade constitucional. Fernando VII era do estofo dos seus contemporaneos corôados, Dom João VI digno cunhado de Guilherme III, e tomando á letra o symbolo da espada, quebrou todas

as amnistias promettidas perante a Europa, mandou garrotar Riego, Empecinado, Bessieres, emfim todos os que trabalharam na implantação do regimen parlamentar. Diante d'esta monstruosidade é que a França comprehendeu a sua vergonha; quando Chateaubriand estava mais orgulhoso com *a sua guerra de Hespanha*, cahiu do poder, tendo de ir lançar-se na opposição liberal para combater os que o alijaram. E' eloquente este grito de Byron sobre o nefando Congresso: «Eu não sei se os anjos choram; mas os homens choraram bastante... para conseguir o que? chorarem ainda mais» (Est. I.) Estes prantos partiram tambem de Portugal; a nossa primeira Constituição, realisando a aspiração liberal de 1820, soffreu a sorte da de Hespanha; o nosso Trocadero foi Villa Franca de Xira (da Restauração), onde não correu sangue, mas a abjecção da indignidade envergonhou a humanidade. Em 5 de junho de 1823 o feito de Chateaubriand tinha produzido o seu effeito em Portugal; começava a emigração. Garrett, que era expulso da sua patria pela Intendencia da Policia, buscava refugio em Inglaterra, onde viria a reconhecer que essa potencia era a que mais conspirava contra a liberdade em Portugal. No poema *Camões*, alludindo á sorte da Hespanha, glorifica o azylo britanico:

. Eia! vamos,
Deixa o caminho da *infeliz Pyrene*;
Taes magoas como ahi vão, poupa a meus olhos;
Assás tenho das minhas. Largo! aos mares...

Em nota commenta: «Quando se escreviam estes versos, todos os horrores da reac-

ção absolutista de 1824 assolavam a Hespanha; e em França era thema de todas as vaidades da Restauração o imbelles triumpho do Trocadero.» (Cant. 1, not. D.) Para comprehender como estes successos, que hallucinavam os conservantistas francezes, se reproduziam em Portugal com todas as suas infamias, basta conhecer o character dos actores da sangrenta farçada, Dom João VI, sua mulher D. Carlota Joaquina, e o filho o infante D. Miguel, naturezas fadadas para instrumentos de todas as abjecções e catastrophes; das *Reminiscencias diplomaticas* de lord Holland extrahimos alguns traços caracteristicos:

« Pouco sei ácerca de Portugal e dos portuguezes que possa ter o interesse da novidade. O rei e a rainha, muito contrarios de principios, de character, de procedimento, tinham uma aversão natural um pelo outro. Na realidade nada havia entre elles a não ser a fealdade repugnante das suas pessoas e as suas maneiras canhotas. O rei era muito bem intencionado, mas fraco e timido; tinhã um tal medo de ser governado pelos seus ministros ostensiveis, que se tornava a victima de baixas e obscuras intrigas, e os seus conselhos eram sempre vacillantes, irresolutos e incertos. O zelo exagerado da rainha pela causa do despotismo, imprópriamente designada pelo nome de legitimidade, parecia ter attenuado a aversão do rei por uma assembléa representativa e uma fórmula constitucional de governo. A rainha era vingativa, ambiciosa, egoista, e tinha uma inclinação pronunciadissima para toda a especie de intrigas

políticas ou amorosas.» ¹ O mixto d'estas ve-
sanias, em que a sexual estava ao serviço
da politica, tornaram D. Carlota Joaquina
uma megéra; dizia-se que a antinomia do bo-

¹ *Souvenirs diplomatiques* de lord Holland, cap. VIII, p. 126. Descrevendo o typo de Carlota Joaquina, escreve a auctora dos *Souvenirs d'une Ambassade*: «Ella desempenhou um grande papel nos negocios de Portugal, e devo fazel-a conhecer como eu a conheço, isto é, intimamente.— Dizer que uma mulher é feia, é quanto basta para fixar ás vezes o pensamento, e impedil-o de ter illusões ácerca de um rosto desplicente; mas, não é bastante... Effectivamente, é preciso dar conta d'esta physionomia medonha, para ousar referir tudo o que tenho para dizer.

«A princeza do Brasil tinha apenas cinco pés na parte mais elevada do seu corpo; digo isto, porque uma queda de cavallo lhe tinha de tal fórma contrahido uma anca, que ella manquejava exageradamente, e a sua espadua, egualmente deslocada n'essa direcção, tinha tomado uma inteiramente opposta á que seguia a sua parceira... Resultava de tudo isto que o peito da pobre princeza era, como o resto do corpo, um mysterio da natureza, quando ella se diverte a mecher-se. Ouvi dizer, que esta parte era por si burlesca quando se tinha a fortuna de vê-la descoberta.

«A cabeça sobre um tal corpo poderia remediar a sua deformidade se fosse bella, como se vê em muitos corcundas; mas a natureza tinha querido acabar o que tão bem começára, e sobre este desgraçado corpo assentava a cabeça a mais extravagantemente feia, que ainda se passou por este mundo.

«Os olhos eram pequenos, deseguaes, e davam olhares mãos e escarnicas (tinha bem direito para isso!) O seu nariz, pelo habito da caça e de una vida de correrias e errante, era quasi sempre inchado e vermelho como de uma suissa; a bocca, a parte mais curiosa d'esta figura repugnante, era guarnecida de muitas andainas de dentes negros, verdes e amarellos, plantados ao invés como uma flauta de Pan, ou como uma franja de cortinado...

nacheirão marido com ella se accentuára na côrte do Rio de Janeiro, quando um desembargador entregou ao rei as provas de um assassinato mandado commetter pela rainha por causa de ciumes. Tambem em folhetos de 1823 se attribuiam as audacias do in-

« Sua pelle grosseira e tanada tinha como contra-pezo da fealdade verrugas quasi sempre em suppuração, e apresentava o espectaculo mais repugnante; as mãos eram feias e negras, collocadas na extremidade de dois braços ossudos, completamente chatos. Quanto aos pés, não desconcertavam d'este encantador conjuncto. Os cabellos, de uma especie de semi-carapinha, eram negros ou castanhos, d'esta qualidade de cabellos que nem a escôva, o pente e a pomada pôdem reduzir a estado de cabellos, e que ficam sempre crinas.

« Com tal contôrno, e com esta figura é que a princeza do Brasil imaginou que se poderia tornar uma caçadora, e eis que aprende a atirar ao alvo, a montar a cavallo, a correr por montes e valles, perseguindo javardos a quem ella propria mettia medo, e pobres veados, que ella *medusaria* sómente com um olhar! Não era preciso tal meio; em breve excedeu o regio marido, que pelo seu lado fazia de Hippolyto, como podia, e os dois esposos deixavam Portugal aos cuidados de Deus e do conde de Villa Verde . . . »

« A princeza do Brasil, com esta figura verdadeiramente heteroclita, tinha gestos os mais extravagantes! Tinha um coração terno, emfim. Esta desgraçada disposição arrastava-a a aventuras cuja narrativa seria repugnante sem ter o lado comico de Boccacio ou da rainha de Navarra. Não era a galanteria, nem mesmo o abandono. Era uma depravação, um delirio infame de tudo quanto a imaginação a mais fogosa, ao mesmo tempo a mais gasta e a mais inerte pôde como sensação inventar. Não tinha amante especial, porque, dizia ella, não queria levar pancadas como sua mãe levava de Godoi, e que queria a sua liberdade . . . Assim, usava-a largamente, e sabe Deus como deu largas ao pensamento, e depois a pôl-o por obras! . . . » (Op. cit., t. II, p. 223 e seg. (Ed. de Bruxellas.)

fante D. Miguel, que no Rio de Janeiro passava a mocidade em tropelias com os creados das cavallariças reaes, descurado de toda a educação rudimentar, ás suggestões ameaçadoras da mãe; lê-se que ella confessára ao filho, que se lhe não obedecesse na lucta contra os liberaes, declararia á nação que elle era adulterino e seria destituido da sua gerarchia. Pelo desvairamento com que D. Miguel tomára a iniciativa da reacção, não tendo a intelligencia dos planos do partido *apostolico*, vê-se que era impellido por uma obsessão que suscitára todo o seu egoismo. Os estadistas ou ministros fluctuavam no meio d'estas cabalas palacianas; sobre elles escreve lord Holland: « Em geral os homens influentes de Portugal não são privados de talento, nem de instrucção, mas a vaidade substitue n'elles a acção de um patriotismo mais illustrado. São animados de pequenas invejas e cheios de perfidias; empregam mais astucia nas negociações com os estados poderosos do que prudencia no governo do seu paiz.»

N'estas condições se exerceram as perseguições contra os constitucionaes, pelos mais capciosos motivos; eram suspeitosas as reuniões artisticas em familia, e motivo de prisão a denuncia de pertencer a sociedades secretas. O celebre compositor João Domingos Bomtempo e o grande estadista José Xavier Mousinho da Silveira, viram-se forçados a emigrar; ¹ Garrett, que proclamára o princi-

¹ « Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. A pretensão de *João Domingos Bomtempo*, compositor de musica, que faz o objecto

pio da *soberania nacional* e fizera o elogio historico do revolucionario de Vinte o falecido Manoel Fernandes Thomaz, despertou tal horror á Intendencia da Policia, que ella nem lhe deu tempo para emigrar, expulsou-o de Portugal, demittindo-o dias depois do seu emprego (30 de agosto de 1823) por tel-o abandonado! E' n'esta calamidade, soffrendo privações por terras estrangeiras, que o talento de Garrett fulgura, revelando faculdades novas, um intenso modo de sentir, uma

do requerimento incluso, sobre o qual S. M. é servido mandar-me informar por Aviso de V. Ex.^a em data de 5 do corrente, tem por fim conceder-se ao supplicante licença para continuar na pratica de admittir em sua casa a sociedade a que dá o titulo de Philarmonica — para que do producto das assignaturas que alli concorrem possa supprir a sua subsistencia e de sua numerosa familia.

« Ainda que seja certo que á tal sociedade costuma concorrer grande parte das pessoas da maior gerarchia e consideração d'esta capital, a ella tambem concorrem muitos individuos, que, assim como o supplicante, não merecem o melhor conceito na policia, por isso mesmo que a titulo de Ensaios mais a miudo se reúnem; e assim para evitar que com este titulo se estabeleça alguma Sociedade secreta, entendo que convirá se faça persuadir ao recorrente, que tal pratica deve immediatamente cessar. S. Mag.^{de} porém ordenará o que fôr servido. Deus guarde a V. Ex.^a Lisboa, 10 de junho de 1823. Ill^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Joaquim Pedro Gomes de Oliveira.— Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro. (Contas para as Secretarias, Liv. xxii, fl. 28 v.)

« Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Communicando-me o Corregedor de Portalegre, que no juizo da sua correição se achavam pronunciados por associações secretas uns individuos, e entre elles o administrador geral da Alfandega grande d'esta capital, José Xavier Mousinho

organisação apta para receber as impressões mais delicadas, para se apaixonar pelas ideias generosas, para dar fôrma a um alto ideal.

1.º O EXILIO EM INGLATERRA: ESTUDOS
LITTERARIOS (1823)

Na sua autobiographia, resumiu Garrett estes primeiros mezes n'esse apparente «couto da foragida liberdade:» «Chegou a Londres pelo meado do verão de 1823.— No bello con-

da Silveira, natural de Castello de Vide, que acabou de ser Provedor em Portalegre, aonde propagou a seita dos Pedreiros livres, que tinha plantado e promovido em Setubal quando alli foi juiz de fóra; e onde é constante que estabelecera duas Lojas, d'elles; accrescentando ser um libertino de primeira ordem, e tão escandaloso, que nunca alli ouvia missa, e poucas vezes a familia, e um declarado inimigo da religião e dos thronos; annui ao que aquelle ministro requeria, e mandei proceder á prisão dos outros réos que se tinham refugiado para esta capital, porém não me delibero a mandar egualmente proceder á prisão do dito José Xavier, por isso que n'elle concorre a circumstancia de empregado de tal graduação, e foi ha pouco Secretario de Estado, sem que sollicite de V. Ex.^a a resolução do que S. Mag.^{de} queira se pratique a seu respeito. Deus guarde a V. Ex.^a Lisboa, 19 de julho de 1823. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Manoel Marinho Falcão de Castro.—O Intendente geral da policia da côrte e reino, Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro.» (*Contas para as Secretarias*, Liv. xxii, fl. 36 v. — 38.)

Garrett, na *Memoria historica de Mousinho da Silveira*, allude a este facto: «Accusado a El-rei de *pedreiro livre* pelo ministro da Justiça Marinho,— confessou francamente que tinha pertencido a essa associação; mas sustentou que ella era innocente, e assegurou a El-rei que, sob essa côr e pretexto os facciosos do dia o queriam privar dos seus mais seguros amigos.»

gado de Warwick residiu até quasi ao fim do inverno seguinte, estudando e escrevendo.» No *Diario da sua Viagem*, sob a data — 13 de Septembro, escreve: «Outra vez descobro a terra estrangeira que me foi azylo e segurança.» Em 14 dirige-se para Birmingham, e depois de passar por Somerset, Bath, Gloucester, Worcester, entra no condado de Warwick, aonde foi recebido em 16 de septembro na familia Hadley com o mais extremo carinho. Em uma nota ao poema *Camões* consagrou Garrett este agasalho recebido em casa do abastado negociante Thomaz Hadley e na intimidade de seus filhos: «Em Warwickshire, patria de Shakespeare, que na cidade de Warwick nasceu, *passei eu a volta de seis mezes*, não os mais satisfeitos mas os mais socegados, e por ventura os mais felizes da minha vida. Seja-me permittido assellar aqui os leaes sentimentos da minha estima e saudade a uma familia verdadeiramente respeitavel e *ingleza*, em cujo seio achei *o que nem no meu sangue encontrei*, verdadeira e desinteressada amizade. Se algum dia chegarem estas insignificantes folhas á abençoada e tranquilla pousada de Edgbaston, conheçam os meus amigos Hadleys que não ha um só pensamento no meu espirito em que se não misture a sua memoria, mais sagrada para mim que a de todos os *vinculos que se dizem formados pela natureza...*» (Nota S do Canto I.) Garrett estava profundamente magoado pelo retrahimento de seu pae e irmão, que como absolutistas o desampararam na desgraça. No *Diario da Viagem*, descrevendo a chegada a Birmingham, em 16 de septembro, aponta: «no outro dia nos veiu

buscar o nosso generoso e estimavel amigo A. Hadley, acompanhado de seu pae, a mais insinuante cara de sessenta annos que ainda vi em Inglaterra. Levaram-nos para o campo, onde vivem, cousa de tres milhas da cidade, em uma bella e deliciosa posição, na parochia de Edgbaston.» Garrett era agora acompanhado no exilio por sua joven esposa; as meninas Hadleys, com os seus delicados carinhos relacionaram-os com a burguezia rica, proporcionando-lhes reuniões amaveis, visitas a importantes fabricas, e a vetustos monumentos. No seu *Diario* escreve: «Aqui vivemos hospedeiramente tratados com tal amisa-de, carinho e delicadeza, que seriamos uns monstros de ingratição se em toda a parte do mundo, onde nos o destino levar, não pregoarmos as obrigações eternas de que a esta familia respeitavel somos devedores.»¹ Durou esta hospedagem affectuosa até 26 de janeiro de 1824, em que Garrett, tendo perdido a esperanza de que o governo inglez desse um subsidio aos emigrados politicos, tratou de organizar a sua vida procurando em Londres recursos de trabalho, em que se empregasse.

Na Ode *O Exilio*, datada de Warwickshire, em Inglaterra — Novembro, 1823, — ainda Garrett se mostra apaixonado pela joven esposa, como adoçando-lhe o desterro; compara a primeira vinda a Inglaterra sósinho, com esta em que Luiza o acompanha:

¹ Ap. *Mem. biographicas*, I, 318.

Oh! como é triste a terra do desterro!
 Tam só como as areias do deserto,

.....
 Ai, infeliz de mim!... eu já d'esta arte
 Vi horas longas deslizar-se o Thâmesis

.....
 Solitario vaguei por esses pórticos,
 Por entre essas columnas apinhadas
 De reboliço e povo!... Em meio d'elles
 Eu solitario e só — Por que? Por que alma,
 Por que o meu coração voava ao longe.

.....
 Suave Délia, agora o teu amigo
 Já não vive no exilio: a minha patria,
 A minha patria agora é nos teus braços.

(*Lyrical*, p. 252.)

Em 7 de novembro de 1823 fôra garrotado o general Riego; quando chegou a noticia a Inglaterra, Garrett escreveu um poemeto elegiaco, que na 1.^a edição da *Lyrical de João Minimo* (Londres, 1829) tem o titulo *Noticia de morte*, sem se declarar quem é a victima. Em uma nota em nova edição escreveu: «para intelligencia d'esta rhapsodia cumpre dizer, que a infeliz esposa de Riego estava refugiada em Londres, em companhia de seu cunhado, ancião e sacerdote, quando aquelle foi immolado em Madrid. A municipalidade de Londres tentou levantar um monumento á memoria do illustre martyr da liberdade constitucional das Hespanhas.» Foi então que o governo inglez se mostrou contrario aos refugiados politicos e accentuando o seu espirito conservador. E' datada a Ode *A Lyra do Proscripto*, dedicada á celebre cantora Catalani, ainda de Warwickshire — Novembro, 1823; elle a ouvira, e exclama:

Silencio do sepulchro, a um proscripto
 Tu só competes; quando a patria é morta,
 Morrem com ella as Musas.
 E silencioso e mudo eu caminhava
 Pela terra do exilio . . . que prodigio,
 Que electrico poder veiu acordar-me
 D'este morto lethargo ?

.
 Foi teu poder, foi tua voz divina,
 Que os eccos acordou d'estas florestas
 E os reflecte em meu peito, ó Catalani.

E referindo-se á sua primeira estada em Lisboa, pede-lhe agora que ao voltar lá outra vez acorde nas almas, com a fascinação do seu canto, o sentimento da liberdade:

. O Tejo outr'ora,
 Já por suas grutas resoar ouvira
 Teus primeiros accentos.
 Ai! quão differente então, do que hoje, elle era!
 Seu leito de oiro em ferro se ha tornado,
 E o brio de seus filhos tam famoso
 Hoje é vergonha e opprobrio.
 Oh Catalani! co'essa voz que impera
 Irresistivel n'alma, tu lhes brada,
 Chama-os á gloria, punge-os á virtude
 Co'aquelle accento angelico
 Que faz tremer o coração no peito . . .
 Eia! a Lysia infeliz tu dize: *Surge!*

A extraordinaria cantora Angelica Catalani viera pela primeira vez a Portugal em 1801, cantando em S. Carlos até 1806; ¹ casou em Lisboa com um empregado da embaixada franceza por nome Valabrègue. A sua

¹ *Bocage, sua vida e epoca*, p. 402 a 407. Fétis regeita estas datas, que são irrefragaveis diante dos documentos da Intendencia da Policia.

voz extensa e facil, destinada ao canto de bravura, a que dava relêvo o seu póрте altivo, dominava; pelo seu desprezo pela côrte napoleonica e viva preferencia pela sociedade ingleza, a Inglaterra enriqueceu-a muitas vezes, fascinado o espirito publico em Drury-Lane ou em Covent-Garden ouvindo-lhe cantar a *Rule Britannia* e o *God save the King*. Na sua Ode, Garrett allude a este successo:

Mais audaz, mais segura
 Britannia se ergue a dominar os mares,
 Quando a tua voz aos filhos seus bradando
Rule, Britannia! eterna lhe promettes
 A avita liberdade.

A saudade da patria acordava na alma de Garrett uma sympathica ternura pela vida portugueza, que agora se lhe desenhava á mente com uma nova poesia. A festa do Natal, comparada com os côstumes inglezes, aviva-lhe na imaginação um quadro pittoresco, em que reproduz o colorido philintista:

Vêr na minha catholica Lisboa
 As festas de tal noite!
 Sinos a repicar, moças aos bandos
 Co'a bem trajada capa,
 E o alvo-tezo lenço em côca airosa,
 D'onde um par d'olhos negros
 Dão as boas festas ao vivaz desejo
 Do tafulo devoto,
 Que embuçado acudiu no seu capote
 A' pactuada igreja!
 Natal da minha terra, que lembranças
 Saudosas e devotas
 Tenho de tuas festas tão gullosas,
 E de teus dias santos
 Tão folgados e alegres! Como vinhas
 Nos frios de Dezembro

De regalados fartes coroado,
Aquecer alma e corpo
Co' vinho quente, e'os mexidos-ovos
E farta comezana!

(*Lyrical*, p. 266.)

No seu *Diario*, com data de 25 de Dezembro, escrevia o poeta: «Com que tristeza passou para mim este dia! Em Portugal, e especialmente na minha provincia, é o dia de Natal um dia de festa domestica, de alegria e de satisfação no interior das familias.— Eu, sem casa nem familia, passo pela primeira vez em minha vida o dia de Natal entre extranhos.» A festa na Inglaterra consistia na exhibição de bois e carneiros gordos, e grossas póstas de carne nas lojas. Mas, o que mais tristeza infundia na alma do poeta era o aspecto da natureza; no seu *Diario*, referindo-se aos dias —26-30 de dezembro— escreve: « todos estes dias têm sido de temporal: chuvas e ventania desde que amanhece té á noite, e desde a noite té ao outro dia.» A sua alma reconcentrava-se na representação da patria distante; reviviam as imagens do passado, e foi assim que se acordaram as reminiscencias da Poesia popular portugueza, que ouvira na infancia ás velhas creadas da casa paterna. Os estudos de Percy e de Walter Scott sobre os Cantos populares de Inglaterra revelaram-lhe a seriedade d'estes documentos tradicionaes, e começou a sua investigação pedindo para pessoas amigas de Portugal, que lhe enviassem textos de alguns romances cavalheirescos. O terrivel anno da reacção *apostolica* de 1823 findára, e na sua Ode *O Anno novo* d'elle escreve o poeta:

Não deu senão colheita de infortunio,
 Nem granou outras mésseas
 Mais que o joio semeado por mãos tredas

Quem sabe quanto tempo hade durar-lhe
 O gelo d'este inverno em nossos campos,
 Té que o derreta o sol, ora enevoado,
 Da antiga liberdade?

Dorme a vegetação n'essas sementes
 Que á terra se lançaram. Mas eternas
 As estações não são: teu dia, ó patria,
 Teu dia hade chegar.

(*Lyrical*, p. 269.)

Grandes amarguras tinha o poeta de passar ainda; tudo isso lhe afinava a sensibilidade, revelava-lhe uma nova emoção esthetica, a que talvez ficasse extranho se não tivesse sahido de Portugal. E toda essa nova sensibilidade vae achar a sua expressão completa no poema elegiaco *Camões*, escripto em maior angustia já fóra de Inglaterra. Se a vida domestica ingleza lhe imprimiu um cunho de elegancia e gosto, e um tacto delicado de sensibilidade, o mundo exterior levou-o a uma comprehensão da época medieval pela contemplação dos seus monumentos. No *Diario* da sua viagem, fallando da cathedral de Worcester, impressiona-o a sumptuosa e bellissima architectura gotica: «toda a cidade está cheia de antigos monumentos de *éra romantica*, e a qualquer parte que se volte o viandante não vê senão torres, castellos e *ruinas cavalheirescas*.» Ainda em 15 de janeiro de 1824 visitava em companhia de Augusto Hadley as ruinas de Dudley Castle; e d'essas impressões, que lhe revelavam todo o colorido do Romantismo no seu aspecto feudal, vibram

no poema *Camões* resonancias de emoções vividas:

Eu vi sobre as cumiadas das montanhas
D'Albion soberba, as torres elevadas
Inda feudaes memorias recordando
Dos Britões semibárbaros. Errante
Pela terra estrangeira, peregrino,
Nas solidões do exilio fui sentar-me
Na barbacan ruinosa dos castellos
A conversar co'as pedras solitarias,
E a perguntar ás obras da mão do homem
Pelo homem que as ergueu. A alma enlevada
Nos *romanticos* sonhos, procurava
Aureas ficções realisar dos Bardos.
Murmurei os tremendos esconjuros
Do Scaldo sabedor, — fallei aos eccos
Das ruinas a lingua consagrada
Dos menestreis. — Prefiz solememente
Todo o rito, invoquei firme e sem medo
Os genios mysteriosos, as aérias
Vagas fórmãs da vírgem d'alvas roupas,
Que as tranças d'ouro penteando ao vento,
Canta as canções do tempo que passaram
Ao som da harpa invisivel, que lhe tangem
Os domados espiritos que a servem,
Como o subtil Ariel, por invisivel
Encantado feitiço.

(*Camões*, cant. vii.)

A evocação do passado completava-se com o estudo das obras de Walter Scott e com a leitura das tragedias de Shakespeare; Portugal tambem teve a sua Edade média caracteristica, as suas tradições cavalheirescas. Foi ainda em Warwick que lhe appareceu na mente o valor artistico da lenda dos *Doze de Inglaterra*, incluida como quadro episodico nos *Lusiadas* pelo genio de Camões. Garrett sentia-se attrahido para esse thema, que nunca mais abandonou até ao anno de 1832, tratan-

do-o na fórma digressiva e caprichosa de Byron, com que se salvava da extemporaneidade d'esse ideal. Na Autobiographia allude a esse poema, que chegára a mais de vinte cantos, e que por fatalidade se perdera: «poema de um genio caprichoso, uma cousa entre o *Orlando* de Ariosto e o *D. João* de lord Byron; tinha por titulo e acção principal o *Magriço e os Doze de Inglaterra*; mas excentrico e indeterminado na sua esphera, abraçava todas as cousas antigas e modernas, e ora philosophava austeramente sobre os desvarios d'este mundo, ora se ria com elles... Este poema, de que por intervallos sabemos que o auctor se andou occupando até ao anno de 1832, (nove annos de vida!) — tinha consignado as impressões de suas variadas viagens, e que era finalmente uma rica e immensa collecção de variadissimos estylos...» Dos vinte e tantos cantos «que já estavam compostos, e que levavam o heroe até ás portas da estacada de Smithfield em Londres», apenas se salvaram mil e seiscentos versos soltos, bastante prosaicos, e ainda longe d'aquella severidade a que chegou nos poemas *Camões* e *D. Branca*. O genero digressivo não se quadrava com os effeitos pittorescos com que se faz viver uma época extincta.

Começava o anno de 1824; no seu *Diario*, sob a rubrica: — 1 de Janeiro de 1824. O anno novo — escrevia: «Melhorado venha este anno; e veja-o eu findar no socego da minha patria.— Muito devo á terra hospitaleira onde me abriguei da tempestade de desgraças, que me ameaçavam na minha patria.— Que trará comsigo este anno novo? Que projectos de

ambição, que novos esforços de tyrannia apparecerão em seu decurso? Que novas oppressões para a raça humana? Teremos mais ainda que soffrer, ou melhorará em seus dias a triste sorte da humanidade? — Não creio que a *Santa Alliança* consiga nada na America. — Tenho não sei que presentimento que este anno que entra hade dar muito de si.» E não se enganava; o governo inglez entendeu que eram indignos de protecção os que o tinham destituído do protectorado de Portugal pela revolução de 24 de agosto de 1820. Garrett entendeu sair da sua situação provisoria, deixando o affectuoso gasalhado da familia Haddley em 25 de janeiro de 1824, indo procurar um emprego em Londres, pela influencia do negociante portuguez Antonio Joaquim Freire Marreco. Em uma nota do canto I do poema *Camões*, caracterizou Garrett este bom homem: «O sr. Antonio Joaquim Freire Marreco, a quem eu e tantos emigrados portuguezes somos devedores de impagaveis obrigações não só pelos muitos soccorros com que generosamente acudia até a desconhecidos, mas tambem pelo modo cavalheiroso e nobre com que o fazia.» Garrett ligou-lhe o nome ao seu poema immortal; e elle merece-o, mais ainda por ter comprehendido a vocação litteraria do expatriado, animando-o e offerecendo-se para auxilial-o materialmente na publicação dos seus escriptos. A situação domestica de Garrett urgia uma solução rapida, e em Londres não era facil uma collocação; passados os mezes de janeiro e fevereiro sem resultado, Freire Marreco offereceu-lhe a entrada para a Casa filial no Havre de Grace, do

banqueiro Laffitte, como encarregado de fazer a correspondencia portugueza e brasileira d'aquella succursal. ¹ O poeta acceitou, e partiu com a esposa para o Havre, em uma situação subalterna e mesquinha, que por ventura levou D. Luiza Candida a um arrefecimento, que determinou o regresso d'ella a Portugal. No meio da oppressiva mediocridade de recursos, Garrett fortificava-se com as suas predilecções litterarias, e nos dias mais amargurados de Londres ou na humilhação do Havre, traduzia as Odes de Catullo, o poeta sensual com que tanto sympathisava. A um dos seus autographos poz esta nota: «Em *fevereiro em Londres* continuei a obra, e agora de novo me cinjo a ella com mais firmes tenções de a levar a cabo.— Havre, 29 de abril de 1824.» Na sua autobiographia, e no texto manuscrito que dera a Gomes de Amorim, descreve Garrett a situação em que o seu espirito entrava em uma phase de criação genial, corporisando o ideal que entrevira no remanso de Edgbaston: «dando dias ao seu trabalho de escriptorio, e as noites ás suas recreações litterarias... sem que a presumpção de cavalheiro, ou a vaidade de homem de lettras o fizessem descontente em tamanha mudança de fortuna.»

¹ No seu Discurso em sessão parlamentar de 9 de Outubro de 1837, referiu-se Garrett a esta situação repellindo uma calumnia dos Cartistas: «Eu quando emigrado pela liberdade, e que não quiz ser como outros pesado a ninguem, *fui ser caixeiro de uma casa de commercio*, onde apprendi a trabalhar e ganhar o meu sustento com o suor do meu rosto. Padei muito, não apprehendi nada. Tenho muita honra de o haver feito. E oxalá que outros fizessem outro tanto.» (*Discurs.*, p. 65.)

Como filha de negociante, D. Luiza só comprehendia a vida a ganhar dinheiro, e as letras como uma frivolidade diante dos interesses praticos. Accentuava-se a dissidencia moral, que veiu aggravar mais a situação do poeta, e a que nunca se referiu, para não patentear a inferioridade intellectual da esposa que escolhera.

2.º O EXILIO EM FRANÇA (1824, 1826.)
CAMÕES E D. BRANCA

Por uma carta de Garrett ao seu amigo Duarte Lessa, escripta do Havre, vê-se que nos ultimos dias antes de partir de Londres estavam já definidas as suas novas concepções estheticas: « Lembra-se das nossas conversas de Londres sobre antiguidades portuguezas e o muito que d'ellas se podia aproveitar quem de nossas legendas e velhas historias e tradições fizesse o que tão bem fazem inglezes e allemães, que é vestil-as de adornos poeticos, e sacudir-lhes a poeira dos seculos com bem assisada escolha e apropriado modo? Pois desde então (e já de mais tempo me feria isto na cabeça) não fiz eu senão pensar no geito com que me haveria para armar assim uma cousa que se parecesse, mas que de longe, com tanta cousa boa que por cá ha por estas terras de Christo, e que pelas nossas, de tão ricos que somos, se esperdiçam e andam a monte, por desacerto de letrados e barba-rismo de ignarantes.» ¹ O poeta achára o veio

¹ Autographo de Duarte Lessa. *Mem. de Garrett*, I, 350.

aurifero para exercer a elaboração artistica; e o sentimento nacional animava-o, por isso que a desolação do exilio fazia-o vibrar pelo soffrimento e pela aspiração á liberdade por que se sacrificava. Passados dois mezes depois de installar a sua residencia no Havre, na collina de Ingouville, d'onde se avista a bahia com todo movimento maritimo, entregou-se nos seus desalentados ocios ao trabalho de idealisação, e em 13 de Maio de 1824 dava comêço ao Poema *Camões*. Do primeiro rascunho datado do Havre, em letra corrente, contendo apenas oito cantos e principios do nono e decimo, lê-se na primeira folha:

« Comecei este Poema em 13 de Maio de 1824, por occupar e distrahir o atribulado espirito, que em tanto desterro e solidão, e com tão affadigada vida, não sei eu como ainda o conservo.

« Havre, em 9 de Junho de 1824. Que coisas não hiam por minha terra, emquanto eu cá de tam longe, e tão alheio a taes barulhos, sonhava com as memorias de suas antigas venturas! » ¹

Em uma carta dirigida a Duarte Lessa em 27 de julho (1824, carimbo do correio) fallalhe « da barateza da terra, segurança individual e perfeita liberdade em que se vive, commodos para a vida e mil outras cousas que em verdade deveram ter deliberado muitos a vir para aqui — pois essa terra (sc. Londres) é realmente devoradora. O prègador é inte-

¹ *Catalogo dos Autographos*, pelo Dr. Carlos Guimarães, p. XVIII.

ressado: e que o sou confesso de plano, porque a companhia de portuguezes, (mesmo *indignos* do nome) seria para mim sem duvida de preço infinito n'uma terra onde com ninguem vivo; mas quanto mais se de amigos, etc.!

« Agora tratemos um assumpto que é particular meu. Desde que resido no Havre tenho-me constantemente occupado de uma obrita, cuja materia nacional e popular espero lhe dê sahida; emquanto ao desempenho, outros dirão que não eu.— Já tenho subscriptores em Portugal e aqui, desejava obtel-os em Inglaterra: ao snr. agora, e logo a outros amigos, vou pedir que se interessem em os diligenciar: e parece-me que posso confiar pelo menos em alguns.— A obra é um poema em dez cantos, cujo titulo e assumpto é — Camões — suas aventuras, e suas composições fórman o fundo historico; mas os *Lusiadas* principalmente occupam a scena.— A acção é a composição dos *Lusiadas* — e portanto grande parte do meu poema uma analyse poetica d'elle.

« Já vê que me não faltam episodios com que guarnecer e enfeitar o quadro. Dei-lhe um tom e ár de romance para interessar os menos curiosos de letras, e geralmente falando o estylo vae moldado ao de Byron e Scott, (ainda não usado nem conhecido em Portugal) mas não servilmente e com *macacaria*, porque *sobretudo* quiz fazer uma obra nacional. Fil-o em dez cantos por similhaça com o poema cantado. Por ventura me criticarão a novidade de fazer um poema assumpto de outro; sei que sou o primeiro que me atrevo a isso; mas se me sahir bem, não sei

que desmereça das letras porque innovei um genero.—Tenho completos os dez cantos todos, mas ha lacunas em alguns que de proposito deixára para seguir o fio da concepção, e que só encherei na emenda geral que hade preceder a impressão. — Vou mandal-o ao amigo Marréco, a quem pelo muito que lhe sou obrigado o dedico — se o elle permittir e acceitar — ; mas do snr. e do am.º J.º Fer.ª (Borges?) e do grande *Camõensista* snr. Machado, espero que o vejam, que notem com franqueza o que lhes não parecer bem, e m'º digam com a mesma franqueza por que não sou homem que d'isso faça se não obrigar-me e agradecer. Se tivera aqui as *Memorias de Camões* escriptas por aquelle inglez, cujo nome me não lembra, grande auxilio me seriam, especialmente para as notas e illustrações do poema, que ainda não acabei de todo. — Todavia a obra pôde entrar na imprensa logo, logo, apenas haja uma subscrição que me assegure a — não perda — e que haja com que supprir as despezas d'ella, o que me não permittem minhas *circumscriptas circumstan-cias*. Já tomei informações, e d'aqui o posso com facilidade fazer em Paris,— e d'aqui o poderei depois mandar para todas as partes do Brasil, onde (se o amor me não illude) cuido ter certa e util venda. Se faço fortuna e encontro quem me dê a mão — talvez esta cousita me ajude a levantar um tanto da lama.» (*Mem.*, I, 345.)

O desterro e solidão moral, como a representação das desgraças de uma patria escravizada, é que o determinaram a synthetisar no vulto de Camões a expressão de Portugal,

agora estrangulado, depois de ter resurgido pela Revolução de Vinte. Esse alto Symbolo da nacionalidade já tinha apparecido em toda a sua eloquencia aos homens que depois do cannibalismo de Beresford e da inepta Regencia, se tinham refugiado em França; o projecto de um monumento funéral a Camões no templo de Belem significava essa intelligencia, sendo por isso embaraçado pelos estupidos Governadores do Reino. Para o acto da trasladção triumphal dos restos de Camões, chegou o compositor João Domingos Bomtempo a escrever a sua Missa de *Requiem*. Bomtempo era um dos que se achava agora perseguido pelo despotismo da reacção bragantina. Tambem fugido á reacção feroz, que destruiu a obra reconstructiva de 1820, o insigne pintor Domingos Antonio Sequeira sahio de Lisboa em 7 de septembro de 1823, refugiando-se em Paris, aonde chegou em 20 de outubro d'esse anno. O genial artista, trabalhando para a Exposição de Pintura de 1824, escolheu para thema do seu quadro *A Morte de Camões*. Garrett, em uma Ode que dedicou a Sequeira, com a epigraphe de Virgilio *Fuge litus avarum!* refere-se ás suas perseguições:

Bem vindo sejas, oh *Sequeira* illustre,
D'essa terra maldita,
Onde crucificou a liberdade
Povo de ingratos servos.
Tu, que os louros de Vasco e de Campello
Reverdecer fazias,
Por aquelle maninho priguiçoso
Que foi terra de Lysia,
Filho de Raphaél, bemvindo sejas,
A este azylo santo,

Com o nobre pincel não polluido
No louvor dos tyrannos;
Aqui celebrarás antigas glorias
Da que foi nossa patria...

(*Flores sem fructo*, p. 71.)

Por denuncias do architecto Manoel da Costa, do mestre de Pintura Archangelo Foschini, e do Pintor Bartholomeu Callisto, empregados no paço da Ajuda, feitas ao Juizo da Inconfidencia, de que Sequeira pintára uma allegoria glorificando Junot e deprimindo a nação portugueza, teve esse homem de genio de defender-se contra essa accusação affrontosa das baixas mediocridades. Na sua prisão no quartel da Luz, de 15 de dezembro de 1808 até 18 de janeiro de 1809, ahi formulou a sua defeza justificando-se de que se recusára a pintar o quadro que Junot lhe encommendára, e que esse da Allegoria lhe fôra imposto especialmente por Junot, dando-lhe um sentido patriotico, o que desgostára o francez, por que pintára Lisboa em *attitude triste*, sendo amparada *pela religião e pelo genio da Nação portugueza*. Assim se justificára; e Garrett podia exclamar com verdade, que o nobre pincel não se polluirá no louvor dos tyrannos. A data de 1824 é commum ao quadro de Sequeira e ao poema de Garrett: ambos vibravam com a mesma emoção expressa pelo Symbolo de *Camões*. Esse sentimento, que inspirou os tres genios portuguezes refugiados ao mesmo tempo em Paris, achámol-o bem accentuado na historia em outras crises da nacionalidade. Já no fim do seculo XVI os dois portuguezes Benito Caldeira e Henrique Garcez tra-

duziam os *Lusiadas* em castelhano para communicarem aos extranhos entre quem viviam, o sentimento nacional, synthetisado n'esse principe dos Poetas das Hespanhas; o interesse para consagrar a sepultura de Camões em 1594, era um esforço para não deixar extinguir-se o espirito nacional sob a incorporação castelhana de Portugal na unidade *iberica*; em 1607, o P.^e André Bayão, que estava por mestre de Rhetorica em Roma, traduzia os *Lusiadas* para latim, avivando a saudade da Patria n'esse estudo; em 1622 Fr. Thomé de Faria, bispo de Targa, emprehedia e publicava aos outenta annos de idade outra versão latina dos *Lusiadas* dedicada á *Nação portugueza*, quasi ha meio seculo extincta a sua autonomia; em 1624 João Franco Barreto vae á restauração da Bahia, e na ausencia da patria adquire esse amor, que empregou na revisão dos *Lusiadas* em 1631, occupação predilecta da sua vida depois que regressou de Paris, aonde fôra em 1641 com o embaixador Francisco de Mello. O homem que organisou a Revolução de 1640, João Pinto Ribeiro, occupava-se em commentar os *Lusiadas*, meditando-os; e em 1644, Fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo, quando se achava na côrte de Luiz XIII traduzia mais uma vez o poema de Camões para a lingua latina. Tambem durante a sua ausencia na côrte de Castella, Faria e Sousa occupava-se coordenando os textos e commentarios de todos as obras do incomparavel poeta. Na extrema penuria do seu exilio em Paris, Filinto Elysio proclama constantemente a supremacia genial de Camões; a monumental edição dos

Lusiadas do Morgado de Matheus feita em Paris, é o protesto perante o mundo civilizado contra o protectorado inglez e as affrontosas forcas do Campo de Sant'Anna. Durante a sua assistencia em Paris o Duque de Palmella distrahia-se em traduzir para verso francez os *Lusiadas*, trabalho «encetado em 1806 no verdor da mocidade, animado pelos conselhos de alguns litteratos francezes mais eminentes com os quaes me achava ligado de amizade, estimulado principalmente pelas solicitações de Madame de Staël...»¹ N'este anno de 1806 escrevia Byron essas mimosissimas *Stanzas a uma Joven, acompanhando as Rimas de Camões*. Referindo-se á traducção franceza encetada por Palmella, escreveu Garrett:

« Posso dar testemunho do muito que admirei algumas das mais bellas e mais difficeis passagens dos *Luziadas*, quando o nobre poeta (espero que não se offenda do nome) me fez a honra de m'as lêr, ha onze para doze annos em Londres.» (Cant. VIII, not. D.)

Todos os grandes creadores da nova phase do Romantismo ao exemplificarem que a obra de arte é tanto mais bella quanto elaborando a *tradição* representa o character *nacional*, interpretaram a Epopêa de Camões como a prova mais eloquente d'esta doutrina esthetica. Schlegel, affirmando que depois de Homero nenhum poeta excedia Camões na intuição poetica das tradições nacionaes, concluiu superiormente, que os *Luziadas* sup-

¹ Ap. Juromenha, *Obr. de Camões*, I, 240.

priam uma litteratura inteira. Camões era idealizado no lyrismo moderno, como se via pela Ode de Raynouard, traduzida nos ultimos dias por Filinto; John Adamson, publicava em 1820 as suas *Memorias de Camões*; em 1824, Ferdinand Denis, fervoroso lusitanophilo, publicava o seu quadro *Camões et Joseph Indio* no livro *Scènes de la Nature sur les Tropiques*; e em 1825 Millié appresentava uma traducção franceza dos *Lusiadas*. As traducções da epopêa em italiano por Briccolani, de 1826, e a ingleza de Musgrave, do mesmo anno, mais nos revelam que na Europa Camões entrava na categoria dos Poetas universaes.

Quando Garrett escolheu a vida do Poeta que symbolisava Portugal para thema do Poema *Camões*, obedeceu a esta corrente intuitiva, que inspirava ao mesmo tempo outros artistas, sem que directamente se influissem. Garrett exprime em sentidos versos os traços da *Morte de Camões* de Sequeira, representando-o no estertor de um pobre leito:

..... Voltastes? E que novas
Me trazeis?

— Tristes novas, cavalleiro.

Ai, tristes. D'esta carta que vos trago
Sabereis tudo.

Ao vate a carta entrega;
Do Missionario era, que dos carceres
De Fez escreve. Saudoso e triste,
Mas resignado e placido, lhe manda
Consolações, palavras de brandura,
De allivio e de esperanza:

«*Extincto é tudo
N'esta mansão de lagrimas e dores;
As letras dizem tudo; mas a patria
Da eternidade só a perde o impio,
Deus e virtude restam: consolae-vos...*»

— « Oh! consolar-me? (exclama; e das mãos trémulas
A epistola fatal lhe cae . . .) Perdido
E' tudo pois! . . . »

No peito a voz lhe fica,
E de tamanho golpe amortecido
Inclina a frente, e como se passara,
Fecha languidamente os olhos tristes.
Anciado o nobre Conde se aproxima
Do leito . . . Ai, tarde vens, auxilio do homem.
Os olhos turvos para o céu levanta;
E já no arranco extremo :

— « Patria, ao menos,
Juntos morremos . . . »

E expirou co'a Patria.

Depois d'estes rapidos versos, que dão
uma justa ideia da *Morte de Camões* do por-
tentoso Sequeira, Garrett escreveu a seguin-
te nota:

« E' notavel coincidencia, e que muito li-
songeia o meu pequeno amor proprio, que
emquanto eu, humilde e desconhecido poeta,
rabiscava estes versinhos para descrever os
ultimos momentos de Camões, o sr. Sequeira
immortalisava em Paris o seu nome e o da
sua nação com o quadro magnifico que este
anno passado de 1824 expoz no Louvre, em
o qual pintou a mesma scena. Valha-nos, ao
menos, descahidos e esquecidos como estamos,
que haja ainda portuguezes como o sr. Se-
queira, que resuscitem, de quando em quan-
do, o adormecido ecco da nossa antiga fama.»
(Cant. x, not. D.) A obra de Sequeira foi as-
sim julgada pela imprensa franceza: « Dare-
mos as honras do Louvre ao *Camões* do sr.
Sequeira . . . O rosto do velho poeta n'este
quadro é bello; bem entendido, belleza poe-
tica. Nos membros devorados pela velhice e
miseria, por entre a barba desgrenhada, avis-

tam-se ainda os signaes da grandeza de alma, e os vestigios da organisação superior que fazia juntamente grande o poeta e o guerreiro valoroso. Este quadro, despido de todas as seducções da arte, arrebatava muito além do ordinario; o assumpto é representado com singeleza e energia. Emfim, esta tela encerra o que todos os pintores devem procurar — a verdade e o pathetico.»¹

O quadro de Sequeira suscitou os louvores dos celebres pintores francezes Gérard, Granet e Vernet; tinha esse poder que levou Raczynski a comparar o pintor portuguez com Rambrandt.² Elle representou o poeta, deitado sobre a pobre enxerga, agitando-se ao ouvir lêm as novas que chegam da batalha de Alcacer-Kibir; de repente chega ao ponto em que se descreve a derrota do exercito portuguez e a morte do rei D. Sebastião, e, possuido do dom prophetico da extrema angustia, expira bemdizendo o céu por não sobreviver á perda da liberdade da sua patria. Que movimento para um quadro! O pincel que traçaria com sublime força o *Juizo final*, possuia já o poder de concentrar todas essas agonias da hora suprema na expressão de um unico vulto. Garrett carecia tanto de desculpar-se do influxo de Sequeira, como este da *Missa*

¹ *Courier français*, n.º 264, de 1824. Descrição feita por Serrurs, traduzida na *Carta*, n.º 13, de 1826. Este quadro foi offerecido a D. Pedro, então imperador do Brasil, que nomeou Sequeira cavalleiro da Ordem do Cruzeiro.

² *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, p. 262.

de Bomtempo, «*ouvrage consacré à la memoire de Camões*,» escripta para a apotheose embaraçada pelos Senhores da Regencia. Um mesmo ideal suscitava estes trez genios portuguezes.

Tudo conspirava para acordar na alma de Garrett o valor da ideia poetica do mais intenso Symbolo da patria; e obedecendo intuitivamente a essa nova emoção, continuou a defender a originalidade do poema *Camões* de outras reminiscencias, declarando não ter imitado Lemercier, nem Ferdinand Denis: «Depois de ter o meu poema quasi acabado, vi extractos de uma composição de Lemercier, que algum longe de analogia poderá ter com esta; é sobre Homero. Porém, é tão excentrico e extravagante em suas cousas e modo o tal Mr. Lemercier, segundo vejo de outras obras suas, que nem procurei lel-a; sei todavia que o seu plano é diverso, e que nenhuma luz podia dar ao meu intento.»¹ A obra a que allude Garrett consta de extractos sobre *Homero* e *Alexandre* (1801) publicados com a *Atlantida* em 1823, juntos com o poema *Moysés* em quatro cantos. Lemercier foi um revolucionario da litteratura, ao qual succedeu Victor Hugo tanto no espirito como na cadeira da Academia franceza; elle está ligado á nossa litteratura pelo seu bello drama *Pinto*, sendo o protagonista o revolucionario da independencia de 1640. Pelos poemas de Lemercier viu Garrett que nem só os nomes

¹ Carta a Marreco, no Ms. de *Camões*, 1.º da collecção de Autographos. (Cat., p. xix.)

de cidades ou de reis serviam para titulos de poemas, e que a característica de um heroe estava na individualidade. Restringindo a concepção do poema *Camões* á sua pura personalidade, Garrett chegára a affirmar que não acceitava o Romantismo, essa nova corrente de gosto em que ia arrebatado; e n'esta preocupação defendia mais uma vez a originalidade do seu poema, buscando fundamentar a sua prioridade sobre o trabalho do benemerito Ferdinand Denis, *Scènes de la Nature sur les Tropiques*, publicadas em Paris em 1824. Publicado o poema *Camões* em fevereiro de 1825, em Paris e anonymamente, Garrett poz na advertencia: «Hoje me veio ás mãos uma obra em francez de mr. Denis, *Scènes de la Nature sur les Tropiques*, onde encontro um episodio sobre Camões, em que ha parecenças com a minha obrinha. Como isto foi, melhor o dirá elle que eu, pois este poema se acha composto desde julho passado, começou-se a imprimir em janeiro corrente, e sae acabado da imprensa hoje 22 de fevereiro de 1825; a obra de mr. Denis publicou-se em dezembro proximo passado. E' notavel a coincidencia, e muito me lisongeia.» Ferdinand Denis resentiu-se d'estas revindicações antecipadas, e no *Resumé de l'Histoire litteraire de Portugal*, escrevia em 1826: «Lembrarei aqui que, dois mezes depois da publicação das *Scènes de la Nature sur les Tropiques*, nas quaes se acha um episodio sobre a vida do grande poeta, appareceu em portuguez um poema anonymo intitulado *Camões*. Deixo a outros o cuidado de decidir ácerca do merito da obra; o auctor confessa, é verdade,

que appareceu só depois de mim, mas que seis mezes antes o seu trabalho estava composto. Dois annos antes, tive eu a honra de lêr o meu episodio em presença de uma numerosa assembleia, em casa de Mr. Thurot, um dos professores do Collegio de França.» (Op. cit., p. 610.)

Na segunda edição do *Camões*, feita em Lisboa em 1839, Garrett poz a seguinte nota, referente ao caso: «O poemeto em prosa de M. Denis publicado na obra *Scènes de la Nature sur les Tropiques*, appareceu pouco depois em França — em 1825. (Aliás, 1824.) Na primeira edição do meu *Camões*, que é d'esse anno, fiz a semsaboria de me pôr a dar explicações em como não tinha nada a minha composição com a do Sr. Denis. Custa-me que, entendendo provavelmente mal as minhas palavras, aquelle escriptor, que tão bem tem merecido da nossa litteratura, se offendera d'ellas. Peço-lhe aqui solemne desculpa, e declaro a minha convicção intima de que, assim como não sabia de sua obra nem a vira antes de publicar a minha, o mesmo estou certo que lhe acontecesse.» (Cant. ix, not. I.)

Não é indifferente esta minucia; Ferdinand Denis tinha sido intrigado contra Garrett por Castilho, que em carta datada de Coimbra de 20 de junho de 1830 lhe confessa uma imitação das *Scenas da Natureza*, contrastando a sua sinceridade com a má fé de *certo autorsito*. Eis o importante trecho: «A bondade com que acolhestes a dedicatoria, que eu tomei a liberdade de vos fazer dos *Ciumes do Bardo*, dá-me a ousadia de vos offerer outra obra, que ainda que não seja di-

gna de vós, é entretanto devida. E' um Drama sobre a escravatura, em cinco Actos, intitulado *O Negro*, que vos deve muitas obrigações, e em cujo retoque trabalho n'este momento.

«Na ultima leitura, que aqui fizemos, das *Scenas da Natureza debaixo dos Tropicos*, fiquei admirado de encontrar n'este livro muitas das cousas que mais me agradavam no meu Drama, que tinha sido composto um ou dois annos depois da primeira leitura da vossa obra. Noto esta circumstancia, porque é necessario que saibaes, que eu me pico mais de boa-fé que de originalidade, e que nunca farei como fez certo autorsito, que traduziu o vosso excellente francez em versos barbaros de portuguez árabe, que não só deu, mas defendeu por originaes. A gralha da Fabula largou as pennas de pavão, quando os pavões a appanharam enfeitada com os seus despojos; mas a gralha moderna do Parnaso volta bico, e defende a má preza como propriedade.» O motejo de Castilho ao portuguez-árabe dos versos do autorsito, envolvia além do plagio de *Camões* o estylo do poema *D. Branca*; a carta termina com uma rija coarctada contra essa outra obra organizada por Garrett e deturpada por José da Fonseca, o *Parnaso lusitano* publicado em 1826: «E' uma cousa bem curiosa, meu senhor, que enquanto um francez trabalhava assim por nos exaltar, trabalhassem compatriotas nossos para nos deprimirem aos olhos dos estrangeiros; fallo dos selectores do *Parnaso* portuguez, que tanto sabem o que é portuguez, como o que é Parnaso:

quos improba ventris
Exegit cacos rabies . . . » ¹

O resentimento de Castilho contra o *Parnaso lusitano* nascera da introdução, em que Garrett fallava dos *cegos admiradores* de Borage; Castilho, que merecera os mais exagerados elogios de José Agostinho de Macedo por causa das *Cartas d'Ecco e Narciso*, ver-sejava então no mais martellado elmanismo. Pelo seu lado tambem José Agostinho, que odiava mortalmente Garrett pelo seu espirito liberal, pugnava por Castilho contra o auctor do *Retrato de Venus*, o maior glorificador de Camões. Mas todos estes rancores provinham das dissidencias politicas; Garrett glorificára Fernandes Thomaz na sessão da *Sociedade litteraria patriotica*; quando chegou a Coimbra a noticia da morte do grande cidadão, alguem em uma sessão da Sociedade litteraria que se reunia em casa do Dr. Castilho propoz que se fizesse n'aquelle gremio o Elogio historico de Fernandes Thomaz: «o presidente, o dito Dr. Castilho, regeitou-a logo, dizendo que a Sociedade era litteraria e não patriotica.» ² Este conservantismo ferrenho fez com que o Dr. Castilho obrigasse os filhos,

¹ Esta carta appareceu pela primeira vez publicada no *Numerus memorialis* ao Primeiro Centenario de Antonio Feliciano de Castilho — o *Campeão das Provincias* (26 de janeiro de 1900.) O documento não é para glorificação, e parece ter sido publicado mais pelo prurido da raridade que por perfidia. Foi mais tarde reproduzida esta carta no *Conimbricense*.

² *Collecção de Documentos para a historia do Concelho da Figueira*, p. 265.

que tinham glorificado a Constituição de Vinte no Outeiro da Sala dos Capellos, a irem recitar versos no Outeiro que a reacção celebrou em 1823 no mesmo local pela restauração do absolutismo. Recordando esta palinodia de Castilho, lembrava-lhe Garrett com pungente ironia o verso que elle proferira n'esse Outeiro da Universidade: — «Morreu a Liberdade! a Patria é salva.»

Lembrando-se do processo criminal em que o envolveram por causa do poemeto *Retrato de Venus*, publicou Garrett anonymos os novos poemas *Camões* e *D. Branca*. Referindo-se a estes dois poemas elaborados ao mesmo tempo, diz com desvanecimento na *Autobiographia*: «Da sua publicação data e procede tudo quanto até hoje se está fazendo para illustrar a nossa historia, os nossos usos, as cousas da nossa terra.»¹

Todos os detalhes sobre a formação d'estes dois poemas merecem o maior interesse pelo seu impulso iniciador; na Nota B ao canto I do *Camões*, revela-nos: «Quasi todo este poema foi escripto no verão de 1824 em Ingouville, ao pé do Havre de Grace, na margem direita do Sena. Passei alli cerca de dois annos da minha primeira emigração, tam só e tam consumido, que a mesma distracção de escrever, o mesmo triste gosto que achava em recordar as desgraças do nosso grande Genio, me quebrava a saude e destemperava os nervos. Fui obrigado a interromper o meu trabalho; e dei-me, como indicação hygienica,

¹ *Universo pittoresco*, vol. III, p. 302. (1843.)

a composição menos grave. Essa foi a origem da *D. Branca*, desde julho até outubro d'esse anno de 24, completando-a antes do *Camões* que primeiro começára, e que só fui acabar a Paris no inverno de 24 a 25. E quasi que tenho hoje saudades — tal nos tem andado a sorte! — das engelhadas noites de janeiro e fevereiro, que n'uma agua furtada da rua *Coq-St.-Honoré* passavamos com os pés no fogo, eu e o meu velho amigo o Sr. J. V. Barreto Feio, elle trabalhando no seu *Sallustio*, eu lidando no meu *Camões*, ambos proscriptos, ambos pobres, mas ambos resignados ao presente, sem remorsos do passado e com esperanças largas no futuro.» A amizade de Barreto Feio affervorou no poeta mais o culto de *Camões*; em 1826 encetára a Casa Didot uma edição dos *Lusiadas*, dirigida por Barreto Feio, que estudára o texto de 1572, exemplar que existia na Bibliothèque Royal.

Como novas alterações politicas lhe facultaram regressar a Portugal n'esse anno, não chegou a effectuar-se essa edição.¹ O estudo critico de Barreto Feio para a biographia de *Camões*, influiu n'essa parte do poema em que Garrett aceita a errada tradição de ter sido o grande épico perseguido pelo Conde da Castanheira, e de ter amado uma D. Catharina de Athayde que não é a filha de D. Antonio de Lima. Barreto Feio, apesar da sua erudição latinista, tinha o dom de suggerir enthusiasmos pelos nossos monumentos littera-

¹ *Obras de Camões*. Ed. Hamburgo, de 1834; t. I, p. XXII.

rios, cooperando para a publicação do Theatro de Gil Vicente, que tanto veio a actuar no genio de Garrett, pelo conhecimento dos germens originarios do theatro nacional.

Em carta datada de 4 de Agosto de 1823 do Havre, remetteu Garrett para Londres a Antonio Joaquim Freire Marreco o manuscrito do Poema *Camões*:

Certo amigo na augustia, que aos tormentos
 Mirradores, que a vida me atravessam,
 Adoçaste o amargor, e com benigna
 Dextra cravaste a roda do infortunio,
 Cravo que o giro barbaro lhe empeça...
 A ti, minhas endexas mal cantadas...

A carta, publicada no Catalogo dos Auto-graphos, (p. XVIII) tem uma parte intima e outra que o poeta aproveitou como prologo do poema impresso: «Meu amigo. Remetto-lhe com estas linhas o manuscrito de um Poema, que, não pela valia do trabalho, mas pela qualidade do assumpto, lhe consagra a minha amisade.

«Não tome porém esta carta por uma *Epistola dedicatoria*. Graças a Deus, é cousa que nunca fiz nem farei em minha vida; minhas fracas obrinhas só aos meus amigos as tenho dedicado, e para amigos não são imposturas de pedanteria e presumpção.

«De minhas escrevinhaduras é esta a em que mais me empenhei, a que mais de gosto tenho trabalhado; não só porque o assumpto me excitava e enthuziasmava, mas porque desde o momento que a concebi a votei dentro da minha alma a um amigo a quem tanto devo, que tanto estimo, e a quem as minhas

tristes circumstancias tam pouco permitem de o mostrar. Aceite-a pois como dadiva sincera de amizade, e como offerenda de purissima gratidão; e alcance o meu *Camões*, depois de mais de dois seculos que expirou ao desamparo e mingua, um amigo que lhe faltou em vida, e que ao menos o honre na morte.» A parte critica d'esta carta que serviu de prologo com data de Paris, 22 de fevereiro de 1825, diverge fundamentalmente na forma, e em factos; lê-se na primitiva: «Minha vontade era juntar uma vida de *Camões*, que não fosse tão incorrecta e imperfeita como as que téqui appareceram; e que pelo menos não fosse crivada dos nojentos gallicismos do *Mórgado de Matheus*; mas faltam-me livros e tempo, senão que tambem um tanto de saude. Não fôra tambem fôra de logar uma memoriasinha sobre as *Edições dos Lusíadas*, e sobre isso tenho eu trabalhos feitos, mas imperfeitos e sem paciencia para os acabar.» Freire Marreco correu com toda a despeza da impressão, consagrando-lhe *Garrett* na *Dedicatoria* de 1839: «*Por cujo auxilio generoso se fez a primeira edição d'esta obra.*»

As condições especiaes em que *Garrett* compoz o poema *Camões* imprimiram-lhe um tom elegiaco constante, que lhe dá a expressão subjectiva de uma longa Ode. A sua feição lyrica obriga-o a divagar como impressionista nas descrições, em vez de seguir a marcha natural do poema, que é narrativo. Tomou para a idealisação dois factos da vida de *Camões*: a chegada a Lisboa em 1570, depois de dezeseite annos de ausencia, e a sua morte depois da desastrosa derrota de Alcacer-

Kibir. Esta realidade contém implicita toda a poesia; mas, entre estes dois extremos emocionantes, Garrett preferiu inventar phantasticamente todas as situações do poema. Obedeceu á sua tendencia lyrica, recolhendo-se na esteril contemplação melancholica, em vez de haurir da realidade os elementos ideaes que a illuminam. A acção começa com a chegada da não, em que o poeta regressa, ao porto de Lisboa; entram no escaler de desembarque passageiros, Camões e um missionario. Quando o escaler desatraca é que se notam os choros de um escravo que ficára a bordo; era Antonio, o jáo, amigo de Camões. O poeta insta com o mestre para que volte a tomar o seu escravo; e depois de altercação, e de bravatas entre ambos, intervem o missionario, que pela sua doçura consegue que o escravo seja conduzido para terra. Desembarcam os passageiros, cada qual dispersando-se, e Camões embrenha-se pela cidade com o seu escravo ao acaso, sem pousada, até que o missionario o convida para pernoitar no mosteiro da sua ordem. Camões dá alguns pardãos ao jáo para procurar albergue, mas não o consente o missionario, e vão juntos caminho do mosteiro. Tal é a diminutissima acção do primeiro canto, dispendida em effusões lyricas, tornando apagada a scena do desembarque e crú o abandono do jáo na cidade para o escravo desconhecida.

E comtudo, a realidade historica excede os mais accentuados contornos de uma epôea: Camões chegava á patria depois de ter perdido no mar e quasi á vista de Lisboa, o seu grande amigo e tambem poeta, o valoro-

so Heitor da Silveira ; ao desembarcar vem encontrar Lisboa deserta, devastada pela immensa mortandade da Peste de 1569, chamada na historia a *Peste grande*, que é ainda hoje commemorada na Procissão da Saude. As portas da cidade estavam tambem guardadas pelos honrados da terra para que não entrasse ninguem doente. Pelas ruas marchavam lugubrementemente, com gritos fervorosos e resas hallucinadas, as procissões de penitencia e de acção de graças. E' entre esses rumores e aspectos pavorosos que desembarcava Camões. E entre esse tropel medonho, arrastado por um inexplicavel sabbath, o poeta desconhecendo a Lisboa em que brilhára outr'ora, vae ao acaso a vêr se descobre a casa humilde de seus paes no bairro da Mouraria, onde encontra ainda viva sua mãe «*muito velha e muito pobre.*» Este extraordinario momento historico da vida de Camões identificaria a realidade com o ideal em um bello canto épico ; apesar de toda a sua intensidade lyrica, o canto de Garrett ficou tenue e descolorido. Na situação angustiosa em que trabalhava faltavam-lhe os materiaes de estudo historico ; nem n'esse tempo, como elle mesmo o reconhecia, os traços biographicos de Camões estavam bem accentuados, nem tampouco relacionados com o quadro da sua epoca.

E' theatral o canto segundo do *Camões* ; quando os tres personagens se dirigiam para o mosteiro, ouvem dobre de sinos, ais carpidos, e brandões funereos rompem a escuridade da noite. O jáo toma como agouro o encontro de um saímento, e Camões levado pelo

impulso de um presentimento aziago entra no templo; n'esse momento por um solavanco desenhado do féretro, desprende-se do cadaver uma grinalda de rosas que vem cahir a seus pés. O poeta aproxima-se para vêr de quem seja: vê uma donzella amortalhada em véstes candidas, Natercia! Os eccos do templo repetem o nome de Natercia, que proferira inconscientemente, e o poeta cae em terra sem sentidos. Resente-se o character theatral d'este canto das impressões que em Inglaterra Garrett recebera ao lêr e vêr representar as tragedias de Shakespeare: Camões entra em Lisboa como Hamlet no cemiterio; Hamlet vê aproximar-se um saímento rico e apparatuso, confunde-se na multidão para reconhecer quem era... «Ah! a minha bella Ophelia! Eu amava Ophelia; as afflicções de quarenta mil irmãs todas juntas não egualavam a minha.» (*Ham.*, act. v.) E' então que Hamlet cae em um mysterioso accesso de furia. A grinalda que Ophelia tecia ao cahir na torrente em que se afogou, é essa que aqui róla da cabeça de Natercia e vem parar aos pés de Camões. Novas obras artisticas revelavam a Garrett outras fórmulas de idealisação; mas, em vez de dar aos seus personagens essas fallas, que são relampagos da consciencia, limitou-se ao verso descriptivo.

Sem o apoio da realidade historica que lhe faltava, paira no vago da imaginação; Catherina de Athayde desde 1556 que era morta. Cabe ao poeta a liberdade do anachronismo, desde que o facto se torna symbolo, ficando verdadeiro n'este sentido. A realidade, como ella então se passára, ultrapassa em bel-

leza todos os artificios da imaginação; Camões encontra viva sua *velha e pobre* mãe D. Anna de Sá, esta abraça o filho, que regressa indigente e exausto de forças, tendo malbaratado a vida nos rudes transes da guerra e dos mares, das injustiças, ainda peores. A casa é mesquinha, e mal tem onde recolher o bom Antonio, o escravo e affectuoso javanez. A mãe relata-lhe os longos terrores da *Peste grande*, e o poeta narra os seus naufragios, as prisões soffridas, as perdas fataes, e em tantos desalentos como pôde trazer da India para a sua patria o maior thezouro, um thezouro eterno. Elle não delira; tral-o comsigo, através de todos os accidentes inopinados da sorte que lh'o quiz tirar, é o poema dos *Lusiadas*. Devia sorrir-se amargamente d'aquella alma sempre generosa e imaginativa, a boa mãe. Alguem se lembrava ainda do poeta; dias depois da chegada, recebe Camões um bilhete de uma dama do paço; reconhece a letra, é da formosissima D. Francisca de Aragão, que outr'ora lhe pedia versos, e que D. Manoel de Portugal tanto amava. O que será? Mas deixemos este elenco rigorosamente historico, proseguindo na ficção de Garrett.

No terceiro canto do *Camões*, o poeta volta a si do deliquio em que cahira, e acha-se recolhido na cella do missionario, velando-o o jáo cuidadoso. E' então que o missionario lhe falla, e Camões promette, reconhecido, contar-lhe o motivo do subito desmaio. Refere os seus combates em Ceuta e no Estreito, como perdeu um olho combatendo com os piratas, defendendo seu pae. Volta á côrte, e apaixona-se por uma filha do Conde da Cas-

tanheira, o terrível valido de D. João III; pensando em merecê-la, entra no mosteiro de Belém, reconcentra-se em contemplação junto da sepultura do rei D. Manoel, e allí foi que o genio da patria inspirou a alta empresa, que lhe absorveu a vida; allí fulgiu a primeira ideia da Epopêa. Quando ia n'esta parte da sua narrativa, interrompe-o um mensageiro com uma carta mysteriosa e anonyma, em que é convidado a comparecer como cavalleiro em dada hora e sitio em Cintra. Prosegue no canto quarto a narrativa, até chegar á confidencia dos seus amores com Natércia, e como ella mesma lhe pedira que fosse engrandecer-se por feitos de armas; relata a partida para a India, a viagem tempestuosa, seu desterro em Macáo, e como finalmente se vê na patria tendo realisado a obra do seu pensamento, mas com a fatidica coincidencia do naufragio de todas as suas esperanças. Antes porém de partir para o praso mysterioso de Cintra, entrega o poema dos *Lusiadas* ao missionario para lh'o guardar. Seria esta situação suscitada pelo episodio da vida de Dante, quando desterrado de Florença entrou no Mosteiro de Santa Croce-del-Corvo, e depois de ter allí encontrado a paz no bom prior Fra Hilario, confiou á sua guarda o deposito da *Divina Comedia*.

O canto quinto é ainda mais subjectivo e elegiaco; Camões vae a Cintra, recordando-lhe todos os sitios os momentos dos seus amores, as passadas illusões. Este canto é o que menos acção appresenta, e o que é mais lido e repetido pela vibração emocional. Depois de uma prosopopêa á gruta de Macáo, soidão que-

rida, onde o poeta passou as doces horas de tristeza, exalta Cintra, como estancia amena e throno da vicejante primavera. Camões perde aqui o seu typo energico de luctador, e declama como um scismador melancholico da eschola *obermanista*. Garrett deu-lhe a feição da epoca, que encarnára em si, impressionado pelos Lakistas.

No meio dos desalentos, Camões é interrompido pela voz do missionario consolando-o, e que lhe declara ter obtido uma audiencia do rei Dom Sebastião, em que hade ser lido o seu Poema.

O canto sexto é uma longa divagação descriptiva baseada em emoções sobre a historia de Portugal; a acção resume-se no empenho de D. Aleixo de Menezes conseguir do joven monarcha a audiencia ao poeta para lhe apresentar os *Lusiadas*. No canto septimo predomina a effusão lyrica sobre os bons tempos de outr'ora, esboçando o sentimentalismo romantico; depois descreve a anciedade dos pretendentes, e como o monarcha e a côrte vão ouvir recitar o poema em uma gruta de Cintra. A leitura é representada minuciosamente pela summula dos cantos dos *Lusiadas* com um ou outro centão mais expressivo ou já proverbial. Enche-se com este mesmo processo e sem outro movimento o canto outavo; o nono é egualmente pobre de acção: o Rei fica maravilhado com os *Lusiadas*, não sabe como reconhecer esse prodigio e pede ao poeta que torne outra vez a vê-lo. Camões sáe; descreve a tradição da morte de Bernardim Ribeiro divagando apaixonado pela serra de Cintra, e é n'estas alturas que se torna ef-

fectiva a carta mysteriosa. Garrett pende aqui para o ultra-romantismo theatral; Camões vê-se frente a frente com um Conde, que se declara seu inimigo e que o odeia como seu rival! Quando Camões ia para cruzar a espada, o Conde declara que não pôde erguer ferro para o homem que foi amado pela mulher que elle idolatrara; que o convidou para alli vir para lhe entregar o retrato de Natercia, porque é um legado de honra, que ella lhe confiou antes de morrer. Diante de tamanho cavalheirismo, Camões restitue-lhe o retrato, os odios tornam-se em convicta amisade, e juntos choram o ente que ambos amaram. Camões volta a Lisboa, onde já é celebrado entre doutos e indoutos o seu poema. O legado de honra lembra os processos de d'Arlineourt, que no *Chronista* de 1827 Garrett considerava como a segunda celebridade litteraria depois de Walter Scott!

No canto decimo, descreve-se Camões na mais atroz indigencia; D. Aleixo de Menezes já não tem influencia na côrte; anda-se na faina da partida do exercito para Africa, e Camões despede-se, sobre a praia, do missionario que se tornára o seu maior amigo. Depois da partida da expedição, o poeta caminha acompanhado pelo escravo jáo, que pede esmola; as forças alquebram-se, vem-lhe o tédio da vida e adocece. N'esta situação procura-o um mensageiro; é o Conde, o seu inimigo de outr'ora, que lhe traz uma carta do missionario, escripta do cativo de Fez, em que descreve os pormenores da derrota de Alcacer-Kibir. Camões ouve lêr a carta, e quando chega ao ponto culminante da catas-

trophe expira, dizendo a phrase immortal — *ao menos, morro com a patria*. Este lance sublime na verdade da tradição historica, apoucado pelo lance theatral, torna-se apagado, e o convencionalismo tira-lhe a grandeza.

O poema *Camões* é isto; Garrett sentiu-o, soffreu-o no seu immenso desalento, confessando que chegou a adoecer compondo-o. A' parte os defeitos da epoca da iniciação do Romantismo, que tornam o poema obra de occasião, o seu intuito nacional dá-lhe um character sagrado; faz amar a tradição, e faz vibrar pela obra d'arte um ideal sympathico — o sentimento da patria. Depois de notada a deficiencia da acção no *Camões*, façamos como Fauriel na critica á tragedia *Carmagnole* de Manzoni, apresentando os elementos para uma mais perfeita idealisação. Estacámos no momento em que recebe Camões a carta de D. Francisca de Aragão, a dama formosissima que mais distinguira o poeta pelo seu talento na côrte de D. João III, no meio das invejas dos versejadores mediocres. Camões cumpre o mandado da excelsa dama; ella chamára-o para communicar-lhe as palavras de Catherina de Athayde, antes de morrer bem moça no paço: — Se um dia Camões voltasse á patria, que elle soubesse que fôra sempre amado, e que o seu amor a matava. Camões recolhe-se dilacerado e adocece. D. Manoel de Portugal, sabendo da intimidade com D. Francisca de Aragão, reata a sua amisade e promette apresental-o a D. Sebastião para dedicar-lhe o poema. Emquanto o poeta está doente, visitam-o os seus antigos inimigos disfarçados e roubam-lhe a collecção dos versos lyricos, que

intitulára *Parnaso*, julgando que lhe subtraíam o já fallado poema dos *Lusiadas*. Quando Camões dá pelo roubo d'esse livro, ergue-se a custo e caminha trémulo para o paço; quer ir offerecer o seu poema ao rei para o salvaguardar; D. Manoel de Portugal encontra-o, e acompanha-o. Vencidas as delongas do Santo Officio, e as impertinencias do P.^e Barthelomeu Ferreira, censor e amigo do poeta Caminha, apparecem os *Lusiadas*; nos serões em que o Poeta revê o seu poema, o Jáo cae doente da nostalgia que o mata. Trabalham as intrigas contra Camões, e decidida a expedição á Africa é escolhido Diogo Bernardes para ser o cantor da Epopêa triumphal. Em breve chega a noticia da derrota de Alcacer-Kibir; agrava-se mais a doença do poeta; agrupam-se em volta do seu leito os que no meio das *alterações* seguiam o partido da independencia nacional. A toda esta serie de catastrophes accumula-se mais uma: invade Lisboa a terrivel peste que tudo devasta no anno de 1579 a 1580; fazem-se fóra de Lisboa barracões para isolamento dos pestiferados, que para alli são arrojados pela auctoridade. Camões é denunciado como doente, e por isso arrastado para a enxerga d'esse hospital provisorio; ahi expira desconhecido, sem soccorros, sendo-lhe mandado o lençol que o amortalha pela Casa de Vimioso. Foi ahi que o encontrou o missionario Frei Josep Indio, sendo arrojado para a vala commum, sem se saber jámais o logar da sua sepultura. Philippe II occupa Portugal com o seu exercito, e ao entrar triumphalmente em Lisboa quer vêr Camões e glorifical-o;

disseram-lhe que expirara poucos dias antes — proclamando que *morria com a Patria*. Essa phrase fez sentir a Philippe II a insegurança do seu triumpho, no meio das bajulações da nobreza e da igreja.

Isto dá o simples esqueleto da historia com as leves modificações que pertencem ao processo esthetico; esta seria a acção em que o poeta é verdadeiramente épico na sua individualidade, e não um apathico e melancolico scismador como os *Adolphos* e *Oberman* do Romantismo; a historia é poesia, e o ideal a symbolisação da realidade.

Referindo-se ao poema *Camões*, em uma nota ao primeiro canto da *D. Branca*, diz Garrett, que o escrevera em França quando estava «*todo namorado das melancholias do romantismo.*» Vê-se que não era sómente a situação angustiosa em que se achava, expulso da patria pelo mais boçal dos despotismos, e sem recursos materiaes de existencia em um paiz onde era indifferente, que o fazia vibrar n'essa tristeza communicativa; o romantismo apparecera-lhe n'esse aspecto melancolico, a que se chamava *obermanismo*, e facil lhe foi imital-o, e até nacionalisal-o. Prevalecendo em toda a sua obra de arte, na expressão dos caracteres e no effeito dos seus quadros, sempre a *melancholia*, nunca decáe no desalento desesperado do byronismo, nem na tristeza sombria, que em outros organismos resultava dos desastres politicos e da fatalidade do meio social. O povo portuguez foi sempre triste; não se passa debalde por trez seculos de queimadoiro do fanatismo catholico e de garrote cesarista. Este estado de extorsão moral foi

tão prolongado, que produziu o aleijão physico; a mudez do povo proveiu do terror da pesquisa e denuncia inquisitorial e da mordacça da rasão de estado. Quem vê hoje os retratos d'esses homens dignos e corajosos, que tiveram a audacia de formarem um parlamento constituinte e formularem um codigo politico para o seu paiz, em 1822, fica assombrado como esses rostos feios, brancos, têm a expressão austera das intelligencias convictas, das consciencias rectas e decididas. Todos apresentam physionomias tristes, e a sua eloquencia, como o notou Pecchio, tinha uma rudeza lugubre mas forte. A estas manifestações da vida publica, ajunte-se a depressão do meio: a escuridão das cidades pela estreiteza das ruas e carencia de illuminação; as tropelias dos valentões-fidalgos, a crassa sordidez da via publica sem esgotos, sendo a limpeza feita pela voracidade dos cães vadios, a reza do terço e bemdito de janella para janella, a encommendação das almas por bandos nocturnos, os espectaculos das execuções penaes interessando a insensibilidade do vulgo, e a infallivel intimidade na familia de um parente frade que dirigia as consciencias e fazia de santo casamenteiro; a auctoridade paternal fundada sobre o terror, e o amor maternal exercendo-se em occultar hypocritamente os vicios precoces dos filhos, tudo isto formava uma atmospherá moral de um povo desgraçado. Byron ao pisar o sólo portuguez revoltou-se contra tamanha depressão, condemnando-a em versos eternos; e Garrett reconheceu a triste justiça, dizendo, no poema *Camões*: «não é muito para lisongear o amor

proprio nacional; mas tenha paciencia, que assim não é muito grande a injustiça do nobre lord.»

Quando esse grande vulto da Renascença, Damião de Goes, estava nos carcereiros da Inquisição coberto de ozagre, confessava que o seu maior tormento era não ter um livro, para se absorver no meio de todos os seus soffrimentos. Um livro? mas não será isso a faisca incendiaria, o rastilho fulminante, a perspectiva do abysmo? Assim o entenderam os que inventaram os *Indices expurgatorios*, e as *Mezas Censorias* dos seculos XVI a XIX, para que o livro não viesse perturbar a estabilidade do dogma nas consciencias, nem acordar a sedição contra o governo paternal. O Qualificador do Santo Officio, o Desembargador do Paço e Intendente da Policia, exerciam morosamente o seu mister não deixando passar pela malha livro em que fulgisse um lampejo de rasão; chronicas de frades e de monarchas, panegyricos das ephemerides das pessoas reaes, tudo quanto servisse de narcotico das consciencias é que podia passar, depois de conferido. Já estavam lidos e relidos os *Contos de Trancoso*, o *Baculo pastoral* e o *Feliz Independente*, que augmentavam a somnolencia dos espiritos; começou a infiltrar-se o livro francez, producto d'essa litteratura feminina e sensivel, da côrte de Luiz XV, que melhor quadrava á nossa sociedade no estado de idiotia; homens e mulheres absorviam-se nos romances da Cotin; *Clara d'Alba*, *Malvina*, *Mathilde*, *Amelia de Mansfield*, eram confidentes de muitas lagrimas ingenuas. A' Cotin succedeu M.^{me} Genlis, com a *Adelia e*

Theodoro, Noites do Castello, Menina de Clermont, com o seu sentimentalismo calculado e frio, insensível e sêcco no intimo, tocante e fragil aparentemente, mas sentimentalismo de sete fôlegos, como o caracteriza Carlyle ao fallar d'esta novellista. Era esta a afinação da alma portugueza: chorava-se por um nada, a ternura era uma prova de educação fina; a tristeza era uma distincção e uma fórma da moralidade. O honrado pae de familia não dava palavra em casa; a boa mãe domava os impetos dos filhos chorando; a ternura era o nexo das relações pessoases. Sob este sentimentalismo postiço, os paes moralisam os filhos levando-os a vêrem as execuções na forca; e a caridade abria as Rodas dos expostos, não tanto pelas crianças como pela indulgencia dos amores clandestinos. Ninguem se insurgia ao vêr D. João VI abandonar o seu povo ao invasor francez, mas chorava-se muita lagrima silenciosa, soltavam-se abafados suspiros ao lêr a historia de *Zelia no deserto*; e quando o Rei regressava a Portugal, para rasgar a Constituição que jurára depois de desembarcar, cantava-se nos serões de familia, em descantes de falsete, no estylo das *Modinhas*, que tanto encantaram Beckford, aquella que consagrava o prejuizo do monarcha:

Louvemos todos
O grande Rey,
Que a justa Lei
Jura seguir . . .

Ah, Paul Luis Courier, como o teu verbo caustico acordaria o senso commum n'este ma-

nicomio! Carlyle, como a tua phrase candente cauterisaria este sentimentalismo piegas! Michelet, como uma pagina tua descarregaria sobre estes nervos marasmados uma corrente electrica de uma commoção de revolta. Mas estes verbos da intelligencia e da consciencia ainda não tinham fallado; a Europa começava tambem a sahir d'este estado sentimental de convenção; e Garrett, sendo um dos primeiros que se viu namorado das *melancholias do romantismo*, veio dar á sensibilidade portugueza a sua expressão natural, e os primeiros livros com verdade de sentimento. A sua invocação á Saudade, com que abre o poema *Camões*, é a nota viva e dominante do genio portuguez, que só o desterro lhe poderia revelar:

Saudade! gôsto amargo de infelizes,
 Delicioso pungir de acerbo espinho,
 Que me estás repassando o intimo peito
 Com dôr que os seios d'alma dilacera,
 Mas dôr que tem prazeres; Saudade

.....
 Mavioso nome, que tão meigo sôas
 Nos lusitanos labios, não sabido
 Das orgulhosas boccas dos Sycambres
 D'estas alheias terras: — oh Saudade:
 Magico numen que transportas a alma
 Do amigo ausente ao solitario amigo,
 Do vago amante á amada inconsolavel,
 E até ao triste, ao infeliz proscripto,
 Dos entes o miserrimo na terra,
 Ao regaço da patria em sonhos levas...

A revolução nacional de 1820, tinha revelado á consciencia de Garrett a Patria portugueza, que se affirmava pela liberdade; o desterro soffrido por causa d'essa liberdade atrain-

çada, revelava-lhe pela Saudade esse sentimento nacional, que se tornou a inspiração e o destino de toda a sua obra. Descrevendo a situação desolada em que escrevera o poema *Camões*, mostra como a intensidade da emoção o abalou até á doença: «a mesma distracção de escrever, o mesmo triste gosto que achava em recordar as desgraças do nosso grande genio, me quebrava a saude e me destemperava os nervos. Fui obrigado a interromper o meu trabalho; e dei-me como indicação hygienica a composiçãõ menos grave. Essa foi a origem de *Dona Branca*, que fiz seguidamente e sem interrupção, desde julho até outubro d'esse anno de 1824, completando-a antes do *Camões*.» (Not. D, ao Canto I.)

No poema de *D. Branca* é que realisou Garrett o novo processo esthetico de se «aproveitar de nossas legendas e velhas historias e tradições.» Na sua carta dirigida do Havre em 19 de novembro de 1824, para Londres ao seu amigo Duarte Lessa, explica a origem do pensamento d'este poema:

«Acertou de me vir ás mãos um livro portuguez, que para mim foi um achado aqui... Eram as *Chronicas* de Duarte Nunes; apesar de já lidas e relidas, me deitei a ellas como esfaimado, e lendo e escrevinhando, segundo é meu achaque, deparei na *Chronica de D. Affonso III*, com a relação da conquista do Algarve; e ao pé logo, em mui concisas palavras, a historia da Infante D. Branca, filha d'aquelle rei; — que foi senhora do mosteiro de *Lorvão*, d'onde foi mandada para abbadessa do mosteiro de *Holgas de Burgos*, que é o mais rico e o mais nobre mosteiro de frei-

ras que ha em Hespanha... *Com esta Infante teve amores um cavalleiro... do qual pariu um filho...*

«Deu-me no gotto esta historia; e como lhe não vi impossibilidade poetica, assentei de a ligar com a conquista do Algarve, e fazer d'ahi o poema, romance, ou o que mais queiram chamar-lhe, porque de nomes não disputo, e muito menos de nomes dos meus rapazes. Ora eis ahi argumento e origem. *D. Branca* é portanto personagem historica, e não menos o são *D. Payo*, Mestre de Santhiago, e *Aben-Afan*, rei de Silves, cujo reino dilatei eu por todo o Algarve, que entre diversos reisinhos e principinhos estava repartido. Nem me pareceu demasiada licença poetica, mórmente em nossos dias que muito maiores as estamos vendo, e em boa prosa, que não em verso. Historica é tambem a caçada e fatal combate das Antas, em que ficaram mortos os sete cavalleiros de Santhiago e o mercador Garcia Rodrigues, defendendo-se até á ultima como homens que eram. Por ventura haverá hi quem ache este caso ainda mais *poetico*; mas é pura verdade, tal qual a conta Duarte Nunes; etc.»¹

N'este primeiro traslado da carta que acompanha o poema, interessa-nos altamente a arte como, de um simples paragrapho da Chronica de Duarte Nunes de Leão, Garrett elabora uma vaga tradição heraldica, ligando-a

¹ *Catalogo dos Autographos*, p. XXII; vem esta carta junta do ms. do poema que serviu para a edição de Paris de 1826. Gomes de Amorim publicou-a do traslado da carta em poder dos herdeiros de Duarte Lessa. (*Mem.* 1, 350 a 360.)

com factos positivos da historia nacional, a que dá a vida e o colorido das épocas passadas; assim é que Oelensleger e Rükert se inspiraram das lendas suecas e germanicas; e Garrett impressionado pelo *Oberon* de Wieland, vertido para portuguez por outro poeta expatriado, Filinto Elysio, tambem lhe imita o processo digressivo e ironico, como no cerimonial disciplinar da distribuição das pós-tas de toucinho, a que na ordem dos monges negros se chamava a *Tremenda*. Mas a lenda dos amores da Infanta com um cavalleiro, do qual pariu um filho, é que annos mais tarde suscitou a Garrett accusações *calumniosas e brutaes*, de que elle proprio se queixa. No prologo da segunda edição da *D. Branca*, datado de 1848, falla da «mesquinhez de um ou outro sabichão de meia tigella quiz aspergir de immoralidade o meu innocentissimo romance; tam recatado, e pobre, que até da infanta D. Branca — uma das mais despejadas *leôas* do seu tempo — fez a donzella timida e sem malicia que ahi pintei, mentindo descaradamente á historia. E os tartufos invocaram a historia para accusar o poeta de não respeitar a fama da senhora Infanta. Tinha vontade de dizer que até um meu muito particular amigo, Cardeal da Sancta Egreja Romana, entrou n'estas vilanias. . . Mas, Deus lhe perdoe, como lhe eu perdoei. Fraquezas do pobre homem. Eu sempre fui amigo d'elle, comtudo.» ¹ Ao tempo em que Garrett escrevera

¹ Garrett estava então muito magoado com o Cardeal D. Fr. Francisco de San Luiz, que mostrava que

estas linhas acabava de retocar a *D. Branca* com mais trez cantos, e pedia a Alexandre Herculano, que lhe desse algumas noticias historicas ácerca da sua heroina. Eis a carta em resposta de Herculano:

«Ajuda, 7 de agosto.

«Ex.^{mo} amigo e sr. — Pediu-me v. ex.^a que lhe desse algumas notas ácerca da infanta D. Branca, no que toca ao filho, que se diz tivera de um cavalleiro castelhano; facto de que v. ex.^a tomou aso para, sem receio, a fazer apparecer como amante de Aben-Afan, no seu mui excellente poema intitulado *D. Branca*, o que decerto não ousaria tentar, se a memoria d'aquella infanta fosse incorrupta; por que não põe tão alto a sua risca a liberdade poetica, que lhe seja licito calumniar um nome puro e honrado.

«Na auctoridade de Duarte Nunes se estribou v. ex.^a para admittir este facto e deduzir d'elle as consequencias litterarias que lhe importava tirar d'ahi; isto é, o pintar a infanta como menos honesta, e entregal-a nos braços do rei de Silves. Favor me parece fez v. ex.^a á infanta; porque (posto de parte o credo) um rei mouro, gentil homem, namorado, e valente, vale bem um cavalleiro castelhano, de cujos feitos não sabemos e de cujos meri-

o texto do *Opusculo ácerca da Origem da lingua portugueza*, publicado em 1844 por Garrett, era traduzido do artigo bibliographico sobre o *Romancero espagnol* de Damas-Hinard, publicado na *Illustration* de 16 de novembro de 1844. O erudito massudo reagia contra a seducção do seu brilhantismo, e dizia compungido mas glorioso:— «Elles são assim.»

tos nada podemos dizer. No que v. ex.^a não acertou foi em valer-se de tão fraca auctoridade como a de Nunes de Leão, que, em historia, orça pouco mais ou menos pela de Brito. Todavia, ninguem que tenha experimentado desterrros por terras extranhas ousará culpar v. ex.^a porque por lá não ha Torres do Tombo, cartorios, nem livros onde facilmente se averigüem e achem cousas portuguezas. Muito tinha v. ex.^a em ter um Duarte Nunes, quando, desterrado, escreveu o seu poema. Pode-se, pois, attribuir á má auctoridade que v. ex.^a buscou, a desgraça; mas o lançalo em conta de culpa, parece-me que seria parvoice. Mas era sobre o facto que v. ex.^a me pedia lhe mandasse alguma cousa tirado do meu limitadissimo cabedal historico, e eu ia-me perdendo apoz o poema. Volto atraz, e ahi vae o que pude tirar da minha pobreza. Se v. ex.^a queria fonte mais caudal, lá a tinha em si proprio, e em tantos amigos nossos que valem mais do que eu. ¹ Moido estou já de aturar os criticos, e v. ex.^a o estará provavelmente de me aturar a mim. Colho pois aqui as velas, confessando-me De v. ex.^a — amigo e c. *A. Herculano.*»

Garrett não entendeu servir-se dos esclarecimentos historicos de Herculano, que pelo seu desprezo por Duarte Nunes tendia para duvidar do facto dos amores da Infanta D. Branca, como fizeram Frei Antonio Brandão, D. Antonio Caetano de Sousa, e Dom José

¹ Amorim, (*Mem.* III, 244) diz que aqui se seguiam cinco paginas com esclarecimentos historicos.

Barbosa no *Catalogo das Rainhas de Portugal*, encostando-se como esses auctores á omisão do *Nobiliario* do Conde D. Pedro, onde apenas se lê ácerca d'esta Infanta: «morreu nas Olgas de Burgos onde foy sempre senhora, e hi jaz, *ca nunca quis seer casada...*» (Tit. 7, rubr. 7.) E além d'isto, no texto da *Chronica de D. Affonso III*, (p. 96 v.) Duarte Nunes de Leão despoetisava estupidamente esses amores, por um equívoco de appellido: «Com esta Infanta teve amores hum cavalleiro que se chamava Pero Esteves Carpentos, segundo o que escreveu a *Chronica del Rey Dom Afonso XI de Castella*, ou Carpinteiro, segundo Francisco Rades na *Chronica de Calatrava*.»

A estes amores se referem chronistas portuguezes anteriores a Nunes de Leão, que contribuíram para o equívoco dos amores da Infanta com um *carpinteiro*; escreveu Ruy de Pina, na *Chronica de D. Affonso III* (cap. 4.º) ácerca de D. Branca: «e d'ella porém se acha que hum Cavalleiro dito ho *Carpiteyro*, ouve um filho, que houve nome Dom Juan Nunes do Prado.» E comtudo «esta Infanta Dona Branquã foi Princeza de muy louvadas virtudes.» E Acenheiro, no seu *Breve Summario do Rey de Portugal*, (Ined. da Hist. portug., v, 75) plagia o facto do seguinte modo: «E d'ella porém se acha que hum cavalleiro, dito o *carpinteiro*, houve um filho d'ella, que houve nome Dom João Nunez do Prado; e este foi Craveiro da Ordem de Calatrava e depois Mestre d'ella... e comtudo foi viciosa.» O nome de *Carpinteiro*, embora no Livro velho das Linhagens (*Port. Mon. hist.*,

SCRIPTORES, I, 143 e 169) appareça como tronco dos Ramirões, prestava-se a caracterizar os amores da Infanta D. Branca com um carpinteiro, por uma irreflexão casual.¹ A fonte d'esta attribuição foi a *Cronica de Alfonso XI*, aonde se lê: «Y este don Juan nuñez fue hijo de la infanta dona Blanca señora de las Huelgas de Burgos, hija del Rey don Alonso de Portugal, y hermana del Rey don Denis de Portugal, y uole en ella un cavallero que llamavan Carpentos.» (Ed. Toled. 1595.) Em um outro texto d'esta chronica, impressa já no seculo XVIII, lê-se: «et ovolo en ella un caballero que decian *Carpentero*.» (p. 88.) Francisco Rades, na *Cronica de Calatrava*, (cap. 27, fl. 52 v) aproveitou-se d'este ultimo texto, em 1572, quando escreveu: «Don Juan Nuñez de Prado... en algunas escripturas se llama Frey Juan Nuñez Carpenteyro, por que fue hijo de Perestavañez Carpenteyro, y fué bastardo, avido en Donã Blanca, hija del Rey don Alonso de Portugal...» E' certo que o prurido genealogico muitas vezes procurava

¹ Fonseca Benevides, nas *Rainhas de Portugal*, p. 155, escreveu: «Contam alguns historiadores que D. Branca se apaixonara por Pedro Esteves, carpinteiro, e d'estes amores nasceu o mestre de Calatrava, João Nunes do Prado...» O Visconde de Figanière em um opusculo intitulado *Suum cuique* publicado em 1880, analysou este caso da Infanta D. Branca, (p. 53 a 60) appresentando todas as fontes das chronicas portuguezas e castelhanas de que nos aproveitamos, concluindo: «Fosse como fosse, quer se trate de um facto quer de uma ficção inventada adrede, o certo é que Pero ou Pedro Esteves não era homem mecanico, mas sim cavalleiro...»

nobilitar as familias n'estas lendas de amores regios ou principescos; mas na epoca dos Trovadores, e mesmo dos Trovadores portuguezes da côrte de Dom Affonso III, apparecemos estes amores que não conhecem distancias sociaes. Na côrte de D. Affonso III estava em moda o gosto poetico provençalesco da côrte de San Luiz, trazido de lá pelos fidalgos que nas luctas com D. Sancho II se refugiaram em França; tinham observado como o Conde Thibaut de Champagne andára apaixonado pela rainha viuva Branca de Castella. Vendo a esta luz a tradição portugueza, encontramos estas notaveis palavras do Marquez de Santillana ácerca de João Soares de Paiva, trovador da côrte de D. Affonso III: «Avia otras (sc. obras) de Johan Soares de Pavia, *el qual, se dice aver muerto en Galicia por amores de una infanta de Portugal.*» (Carta ao Condestavel de Portugal, § xv.) Com a tendencia lyrica de Garrett, seria João Soares de Paiva um excellente protagonista ou heroe para o seu poema, fazendo da infanta D. Branca o objectivo por quem morria de amores. Que mundo de sentimentos se lhe revelava só n'esta palavra Trovador! os receios e segredos do namorado, as allegorias delicadas á dama occultando sempre o nome d'ella, emfim as lendas terriveis dos amores descobertos, como o da dama de Fayel ou de Cabestaing, os votos denodados, as aventuras á Terra santa, que entretecem as biographias do Monge das Ilhas de Ouro. Mas no desterro, sem subsidios para estudo, e achando-se mesmo estes problemas ainda ignorados, Garrett fez como excelso artista, dignificou os

amores com o rei Aben-Afan, em vez de cahir no equivoco dos *amores com o carpinteiro*, e relacionando-os com o facto da conquista do Algarve. Se Garrett se subordinasse á historia, como a partida de D. Branca para as Holgas de Burgos só se effectue depois da morte de seu pae D. Affonso III, tendo já realisado a conquista do Algarve, então a estrutura do poema seria outra. Hoje, comprehendendo melhor o seu processo, reparamos as nossas impertinencias criticas de outr'ora. Sobre a lenda do trovador João Soares de Pava, que morreu por amores de uma Infanta de Portugal, podia-se hoje refazer o poema de Dona Branca. O episodio de Frei Gil de Santarem, typo do *Fausto portuguez*, não o sabio que se perde irremissivelmente nas lendas allemãs, inglezas, francezas e italianas, mas que se salva por intercessão da Virgem, o *feminino eterno* de Goëthe, representando o pantheismo da arte no fim do seculo XVIII, essa grande figura synthetisa o aspecto da primeira Renascença do seculo XIII, mystica e cavalheiresca, e mais poetica do que a outra do seculo XVI, sensual e critica. Garrett não tratou o quadro a esta altura; comprehendeu-o mais tarde, quando nas *Viagens na minha terra* escreveu: «Algures lhe chamei o nosso Dr. Fausto; e é com effeito. Não lhe falta senão o seu Goëthe... Nós precisamos de quem nos cante as admiraveis luctas ora comicas, ora tremendas do nosso Frei Gil de Santarem com o diabo. O que eu fiz na *Dona Branca* é pouco e mal esboçado á pressa. O grande mago lusitano não apparece alli senão episodicamente; e é necessario que appa-

reça como protagonista de uma grande acção, pintado em corpo inteiro, na primeira luz, em toda a luz do quadro... Lembra-me que sempre entrevi isto desde pequeno, quando me faziam lêr a *Historia de S. Domingos*, tão rabujenta e semsabor ás vezes, apesar do encantado estylo do nosso melhor prosador; e eu que deixava os outros capitulos para lêr e relêr sómente as aventuras do santo feiticeiro que tanto me interessavam.» (*Viag.*, II, 141.)

Na carta a Duarte Lessa, de 19 de novembro de 1824, allude á verdade historica d'este bello typo: «até as bruxarias de Fr. Gil, depois S. Frei Gil, não são fabulas — pelo menos na minha cabeça. — N'aquelles tempos, vivia, e tam seu devoto foi el-rei D. Affonso que nos conta o referido historiador, que padecendo muito de gotta nos derradeiros annos de sua vida = Para mitigar as dores, andava arrimado ao bordão de San Frei Gil, religioso da ordem de San Domingos, que foi n'aquelle tempo, a que el-rei era mui affeçoado e muito seu devoto por sua santa vida e grande erudição. = (Duarte Nunes.) Que casta de *erudição* fosse esta de S. Fr. Gil, porque lhe el-rei tanto queria, mui claro nol-o diz Fr. Luiz de Sousa na *Historia de San Domingos*, onde vem miudamente contadas suas feiticarias, pacto com o diabo e mais cousas que servem de fundamento ás que imaginei.»

N'esta carta extensa, o que mais interessa são as ideias estheticas, que Garrett apresenta sobre o *maravilhoso* na poesia moderna: «A mythologia ou agentes sobrenaturaes

de que me servi, são estranhos e novos em portuguez; ou, melhor direi, novos e estranhos os acharão, com quanto os não são elles, que esta é a nossa legitima e verdadeira mythologia e não a dos gregos e romanos, que á queima-roupa nos metteram em casa os que aperfeiçoando nossa poesia com as bellezas classicas, lhe tiraram todavia a *originalidade*, o natural, e para assim dizer, a *nacionalidade* propria sua. Tomaram os nossos primeiros aos poetas antigos por modelos, e bem andaram então que nenhum outro, nem tam perfeito exemplar tinham: mas, imitando a delicadeza do estylo, o castigado da phrase, e a elegante simplicidade, que caracterizam as obras primas da Antiguidade, não havia mister de copial-as á risca, e muito menos em cousas que desmentiam de nossos costumes, que eram alheias de nossos habitos, de nenhum valor e significação para a nossa crença, principios, ideias e até preconceitos e populares superstições. Figuravam bem nos poemas latinos e gregos o seu Jupiter e o seu Apollo, eram divindades que não só todos *conheciam* porém muitos *reconheciam*, cuja natureza, historia e legenda se ligava com as historias e tradições da nação; eram um symbolo visivel das *abstrações* dos philosophos, uma recordação de memorias antigas ou respeitaveis para a classe illustrada, e um objecto de veneração e respeito para os supersticiosos e ignorantes. Mas para nós que valem, que importam, que significam, e o que recordam essas allegorias de sabios e divindades de ignorantes, chamados Saturno, Vesta, Cybele, etc. ? » — « Porém os povos, que hoje oc-

cupamos o mundo civilisado, e que succedemos a esses illustradores e dominadores do globo, temos outra origem, outra religião, outros costumes, outra historia, outros preconceitos e outras tradições. O que eram os Oraculos para os gregos, são para nós as feiticeiras, as buenas-dichas, as sortes e adivinhas; os agouros dos romanos são as nossas bruxarias; as nymphas, as nayades, as divindades de uns e outros, são os nossos *espíritos*, os nossos *genios*; *fadas*, *mouras encantadas*, etc. Os seus sonhos mysteriosos as nossas visões, suas sibyllas as nossas benzedeiras, e as suas metamorphoses os nossos encantamentos, os seus *superi* e *inferi* os nossos espiritos bons e máos, e assim por diante.» — «O moderno systema de *maravilhoso christão*, cuja superioridade pretendeu demonstrar Chateaubriand em theoria, no seu *Genio do Christianismo*, e em pratica nos *Martyres*, difficilmente se póde apoiar nas provas de seu auctor produzidas. Engenhosissima obra é o *Genio do Christianismo* e meio persuadido me deixou; mas quando praticadas nos *Martyres* vi suas theorias, desandei ao ccmêço do conceito. Tirem-lhe d'ahi a mythologia grega e a druidica, o contraste d'ellas com o maravilhoso christão, e veremos o que fica ás bellezas poeticas d'essa composição em verdade grande e extraordinaria. Além de que a natureza do assumpto dos *Martyres*, assim como a do *Paraiso perdido*, mais comporta aquelle sobrenatural, pois *parte* d'esse mesmo *sobrenatural* é a acção de um, e *toda* a de outro. Differente é o caso em poemas de outro genero: Camões, que fatalmente errou na *mis-*

tura de seu maravilhoso, quanto peor faria se houvera empregado nos *Lusiadas* o maravilhoso de Milton ou de Chateaubriand? Digam-no os deveis esforços de seus successores portuguezes, desde Mousinho de Quebedo até o pobre padre José Agostinho, os quaes, por evitar o defeito do grande cantor de Vasco, se envolveram em dedalos de difficuldades, e acabaram vencendo-as mal á força de secura e fastio de mui prosaicas ficções, e desenxabi-dissimas creaturas de sua esteril imaginação.»

A esta carta, accrescentou Garrett um *Post-scriptum* datado do 1.º de janeiro de 1825, no qual, referindo-se ás reflexões de um critico aproveitadas nos retoques ao poema *Camões*, diz: «Espero dever-lhe o favor de communicar ao mesmo intelligente censor a *Branca*. Achar-lhe-ha elle uma parte dos defeitos que notou n'aquelle outro, pois é afinado no mesmo tom *romantico*; supposto, exactamente fallando, não sigo eschola nenhuma deixando-me ir por onde me leva a vontade, porque não escrevo para gloria ou renome, senão para divertimento meu.» E no texto da carta, mostra a intenção de conservar o poema sob o anonymo: «Ahi vae a minha *Branca*: branquinha e limpinha de gallicismos e *elmanismos*, e pimponices poeticas me parece a mim que elle vae; leia-a para si; e se achar que para mais alguem a deve lêr, lêa; mas recommendo-lhe que seja pessoa que não taramelle; porque se algum dia me desinquieta o demo, que atire com ella a vêr mundo, não haja logo dizedores a dar pae á criança. E eu se de feito a mandar, mando-a para a roda, apesar de ser filho de gente ca-

sada, — como o sentimental educador de filhos alheios fez com os seus proprios para maior honra e gloria das eternas inconsequencias dos homens.» De facto em principios de 1826 appareceu impresso o poema de *D. Branca*, em sete cantos, trazendo no frontispicio a indicação *Obra posthuma* de F. E., fazendo acreditar que pertencia a Filinto Elyσιο, pela protestação de fé no final da obra. Quando reimprimiu o seu poema, confessou Garrett a razão do pseudonymo que adoptara: «a censura armada do paternal governo absoluto, que, se já não tinha a Inquisição, tinha ainda as suas Academias e litteratos a bradar que o Limoeiro e o Caes do Tejo eram ainda a verdadeira lei de repressão dos abusos da imprensa.» Garrett adivinhára o sentido das Censuras do P.^e José Agostinho de Macedo, formuladas por ordem do patriarchado desde 1824 a 1829. Não admira pois, que os dois poemas que iniciaram a época do Romantismo em Portugal apparecessem anonymos. ¹

¹ Do Ms. da *D. Branca*, que pertenceu a Duarte Lessa, tirou Gomes de Amorim as seguintes indicações:

1.^o Canto: escripto de 19 de agosto a 30 do mesmo mez.

2.^o Canto: de 3 a 13 de septembro.

4.^o Canto:

5.^o Canto: 12 de outubro a 1 de novembro.

6.^o Canto: 3 de novembro a 14.

7.^o Canto: 15 de novembro, e no fim do ultimo verso: «Fim. Havre, 19 de novembro, 1824. Começado este poema em 19 de agosto do mesmo anno, — 3 mezes justos me levou.»

Depois das notas: «Acabei notas e copia 24 de dezembro de 1824. Dia de natal.» (Ap. *Mem.*, I, 375.)

Na ultima nota ao canto decimo do poema *Camões*, Garrett fez a sua despedida ás letras: «Finaliso com este opusculo a minha curta e ignorada carreira litteraria; para sempre digo adeus ás boas artes, . . . deixo as musas e os versos e as litteraturas aos rapazes, para quem ellas são.» Conhece-se o estado moral e a situação material que o forçavam a este desalento, mas era-lhe impossivel manter-se n'esta dolorosa renuncia, quando tocára a fonte viva da poesia — a tradição nacional, que lhe vinha fecundar o genio e a predisposição artistica. No *Post-scriptum* da Carta a Duarte Lessa, queixando-se de não ter ainda recebido os seus papeis que lhe ficaram em Londres, escreve: «d'esses me faltam uns *Romances* populares que me tinha mandado uma senhora de Lisboa; sobre cuja falta escrevi a Machado, ainda sem resposta, — veja se m'a pode obter, porque muito preço dou áquelles papellinhos.» Era n'este veio aurifero que o poeta investigava, e que mais lhe suscitava a necessidade de regressar á patria, sobretudo no momento em que se vira despedido do serviço da Casa succursal Lafite. N'esta carta a Duarte Lessa, dizendo-lhe «que se desarranjou o meu tal quejando estabelecimento» acrescenta: «Aconselhe-me v. m. (deixemo-nos de tratamentos) aconselhe-me: que devo fazer, que posso? — Ir para Portugal — e se me succede outro? Se ao menos eu podesse entretêr aqui publicando alguma cousita até mais tarde; mas ir já! — Responda-me a tudo isto; tenha paciencia: uma carta comprida: portuguez claro, sem figuras, prosa cham e intelligivel; merece-lh'a o seu

amigo, que lhe deseja muito *bons annos, entradas d'este, sahidas do outro, etc.*»

Dom João VI, no meio dos desvarios da reacção dos Apostolicos, assignou um decreto de amnistia em 5 de junho de 1824; Garrett, vendo a impossibilidade de fixar-se em Paris, entendeu que lhe aproveitaria essa amnistia, e requereu em fevereiro de 1825 para lhe ser concedido o regressar á patria.

Em carta datada do Havre, de 7 de março de 1825, dirigida a Duarte Lessa, diz: «Nada pude fazer em Paris, nada; terra de egoistas *nacionaes e estrangeiros*. Assim, apenas imprimi o *Camões* parti para o Havre, onde minha mulher tinha ficado; e emfim veremos. . .»

A pressão moral em que andava alliviou-se, por que Freire Marréco saldou-lhe as despesas da impressão do *Camões*, e reintegrou-o na casa Laffite. Tambem a *Dona Branca* achou um editor francez, mas o requerimento para ser restituído á patria é que não encontrára deferimento nas regiões officiaes. ¹

¹ Eis o officio ou Aviso em que o Ministro da Justiça manda pedir informação ao Intendente geral da Policia:

«Sua Mag.^{de} Manda remetter a V.^a S.^a o incluso requerimento de João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, que pede permissão para voltar a Portugal d'onde foi obrigado a sahir: E He o mesmo Augusto Senhor servido que V.^a S.^a informe, com o seu parecer sobre a pretensão do Supplicante.

D.^s G.^o a V.^a S.^a Palacio do Alfeite em 22 de Fevereiro de 1825.— Fernando Luiz Pereira de Sousa Baradas.— Sr. Barão Intendente geral da Policia.»

Eis a informação da Intendencia:

Essa phrase angustiosa ácerca de Paris «*terra de egoistas nacionaes e estrangeiros*» foi tambem sentida e por outras fórmas expressa por Mozart, por Weber, por Wagner, que ahi soffreram a indifferença que ataca por vezes o espirito francez. Nos comêços do anno de 1826 outra vez se perturbou a sua existencia, achando-se desempregado, e procurando trabalho em Paris. E' no meio d'esta anciedade, que D. Luiza Candida volta para Portugal, para vir tratar do despacho do requerimento de seu marido, fazendo ella mes-

«1825.— Março, 7: P.^a o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Fernando Luiz Pereira de Sz.^a Barradas.— Requer a Sua Magestade na inclusa petição, que á sua real presença dirigiu João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, que o mesmo augusto Senhor *lhe permitta o voltar a este Reino, d'onde foi obrigado a sahir*, e informando esta pretensão na fórma que me é ordenada pelo regio Aviso de 22 do mez passado, cumpre-me expôr a V. Ex.^a que o *supplicante é de um character emprehendedor e revolucionario*, e que *havendo pertencido ás Sociedades secretas* que existiram durante o tempo do intruso Governo, *por ellas foi commissionado ás Ilhas aonde excitou tambem a sedição* contra os Direitos inaufereveis da Soberania de Sua Magestade, e que além d'isto o supplicante se torna ainda mais temivel n'estes Reinos, por ser bem para supôr, segundo se pode inferir do seu espirito inquieto, continue a propagar as doutrinas que publicou em differentes obras bem proprias do seu exaltado genio, e em que se continham idéas subversivas da Monarchia, com as quaes muito contribuiu para allienar os espiritos durante o fatal periodo da Revolução. A' vista do referido Sua Magestade resolverá o que for da sua vontade, sendo certo que se não acha comprehendido no Decreto de 5 de Junho de 1824. D.^s g.^o etc. (*Contas para o Governo: confidenciaes.* Papeis da Intendencia. Arch. nac. — *Mem.*, I, 378.)

ma um novo requerimento, que em data de 9 de maio de 1826 foi mandado pelo ministro da Justiça á Intendencia para informar.¹ Foi por tanto em abril d'esse anno que a esposa regressou; em Paris encetou Garrett por conta do livreiro Aillaud uma empreza origi-

¹ O Governo d'estes Reynos, creado pelo real decreto de 6 de Março do corrente anno, e prezidido pela serenissima senhora Infante D. Isabel Maria; manda remetter a V.^a S.^a o incluso requerimento de D. Luisa Candida Midosi d'Almeida Garrett, que pelas rasões allegadas pede se conceda licença a seu marido João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett para regressar a este Reyno; e determina o Governo d'estes Reynos que V.^a S.^a interpondo o seu parecer informe sobre a pretensão da supplicante. D.^s g.^e a V.^a S.^a Palacio da Ajuda em 9 de Mayo de 1826.— Fernando Luiz Pereira de Souza Barradas.—Sr. Manoel José de Arriaga Brum da Silveira.» (Papeis da Intendencia, *Registo de Avisos e Decretos.*)

«1826, Março, 24 — Por Aviso de 22 de Fevereiro proximo passado, foi Sua Magestade, que Deus tem em gloria, servido mandar ouvir esta Intendencia sobre o requerimento do bacharel João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, em que pretendia voltar a este Reyno, d'onde por motivos politicos se achava expatriado. Pela informação, que inclusa levo por copia á presença de V.^a Ex.^a foi julgado incompativel com a publica segurança o regresso do supplicante, considerando-o perigoso pelos motivos na mesma informação ponderados, a sua existencia em Portugal. Continuou por tanto o seu exterminio athe *agora, em que apparece de novo sua desgraçada consorte* implorando a regia clemencia de Sua Magestade, e invocando a sempre saudosa e respeitavel memoria do falecido Soberano sobre a sua desventurada situação: fundamenta o seu direito á commiserção de Sua Magestade em principios, que as circumstancias do tempo, e mesmo as do supplicante hoje fazem mudar de figura a sua pertençaõ.

nal e valiosa, o *Parnaso lusitano*, collecção de excerptos escolhidos dos Poetas portuguezes, segundo a série das épocas litterarias e generos poeticos. Era uma lucida revelação da riqueza litteraria de Portugal, e um trabalho que em rigor se tornava fundamental para

«O Bacharel João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, arrebatado pelas idéas do tempo, pela verdade dos annos, e pelos excessos de umas imaginações ardentes, foi com outros muitos (hoje restituídos aos patrios lares) hum sectario fogoso dos principios democraticos, que vogavam durante o fatal periodo da Revolução, e que infelizmente hallucinaram as cabeças dos incautos e inexpertos: restaurada porém a Monarquia, se retirou de Portugal immediatamente, temendo que uma vingança sanguinaria surgisse d'entre nós, sacrificando tantas victimas quantas os sectarios do systema constitucional: desvanecido porém este terror á vista das indubitaveis demonstrações de clemencia e piedade, com que o augusto Soberano, que Deus tem, procurou conciliar os animos dos seus vassallos, olhando mais como effecto de erro, do que da maldade, os desvarios da maior parte d'elles. O supplicante regressou por isso á sua patria, donde depois da insinuação da Policia, que o julgou perigoso, foi obrigado a sahir; e isto antes do regio indulto de 5 de Junho de 1824: apparecendo porém este, não foi o supplicante comprehendido nas suas excepções, e não tendo os seus anteriores excessos feito objecto de processo, que o condemnasse, foi o supplicante, como muitos, perdoado, e foram por tanto relevados os seus desvarios pelo dito Decreto de amnistia, em que foi incluido, *procedendo unicamente de cautellas da Policia a sua expatriação, depois do mencionado indulto*. E tendo por isso experimentado athegora, como castigo dos seus erros, todos os rigores do exterminio e da indigencia; á vista de cujos soffrimentos, unicos fructos que o supplicante tem colhido e visto colher á Europa inteira das desorganisadoras theorias de que foi sectario, é de esperar que desenganado pela experiencia e atenuado de

o inicio de uma época nova da Litteratura, ou o Romantismo. Garrett acompanhou essa importante selecção com um quadro synthetico da evolução litteraria de Portugal, do qual diz na sua Autobiographia, com verdade: «E' um Bosquejo da historia da nossa Litte-

trabalhos, haja mudado de principios, filhos da inexperiencia e fogo da mocidade, como bem persuade o silencio, que elle na sua emigração tem guardado, abstando-se de imitar e seguir o systema de outros, que não têm cessado de escrever e propagar principios sediciosos; e então não ha motivo para que o supplicante seja excluido da regia clemencia, de cujos effeitos ainda não ha gosado, quando a outros, pelo menos em idênticas circumstancias, tem aproveitado; não sendo por isso tanto para temer o seu regresso, quanto em outro tempo se julgou na Informação inclusa, não só pela mudança muito provavel do supplicante, mas athe mesmo pelo estado actual dos povos, em cuja maioria existe a convicção dos perigos e males certos, que as Revoluções constantemente acarretam sobre elles; sendo mui difficil que um homem sem preponderancia e sem fortuna lhe pudesse fazer reviver principios contra os quaes a experiencia tanto os ha prevenido.

«A' vista pois das rasões expostas; julgando mudadas as circumstancias, que dictaram a primeira citada Informação, parece-me não ser o supplicante indigno da real clemencia, para obter o regresso que implora, depois de longos soffrimentos; julgando entre tanto util medida de Policia o obrigar-se a assignar termo de conformar á ordem legitimamente estabelecida a sua conducta e os seus principios, ficando por isso debaixo da vigilante inspecção da Policia para contra elle proceder irremissivelmente, logo que afastando-se dos seus deveres se torne por isso indigno da regia beneficencia, que deverá punir qualquer reincidencia dos seus excessos.

«E' quanto se me offerece informar a V.^a Ex.^a sobre o requerimento de D. Luiza Candida Midosi de Almeida Garrett, em cumprimento do aviso de 9 do cor-

ratura, e principalmente da nossa Poesia, de-
senhado a grandes traços, mas verdadeiros e
naturaes, e animados pelo colorido de um es-
tylo fluido e elegante. E' de certo deficiente
na parte que respeita ás origens da lingua e
da poesia popular; porém o auctor não tinha

rente. O que tenho a honra de levar á presença de
V.^a Ex.^a para o fazer presente ao Governo d'estes Rey-
nos, que determinará o que for servido. D.^s g.^e etc.
Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Fernando Luiz Pereira de Sousa Bar-
radas. (Papeis da Intendencia: *Cartas para as Secre-
tarias*, Liv. xxiv, fl. 143.) Na *Historia do Romantis-
mo*, de 1880, publicámos pela primeira vez este docu-
mento. (p. 193.) Gomes de Amorim completou-o em
1881, (*Mem.*, I, p. 392) com as ordens de informação.

Depois d'esta Informação foi dirigido á Intenden-
cia o seguinte Aviso :

«Sendo presente ao Governo d'estes Reynos, crea-
do pelo real Decreto de 6 de Março do corrente anno,
e prezidido pela Serenissima senhora Infante D. Isabel
Maria, a Informação de V.^a S.^a datada de 24 do
mez proximo passado sobre o Requerimento de D.
Luiza Candida Midosi de Almeida Garrett, casada com
o bacharel João Baptista da Silva Leitão de Almeida
Garrett: E conformando-se o mesmo Governo com o
parecer de V.^a S.^a interposto na sobredita Informação :
Ha por bem que o marido da supplicante possa voltar
a este Reyno visto achar-se comprehendido no regio
indulto de 5 de Junho de 1825, sendo comtudo obriga-
do a assignar termo n'essa Intendencia de conformar
com a ordem legitimamente estabelecida a sua condu-
cta e seus principios, e ficando debaixo da vigilante
inspecção da Policia para proceder irremissivelmente
contra elle logo que afastando-se dos seus deveres se
torne indigno da regia beneficencia a que se acolhe, e
merecedor da severa justiça que deverá punir qualquer
reincidencia em seus excessos. O que participo a V.^a S.^a
para sua intelligencia, para que assim se execute. D.^s
g.^e a V.^a S.^a Palacio d'Ajuda em 3 de Junho de 1826.

nem podia ter n'aquella idade em paiz estrangeiro, sem livros, nem auxilios alguns os meios necessarios para preencher as faltas que alli se acham ; comtudo desde o seculo XVI o quadro é completo e perfeito, apesar de suas estreitas dimensões.» Por uma circumstancia

— Fernando Luiz Pereira de Sousa Barradas. Sr. Manoel José de Arriaga Brum da Silveira.»

Em vista d'este Aviso, a Intendencia officiou para o Corregedor do Crime do Bairro do Rocio :

«1826, Junho 14. — Sendo-me communicado por Aviso expedido pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em data de 3 do corrente, que o Governo d'estes Reynos, deferindo ao requerimento de D. Luiza Candida Midosi d'Almeida Garrett, houve por bem permittir o regresso para este Reyno do marido da supplicante, o bacharel João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, sujeitando-se ás condições declaradas no citado Aviso: julgo conveniente transmittir a v. m. a copia inclusa d'esta real ordem, para que faça constar á recorrente, que seu marido póde recolher-se a este Reyno sobre as condições determinadas, para comprimento das quaes deverá apresentar-se na Policia logo que aqui chegue. D.^s g.^e etc.»

O ministro do reino tambem entendeu informar-se do caso, dirigindo o seguinte Aviso á Intendencia da Policia :

«O Governo d'estes Reynos, creado pelo real Decreto de 6 de Março do corrente anno, e prezidido pela Serenissima senhora Infante D. Isabel Maria ; ordena que v. s. informe se haverá algum motivo que deva embaraçar que João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, que foi official da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reyno, regresse a estes Reynos, d'onde foi mandado sahir por ordem da Intendencia Geral da Policia. O que participo a V.^a S.^a para sua execução. D.^s g.^o a V.^a S.^a Palacio de N. S. d'Ajuda em 22 de Maio

inesperada Garrett teve de abandonar a coordenação e impressão do *Parnaso lusitano*, e o revisor das provas, José da Fonseca, deturpou-lhe vergonhosamente «não só a escolha das peças mas até a ordem e systema da obra... com notas pueris, ridiculas e até mal-

de 1826. C. de Porto Santo.— Sr. Manoel José d'Arriaga Brum da Silveira.»

«1826, Maio, 26. — Satisfazendo ao que o Governo d'estes Reynos ordena no Aviso que de V.^a Ex.^a recebi datado de 22 do corrente, pelo qual sou mandado informar se haverá algum motivo, que deva embaraçar que João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, regresse a este Reyno, d'onde foi mandado sahir por ordem da mesma Intendencia, incumbe-me expôr a V.^a Ex.^a que os motivos que occasionaram aquella medida da Policia, se acham mencionados na Conta da copia inclusa, que subiu á presença de Sua Mag.^{de} em 7 de Março de 1825, na qual se produziram as causas porque na referida epoca se julgou perigosa a sua presença n'estes Reynos, attento o estado de agitação em que se achavam os espiritos em materias e opiniões politicas, que os dividia; mas sendo recentemente mandado informar um requerimento de D. Maria (*sic*) Midosi d'Almeida, em que pedia a Sua Mag.^{de} licença para seu marido voltar á sua casa, eu expuz na Conta, que dirigi á presença do mesmo augusto Senhor pelo Ministerio dos Negocios da Justiça em 24 d'este mesmo mez as razões, que me pareceram proprias para se haver contemplação e equidade com o mencionado Garrett, permittindo-se-lhe o seu regresso a esta Côrte, mediante as cautellas e providencias que apontei na dita Informação; agora porém devo acrescentar que depois da data d'aquella primeira informação nada mais consta na Policia contra o supplicante, que obste ao seu regresso. A' vista do que S. Mag.^{de} se dignará resolver o que bem lhe aprouver. D.^s g.^e Ex.^{mo} Sr. Conde de Porto Sancto. (Papeis da Intendencia: *Contas para as Secretarias*, Livro xxiv, fl. 151.) *Hist. do Romantismo*, ed. 1880, p. 195.

creadas algumas. (*Rom.*, I, 4.) Fôra isto motivado pelo regresso de Garrett a Portugal; por occasião do falecimento de D. João VI em 10 de março de 1826, D. Luisa entendeu vir aproveitar a commiseração da regente D. Isabel Maria; com a outorga da Carta, que chegára em julho, Garrett não esperou mais pelos despachos ministeriaes e regressou á patria fundado nas garantias politicas.

3.º REGRESSO A PORTUGAL EM 1826. O PORTUGUEZ E O ROMANCEIRO

Eram affrontosas as condições impostas pelo ministro da justiça em Aviso de 3 de junho de 1826, para Garrett poder voltar a Portugal, — sendo «obrigado a assignar termo de conformar com a ordem legitimamente estabelecida a sua conducta, e os seus principios, ficando debaixo da vigilante inspecção da policia para contra elle proceder irremissivelmente, logo que afastando-se dos seus deveres se torne indigno da Regia Beneficencia a que se acolhe...» Era o extremo arranco do despotismo; noticias chegadas a Brest fizeram conhecer o facto da *outorga* de uma Carta constitucional á nação portugueza por D. Pedro, cujos decretos foram logo vulgarisados pelo *Diario Fluminense*, espalhado em Lisboa e Porto. Quando Garrett se dirigiu para Portugal já estava certo de que não desceria á indignidade de ficar debaixo da vigilante inspecção da policia; o desterro com todas as suas amarguras seria mais suave do que viver em uma patria escrava.

A Carta constitucional outorgada era tra-

zida por lord Stuart, aquelle mesmo diplomata inglez que negociára a separação do Brasil. A influencia ingleza pezava sobre a vida politica de Portugal de uma fôrma tremenda, occasionando assombrosos desastres desde o principio do seculo XIX, em que o nosso territorio continental serviu á Inglaterra de ponto de apoio na lucta militar contra Napoleão, e a nossa colonia do Brasil, aberta ao seu commercio, para romper o blocus continental. Os seus mais intrigantes embaixadores dominavam o governo, como na Regencia de Isabel Maria, e até nas reacções absolutistas como nos desvarios de D. Miguel. Este terrivel factor inglez, que pela força bruta se contrabalanzava ao influxo da Hespanha, onde dominava a Santa Alliança e o partido Apostolico, complicou de uma maneira sempre hypocrita e criminosa a transição do regimen absolutista para o parlamentarista. No meio d'esta floresta de embustes é que se acha Garrett cheio de mocidade e de esperança, acreditando na realidade das instituições liberaes, e na força das doutrinas politicas dos publicistas que estudára. Mas as desillusões immediatas não o quebraram.

Garrett fôra o ultimo dos funcionarios reintregados, depois das demissões exterminadoras do absolutismo restaurado; é datado de 26 de agosto de 1826 o decreto de readmissão ao seu logar de official da secretaria de estado dos negocios do reino, de que fôra demittido em 30 de agosto de 1823. Ia começar a parte apparatusa do regimen — o processo *eleitoral*; este germen de todos os sophismas do parlamentarismo, que se tem subtilisado

por todas as simulações até ao descarro assombroso das chapelladas ministeriaes, no inicio do seu emprego exigiu desconfiadas cautellas, taes como as *eleições indirectas*, fôrma tolerada pela Santa Alliança. Com data de 9 de septembro de 1826, publicou Garrett uma *Carta de guia para Eleitores, em que se trata da Opinião publica, das qualidades para Deputado, e do modo de as conhecer*. Ahi observa sobre as difficuldades da fôrma representativa: «O que será de nós, escravos apenas fôrros, *libertos de poucos dias*, nados e creados na ignorancia das cousas publicas — no exercicio dos direitos civicos forçosamente hemos de ir ás apalpadellas, como cegos que somos...» N'essa Carta de guia lançou Garrett muitas indicações para reformas immediatas, como a desaccumulação da auctoridade administrativa, fiscal e judiciaria, revisão do processo civil e criminal com publicidade do fôro, leis protectoras do commercio, reforma dos estudos e educação publica, e urgente reorganisação do exercito. Na sua sinceridade, declara: «se eu em minha consciencia me *julgasse capaz de representar a nação* e de advogar os seus interesses, não teria a minima duvida em me offerecer publicamente para seu advogado, como em França e Inglaterra se faz: etc.» E' para notar que todas as grandes medidas decretadas pelos restauradores da Carta outorgada, foram elaboradas por Garrett e referendadas pelos ministros que se aproveitavam do seu saber e iniciativa; acham-se todas apontadas na *Carta de guia para Eleitores*. Este opusculo não passou desapercibido, pela clareza e verdade da sua doutri-

na.¹ Achava-se no exercicio da Regencia desde a morte de D. João VI a Infanta D. Isabel Maria, mulher hysterica, vacilante entre a influencia do partido *apostolico*, e a pressão do governo inglez, ² manifestando-se por vezes com sympathy pelo liberalismo segundo a suggestão dos seus amantes. Garrett, para manifestar a sua adhesão ao governo da Infanta, offereceu-lhe, por via do ministro do reino, um exemplar do poema *Camões* e os volumes do *Parnaso lusitano*, sendo por isso louvado em uma portaria.³ Garrett não podia assistir inerte a esse desenrolar de torpezas, em que chega a considerar a intervenção ingleza como o salvaterio do novo regimen atraído pelo governo: «Foi necessaria a intervenção estrangeira para que ministros portuguezes consentissem na felicidade de Portugal. — Pela pri-

¹ No folheto *Memorial sobre a necessidade e meios de destruir promptamente o Tyranno de Portugal, e restabelecer o throno da Senhora D. Maria II e a Carta de 1826*, vem a seguinte referencia a Garrett: «O systema indirecto (refere-se á eleição) é da Santa Alliança, e condemna o povo a uma perpetua minoridade. Tambem quizeramos o systema das candidaturas, como em 1826 o lembrou o Snr. *Garrett*, e se usa em França e Inglaterra...» (p. 19.) Este folheto é datado de Paris de 13 de Março de 1831, escripto por Passos Manoel, segundo o testemunho de P. Midosi.

² No folheto *Biographia do chamado Infante D. Miguel*, p. 24, lê-se da Infanta, que era: «arrastada pelos perfidos conselhos de seus Ministros e do Ministro inglez A' Court, que tudo dirigia e governava em Portugal como um verdadeiro bachá de trez caudas.»

³ «Manda a Senhora Infanta Regente em nome de elrei participar ao official da Secretaria de estado dos negocios do reino, João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, para sua intelligencia e satisfação, que

meira vez, desde que estamos sob a tutela ingleza, se exerceu ella sem ser para nosso mal e ruina.» (*Port. na Balanç.*, Secç. III, 10.) E a este tempo o embaixador inglez A' Court, é que tinha determinado a eleição dos deputados, excluindo do suffragio todos os homens que se tinham manifestado em 1821.

Sobre as eleições para o exercicio do novo regimen parlamentar escrevia Palmella, em despacho de 9 de setembro: que Canning indicára verbalmente, que o governo empregasse «*com reserva e decoro a influencia necessaria...* para que evite especialmente a eleição, n'esta primeira legislatura dos que em 1820 representaram papeis conspícuos.» Louvando-se na pastoral do Patriarcha de Lisboa, e nas palavras de Canning, no seu despacho de 27 de setembro, aconselha como meio de segurança do governo, «*mostrar que os revolucionarios de 1820 não triumpham.*» Queria dizer na sua, que o principio da *Soberania nacional* estava apagado ante a pratica do poder absoluto.

Palmella, que foi sempre o inimigo da Revolução de 1820, empregando toda a sua astucia contra o principio da *Soberania nacional*, era liberal com tanto que a liberdade

tendo-se dignado aceitar benignamente a offerta que lhe fizera de um exemplar do poema de sua composição intitulado *Camões*, e outro do primeiro volume do *Parnaso lusitano*, de que é editor J. P. Aillaud, lhe fora muito grata a mesma offerta, e o louva pelo seu merecimento e applicação litteraria. Palacio da Ajuda em 21 de novembro de 1826. — Francisco Manoel Trigo de Aragão Morato.» (Publicado pela primeira vez na *Hist. dos Estab. litterarios*, vol. v, p. 250.)

fosse uma dádiva ou concessão generosa do rei, e não ferisse os privilegios da classe aristocratica. Em um despacho de Londres, data-do de 12 de agosto de 1826, aponta a ideia de Canning para norma do governo da Regencia: «que a attitude seja firme e moderada — de modo que se reconheçam os effeitos de uma *Constituição legitimamente emanada do throno*, e não um transtorno semelhante ao de 20.» E em outro despacho de 20 de agosto, communica o que indicára Canning ao embaixador inglez em Portugal, com relação ao estabelecimento do novo systema: «uma tal mudança exige moderação e prudencia — para que se mantenham illesas as prerogativas do throno, *manietada a Revolução de 20.*» Foi exactamente o que se praticou perfidamente até ao momento em que D. Miguel procedeu com sanguinaria franqueza.

Na proclamação da Infanta-Regente D. Isabel Maria, define-se o character absolutista da Carta constitucional de 1826: «esta Carta é *essencialmente differente* d'aquella Constituição, que abortou do seio de uma facção revolucionaria em 1822... Não é uma concessão arrancada pelo espirito revolucionario, é um dom espontaneo do poder legitimo de S. M., meditado em sua profunda sabedoria.» Por aqui se vê como se desvirtuava o principio da soberania nacional, e como a dynastia, investida na realza pela nação nas Côrtes de 1641, reduzia a sua profunda sabedoria a paraphrasear estupidamente a Carta *Octroyée* por Luiz 18.

Nas pastoraes dos differentes Bispos adherindo á Carta de 1826, deblatera-se contra o

principio da soberania nacional; proclamava o Patriarcha de Lisboa: «A Constituição de 1822 foi obra, como sabeis, de uma facção rebelde que usurpou o poder soberano, e se arrogou o direito de dispôr da nação e dos seus destinos;... Pelo contrario, a Carta constitucional de 26 de abril, baixou do throno; dictada espontaneamente pela auctoridade soberana do nosso augusto monarcha, em que reside o poder legitimo que vigorisa todas as leis.» O Bispo de Bragança tambem na sua pastoral faz o confronto da Carta: «ella é essencialmente differente da que no anno de 1822 abortou do seio de uma facção revolucionaria, e que encerrava em si principios destruidores dos vinculos sociaes; trans-tornava os alicerces do throno; espoliava as diversas ordens do estado e estabelecia uma democracia grosseiramente disfarçada; mas que, pelo contrario, é um dom espontaneo do Poder legitimo, em que a nossa santa Religião, e só ella, é respeitada, as ordens do estado conservadas, e a dignidade da monarchia mantida com todo o esplendor e com todos os seus direitos.» Era o mesmo espirito dos realistas puros de 1823 descobrindo o seu jogo, mascarado pela politica liberal.

N'este cahos de desencontradas influencias, e sem acção directa individual sobre os acontecimentos, Garrett entendeu fundar um jornal politico, para systematisar a opinião publica. Tornava-se urgente, que um espirito lucido, instruido e sincero fallasse esclarecendo os acontecimentos, tanto mais que o partido *Apostolico* da reacção tinha pelo seu lado um terrivel folliculario, polemista vigoroso,

empregando todos os descarados sophismas para desvairar a opinião, o P.^e José Agostinho de Macedo. Em 30 de outubro de 1826 sahio á luz o primeiro numero do jornal de grande formato, a trez columnas, *O Portuguez*, que chegou a ter duas mil assignaturas, como declara Garrett na sua autobiographia; era uma empreza economica, fundada no systema usado em Inglaterra e França, tendo como seus associados Paulo Midosi, Carlos Morato Roma, Antonio Maria Couceiro, Luiz Francisco Midosi e Joaquim Larcher. Como Garrett na redacção do *Portuguez* tinha de estar de accordo com os seus collaboradores, fundou um outro jornal exclusivamente seu, *O Chronista*, que appareceu em 4 de março de 1827; era um semanario politico, litterario e scientifico. Apesar do tino critico, da moderação de linguagem e da sã doutrina politica, *O Portuguez* suscitou os odios do partido *Apostolico*, e José Agostinho de Macedo dirigiu a sua bateria de insultos soêzes e delações indignas contra o jornal, que poderia orientar a opinião publica. *O Portuguez* era apontado á Infanta-Regente como perigoso, por offender os governos estrangeiros, e chamar ao seu proprio *governo byzantino* e *sybarita*; em 11 de abril de 1827 já era retirado o censor official do *Portuguez*, como indicio da sua suppressão e de que os seus redactores seriam perseguidos; vencidos estes primeiros assaltos, eram os redactores accusados de trabalharem para a implantação da republica em Portugal, e sobre todos Garrett era visado pelo rancor antigo do P.^e José Agostinho de Macedo. Como os redactores do

Portuguez escrevessem, que a compressão que o governo exercia sobre o espirito publico conduziria á guerra civil, respondeu-lhe a *Gazeta de Lisboa*, de 18 de maio de 1827: «Ousando fallar em guerra civil, quer por ventura semelhante jornal ameaçar-nos... com a renovação das calamitosas scenas que espalharam entre nós o pranto e a magua na luctuosa época de 1820! Felizmente os perversos, de quem este jornal é cego instrumento, possuem pouca habilidade para conservarem longo tempo a mascara; etc.» Aggravando-se a audacia da reacção dos Apostolicos, *O Portuguez* com outros jornaes foram suspensos por portaria do ministerio do reino de 17 de agosto de 1827, assignada pelo visconde de Santarem, e na madrugada de 16 de setembro os seus redactores foram arrojados ao carcere. ¹

No *Portugal na balança da Europa* descreve Garrett a situação deploravel em que funcionava em 1827 o regimen constitucional parlamentar da Carta outorgada: «As intrigas dos inimigos do systema representativo tinham prevalecido em excluir da camara electiva os homens de verdadeiro saber e verdadeiro amor de liberdade que a nação contava;... forçosamente havia de ser o que foi: um ajuntamento confuso, sem alma, nem ordem, onde tudo se propoz, mal se discutiu e nada se assentou.» Da camara hereditaria es-

¹ No folheto *O Innominado para escapar aos chocalheiros*, a p. 14 vem a Representação ás Camaras, pela redacção do *Portuguez* depois da sua prisão. (Collecção Midosi, vol. 3; na Acad. das Sciencias.)

creve: «cujos membros quasi todos aborreciam o systema que os tinha feito, a elles indignos, de abjectos escravos do palacio que eram, magistrados hereditarios e legisladores natos de sua patria. Funções tão altas nem as avaliavam nem as presavam;... Se o ministerio portuguez tivesse então feito a sua obrigação, frequentando as camaras, tomando parte nas discussões, fazendo as propostas necessarias, oppondo-se ás inuteis, apoiando as de immediata precisão... a defeituosa composição das duas camaras seria em grande parte contrabalançada, e apezar d'ella muito bons resultados se poderiam ter tirado. Mas se uma das camaras não sabia querer, se outra não queria o systema representativo, o governo era seu mais cruel, mais traidor e mais desleal inimigo.» N'esta situação desviada dos elementos do poder, é que nos jornaes *O Portuguez* e *O Chronista*, Garrett e os seus companheiros de redacção instavam para que o governo estabelecesse entre elles uma necessaria coordenação: «Repetidas vezes se rogou, se instou com o ministerio que assistisse ás discussões e tratasse de ligar as desunidas camaras. Os dois jornaes liberaes, *O Portuguez* e *O Chronista* tiveram em resposta uma prisão de trez mezes para seus redactores.» (Not. 24, á secç. 3.^a) Ainda na época da segunda emigração eram lembrados esses dias affrontosos que prepararam o sangrento governo de D. Miguel.¹ A figura sinis-

¹ No folheto *Norma das Regencias de Portugal applicada á menoridade da Rainha D. Maria II*, vem a seguinte nota:

tra do P.^e José Agostinho de Macedo dominava, exercendo uma actividade satanica, já pela censura dos livros por ordem do Patriarchado, já pela *Besta esfolada* por conta dos frades de Alcobaça. ¹

O que o clericalismo boçal pôde produzir pela hypocrisia que se relaxa, e pela falsa e palavrosa rhetorica sagrada empregada em obscurecer o espirito publico; o que a monarchia absoluta, pela degradação da sua policia, e pela suppressão dos protestos do bom senso tornado um crime sedicioso, pôde criar de servil, de indigno e de miseravel; o que uma sociedade sem ideias nem estímulos, que

«Sob a influencia dos ministros de estado que abusaram da generosa confiança de S. A. S. a Senhora Infanta D. Isabel Maria nos ultimos sete mezes do seu governo, padecêram morte e paixão nas enxovias do Limoeiro ou perderam seus empregos, os senhores Liberato, *Garrett*, Midosi, Larcher, e outros que pensando que a Carta era uma verdade, se tinham permitido, como generosos publicistas, ligeiras e respeitadas observações sobre alguns actos do governo.» (Este folheto é datado de Paris, 25 de dezembro de 1831. Embora anonymo, em nota de Paulo Midosi, no indice de uma miscellanea, aponta-o como de Passos Manoel e Pinto Pizarro.)

¹ Na Carta 13.^a A seu amigo Joaquim José Pedro Lopes, datada de 17 de agosto de 1827, José Agostinho denuncia Garrett por causa do seu opusculo acerca da Revolução de 20: «Veja, Senhor, que espirito pode animar e dirigir estes homens, que se dizem seus defensores e columnas do Governo monarchico; veja V. Magestade este Livro composto por um d'elles, e impresso aqui mesmo em Lisboa; veja V. Magestade onde e até onde pode chegar a hypocrisia, e que rabo deixaram na ratoeira: então desenrolando da algibeira o fatal Livro lh'ó apresentarei. Eis aqui o titulo:

assiste impassível ou sem consciencia ás suas grandes catastrophes, póde manifestar de mais razo, mediocre e de incoherente, tudo se reuniu como synthese de uma época de dissolução espontanea em José Agostinho de Macedo, vulto singularmente grande, por que exprimiu todas as paixões mesquinhas que se debateram n'este desgraçado paiz desde a insensata regencia de Dom João VI até á fundação definitiva do regimen constitucional. O seu nome está ligado a todas as vergonhas publicas, desde a espionagem paga pelo cofre da Intendencia da Policia, até aos sermões furibundos, em que pedia do alto dos pulpitos as forcas armadas para os liberaes; o seu temperamento bilioso fortalecido por uma consti-

O Dia vinte quatro d'Agosto
Pelo Cidadão
J. B. S. L. A. Garrett.

«Ora: Se V. Magestade me dá licença, eu leio hum boccadinho só do principio, que é a Dedicatoria ao Congresso nacional:

= Aos Paes da Patria offereço,
 defeza da causa d'ella. Etc. . . .

«Cala-te, dizia ElRei Nosso Senhor: não quero ouvir mais patifarias; pois são esses os meus tão affectuosos Legitimeiros? Cala-te . . .

« — Ora ouça V. Mageslade mais um boccadinho, que ainda agora vamos no principio da Dedicatoria:

= Aceitae pois . . . etc.

«Cala-te já, e dá cá o Livro . . . — Ah! Senhor, por mercê deixe-me V. Magestade ficar com o Livro, que eu com elle mostrarei ao Mundo quem sejam os do *Portuguez*, que andam sempre a gritar por V. Magestade apregoando ironicamente os sagrados direitos da sua Legitimidade; . . . » Etc. (Pag. 11 e 12.)

tuição plethorica, que o fazia popular entre o vulgo com o nome do *Padre Lagosta*, dava á sua linguagem uma força intimativa, que o arrastava insensivelmente á virulencia e ao desvario da phrase. Macedo sentiu-se instrumento das forças repressivas que esterilizavam a nação portugueza, poz-se ao serviço da lucha de conservação de um passado monstruoso e abusivo que se debatia, vendendo-lhe prosa e verso, sermões, cartas, gazetas, satiras, poemas, emfim toda a sua rhetorica clausal, toda a sua acrimonia de homem repellido, e d'esse applauso de occasião, que servia só para hallucinal-o, nasceu-lhe no espirito a extraordinaria illusão de grande homem, de genio iniciador, e privado de um natural bom senso, obedeceu á sua propria vaidade pavoneando-a com descaro. Effectivamente José Agostinho de Macedo é grande, mas considerado como um producto passivo de uma larga época de dissolução politica e de degradação moral, e em qualquer das tortuosas veredas por onde a nacionalidade portugueza foi arrastada, apparece sempre o seu nome como um facho sinistro destinado a offuscar a luz natural da opinião publica. Por estas circunstancias, a sua actividade litteraria, que daria quando muito um capitulo, e esse mesmo de resultados negativos, exige um livro, por isso que está ligada á influencia e é a expressão caracteristica de um bem deploravel meio.

Na Carta 5.^a ao *Compadre Lagosta*, e já datada do Aljube de Lisboa, em 1827, ahi diz Paulo Midosi: «Bem clamava V.^a P.^e contra os escriptores publicos, e não clamava de balde. Eil-os pronunciados e presos de envol-

ta com os censores, e accusados de alta traição! Ainda depois que existe esta infeliz Nação, se não fez injustiça mais atroz, crime mais horroroso do que este. Mas era necessario fazer callar a imprensa, era preciso preparar e aplanar o caminho para o despotismo, e então a utilidade dos fins justifica a ruindade dos meios.» Estas prisões foram motivadas pela revolta denominada as *Archotadas*.¹ Escreve Paulo Midosi: «O Padre affirma como de sciencia cêrta, que os tumultos tinham por fim estabelecer uma Republica com trez Consules, e como é possivel que de tantos processos, de tantos interrogatorios, ainda se não apurasse a menor noticia ácerca de tal Republica, do plano e meios de verifi-

¹ Aproveitando esta agitação ficticia, o Visconde de Santarem envolveu na repressão policial os redactores de varios jornaes, mandando-os processar pela Portaria seguinte: «Sendo presente a S. A. S. Infante Regente, em nome de Elrei, o escandaloso attentado com que os Redactores de alguns periodicos d'essa capital têm com a mais desmedida hypocrisia tratado das ultimas revoltosas occorrencias, em que bandos de Demagogos attentaram sediciosamente contra a prerogativa de S. A. como Regente do Reino, na conformidade da Carta, e têm impudentemente não só continuado a publicar doutrinas contrarias á conservação da ordem publica, e muito especialmente o n.º 230 do denominado O PORTUGUEZ, em que não só se invertem os factos que são patentes, mas se ataca o Governo do modo mais atroz e criminoso; por todos estes respeitos, manda S. A. que v. s.^a proceda a respeito dos Redactores dos referidos Periodicos mandando-os summariar...» Era datada das Caldas em 2 de agosto de 1827, dirigida ao Intendente da Policia, José Joaquim Rodrigues de Bastos, conhecido pelo soporifero romance *A Virgem da Polonia* e de umas banalissimas Maximas e Discursos religiosos.

car esse projecto, das pessoas n'isso influentes e das designadas para os tres logares de Consul! — O diabo foram as dores syphiliticas que o impediram de saír fóra n'esse tempo, aliás teria deposto nas devassas. — Não tem o prélo ás suas ordens? Se hade occupar as suas Cartas com descomposturas vagas aos arruamentos, encha o papel com a exposição sincera d'essa Conspiração, declare o nome dos seus authores, indique a loja onde estavam os laços republicanos. . . — Ah, o céo nos livre (accode uma mulher) dos Republicanos! Antes morte, que tal sorte! os Republicanos são malditos do Senhor, não têm Deus, nem Ley, nem Rey, e até como diz o R. P.^e Frei João de S. Boaventura: comem carne de gente, e andam em quatro pés! — Eis ahi, Compadre, o que V.^a P.^e tira de meter-se a fallar á toa, e em dar credito ao sr. Bastos. Não sabia V. P.^e que aquelle Ex.^{mo} era uma grimpa de campanario, que volta para onde lhe dá o vento? Não o viu nas Cortes de 1821 assarapantar tudo com as suas ideias e prègações republicanas? ou, se o não viu, não leu ao menos as suas fallas no *Diario das Côrtes*? e não o vê agora tão perseguidor dos liberaes? Que lhe podia merecer um homem tão versatil e inconsequente? Não era melhor deixal-o por sua conta e risco escrever o *Correio do Porto* de camaradagem com o Ferro, o muito modesto e virtuoso author do moralissimo Poema do *Saque do Porto*? ¹ Mas V.^a P.^e

¹ Allude ao poema obsceno, que se guarda nas collecções pornographicas.

não quer ter juizo! meteu-se a seu acolyto, agora lá se avenha.»

Quando os prezos requereram, que se lhes passasse por certidão — qual o delicto por que estavam encarcerados, escrevia-se-lhes no despacho: — Pronunciado *por sedicioso escriptor*. E quando aggravaram de injusta pronuncia, foi-lhes denegado o aggravado por terem attentado contra as attribuições, decoro e respeito de D. Isabel Maria — *sediciosa, subversiva, hypocrita e dissimuladamente!* Assim se armava um processo, que pelo facciosismo daria o serem desterrados para as Pedras Negras, ou á forca. Como se tratava com cannibaes, foi preciso procurar vencer esse delirio feroz; em 19 de septembro de 1827, D. Rita Huet de Midosi, mãe de Paulo Midosi, D. Marianna Midosi, sua esposa, D. Maria Epiphania Larcher, mulher de Joaquim Larcher, e D. Luiza Candida Midosi, consorte de Garrett, requereram á Infanta Regente: «Que ellas viram arrancar de seus braços na madrugada do dia 17 do dito mez (de septembro), uma, seu filho, as outras seus maridos, que tranquillos e obedientes e leaes subditos em nada offenderam nunca as Leis, nem podiam suspeitar que contra elles houvesse semelhante proceder. — Que prezos todos como huns malfeitores, com escoltas de policias de vinte e tantos homens, foram encarcerados na Cadêa da Côrte, e ainda até ao dia 19 de septembro não poderam obtêr que se lhes desse o motivo da sua prisão...» E pediam á Excelsa Bondade, que mandasse cumprir o art.º 145, § 8 da Carta, para que os prezos, prestada a fiança, fossem julgados soltos.

Pedida informação ao Corregedor do Rocio, este respondeu: «Que estes foram prezos em resultado de pronuncia em summario... , que eram estes homens os mesmos revolucionarios das noites de 24 e 27 de julho antecedente, em que se atacaram as attribuições da Soberania, e se proclamára substituir-lhe uma Republica; eram revolucionarios Republicanos, uns gritando, e outros escrevendo, e com seus escriptos auxiliando aquelles, disfarçando-os e pintando-os com direito á rebelião que proclamavam.» E concluia que eram réos de Lesa-magestade, de primeira cabeça! A Mesa de Desembargo em 20 de outubro conformouse com o parecer do corregedor, e a Infanta Regente assignou a resolução da Consulta, em 24 de outubro de 1827. ¹ A farçada ia a tornar-se sangrenta; recorreram então os prezos ás influencias pessoases, sendo soltos, como declara Garrett na sua Autobiographia, pela intervenção do ex-ministro Guerreiro e do desembargador Palha.

Estes trez mezes de prizão suscitarão em Garrett o interesse pela Poesia popular portugueza, alentando o seu espirito no estudo dos materiaes que já desde Inglaterra andava colligindo. Escreve elle na carta que serve de prologo á *Adozinda*, explicando como interrompera os seus estudos, e como os reatára: «Mas, sobreveiu tanta interrupção, tanta distracção de tão variado genero, mortificações, cuidados, trabalhos mais sérios; emfim desisti da empreza.

¹ Arch. nac. — Publicado na integra por Amorim, *Mem.*, I, 438.

«Já tinha decorrido muito tempo, e voltado eu a Portugal, lembrando-me sempre de vez em quando este empenho tam antigo e tam fixo; e a occasião a fugir-me. Uma circumstancia fatal e terrivel me fez voltar ás minhas queridas antigualhas. Lançado n'uma prizão pela maior e mais patente injustiça que jámais se ouviu, voltei-me para occupar minha solidão e distrahir as amarguras do espirito, aos meus *Romances populares*, que sempre commigo têm andado, como uma preciosidade, que bem sei não avalia ninguem mais, de que muita gente se rirá, mas que eu aprecio... Assim passei muitas horas de minha longa e amofinada prizão, suavizando magoas e distrahindo pensamentos.» A esta situação, accrescentou Garrett a seguinte nota historica: «O auctor esteve por espaço de trez mezes prezo sem mais pretexto que o de ter tido parte em uma publicação censurada e impressa com todas as licenças necessarias. Não foi prezo o censor, nem prohibida a publicação, nem no fim dos trez mezes se achou materia de culpa!» E na reedição de 1843, accrescentou: «O jornal era *O Portuguez*, cuja moderação, doutrina e urbanidade em estylo ainda não foram imitados.» O poemeto *A Adozinda*, tem a seguinte nota historica: «*A Adozinda* foi começada em Campolide, ao pé de Lisboa, no verão de 1827, *concluida na cadêa do Limoeiro* no fim d'esse mesmo anno...» O poemeto traz uma Epistola dedicatoria *A Elysa*, datada de — Campolide 11 d'Agosto, 1827. — Quem era Elysa? Seria a esposa (Luiza)? Na carta a Duarte Lessa, diz ácerca da dedicatoria: «Uma estimavel e jo-

ven senhora de minha particular amisade, — a quem por agradecida retribuição é dirigida a introdução do presente romance — foi *quem se incumbiu de me procurar em Portugal algumas copias de Xacaras e lendas populares.*» (*Rom.*, I, p. 16.) A esta senhora se referia Garrett em uma carta datada de Paris, 1.º de janeiro de 1825: «Não recebi ainda livro nenhum; sim, os meus papeis: d'esses me faltam uns *Romances populares*, que me tinha mandado uma senhora de Lisboa; sobre cuja falta escrevi a Machado — ainda sem resposta — veja se m'a pôde obter, porque muito preço dou áquelles papelinhos.» Não admira que pela paixão que sentia Garrett pela tradição nacional, se aproximasse d'essa alma feminina, que tinha a comprehensão do seu gosto esthetico; por isso lhe confessa que acha o prazer da amisade acima do amor:

Na viva flor da idade e da saude,
 Nem de todos seria acreditado
 Que tam suavemente
 Em austeras conversas de virtude
 Nos fosse o tempo. Crê-me, Elysa amavel,
Tem muitos mais prazeres a amisade
 E mais doces que amor.

E contrapõe-lhe o cancro do *ciume* voraz, que ao mais puro amor entrança venenosas raizes e mordentes espinhos.

Por uma carta de Garrett, dirigida ao numismata Manoel Bernardes Lopes Fernandes, sabemos que depois de solto do Limoeiro, vieram morar para a rua da Saudade, n.º 9 A; transcrevemos esse documento inedito, que versa sobre a sua actividade litteraria:

«*Amigo Manoel Bernardes.*

«Tenho a dizer-te que infelizmente se não póde verificar a assignatura para o meu *Parnaso lusitano*, por alicantina do livreiro de Paris, a quem havia cedido a propriedade d'elle. Recebi de boa fé o dinheiro das subscrições e com a mesma boa fé o restituo. Não me envergonho porém de te dizer, depois da longa peregrinação que passei e perdas immensas que tive, que me será penoso fazel-o já. Isto, não obstante, poder quando quizeres mandar com a tua cautela buscal-o a esta tua casa. Em todo e qualquer caso desculparás o

teu am.º v.º

J. B. da S.ª d'Alm.ª Garrett.

«Rua da Saudade

n.º 9 A — 13 de Jan.º 1828.»

Em uma carta tambem inedita d'este mesmo anno, dirigida ao curioso antiquario Abbade Castro, (?) entrega-lhe um pequeno trabalho hoje desconhecido:

«2 d'Abril

«*Meu caro Abbade.*

«Mando, entregue á sua protecção intelligente, a minha *Flor da murta*, que está tão modesta agora, que não quer ir só, e vae portanto acompanhada de uma *hollandezasita*, que tomou por aia, e de quem quer fazer *pendant*. Mas a hollandeza não chega á marca e precisa accrescentada. Faça este milagre, e crêa que obriga muito o que é

de V. E.

amigo obr.º

J. B. S. d'Almeida Garrett.

E' talvez d'esta época o comêço da dissidência de espirito com D. Luiza Candida, cansada de uma vida tormentosa em que a envolveram o genio e as doutrinas politicas do marido. Restituido á liberdade, ia começar para o poeta uma crise de agitação mais violenta. Dom Pedro IV commettera a imbecillidade de confiar a Regencia a seu desacreditado irmão o Infante D. Miguel, trazido da côrte de Vienna de Austria, do fôco da reacção da Santa Alliança. Em 22 de fevereiro de 1828 D. Miguel chegou á barra do Tejo; logo os partidarios do absolutismo cantavam em altos berreiros pelas ruas:

D. Miguel chegou á barra,
Sua mãe lhe deu a mão:
— Vem cá, filho, da minha alma,
Não queiras Constituição.

E como o Infante desembarcára em Belem, com medo que os constitucionaes o assassinassem, as cantigas eram acompanhadas de um retornello provocador:

Rei chegou! Rey chegou!
Em Belem desembarcou,
O papel não assignou. ¹

O papel era a Carta *outorgada*, que D. Miguel jurava quatro dias depois, para prejulgar apoz com o mais repugnante descaro. Logo

¹ Na Carta 7.^a Ao seu Compadre Lagosta, datada de Plymouth, escreve Paulo Midosi sobre a origem do hymno miguelista *Rei chegou*:

«Quando ElRey D. João VI chegou ao Brazil, fugindo do exercito com que Napoleão se havia apoderado dos seus Estados da Europa, começaram os negros

que D. Miguel desembarcou em Belem em 23 de fevereiro de 1828, os absolutistas consideraram morta a Carta Constitucional; foi então que um verzejador reaccionario escreveu,

do Rio de Janeiro a cantar pelas ruas, ou nos seus mocambos, uma cantiga ou toada, com o seguinte estribilho:

Rey chegou, Rey chegou,
Lá no caes desembarcou,
Já a çurra se acabou.

«Ora quem souber que os servís adoptaram no presente anno (1828) esta mesma musica como seu hymno nacional, mudando sómente o estribilho d'este modo:

Rey chegou, Rey chegou,
Em Belem desembarcou,
O papel não assignou,

«dirá, que entre os escravos do Rio de Janeiro e os absolutistas de Lisboa toda a differença está meramente na côr. *Ex fructibus eorum cognascestis eos.*

«Já que fallei, Compadre, no grande hymno realista do adorado Rey de V.^a P.^e e sucia, — hymno que se toca nos theatros, nas marchas dos regimentos, nos órgãos das egrejas, nos repiques dos sinos — não me levará a mal que lhe repita algumas das decentissimas letras de tal vasadura; por exemplo as seguintes:

Venha cá, senhor Malhâdo,
Meta a mão n'essa gaveta,
Diga: Viva Dom Miguel!
Senão, quebro-lhe a corneta.

Rey chegou, etc.

Encontrei honte' ao Saldanha
Pela Calçada da Ajuda,
Com cangalhas no costado:
Merca alface repolhuda?

Rey chegou, etc.

Imprimiu-se em folheto de cordel o *Testamento da Senhora Dona Constituição, mandada para Portugal pelo Imperador do Brasil, D. Pedro IV, em 1826*. E' uma série de decimas curiosas pelas cargas contra o liberalismo e as personalidades preponderantes:

Eu *Dona Constituição*,
 Que fui nascida em França,
 E sendo ainda criança
 Gerei a Revolução:
 Do governo lançei mão,
 Toda me fanfarronei,
 Vassalagem acceitei,
 Fiz-me inimiga dos Reis,
 Matei Luiz Dezeseis,
 E no inferno me assentei.

Viajei terras e mares,
 Fui á Italia, fui á Prussia;
 Porém, na Hespanha e na Russia
 Me fizeram mal os áres.
 Nunca me dei a vagares;
 Com presteza sem igual
 Vim agora a Portugal
 Pelos *pedreiros* chamada,
 Mas estou mal disfarçada . . .
 Estou muito e muito mal.

Essa Maria Segunda,
 A quem a fama apregôa,
 Hade firmar o seu throno
 Na rua da Madragôa.

Rey chegou, etc.

Venha cá, senhor Malhado,
 Ponha a mão n'esse bahu,
 Diga: — Viva Dom Miguel,
 Se não, vamos-lhe ao cu.

Rey chegou, etc.

.....
 Chamo-me *Constituição*,
 E n'este meu testamento,
 Declaro meu filiamto:
 — Sou filha da maldição.
 O meu pae era *maçon*,
 Meu avô e minha avô
 Foram Voltaire e Rousseau;
 E por filhos verdadeiros
 Tenho todos os *pedreiros*,
 Sem exceptuar um só.

São ao todo vinte e quatro decimas, que se lêram com avidez, recitando-se dos pulpitos em que se dizia a Constituição neta de Voltaire e Rousseau: «A sua popularidade chegou a tal ponto, que em mais de um sermão se lhe fez directa referencia.»¹

Em 26 de fevereiro de 1828, prestou D. Miguel o juramento á Carta, perante as duas Camaras reunidas no palacio da Ajuda: «N'esse mesmo dia os frades, os curas e priores, os beatos e beatas espalharam pela cidade, que o patriarcha escondera com o seu mantelete o livro dos Evangelhos, e que o Infante jurára, sobre o Poema dos *Burros* de José Agostinho de Macedo, que havia sido encadernado juntamente com a Biblia.»²

Em 25 de abril o Senado lisbonense convidou o povo a pedir que D. Miguel se declare rei absoluto, ao que elle accede obedecendo á *vontade da nação!* e em 3 de maio de 1828 manda convocar os trez Estados, á antiga

¹ José Caldas, *Historia de um Fogo-morto*, p. 400 e 406.

² Dr. José de Arriaga, *Hist. da Revolução de Setembro*, t. I, p. 191.

portugueza. ¹ Nas Circulares que o governo da regencia de D. Miguel dirigia ás Camaras municipaes para pedirem a sua acclamação como rei absoluto, ou legitimo, entre outras instrucções, ordenava-se: «que pedissem abolição das novas instituições, por serem contrarias aos fóros da nação, destructivas do seu futuro primordial, e filhas da *facção democratica que em 1820 usurpou a soberania.*» Os miguelistas, para destruirem o regimen representativo, davam-no, apesar da *outorga* ou dom da legitimidade, como filho do principio da soberania da nação.

Ao golpe de estado de D. Miguel proclamando-se absoluto, reagiu a sublevação de

¹ Em 18 de maio de 1828, na ilha Terceira, á imitação do que se praticára em 25 de abril, no continente, proclamando Rei Absoluto D. Miguel I, tambem se reuniu a vereação para igual acto: «achando-se já reunida a referida Camara para entrar na mencionada deliberação, os Povos, que em grande numero se achavam reunidos na praça publica, onde existe o edificio do referido senado, unanimemente e sem esperar por tal deliberação, rompem nos mais inflamados vivas — ao Senhor D. Miguel Primeiro, Rei absoluto de Portugal, Algarves e seus Dominios, no que gostosamente appareceu conforme á mesma Camara, a Nobreza, Clero e Povo que se achavam reunidos dentro do edificio, e que reconheceram ociosa semelhante deliberação: tornando-se por tanto este acto de vereação em um acto de acclamação do referido senhor, muito alto e poderoso D. Miguel Primeiro, Rei absoluto de Portugal...» O Batalhão de Caçadores 5 restaurou os direitos de D. Pedro IV e sua Filha, que em vereação de 22 de junho de 1828 eram solememente proclamados em Angra. (*Documentos para a Historia da Restauração do Governo legitimo constitucional da Ilha Terceira*, pelo Major José Quintino Dias, Paris. 1832. In. 8.)

vinte e trez corpos de infantaria, cavallaria e artilheria; concentraram-se no Porto, aonde se constituiu um Governo provisorio. O abandono repentino da causa liberal pelos membros da Junta do Porto foi devido á imposição do exercito inglez, que occupava militarmente Lisboa para *manter a ordem*.

O exercito liberal retirou-se para a Galliza, desertando os soldados para o campo absolutista, e embarcando para Inglaterra apenas 702 praças de pret, em grande parte camaradas dos officiaes!

Depois dos movimentos do Porto e Aveiro contra o prejuizo miguelino, a occupação do exercito inglez a pretexto de sustentar a ordem publica, põe-se do lado de D. Miguel, sendo por *imposição ingleza*, que os generaes que se insurgiram no Porto, abandonaram em 3 de julho de 1828 a cidade e todos os liberaes aos horrores da repressão miguelina, fugindo no Belfast.

Na sua Autobiographia, escreveu Garrett: «acontecimentos de fevereiro de 1828, trans-tornando a ordem das cousas estabelecidas, *constrangeram a uma nova expatriação...*» Garrett foi dos primeiros que saiu a foz do Tejo em demanda de Londres, onde chegou a tempo em que o aristocrata Palmella acabava de partir para a cidade do Porto na *mallograda expedição do Belfast*.¹ Partiu pelos prin-

¹ *Universo illustrado*, vol. III, p. 303. No *Portugal na balança da Europa*, Garrett verbera a Junta do Porto, que fugiu: «Fique sobre quem lhe pertence a vergonha, a indelevel mancha da retirada do Porto: dêem seus miseraveis auctores a Portugal e á Europa

cipios de junho, quando começavam os espancamentos ao som do *Rei chegou*; acompanhava-o a esposa, depois do falecimento de uma filhinha. Fallando do poemeto *Adozinda*, que terminou nos trez mezes do Limoeiro, accentua Garrett este traço biographico. «Que de coisas passaram por mim durante o tempo que o compuz, os intervallos tão longos em que o deixei! até o nascimento e a morte de uma filha unica, tam querida e sempre chorada!» (*Rom.*, I, 21.) Antes porém, de o seguirmos nas angustias da terceira emigração, é necessario conhecer-se a situação em que ficava Portugal n'essa terrivel data de 1828.

Em 1828, publicou-se em Lisboa um folheto intitulado *Biographia do chamado Infante D. Miguel, desde que nasceu até ao dia 28 de junho de 1828*; é interessantissimo pelas particularissimas circumstancias que refere dos successos correntes. Começa com esta narrativa: «D. Miguel nasceu em 26 de cutubro de 1802. Portugal sabe que he filho *adulterino*. O desgraçado D. João VI assim o declarou mais de uma vez aos seus Camaristas e confidentes: Lisboa inteira sabe quem foi seu pae; Lisboa inteira sabe que a Rainha Mãe fez essa vergonhosa confissão ao mesmo filho em principios de Março d'este anno, dizendo-lhe: — Faço-te esta confissão, para que tu sigas prompta e seguramente os meus con-

o espectaculo indecente, que ha dois annos estão dando, de *disputarem* entre si sobre o maior ou menor quinhão de infamia que a cada um compete na commum deshonra.» (p. 156.)

selhos a fim de seres acclamado Rey; se assim o não fizeres, eu serei obrigada a fazer huma solemne confissão de meus crimes á Nação Portugueza e ao mundo; e tu perderás a Corôa, que ha longos annos te preparo.»

E' d'esta revelação da paternidade do quinteiro do Ramalhão, que os liberaes deduziam a tenacidade com que D. Miguel era instrumento da conspiração implacavel de Carlota Joaquina contra seu marido o rei D. João VI. Na mesma *Biographia* deduz-se as qualidades de Dom Miguel: «entregue á sua plena vontade e caprichos (no Brasil) desenvolveu rapidamente suas innatas propensões... — Varredores, lacaios, e toda a canalha do Paço, formaram sempre e exclusivamente a sua companhia; outras quaesquer pessoas eram-lhe pezadas. Na idade de nove para dez annos tinha já contrahido o vergonhoso habito de se embriagar frequentemente. — Debalde se lhe deram alguns mestres: D. Miguel, ou por incapacidade natural, ou por natural repugnancia, nunca fez o mais pequeno progresso; e he um facto incontestavel, que voltando do Brasil para Portugal em 1821, tendo n'esse tempo dezenove annos de idade, nem lêr nem escrever sabia.

«Chegado a Portugal deu-se-lhe para seu Preceptor hum tal Francisco de Sousa Loureiro, lente de Medicina na Universidade de Coimbra, homem de algum talento, mas muito immoral. Com este mestre nada áprende.

«Sendo escolhido pela Academia real das Sciencias para seu Presidente, D. Miguel se lisongeou muito com tal escolha. Mas sendo necessario na primeira Sessão publica d'a-

quella miseravel Academia recitar, como Presidente, um discurso, que se lhe tinha d'antemão preparado, D. Miguel não o soube lêr, e foi preciso que o lêsse o Vice-Presidente, Marquez de Borba. O Secretario da Academia mandou algumas cartas e outros papeis a D. Miguel para os assignar; mas este, que não sabia escrever, nem ao menos assignar o seu nome, passados alguns dias os mandou ao Vice-Presidente para que os assignasse.

«... em Lisboa só marchantes, carniceiros, campinos e lacaios o seguiam e acompanhavam; era a unica gente que o cercava, com quem comia e bebia, e com quem se embriagava.» (Pag. 4 e 5.)

No folheto intitulado *Refutação dos sofismas empregados por alguns Jornalistas inglezes sobre D. Miguel em Portugal e os Portuguezes em Plymouth*, resume-se em poucas linhas o quadro da lucta entre os dois irmãos:

«A questão actual não é de successão: essa nunca a houve; e quando a tivesse havido, já fôra decidida no Tratado da separação do Brasil. Não esteve nunca *sub judice* a declaração do successor de D. João VI. — A Europa toda reconheceu D. Pedro. — Este abdicou em sua filha, a rainha D. Maria, e incorporou a abdição na Carta constitucional, que deu á Monarquia, a qual foi jurada pela Nação, e a sua fórma de Governo reconhecida. — O Infante D. Miguel partiu de Vienna para Lisboa como Regente do Reyno, Logar-Tenente d'ElRey. — A Austria e a Inglaterra garantiram a sua obediencia ao soberano. — Elle assignou no Protocollo de Vienna a declaração de que se submettia á regia determi-

nação; e o fez solemnemente em presença dos Ministros de Austria e Inglaterra, que assignaram com elle. Vem a Lisboa — escuta os perfidos conselhos da Rainha viuva, — compra traidores, — estes compram a canalha de Lisboa, — esta se arma, — ataca os habitantes pacificos, — os crimes augmentam-lhes os furores, — o Governo os exalta, os promove, os generalisa por todo o reino até então pacifico. — Declara-se breve a anarchia; e o Infante no meio dos horrores consumma a mais abominavel usurpação.»¹

Sobre as numerosas prisões dos liberaes escreve Paulo Midosi na Carta 7.^a *Ao Compadre Lagosta* (José Agostinho:) «Diga V.^a P.^e, se é capaz de alguma vez fallar verdade; como hão sido recebidos em todo o Portugal os prezos liberaes depois que os absolutistas estão no poleiro? Com que apupadas, pedradas, ferimentos, com que vozerias e assuadas não foram até ás prisões perseguidos pela população os desgraçados do Algarve, onde o novo Governador Stockler tem jurado de não deixar um unico individuo que vista casaca? Porque insultos, porque vexames não passaram nas ruas e praças d'essa capital os membros do Cabido de Evora que ahi foram remettidos por constitucionaes? Não admira que lhes não valesse a qualidade de desgraçados, o que faz pasmar é que não os isentasse da amargura dos insultos o character sacerdotal, affectando os *corcundas* tamanho affecto pela

¹ Pag. 7. E. Nettleton, Printer, Whimble-Street, Plymouth.

Religião! E como são esses desgraçados tratados nas prisões? Póde chegar a mais o requinte da barbaridade? Esquece por ventura as rodas de pão, que esse monstro Jordão, que nomeei, tem mandado dar aos infelizes? Esquece que os deixa sem comer muitos dias, e que quando lhes concede algum alimento frio, vá mecher nas marmitas ou latas que levam o comer, com a sua bengala, sob pretexto de exame contra impressos revolucionarios? Mas, já que fallei em prisões, não será fóra de proposito appontar um rasgo de caridade christã dos Religiosos Carmelitas calçados de Lisboa, *et crimine ab uno disce omnes*. Estes humanissimos religiosos, sabendo que o numero dos prezos politicos era tanto que não cabiam nas cadêas publicas, dirigiram uma representação ao Governo, em que expunhão, que constando-lhe a falta de local que havia para encerrar os prezos politicos, offereciam para esse effeito o seu carcere que era *mui grande, mui escuro e mui seguro, onde podiam aposentar-se mais de tresentos e com a vantagem de que sendo intra claustra, não haveria logar para serem vistos por suas mulheres ou filhas! Proh scelus!*» — «E' certo que ainda se lhes não acceitou a offerta do carcere, mas não se perdeu a especie suscitada por elles de cortar aos prezos toda a communicação com as familias.»

Nos folhetos escriptos fóra de Portugal, pelos que se viram forçados a fugirem ao facinorismo dos sectarios miguelistas, que acirravam o odio politico com a hallucinação do fanatismo religioso, apparecem assombrosas revelações sobre a situação da sociedade portugueza.

«Todas as pessoas que tem tido a desgraça de residir em Portugal desde o infausto dia 22 de fevereiro de 1828, são testemunhas oculares de que os Templos tem sido profanados com blasphemias e torpezas proferidas por ecclesiasticos seculares e regulares, em louvor de D. Miguel, exaltando-o acima de Deus... O Padre José Agostinho de Macedo, de detestavel memoria, dizia no periodico denominado — *A Besta esfolada* — na semana santa do anno de 1829: — *Haja carne fresca, o povo quer vêr espectaculos, e os dias de maio são grandes, e chegam para tudo.* — O certo é, que no dia 9 de maio d'aquelle mesmo anno foram enforcados no Porto 10 victimas illustres e innocentes em consequencia d'aquelle prognostico de mão agouro; e era a *carne fresca*, porque aquelle cannibal ecclesiastico gritava!

«O execravel Prior-Mór de Christo imitou, ou excedeu, se era possivel, o padre José Agostinho, emquanto a colera divina o não exterminou de cima da superficie da terra. Frei Fortunato de San Boaventura, tem praticado e está praticando o mesmo. E o padre Constantino José Ferreira de Almeida foi um dos membros da Alçada do Porto, que ajudou a assassinar aquellas victimas.

«E como tem D. Miguel tratado estes perversos e debochados ecclesiasticos? Ao Padre José Agostinho mandou fazer honras funebres com assistencia da côrte, exigindo que a chave do caixão em que foi encerrado o cadaver lhe fosse entregue, para mandar-lhe levantar um mausoléu: distincção que D. Miguel não fez a sua propria mãe.

«Ao perverso Prior-mór de Christo, elevou ao Arcebispado de Braga; ao immundo Fr. Fortunato de San Boaventura ao Arcebispado de Evora; e ao sanguinario padre Constantino José Ferreira de Almeida, ao Bispado de Castello Branco: todos estes escandalosos despachos foram feitos no dia 29 de setembro de 1831.» ¹

A protecção que o governo inglez deu ao partido absolutista e ao proprio D. Miguel, acha-se assim explicada pelas intrigas de Beresford: «tem sido (os ministros inglezes) illudidos por um monstro de ingratidão, que devendo tudo quanto é a Portugal, é o maior e mais sanguinario inimigo de Portugal. Este homem perverso, irritado de que em 1820 a Nação portugueza o não quizesse acceitar por vice-rei e Bachá absoluto, cujos poderes subrepticamente tinha extorquido á timidez do animo do Sr. D. João VI, — estimulado de que em 1824 o partido leal e amante do rei o não deixasse consummar a traição parricida em que tinha conspirado com o Infante D. Miguel, — vexado emfim de que em 1827, apesar das intrigas do Bispo de Viseu e de outro ministro de horrorosa e deploravel memoria, lhe não deixassem tomar o commando do exercito ² e destruir com elle a Carta e a auctorida-

¹ *Explicação veridica e imparcial sobre o amor que os Portuguezes têm a D. Miguel.* In.-8.º sem logar nem data. (Londres.)

² Garrett, no *Portugal na balança da Europa*, mostrando a traição do ministerio da Regencia contra o regimen constitucional, escreve: «O subrepticio chammamento de lord Beresford para commandar o exerci-

de do Sr. D. Pedro IV, a quem tem irreconciliavel odio; este homem, indigno do honrado nome de inglez, tem enganado constantemente o ministerio britanico e o tem estimulado e posto de má fé contra o partido leal portuguez. Por ter residido longamente em Portugal e o suppõem versado nos negocios de nosso paiz e bem informado de tudo o que n'elle se passa, facilmente o acreditam. Este homem, que em 1817 assassinou o unico general portuguez que nós tinhamos, pelo ciu-me de sua gloria e do amor que os portuguezes lhe votavam, complicando-o em uma *conspiração imaginaria*, que, se em alguma parte existiu, não entrava n'ella decerto o illustre general portuguez; este nosso cruel inimigo tem feito crêr ao ministerio britanico, que a nação portugueza toda quer D. Miguel, que o *partido leal* é um partido disfarçado que *não quer senão fazer uma Republica...* Apesar de provas tão evidentes como são as de vêrem exilados e proscriptos o *Marquez de Palmella*, o *Conde de Villa Real* e tantos outros fidalgos, *que se oppozeram á Constituição de 1822*; de vêrem grande parte da primeira nobreza, bispos, clero, religiosos, magistrados, pessoas de todas as classes e jerarchias e opiniões, umas na proscipção, outras

to, e as indecentes propostas que no conselho de ministros se fizeram, e a intentada relegação do honrado marquez de Valença que não quiz assignar o decreto da sua nomeação, — o posterior manifesto do bispo de Viseu e outros ministros — não deixam duvida, ainda mal! alguma d'essa asserção.» (P. 282, Not. 21, secç. 3.^a)

no exilio, outras nos carceres, muitas emfim no cada falso testemunharem tantos sacrificios, sellarem até com seu sangue a incontestavel verdade de que a nação... detesta o Usurpador, que uma pequena facção, sómente forte da tolerancia ingleza e auxilio hespanhol sustenta no throno... Talvez o ministerio inglez já hoje conhece que a Nação portugueza detesta D. Miguel, mas não quer ainda confessar que se engana.» ¹

No seu Discurso na sessão de 1 de junho de 1829, Mackintosh affirma cathegoricamente que todos os abalos soffridos por Portugal no começo do seculo, resultaram da alliança com a Inglaterra: «uma nação com quem estamos ligados por um tratado de garantia ha mais de seculo, sem que nunca nos arrastasse a uma guerra ou nos pozesse nem sequer em risco de a ter; que, por outro lado, *já por tres vezes foi invadida* (em 1760, 1801, 1807) *por sua tenaz fidelidade a Inglaterra*; e cujos soldados pelejaram pela independencia da Europa quando por ella pugnavam nossos mais famosos capitães contra Luiz XIV, e Napoleão. E' uma alliança... na qual todas as outras nações apprenderam a olhar... um elemento do systema europeu. Será licito ajuntar a isto, que Portugal nos precedeu (com quanto de breve dura) na dominação dos mares, e que foi o berço do maior poeta que ainda occupou seu ingenho em celebres façanhas e empresas nauticas.» (p. 7.)

¹ *Debates no Parlamento britanico sobre os Negocios de Portugal*, p. 4. Londres, 1829. In-8.º grande.

«E é este o paiz que agora jaz succumbido do jugo de um usurpador, cujos crimes privados mais trazem á memoria as éras de Commodo e Caracalla, do que a uniforme mediocridade do vicio civilisado, — que á face do mundo se ostenta — ainda com a profunda marca na fronte do ferrete do perdão do seu Rei, e de seu pae por uma rebellião parricida; que vilmente trepou ao throno por uma série de fraudes, de falsidades e perjurios taes, que a todo o homem a alcance da alçada das leis, o fariam soffrer a mais affrontosa, se não fosse — a ultima — pena; etc.

.....
«Cumpre-me investigar as causas d'este fatal successo. Teve a fluctuação da politica britanica parte n'elle? Podemos nós dizer affoitamente que havemos obrado não só com litteral fidelidade a nossos contractos, mas com generosidade em amparar os que tudo arriscaram por se fiar em nós?

«Passarei por cima da Revolução que em 1820 fez adoptar uma monarchia democratica em Portugal:... Mencionarei só de passagem o tratado de agosto de 1825, pelo qual o Brasil foi separado de Portugal, sendo medianeiros a Inglaterra e Austria, e o qual foi resultado das negociações em que Sir Charles Stuart (agora lord Stuart de Rothesay e um dos mais distinctos diplomaticos inglezes) entrou como plenipotenciario de Portugal.

«Na primavera seguinte D. João VI, defuncto rei de Portugal, morreu, depois de haver na ractificação reconhecido a D. Pedro por seu herdeiro. — Para que a separação se effectuasse com segurança e proveito para os

dois paizes, D. Pedro abdicou a Corôa de Portugal em favor de sua filha D. Maria, entre a qual e D. Miguel se celebrariam esponsaes sob condição de elle jurar a Carta constitucional então outorgada por D. Pedro á Nação portugueza.

«Em junho de 1826 chegou esta Carta a Lisboa, trazida pelo mesmo eminente ministro inglez que d'aquella côrte tinha ido ao Brasil como plenipotenciario de D. João VI, e que agora voltava do Rio ao Tejo como portador da Constituição outorgada por D. Pedro. Pouco importam os rumores de descontentamento excitados pela ida d'aquelle ministro a Lisboa. — Sem duvida pareceu a Sir Charles Stuart da maior importancia não prorogar a incerteza em que estava a nação portugueza ácerca do seu governo. — Ninguem pôde duvidar de que o Povo portuguez acceitou tal dadiva, por tal mensageiro trazida, como um signal da favoravel disposição do Governo britanico a respeito da Constituição. E' de publica notoriedade que grande numero da Nobreza de Portugal por esta visivel approvação da Gran-Bretanha se animou a seguir as partes da Constituição, de tal maneira e tam publicamente, que, aliás, elles com rasão teriam julgado inutil sacrificio de sua salvação pessoal.

«Esta foi pois a primeira cousa em que o proceder do nosso Ministerio induziu e animou a Nação portugueza a adoptar a Constituição. Mas não acaba aqui. Se me não informaram mal pessoas que não pôdem enganar, e que difficilmente podiam ser enganadas, a promulgação da Constituição foi suspensa em

Lisboa até a Regencia receber o parecer e conselho de S. Magestade (britanica) por via de seus Ministros. Durou esta suspensão quinze dias pelo menos. O conselho dado, foi que se pozesse a Carta em vigor. — Em tão rapidas mudanças de ministros, como então se viram em Lisboa, não podia deixar de ser sabido por todas as pessoas bem informadas, e divulgado com as exagerações costumadas entre a multidão, que a Gran-Bretanha se havia declarado a favor da Carta. E este facto, com todas as suas naturaes consequencias, considero eu como a segunda inducção e instigação da mesma especie, que á Nação portugueza démos.

« Pouco depois, — se appresentou a este malfadado povo, outra incitação de extraordinaria natureza, cujas atrozes circumstancias deixam no escuro sua connexão, por subsequentes occorrencias, com os actos da Gran-Bretanha. Em 30 de outubro de 1826, D. Miguel, depois de prestar juramento á Constituição em Vienna, contrahiui nas mãos do Nuncio do Papa, e na presença dos Ministros imperiaes, seus esponsalicios com D. Maria, a quem então solememente reconheceu por Soberana de Portugal. Este foi o primeiro de seus perjurios — o primeiro juramento que deu, só para obter os meios de o quebrar. — Ao mesmo tempo appareceu fomentada por Hespanha, uma rebellião em seu nome, mas que publicamente desnegou. E d'ahi a dois mezes, quando a perfidia de Hespanha foi manifesta, *tropas inglezas desembarcaram em Portugal*, — e os rebeldes foram expulsos do territorio do nosso antigo alliado por um dos mais avisados, honrosos, energicos e brillhan-

tes golpes de politica que jámais desferira Inglaterra. — Mas, que Portuguez ficaria em duvida se a nação que havia dispersado os absolutistas era ou não a favor da Constituição?

«A 3 de julho d'esse anno (1827) D. Pedro emitiu um edicto pelo qual mais se aproximou da definitiva abdicação da Corôa portugueza, e nomeou a D. Miguel Logar-Tenente do Reino. — Os ministros britannicos nas instrucções dadas ao Conde de Villa Real expressamente haviam declarado, que a volta de D. Miguel por Inglaterra era uma grande e formal garantia para o partido constitucional, — as proprias palavras do ministro britannico inevitavelmente resoaram por todo o Portugal — adormentando a vigilancia, mostrando desnecessidade de cautellas, e tendendo a extinguir as mais negras suspeitas. — Quantos actos irrevogaveis têm sido feitos, quantas masmorras atulhadas, quantas mortes arrostandas, quantas padecidas, por esta fé e confiança nas perfidas garantias acreditadas pela apparente sancção de duas Côrtes illudidas e ultrajadas? Como pôdem estas Côrtes julgar-se desligadas da obrigação de reparar o mal que sua credulidade causou?

«A 28 de fevereiro desembarcou D. Miguel em Lisboa acompanhado por um embaixador inglez, que n'esta conjunctura desenvolveu mais sagacidade e firmeza do que por ventura jámais se pôde combinar em taes circumstancias. Convocaram-se as Côrtes para tomar o juramento do Regente ao Imperador e Rei e á Constituição. Então se representou a scena em que figurou o mais covarde e infame dos perjurios d'este homem; a mais vil

evasiva que podia imaginar a torpe, immoral e molherenga superstição. Fez que prestava juramento, fingindo repetil-o com apparente volubilidade e rosnando inarticuladamente, em vez de proferir as palavras da fórmula d'elle. — Seus disenhos foram para logo conhecidos. E tão manifestos foram, que Sir Frederick Lamb com tanta rasão como firmeza recusou deixar desembarcar o dinheiro do emprestimo, e o recambiou. N'essa occasião o Usurpador e seus poucos adherentes houveram sido desbaratados pelos leaes. Mas um invencivel obstaculo se lhes poz diante. *As tropas britannicas tinham instrucções* para se absterem de interferir em dissensões domesticas: uma excepção tinha esta regra, essa era em favor do mais infame de todos os homens de Portugal. — Mas viram-se obrigados a declarar, que as instrucções geraes que mandavam proteger a Familia real, obrigariam as tropas britannicas a proteger Miguel contra qualquer ataque. Permaneceram essas tropas tempo sobejo para lh'o dar a elle de demittir os officiaes fieis e encher o exercito de rebeldes, emquanto estimulado por frades e assoldadada por elle a mais vil canalha dos bêcos de Lisboa se amotinou e levantou proclamando a escravidão. Quando viram seus projectos maduros para execução, mandaram-se embarcar as tropas para Inglaterra a fim de o desembaraçar da minima sombra de coacção. — E' mais que certo, que se as tropas se tivessem retirado de Lisboa trez mezes antes, ou lá ficassem trez mezes depois, — em qualquer dos casos Portugal fôra salvo. A retirada das tropas inglezas n'aquelle momento foi a cau-

sa immediata de sua ruina : consequencia, que ainda quando não premeditada, seguramente nos devia impôr o dever de mostrar mais que ordinaria consideração para com aquelles que foram arruinados por effeito de nossas medidas. A fórmula com que foi annuciado o *bloqueio do Porto* não foi certamente o que reparou este infortunio.

«Accidentes extraordinarios e infelizes privaram o exercito do Porto de seus commandantes. Não tivessem elles feito caso d'este obstaculo; houvessem elles immediatamente avançado de Coimbra, é opinião das mais imparciaes e intelligentes pessoas, que então estavam em Lisboa, que lá teriam chegado e feito tudo sem um tiro. E' certo que o Usurpador e sua mãe se tinham preparado para fugir para Madrid, e que ainda depois da fatal demora em Coimbra, com difficuldade se deixaram persuadir por pessoas de mais juizo que elles a adoptar medidas de coragem. Apenas Miguel assumiu o titulo de rei, todos os ministros estrangeiros fugiram de Lisboa; nação que cessava de resistir a tal tyranno foi julgada indigna de continuar a ser membro da Europa. — Mas, no entretanto, a demora de Coimbra, a força que d'ella ganhou o usurpador e o desalento espalhado pela retirada do exercito leal, trouxeram a queda do Porto, e compelliram sua fiel guarnição com muitos outros leaes subditos a deixar aquelle deshonrado paiz.

«A fraqueza do Governo e as miserias da Nação expõem seu territorio a invasões; a condição de Portugal em 1826 sufficientemente o demonstra. Este principio era o unico que po-

dia justificar nossas teimosas insistencias com D. Pedro para que completasse sua abdicação. A continuação de uma Regencia vacillante, e um Soberano colonial enfraqueciam a administração portugueza, e tornavam o desengargo de nossas obrigações para com aquelle paiz de dia a dia mais difficil.» (p. 22.)

No discurso de lord Holland na camara dos pares, refutando a não interferencia do Governo na questão miguelina, diz cathegoricamente: «O que é toda a historia de Inglaterra se não uma série de interferencias em Portugal? Vá o nobre conde (d'Aberdeen) dar busca a todos os archivos da sua secretaria, traga o meu nobre amigo (Duque de Wellington) á memoria os successos acontecidos em sua vida, — e que venham fallar depois, se quizerem, ou não de interferencias com o Governo de Portugal. Em summa, a nossa historia toda é a historia das interferencias em Portugal.» — «Quanto a Portugal, especialmente, com rasão posso dizer, que se perdermos a bemquerença e amor d'aquelle povo, perderemos grande parte da força da Gran-Bretanha.»

«A delação, a proscricção, prisões, confiscos, desterros, deportações e morte, hão sido propriamente o sustentaculo do seu throno. Aquelles que não ousaram sublevar-se contra o tyranno, emquanto *protegido pelas bayonetas inglezas*, viram os seus meios, influencia e liberdades sacrificados antes que podessem escapar. Mas, emfim, as nossas tropas (sc. inglezas) depois de haverem por sua presença infelizmente dado azos a D. Miguel para consolidar o seu poder, retiraram-se no momento em que podiam obstar ao desenvol-

vimento do plano de roubo, de terror e tyrannia, que devia pôr-se em pratica para com os fieis subditos da rainha. A fim de effectuar estes projectos de crueldade, foram organisados em todo o reino corpos de voluntarios de policia, compostos de espias e sicarios. Estes corpos, que montam a alguns 30:000 homens, são compostos da gente mais infame e mais corrompida, e servem, cada um em seu districto, de protecção especial ao governo de D. Miguel e á *religião*. O governo os arma e os veste, mas elles se sustentam á sua custa. Servem de graça, porém podem receber o salario de suas iniquidades, o preço do sangue e das lagrimas.

«Mr. Mathews, consul britanico em Lisboa, em sua conta de dezembro de 1828, diz que: =se elle houvesse de descrever o systema de extorsões posto em pratica pelos agentes da policia em todo o Portugal, vendendo a liberdade e a vida das pessoas mais opulentas de seus districtos, difficilmente se lhe daria credito.= E acrescenta, que =os exemplos de inexplicavel perseguição, as prisões diarias ná capital, e a estagnação absoluta de todos os ramos de commercio são taes, que parece impossivel que tanta oppressão possa soffrer-se.= Com effeito estes voluntarios realistas exercem o poder real. Qualquer pessoa, por innocente e tranquilla que seja, a quem dois *não pagos* se lembrem de denunciar, fica á mercê d'elles; por quanto se os não afaga por meio de consideraveis dadivas, é mettido na cadeia publica, em virtude de simples juramento de seus accusadores, de que o suspeitam de affeiçoado aos constitucionaes ou

pedreiros livres!... N'esta prisão o infeliz, se é pobre, póde morrer de fome, pois o que unicamente se lhes concede é correr as ruas no meio de uma guarda de soldados, pedindo esmola. — Acham-se juntos na mesma sordida estancia bandoleiros, assassinos, prostitutas, constitucionaes. Estes são sempre insultados pelos primeiros, os quaes sabem que assim conquistam a benevolencia das authoridades... Os confiscos accrescentando o thezouro de D. Miguel, augmentam o seu natural appetite de denunciar. N'este momento acham-se *vagabundos por toda a Europa alguns cincoenta mil portuguezes* — fugitivos, exilados, e todos miseraveis; e todos soffrendo a perda de suas propriedades. D. Miguel assegura para si a posse d'ellas, nomeando-lhes por administradores favoritos seus; e estes, emquanto supprem do producto dos bens de seus concidadãos os cofres do Usurpador, não deixam vasio os seus.

«Emquanto milhares de infelizes estão, como fica dito, amontoados nas cadeias publicas ou nos quartos separados... outros ha na verdade em solitarias e humidas masmorras subterraneas, aonde a morte a muitos tem servido de unico alivio a seus tormentos. Alguns tambem são removidos para fortalezas distantes, emquanto o logar aonde existem, e até se existem absolutamente, o ignoram seus amigos e parentes. D'este modo jazem encerrados, d'este modo soffrem martyrio por denominados crimes politicos alguns *sete ou oito mil desgraçados portuguezes*. E succede isto no meio das luzes da civilisação do seculo 19! *Tres ou quatro mil andam profugos e*

errantes pelo seu paiz natal, não ousando ou não podendo abandonal-o. Parte d'estes alguns amigos os escondem á custa do maior perigo; parte se occultam em bosques e cavernas... Todos ao amanhecer se levantam incertos se irão pernoitar no fundo de algum calabouço. Ajuntae a estes desgraçados mais *vinte mil, que estão denunciados como suspeitos*, e que por conseguinte andam expostos a offensas e insultos diarios. A mais leve desatenção que tenham com qualquer voluntario, ou outro miguelista, eil-os a ponto de entrar nas tão visitadas, ascorosas prisões publicas. Alguns *trez mil infelizes hão sido transportados aos pestilentos climas da Africa*; e quasi todos estes, se ainda alguns vivem, são obrigados, qualquer que tenha sido a sua anterior condição, a trabalhar como delinquentes, escravos ou soldados. Temos por tanto *umas outenta ou noventa mil victimas* e... alguma rasão parece que teremos para duvidar das virtudes de D. Miguel, do qual o correspondente de lord Aberdeen (João Campbell) diz — cheio de brandura e benignidade, terno e sincero... Mas este homem... não deixa de ter enviado ao cadafalso muitas e muitas victimas, e de haver posto nas agônias da morte ainda muitos mais dos amigos e parentes d'ellas, mandando-os, com piedade de tigre, descalços e vestidos de alva, ser testemunhas da barbara carnagem de seus companheiros! Estas execuções levam um dia inteiro. A procissão funebre sáe da cadeia publica ás oito horas da manhã; cada preso é conduzido descalço, acompanhado de dois frades, que não cessam de prégar-lhe para que

confesse a justiça da sentença que o condemna á morte. Larga é a distancia da prisão ao logar do patibulo; e como os réos têm de parar defronte de todas as capellas porque passam em sua fatal jornada, gasta-se ordinariamente meio dia antes que se dê principio á matança. As victimas são uma apoz outra garrotadas, enforcadas ou espingardeadas. Entre execução e execução não medêa menos de uma hora, durante a qual o angustiado successor observa em silencio a tortura e mutilação do seu infeliz antecessor. Pouco a pouco se forma um montão de cadaveres e de cabeças separadas dos corpos: terrivel espectáculo, em que são obrigados a cravar os olhos os *perdoados*, parentes e companheiros dos que soffreram o ultimo supplicio. E se os desviam, se abaixam o rosto, os officiaes militares, que assistem a estes actos horrorosos, com a maça da espada os ferem na barba obrigando-os a alçar a vista, sob pena de serem tambem executados, e a não afastal-os de seus parentes e socios agonisantes! Fazendo a descripção de algumas d'estas execuções a lord Dunglass em março de 1829, diz Mr. Matthews: = Os cinco individuos, cujos nomes se seguem, foram hontem enforcados; e *as suas cabeças espetadas em póstes*, ainda hoje se vêem em uma das praças mais publicas da cidade para terror dos seus habitantes. = Tal ha sido o estado interno de Portugal.» ¹

¹ *Revista de Edinburg*, n.º CVIII; artigo traduzido com o titulo *Historia recente, estado actual e relações exteriores de Portugal*. Londres, 1832. In-8.º gr. de 62 pag. Os trexos transcriptos são de pag. 20 a 25.

«Entretanto, a Terceira e outras ilhas de oéste, reconheceram a authoridade de D. Maria (4 de dezembro de 1828.) Por esta occasião (cousa estranha, mas verdadeira!) o governo inglez permittiu que D. Miguel mandasse uma expedição contra os constitucionaes, emquanto por outra parte, em nome da neutralidade, impedia á força os subditos da rainha de irem tomar parte na defesa da sua soberana.

«O Duque de Wellington ordenára que os Portuguezes escapados do Porto e refugiados em Plymouth, ou fossem distribuidos em diversos acantonamentos, como prisioneiros de guerra, ou sahisse do reino. Em consequencia d'esta determinação, declarou o marquez de Palmella, que preferia fazel-os embarcar para o Rio; — porém, sabendo tres dias depois, de se haver explicado assim, que na Terceira fôra aclamada a rainha D. Maria, alterou por isso o seu plano. Informou o governo britanico d'esta mudança, e das causas d'ella; e mandou que uns trezentos dos seus compatriotas partissem, como por dever eram obrigados, para os dominios da sua legitima soberana. O governo poz *difficultades*; mas apesar d'ellas os desgraçados homens embarcaram e seguiram viagem. Todos iam desarmados; eram fugitivos de sua patria; e padeciam pela mesma causa que Inglaterra professára ser a sua. E ainda assim n'este estado de inerme desvalimento, (com vergonha o confessamos) o braço de Inglaterra se levantou contra elles. Navios de guerra britanicos os perseguiram, e os alcançaram á vista da unica patria que lhe restava: fizeram fogo

contra homens indefensos, e os obrigaram a voltar ao meio do oceano, que de novo cruzaram para chegar ás praias de França, as quaes, menos inhospitas que as de Inglaterra, lhe deram seguro azylo.»¹

«Depois que as nossas tropas (inglezas) saíram de Lisboa, fizeram os portuguezes leaes um esforço para sacudir o pezado jugo do Usurpador. A cidade do Porto foi occupada por elles, que a consideraram como seu ponto de reunião. Tiveram um exercito em pé; mas uma desgraçada mudança havia occorrido na administração de Inglaterra: os membros mais liberaes do gabinete tinham sido obrigados a demittir-se; e D. Miguel, informado de quanto os novos ministros eram favoraveis á Santa Alliança, declarou o bloqueio do Porto. A sua força naval era insufficiente para sustental-o; elle mesmo não passava de um Usurpador de poucas semanas de existencia, cujo criminoso proceder compellira todos os ministros estrangeiros a saír da sua côrte. Além d'isto a sua contenda era com as authoridades legitimas do reino, juntas no Porto, e obrando em nome da rainha reconhecida. Estas considerações deviam bastar para que o official inglez, commandante da estação naval, regeitasse o bloqueio de papel. Porém lord Aberdeen pensava muito differentemente dos merecimentos de D. Miguel; e por isso não tardou a reconhecer o bloqueio do destruidor da Carta. Os constitucionaes ficaram tão admirados como desfalecidos com este pro-

¹ *Revista de Edinburg*, n.º CVIII. Trad. p. 28.

cedimento; e a sua infeliz empreza mallogrou-se, mais por effeito da neutralidade de lord Aberdeen, do que pelos esforços dos miguelistas. Grande parte da força (alguns tres mil homens) escapou á vingança de D. Miguel, e veiu refugiar-se em Plymouth. Por este tempo a administração de Wellington permittiu a residencia de um embaixador de D. Miguel — *acceito* ainda que não *acreditado*...»¹

Sobre os enforcamentos da Praça nova, no Porto, fallou no parlamento inglez o celebre philosopho Makintosh: «Quinta feira 7 de maio de 1829, ha pouco mais de tres semanas, dez cavalheiros foram manifestamente *assassinados* pelo reconhecido motivo de haverem em 16 de maio de 1828, (tempo em que D. Miguel se intitulava ainda Logar-Tenente de D. Pedro) seguido o exemplo de Austria e Inglaterra em tratar a D. Pedro como seu legitimo Soberano, e procurar dar execução ás leis estabelecidas por elle. Afóra estes, dois foram reservados para maior padecimento com um fingido perdão. A misericordia dos malvados é sempre cruel. Um d'elles foi condemnado a lenta agonia para as galés de Angola; o outro, irmão do Embaixador portuguez em Bruxellas, foi sentenciado a trabalhos forçados por toda a vida e condemnado a presenciar antes a execução de seus amigos; aggravação da pena, que será ligeira para os de coração duro, mas capaz de o partir aos de alma generosa e bem nascida, — e que por odioso artificio inflige toda a força

¹ *Revista de Edinburg*, n.º cviii. Trad. cit., p. 26.

da pena sobre as virtudes do padecente. A cidade do Porto observou esta scena com horror, que certamente não foi diminuido pela recordação de gratos sentimentos que gerações e gerações de inglezes lá tivessem deixado. Os ricos fugiram para suas quintas, os pobres fecharam as portas e janellas, os aldeões da visinhança recusaram trazer suas costumadas provisões aos mercados da ensanguentada cidade; as desertas ruas foram abandonadas ao algoz, a seu cortejo e a suas victimas, sem mais espectadores que os precisos para dar testemunho que aquelles *fieis achados entre os infieis*, tinham deixado o mundo com os sentimentos de homiens que que morrem pela patria.

«A 16 de maio, dia em que as pretendidas traições se diziam praticadas, o estado de Portugal — considerado com a maior indulgencia para com Miguel, — era um estado de contenda sobre o direito á corôa. Não era rebellião: era guerra civil. — Dez mezes depois de subjugada a patria, ainda (Miguel) está derramando sangue por actos praticados antes da guerra. — O periodo da repleção e segurança, que até ao tigre socega, excita a sêde de sangue do cobarde. Será este o cego instincto da ferocidade? Será sómente para espalhar o desmaio e a desesperação entre os milhares de portuguezes leaes, que elle dispersou pela terra? — A ignominia foi principalmente dirigida ás tres Potencias medianeiras que ainda não tinham abandonado toda a esperança de transação. — Alevantando nas mãos as sanguinosas cabeças do Porto, eil-o ahi está clamando aos Soberanos e ás Nações,

que mófa dos seus juizos e desafia seu poder.» (p. 37 e 38.)

Sobre as perseguições dos liberaes em 1829, escreve o emigrado Paulo Midosi, na 10.^a *Carta e ultima ao Compadre Lagosta*:

«Querem persuadir á Europa, que os Constitucionaes são uma facção, e despedindo-os dos empregos provam em tudo o contrario. De uma Secretaria de Estado foram expulsos por liberaes quarenta empregados; e quantos ficaram como *corcundas* á prova de bomba? quatorze! Ora se em uma repartição, que sempre se reputa serva do poder, ha uma tão desproporcionada pluralidade liberal, que será n'aquellas menos dependentes do governo? nas classes mercantis e industrias, nas scientificas e litterarias? Comtudo essa menoridade de rebeldes não cessa de vexar a Patria, e de santificar com as suas tyrannias o proceder dos revolucionarios de 1820. Por uma simples delação de uma criada, é uma familia inteira sepultada em lugubres masmorras. O dito de um rapaz, ou de um bebado, assegura a perda do homem mais probo! *Vinte mil cidadãos*, segundo a relação da Intendencia da Policia, gemem em ferros em todo o reyno! As proprias mulheres não estão isentas de denunciaes e prizão, e não são poucas as que se acham em carceres! Até a tenra infancia é obrigada por enganos e ardis a denunciar seus proprios paes! Que horror! Sequestrão-se os bens dos que pela emigração escapam á vingança de seus inimigos! O Porto viu já sacrificar 25 victimas da fidelidade ao sagrado de um Juramento! Lisboa viu cinco infelizes no patibulo, e um d'estes condem-

nado por se suppôr era por nome Barreiros, quando de facto se chamava Perestrello e merecia por suas qualidades a estima dos homens de bem. N'esta carniceria requintaram os Juizes em maldade, condemnando um menor á pena ultima, e mandando outro assistir ao assassinio de seu pae, o desgraçado Moreira! Não omittirei fallar nos nove estudantes de Coimbra, cuja morte tanto por falta de prova sufficiente do delicto, como por haver lei expressa que prohibe a pena de morte em menores (que todos elles o eram) deve reputar-se um novo assassinio juridico. O sacrificio d'estes infelizes foi verdadeiramente um negocio de partido. Uma ordem superior os mandou julgar em Meza Grande, por não haver Juizes que se quizessem prestar a semelhante maldade. — Mas d'estas violencias, d'este systema de terror, que despo-vôa o reino, que o cobre de luto e exhaure de dinheiro, que lhe arruina o commercio, a agricultura e as Artes, não se queixa V.^a P.^e; tudo é santo e justo, tudo é bom quando triumpho o absolutismo!»¹

Todo este delirio provinha da aversão á *liberdade politica*, mas essa estúpida vesania não era exclusivamente miguelista: na lucta dos partidarios da *Carta outorgada* atacando os elementos liberaes, reagiam contra o espirito da Revolução de Vinte, como se affirmava no *Correio do Porto*, de 19 de junho de

¹ Carta 10.^a datada de Londres, em 1829. (Manuscripto offerecido á Academia das Sciencias pelo Dr. Henrique Midosi.)

1827, deblaterando contra a *soberania nacional*: «Temos uma federação de puros liberaes, que desde 1820 tem arruinado a Hespanha; e o seu vandalismo revolucionario qual furiosa corrente tem devastado todo o mundo á sombra das seductoras palavras *liberdade, egualdade, direitos do homem*, philantropia, beneficencia e outras quejandas, fabricadas nos cerebros esquentados de philosophos sem juizo, sem Deus, sem moral interna e sem costumes.» Estes cartistas que assim conclamavam é que vão dirigir a lucta sem sinceridade contra o miguelismo.

Terceira epoca

—

(1828 a 1834)

A lucta sangrenta da imposição do regimen absoluto por D. Miguel em Portugal, e a abdicação de D. Pedro de imperador do Brasil, vindo para a Europa com o fim de aproveitar a emigração portugueza para collocar no throno de Portugal sua filha D. Maria da Gloria, a perfidia das chancellarias da Inglaterra e Austria favorecendo a causa do absolutismo, e propondo transacções capciosas aos liberaes, tudo dava á situação politica de Portugal uma incerteza desoladora no meio da anarchia interna, e uma desesperança aos milhares de foragidos, espalhados pela França, Belgica, Hollanda e Inglaterra. Não admira que no meio d'essa força incoherente dos emigrados portuguezes, sem um ponto de convergencia, sem a benevolencia de um governo qualquer, irrompessem opiniões pessimis-

tas, e desesperos de dignidade civica contra imposições imbecis de desacreditados dirigentes. Escreve Garrett na sua Autobiographia: «logo se formaram na emigração diversos partidos, que encarniçadamente se gladiaram, e que tristemente fizeram gemer as imprensas de Inglaterra, da França e da Belgica.» Essas questões foram graves, pessoas, de argucias juridicas, de impertinencias regulamentadoras, e no fundo de uma desorientação na marcha politica a seguir, emquanto D. Miguel infamava Portugal com os enforcamentos dos liberaes. D'essas questões, a primeira foi sobre as responsabilidades da *Belfastada*; depois a da successão de D. Pedro e do arbitrio com que assumiu a regencia na menoridade da filha; em seguida a exigencia estúpida de um juramento de fidelidade dos emigrados á Regencia, e por ultimo a militarisação dos emigrados portuguezes e as ladroeiras que soffriam no miseravel subsidio que diziam dar-se-lhes por caridade!

Na sua Autobiographia Garrett affirma «que soube conservar-se alheio a esses odios, que dividiam os seus compatriotas;» (p. 307) mas liberto dos odios, elle tomou parte na defeza da dignidade dos companheiros de Plymouth. E' uma bella pagina da sua vida, que as circumstancias lhe fizeram occultar.

Esta epoca, a mais agitada da vida de Garrett, que vae de 1828 a 1834, é aquella em que a sua actividade esthetica foi menos fecunda; viveu intensamente, cooperou nas grandes reformas politicas, escreveu muito ao ruido das armas e sob as decepções moraes,

mas era-lhe impossivel sem a serenidade de espirito entregar-se á idealisação artistica, como o fizera na segunda emigração.

1.º EMIGRAÇÃO PARA INGLATERRA EM 1828.
EM PARIS, 1832.

Com a data de 25 de junho de 1828 inscreveu Garrett o seu nome no livro em que o Visconde de Itabayana, fazendo as vezes do embaixador de Portugal pela demissão inconsiderada do Marquez de Palmella, colhia as assignaturas dos emigrados que juravam obediencia á Junta organizada nō Porto. N'essa conformidade recebera ordem para seguir para o Porto, quando chegava a Londres a noticia, que em 3 de julho se dera a deserção da Belfastada! Tremenda decepção! a que se seguiu a polemica indecorosa das responsabilidades de tal acto. Garrett, que imprimiu marca de fogo sobre essa covardia que suscitára a audacia de D. Miguel a proclamar-se rei, para refugiar-se de tantos desalentos entregou-se aos seus predilectos trabalhos litterarios, imprimindo o poemeto da *Adosinda*. Na sua Autobiographia, referindo-se ao poemeto elaborado nos trez mezes de carcere, escreve: «Pela primeira vez um litterato nosso fez caso e deu importancia aos romances e xácaras populares, chamando a attenção de nacionaes e estrangeiros para este interessante objecto.» Cabe-lhe effectivamente a gloria de ter precedido D. Agustin Duran na investigação do romanceiro peninsular. O poemeto vendia-se por seis schellings, e Garrett diffi-

cilmente achava compradores, no meio da acerba polemica da deserção do Porto.

O quadro da emigração ou debandada de Portugal diante das forcas miguelinas acha-se cruamente descripto nas publicações avulsas dos foragidos liberaes; reconstruimol-o por essas angustiadas referencias.

Em um extenso officio dirigido em 3 de novembro de 1833 por Garrett ao ministro Joaquim Antonio de Aguiar, falla da sua terceira emigração: «Eu fui o unico official da secretaria de estado que logo e espontaneamente, e mal declarada a usurpação, a quem havia dois annos eu e poucos portuguezes mais faziamos guerra, abandonei o meu emprego, e fui em meados de 1828 apresentar-me em Londres na embaixada portugueza (do que dou por documento o testemunho do sr. conselheiro José Balbino Barbosa e Araujo, então secretario d'aquella embaixada) e ali, primeiro que nenhum outro, e um dos primeiros seis ou sete portuguezes que emigraram, prestei obediencia á Junta então installada no Porto, para sustentar os direitos da corôa legitima; do que assignei auto em o livro competente. Fui depois mandado partir para o Porto pelo sr. visconde de Itabayana, que então fazia as vezes de embaixador portuguez; e não tendo logar a partida pelos desastrosos acontecimentos que terminaram aquella lucta, fui algum tempo depois mandado por ordem de sua magestade a rainha permanecer em Londres para seu serviço; o que assim cum-pri apesar da minha falta de meios, que já-mais, nem com um ceutil foram accrescentados por nenhum serviço dos que prestei, como a

tantos e tão largamente se fez até sem pretexto. Desde então, no meio das privações, e até da miseria, não deixei um dia só nem de com meus fracos meios na causa commum, nem de me habilitar pelo estudo assiduo, pela leitura, pela frequencia dos estabelecimentos publicos em um paiz em que tanto ha que aprender, e pela publicação emfim de meus humildes ensaios litterarios e scientificos, para ser util á minha patria e ao serviço do estado a que me votara.» (Ap. *Mem.*, II, 9.)

Nos *Clamores dos Portuguezes fieis*, dirigidos a D. Maria II, e impressos em Plymouth, lê-se: «Senhora, não pense V. M. F. *que tres mil portuguezes residentes em Plymouth*, e aqui por V. M. sustentados, são os subditos fieis que tem. — A França, a Italia, os Paizes Baixos, todas as Ilhas Britanicas, Gibraltar, os Estados Unidos da America, o Brasil, emfim, abrigam n'esta hora mais de *vinte mil Portuguezes* honrados, fieis, que não quizeram contaminar-se do perjurio e infamia. *Mais de dez mil Portuguezes* arrastam os ferros da tyrannia, jazem em carceres, masmorras, segredos, calabouços, ameaçados todos os dias de morte affrontosa e esperando a cada momento o cutello afiado do algoz. *Mais de vinte mil errantes e vagabundos*, mesmo em Portugal, foram habitar os bosques, as cavernas da terra e as fendas dos escarpados rochedos, privados da luz durante o dia, e procurando á sombra das trevas da noite um sustento precario. *Mais de cem mil Portuguezes*, que compõem as familias dos prezos, emigrados e escondidos, soffrem no meio da sua Patria os horrores da fome,

vêm pela vez primeira o quadro da indigénia, pelas medidas tyrannicas de um Governo desconfiado, receoso, timido e sanguinario. Muitos outros milhares de Lusos fieis vivem disfarçados no meio dos traidores, medindo cautelosos passos, gestos, acções, e receando ser trahidos por seus proprios pensamentos.

«O que resta de Portugal? Um Clero perjurado, traidor, que segue unicamente seu systema de conveniencia. — *Seis mil Monges e Frades* immoraes, corruptores da moral publica, seductores dos Povos, rebeldes ao Rey e á Lei e a toda a ordem, que ao través da infelicidade de mil portuguezes, querem segurar na ociosidade sua conservação odiosa. Taes homens podem acaso fazer parte da Sociedade portugueza, que illudem e devoram?

«O que resta de Portugal? O refugio de uma Nobreza ingrata e corrompida, que fabricando ella mesma a traidora Usurpação, ousa alardear nas veredas da infamia os nomes venerandos de seus maiores...

«O que resta em Portugal? Uma cabilda de homens interpretes das Leis, mas sempre illegaes; membros da Justiça, mas sempre injustos... Magistrados indignos... Alguns hor-das de soldados mil vezes perjuros no curto espaço de outo annos, capitaneados por traidores e ladrões... huma populaça ociosa, vadia, obra dos Governos precedentes, e mais desmoralisada por que a traição a tornou soberana.» ¹

¹ Tem a traducção ingleza ao lado. 8.º grande de 8. pag. Law, Sanuders, and Meydon, Printers, Plymouth.

Fóra de Portugal a situação dos emigrados liberaes não era mais lisongeira, diante da hostilidade reaccionaria dos governos da Austria, Inglaterra e França, como ante a perfidia dos chefes dirigentes, que se recriminavam nas suas mutuas traições.¹

A primeira questão que dividiu os emigrados portuguezes, em 1828, foi a da responsabilidade da *Belfastada*. Como é sabido o Porto tornou-se o ponto de apoio da resistencia contra as tentativas de D. Miguel, que tratava de proclamar-se Rei absoluto. De Inglaterra partiram para o Porto, para dirigirem o movimento varios emigrados politicos, que a bordo do Belfast vieram de Plymouth desembarcar em Mattosinhos em 26 de junho de 1828; eram os dirigentes o Marquez de Palmella, Condes de Villa Flor, de Sampaio, da Taipa e do Calhariz, tenente-general Stubbs, Marechaes de Campo Conde de Saldanha, Azevedo, secretario de estado honorario Can-

¹ «No Protocolo feito em Londres em 12 de janeiro de 1828, entre os ministros de Austria e Inglaterra = a fim de *regular definitivamente por um tratado a ordem da successão nos dois ramos da Casa de Bragança*, = o Marquez de Palmella assignava isto, quando já existiam as Constituições do Brasil e de Portugal, que regulam essa ordem de successão, que por tal facto renegava!» João Bernardo da Rocha, *Appendice á Opinião juridica*, p. 24, not.

«O sr. Marquez de Palmella mesmo por se justificar das cousas do Porto, disse — que *a nação não queria liberdade*; e com esse testemunho (que lord Wellington em parlamento chamou irrefragavel) vimos o lord apoiar a tyrannia de D. Miguel como governo *legal e popular*; etc.» (*Memorial sobre a necessidade e meios de destruir o Tyranno de Portugal*, p. 22, not.)

dido José Xavier, barão de Renduffe, D. Filipe de Sousa Holstein, D. Alexandre de Sousa, major Manoel José Mendes, capitães Manoel Joaquim Berredo Praça, João da Costa Xavier, tenentes D. Manoel da Camara, Thomaz Pinto Saavedra, José Victorino Barreto Feio e Francisco Zacharias Ferreira de Araujo. N'esta expedição vinha o tenente coronel Rodrigo Pinto Pisarro, que no seu *Diario* consignou preciosas noticias para recompôr a sequencia dos acontecimentos, dando-nos por vezes as causas reconditas.

Os chefes trazidos no Belfast, passados poucos dias abandonaram a revolução e a Junta do Porto, e fugiram em 3 de julho no mesmo navio, para Inglaterra, dando azo a que D. Miguel julgando-se livre de toda a resistencia se proclamasse absoluto, e exercesse sobre o Porto as mais sanguinarias represões. Os fugitivos da Junta do Porto dirigiram de Londres uma Exposição justificativa do seu acto a D. Pedro, ainda imperador do Brasil, com data de 5 de agosto de 1828, exposição que appareceu impressa no *Paquete de Portugal*, em 8 e 13 de outubro de 1829. N'essa mesquinha Exposição imputava-se a responsabilidade do deploravel acto ao general Conde de Saldanha. Pelo seu lado Saldanha publicou em Paris umas *Observações sobre a Carta que os membros da Junta do Porto dirigiram a S. M. o Imperador do Brasil*, que foram reimpressas no Rio de Janeiro em 1830, e traduzidas em inglez mereceram algumas referencias ao *Morning Post*, tornando n'esse mesmo anno a apparecerem em Paris com o titulo *A perfidia desmascarada ou a*

Carta da Junta do Porto a S. M. o Imperador do Brasil. A reproducção d'este folheto com *Observações sobre alguns paragraphos da mesma Carta da Junta*, foram attribuidas a Rodrigo Pinto Pisarro. A favor de Saldanha publicára tambem em 1829, em Paris o capitão de cavalleria, Albino Pimenta de Aguiar, um folheto *Lembrança para a Historia da Junta do Porto*, accusando a inepecia dos seus membros.

O incendio ateava-se, e por parte da Junta saíram dois dos seus membros Joaquim Antonio de Magalhães e Francisco da Gama Lobo Botelho, publicando em Londres em 1830 uma *Analyse ás Observações do General Saldanha*, com um fac-simile lithographico de uma carta de Saldanha datada de Santo Ovidio em 2 de julho de 1828. N'essa *Analyse* tambem se lançavam accusações a Rodrigo Pinto Pisarro, que por seu termo saíu á estacada com outro folheto, publicado em 20 de maio de 1830, *Commentario do Coronel Pisarro á Analyse feita pelo Dr. Joaquim Antonio de Magalhães e pelo coronel Francisco da Gama Lobo Botelho, ás OBSERVAÇÕES do Conde de Saldanha, sobre a Portaria posthuma da Junta do Porto.* A polemica affroixou, quando um outro assumpto ainda mais azedo veio separar os espiritos dos pobres emigrados portuguezes — a questão da Regencia de D. Pedro na menoridade de sua filha. Mas sobre essa fuga dos membros da Junta do Porto escreveu Garrett no livro *Portugal na Balança da Europa*, publicado em Londres em 1830, estas vigorosas palavras:

«Fique sobre quem lhe pertence a vergonha, a indelevel mancha da *retirada do Porto*: dêem seus miseraveis auctores a Portugal e á Europa o espectaculo indecente que ha dois annos estão dando de disputarem e regatearem entre si sobre o maior ou menor quinhão de infamia que a cada um compete na commum deshonra. *Escrevinhem* e façam gemer a assalariada imprensa os venaes sycophantas do poder *que é*, do poder *que foi*, do poder *que hade ser*, e até (misera inepcia de taes almas!) do poder *que pôde ser*, para lançarem a uns a partilha de outros, e questionarem assim ao infinito a infinita questão de qual foi mais covarde ou qual menos. Nós, que fomos sacrificados, nós Portuguezes que pagamos as penas de seus delirios, e que talvez as pagaremos de suas desuniões e querellas, nós não temos senão uma causa a julgar, um processo a formar, uma sentença a lavrar sobre taes criminosos e taes crimes...» (Sec. I, § XXVI.)

Uma parte da vida de Garrett nos annos de 1828 e 1829 emquanto ás suas publicações litterarias, acha-se reflectida em algumas cartas que dirigira ao estudante do terceiro anno juridico José Gomes Monteiro, que pertencia ao numero dos 457 academicos mandados riscar da Universidade de Coimbra em 29 de abril, e 23 de maio de 1828. Gomes Monteiro contava então vinte um annos de idade, e emigrára para Londres em seguida ao assassinato dos Lentes em 18 de março de 1828, quando se dirigiam em deputação a Lisboa a felicitarem D. Miguel por ter dissolvido o parlamento e restaurar as Côrtes á an-

tiga. Na associação secreta de estudantes liberaes intitulada dos *Divodignos* resolveu-se tirar á sorte o nome de treze estudantes que iriam ao encontro dos Lentes para lhes extorquirem as denuncias que levavam para Lisboa. Na casa em que morava José Gomes Monteiro, na rua das *Cosinhas*, é que se fizeira o sorteio; mas o acto em que não interviera a ideia de assassinato tornou-se o execrando crime pela malvadez do calouro Delphino, e de mais dois estudantes Soares Couceiro e Corrêa Megre. Poucas horas depois de realisado o attentado, em que os demais estudantes não tomaram parte, foram logo presos nove, escapando-se quatro estudantes: Antonio Maria das Neves Carneiro (mais tarde preso e enforcado em 9 de julho de 1830), Francisco Solano Bento de Mello, Joaquim José de Azevedo e Silva, e o treze, cujo nome ficou ignorado. Os nove estudantes foram condemnados á morte em 17 de junho de 1828; eram todos de menor idade, entre vinte e vinte e trez annos, pelo que Paulo Midossi provou que era iniqua a tremenda sentença.¹ José Gomes Monteiro, refugiado em Londres, esperava ordem do pae para se estabelecer no commercio; antes da sua partida para Hamburgo, aonde se foi estabelecer com outro portuense José Ribeiro dos Santos, (n. 1798) é que manteve relações com Garrett, ao qual coadjuvou na venda dos livros que imprimia em Londres.

¹ Vid. *Historia da Universidade de Coimbra*, t. iv, p. 398 a 406.

Em carta de 29 de setembro de 1828, escrevia-lhe Garrett: «Aproveitando-me do offerecimento do seu favor, remetto-lhe uma pa-peleta de assignatura — veja se arranja á mi-nha *Adozinda* alguns padrinhos para se ba-ptisar e sahir a publico.» E em 20 de outu-bro, ainda sobre o mesmo assumpto: «Vão 10 exemplares do meu romance, que ficam á sua disposição, assim como o A., etc.»

Tendo Garrett escripto ao Marquez de Pal-mella, para que lhe permittisse o residir em Warwick, o que leva a inferir que pertencia ao pessoal da embaixada, foi para esse con-dado, onde esperava retemperar a saude da esposa e entregar-se ás suas predilecções litte-rarias. Em carta de 12 de dezembro de 1828, encarregava José Gomes Monteiro de entregar a importancia dos dez exemplares da *Adozin-da* ao impressor Greenlow; começava a carta com a phrase: «D'este deserto onde me vim encafuar lhe dirijo esta epistola...» Garrett n'esse remanso colligiu os versos lyricos que fizera nos seus primeiros annos, datando o seu prologo de — Birmingham em Warwick-shire, Inglaterra. dezembro, 15 — 1828. Em principios de 1829 appareceu a collecção com o titulo de *Lyrical de João Minimo*, reflectin-do um pouco a excentricidade ingleza. Em carta de 1 de maio de 1829 escrevia a José Gomes Monteiro: «Tenha paciencia com outra empurração, mas não me aturasse a primei-ra, que é o perigo que tem quem dá o pé aos que logo tomam a mão. Mando-lhe um exem-plar de um livrito que fiz imprimir agora, que lhe peço accete como presente do A. — Vão mais 10 exemplares do mesmo, para o meu

amigo vêr se póde passar algum e ajudar-me assim *ás despesas da impressão, unica cousa que pretendo tirar d'isto: e muito é se em livros portuguezes se não chega a perder.*»

Por aqui se vê que as publicações que fazia nenhum recurso pecuniario lhe produziam; vivendo com a esposa apenas tocava um pequeno subsidio da embaixada, como se vê pelo officio do marquez de Palmella, de 4 de novembro de 1828 para «deixar a sua procuração a alguma pessoa n'esta côrte (Londres) para receber *os subsidios alimentarios que a Embaixada de S. M. Fidelissima lhe prestará* emquanto tiver fundo para o fazer.»

Garrett na *Memoria historica da Duqueza de Palmella*, descreve a convivencia na embaixada portugueza em South Audley Street: «Entre as recordações da emigração — conservo na memoria a de uma manhã na nossa embaixada de South Audley Street. Junto á Marqueza de Palmella, cercada de suas filhas e sobrinhas, a joven Rainha de Portugal bordava a bandeira que em seu nome ia ser mandada ao leal batalhão 5 de Caçadores. Excusado é dizer de quem foi a fina lembrança, e é sabido o enthusiasmo que excitou.» (*Disc.*, p. 321.) Por esta situação de intimidade é que Garrett foi levado a organizar um trabalho pedagogico, ao qual se dedicava havia sete annos, e especialmente no tempo em que fôra official da repartição de Instrucção publica. Em officio datado de Londres, de 16 de abril de 1829, o Marquez de Palmella manda-o que: «continue a permanecer n'esta cidade, aonde o seu zelo e prestimo pódem tornar-se necessarios ao serviço da mesma Senhora,

que o empregará em toda a occasião, que para isso se offereça, mui certa do seu des-empenho.» (*Mem.*, I, 481.)

Nos principios de novembro de 1829 publicava Garrett em Londres o primeiro volume do tratado *Da Educação*,¹ com o subtítulo — Cartas dirigidas a uma *Senhora illustre encarregada da instituição de uma joven Princeza*. A Senhora alludida era D. Leonor da Camara, depois Marqueza de Ponta Delgada: «a pessoa a quem coube a honra de superintender regularmente a educação de S. M., de quem fôra nomeada dama; etc.»² D. Maria da Gloria, filha de D. Pedro, Imperador do Brasil, contava então onze annos de idade, e as esperanças do seu advento ao throno de Portugal achavam-se pelas intrigas dos gabinetes de Inglaterra e Austria em extrema contingencia. Consideral-a rainha, por palavras ou por escripto, tornou-se uma cousa perigosa, para aquelles que planeavam ou a reintegração de D. Pedro IV como rei de

¹ Em carta de 20 de novembro de 1829 escreve a José Gomes Monteiro a proposito do tratado *Da Educação*: «Mando-lhe doze exemplares do meu livro — que ficam á sua disposição para fazer o uso que lhe parecer. Não se segue que se passem todos ou que o meu amigo tenha com isso encommodo: estou certo que hade fazer o que puder. — Se copiar a lista dos subscriptores, faz-me favor de me mandar o original d'ella. A confusão em que estou ha dias e continuo a estar pela necessidade de levar minha mulher para o campo a vêr se se restabelece, não me tem dado logar a ir vê-lo como desejava: um dia cedo lhe vou dar uma ~~sécca~~ ~~secca~~ muito comprida.» (*Mem.*, I, 492.)

² *Mem. historica da Ex.^{ma} Duqueza de Palmella*, not. n.

Portugal, ou o reconhecimento definitivo de D. Miguel. Quando appareceu o volume *Da Educação* trazia a primeira Carta o nome de D. Leonor da Camara, que foi subitamente supprimido nos exemplares já publicados. Sobre este facto escreve Gomes de Amorim: «Encontram-se *exemplares ora com uma ora com outra d'estas folhas...*»; e declara no texto: «Foi-me impossivel averiguar as causas que o levaram a inutilisar a folha, onde começa a Carta primeira, substituindo-a por outra, em que omittiu o nome de D. Leonor da Camara, e algumas phrases na redacção.» E confessa: «Nunca obtive de Garrett, nem de nenhum dos seus amigos d'esse tempo, esclarecimentos bastante explicitos a respeito d'este assumpto, que já agora não poderá ser esclarecido.» (*Mem.*, I, 493.)

Pelo *Diario* de Rodrigo Pinto Pisarro (depois Barão de Ribeira Sabrosa) é que se explica o mysterio da suppressão; lê-se ahi: — «*Novembro, 10.* — D. Pedro não perdeu ainda a esperança de ser rei de Portugal; para esse fim não quer que a rainha falle nem veja senão os confidentes d'elle, e gente que por modo nenhum possa *despertar no animo da infeliz princeza a ideia de governar.* Por esta causa *despediu do paço D. Leonor da Camara, dama da rainha,* e outros creados, que desejam que a rainha fosse tratada como tal. Para substituil-a nomeou a Marqueza de Ficalho.» ¹ Comprehende-se agora, como o inof-

¹ *Diario*, excerptos no *Conimbricense*, n.º 5683. (1902.)

fensivo livro de Garrett despertou o *desdem* e o *odio* da camarilha pedrista.

Havia entre os emigrados uma forte malevolencia contra D. Pedro IV, e desconfiança de querer reassumir o throno de Portugal pela omissão dos direitos da filha ou pelo meio capcioso da regencia dictatorial. Era esta uma das polemicas azedas entre os emigrados; Garrett, fundou então o *Chaveco liberal*, associado com José Ferreira Borges e Paulo Midosi.

Quando D. Maria da Gloria tinha ordem de D. Pedro IV para embarcar para o Rio de Janeiro, deixando sem destino os emigrados, e estava já a bordo em Portsmouth, é que chegou a Londres a noticia da victoria da Villa da Praia em 11 de agosto de 1829, que assegurou pela derrota das forças miguelistas um fóco de resistencia na ilha Terceira. Era para alli que deviam convergir todos os emigrados dispersos, aos quaes queriam empurrar para o Brasil. Garrett, enthiasmado com o glorioso feito e com as consequencias que trazia para a causa constitucional, escreveu e publicou no *Chaveco liberal* uma Ode, *A Lealdade* ou a *Victoria da Terceira*, que reproduziu em folheto avulso. Em carta de 8 de septembro de 1829 escrevia a José Gomes Monteiro: «Já que tem o máo gosto de gostar de versos, ahí lhe mando uma boa doze capaz de fazer adormecer um Bedlam inteiro. — Se fôr narcotico de mais deite fóra, que se não perde muito. Mando-lhe vinte exemplares: tire para si os que quizer; se algum amigo fôr tão boa alma que queira dar a *benta esmola* do schelling por algum dos outros, bom será, que ajuda

as despesas da impressão: senão, não importa; em ultimo caso servem para guardanapos á mingua de mais pardo papel.

«Tenho ha quasi trez mezes doença em casa, por isso o não vou vêr como desejava.» (*Mem.*, I, 489.) As angustias domesticas, escacez de meios e doenças, entre as ferinas luctas dos emigrados, apagavam-lhe a inspiração poetica. Via-se forçado a estudos áridos, como o das Leis penaes, e o exame critico da politica europêa reflectida na de Portugal. A vista de conjuncto elevava-o acima das paixões odientas, que se desencadearam com a vinda de D. Pedro para a Europa.

No *Diario* de Pinto Pisarro, (5 de junho de 1833) fallando dos debates do parlamento inglez referindo-se aos dois representantes da Casa de Bragança, accrescenta: «De quem pares, communs e jornaes, o maior bem que dizem, é que *D. Pedro só se pôde comparar a D. Miguel, e este áquelle.*» De D. Pedro accentua Pisarro os traços mais sangrentos: «d'aquelle que nos mesmos dias que proclamava: — Fiae-vos de mim, sou muito constitucional, — sepultava nas casas matas do Forte da Lage todos os officiaes brasileiros que tinham ideias de liberdade; d'aquelle que disse ao desembargador Garcez: — Condemne o Rat-chiff á morte, que eu depois perdôo-lhe, — e depois apenas o viu condemnado fugiu para Santa Cruz para o deixar suppliciar; d'aquelle que mandou metralhar os eleitores na Praça do Commercio, e foi vêr depois se com effeito as balas tinham trespassado aquelles que elle mais odiava; d'aquelle que tendo andado pelas lojas dos maçons a pedir que o fizessem

Imperador, apenas o conseguiu, espancou-os todos, por isso que os conhecia; d'aquelle que não só desterrou os Andrades, a quem devia a consideração que ao principio merecia aos brasileiros, e depois não só os deportou, porque elles reprehenderam seus vicios, mas até os quiz entregar ao governo de Portugal; d'aquelle que nomeou 13 Commissões militares para julgar os patriotas brasileiros; d'aquelle que levantou tantos cadafalsos em todas as provincias do Brasil quantos foram os dias do seu reinado; d'aquelle que mandou o general Gordilho á testa dos granadeiros estrangeiros dissolver a Assembléa dos representantes, e espancar os deputados; do perseguidor da imprensa; do filho que se revoltou contra seu pae; do portuguez que insultou o Congresso, espancou nossos soldados, arruinou nosso commercio, e por fim mandou-nos D. Miguel para castigar os republicanos de Portugal.»

Pinto Pisarro não descreveu o modo como D. Pedro tratou os emigrados portuguezes, que procuraram refugio no Brasil, sendo arrojados como facinoras para o Barracão de San Joaquim. Transcrevemos as seguintes linhas de uma carta impressa d'esse tempo:

«A medida de levar os emigrados ao Brasil só podia ser concebida e posta em pratica por aquelles que têm o nome, mas não o coração portuguez.

«Disse-se-lhes em huma ordem do dia:— «que só na côrte do agosto Imperador elles achariam, não uma simples hospitalidade, mas acolhimento, fraternidade, protecção, e sobretudo abundancia de recursos, e uma base

larga e solida, etc.» — E qual foi o acolhimento e a protecção que os emigrados encontraram no augusto Imperador? O serem conservados a bordo oito dias depois de uma viagem longa, depois de muitas privações e padecimentos! O desembarcarem debaixo da inspecção de monsenhor Miranda, Inspector da Colonisação estrangeira, como outr'ora desembarcaram os calcetas napolitanos, e os facinorosos das cadeias da Allemanha! O serem conduzidos a um Barracão na rua de S. Joaquim, aonde em vez da promettida hospitalidade e fraternidade só encontraram repartimentos e divisões de madeiraproprios para escravos! O serem soccorridos por meio de uma publica subscrição para não perecerem á fome e á miseria! O serem olhados e tratados com desprezo, depois de tantos sacrificios e infortunios por aquelle que se dizia seu rei legitimo! e note-se que o Rei legitimo recommendava n'este momento á camara a lei de Colonisação!»¹

Tendo D. Pedro de abandonar o Brasil, appresentou-se no regresso á Europa tomando a Regencia na menoridade de sua filha D. Maria II. Lê-se em um folheto d'essa época: «D. Pedro, que nos seus repentes diz tudo, e não guarda segredo, embora comprometta os homens que o servem, sabendo que o Marquez de Fronteira e outros reprovavam certo plano, cujo desenvolvimento devia ter logar

¹ *Carta de um portuguez emigrado ácerca do Ex-Imperador do Brasil e do seu chamado Manifesto*, p. 8, nota.

na Ilha Terceira, se o espirito da guarnição o permittisse, disse publicamente em Paris: — *Se quero ser Regente, é por que Lord Palmerston me disse que o fosse.*» ¹ Dom Pedro respondia aos que achavam esse acto em opposição ao art.º 92 da Carta constitucional por elle outorgada em 1826. A questão da Regencia assumida por D. Pedro pareceu um stratagemma para se apoderar do throno de Portugal; o ex-Imperador do Brasil encarregou os jurisconsultos Filippe Ferreira de Araujo e Castro e Silvestre Pinheiro Ferreira de fundamentarem o seu direito, assistindo em 8 de septembro de 1831 a uma conferencia com os homens em quem mais confiava, Marquez de Lavradio, Conde de Villa Real, D. Francisco de Almeida, Marquez de Resende, Agostinho José Freire e Candido José Xavier. Em 10 de novembro appareceu logo o folheto dos dois jurisconsultos, *Parecer sobre os meios de se restaurar o Governo representativo de Portugal, por dois Conselheiros da Corôa constitucional.* O Duque de Bragança mandou louvar os jurisconsultos que o serviram a contento; mas em 1832, em Londres publicava José Ferreira Borges, glorioso vintista, as *Observações sobre um opusculo intitulado: Parecer de dois Conselheiros da Corôa constitucioaal* etc. Ahi considerava affrontosa a amplissima amnistia que ia abranger além dos liberaes, os que tomaram parte na Revolução de 24 de agosto de 1820.

¹ *Noticia, que um Portuguez residente em Londres, etc. Pag. 11, not. 8. 1832. (Collec. Midosi.)*

E n'esta lucta de allegações ainda publicou em Londres em 11 de fevereiro de 1832 o opusculo — *Opinião juridica sobre a questão: Quem deve ser o Regente de Portugal, destruída a usurpação do Infante D. Miguel*. Os dois Conselheiros da Corôa constitucional não poderam calar-se, e reimprimindo o *Parecer*, ajuntaram-lhe uma *Analyse às Observações*, e *Notas á Opinião juridica* de Ferreira Borges. Este retorquiu com uma *Revista critica da segunda edição do opusculo: Parecer de dois Conselheiros*, mostrando que era um tecido de asserções falsas, de erros juridicos, sophismas e absurdos! A questão da Regencia alastrava-se, apparecendo em Plymouth em 5 de abril de 1832 o folheto anonymo *Gerente e não Regente, ou Voto á doutrina anti-constitucional do § 14 do Manifesto do senhor D. Pedro de Alcantara, ex-imperador do Brasil, publicado em 2 de fevereiro de 1832*. A reforçar a carga de José Ferreira Borges acudiu João Bernardo da Rocha com o folheto *Appendice á opinião juridica do senhor Doutor José Ferreira Borges*, virulento e classificando a regencia como uma usurpação. Ao *Appendice*, publicado em 16 de maio de 1832, sahiu em Paris, em 2 de julho o *Exame de algumas Opiniões e doutrinas que os senhores Philippe Ferreira de Araujo e Castro e Silvestre Pinheiro Ferreira expenderam em seu PARECER, Notas e Analyse das OBSERVAÇÕES e OPINIÕES JURIDICAS do senhor José Ferreira Borges*. Era auctor do opusculo José da Silva Passos, que foi o grande tribuno da Patulêa.

Todos estes folhetos não produziram o

alarme que causou no arraial dos pedristas o folheto que em Paris publicou em 25 de dezembro de 1831 o coronel Rodrigo Pinto Pisarro, sustentando na *Norma das Regencias de Portugal, applicada á menoridade de S. M. a Rainha D. Maria II*, que D. Pedro segundo a letra da Carta não podia assumir a Regencia. D. Pedro sentiu-se tão vivamente ferido, que em officio particular ao seu secretario Candido José Xavier, mandou que a *Norma das Regencias* se considerasse como um incitamento á rebellião das tropas leaes á rainha, servindo de corpo de delicto para que o seu auctor fosse prezo e julgado em qualquer parte do territorio portuguez onde se achasse estabelecido o poder da augusta senhora. Notificada essa resolução a Pinto Pisarro, em officio de 6 de janeiro de 1832, fez logo segunda edição da *Norma das Regencias* additando-lhe o clamoroso officio, que patenteava aos emigrados liberaes os processos draconianos do Libertador D. Pedro.

Saíu logo á estacada Leonel Tavares Cabral, com o opusculo *Sobre uma Carta do Sr. C. J. Xavier ao sr. Coronel R. P. Pisarro, em data de 6 de janeiro de 1832, e — Additamento á Norma das Regencias*; eram datadas de 8 e 9 de janeiro de 1832.

Pinto Pisarro pediu aos dois sinceros liberaes Manoel Passos e José Passos o seu parecer consciencioso sobre a doutrina do Officio de Candido José Xavier; em 15 de janeiro publicaram em Paris o *Parecer de dous Advogados da Casa do Porto*, sobre o alludido officio. Pinto Pisarro ainda tornou á carga com o folheto datado de 6 de maio de

1832, *Comparação do § 14 do Manifesto de 2 de fevereiro com o Decreto de 3 de março de 1832*. Na chamada de todos os militares portuguezes, que estavam em paizes estrangeiros para se appresentarem no cêrco do Porto, D. Pedro mandou excluir Pinto Pisarro. Este verberou o acto de D. Pedro no folheto o *Despotismo constitucional*, que publicou em Londres. E como lhe deixassem de pagar o subsidio de emigrado, publicou o folheto *Philantropia constitucional dos ministros constitucionaes do Governo do Porto*. E sendo postos de lado os seus requerimentos, imprimiu a *Appelação — para o Tribunal dos seus Concidadãos*. Por fim D. Pedro IV mandou-o demittir do seu posto de coronel, exacerbado pelo folheto *A Carta estrangulada*.

No *Elogio historico do Barão de Ribeira Sabrosa*, Garrett accentua esse facto da escusa de tomar parte na campanha do liberalismo: «Elle não pôde obter logar entre os seus camaradas e amigos, nas fileiras d'esse heroico exercito que veiu restituir a liberdade ao reino, e o throno á rainha.»¹ E alludindo á

¹ No seu *Diario*, em 25 de novembro de 1832, escrevia Pinto Pisarro: «Communicou-me o Abreu e Lima hontem uma Portaria do ministro da guerra Agostinho José Freire, ordenando que eu ficasse inhibido de voltar a Portugal, enquanto se não achasse restabelecida em todo o reino a auctoridade de S. M. F.! Ora viva a Constituição.

«Quando eu escrevi a *Norma das Regencias*, que levantou toda esta poeira, não pensava que o Imperador estava tão interessado na conjuração de usurpar a corôa a sua filha, como depois se tem provado pelo

expressão das suas opiniões e amarguras, escreve: — «a palavra sempre forte, sempre energica, ás vezes dura e raro indulgente — tinha a eloquencia da convicção, inflamma-a o amor da sua terra, animou-a sempre a lealdade á sua soberana, a devoção pela liberdade publica e a consciencia de uma honestidade ascetica e quasi ruda.»

As linhas que Pinto Pisarro traça no seu *Diario* sobre os principaes personagens da emigração portugueza, dão-nos ao vivo certas physionomias moraes, que esclarecem a historia. Todos esses emigrados que tomaram parte na questão da regencia, como João Bernardo da Rocha, José Ferreira Borges, os dois irmãos Passos e Pinto Pisarro, eram amigos intimos de Garrett; n'este meio de opposição contra a camarilha era-lhe impossivel deixar de participar d'esse espirito de hostilidade.

No anno de 1830 publicava Garrett em Londres uma segunda edição da tragedia *Catóo*; levava-o a reproduzir este ensaio, que se relacionava com a iniciação do regimen liberal em 1821, o interesse que lhe ligaram os desgraçados emigrados portuguezes do deposito de Plymouth, representando-o como desfastio das suas amarguras. A esse facto allude Garrett no prologo da quarta edição

rancor leonino que tem empregado para me empecer. N'isto mesmo é um insensato, por que podia vingar-se mais de mim estando no exercito, do que em Londres, cercado de typos e de prelos; mas elle e os seus podengos tem medo . . . e que eu podesse ter alguma occasião de deitar a camarilha de pernas para o ár.»

de 1845: «Tambem exilada na geral proscricção de 1828, veiu apparecer em Plymouth, onde, se houermos de crêr os jornaes inglezes d'esse tempo, tam perfeitamente desempenhada foi por varios officiaes e outros distinctos emigrados portuguezes, — que até dos espectadores britanicos — se não poderá o auctor queixar como o desterrado Sulmonense dos pouco menos duros Getas...»

D'esta representação, que se effectuára em janeiro de 1829, encontra-se uma minuciosa referencia no *Almanach insulano para Açores e Madeira*, de 1874: «E' para aqui memorar muitas das nossas illustrações militares, politicas e litterarias, que se encontravam no concurso dos espectadores: A par de Almeida Garrett... via-se... No mesmo banco com José Estevam e major Menezes, commandante dos voluntarios, estavam sentados Passos Manoel e Passos José. Alli se via Alexandre Herculano, José da Silva Carvalho, Joaquim Antonio de Aguiar, Marquez de Loulé, Balthazar de Almeida Pimentel, Simão José da Luz, coronel Xavier, Bernardo de Sá Nogueira, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, Candido José Xavier, Agostinho José Freire, Luiz Pinto de Mendonça Arraes, Antonio Cesar de Vasconcellos Corrêa, José Maria Baldy, Marquez de Ficalho, major Pacheco, Julio Gomes da Silva Sanches, Julio Maximo de Oliveira Pimentel, D. Carlos Mascarenhas, general Pizarro, Joaquim Bento Pereira, João Nepomuceno Lacerda, Vellez Caldeira, Januario Vicente Camacho, José Victorino Damasio, Joaquim Antonio Magalhães, Antonio Cabral de Sá Nogueira, Bar-

tholomeu dos Martyres, e outros mais, que não occorrem n'este momento á nossa reminiscencia. — Seguiu-se á representação da tragedia a farça intitulada *Os Doidos*, igualmente executada com toda a mestria, e sobre tudo com inexcedivel veia comica, bem propria para despertar a expansiva e contagiosa hilaridade, que em geral se manifestou.» (p. 229.)

A recita do *Catão* viera quebrar o interdicto contra as representações dramaticas determinado por Candido José Xavier, commandante do deposito de emigrados de Plymouth, contra o qual se expandiam rancorosas hostilidades.

Quando D. Maria da Gloria chegou a Inglaterra, como os emigrados esperavam que passasse por Plymouth, os voluntarios que albergavam no immundo barracão ensaiaram uma comedia com trechos musicaes, tudo composto por elles; começou o espectáculo por um Elogio dramatico no gosto do tempo, recitando-se Odes á rainha, a Dom Pedro, á Carta, ao brigadeiro Pizarro, e outros. Como nenhuma homenagem se prestou a Candido José Xavier, elle deu ordem para se acabar com o theatro; chascos e epigrammas atacaram-o tirando-lhe a força moral, e Palmella substituiu-o no commando do deposito por Stubbs. Os pobres emigrados alugaram o theatro particular do Conde de Morlei para mais quatro recitas, que se desempenharam entusiasticamente.

Na *Carta d'um Voluntario academico*, (p. 12) lê-se: «Por occasião da chegada da S.^a D. Maria 2.^a, armaram aqui um pequeno Thea-

tro, em que representaram o drama *Zulmira*; os vates academicos recitaram os seus versos etc.; porém, foi curta a duração d'este pobre theatro porque ao quarto dia de vida foi mandado demolir por uma ordem de C. J. X. (Candido José Xavier); não se sabe a razão porque elle deu este passo; alguns conjecturam, que seria porque os Poetas só elogiaram ao Ex.^{mo} Brigadeiro Pizarro, e não a elle, e querem que por este motivo é que elle não foi assistir á repetição da peça; eu porém não creio que um varão tão sério, como C. J. X. desse um cavaco tão solemne por uma cousa tão ridicula: o certo é que o theatrinho foi derribado á sua ordem.» O rancor contra Rodrigo Pinto Pizarro, que desvendava os planos machiavelicos de D. Pedro IV na questão da Regencia, explica a má vontade de Candido José Xavier, que forçava á obediencia militar os pobres emigrados civis que o detestavam.

Entre os papeis avulsos que se publicaram em Inglaterra com as queixas dos emigrados, vê-se a situação degradante a que eram reduzidos pelos *myrmidões*, ou os chefes que os vexavam e roubavam; os versos satiricos das *Noites do Barracão* são palidos na expressão dos legitimos queixumes, que na sua clamorosa verdade chegaram a actuar no espirito conciliador de Garrett para empunhar o seu latigo fulminante na celebre *Carta de Mucio Scevola*, que produziu uma impressão intensa. D'essa folhetada avulsa e rarissima, transcrevemos algumas passagens pittorescas, que nos representam a vida dos emigrados em Plymouth, nos immundos Barracões, que fica-

ram celebres pelos versos satiricos dos aquartelados. O que eram esses Barracões?

«São os quarteis dos infelizes mas honrados emigrados de Plymouth, uns armazens de madeira de construcção naval, edificados quasi sobre o mar, o que os torna muito humidos, e além d'isso muito immundos, porque o seu fim não exigia mais aceio, e a mesma palha lançada a garnel concorre para n'elles se crear bicharia de toda a qualidade. Os seus arranjos não são mais que duras cabeceiras de taboas ao modo de tarimba, e uma funebre lanterna no meio de cada salão, que á noite pela sua amortecida luz causaria horror a homens, a quem a sorte risonha não apresentasse senão quadros e reflexões de prazer; e que impressão não causará a entes sensiveis, que deixaram a sua patria sepultada nos horrores da guerra civil, que ignoram a sorte de suas familias, o destino dos seus mais ternos amigos... As janellas não são envidraçadas, o que nos faz supportar o rigor do frio, pois nem sequer temos um misero capote.— E' necessario comtudo fazer justiça ao sr. Candido José Xavier, encarregado do Deposito dos Emigrados portuguezes em Plymouth; este varão bem conhecido... mandou dar a cada um de nós uma manta de oito palmos de comprido e seis de largo, de um pano semelhante ao de fazer sacas para o arroz e algodão na nossa terra, para com ella nos protegermos do pouco frio, que ahi ha.— Além dos quarteis immundos que habitamos em terra, ha aqui surtos no porto quatro navios fretados, que servem para o mesmo fim, e além d'isso de prisão para os que commettem al-

guma falta. Estes quarteis são mais insupportaveis e crueis que os de terra, porque além da privação de nem se quer podermos passar senão dentro do pequeno espaço da embarcação, estão os miseros que para alli são mandados sujeitos a todo o rigor do tempo, sem terem roupa com que se possam defender das injurias d'elle, de sorte que estão ali mais expostos a perderem a preciosa saude. As camas são as mesmas que as de terra, só com a differença que em lugar de palha tem alcatrão, e mais humidade por estarem no mar. Aqui as tarimbas são feitas ao modo das dos navios do trafico da escravatura, e do mesmo modo se arranjam os individuos que para alli são mandados. — Muita gente boa diz, que estas embarcações tinham sido fretadas para o Rio de Janeiro, . . . seja o que fôr, o certo é que para ali somos mandados, como faz D. Miguel aos infelizes Constitucionaes de Portugal. . . Além d'isso sendo o bordo reputado como um lugar do castigo, ali paga tanto o justo como o peccador.»¹

O commandante do deposito dos emigrados era o ex-ministro Candido José Xavier, contra o qual berravam os pobres foragidos pelo rigor dos castigos e desigualdade dos subsidios.

¹ *Carta de um Voluntario academico.* Plymouth, 2 de novembro de 1828. In-8.º de 16 pag. R. Bond, printer, Belford-Street. Plymouth.

As *Noites do Barracão passadas pelos emigrados portuguezes em Inglalerra* foram escriptas por divertimento, em tão desolada situação, por Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, pelo improvisador academico

No *Diario* de Pinto Pisarro vem um retrato de Candido José Xavier, traçado do vivo: «Este homem teve a manha por sua doblez e hypocrisia, baixeza no paço e servilismo, de obter quanto pretendia, fazendo-se empregar

José Custodio da Costa Louraça, Simão José da Luz Soriano e Joaquim Pinheiro Chagas. Não tem o minimo valor litterario, nem vislumbre de graça. Apenas a ultima Noite, que é attribuida a Joaquim Pinheiro Chagas, se destaca por uma quadra em refrem que se tornou proverbial:

Se o grande Palmella
Marquez illustrado,
Ou foi enganado,
Ou nos enganou;

Se entrando no Porto
Com grande espavento,
Sem mais cumprimento
Com tudo acabou.

Se a Junta immortal
Pensando madura,
Seguiu com bravura
Um exemplo tal;

Rasões são de Estado
Que tu não entendes,
Misterios que offendes
Querendo-os sondar.

Se em Plymouth achamos
Astuto matreiro,
Que sendo ferreiro
A's honras subiu;

Se o tal figurão
E' em tudo francez,
Quanto pôde fez
Por nos desgostar;

por quasi todos os partidos desde 1821, em que foi amnistiado.¹

«A sua entrada no gabinete da Infanta D. Isabel é devida, não a elle, mas a circumstancias muito particulares. A Marqueza de Alvito, D. Rita, era desde a sua infancia dedicada a Candido J. Xavier. Maria do Resgate, da casa da Infanta, costumava passar os dias do regimento em casa da marqueza de Alvito; foi pois Maria do Resgate quem levou sempre o Candido ao ministerio. A circumstancia de ter sido ministro da Infanta é quem o fez figurar na emigração.

«Quando João da Rocha Pinto foi expulso do Brasil, encontrou em Londres o barão de Rendufe, seu patricio de rancho, com José da Silva Carvalho e outros. Um anno depois apparece o Imperador; o barão recommenda Candido ao Rocha, este ao Imperador, e o Candido apto, flexivel, cortezão e manhoso, apossou-se facilmente do animo de um principe... que nunca tinha estado em contacto com um homem fino e delicado. D'aquí veiu a sua influencia, que exerceu afastando todos os seus adversarios e lisongeando todas as

Se immundo aposento
Roto e desabrido,
De moveis despido
Em terra nos deu...

E segue a série de recriminações, que se acham referidas por numerosos folhetos, repetindo de vez em quando o estribilho «*Rasões são de Estado...*»

¹ Tinha servido no exercito de Napoleão, sendo depois amnistiado; por alcunha entre os soldados era chamado o — *Pernas de egua*.

paixões do Imperador. — Emquanto á parte politica — era um camaleão, mais inclinado ao despotismo que á liberdade; mas timido como um cordeiro, não era capaz de o exercer em seu nome, mas de aconselhar á sombra de outro.

«Emquanto á sua integridade, era capaz de deixar extraviar e de facilitar algum peculato ás pessoas que o cercavam, mas nunca o vi concussionario, nem fazendo peculato por sua conta.»

A parte mais odiosa era pretender incutir aos emigrados a ideia que os subsidios que recebiam eram uma esmola facultativa de D. Maria II!

«Os subsidios applicados aos Emigrados para seus alimentos... são inteiramente dependentes da vontade de S. Mag., que os manda distribuir *por um acto de mera beneficencia,...*» (Abreu e Lima, 14 de novembro de 1831, em resposta a uma carta de Fernandes do Couto.)

A esta affirmativa humilhante respondeu Fernandes do Couto: «Os dinheiros que até hoje se têm distribuido aos Emigrados são da Nação, e não do bolsinho particular de S. M.; se o fossem, eu e todos poderíamos reputar os subsidios como méra beneficencia,... da sua distribuição deve V.^a Ex.^a e os mais agentes do governo dar conta ás Camaras, quando ellas se reunirem em Portugal. Talvez V.^a Ex.^a julgue, que eu ignoro, que em nome de todos os Emigrados, e por muitos assignado, se fez em Londres, em 1828, um embargo sobre o dinheiro que estava na mão do Embaixador brasileiro, para pagar os dividendos

aos credores do Emprestimo portuguez feito em 1823, com o plausivel pretexto de haver o governo do usurpador D. Miguel sequestrado os bens de todos os refugiados e ser necessario alimentar estes na sua emigração; que este embargo teve logar, e que foi com este que se fizeram todas as despezas até fins de 1829. O Emprestimo, que agora se contrahir, hade ser pago pela Nação; o que se deve a differentes crédores hade ser egualmente pago pela mesma; aqui não ha nada de particulares; são dinheiros publicos a que todos tem egual direito.»¹ Sobre as contas da applicação d'estes dinheiros faziam-se as mais clamorosas insinuações, que presagiavam a administração financeira do systema liberal oligarchico.²

Effectivamente á sombra da Carta *outorgada* que ainda hoje degrada a nação, foi Portugal *posto a saque* pelos seus governos, egualando quasi a divida publica com a propriedade particular.

¹ Folheto avulso de 6 pag. Impresso em Londres (R. Bond Junr, Impresor, 3 Wimpt-Street, Plymouth.)

² Na folha solta *O Perguntador*, n.º 7, lê-se, além de outras accusações: «E' pois sobre a Camarilha de Candido José Xavier, João da Rocha Pinto, do Marquez de Palmella, José da Silva Carvalho, do Barão de Renduffe e de Agostinho José Freire, *todos concordes em rasgar a Carta e as Contas*, (inda que variem n'outros pontos) que deve cahir toda a responsabilidade da violenta opposição que a Expedição encontrou, e das barreiras que tem mallogrado até agora a constancia e o valor indomavel do generoso, dedicado e talvez demasiado Exercito Libertador.»

E' aqui que brilham as immortaes palavras de Garrett, que em 1830 publicou a *Carta de M. Scevola. Ao futuro Editor do primeiro jornal liberal que em portuguez se publicar.*

«Ha mais de dois annos que uma consideravel porção da Nação portugueza peregrina no desterro, e vaga, como raça proscripta e estigmatisada da maldição de Deus, por quasi todos os paizes da terra.—ludibrio dos povos, escarneo dos reis, objecto de geral desprezo. E quem nos trouxe a tanta baixeza e vergonha? Quem nos poz de proverbio na bocca das gentes como raça envilecida e bastarda, aberração da especie humana... Os Chefes de quem nos confiamos; a *multifaria* aristocracia de todas as especies que por suas artes *veneficas* adormeceu a nação em um somno lethargico, e se lhe poz sobre o peito como pezadello mortal, que a vexa, a afoga e a tem no desespero da agonia sem resolução para acordar...

«Fugimos, aos milheiros, da nossa patria, sacrificámos tudo pela ingrata *Realeza*, que a taes chefes nos entregára; viemos curtir no exilio as magoas, as penurias, os desgostos, a fome... e por que se não hade dizer a verdade?... quando a matámos... foi *com as choradas migalhas, que dos sobejos do seu lauto banquete nos lança, como a cães, a arrogante compaixão dos nossos oppresores.*

«Viemos cobertos de lagrimas, muitos de sangue, todos de opprobrio, viemos padecer e gemer na terra estrangeira; e *nem a terra estrangeira nos pôde ser refugio contra a do-*

minação odiosa da aristocracia, por quem perdemos a patria. — Por artes, por astucia, por manha, por seducções dos incautos, por compra dos abjectos e venaes, eil-a que se instaura na dominação — e nos domina, maltrata e insulta e corrompe como d'antes: e nós a soffrer. Que mais ou menos do que isto têm feito os *Parmellas*, os *Guerreiros*, os *Candidos*, os *Balbinos*, os *Franciscos d'Almeida*, os *Carvalhos*, os *Magalhães*? Esta liga de aristocraticos e parasitos, de privilegiados e privilegiandos, foi, é e será a nossa perda e ruina, se emfim não acordarmos para nos *libertarmos* e os *punirmos*.

«Dois annos nos conduziram no deserto estes falsos prophetas com suas *columnas de fumo*; . . .»

Acabava de se effectuar em Paris a Revolução de julho de 1830 em que terminava a Restauração, e pelo triumpho do liberalismo a causa portugueza tomava um aspecto mais favoravel pelo reflexo da politica franceza no governo inglez. Foi esta nova situação, contrastando com a apathia dos dirigentes da emigração portugueza, que suscitou a *Carta de Mucio Scevola*: «E o tempo urge. A liberdade triumphante no Sena, já escala os Pyrenneos, e talvez singra para o Tejo. . . E os parasitos, os venaes escravos da aristocracia começam a ensaiar suas artes para nos enganar, e desunir, e desvairar.» E repellindo as insidias dos jornaes assalariados, escreve: «Para que fim se congregou essa junta de follicularios arregimentada e assoldadada pelos *Parmellas* e *Balbinos*? E que bem os escolheu a torpe aristocracia para o torpe mister que

lhe deram; *clerigos devassos*¹ e immoraes, cujo envilecido nome figura nas listas da espionagem de Paris e de Lisboa; desertores e denunciantes; demagogos sediços...»

E depois accumula a série de factos da camarilha aristocratica, que elles imputavam ao miguelismo, sendo os seus fautores immediatos:

«Foi D. Miguel que assassinou Gomes Freire? que fez o Tratado de 1810? que inutilisou a Revolução de 1820? que destruiu a liberdade em 1823? que fez quebrar a palavra real em 1824? que trahiu o Rei e o Povo em 1826? Seria D. Miguel quem da embaixada

¹ No folheto *Noticias que um Portuguez residente em Londres*, etc., alludindo aos jornaes liberaes a *Aurora*, o *Paquete*, o *Padre Amaro*, lê-se: «Estes escriptos foram os melhores agentes que o Governo de Portugal (sc. de D. Miguel) teve em Londres; ainda bem não estava projectada uma conspiração, já o *Paquete* a denunciava. Verdade é que levaram muita gente ao Limoeiro, e outra ao cadafalso; mas isso que importava? Corressem as libras para a algibeira de *R. da F. Magalhães* e do *P.º Marcos*, que isso de levar gente ao Limoeiro e à forca, não era cousa que tirasse o somno aos redactores do *Paquete*.» (p. 10, not. 5.) O *P.º José Agostinho de Macedo*, no n.º 13 do *Desengano*, deblaterando contra os jornaes liberaes, *Palinuro*, *Paquete* e *Chaveco*, chama-lhes: «genuinas producções de cabeças vazias e boccas esfomeadas, cuja inspiração é uma impotente raiva de cães damnados. Eu corro todas aquellas douradas paginas, porque em poucas deixa de apparecer o meu nome. — Já se não atrevem a estender, ou em cima ou em baixo tão respeitados auctores o seu respeitavel nome: *Garrett*, *Midosi*, *Magalhães*, *Rocha*, *Lopes*, e outros em quem poder não teve a fôrca (talvez o venha a ter) já são conhecidos e tão detestados ou escarnecidos, que se não atrevem a estirar seu nome, como faziam.» (p. 9.)

de Londres e das secretarias de Lisboa intrigou para dar a *Regencia a D. Miguel*? Foi D. Miguel que chamou *Lord Beresford a Lisboa para lhe entregar o exercito e destruir a Carta*? Foi D. Miguel que formou e que dissolveu a *Junta do Porto*? Foi D. Miguel, que para insultar as veneraveis cãs do general Pizarro, para insultar tantas mil victimas da lealdade e da liberdade, entregou o *commando de Plymouth a um tenente coronel* só conhecido no exercito por haver combatido nas fileiras inimigas, por haver trahido tres vezes o soberano e a patria? Seria elle que de Londres ao Imperador enviou uma deputação de imbecis e traidores para tratar os mais importantes negocios do paiz? E quem a todos os emigrados quiz fazer embarcar como carga de escravatura para o Brasil, onde os poucos que se deixaram seduzir encontraram o abrigo que é notorio? Quem desamparou a Madeira, e a ilha Terceira, que só por milagre da providencia e pelo denodo do bravo Cabreira se salvou a ultima, ¹ não por nenhum esforço de egoistas mandões? Seria D. Miguel, ou a *camarilha de South-Audley-Street*, que tudo isto fez?

«A posthuma e mentirosa e calumniosa *Representação da Junta do Porto* ao Imperador do Brasil, as contas do sr. Balbino, *as nunca averiguadas contas de Plymouth*, as conni-

¹ «Diocleciano Leão Cabreira, com sete emigrados desembarca na Terceira, e toma-a aos que seguiam a usurpação miguelina...» Discurso sobre o Amor da Patria, not. 1. Londres, 1831.

vencias secretas com o principe de Polignac, a vergonhosa administracção e injusta distribuição da fazenda, serão obra de D. Miguel?» D'aqui um eterno rancor contra Garrett.

Estes trechos são a synthese das origens do Constitucionalismo no seu sangrento estabelecimento; Garrett tinha a visão clara dos factos, e projectára sempre escrever uma *Historia contemporanea*, que embora a não realisasse apparece implicita nos seus opusculos e discursos. A *Carta de Mucio Scevola* termina com a calorosa defeza de Saldanha, que a camarilha temia pelas suas ideias avançadas, e que soube por fim captal-o como se vê pelo *Diario* de Pizarro, resentido pela abjecção do homem a quem entregára uma absoluta confiança moral.

A *Carta de Mucio Scevola*, datada de — Londres, 4 de outubro de 1830 — saíu anonyma; mas foi logo conhecida como obra de Garrett pelo seu estylo purista e por certo vocabulo de predilecção: «tem-me retinido nas orelhas, e chegado até os *seios d'alma* as descompostas risadas de seus parasitos. . . » Quem se não lembrava do verso commovente da invocação do Poema *Camões*? No *Tratado de Educação* vem: «o teu pranto logo começou rasgando os *seios d'alma* de teus paes.» Em uma folha de quatro paginas intitulada *A Consciencia*, condemnando a Regencia pela administracção dos quatro milhões de cruzados para a causa liberal, lê-se em uma nota esta referencia á *Carta de Mucio Scevola* com uma remota allusão a Garrett; diz a proposito da palavra *cambiar*: «Adoptamos esta palavra da eloquente e patriótica *Carta de M. Scevo-*

la: leiam-na, decorem-na os Emigrados, e se ella lhes não leva a convicção aos *seios d'alma*... Não lêam mais nada; escolham o Senhor Dom Miguel, o rei de Marrocos, o Marquez de Palmella, Lord Aberdeen, ou Julio de Polignac, por que então não têm, nem co-ração, nem espirito de homens livres.»¹

No periodico *Paquete de Portugal* (n.º v, de 21 de Junho de 1831) replica-se assim á *Carta de Mucio Scevola*:

«Representar os emigrados em discordia, governados por uns poucos de homens, que os roubaram, que os opprimem, que os matam á fome, sendo isto indignas imposturas contra as quaes toda a gente se indigna, menos um punhado de homens, não será servir D. Miguel; porém os seus escriptores e panegyristas assim o entendem... Attribuimos a bella producção ao irresistivel prurido que, principalmente um dos authores sente por fallar e escrever. O desconfiar que os seus talentos não são apreciados o irrita excessivamente, — principiando a sua obra no estylo de Lucena, á segunda pagina já tinha publicado quantas *quinhentices* sabia em modos e palavras; e ficou reduzido a continuar a obra fazendo manta de retalhos. — E qual foi o resultado de tão gabada, mostrada e lida peça? O dar ao P.º Macedo argumentos a favor do seu rei, representando-nos em abertas hostilidades, e incapazes de sugeitar-nos a governo algum.

«Não seria melhor que tão improvisados

¹ Na Collecç. Midosi. (Na Acad. das Sciencias.)

estadistas se desenganassem que escrever sobre taes materias é mais difficil que... mas em tal caso ninguem haveria que fallasse n'elles; e com esta modesta obscuridade é que tão grandes homens se não pôdem contentar.» (Vol. VIII, 2.º ann., p. 160.)

No *Correio dos Açores* (n.º III, p. 248) vem tambem outra carga: «He verdade que esse bando de *scribas* e *phariseus* são todos obscuros e desprezíveis, incluindo mesmo um, que assumindo o nome de um Romano (e nada menos que o de *Mucio Scevola*, que a melhor parte da emigração mui propriamente inverteu em *Monsieur Cebola*, e cebola ficará toda a sua vida) julga poder ser rei dos cegos, por isso mesmo que presume vêr alguma cousa melhor do que elles, no arranjo de frases e na disposição das calumnias que lhe são dos *seios d'alma* (frase poetica, que denuncia o anonymo.) Este *mastim*, seja quem quer que fôr, poeta ou theologo (por que tambem paraphrasêa o Velho Testamento) é em nossa opinião o mais damnado e o mais perigoso de todos os *mastins*, com quem se associou, por isso que emprega em abocanhar um homem de bem, aquelles mesmos dentes (e bem aguçados os tem) com que podia morder os inimigos da causa por a qual se diz emigrado; porém, cada individuo emprega naturalmente as faculdades do seu entendimento em auxilio de suas paixões; e *Monsieur Cebola* não quiz desmentir o proverbio empregando antes seus talentos na defeza de huma boa causa, que na satisfação de pequenos e miseraveis resentimentos... Mas fiquemos aqui; por que não é nossa in-

tenção rasgar inteiramente o véo do anonymo. Convém que elle guarde o *incognito*, até para que mais á sua vontade possa mudar de rumo e de conducta, segundo lhe convier. Entretanto, aconselhamos a nossos leitores, que não crêam nas calumniosas asserções do tal *Scevola*, ainda quando lhe vissem arder a mão sobre brazas para provar que diz verdades, de que está persuadido.» Em uma nota do livro *Da Educação* publicado em 1829, escreveu Garrett: «Permitta-se-me aproveitar esta occasião para declarar, que nem sou auctor de nenhum dos Opusculos sobre questões politicas de Portugal, que ha um anno a esta parte tem apparecido tanto em Inglaterra, como em França e outros paizes, nem tomei a minima parte em nenhum d'elles.» Então fallava verdade; esses opusculos foram a *Belfastada*, a questão da regencia e as intrigas diplomaticas. Depois que vieram as burlas dos juramentos exigidos aos emigrados, e os roubos dos subsidios, é que Garrett se não pôde conter já no fim do anno de 1830, quando a monarchia liberal estabelecida em França obrigava os dirigentes portuguezes a sahirem da inacção. E sahiram logo em 1831. Garrett, destruindo os exemplares da *Carta de Mucio Scevola* (quinhentos, dos quaes apenas distribuiu cem) não queria embaraçar a marcha dos acontecimentos, e pela necessidade das circumstancias teve de viver em harmonia e cooperar com os homens que accusára com verdade. Não ha n'isto mancha para o seu character; a sua acção intellectual na implantação do novo regimen politico é tão grande como a renovação que deu á Litteratura portugueza.

Ainda n'este anno de 1830, publicou Garrett o livro valioso *Portugal na balança da Europa — Do que tem sido e do que ora lhe convem ser na nova ordem de cousas do mundo civilisado*. Os factos são muito bem comprehendidos e relatados, tendo para nós hoje o merito de um testemunho contemporaneo. Vê-se por este trabalho o criterio que o dirigiria no seu projecto de *Historia contemporanea de Portugal*: espirito liberto de preconceitos, no meio da incerteza de 1830, n'esse ultimo conflicto entre conservadores e liberaes na Europa, elle chega a entrevêr no meio da oligarchia que põe em risco a independencia da nossa nacionalidade, como uma esperança a *Federação* com a Hespanha. Essa simples phrase com que fecha o seu estudo politico, foi um lampejo de genio, a que só muito tarde chegaram outros publicistas.

A vida que passára em Inglaterra entre a doença e miseria domestica, e a mesquinhez das luctas partidarias não o deixaram entregar-se á elaboração esthetica, trabalhando apenas em um poema digressivo, no gosto byroniano, *O Magriço*, em verso solto, do qual ia dando conta a José Gomes Monteiro, quando este já fixára a residencia em Hamburgo, para onde o procurava attrahir. Garrett entrára na vida ingleza e assimilava facilmente os seus refinamentos aristocraticos; é entre 1830 e todo o anno de 1831, que se passaram as deliciosas scenas de *flirt* com as trez bellas ladys, filhas de William Robinson, em Warwickshire, Julia, Laura e Georgina Robinson, das quaes traça os inconfundiveis retratos nos ultimos capitulos das *Viagens na*

minha Terra. Elle confessa o que deveu á influencia d'aquelles lucidos espiritos, emquanto ás suas proprias capacidades como á comprehensão do genio inglez :

«Nunca tinha entendido Shakspeare em quanto o não li em Warwick, ao pé do Avon, debaixo de um carvalho secular, á luz d'aquelle sol baço e branco do nublado céu d'Albion, . . . ou á noite com os pés no *fender*, a chaleira a ferver no fogão, e sobre a banca o cristal antigo de um bom cópo lapidado a luzir-me alambreado com os doces e perfumados resplendores do *old-sack*; em quanto o fogão e os ponderosos castiçaes de cobre bruido projectam no antigo tecto almofadado, nos pardos compartimentos de carvalho que forram o aposento, aquellas fortes sombras vacillantes de que as velhas fazem visões e almas do outro mundo, de que os poetas — como Shakspeare — fazem sombras de *Banco*, bruxas de *Mackbeth*, e até a rotunda pança e o arrogante espadagão do meu particular amigo Sir John Falstaff, o inventor das legitimas consequencias. . . » (*Viagens*, II, 8.) Este influxo impulsor da sociedade ingleza no seu talento de artista e character de homem, confessa-o Garrett: «Estranhei aquelles habitos de alta civilização, que me agradavam comtudo; moldei-me facilmente por elles. . . » (*ib.*, p. 186.) E referindo-se á convivencia domestica: «Os mais difficeis e delicados ápices da perfeição de sua tão caprichosa e expressiva lingua, as bellezas mais sentidas dos seus auctores queridos, o espirito e tom difficil de sua sociedade tão desdenhosa e fastienta, mas tão completa e tam calculada para sublimar a

vida e a desmoralisar — isso tudo, e um indefinido sentimento do *gentil*, que só com natural tacto se adquire, é verdade, mas que se não alcança com elle só, — isso tudo o aprendi alli.»

O quadro animado do amor ou *flirt*, a que se entregou por 1831, na sociedade ingleza, traçou-o Garrett delicadamente nas *Viagens na minha terra*:

«Sahi de Portugal, e posso dizer que não tinha amado ainda. Inclinações de criança, galanteios da sociedade, ligações que nasceram da vaidade, ou que só os sentidos alimentam, não merecem o nome de amor.

«Eu não tinha amado.

«Ha tres especies de mulheres n'este mundo; a mulher que se admira, a mulher que se deseja, e a mulher que se ama.

«A belleza, o espirito, a graça, os dotes d'alma e do corpo geram a admiração.

«Certas fórmulas, certo ár voluptuoso criam o desejo.

«O que produz o amor não se sabe, é tudo isto ás vezes, é mais do que isto, não é nada d'isto.

«Não sei o que é; mas sei que se póde admirar uma mulher sem a desejar, que se póde desejar sem a amar.

.....

«Eu vivi poucos mezes em Inglaterra; mas foram os primeiros que posso dizer que vivi. Levou-me o acaso, o destino — a minha estrella, por que eu ainda creio nas estrellas... levou-me ao interior de uma familia elegante, rica de tudo o que póde dar distincção n'este mundo.

«Estranhei aquelles habitos de alta civilização, que me agradavam comtudo; moldei-me facilmente por elles, affiz-me a vegetar docemente na branda atmosphaera artificial d'aquella estufa sem perder a minha natureza de planta estrangeira. Agradei; e não o merecia. No fundo d'alma e de character eu não era aquillo por que me tomavam. Menti: o homem não faz outra cousa...

«Menti pois, e agradei porque mentia.—

«Havia tres meninas n'aquella familia. Dizer que eram as tres graças é uma vulgaridade cansada e tam banal que não dá uma ideia de cousa alguma. Tres anjos seriam; tres anjos posso dizer com mais propriedade. E quando em nossos longos passeios solitarios, por aquelles campos sempre verdes, por aquellas collinas coroadas de arvoredos, tapessadas de relva macia, os seus vestidos brancos, singelos, simples, trajados sem arte, fluctuavam com a brisa da tarde e os longos anneis de seus cabellos—os de uma eram loiros, os de outra castanhos, não ha nome para a indefinida côr dos da terceira,—quando esses longos anneis descahiam de sua ondada spiral com o orvalho humido do crepusculo—e que a essa luz vaga e mysteriosa eu as contemplava todas tres com adoração e recolhimento devoto d'alma—sinceramente exclamava:—São tres anjos celestes que é forçoso adorar.

«E assim é que os adorava os tres anjos, todos tres, e não podia adorar um sem os outros.

«Que me queriam ellas, é certo; que insensivelmente se habituaram á minha companhia e já não podiam viver sem ella...

.....
 «O tom perfeito da sociedade ingleza inventou uma palavra que não ha nem póde haver n'outras linguas emquanto a civilisação as não apurar. *To flirt* é um verbo innocente que se conjuga alli entre os dois sexos, e não significa *namorar* — palavra grossa e absurda que eu detesto, não significa = fazer a côrte; = é mais do que estar amavel, é menos do que galantear, não obriga a nada, não tem consequencias, começa-se, acaba-se, interrompe-se, addia-se, continua-se ou descontinua-se á vontade e sem compromettimento.

«Eu *flartava*, nós *flartavamos*, ellas *flartavam*.

«E não ha mais doce nem suave entretenimento de espirito do que o *flartar* com uma elegante e graciosa menina ingleza; com duas é prazer angelico, e com tres é divino.

«Para quem nasceu n'aquillo, não é perigoso; para mim degenerou, breve, aquella placida sensação em mais profundo sentimento.

«Veiu a admiração primeiro.

«E como eu as admirava todas tres as minhas gentis fascinadoras!

«E ellas conheciam-n'o, riam, folgavam e estavam encantadas de me encantar.

«Fizeram nascer os desejos!

«Julguei-me perdido, e quiz fugir.

«Não me deixaram e zombaram de mim, da ardencia do meu sangue hespanhol, da vehemencia das minhas sensações...

«Em breve eu amava perdidamente uma d'ellas — queria muito ás outras duas; mas, amar, amar devéras, d'alma cuidava eu, do

coração ia jurar-o, era a segunda — Laura, a mais gentil, mais nobre, mais elegante e radiosa figura de mulher que creio que Deus moldasse n'uma hora de verdadeiro amor de artista que se dignou tomar por esse pouco de grêda que tinha nas mãos ao formal-a.

.....

«Julia era pequena, delicadissima, propriamente infantina no rosto, na figura, na expressão e no habito de toda a sua encantadora e diminutiva pessoa.

«Lady Julia R. era a mais pequena e a mais bonita subdita britanica que eu creio que tenha existido.

«Seus olhos de azul celeste, sempre humidos e sempre doces, os cabellos de um claro e assedado castanho todos soltos em anneis á roda da cabeça e cahindo pelos hombros, espalhando-se pelo rosto, que era uma lida continua para os tirar dos olhos, um corpo airoso, uma bocca de beijar, os dentes miudos, alvissimos e apertados, a mão pequena, estreita e de cêra — tudo isto fazia de Julia um typo ideal de bondade, de candura, de innocencia angelica.

.....

«Ainda te não fallei, quasi, da ultima das tres bellas irmãs que me encantavam... Era Georgina.

.....

«Olhava para Georgina como se a visse a primeira vez, e pasmava de a vêr tão bella, tam interessante.

«Georgina, que até alli parecia empenhar-se em se deixar ecclipsar pela irmã (Laura) agora, ausente ella, brilhava de toda a

sua luz, em graça, em espirito, por um natural singelo e franco, por uma exquisita doçura de maneiras, de voz, de expressão, de tudo.

«Vergonha eterna sobre mim! mas é verdade, quiz-lhe mais do que a Laura, ou pareceu-me querer-lhe mais... que tanto vale.

«Eu sei?... Não, não lhe queria tanto. Mas amei-a.

«Amei, sim, e fui amado!

«Tres mezes durou a minha felicidade. E' o mais longo periodo de ventura que posso contar na vida.

«A imperiosa lei da honra exigiu que nos separassemos, *que partisse para os Açores*. Fui. Ninguem sacrificou mais, ninguem deu tanto como eu para aquella Expedição. A historia fallará de muitos serviços, de muitas dedicações? Quem saberá nunca d'esta?

«Ainda não sei como parti, como cheguei, como vivi nos primeiros tempos da minha estada n'aquelle escôlho no meio do mar, chamado *a ilha Terceira*, onde se tinham refugiado as pobres reliquias do partido constitucional.»

N'estes inimitaveis capitulos das *Viagens na minha terra*, deixou Garrett as impressões d'esse episodio amoroso da sua vida; ahi estão elementos para se recompôr a realidade: falla do pae das tres meninas: «L. William R. chegava, na manhã seguinte, de uma excursão a Londres. Veiu vêr-me assim que chegou, e trazer-me cartas de Portugal que eu esperava ha muito. Disse-me que partia no outro dia para Swausea, a terra de Galles para onde Laura fôra; e que me en-

carregava de fazer companhia ás duas filhas que ficavam sós.

«A mim!...»

Garrett indica incompletamente o lugar em que se passou este sonho da sua vida: «Eu sentia-me morrer de tristeza e de isolamento no meio da populosa e turbulenta Londres, Julia percebeu-o, e mandou-me voltar a — *shire*. Voltei.»

N'um trecho do *Diario* da sua viagem nota: «*shire* ou Condado, segundo alguns traduzem, etc.» Fôra em *Warwickshire* onde Garrett viveu até ao fim do anno de 1831, quando partiu para França a incorporar-se na expedição aos Açores.

No manuscripto de apontamentos de Garrett intitulado MEMORANDUM — *Estudos* — *Leituras* — *Cartões*, encontrou Gomes de Amorim: «Os 7 peccados mortaes» aos quaes o poeta comparava os seus — «7 principaes namoros.»

Ahi se aponta:

«4 — Ira — L.^a R.ⁿ

5 — Gulla — ROSA ROBINSON.

6 — Inveja — JULIA R.ⁿ »

Gomes de Amorim já não pôde metter em construcção este achado no seu estudo biographico; ajuntou-o como curiosidade no fim das *Memorias* (t. III, p. 583): «Mas as do quarto, quinto e sexto eram indubitavelmente tres irmãs; e não me parece necessario grande esforço para se suppôr as tres formosas inglezas das *Viagens na minha Terra*. L.^a R.ⁿ ou Laura Robinson; Julia R.ⁿ é claramente a bella Julia, que tinha inveja das irmãs por elle dar a preferencia a estas, e, como as cousas chegaram até mais longe com Georgina,

que até veio atraz do Carlos das *Viagens*, chama-lhe Rosa, em vez do seu verdadeiro nome de Georgina, pondo-lhe por extenso o appellido, que não poz ás outras porque lhes deu os seus verdadeiros nomes. Accumulava estes tres amores pelos annos de 1831 a 32. N'esse tempo apesar das miserias e trabalhos, andava apaixonado; e escreveu aquellas quadrinhas chamadas *Suspiro d'alma (Flores sem fructo)*, traduzindo-as ou ensinando-as a lêr no original a uma das tres bellas; á outra, que não chegaria a entender o portuguez, mas que conhecia o italiano, escreveu n'essa lingua (se são d'elle) estas, não menos recatadas, que no ms. têm a data de «Londres, 1831.»: «Tace sommerso il labro...» (*Mem.*, III, 583.)

Emquanto Garrett passava esta vida ideal, vejamol-o na realidade da sua existencia domestica; em carta datada de Londres de 15 de fevereiro de 1831, escrevia a Gomes Monteiro, já estabelecido em Hamburgo: «tenho gemido debaixo de uma cruel calamidade, que só agora começa a dar-me um momento de respiro.

«Minha pobre mulher teve um máo successo — com que padeceu mais de quatro dias — e emfim teve uma linda e fortissima criança — porém morta! Não sei explicar-lhe a dôr e afflicção que tive — não se póde.» Monteiro e José Ribeiro dos Santos, socios em um negocio de seccos e molhados, offereceram-lhe para que viesse estar algum tempo em Hamburgo. N'essa supracitada carta Garrett respondia: «Se minha mulher estiver capaz, em um mez ou pouco mais, da viagem — do C.

acceito o generoso e sincero convite dos meus amigos sem duvida, sem hesitar um momento — porque me parece que os conheço e me conheço. Se não, será mais uma desgraça minha . . . só para março poderei ir, se podér. E só accrescento que fico contando as horas. Mas se eu não podér ir a tempo aviso.» (*Mem.*, I, 527.) E em carta de 7 de abril de 1831, escrevia a Gomes Monteiro, explicando a demora da resposta «pela vontade que tinha de lhe annunciar a nossa proxima partida (para Altona.) Infelizmente minha pobre mulher está sempre valetudinaria e não me tenho atrevido á viagem.» A carta é toda a excusar-se pelo encommodo que iriam dar a Ribeiro dos Santos e esposa «com estes *pasteis* que ambos sômos.» No entretanto um accidente imprevisto veio embaraçar a viagem; o Cholera morbus que passára da Asia á Russia da Europa chegára a Hamburgo, (em Berlim victimou Hegel, e em Paris Abel Remusat): em carta de 9 de junho de 1831 escrevia o poeta a Monteiro: «Ha bons vinte dias, que estou de bahun promptos, e hoje vae, amanhã vae, que apesar dos medos de minha mulher á *cholera-morbus* — já lá estava, se não fossem as inopinadas circumstancias de Portugal que estão em verdadeira e eminente crise. Como terá colhido dos jornaes, a todo o momento se póde esperar uma solução d'este estado de cousas.» Em carta de 8 de Agosto, justificando-se por não ter partido para Hamburgo, diz: «Mas o extraordinario aspecto que, pouco depois da minha ultima carta, tomaram os negocios de Portugal, é sobeja razão de minha demora e deliberação. Todos os

dias, todas as horas temos estado e continuamos a estar esperando vêr terminar este negocio. O meu bom amigo de certo tem sido informado pelos jornaes das não esperadas occorrencias do Brasil e Portugal: nada accrescento portanto. D. Pedro vae em pessoa a Portugal á testa da expedição; e eu estou deliberado a não ser dos que ficam no quartel da saude. Nunca tive, certo, a balda de valentão, mas agora, sem a minima fanfaronada, *prefiro muito e muito antes morrer de uma bala do que estar mais tempo emigrado.*

«Não partirei de certo sem lhe escrever, e provavelmente mais de uma vez; oxalá que não haja tempo-sobejo para isso — oxalá que fosse amanhã o dia feliz! Mas, seja quando fôr, heide-lhe escrever e deixar-lhe em *legado condicional* o meu *Magriço*; ou mais exactamente em tutella *testamentaria* lh'o heide encarregar na possibilidade da minha morte. Mas para então fallaremos mais de vagar. — Eu tenho andado doente; e o alvorôço e inquietação de espirito trouxeram-me o corpo em anciedade — mas estou melhor, bom, bom agora.» (*Mem.*, I, 531.)

Em carta de 6 de outubro de 1831, escreve a Monteiro justificando-se da morosidade da resposta: «não lhe dou a banal desculpa de estar muito occupado, apezar de que o tenho estado;... mas o abatimento de espirito e coração em que me trouxe a *fatal intermitencia de nossos negocios* que n'este intervallo pareceram mais que estacionarios, *quasi os vi desandar*. Felizmente passou esse triste estado de calma pôdre — e vamos de vento

em pôpa. Já sabe de certo a esta hora que temos com certeza *navios e dinheiro*. Acrescentarei só que D. Pedro, vae, sem duvida, á testa da expedição e que por dias estamos a partir para a Terceira, d'onde, apenas chegado, ella deve sahir. ¹ Sabe tambem os successos de 22 do passado de Lisboa. — Muitos outros documentos do estado effervescente do paiz temos em parciaes revoluções — mallogradas, é verdade! — que têm rebentado no

¹ Transcrevemos aqui parte do Discurso de Mackintosh no parlamento, em que se patentêam todas as perfidias e violencias do governo inglez contra os emigrados portuguezes e estabelecimento do regimen constitucional :

«Comtudo, sr. Presidente, é forçoso convir que não ha circumstancia n'este negocio, que tomada singularmente tão profunda magoa e vergonha me cause como o infeliz acontecimento da Terceira, com que agora vou concluir. As tropas realistas portuguezas, que desembarcaram em Inglaterra, estavam ha algum tempo *aquarteladas em Plymouth*, onde o seu proceder exemplar lhes grangeou as mais publicas e geraes demonstrações de estima dos habitantes. No mez de novembro intimou o Governo britanico, que *deviam ser dispersadas pelas villas e aldeias dos Condados adjacentes, e separadas dos seus officiaes*. Longe de mim disputar o direito que a S. Magestade compete de dispersar todos os corpos militares em seus dominios . . . como no presente, se não pôde dizer que aquelle ajuntamento de homens punha em perigo a paz d'este reino, ou ameaçava a tranquillidade de nenhum outro. — Comtudo a dispersão d'estas tropas, privadas de seus officiaes, difficilmente deixaria de os desanimar, de lhes fazer perder o espirito e disciplina militar, e de acabar por dissolver e debandar as debeis reliquias do exercito leal. Os ministros de D. Maria o consideraram fatal a suas esperanças. Começou então sobre isso uma correspondencia não official, que durou desde o fim de novembro até o principio de janeiro, entre o Duque de

paiz; tudo está preparado, e a victoria é infallivel.

«Vamos a elles, emfim, meu bom amigo, que d'esta vez vae.»

Como se vê pelo texto acima transcripto, D. Pedro é que fluctuava em indecisões, sem intelligencia da situação dos milhares de emigrados, e sem querer pôr um acto decisivo prejudicar o seu reservado jogo de interesse pessoal. Era preciso impulsional-o, mostrar-

Wellington e o Marquez de Palmella . . . Varias cartas se escreveram de um lado e d'outro sobre a racionalidade da dispersão, e o modo de remoção, desde 20 de novembro até 20 de dezembro, nas quaes todas se mencionou sempre *o Brasil como o logar do seu destino*. Em carta de 20 de dezembro pela primeira vez fallou o Marquez de Palmella na Terceira. Já duas vezes antes se tinha mencionado esta ilha em despachos de outros dois ministros da Casa de Bragança, mas com vistas totalmente differentes . . . Mas a primeira ocasião que o Marquez de Palmella fallou em Terceira em vez do Brasil, foi a 20 de dezembro, — informou o Duque de Wellington, que, apesar de que elle Marquez tinha atéli escolhido o Brasil como unico refugio seguro posto que remoto, para as tropas leaes, todavia, pelas informações que acabava de receber da completa e pacifica submissão da Terceira á joven Rainha, e a total desappareição da esquadra mandada pelo actual Governo de Portugal a bloquear os Açores, agora tinha resolvido mandar as ditas tropas para aquella parte de seus dominios em que ella não só de direito mas de facto reinava; para o qual destino se persuadia que ellas podiam embarcar em Plymouth sem infringir no minimo ponto a neutralidade do territorio inglez. — Esta carta contém toda a explicação da mudança que houve no destino d'esta viagem. Tropas desarmadas não podiam por certo ir a salvo para a Terceira, nem vasos mercantes tampouco, emquanto lá houvesse divisões intestinas ou apprehensões de bloqueio,

lhe o estado dos espiritos cansados ou desalentados; Garrett, de accordo com o Marquez de Palmella, começou a publicar em Londres um pequeno jornal *O Precursor*, cujo primeiro numero appareceu em 27 de outubro de 1831, tendo por fim: «Esta unidade de acção, esta centralisação de todas as forças, de todas as vontades, de todos os meios, — *é a que só falta e que só basta.* — Um chefe em torno do qual nos reunissemos. . . »

ou emfim, até que houvesse informação authentica de alli estar consolidado o estabelecimento da auctoridade legitima. — Não era, como inconsideradamente se disse, uma expedição contra os Açôres. Era um movimento de tropas portuguezas que passavam da neutral Inglaterra para a obediente e leal Terceira . . . »

«Estremeço de dar mais ampla vista de uma scena com a qual muito receio, que para sempre terminasse uma alliança de quatro seculos e meio. A 16 de janeiro passado tres navios inglezes e um brigue russo, tendo a seu bordo 500 portuguezes desarmados, tentaram entrar no porto da Praia, ilha Terceira. O capitão Walpole, commandante de um navio de guerra inglez, fez fogo sobre dois d'esses vasos que já se achavam debaixo das baterias dos fortes que protegem aquelle ancoradouro. O sangue . . . foi derramado, um soldado morto, e um pacifico passageiro perigosamente ferido; abstenho-me de relatar mais circumstancias. — Com quanto, de todo o meu coração me regosijo com os progressos d'esse espirito de liberdade, e por consequencia de humanidade, cujos triumphos na França tão vantajosos são para a Europa, confesso que não posso contemplar sem magoa essas reliquias de Portuguezes leaes, ostentando n'um porto francez o indecoroso espectáculo de membros mutilados e vertendo o sangue das chagas abertas pelas armas de seu antigo alliado, *protector* e amigo. Amizade de quatro seculos e cincoenta annos devia acabar com mais decencia. Não devia pelo menos extinguir-se com fogo e sangue.»

Na carta anterior a Monteiro allude a esta empreza jornalística :

«Eu por aqui vou mandando foguetes incendiarios para atizar o negocio... uma paqueta que publico para esse fim. — Não durará porém muito esta publicação porque poucos dias esperamos estar por aquí.» Apenas sahiram do *Precursor* quatro numeros.

Ha n'esta carta uma parte angustiosa :

«Não sei se abuso da amisade que lhe devo em recorrer a ella para me valer agora em apêrto n'esta occasião. Eu, sem mais preambulos, tenho a maior precisão de algum dinheiro, e absolutamente não tenho a quem recorrer, senão ao meu amigo. A viagem não pago, nem os preparativos importam grande cousa; mas tenho minhas pequenas dividas que me prendem e affligem e não ousou figurar de caloteiro. O meu embaraço é de £ 30.

«Faça, o meu bom am.º, um esforço ultimo a favor de quem tanto lhe é já obrigado, e veja se me vale n'esta derradeira occasião. Protesto que tomo esta divida como a minha mais sagrada, e que será a primeira paga apenas eu chegue a Portugal. Felizmente tenho passado quasi quatro annos de amargura sem me vexar com ninguem — por que não chamo vexar-me os favores que lhe tenho devido: desejava mais que tudo sahir sem passar por esse dissabor. E conto que o meu am.º me hade ajudar se inteiramente lhe não é impossivel. Tenha paciencia; quem lhe mandou metter-se com poetas? — Mas, ainda assim; eu não sou *poeta em prosa*, graças a Deus, nem faço transacções de poeta. Acredite-me que se não soubesse que lhe podia e havia de pagar,

não lhe pedia um shilling emprestado: havia, quando precisasse, pedir-lhe, e sem pejo, uma esmola, que o tenho por mais honrado e decente. Ad.^s fico ancioso esperando a sua resposta, e quasi dependendo d'ella minha existencia — porque de certo me não atrevo a sair d'aqui devendo ao boticario, alfaiate, etc.»

Pela ultima carta de Garrett datada de Londres de 16 de novembro de 1831, dirigida a Gomes Monteiro, vê-se que este se excusou de lhe emprestar as trinta libras. Garrett deveria ter sentido muito a falha da unica pessoa a quem recorreu; n'esta carta passa delicadamente pela inesperada excusa: «Sinto do coração tel-o encommodado com o favor que na minha ultima lhe pedi: não pense mais n'isso.»¹ E abafando com generosidade d'alma essa mesquinhice do negociante, acrescenta em seguida: «Se d'esta me levar a bréca, encommendo-lhe o meu pobre nome se elle a alguem lembrar, que o não deixe passar com

¹ A casa commercial de José Ribeiro dos Santos & Gomes Monteiro estava em certa prosperidade, e por isso a recusa das 30 libras não foi lisongeira para Garrett. Todos os favores de dinheiro por elle recebidos foram apenas adiantamentos das 8 libras mensaes que Garrett tocava como ordenado da secretaria da embaixada e subsidio de emigrado. Monteiro, no vigor da idade excedeu-se em despezas, e o seu socio José Ribeiro dos Santos apprehendeu uma expedição commercial á Africa, sobre a qual se escreveu um livro em allemão. Na sua ausencia, a casa de Hamburgo suspendeu pagamentos com um passivo de mais de duzentos contos de reis; Ribeiro dos Santos ao receber em Angola a noticia da falencia estrondosa, morreu de uma apoplexia a bordo do seu navio Vasco da Gama, a 13 de fevereiro de 1842. (Vid. a sua biographia no 27 de

algum labéo que mal affeitos lhe ponham.»
(*Mem.*, I, 541.)

Na anterior carta de 6 de outubro de 1831 dá conta aos seus dois amigos de Hamburgo das condições da proxima partida: «Minha mulher vae commigo até á Terceira, onde a entrego a minha mãe, que ali tenho; e vou descansado por essa parte, para Portugal. — Ella me pede muito ser recommendada a M.^{me} Santos, e aos dois amigos.»

Este plano foi alterado, como se vê pela carta de 16 de novembro, em que a proposito da sua soffrivel saude diz: «Não assim minha mulher a quem sou obrigado, e por isso e por falta de conveniente arranjo de viagem, a deixar aqui no campo não longe de Londres com uma tia que felizmente aqui tem.» Na carta de 7 de abril de 1831 falla em *Lambeth* como no logar em que habita a tia de sua mulher. (*Mem.*, I, 528.)

A situação angustiosa de Garrett provi-

Janeiro, n.º 13, de 1842, Porto, por José Feliciano de Castilho.)

Gomes Monteiro veio para Portugal, exercendo no Porto o cargo de recebedor de fazenda do bairro de Cedofeita; foi gerente da Livraria franceza da Viuva Moré, fazendo diversas edições de romances de Camillo Castello Branco, Rebello da Silva, Andrade Corvo, Arnaldo Gama, etc. Publicando a versão do *Fausto* por Castilho, nos ultimos tempos da sua vida escreveu um volume contra os *Criticos do Fausto*; mas não chegou a promover um estudo sobre a vida e obra de Garrett, que lhe escrevera: «encommendo-lhe o meu pobre nome.» Nos primeiros annos da sua vida commercial de Hamburgo cooperou com José Victorino Barreto Feio para a edição das Obras de Gil Vicente e de Camões. Faleceu em 12 de julho de 1879.

na principalmente da morosidade da expedição planeada; na referida carta de 16 de novembro de 1831 queixa-se: «tenho supposto partir para a nossa tam demorada expedição hoje, amanhã — e sempre enganosamente. Hontem ainda cuidava eu que fosse infalivelmente esta semana, — e ainda não vão. — A' excepção da demora, tudo vae bem: assim o inculca quanto apparece; mas a demora começa a ser insupportavel.» (*Mem.*, I, 540.) Desde 12 de junho que D. Pedro chegára a Cherburg, sempre envolvido nas intrigas do governo inglez que lhe suggeriam ora que se declarasse Rei de Portugal, ora que reunisse as duas corôas da Peninsula, e que excluísse todos os elementos vintistas da expedição projectada, especialmente o Saldanha; a estes embaraços accresciam a negociação de um emprestimo e o arranjo de navios. Já cansado de esperar, Garrett partiu para Paris em dezembro, sem o minimo subsidio, deixando por isso sua mulher em *Lambeth*.

Durante o mez que se demorou em Paris, antes da partida para os Açores, Garrett travou relações de amizade com alguns litteratos francezes; elle descreve o encontro com a viuva do general Junot, a celebre Duqueza d'Abrantes, que representava na imprensa uma parte activa na criação do romance moderno: «De todas as grandes figuras d'essa época, a que melhor conheci e tratei foi uma senhora, typo de graça, de amabilidade e de talento. Pouco foi o nosso trato, mas quanto bastou para me encantar, para me formar no espirito um modelo de valor e merecimento feminino que me veiu a fazer muito mal. Cus-

ta depois a encher aquella altura, que se marcou... Eis aqui como eu fiz esse conhecimento: Inda o estou vendo, coitado! o pobre C. de S... — Vamos! disse elle; hoje estou bom, sinto-me outro: quero appresental-o a madame de Abrantes. Está tão velha! — Tomámos uma citadine, e fomos com effeito á nova e elegante rua chamada não impropriamente a Rua de Londres, onde achámos rodeada de todo o esplendor do seu occaso aquella formosa estrella do Imperio. Não quero dizer que era uma belleza; longe d'isso. Nem bella, nem moça, nem airosa de fazer impressão era a Duqueza d'Abrantes. Mas em meia hora de conversação, de trato, descobriam-se-lhe tantas graças, tanto natural, tanta amabilidade, um complexo tão verdadeiro e perfeito da mulher franceza, a mulher mais seductora do mundo, que involuntariamente se dizia a gente no seu coração: como se está bem aqui! Fallámos de Portugal, do Imperio, da Restauração, de Julho ¹ (isto era em 1831), de Mr. de Laffayette, de Luiz Philippe, de Chateaubriand, o seu grande amigo d'ella, do *Sacre-Coeur* e das suas elegantes devotas, fallámos artes, poesia, politica... e eu não tinha animo para acabar de conversar...» (*Viagens*, I, cap. 9.) N'essas conversas Garrett tomou conhecimento de todos os escandalos da Restauração e do machiavellico governo do mi-

¹ Na Autobiographia falla da revolução de Julho: «veiu abalar povos e individuos. Não houve liberal que se não exaltasse com o prospecto de esperanças, que lhe abriu a revolução de França n'aquelle mez.» (p. 308.)

nistro Villèle, e ainda eram lembrados os poemas de Barthelemy e Méry, que com a *Vil-
leliade*, com a *Peroneyde*, com o *Napoleão
no Egypto* e outros cantos politicos e revolu-
cionarios, combateram o reinado do jesuitis-
mo e servilismo, representados em Peyronet,
em Corbière, Frayssinous, Damas, Clermont
Tonnerre e Chabrel. ¹ Em 25 de janeiro de
1832 Dom Pedro dirigiu-se para o porto de
Belle Isle, donde devia partir a expedição, o
que só se effectuou a 10 de fevereiro. Gar-
rett tambem se alistou: «Nos fins de 1831
abandonei tudo o que eram cuidados de scien-
cia ou recreações litterarias para me alistar
no exercito da Rainha e embarcar para os

¹ Dom Miguel era chasqueado nos vaudevilles, como se vê por uma carta do celebre compositor Mendelssohn, datada de Paris, de 11 de janeiro de 1832, em que aprecia este genero litterario: «Não sei de nada mais prosaico, e comtudo o effeito é absorvente. A peça nova que está em voga no Gymnasio é o *Luthier de Lisbonne*; faz as delicias do publico. O cartaz annuncia um personagem desconhecido, mas logo que entra em scena todos riem e applaudem, e percebe-se que o actor imita até á illusão Dom Miguel nas suas maneiras, nos habitos e em todos os seus gestos; de mais a mais dá a entender que é rei, por mais de um signal, e eis aqui a peça. Quanto mais o desconhecido procede de uma maneira estúpida, ignobil e barbara, maior é a alegria do publico, que não deixa escapar um só gesto, nenhuma palavra: Uma revolta forçou-o a refugiar-se em casa d'este guitarrista, que é o realista mais dedicado possivel, mas que tem a desgraça de ser marido de uma mulher bonita. Um dos favoritos de D. Miguel forçou esta mulher a encontrar-se com elle na proxima noite, e pede ao rei, que apparece no meio d'esta combinação, que o auxilie e mande cortar a cabeça ao marido. — Com toda a vontade! responde-lhe D. Miguel. Emquan-

Açores. Em janeiro de 1832 sahi de Paris com praça de simples soldado, e consegui por este modo tomar minha humilde parte n'aquella expedição, cujos avisados e cautelosos directores com tanto empenho afastavam toda a gente conhecida de verdadeira liberal, por todos os modos, por modos que hão de parecer incriveis...» (*Rom.*, I, p. x, ed. 1843.) Garrett, com praça em um batalhão de caçadores, foi incorporado na segunda divisão dos emigrados, de perto de mil homens, em que se encontravam Alexandre Herculano, com os seus vinte e dois annos e que foi o primeiro a proclamar-lhe o genio, Joaquim Antonio de Aguiar, André Joaquim Ra-

to o guitarrista conhece que tem em sua casa Dom Miguel, e cheio de jubilo se lhe lança aos pés, o Rei assigna a sentença de morte d'este desgraçado, e assigna tambem a do favorito, por que quer para si a mulher, ficando no logar d'elle. A cada nova barbaridade que commette, nós applaudimos, nós rimos, e este estúpido D. Miguel de theatro causa-nos o maior prazer. Assim acaba o primeiro acto. No segundo acto é meia noite: a mulher bonita está sosinha, bastante inquieta; D. Miguel introduz-se-lhe em casa pela janella. e emprega mil recursos em pleno theatro para captar-lhe o amor. Obriga-a a cantar e a dansar diante d'elle; a mulher não o podendo aturar pede-lhe de joelhos que a deixe, até que D. Miguel lhe bota as mãos, e arrasta-a bastantes vezes de um a outro lado da scena. Se a mulher não agarrasse uma faca, e se n'esse momento não batessem á porta, as cousas poderiam sair-lhe mais desagradaveis No desenlace o guitarrista salva ainda uma vez o Rei dos soldados francezes que acabam de chegar, de que D. Miguel tem um terrível medo, por causa da sua bravura e amor pela liberdade. Assim termina a peça com geral applauso.» (*Lettres*, p. 308. Trad. Rolland.)

malho e Sousa, o primeiro traductor dos romances de Walter Scott, e outros, que se tornaram celebres no novo regimen. Seguiu para os Açores na corveta *Juno*,¹ que depois se chamou *Amelia*, do nome da mulher do ex-imperador. Durou dezeseite dias a viagem.

Referindo-se á publicação do *Precursor*, e ao embarque para os Açores, escreve Garrett no officio de 3 de novembro de 1833 ao ministro Joaquim Antonio de Aguiar: «Apparecendo um raio de esperança de liberdade com a proxima partida de S. M. imperial para os Açores, immediatamente fiz todas as diligencias para me ser permittido tomar parte na expedição que se preparava contra o usurpador. Sendo acceito pelo marquez (hoje duque) de Palmella o meu offerecimento, por elle me foi logo encarregado o escrever alguns papeis, que tanto fóra como no reino, preparassem os animos para a necessaria cooperação e para o passo que ia dar-se de reassumpção da regencia por S. M. I. o senhor duque de Bragança. — Mas este serviço, que se me promettera (sem o eu pedir) de me ser levado em conta como o maior que podia prestar, teve por unico premio o ser-me negado todo o auxilio dos que tão amplamente se deram então a muitos outros. E eu tive de vender até a roupa com que me cobria, de pedir emprestado, de deixar a minha familia por caridade em casa de um parente quasi tão pobre como eu, para poder ir alistar-me como simples sol-

¹ Autobiographia (no *Universo pittoresco*, vol. III, p. 308.)

dados, e como tal embarcar no porão de um navio, segundo V. Ex.^a testemunhou, quando tão nobre e honradamente partilhou comnosco os incommodos, as privações, os vexames e humilhações d'aquella viagem de que nem quizera recordar-me.» (Ap. *Mem.*, II, p. 10.)

2.º A EXPEDIÇÃO AOS AÇORES (1832)

Na sua Autobiographia escreve Garrett sobre a partida de Belle Isle: «depois de uma longa e tormentosa viagem, desembarcou com o seu batalhão na Terceira em fins de Março d'esse anno.» (p. 308.) — «Dissolvido o batalhão em que se alistára, *passou para o Corpo académico*, em que permaneceu até ao fim da campanha. — Na Terceira trabalhou constantemente no gabinete de... Mousinho da Silveira...» Garrett encontrava sua mãe e familia, de que estivera ausente havia dez annos, e pela sua influencia fez com que seu cunhado Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, que estava preso por miguelista, fosse posto em liberdade. Em um artigo sobre *O Bispo D. Frei Alexandre*, pelo terceirense Augusto Ribeiro, lê-se: «Quando voltou com a emigração, Almeida Garrett, ao que parece, viveu algum tempo no palacio dos Capitães generaes, grandioso edificio do Collegio dos Jesuitas... a descripção da figura de el-rei D. Sebastião, que elle poz nos labios de Maria (no drama *Fr. Luiz de Sousa*) foi inspirada por um retrato do moço rei, que então fazia parte da galeria de retratos dos reis portuguezes da dynastia bragantina, que ainda existe, e retrato *o mais exacto e fiel* que hou-

ve do mallogrado principe, pois foi por elle oferecido aos Jesuitas de Angra, cujo convento fundára em 20 de março de 1572. O referido retrato foi entregue pessoalmente por ellei ao P.^o Luiz Pedro Pinhão em 1575...»¹ A elaboração das impressões recebidas integra-se na obra de arte; é assim que as impressões da comedia vista em 1818 na Povia de Varzim, e a contemplação do retrato do Rei-desejado em Angra em 1832, vibraram no espirito de Garrett até 1844, em que fulgurou a criação do inimitavel drama *Frei Luiz de Sousa*.

Durante a permanencia em Angra, a volta repentina ao lar domestico renovou-lhe a emoção das antigas tradições poeticas com que fôra embalado, e alli, no meio da faina dos trabalhos da secretaria de um governo provisorio e revolucionario, começou a occupar-se do *Romanceiro* portuguez; elle descreve a circumstancia determinante: «Foi o caso que umas *criadas velhas de minha mãe*, e uma *mulata brasileira de minha irmã*, appareceram sabendo varios Romances que eu não tinha, e muitas variadas lições de outros que eu sim tinha, porém mais incompletos. Assim se adiantou copiosamente o meu *Romanceiro*. Mas este achado fez mais do que enriquecer, salvou-o; por que ao partir para San Miguel o deixei em Angra com minha mãe,... que desejava distrahir com essas curiosidades que ella entendia e avaliava com o tacto perfeito e a sensibilidade elegantissima

¹ *Commercio de Portugal*, n.^o 247. (1880.)

de que era dotada, alguma hora das tantas em que já lhe pesavam duramente as molestias do ultimo quartel da vida...» (*Rom.*, I, p. XII, ed. 1843.)

Entre os manuscriptos deixados por Garrett em San Miguel, quando partiu na expedição para o Porto, aponta «quatro livros ou cantos de um romance ou Poema — cabia-lhe uma e outra designação — a que dava thema a interessante e romanesca legenda da fundação da *Casa de Menezes* — pedido de minha boa irmã que de certo não tinha vaidade, por que sempre lhe sobrou o juizo, mas gosto sim, de que seus filhos se honrassem com o illustre nome de seu pae; etc.» (*Rom.*, I, p. XIII.) D. Maria Amalia, sua irmã, casára em 1820 na ilha Terceira com Francisco de Menezes Lemos e Carvalho; tinha então dois filhos, Francisco de Sá de Menezes e D. Maria de Menezes. Sobre a lenda genealogica do appellido de Menezes, é que pedira ao poeta a composição de um poemeto; Garrett satisfez o desejo da irmã. Embora se perdesse o poemeto, subsiste a lenda, que mereceu ser tratada por Lope de Vega nas duas Comedias famosas *Los Telles de Menezes* (1635 — Parte XXI) e *Valor, futuro y lealdad de Telles de Menezes* (é a 2.^a parte.) Tambem em Portugal D. Bernarda Ferreira de Lacerda tratou episodicamente em 49 Outavas, na epopêa da *Hespaña libertada*, no canto IV, a lenda dos Menezes, cuja acção colloca no tempo do Rei Ordoño I, em 921, sendo a heroína a Infanta D. Ximena. O factio historico, segundo Menendez Pelayo, refere-se á fuga da infanta D. Thereza, irmã de D. Affonso V de Leão, para casar-se

com um rei mouro. Segundo a lenda genealogica, a princeza fugitiva fôra abandonada em uma torre pelo namorado; um pobre lavrador Telles de Menezes deu-lhe agasalho em sua casa, e do casamento com ella teve origem a familia dos Menezes. Segundo Mendez Pelayo, esta lenda representa o espirito de independencia do Povo trabalhador e honrado diante da Fidalguia, o que dignamente se exprime no verso da cantiga:

Homens são os Lavradores,
Que enchem a casa de pão.

Gil Vicente na *Comedia sobre a Divisa da Cidade de Coimbra*, referiu-se á lenda da Donzella, das Armas de Coimbra:

E o Caliz do meio é cousa errada,
Porque hade ser *Torre com hũa prisão*,
E porque fui livre, por graça de Deus
Tomei estas armas
E de Colimena vêm os *Menezes*
Que foram e são mui claros varões . . .

(*Obr.*, II, 136.)

O Conde da Ericeira no seu poema a *Henriqueida*, allude a esta lenda:

A quadrilha galharda dos *Menezes*,
E por timbre *uma Torre em que está presa*
Como sempre *infelice uma belleza*.

Na nota 355 do poema, explica: «do timbre que fallam os dois ultimos versos, direi que é o que depois se lhe applicou fundado na historia fabulosa de uma *filha del Rey Dom Sancho ou Ordonho, de Leão, que este*

ve em uma Torre, e fugiu com um Cavalleiro, que a enganou, casando ella com Tello de Menezes; e em logar de meyo corpo de mulher em huma Torre, que traziam por timbre os Condes de Cantanhede, chefes d'esta familia, lhe deu El-Rei D. Manoel uma flor de liz no mesmo castello...»

O espirito da lenda dos Menezes deveria ser bem comprehendido por Garrett, que liberto da monomania aristocratica, se confessava no discurso sobre a formação das duas camaras como *filho da burguezia* «apello para o povo, de uma decisão, que dando á *classe média* a posse exclusiva do estado, constitue uma classe absoluta e suprema, em perigo e para ruina da liberdade do povo, cujo nome se invoca para a usurpação. *Filho d'esta classe*, filho que muito me honro de minha boa e nobre mãe, para mim não quero, nem para ella, a perigosa e fatal investidura com que a pretendem elevar acima de seus interesses.» (*Disc. parl.*, 51.)

Durante os dois mezes que permaneceu em Angra, ahi o occuparam novas aventuras de amores, que elle negando confessa no fim das *Viagens na minha terra*, ainda sangrando o coração pelo amor de Georgina Robinson: «Ainda não sei como parti, como cheguei, como vivi os primeiros tempos da minha estada n'aquelle *escólho no meio do mar, chamado a ilha Terceira*, onde se tinham refugiado as pobres reliquias do partido liberal. — Levaram-me uma tarde á grade de um convento de freiras, que ahi havia. O meu ártriste, distrahido, indifferente, excitou a piedade das boas monjas. Uma d'ellas, joven,

ardente, apaixonada, quiz tomar a empreza de me consolar. Não o conseguiu, coitada! O meu coração estava em (*Warwick*) — Shire, em Inglaterra, estava na India, estava no Valle de Santarem,

Pelo mundo em pedaços repartido,

estava em toda a parte, menos alli, que nada d'elle estava, nem podia estar.

«Era Soledade, que se chamava a freirinha, e como o seu nome ficou. Disseram o que quizeram os falladores que nunca faltam, mas mentiram, como mentem quasi sempre, enganaram-se como se enganam sempre.

«Eu não amei a Soledade.

«E comtudo lembro-me d'ella com pena, com sympathia...» (*Viagens*, II, 225)

A séde do Governo da Regencia foi transferida para a ilha de San Miguel, como a mais rica e importante dos Açores; Garrett na sua Autobiographia allude a esta circumstancia: «no fim de dois mezes, achando-se o Governo na ilha de San Miguel, foi alli chamado para trabalhar na confecção de algumas medidas legislativas; e alli compilou... o Decreto de 16 de maio... a Lei organica administrativa menos incompleta que temos.» (p. 308.) Eis o documento d'essa chamada:

«Manda o Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha, que Vossa Mercê parta para esta cidade (Ponta Delgada) pela primeira embarcação que se lhe offerecer, para ser convenientemente empregado no serviço da mesma Augusta Senhora, ficando na intelligencia, que por esta occasião se expede or-

dem ao seu commandante pelo Ministerio da guerra. Deus guarde a V. m. Paço em Ponta Delgada, 27 de abril de 1832. — José Xavier Mousinho da Silveira.» (*Mem.*, I, 558.) Em data de 7 de maio recebeu Garrett ordem de marcha para San Miguel, assignada pelo major João Pedro Soares Luna.

No Officio de 3 de novembro de 1833 dirigido a Joaquim Antonio de Aguiar: «Chamado, depois, nos Açores, do serviço do Corpo academico, pelo ministro das Justiças, por portaria de 27 de abril de 1832 para tomar parte nos trabalhos legislativos que então occupavam o governo, deixei a minha casa na ilha Terceira, onde ao menos tinha que comer, para ir, do mesmo modo que sempre, isto é, sem subsidio, ordenado ou gratificação, para a ilha de S. Miguel, onde durante dois mezes trabalhei com assiduidade de que entre outras muitas foram testemunhas o citado ministro, s. ex.^a o sr. ministro que hoje é da fazenda e justiça, o sr. Joaquim Antonio de Magalhães, e o sr. duque de Palmella. Ahi, sem livros, sem ninguem que me coadjuvasse, sem auxilio algum, fiz eu só a lei da Administração que hoje rege estes reinos; trabalho que nos limites que me eram dados, e sobre as bases (não tomadas por mim muitas) seja-me permitido dizer, que ninguem mais poderia então fazer em Portugal, por ser aquelle um ramo completamente desconhecido de nossos mais habeis jurisconsultos, a que eu, pela circumstancia fortuita de ter habitado longamente em França, e pela devoção especial que lhe tinha tomado, por muito tempo me tinha entregue.

«Sem obter nem a recompensa de um simples agradecimento, voltei para soldado que era, e segundo tambem V.^a Ex.^a póde testemunhar, porque outro tanto fez, com a minha mochila de soldado embarquei para Portugal, e com as armas na mão entrei no Porto no glorioso dia 9 de julho de 1832, precursor de tantos outros.» (Ap. Mem., II, 11.)

Na *Memoria historica de Mousinho da Silveira*, Garrett esboça as medidas radicaes do audaz legislador para fundar a moderna sociedade portugueza: «A expedição, com o Regente á testa, saíu de França a organisar-se nos Açores: e Mousinho, que inteiramente se tinha apoderado do animo de D. Pedro, aproveitou esta occasião unica, *certamente unica*, para fazer acceitar e converter em leis as suas reformas radicaes e tremendas.

«Devemos confessal-o: Tremendas. Tremendas para todo o paiz a que se applicuem, por maiores que sejam os bens que d'ellas venham ou possam vir. Porque a terra, a industria, a familia, a governação, a administração, toda emfim a constituição material e social do reino foi revolvida de alto a baixo por essas leis formidaveis, que de uns escôlhos negros de basalto do meio do Atlantico arremeçava sobre a velha terra de Portugal o proscripto ministro do ex-imperador do Brasil. — Seja qual fôr o ponto de que se considerem, forme-se o conceito que se formar d'ellas, é inquestionavel que as Leis de 16 de maio, de 30 de julho e 13 de agosto de 1832, são um grande monumento, são *o termo onde verdadeiramente acaba o velho Portugal e de donde começa o novo.*

«Amigo intimo, como fui, de Xavier Mou-sinho, sabido como é em Portugal de toda a gente, a larga cooperação que tive em seus trabalhos, devo n'este logar ao publico, devo á sua memoria e a mim mesmo, declarar solemnemente que muitas vezes discrdámos, em muito ponto disputámos, e que no *modo* especialmente, nas *questões de circumstan-cias e de tempo*, nos *detalhes* de muita cousa eu fui quasi sempre vencido, não tanto pela auctoridade do logar, quanto pela da pessoa.

«Da ordem de cousas, da ordem social, administrativa e economica que a dictadura de D. Pedro instituiu em Portugal sobre as ruinas da antiga constituição do reino, aquelas Leis não continham nem podiam conter senão as bases. Apenas as promolgou, Mou-sinho saíu do poder, perdeu todo o ascenden-te no animo do princepe que a ellas ligou o seu nome; e não voltou mais a ter auctorida-de, nem influencia politica em Portugal. A sua obra, apenas esboçada, arrebataram-lhe das mãos, foi entregue a outros, que pela maior parte a não entendiam, que a detesta-vam alguns, que a menosprezavam muitos, que a não seguiu, que não pôde ou não sou-be, ou não quiz seguir nenhum — nenhum sem excepção.

«Sim, — porque a abolição dos *Foraes*, a extinção dos *Dizimos*, porque a divisão da auctoridade *Fiscal, Administrativa e Judi-cial*, queriam outra ordem de politica, de go-verno, de tudo. Queriam emendas e melho-ras progressivas no systema, queriam simpli-ficadas as fórmias, queriam severidade na vi-gilancia, rigor nos methodos e coherencia...»

Todos estes trabalhos referendados por Mousinho da Silveira foi Garrett que os estudou, que os formulou em leis codificadas, sem ter recebido subsidio material, ou mesmo a parcella de gloria merecida. O grande espirito de iniciativa de Mousinho da Silveira encontrou uma intelligencia que penetrava o seu pensamento e que sabia dar-lhe fórma com sinceridade. Se Garrett não tivesse affirmado a sua individualidade pelas creações poeticas, a sua obra de reformas politicas, judiciaes e administrativas collocal-o-ia como um dos organisadores do novo regimen constitucional. Raros são hoje os que conhecem esta feição da sua superioridade.

Chamado por portaria de 27 de abril de 1832 da fileira do batalhão academico para a secretaria da Justiça, partiu para a séde do governo da Regencia estabelecida em Ponta Delgada; diz elle, no prologo do *Romanceiro*: «A minha curta estada nas ilhas foi empregada quasi toda nos *trabalhos de legislação e organização administrativa, a que allí se procedeu*, e do que me encarregou a amizade e confiança de um amigo particular, então em grande valimento...» Mousinho da Silveira não se enganára, chamando-o para collaborar n'essa empreza reconstructiva. Garrett conhecia que a Administração publica estava confundida com a Policia, e era tambem exercida por Desembargadores e pelos ministros; já na *Carta de guia para Eleitores*, escrevera em 1826: «a accumulção da authoridade administrativa, e particularmente da fiscal na mesma pessoa que exerce a judiciaria; é a maior monstruosidade do nosso antigo re-

gimen.» Mousinho, lembrado d'esta observação de Garrett, deu-lhe a obra fundamental de Bonin, em que predomina a philosophia da Administração, e encarregou-o de formular o primeiro Codigo administrativo portuguez. Garrett consignou no magnifico relatório que precede a memoravel lei de 16 de maio de 1832, as suas doutrinas, e pela necessidade da situação teve de tornar o systema administrativo exageradamente centralista. A critica d'esse Codigo administrativo foi feita por José da Silva Passos no preambulo do Codigo administrativo de 1837, decretado pelo governo setembrista, considerando esse trabalho um dos maiores serviços feitos á civilisação portugueza; acrescenta: «mas o Decreto de 16 de maio de 1832 (n.º 23) com quanto estabelecesse as bases do novo systema, não foi calculado de modo que pudesse ser bem acolhido por *uma nação ciosa das suas liberdades municipaes*. Infelizmente o legislador n'essa parte consultou mais as leis e institutos extranhos, do que as nossas leis e costumes, e por uma estranha contradicção dos espiritos, emquanto o virtuoso Laffayette desejava acclimar em França as beneficas instituições municipaes da Peninsula hespanhola, nós iamos buscar além dos Pyreneos instituições viciosas, e que mal podiam resistir ao vigoroso combate, que todos os dias soffriam na tribuna e na imprensa da culta nação franceza.»

E mostrando o excesso de centralismo da nomeação das Prefeituras, e os protestos contra os Provedores, allude aos trabalhos para a reforma d'esse Codigo, taes como as bases

votadas pelo Poder legislativo sancionadas pela carta de lei de 25 de abril de 1835, e desenvolvidas pelo Decreto de 18 de julho do mesmo anno; e por ultimo o Codigo approved por carta de lei de 31 de dezembro de 1836, cuja redacção fôra encarregada a José da Silva Passos por portaria de 11 de outubro. Garrett era amigo intimo dos Passos, e solidario com elles na Revolução septembrista, estando por tanto de accordo na modificação do centralismo francez, a que se regressou nas luctas cartistas.¹

O decreto de 13 de agosto de 1832, abolindo os Foraes e todas as contribuições dos povos a particulares, foi um dos golpes mais

¹ Na violenta reacção *cartista* de 1842 Costa Cabral fez um novo Codigo administrativo atacando as liberdades locaes por uma regulamentação restrictiva e centralisadora; esse Codigo, verdadeiramente *cabralino*, serviu tão bem o partido contrario á *Soberania nacional*, que se manteve em vigor até 1878!

N'esta data refundiu-se em outro Codigo administrativo reconhecendo certas autonomias locaes, passando subrepticamente dadas despezas, taes como as de instrucção, para os encargos dos Municipios, e deixando azo a uma anarchia nas despezas concelhias e districtaes, que determinaram outro retrocesso ao systema centralizador no Codigo administrativo de 1887, que foi substituido em 1892 por outro mais retrogrado contra os Municipios; e não satisfazendo ainda ao mandarinismo dos pedantocratas da Carta outorgada, foi levado ao delirio da absorpção do Poder proclamada no Codigo administrativo de 1894, em que os Municipios, perdendo toda a liberdade de acção, ficaram reduzidos a agentes fiscaes da cobrança de imposições vagabundas. Eis como a obra do homem sincero se corrompeu e annullou por uma geração de anonymos e indignos.

profundos dado por Mousinho da Silveira no velho regimen do privilegio de classe; e Garrett serviu-o lucidamente, fundamentando essa audaz iniciativa em um Relatorio historico e philosophico: «Sem a terra ser livre, em vão se invoca a liberdade politica; esta liberdade sendo a faculdade de usar do seu direito, e incapacidade de abusar do direito alheio, depende da Legislação criminal e civil, e não póde durar no meio de estabelecimentos, cujo espirito é o de formar uma concatenação de escravos;... Reconheço a transcendencia de um Decreto, que não póde deixar de deslocar alguns interesses; mas renunciar a elle, he renunciar á Carta e a uma Camara de Pares independente... Fundado por tanto n'estes principios, e na informação do longo desejo dos Povos, já manifestado em 1820, e mesmo antes d'esse anno, fundado sobretudo no quadro de horror, que offerece um cidadão laborioso, quando cheio de fadigas de um anno inteiro vê levantar sua colheita a mil agentes da avidez do Clero e dos Donatarios, e fica reduzido ao miseravel resto, que a avidez deixa á mendicidade laboriosa, para fazer á porta dos Claustros e das cocheiras alarde d'aquellas esmolos com que se alimentam nas cidades os filhos mendicantes d'aquelles mesmos trabalhadores, que sem Foraes nem Dizimos fariam d'elles cidadãos industriosos, e de bons costumes; etc.» E confessa com franqueza que esta lei de 13 de agosto é ainda mais importante do que o decreto de 30 de julho de 1832, que extinguiu os Dizimos. Por este decreto ficavam extinctos os *Foros*, *Penções*, *Quotas*, *Censos*, *Rações certas e incer-*

tas, Jugadas Teigas de Abrahão, Laudemios, Luctuosas, Direitos e Prestações em bens destinados ao uso geral fundados em Doações regias, Foraes, Sentenças ou Posses immemoriaes.

Garrett collaborou egualmente no Codigo de Processo judicial, e na legislação criminal, sempre incansavel e desinteressado, e sempre intrigado pelos accaparadores como elle chamava aos «que já na esperança estavam devorando as ruinas de Portugal a que almejavam chegar—pelos esforços e risco alheio. . .» No meio d'estes trabalhos capitaes, ao embarcar a expedição para o Porto, Garrett não recebeu ordem para acompanhar as repartições civis; tratou por isso de se reunir como soldado ao batalhão academico com sua espingarda ao hombro e mochila ás costas. Por esta circumstancia teve de deixar em Ponta Delgada todos os seus estudos litterarios e juridicos, que se perderam n'esse mesmo anno, ao serem-lhe remettidos para o Porto.

No meio do seu violento trabalho de estudo, redacção e discussão de leis dictatoriaes, que eram Codigos, Garrett não se esquecia que era poeta, na exuberancia de uma mocidade apaixonada. Estava já determinada a partida do exercito liberal para o continente; as festas populares da noite de San João, em Ponta Delgada, impressionaram-o principalmente por uns olhos pretos que o empolgaram alli, e celebrou em umas quadras essa prestigiosa noite: «Foi em San Miguel, as antenas dos nossos navios já levantadas para sahir a expedição; soltámol-as ao vento d'ahi a horas...

Isto escrevia-se na quinta do meu velho amigo o sr. José Leite, cavalheiro dos mais distinctos, e velho o mais amavel que produziu o archipelago dos Açores.

«Tambem alli estavam, para inspirar o poeta, *uns olhos pretos de quinze annos*, que promettiam arder ainda tanta noite de San João, fazer queimar tanta alcachofra por sua conta!... *Já os cobriu a terra*. Faz hoje dez annos que aquillo foi; e ainda não envelheci bastante para o esquecer.» (*Rom.*, I, 129.)

Ha aqui um pequeno drama amoroso repassado de uma sincera melancholia; quando Garrett publicou em 1845 a primeira edição das *Flores sem fructo*, refere-se na nota á poesia *Ramo de cypreste* ao falecimento prematuro de D. Anna L. de T., a quem fôra dedicada: «Na ante-vespera da nossa partida de San Miguel com a expedição para o Porto, *uma joven senhora — que hoje deve ser anjo no céu* — colheu um ramo de cypreste e o deu ao auctor; no dia seguinte exigiu que elle lh'o restituísse; e o ramo voltou acompanhado d'estes versos. E' quanto basta para se elles entenderem; com o mais não tem nada o leitor.» Esta nota foi esclarecida em um luminoso artigo de Supico sobre Garrett nos Açores: «O nome da senhora que offereceu o *Ramo* era D. Anna Leite de Teive, que foi esposa de André do Canto, filha do morgado José Leite = cavalheiro dos mais distinctos e velho o mais amavel que produziu o archipelago dos Açores, = como o proprio Garrett escreveu no *Romanceiro*, p. 134, edição de 1843.

«Tinha falecido dando á luz a sua unica

filha a ex.^{ma} sr.^a D. Margarida Leite, nobre esposa do sr. dr. Ernesto do Canto ha mais de 15 annos quando se publicou na 2.^a edição das *Flores sem fructo* a nota d'ali transcripta.

«O *Ramo* foi colhido e offerecido na quinta do Botelho, de Jacintho Ignacio Rodrigues Silveira, depois barão de Fonte Bella.

«A restituição foi pedida para se não tomar como funesto presagio a offerta de um ramo da arvore dos tumulos a quem se ia expôr ás balas nos campos de batalhas.» ¹

D. Anna Leite de Teive estava com os seus quinze annos, quando Garrett partiu com a expedição que veiu occupar o Porto; o *Ramo de cypreste*, que ella reclamou, foi para si um presagio de morte porque n'esse mesmo anno de 1832 casou, e morreu de parto de uma filha, D. Margarida Leite, esposa do eruditissimo escriptor michaelense Dr. Ernesto do Canto. Em 1842 e 1845, Garrett, nas notas alludidas, referiu-se a esse falecimento, que devia impressional-o, pela antithese da sorte:

Sei que do negro cypreste
Só me toca a palma obscura ...
Mas nem essa rama escura
Que por tuas mãos colheste,
Nem essa quiz a ventura
Que me viesse coroar ...

*A' mão innocente e bella
Que o triste ramo colheu,
Por mui alto para meu,
Volta pois o dom fatal;*

¹ *Nova Alvorada*, p. 179. VIII anno (1899.)

Oh! quando faminta espada
Ou sibilante pelouro,
Houver emfim terminada
A amarga penosa vida . . .
Ao menos — se, assim perdida,
Mercê tal é de outorgar —
D'esses teus olhos divinos
Uma lagrima sentida
Venha piedosa os destinos
Do proscripto vate honrar.

(*Flores sem fructo*, p. 135.)

Passados dez annos, Garrett ainda se não sentia velho para esquecer o encanto d'esse passageiro idylio, mas aquelles olhos pretos de quinze annos *Já os cobria a terra*.

Uma circumstancia memoravel se deu com a partida de Garrett, incorporado no batalhão academico com o numero 72; embarcando debaixo de fórma, teve de deixar os seus manuscriptos na ilha de San Miguel para lhe serem remettidos por algum navio que se dirigisse para o Porto.

3.º NO CÊRCO DO PORTO

A pequena esquadra que transportava dos Açores o exercito liberal, ao fim de dez dias, em 7 de julho, avistou terra, fazendo-se o desembarque na praia do Mindello, junto a Villa do Conde em 8 de julho de 1832. Os sete mil e quinhentos, trazidos na fragata *Rainha de Portugal* e brigues *Villa Flor* e *Liberal*, avançaram para a cidade do Porto, aonde chegaram ao alvorecer de 9 de julho. A cidade, em que as forcas dos morticinios de 1828 estavam ainda de pé, recebeu com enthusiasmo o pequeno exercito, que ia affrontar o exercito

miguelista que se elevava a outenta mil homens. A escolha do Porto para campo da lucta aproveitava o espirito de resistencia d'aquella população activa; Pinto Pisarro no seu *Diario* datado de Londres de 1832, referindo-se a este facto diz: «Hontem chegou aqui a noticia de ter desembarcado a expedição no dia 8 no Porto, quasi sem resistencia alguma. *O local de Mattosinhos foi bem escolhido.*»

Em um Officio de Garrett, de 14 de abril de 1833, em resposta a outro do commandante do batalhão academico, descreve o poeta a sua entrada no Porto: «Ao partirmos dos Açores para Portugal nenhuma ordem superior me mandou voltar ao serviço effectivo do Corpo; mas como tambem nenhuma ordem me mandava acompanhar as repartições civis, julguei-me livre para poder acompanhar os meus camaradas, aos quaes voltei; e com elles, e como elles, arma ao hombro e mochila ás costas, tive a honra de entrar no Porto, continuando no serviço ordinario do Corpo, até que por ordem vocal do Ministro e Secretario de estado dos negocios do reino, me foi encarregada a direcção e expediente d'aquelle ministerio. E replicando eu que era necessaria portaria em fôrma para me dispensar do serviço militar, me foi respondido pelo Ministro da guerra, que se achava presente (Agostinho José Freire) que eu desde os Açores fôra mandado considerar destacado do Corpo; que nenhuma ordem me havia mandado voltar a elle, e que havia sido dobradamente voluntario, e de puro zelo todo o serviço militar que havia feito. Isto mesmo levei então oficialmente ao conhecimento de V. S. (Te-

nente coronel commandante João Pedro Soares Luna.) Em nenhum d'estes casos me foi mandado optar entre o serviço nas repartições civis e a honra de pertencer ao Corpo academico. Repito, que não teria hesitado um instante na opção... honra que eu — préso mais que nenhuma a de pertencer ao mais distincto corpo do Exercito libertador.» (*Mem.*, I, 582.)¹

A' partida da Expedição, deixára Garrett na ilha de San Miguel grande parte dos escriptos em que se occupára nos ultimos quatro annos da emigração; mas foram-lhe remettidos perto do fim do anno pela corveta *Amelia* (a *Juno*, da partida de Belle Isle), que ao chegar á barra do Porto foi mettida a pique pela artilheria dos sitiantes miguelistas. Foi uma fatalidade, que fez perder a Garrett todos os seus trabalhos ineditos, que elle deplora: «Os meus outros papeis, trabalhos de Historia consideraveis, fructo de longas visitas ao Museu real de Londres e á riquissima livraria portugueza do meu amigo o sr. Gooden; uma Tragedia, que tinha sido julgada valer alguma cousa pelos que a viram, — era

¹ Eis algumas notas da sua folha de serviços:

«Alta n'esta Companhia, em 24 de março de 1832, tendo vindo com guia do extinto batalhão organizado em França; socorrido de pão até 26, de etape até 13, de pret até 19, tudo do mesmo mez e anno.

«Embarcou para Portugal em 22 de junho de 1832. Desembarcou com o exercito libertador em 8 de julho de 1832. Passou a empregado na Secretaria de Estado dos negocios do Reino em 16 de julho de 1832; socorrido de pão até ao dito dia, e pago de pret até ao dito dia.»

o assumpto *O Infante Santo em Fez*; um longo Poema com pretensões, antes desejos, de ser *Orlando*, já em trinta e tantos cantos, — e promettia crescer! cujo assumpto era o *Magriço e os seus Doze*; o segundo volume do tratado *Da Educação*, prompto a entrar no prélo; quatro livros ou cantos de um romance ou Poema — cabia-lhe uma e outra designação — a que dava thema a interessante e romanesca lenda da fundação da Casa dos Menezes — pedido de minha boa irmã...; ¹ uma quantidade immensa de estudos e trabalhos sobre Administração publica; — tudo isso veiu commigo para San Miguel, e ahi o deixei ao embarcar, porque era defezo ao pobre soldado levar suas malas, e o logar era pouco para as bagagens dos que só eram bagagem. D'ahi me vinha com outros volumes mais substanciaes, e se perdeu tudo em um navio que afundaram as balas inimigas á entrada do Porto, nos derradeiros dias d'esse mesmo anno de 1832.» (*Rom.*, I, p. XIII, ed. 1843.) Estas obras aqui indicadas e totalmente perdidas, pertenciam a uma phase menos feliz de elaboração poetica; a tragedia do *Infante Santo* era ainda nos moldes arcadicos, senão, Garrett, embora tivesse perdido os versos não deixaria escapar o bello thema ou qualquer situação emocionante. O poema do *Magriço*,

¹ A esta lenda da familia dos Menezes torna a referir-se Garrett em 1837 no jornal *O Entre Acto*, p. 66: «E ainda, antes do principio da monarchia, a historia famosa dos *Figueiredos*, e do *Tributo das Cem Donzellas*, a da familia dos Menezes, tão romanesca e romantica...»

estava muito adiantado; como se sabe por algumas cartas do poeta, começava pela apparição do Licenciado Pero Perez, cura do lugar da Mancha, que vinha do outro mundo pedir ao poeta que o livrasse da pena em que andava, porque em castigo de ter condemnado á fogueira todas as Novellas de cavalleria da bibliotheca de D. Quixote, fora condemnado a, depois de morto, não achar descanso na sepultura emquanto não apparecesse um poeta que tornasse a pôr em voga os Poemas do amor e da galanteria, dos donaires e façanhas cavalheirescas. Então Garrett, para despenar a alma do licenciado Pero Perez, escolhera o assumpto da celebrada façanha dos Doze de Inglaterra. Por este elenco do primeiro canto se vê que seguia Garrett o estylo faceto de Wieland, no *Oberon*, e a fórma digressiva e caprichosa de Byron, que com mais felicidade tentára na *Dona Branca*. Voltava á graciosidade de Ariosto, já usada no seculo XVI; mas agora os tempos eram outros, e a renascença romantica exigia mais respeito na reconstrucção das Tradições, do que trez seculos antes a renascença classica na sua obra de desauthorisação da Édade media. Na sua Autobiographia, publicada no *Universo pittoresco*, define o *Magriço* como: «poema de um genero caprichoso, uma cousa entre o *Orlando* de Ariosto e o *D. João* de lord Byron; tinha por titulo e acção principal *O Magriço e os Doze de Inglaterra*; mas excentrico e indeterminado na sua esphera, abraçava todas as cousas antigas e modernas, e ora philosophava austeramente sobre os desvarios d'este mundo, ora se ria com elles; —

Este poema, de que por intervallos sabemos que o auctor se andou occupando até ao anno de 1832 (nove annos de vida!) em que tinha consignado as impressões de suas variadas viagens, e que era finalmente uma rica e immensa collecção de variadissimos estylos poeticos, veiu a perecer com muitos outros trabalhos litterarios do auctor, na entrada da barra do Porto com a perda de um navio, que no fim d'este anno vinha dos Açores, e ahi meteram a pique as baterias inimigas. Grandes fragmentos d'aquelle poema foram vistos por muitas pessoas... E' uma verdadeira perda para a litteratura portugueza, que dos vinte e tantos cantos, que já estavam compostos, e que levavam o heroe até ás portas da estacada de Smithfield em Londres (onde se pretende que fôra o combate dos Doze) é pena, dizemos, que não possa salvar algum a reminiscencia do auctor.»

Em algumas cartas de Garrett, de 1831, a Gomes Monteiro, então estabelecido em Hamburgo, falla-lhe largamente d'este poema; eis como allude á situação do Cura manchego: «Eu continúo ainda adoentado, porém muito melhor; mas com os encommodos do *poeta* têm medrado os negocios do Cura; e observaré, a primeira vez que lhe apparecer essa alma branca, que hade vir mais desassombrada e despenada. E comtudo, quanto ao *despeno* final, não sei quando será nem como, porque o panno da obra tem dado de si e acho-me, contra a minha expectação, com mais do que para mangas. — O diabo é o *Magriço* e os seus 12! — Pois sabe o que me fizeram? Estou já no XXII ° canto (o meu amigo só viu

XII d'estes, e os outros dez são novos todos), e ainda agora sahiram de Portugal. Mas que hade ser, se o *Magriço* esteve todo este tempo mettido em Thomar com uns *Pedreiros-livres*, ou cousa que o valha, e depois em outras partes com moiras encantadas e outras *necromancias*; e os companheiros pespegados no Porto, onde têm feito cousas nunca vistas. Faz lá ideia o diacho dos rapazes o que revolveram a nossa boa terra! Braz Fogaça, honrado Juiz do povo dos tripeiros, Justa Rodrigues sua mulher, uma sobrinha que Deus lhe deu, — uns basofios de uns fidalgos de Braga, que os do Porto tozaram lindamente, — um ratão de um Prior de Cedofeita que se metteu na bulha, — uma amazona do Minho por nome D. Brites de Briandios, tudo andou em *polvorosa* com elles. — Mas emfim, estou já mais descansado, que os embarquei a toda a pressa (como d'antes faziam os nossos velhos com os rapazes estroinas, que lhes punham uma farda ás costas e os embarcavam para a India) para esta nobre ilha (que a leve o demo!) — e estão a desembarcar por instantes em Plymouth. — O *Magriço* vae por essa Castella dentro, mas ainda não tive noticias d'elle. — Com que, meu bom amigo, por este *exposé* que pode, se julgar conveniente, communicar ao *Cura* na primeira conferencia, — verá que me faltam pelo menos bons v cantos para acabar a obra, e tirar do Purgatorio o *director da consciencia quixotina*. Mas, ou muito me enganam esperanças ou por todo este mez, principios do outro, o homem está no céu, e santo approved e confirmado como os que o são.

«Abandonando agora allegorias, saiba meu bom am.º que segundo entendo, em vez de vinte cantos que eu suppuz fazer, me são 27 a 30, e que promptos já 22 conto para a semana que vem começar com a impressão para adiantar este trabalho que assim mesmo hade ser longo. — Do outro lado escrevo ao am.º Santos, e lhe agradeço a sua amizade pelo nosso *Magriço*...

«Apenas haja alguma cousa impressa do *Magriço*, farei uma encommendinha com ella e a darei ao sr. Maigre para que aproveite qualquer occasião que haja de lh'a mandar sem despeza, — porque sei que fará gosto de vêr a *primeira cara*, *prima facies* da cousa.» (Londres, 17 de janeiro de 1831.)

E em carta de Garrett ao mesmo conterraneo, de Londres em 15 de Fevereiro de 1831, excusando-se de não poder acceitar o convite de ir a Hamburgo, falla da impressão começada do poema:

«Havia uma folha do *Magriço* quasi impressa; mas que importava; ainda assim eu o abandonava e ia para a *Divina-marca* com elle, que lá se imprimirá mais barato e tambem, e a differença dá mais para a perda do que está feito. — Por ora até segunda ordem fica pois suspensa a impressão do *Dom Magriço*. — Ao poema só falta á volta de canto e meio: veja o que se trabalhou no intervallo. Mas d'isto, em melhor occasião. Eu com afflicções e despezas e cuidados nem sei o que escrevo, nem o que faço.» (Ap. *Mem.*, I, 527.) E ainda em carta de 8 de agosto de 1831, fallando da vinda de D. Pedro para a Europa, e da esperanza de se encetar a campanha

liberal, diz: «Mas, seja quando fôr, heide escrever-lhe e deixar-lhe em *legado condiccional* o meu *Magriço*; ou mais exactamente em *tutella testamentaria* lh'o heide encarregar, na possibilidade de minha morte.» Outra vez em carta de 6 de outubro de 1831 torna a fallar no poema, que o preoccupa no desalento da emigração: «O *Magriço* não está completo, nem possivel é completal-o. Mas esperemos o melhor; eu estou decidido a não morrer emquanto o não acabar: e bom é ter a gente uma firme resolução. Hade, não ha duvida, vê-lo impresso em boa letra redonda.» (*Ib.*, p. 538.) Apesar de todos os protestos, Garrett não pôde realisar o seu desejo, partindo poucos mezes depois na expedição para os Açores, onde trabalhára activamente com Mousinho da Silveira nas leis transformadoras das novas instituições. Ao chegar ao Porto, continuou n'esses trabalhos vitaes, como a legislação judicial; na sua Autobiographia escreve: «No Porto, encarregado de organizar a Secretaria de Estado do Reino, que dirigiu... D. Pedro lhe encarregou a reorganisação da Torre e Espada...» Era elle que redigia os decretos e os seus considerandos, sendo em 18 de agosto de 1832 nomeado membro da commissão encarregada da feitura dos dois Codigos commercial e criminal. Manifestando-se difficuldades na execução do Codigo Administrativo, determinou-se que Garrett fosse ás ilhas dos Açores para desfazer esses obices. Custava-lhe a abandonar o Cêrco, em que todos soffriam; no officio ao commandante do Batalhão academico allude a este facto: «Em septembro do anno passado (1832) de-

terminou o Governo mandar-me para um emprego de muita honra e confiança, mas que me afastava indefinidamente do theatro da guerra. E S. M. I. me fez em pessoa a honra de instar commigo para que acceitasse. Fiz os maiores esforços e diligencias para ser dispensado; e não o podendo conseguir dos ministros, recorri a solicitar uma audiencia particular de S. M. na qual o mesmo Augusto Sr. teve emfim a bondade de acceder ás minhas instantes supplicas para que me permitisse acompanhal-o na gloriosa empreza em que todos os bons portuguezes estavamos empenhados, e a partilhar os perigos e trabalhos dos meus camaradas.»

Embora occupado nos trabalhos de codificação e de todo o expediente da secretaria do reino, Garrett pertenceu sempre ao Batalhão academico; era o seu numero de praça 72, como recorda na dedicatoria do bello romance historico *O Arco de Sant'Anna*, offerecido ao seu commandante João Pedro Soares Luna: «Escrevi-o estando ás ordens de V. S., que tantas vezes me dispensou do serviço da peça e do fuzil para me deixar rabiscar com a penna. Dizia V. S., que não era menos util o serviço que eu fazia...» Este romance, tentativa no genero novo encetado por Walter Scott,¹ que tirava a sua poesia das reconstrucções archeologicas do passado, foi elaborado entre: «as historias que se contavam á

¹ Desde 1827, recommendava Garrett a imitação dos romances historicos de Walter Scott, no *O Chronista*, vol. II, p. 87.

noite no refeitório dos Grillos, convertido em casa de tripudio e bambochata de maganos estudantes» do Corpo Academico. Por intuição genial approximou Garrett as duas epochas — a da independencia burgueza que vence o despotismo feudal-ecclesiastico, e a da autonomia popular que se atrevia a aniquillar o despotismo da realeza absoluta. As duas epochas são solidarias na historia; por esta rara intuição do artista é que o publico tanto gostou do *Arco de Sant'Anna*. No momento em que a cidade do Porto resistia com o mais assombroso heroismo ás forças militares empenhadas em sustentar a Realeza absoluta colligada com o fanatismo cannibalesco dos frades guerrilheiros, Garrett teve a clara visão do passado d'essas antigas luctas do burgo independente contra o seu bispo. ¹ Com um

¹ Esclarecendo a Doação de D. Thereza ao Bispo do Porto em uma Carta de Couto, diz o antiquario João Pedro Ribeiro: «O Burgo que foi doado, não comprehendia muito mais espaço, que o que hoje occupa a Sé e o Paço episcopal; e a fortificação com que foi cercado se limitava pelos *Arcos* ou portas da Senhora das Virtudes, Vandoma, S. Sebastião e de *Santa Anna*, de cujos muros ainda hoje se descobrem vestigios, pela parte do norte da rua das Aldas.» * Sobre estas luctas do Bispo com o Poder real e com o Concelho, e tomando como scenario da acção o vestigio do Arco de Sant'Anna, que fazia parte da muralha que fortificava o burgo, é que Garrett com alta comprehensão artistica fundou o seu bello romance historico. João Pedro Ribeiro, no citado estudo escreve: «Foi quasi perenne a lucta do Concelho do Porto com os Bispos por diversos

* *Dissertação historico-juridica em que se examina se na cidade do Porto e suas immedições possui a Cathedral da mesma algum terreno, etc.* Coimbra, 1834. (p. 11.)

decidido tino esthetico aproveitou a lenda do bispo do Porto azurragado por mão de el-rei D. Pedro I, o Justiceiro, que elle encontrára referida na prosa sincera do chronista Fernão Lopes, que aqui transcrevemos :

«Certo foi e nom ponhaes duvida, que el-rei partindo-se d'Antre Doiro e Minho por vir á cidade do Porto, foi enformado que o Bispo d'esse logar, que entom tinha gram fama de fazenda e honra, dormia com uma mulher

motivos, de que restam as provas. Data de 2 dos Idus de novembro, éra de 1249, a sentença de Juizes delegados, em que se julgam infames vinte cidadãos, e excommungados por terem prendido o Bispo D. Martinho Rodrigues, (*Liv. da Demanda de Dom Pedro*, p. 50) conservando-o preso por cinco mezes, até que pôde evadir-se. Por outra sentença de 6 das Kal. d'abril, éra de 1278, foram condemnados em dois mil aureos para o Bispo D. Pedro Salvador, os cidadãos, que, colligados com outros de fóra, offenderam e gravemente deshonraram o mesmo Bispo. (*Ibid.*, p. 51.) De outra sentença de D. Alvaro, Bispo de Silves, e Legado Apostolico, do anno de 1457, se vê concluida a questão entre o Concelho e o Bispo D. Luiz Pires, — ordenando que os cinco Emissarios, que o Concelho deputára ao mesmo Bispo, e o desattenderam, obrigando-o por isso a sahir da cidade lhe pedissem perdão.» (*Catalogo dos Bispos do Porto*, P. II, c. 30) Nem o mesmo Concelho podia acanhar-se com os Bispos, pela protecção que tinha nos Soberanos, e achou mesmo nos Infantes Herdeiros (depois D. Affonso IV e D. Pedro I.) Aquelle apoiou o Concelho, vindo de Coimbra ao Porto em julho da éra 1362, um anno antes de reinar, intervindo nas questões entre o Bispo e o Cabido. Este, vindo ao Porto na éra de 1393, dois annos antes de reinar, para obter um emprestimo forçado de 12\$ libras, que não podendo preencher-se por Derrama, o Concelho do seu cofre lhe inteirou com 92. (*Pergaminhos volantes do mesmo Concelho*, n.º 18, aliás 373.)»

de um cidadão dos boons que havia na dita cidade, e que elle nom era ousado a tornar a ello, com espanto de ameaças de morte que lhe o Bispo mandava poer; Elrei quando esto ouviu, por saber de que guisa era, nom via o dia que estevesse com elle pera lh'o haver de preguntar; e logo sem muita tardança, depois que chegou ao logar e houve comido, mandou dizer ao Bispo, que fosse ao paço que o havia mester por cousas de seu serviço, e ante que chegasse, fallou com seus porteiros, que depois que o Bispo entrasse na camara, lançassem todos fóra do paço, tambem os do Bispo, como quaesquer outros, e que ainda que alguns do conselho vehessem, que nom leixassem entrar nenhum dentro; mas que lhe dissessem que se fossem pera as pousadas, cá elle tinha de fazer uma cousa em que nom queria que fossem presentes. O Bispo como veio, entrou na camara onde El-rei estava e os porteiros fizeram logo hir todollos seus e os outros, em guisa que no paço nom ficou nenhum e foi livre toda a gente. El-rei como foi adeparte com o Bispo, desvestiu-se logo e ficou em uma saia d'escarlata, e per sua mão tirou ao Bispo todas suas vestiduras, e começou de o requerer, que lhe confessasse a verdade d'aquel maleficio em que assi era culpado, e em lhe dizendo esto, tinha na mão um grande açoite pera o brandir com elle. Os criados do Bispo quando no comêço virom que os deitavam fóra, e isso mesmo os outros todos, e que nenhum nom ousara lá d'ir, pollo que sabiam que o Bispo fazia, desi juntando a esto a condiçom d'Elrei, e a maneira que em taes feitos tinha, logo suspeitarom que

Elrei lhe queria jogar d'algum máo jogo; e foram-se á pressa ao Conde Velho, e ao Mestre de Christus Dom Nuno Freire, e a outros privados de seu conselho, que acorressem asinha ao Bispo; e logo tostemente veherom a Elrei, e nom ousarom de entrar na camara por a defesa que Elrei tinha posta, se nom fora Gonçalo Vasques de Goes seu escrivam da Puridade, que disse que queria entrar por lhe mostrar cartas que sobreveheram delrei de Castella a gram pressa; e per tal azo e fingimento ouverom entrada dentro na camara, e acharom Elrei com o Bispo em razões da guisa que havemos dito, e nom lh'o podiam já tirar das mãos, e começaram de dizer, que fosse sua mercê de nom poer mão em elle, cá por tal feito, nom lhe guardando sua jurdiçom, haveria o Papa sanha d'elle, demais que o seu povo lhe chamava algoz, que per seu corpo justiçava os homens, o que nom convinha a el de fazer por muito malfeitores que fossem. Com estas e outras taes razões arrefeceu Elrei de sua brava sanha, e o Bispo se partiu dante elle com semblante triste e torvado coração.»¹ Sobre este thema entreteceu Garrett o quadro pittoresco do velho burgo e o drama dos costumes populares, começando pelo pequeno arraial que annualmente se fazia diante do nicho de Sant'Anna na parte velha da cidade. O *Arco de Sant'Anna*, é animado nos dialogos, e cheio de interesse nas situações theatralmente conduzidas; o seu

¹ *Chronica de D. Pedro I*, cap. VII. (Coll. de Livros ineditos de Historia portugueza, t. IV, p. 21 a 23.)

inimitavel estylo digressivo, com que aligeira as descripções, embora por vezes enfraqueça o andamento da acção, anima-se pelas ironias referentes á crise social do constitucionalismo. Quando Garrett, passados annos volveu a terminar o romance interrompido, foi ainda com o mesmo intuito de combate que o *Arco de Sant'Anna* veio acordar o espirito publico contra os manejos do clericalismo. Com uma comprehensão esthetica mais complexa do que a de Herculano, Garrett ao inspirar-se da tradição nacional não a diluía em prosa archaica para simular antiguidade, tornava-a um meio de expressão das aspirações modernas pelo seu influxo sympathico.

O trabalho do *Arco de Sant'Anna* teve de ser interrompido por uma circumstancia, que forçou Garrett a sahir do cêrco do Porto em missão a Londres. Dentro do cêrco do Porto fortaleceu-se o partido pedrista, que entendia reassumir D. Pedro a corôa de Portugal como melhor garantia da liberdade constitucional; trataram de annullar os homens que seguiam a causa de D. Maria da Gloria, começando por influir na demissão de Mousinho da Silveira e de afastar para uma missão diplomatica o Marquez de Palmella. Tal foi a origem da missão de novembro de 1832, em que Garrett, tambem partidario da rainha, teve de acompanhar como secretario Palmella, que ia á côrte de Londres com um protocollo pedindo a intervenção das potencias. No citado officio de Garrett ao tenente-coronel Luna, explica-lhe esta situação: «Em novembro do mesmo anno (1832) fui mandado na qualidade de Official maior da Secretaria

de estado dos negocios do Reino, acompanhar o ministro d'aquella repartição na missão em que, juntamente com o dos Negocios estrangeiros, foi enviado a Londres. Abracei com gosto esta occasião de vir passar com a minha familia as poucas semanas que devia estar ausente do exercito. Mas S. M. houve por bem desonerar os primeiros encarregados d'aquella missão; e eu não recebi ordem nem destino algum, nem meios para voltar, nem meios para subsistir, nem determinações de nenhuma especie.» (*Mem.*, I, 583.) Vê-se que havia uma intriga de camarilha, em que envolveram Garrett; nos folhetos e memorias contemporaneas acha-se o reflexo d'essa intrigalhada *pedrista*.

No seu *Diario*, em data de 15 de novembro de 1832, escreve Pinto Pisarro: — «Apareceu hontem aqui a espantosa e tremenda noticia de estar José da Silva Carvalho e o doutor Calote, secretarios de estado de S. M. I. ex-imperador do Brasil. . . Se o sr. D. Pedro não está doudo de todo, então está zombando. Se eu fosse miguelista, a nomeação de semelhante ralé para ministros, era motivo bastante para me vigorar na minha fé. . . O doutor Calote está convencido publicamente de ter roubado os cofres de Aveiro, e assim mesmo é ministro de estado. D. Pedro faz isto de proposito para desgostar e provocar os liberaes, e se elles fizerem alguma observação, foge e vem dizer que a insubordinação d'elles perdeu tudo.»

E sob a data de 22 do mesmo mez, lê-se: — «Circula hoje um pequeno papel com o titulo de *Cartilha do Mestre Pedro*, em que D.

Pedro e o recrutamento de ministros que elle foi fazer ao Pinhal de Azambuja, são bem mal tratados.»¹

No *Diario* de Rodrigo Pinto Pizarro sob a data de 29 de novembro de 1832 lê-se:

¹ Transcrevemos aqui essa folha solta, que teve uma outra edição no Porto na Typographia da Viuva Alvares Ribeiro e Filhos. Desculpam-se os versos côchos pela indole do documento :

Cartilha do Mestre Pedro

Se queres viver em paz
e ao Pay Pedro agradar,
a Filha debes prejurar,
e a Carta arrenegar.

Se queres ser
Ministro financeiro,
Começa por Espião,
Delator e Alçoviteiro.

Para serdes das Justiças
Secretario de Estado,
deveis os Cofres
d'Aveiro ter roubado.

Para ser Consul, ou
Deputado da Companhia,
deveis *emprestar*
certa quantia.

Se quizeres no Palacio
gosar consideração,
de *Regenerador*
faze-te Mussulhão.

Se quizeres antedatas,
custas, saldos e outras frioleiras,
dá partilha
nas ladroeiras.

«Hoje appareceu aqui inesperadamente o Marquez de Palmella, Luiz Mousinho e os seus secretarios Barbosa e *Garrett*. Provavelmente vêm reclamar ainda o reconhecimento da rainha e queira Deus que o consigam breve. D'outra sorte tendo os miguelistas construido algumas baterias que dominam a entrada do Douro, está a guarnição do Porto em grande apuro.»

E em data de 3 de dezembro:

Quem estas regras
observar,
duas ou tres pastas
por força hade apanhar.

Em uma folha avulsa, impressa em Paris com o titulo *Le General Solignac au service de Dom Pedro*, lê-se: «cet officier, tout-à-fait perdu dans l'ésprit des patriotes français et criblé de dettes, accepta les conditions anti-liberales qu'on lui a imposées — Il est escorté du Vicomte Dutillet et de M. Monglave, tous deux attachés au ministère de la Police à Paris . . . ! La mission secrète de ces deux Messieurs est de surveiller les Patriotes portugais, leur forces, leurs dispositions, pour en avertir le ministère de la Police. Le General Solignac dans les instructions qu'il a reçues aux Tuileries . . . est tenu de prêter main forte à Dom Pedro pour tenir en bride les *Constitutionnels*, et de les empêcher par la violence, s'il le faut, de contrecarrer les dispositions que Dom Pedro s'est engagé á prendre contre la liberté de la Peninsule, envers la *Sainte Alliance*, lors de son départ de France. —

«Le choix de ce General est d'ailleurs très impolitique, car tout le monde sait en Portugal que c'est lui, qui, sous Loison, a fait piller Evora, et mitrailler de sang froid les habitans, pendant trois jours, en 1808.»

E' um extracto de um jornal de 12 de dezembro de 1832; ahi se lê que Solignac pretendia o governo de Argel, e que Luiz Philippe para o contentar lhe arranjou o commando do exercito portuguez do Porto.

«O Marquez de Palmella parece querer *recorrer á intervenção*. Foi sempre o seu desejo um protocollo; e no estado actual Deus o traga.

«8.— Mandeí hoje ao marquez de Palmella um folheto que publiquei hontem, parte para o provocar, pois aquelle... devorador da fazenda publica é causa de todos os dissabores que eu tenho tido na emigração, pelo ciúme que concebeu de mim, porque eu não me vendi *ás suas ideias liberticidas*.

«O *Times*, folha vendida ha muito tempo a todas as legações portuguezas, querendo hontem fazer um grande elogio ao marquez de Palmella, diz pouco mais ou menos, que *elle é o instrumento do dominio britanico em Portugal!*... Toda a gente assim pensa, mas é notavel que o *Times* o confesse.» E sobre o projecto de *recorrer á intervenção* ingleza para expulsar D. Miguel de Portugal, escreve Pizarro: «Parece que lord Grey e Palmerston opinavam pela interferencia immediata, porém lord Broughan e lord Melbourne sustentam que D. Pedro fazia como D. Miguel e *usurpava a corôa da filha, assim que se visse livre do competidor*.

«Assim o penso eu tambem.

«Por estas rasões não ha por ora *intervenção*. E por que D. Pedro quer faltar em Portugal a ambição desapontada no Brasil, asola-se Portugal. E os pacientes liberaes, os poucos de boa fé e independentes, ainda toleram homens que prometteram conquistar Portugal e uma *bota* e expulsar D. Miguel sem intervenção, e por fim estão de joelhos em Londres pedindo a intervenção.»

Em um folheto publicado em Londres, em 1832, com o titulo *Noticias que hum Portuguez residente em Londres envia aos seus compatriotas de Portugal*, lê-se: «A sucia a mais importante e curiosa acaba de chegar a Londres composta dos seguintes personagens: hum diplomata, um escrevente e hum poeta; eis aqui os seus nomes: Pedro de Sousa, José Balbino Barbosa de Araujo, Luiz d'Albuquerque Mozinho e *João Baptista Garrett*. Outro quarteto havia já anteriormente chegado aqui vindo do Porto, composto das seguintes interessantes creaturas: hum mestre de meninos, um cabelleireiro, hum tambor, e um pifano; eis aqui os seus nomes por sua ordem: Torres Mangas, José Joaquim Alves, Antonio Bernardino Pereira do Lago, e o Paraty. Affirmam que estes outros respeitaveis individuos se reunirão ámanhã — para irem em deputação pedir a lord Palmerston hum rei para elles, levando uma carta de recommendação do Coxo de Hanover Square. — Com effeito, só hum diplomata e calculista como o ex-Marquez de Palmella, se lembraria de vir segunda vez a Londres para pedir e instar por hum reconhecimento, que tantas vezes lhe tem sido negado, apesar dos desejos e da conveniencia de collocar no Governo de Portugal hum palhaço ou hum automato, que se dobre facilmente aos interesses britannicos, e se mova segundo as impulsões dadas pelos agentes do Gabinete de S. Jame.» ¹

¹ In-8, de 12 pag. Londres, Impresso por T. Wilsher, e H. B. Pite, Chelsea. 1832.

Respondendo ao officio de 16 de março de 1833, que o commandante do batalhão academico Luna mandára a Garrett para «que declare por escripto se preferia continuar no exercicio do emprego civil, para haver n'esse caso de ter baixa no Corpo Academico,» o poeta descreve a situação em que se vê no estrangeiro completamente abandonado do seu governo, sem meios de voltar ao Porto, nem recursos de subsistencia: «Em vão me dirigi aos Ministros de S. M., tanto no exterior ¹ como no Porto; não tive resposta, e se não sou exilado ou proscripto não sei o que sou. Foi-me forçoso vir para este paiz (França) para *viver com os parques subsidios que a caridade franceza dá aos refugiados estrangeiros: pão de esmolas que é sempre amargo, e que agora para todo o portuguez lhe sabe de mais o travo da vergonha pelo estar comendo a salvo e no ocio, quando os seus compatriotas suam, sangram e morrem no campo da honra. Se a qualquer deve custar esta vergonha, quanto não deve ella pezar a quem soffre máo grado seu e por acinte alheio!* — A' custa dos maiores sacrificios, com incalculavel perda dos meus interesses e de minha casa, com trinta e trez (aliás, quatro) annos de idade, accrescentados por fadigas e dissabores de todo o genero, pae de familia,

¹ Allude a uma carta dirigida em 19 de maio a Palmella, que lhe respondeu em 28 do mesmo mez de Falmouth, dizendo: «não o instiguei a voltar agora commigo, por que em primeiro logar vou sem emprego, e queira Deus que assim me conserve; etc.» (*Mem.*, I, 588.)

homem de letras, costumado á vida sedentaria do estudo, valetudinario com achaques precoces que essa vida traz consigo, sobretudo quando tão atravessada de desgostos, das perseguições, dos vexames, dos desterros, dos carcereiros, das affrontas que são em Portugal quinhão certo dos homens de letras, e que para mim foi herança que ainda me não falhou quasi desde que me entendo: com tudo isto, e apesar de tudo isto, fui de muito bom gosto e vontade sentar praça de soldado no Exercito libertador. Soldado sou; e essa é a minha unica ambição. Estar de serviço n'uma repartição publica, em que a minha penna pode ser util, ou n'uma guarda com a minha espingarda, ou a uma peça com o meu morrão, têm-me sido até agora indifferente emquanto eu podesse ser o mesmo soldado, o mesmo Voluntario Academico. Direi ainda mais, porque sou liso e desprezo bravatas: em quanto decentemente o puder fazer, prefiro o genero de serviço que mais comportem a minha pouca saude e arruinada constituição. Não recuso nenhum.» (*Mem.*, I, 583.) No officio dirigido por Garrett em 14 de abril de 1833 ao ministro Candido José Xavier, diz: «eu fiquei em Londres sem destino, sem meios de subsistir, sem meios nem ordem de voltar, sem me ser ao menos intimado o meu Decreto de proscricção, se sou proscripto.—Não me suppunha ainda assim tão pequeno e abjecto que merecesse do Governo da Rainha, que sempre servi com lealdade, um abandono e desprezo tão affrontoso. Obrigou-me a fome a vir para este paiz (Paris) a mendigar da caridade franceza os pocos subsidios que aqui se dão aos refu-

giados estrangeiros.» Pernas d'Egoa respondeu a Garrett em officio de 18 de maio de 1833, dizendo que nenhum documento existia na secretaria a seu respeito, e por isso nenhuma ordem expedira a si relativa, sendo-lhe tudo o mais que allega extranho. Eram os resentimentos de Plymouth que se revolviam, contra o alto espirito de Garrett, então refugiado com sua mulher e uma filha nascida de pouco, em uma mansarda da Chaussé d'Antin. Ahi, em uma desolação quasi de indigencia, alentavam-o as suas ideias litterarias; em carta de 12 de junho de 1833, dirigida a Gomes Monteiro, para Altona, diz-lhe: «Depois de uma odyssêa de trabalhos e viagens, estou em Paris ha tres mezes... Segundo as cousas vão, e eu *justissimamente* me acho proscripto pelas duas potencias portuguezas, porque de uma sou inimigo, da outra não sou amigo como ella quer que a gente seja, parece-me provavel que aqui me demore até á decisão da nossa causa, que bem ou mal agora creio que não será longa.» N'esta carta em que se recommenda a Barreto Feio, que fôra estudar o exemplar das Obras de Gil Vicente da bibliotheca de Goettingue, allude a este facto, que tanto veiu influir na época mais brilhante do seu genio na renovação do Theatro portuguez: «Sei que foi a Hanover e que se occuparam de Gil Vicente: dê-me noticias d'isso que muito desejo.» Garrett conhecia o facto alludido por via de Barreto Feio, que andava empenhado no estudo dos nossos classicos, auxiliado na edição de Gil Vicente pelo dinheiro dos dois negociantes Santos e Monteiro. Referindo-se á sua estada no Porto, ac-

crescenta: «Comecei alli um romance em prosa, a que dei o titulo de — *Arco de Sant'Anna* — e cujas scenas principaes se passam na cidade velha que, por estar o meu quartel no Collegio, tive occasião e vagar de estudar.

«Se houver umas semanas de socego de espirito, é provavel que o acabe. — Se leu *Nôtre Dame de Paris*, de Victor Hugo, é um tanto n'esse genero o meu romance; e se o não leu recommendo-lhe que o faça.

«Um maldito livro de Direito (*Das Leis penaes?*) que se me metteu na cabeça escrever, tem-me tirado o tempo e morto a imaginação, por onde nada tenho feito.» Este trabalho ligava-se aos decretos da reformá judiciaria, em que collaborára nos Açores; era, por ventura a sua parte theorica. N'esta carta Garrett previra, que a decisão da causa constitucional estava para breve, em bem ou em mal. Pelo lado máo era a *intervenção* das potencias perdida para regular a pendencia entre os dois irmãos; prevaleceu a melhor hypothese, pelo desembarque da expedição do Algarve em 24 de junho de 1833, pela victoria de Napier sobre a esquadra miguelista em 5 de julho, e pela entrada em Lisboa em 24 de julho do duque da Terceira. ¹ Logo que Garrett teve co-

¹ O termo da campanha liberal, e vencidas as forças miguelistas, carecia do reconhecimento das potencias ao novo regimen politico. A Inglaterra, que no ministerio de Wellington contrariára a resistencia liberal, sob o de Grey e Palmerston conservou-se na expectativa, indifferente, não reconhecendo o governo constitucional já depois de victorioso. O acto do governo hespanhol, quando fez Rodil passar a fronteira, forçou o go-

nhecimento d'estes feitos, resolveu partir para Portugal sem mais se preoccupar com ordens ministeriaes; escreve pois na sua Autobiographia: «entrando em Lisboa durante o cêrco, foi appresentar-se ao seu Corpo, onde, comtudo não chegou a fazer serviço militar, ¹ por que pelo ministro do reino lhe foi dado o grande encargo da reforma geral dos Estudos...» (*Univ. illus.*, III, 309.) Do valor d'este trabalho basta dizer, que todas as reformas de instrucção publica feitas em Portugal até hoje, são apropriações parciaes e fragmentarias d'esse grande e bem concebido quadro pedagogico. Garrett viu que o abandonaram, pelo motivo de não quererem gastar na reforma dos estudos mais do que cinco contos de reis! E até todos os seus planos desappareceram da secretaria, restando apenas o indi-

verno inglez a entrar em negociações do Tratado chamado da *Quadrupla alliança*, com o qual, como refere Luiz Blanc, na *Historia de Dez annos*: «a Inglaterra conservava relativamente a Portugal uma *attitude de protecção derivada de uma especie de suzerania*, que ella tivera o cuidado de não prejudicar.» E em vista d'essa vil *attitude de protecção*, é que a Inglaterra ousou abafar os movimentos da liberdade portugueza em 1836 e em 1847, vendendo a segurança dynastica aos Braganças: por imposições de tratados commerciaes, acção nas colonias pelo pretexto do abolicionismo e regalias pautaes para as suas mercadorias, interferindo sempre pelos seus diplomatas nos concluios da camarilha.

¹ Eis a nota da sua folha: «Por officio do sr. Ajudante general do Exercito de 3 de janeiro de 1834, communicado ao Corpo em officio ao Commandante geral de Artilheria de 7 do dito mez, tem baixa do serviço no mesmo dia, por ser incompativel com o emprego civil para que foi despachado.»

ce d'elles. Estes desgostos e decepções, engendrados pela mediocridade implacavel, impelliam Garrett para o mundo da Arte; vae começar para o seu espirito uma época nova, como elle proprio presentiu na carta de 12 de junho de 1833:

«Mas vejo proxima a minha segunda conversão á santa religião das Musas, pois estou quasi convencido que tudo mais não vale nada n'este mundo, começando pelas sciencias e todo o genero de lettras sem excepção.» E essa nova época é a mais fecunda da sua vida; depois de ter revivificado a *tradição* nacional, vae dar vida moral á *opinião* publica na renovação do theatro simultanea com a pratica do regimen parlamentar.

Terminada a campanha liberal, começou a publicar-se no Porto uma revista intitulada *Repositorio litterario* da Sociedade das Sciencias medicas e de Litteratura do Porto, apparecendo o primeiro numero em 15 de outubro de 1834; Alexandre Herculano, empregado então na Bibliotheca municipal, em um estudo *Qual é o estado da nossa Litteratura?* proclama com desassombro a iniciativa romantica de Garrett: «O movimento intellectual da Europa não passou a raia de um paiz onde todas as atenções, todos os cuidados estavam applicados ás miserias publicas e aos meios de as remover. Os poemas = *D. Branca* e *Camões* = appareceram um dia nas paginas da nossa historia litteraria sem precedentes que os annunciem, um representando a poesia nacional, o *romantico*; outro a moderna poesia sentimental do Norte, ainda que descobrindo ás vezes o character meridional de

seu auctor. Não é para este logar o exame dos meritos ou demeritos d'estes dois poemas; mas o que devemos lembrar é que elles são para nós os primeiros e até agora unicos monumentos de uma poesia mais liberal do que a dos nossos maiores.» (p. 5.) E' um dos mais puros titulos da gloria de Herculano este reconhecimento do intuito e da supremacia da obra de Garrett, aspirando já por ventura a vir a cooperar com elle na renovação da litteratura portugueza. As luctas politicas, que se continuam depois de 1834 hão de nos seus rancores partidarios separal-os; mas nunca Herculano, tão contradictorio em sua vida, renegará a admiração que votou ao artista supremo.

INDICE

Garrett e o Romantismo

| | P g. |
|---|------|
| Fórmula synthetica do juizo sobre Garrett | 5 |
| Datas capitaes da sua vida. | 6-9 |

Ideia geral do Romantismo

| | |
|--|----|
| A renovação das Litteraturas e as transformações politicas | 11 |
|--|----|

A) Como se esqueceu a Edade média

1.º A RENASCENÇA GRECO-ROMANA E A NEGAÇÃO DO NACIONALISMO

| | |
|--|----|
| Preponderancia dos dois Poderes, a Egreja e a Monarchia. | 13 |
| Imitação esthetica da Grecia, e politica de Roma | 15 |
| Afastamento da Litteratura franceza das suas fontes tradicionaes | 17 |
| Allemanha e Inglaterra idealizando os seus costumes feudaes. | 19 |
| Na Hespanha os costumes populares reflectem-se na espontaneidade esthetica | 21 |
| Reacção anti-classica do Seiscentismo | 22 |
| O Proto-romantismo francez | 25 |
| O exotismo excitando a idealisação litteraria | 29 |
| O <i>genio nacional</i> revela-se simultaneo com a <i>vontade nacional</i> | 31 |

2.º AS CRISES NACIONAES E O ROMANTISMO

| | |
|---|-------|
| Acção compressiva da Santa Alliança | 35 |
| Byron e a revolução da Grecia moderna. | 36 |
| O Romantismo liberal | 38 |
| A mocidade do <i>Globo</i> de 1824 a 1830 | 39 |
| Rehabilitação da Edade média | 41 |
| Revivescencia das Tradições, na Polonia, na Finlândia, ' e Hungria | 43 |
| — na Italia e Hespanha | 44-45 |
| Situação de Portugal | 46 |
| A Revolução de 1820, affirmação da <i>Soberania nacion- nal</i> | 47 |
| A Revolução de 1836 restabelece o mesmo principio . | 51 |
| A intervenção estrangeira de 1847 | 53 |
| A obra de Garrett concebida n'estas luctas politicas . | 54 |
| Herculano condemnando o Romantismo é um dos seus iniciadores. | 58 |
| Castilho sustenta o convencionalismo arcadico | 61 |
| Schema das correntes do Romantismo na sua evolução morphologica | 65 |

B) Como se achou a Edade média

1.º RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS HISTORICOS

| | |
|---|---|
| Preponderancia da Historia na Philosophia, na Politi- ca e na Poesia | 6 |
| Restabelecimento da continuidade humana | 6 |
| Nova comprehensão da Edade média. | 6 |
| A caracteristica da separação dos Poderes temporal e espiritual | 6 |

A) *Esgotamento da Dictadura romana*

| | |
|--|----|
| O phenomeno do Cesarismo actuando na decadencia de Roma | 75 |
| O Stoicismo como um protesto moral | 75 |

B) *Regimen Catholico-feudal: O Christianismo*

| | |
|--|----|
| A doutrina christologica pelo seu fundamento moral tem relações com o Stoicismo | 75 |
| O centralismo romano actua no estabelecimento da unidade catholica. | 77 |

| | Pag. |
|---|------|
| A religião de estado | 78 |
| Reacção contra o espirito popular | 81 |
| A proto-Renascença pelos Arabes | 84 |

c) *As invasões germanicas ou o Elemento barbaro*

| | |
|---|----|
| As realezas germanicas reconstituem o Poder temporal | 85 |
| Estado das Raças germanicas antes das invasões | 87 |
| Organisação do <i>Comitatus</i> e a resistencia da <i>Companonage</i> | 89 |

d) *Incorporação das Populações polytheicas: O Povo*

| | |
|---|----|
| A transição affectiva | 91 |
| Do seculo VII ao X se estabelecem as novas Nacionalidades | 92 |
| Dupla revolução contra o poder feudal e ecclesiastico | 95 |
| A Igreja aristocratisando-se condemna o Paganismo (tradições dos <i>Pagi</i>). | 99 |

2.º CREAÇÃO DA HISTORIA LITTERARIA E DA ESTHETICA
OU PHILOSOPHIA DA ARTE

| | |
|--|-----|
| Estado critico na incoherencia doutrinaria do Romantismo | 100 |
|--|-----|

A) *Historia das Litteraturas*

| | |
|---|-----|
| A concepção de Bacon | 101 |
| O criterio sociologico | 104 |
| As tres epocas historicas da evolução das modernas Litteraturas | 105 |
| Iniciação do Romantismo completa-se pela elabora-ção da Historia da Litteratura | 108 |

B) *Da Esthetica ou Philosophia da Arte*

| | |
|--|-----|
| A renovação da Philosophia moderna | 109 |
| O problema do Conhecimento de Locke a Kant, systematisado por Comte | 110 |
| A <i>Metaphysica</i> elabora o aspecto subjectivo da emoção na Esthetica | 111 |

| | Pag. |
|---|------|
| As ideias estheticas de Kant e Fichte | 113 |
| — de João Paulo Richter | 114 |
| — de Schelling | 116 |
| — de Hegel | 118 |
| O fim constructivo da Arte | 120 |
| A synthese affectiva como o ideal da Arte | 121 |

I

Garrett sob o influxo do Arcadismo

(1799 a 1833)

PRIMEIRA EPOCA

| | |
|--|-----|
| Duplo aspecto das altas individualidades | 123 |
| Os tres meios sociaes em que se desenvolveu Garrett. | 125 |

1.º NASCIMENTO E SEUS PRIMEIROS AMORES
(PORTO E AÇORES)

| | |
|--|-----|
| Nasce no Porto em 4 de Fevereiro de 1799. | 126 |
| Familia paterna açoriana | 127 |
| Ascendentes maternos (origem plebêa) | 129 |
| Quando começa a usar o nome de <i>Garrett</i> | 130 |
| A infancia na quinta do Castello | 131 |
| Embalado com tradições populares | 132 |
| Na quinta do Sardão, residencia de sua avó | 134 |
| Os costumes populares revelam-lhe a poesia do passado | 135 |
| O seu instincto das <i>ideias liberaes</i> | 138 |
| As grandes perturbações da invasão franceza | 139 |
| A familia de Garrett refugia-se na Ilha Terceira em 1811 | 140 |
| O bispo de Angra D. Frei Alexandre da Sagrada Familia influe na educação do poeta. | |
| Seus mestres P.º João Antonio e Joaquim Alves, latinista e grecista | |
| Notas autobiographicas de 1813: liberta-se da imposição de ser padre | 147 |
| Visita a seu tio Dr. João Carlos Leitão na Ilha Graciosa em 1813 | 149 |

| | Pag. |
|--|------|
| A anedocta do sermão da missa nova | 149 |
| As <i>Odes anacreonticas</i> | 151 |
| Primeiros amores: <i>Isabel Henson</i>; 764 a 767 | 152 |
| A lápide na Villa de S. ^{ta} Cruz memorando a data de 1810, na casa em que morou Garrett, refere-se á occupação do Dr. Leitão seu tio | 154 |
| Parte para Coimbra em 1815 | 155 |
| E' intrigado com o tio Bispo | 156 |
| Carta de Garrett ácerca de D. Frei Alexandre | 157 |

2.º NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

| | |
|---|-----|
| Matricula-se na Faculdade de Leis em 23 de Novembro de 1816 | 161 |
| O meio doutoral coimbrão. | 162 |
| Soneto á morte de Gomes Freire, e Ode ao Anniversario de Filinto | 164 |
| O espirito revolucionario e as Tragedias philosophicas. | 165 |
| O Theatro do Collegio das Artes em 1814; e o Theatro da rua das Continhas de 1817 | 167 |
| Esboços de Tragedias <i>Xerxes</i> , <i>Lucrecia</i> | 168 |
| Hostilidades contra Garrett | 169 |
| A ideia de um Monumento a Camões e o sentimento da nacionalidade | 173 |
| Garrett fustiga o P. ^o José Agostinho | 176 |
| Celebra a morte de Filinto em 25 de Fevereiro de 1819 | 177 |
| O Epicedio ao Doutor Fortuna | 178 |
| Queda desastrosa no Porto em 1819 | 181 |
| Novos amores: <i>Annalia</i> | 182 |
| — <i>Thomasia</i> (D. <i>Thomasia</i> Maria <i>Amalia</i> do Amaral) | 183 |
| A tricana de Coimbra | 185 |
| Na Ode philintista <i>As Férias</i> , em 1819, presagia a Revolução. | 187 |
| Regresso a Coimbra em 19 de Junho de 1820 | 188 |
| A luz redemptora da Revolução de 24 de Agosto de 1820 | 190 |

A) Influencia da Nova Arcadia: Os Elogios dramaticos

| | |
|--|-----|
| theatro portuguez reflecte o estado dos espiritos de 1811 a 1820 | 191 |
| A brutalidade dos Officiaes inglezes | 195 |
| Garrett escreve um Elogio dramatico <i>Amor da Patria</i> | 200 |

B) As Tragedias philosophicas

| | |
|--|-----|
| O que era a Tragedia antiga | 202 |
| Como a comprehendeva Arcadia | 204 |
| — a Nova Arcadia | 206 |
| João Baptista Gomes e a <i>Nova Castro</i> | 209 |
| — Julgado por Garrett | 215 |
| A Tragedia como reacção contra a Opera | 220 |
| Pimenta de Aguiar | 222 |
| Soneto de Garrett contra a <i>Branca de Rossis</i> de José Agostinho | 224 |
| Bingre ataca o Romantismo | 227 |

C) As Farças e Comedias

| | |
|--|-----|
| A Farça de <i>Manoel Mendes</i> apoda a monomania das Tragedias | 228 |
| O typo da Comedia popular na farça de Garrett <i>O Corcunda por amor</i> | 241 |

3.º A REVOLUÇÃO DE 1820

| | |
|---|-----|
| A situação degradante de Portugal | 241 |
| O Occidente latino quebra a pressão da Santa Alliança | 245 |
| O <i>Hymno patriotico</i> de Garrett, 695; 774 | 246 |
| Justifica a Revolução no opusculo <i>O Dia 24 de Agosto</i> | 244 |
| A Sociedade secreta dos <i>Jardineiros</i> | 246 |

A) O Outeiro da Sala dos Capellos

| | |
|--|-----|
| Depois do perigo da Anarchia | 247 |
| Celebração dos Outeiros poeticos em 21 e 22 de Novembro | 248 |
| A Ode <i>Ao Corpo Academico</i> | 250 |
| Ascendente de Garrett entre os estudantes | 250 |
| Parte para Lisboa com destino á Ilha Terceira em fins de Abril de 1821 | 252 |
| As impressões do regresso | 255 |
| O poema <i>O X ou a Incognita</i> e a lucta do liberalismo em Angra | 257 |
| Necessidade de voltar ao continente | 257 |

| | Pag. |
|--|------|
| Acto de formatura em 19 de Novembro de 1821 | 258 |
| Processado por causa da publicação do <i>Retrato de Venus</i> | 259 |
| O P. ^o José Agostinho ataca-o no seu poema <i>Os Burros</i> | 261 |
| Garrett defende-se no Portuguez constitucional regenerado | 263 |
| Sua réplica ao libello | 264 |
| Julgado em 4 de Outubro de 1822 | 266 |
| Felicitação de José Correia da Serra. | 268 |

B) A. Tragedia *Catão*

| | |
|---|-----|
| Chegada a Lisboa em Agosto de 1821 | 273 |
| A récita de curiosos no Theatro do Bairro Alto | 274 |
| Representação da Tragedia <i>Catão</i> em 29 de Setembro de 1821 | 276 |
| Paixão por D. Luiza Candida Midosi. | 277 |
| Casamento em 11 de Novembro de 1822. | 278 |
| Official da Secretaria do Reino em 12 de Agosto | 279 |
| A representação de Garrett para a missão litteraria de retoques á <i>Arte de verificar as Datas</i> | 280 |
| A Tragedia <i>Catão</i> representada como protesto do liberalismo. | 282 |
| A Sociedade litterario-patriotica | 292 |
| Commemoração funebre de Fernandes Thomaz. | 295 |
| Garrett celebra a autonomia do Brasil | 297 |

C) Restauração do Absolutismo em 1823

| | |
|--|-----|
| O regresso de D. João VI do Brasil | 298 |
| A Villafrancada. | 300 |
| Garrett sae de Portugal em 9 de Junho de 1823 | 301 |
| Notas no seu <i>Diario da viagem a Inglaterra</i> | 302 |
| A Universidade de Coimbra celebra em 25 de Julho a restauração do Absolutismo. | 303 |
| Garrett volta a Lisboa em 22 de Agosto. | 304 |
| Preso á ordem do Intendente da Policia. | 305 |
| A Ode <i>O Carcere</i> , datada do Limoeiro | 306 |
| Mandado pôr fóra de Portugal em 25 de Agosto de 1823 | 306 |
| Sae a bordo do paquete Duque de Kent em 26 de Agosto. | 307 |

II

Garrett e os aspectos do Romantismo

(1823 a 1834)

SEGUNDA EPOCA

| | Pag. |
|--|------|
| A reacção da Santa Alliança em Portugal | 309 |
| Garrett allude á repressão em Hespanha depois do Trocadero | 311 |
| D. Carlota Joaquina e o filho D. Miguel | 313 |
| Situação de Garrett. | 316 |

1.º O EXILIO EM INGLATERRA: ESTUDOS LITTERARIOS (1823)

| | |
|--|-----|
| Reside no Condado de Werwick até ao inverno de 1825 | 317 |
| A familia Hadley | 318 |
| Ainda apaixonado pela esposa. | 319 |
| Estado de espirito, no seu <i>Diario</i> | 323 |
| Revelação da Edade média nas ruinas de Dudley Castle | 32 |
| Elabora um poema do <i>Magriço e os Doze de Inglaterra</i> | 35 |
| Procura emprêgo em Londres. | 3 |
| Entrada para a Casa Laffitte, no Havre | 32. |
| O poema <i>Camões</i> em elaboração. | 328 |

2.º O EXILIO EM FRANÇA (1824-1826): CAMÕES E DONA BRANCA

| | |
|---|-----|
| As suas novas ideias litterarias ao sair de Inglaterra. | 329 |
| Começa o poema <i>Camões</i> em 13 de Maio de 1824 | 330 |
| Juizo da sua propria obra. | 331 |
| Idealisação de Camões, como symbolo da nacionalidade | 33. |
| Garrett e o pintor Sequeira | 337 |
| Resentimento de Ferdinand Denis | 341 |
| Carta de Castilho a Ferdinand Denis. | 342 |
| Garrett era em 1830 odiado por Castilho | 343 |
| Descreve a elaboração do poema <i>Camões</i> | 345 |
| A estructura do poema, mais lyrico do que narrativo. | 349 |

| | Pag. |
|--|------|
| As leituras portuguezas antes de Garrett | 360 |
| Origens do poema <i>D. Branca</i> , ou a <i>Conquista do Algarve</i> | 363 |
| A lenda conservada pelo chronista Duarte Nunes de Leão | 364 |
| Carta de Herculano a Garrett sobre a <i>Dona Branca</i> | 366 |
| A lenda monastica dos amores da Infanta com um <i>car-pinteiro</i> | 368 |
| Cavallero de <i>Carpentos</i> | 369 |
| Garrett revela o valor poetico da lenda de Frei Gil, o <i>Fausto portuguez</i> | 371 |
| Suas ideias sobre o maravilhoso nacional | 373 |
| Paixão pelos Romances populares portuguezes | 377 |
| Garrett, reconhece Paris como terra de egoistas | 379 |
| Desempregado em 1826, sua mulher requer em 9 de Maio a repatriação do marido | 380 |
| Considerado pela Policia como perigoso | 381 |
| Publicação do <i>Parnaso lusitano</i> | , |

3.º REGRESSO A PORTUGAL EM 1826: O PORTUGUEZ E O ROMANCEIRO

| | |
|--|-----|
| Pela noticia da morte de D. João VI em 10 de Março de 1826, Garrett volta a Portugal | 386 |
| Carta outorgada | 387 |
| Reintegrado no seu logar de Official em 26 de Agosto de 1826 | , |
| A <i>Carta de Guia para Eleitores</i> | 388 |
| A regencia traiçoeira de D. Isabel Maria. | 389 |
| Repulsão ingleza e palaciana contra os homens de 1820 | 390 |
| Garrett redige <i>O Portuguez</i> e <i>O Chronista</i> , sustentando os verdadeiros principios politicos | 393 |
| Atacado furiosamente pelo P. ^e José Agostinho | 395 |
| Em 17 de Septembro de 1827 é prezo Garrett e os outros redactores do <i>Portuguez</i> | 401 |
| Suavisa os trez mezes de prisão estudando a Poesia popular | 402 |
| A <i>Adozinda</i> | 403 |
| Origem da Canção do <i>Rei chegou</i> | 406 |
| A queda da Carta outorgada | 408 |
| D. Miguel jura a Carta sobre um exemplar do Poema <i>Os Burros</i> | 409 |

| | Pag |
|--|-----|
| Traços physionomicos de D. Miguel | 41 |
| A usurpação | 41 |
| O governo inglez protege D. Miguel | 41 |
| Opiniões de Mackintosh | 42 |
| Quadro das perseguições expostas ao parlamento in- glez | 42 |
| Cincoenta mil portuguezes emigrados | 42 |
| Carta inedita de Paulo Midosi sobre as perseguições . | 43 |

TERCEIRA EPOCA

(1828 a 1834)

| | |
|---|----|
| A causa do Absolutismo apoiada pela Austria e Ingla- terra | 43 |
| Polemicas dos Emigrados: Responsabilidades da Bel- fastada | 44 |
| — Successão e Regencia de D. Pedro | > |
| — Juramento exigido aos emigrados | > |

1.º EMIGRAÇÃO PARA INGLATERRA EM 1828. EM PARIS EM 1832

| | |
|--|----|
| Garrett em 25 de junho de 1828 inscreve-se no livro dos Emigrados reconhecendo a Junta do Porto . . . | 44 |
| Documento autobiographico | 44 |
| Revelações dos folhetos politicos | 44 |
| Garrett condemna a Belfastada | 44 |
| Em 1826 e 1828 reflecte-se a actividade litteraria de Garrett nas Cartas a Monteiro | 44 |
| A <i>Lyrica de João Minimo</i> | 45 |
| O <i>Tratado de Educação</i> | 45 |
| Porque tirou a dedicatória a D. Leonor da Camara . | 45 |
| A Victoria da Villa da Praia em 11 de Agosto de 1829 | 45 |
| A Ode de Garrett | > |
| As hesitações de D. Pedro | 46 |
| A questão da Regencia | 46 |
| Representa-se o <i>Catão</i> em janeiro de 1829 em Ply- mouth | 46 |
| As Noites do Barracão | 46 |
| Os auctores da Satira | 46 |

| | Pag. |
|--|------|
| A <i>Carta de Mucio Scevola</i> | 472 |
| Reconhece-se que é da penna de Garrett | 476 |
| Publica em 1830 o <i>Portugal na balança da Europa</i> . | 480 |
| Estuda Shakespeare. | 481 |
| O flirt com as lady Robinson. | 482 |
| Revelações do livro <i>Memorandum</i> | 487 |
| Não vai a Hamburgo por causa do cholera morbus . | 489 |
| Vinda de D. Pedro para a Europa | 490 |
| Escreve <i>O Precursor</i> para activar a lucta liberal . . | 493 |
| Prepara-se para ir na expedição para a Ilha Terceira. | 494 |
| Vae para Paris onde se demora um mez | 497 |
| O embarque em Belle Isle. | 499 |
| Incorporado no batalhão de caçadores, em que ia Her- culano | 500 |

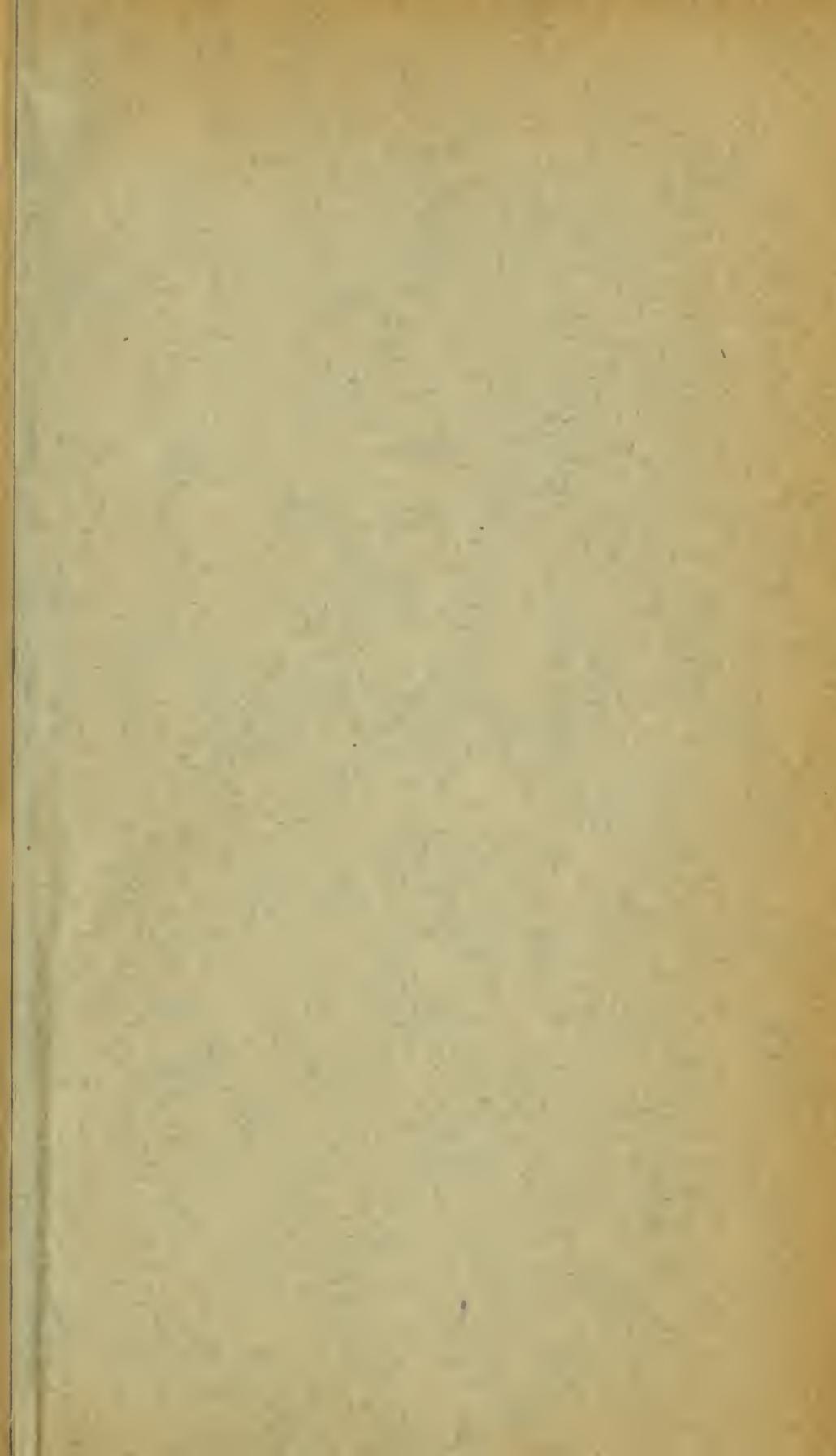
2.º A EXPEDIÇÃO AOS AÇORES

| | |
|--|-----|
| Garrett passa para o batalhão academico | 502 |
| Em Angra trabalha no seu Romanceiro | 503 |
| O poema perdido do <i>Brazão dos Menezes</i> | 504 |
| Garrett chamado á sede da Regencia, para auxiliar o ministro Mousinho da Silveira | 508 |
| Coopera nas refórmias que fundaram o Portugal novo. | 509 |
| Abolição dos Foraes e Dizimos, Organização adminis- trativa | 510 |
| Collabora no Codigo de Processo judiciario e Legisla- ção criminal | 515 |
| A poesia <i>Ramo de cypreste</i> | 516 |
| Ao embarcar deixa os seus Manuscriptos em S. Mi- guel. | 518 |

3.º NO CÊRÇO DO PORTO

| | |
|--|-----|
| Desembarque do Mindello em 8 de Junho de 1832. . | 518 |
| Documento autobiographico | 519 |
| A corveta <i>Amelia</i> , em que vinham os seus Manuscri- ptos, mettida ao fundo no Porto | 520 |
| O Poema do <i>Magriço</i> | 522 |
| Reorganisa a Ordem da Torre e Espada. | 526 |
| Esboça <i>O Arco de Sant'Anna</i> | 527 |
| As luctas do Bispo com o burgo | 528 |
| Acompanha como secretario Palmella, na missão ás côrtes da Europa. | 532 |

| | Pag. |
|--|------|
| Ataques contra os Pedristas | 534 |
| Suspensa a missão politica, Garrett vê-se sem recursos | 538 |
| Angustia e sacrificios em Paris | 539 |
| Occupa-se de um livro <i>Das Leis pennaes</i> | 541 |
| Conhecida a Expedição do Algarve e a entrada dos liberaes em Lisboa, Garrett vem appresentar-se ao seu Corpo | 542 |
| Nomeado para a Refórma geral dos Estudos | » |
| Presente que uma nova época se abre na sua vida | 543 |
| A proclamação da iniciativa litteraria de Garrett por Herculano | » |





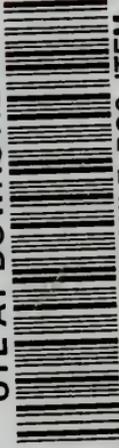
PQ
9011
B665
v.24

Braga, Theophilo
Historia da litteratura
portugueza

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 05 02 05 017 5